

A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE ANGOLA NO GOLFO DA GUINÉ

(CONTRIBUTO ÀS POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA)

(Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais
na especialidade de Estudos Estratégicos)

Gilberto da Piedade Veríssimo**Orientador:** Professor Doutor Adriano José Alves Moreira**Coorientador:** Professor Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro**Constituição do Júri:****Presidente:** Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.**Vogais:** Doutor Adriano José Alves Moreira,
Professor catedrático emérito
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara,
Professor catedrático
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes,
Professor catedrático
Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;Doutor José Carlos Gaspar Venâncio,
Professor catedrático
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior;Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro,
Professor catedrático convidado
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana,
Professor catedrático
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;Doutor Miguel César Domingos Bembe, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais
da Universidade Agostinho Neto.**LISBOA, 2014**

DEDICATÓRIA

A Deus,

cuja presença na minha vida permitiu vencer os confrontos, superar os obstáculos, ver as oportunidades a aproveitar e as neutralidades a relegar, no quadro da realização da pesquisa e elaboração desta tese.

Aos meus familiares, especialmente os meus avós, pais e tios, cujo passado e presente me responsabiliza, motiva e guiou ao longo de todo este estudo.

À minha mãe, à minha mulher e aos meus filhos, pelo estoicismo e tolerância face às desatenções, às omissões e às ausências forçadas pelo trabalho de elaboração desta investigação no meio de tantas outras situações.

A Sua Excelência, o Comandante-em-Chefe, Engenheiro José Eduardo dos Santos, com respeito e profunda admiração, e pela orientação político-estratégica que constituiu luz que guiou esta investigação.

Ao Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, especialmente a Sua Excelência, General-de-Exército Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General, pelo apoio pessoal para a realização desta investigação que agora vê a luz.

Temos que ser capazes de defender o espaço em que nos encontramos pois, sem segurança não há desenvolvimento.

José Eduardo dos Santos (2008)

A defesa tem um carácter global que deve traduzir-se, operacionalmente, na cooperação racionalizada de todos os aparelhos administrativos públicos e privados, e deve traduzir-se, a nível de direção política, na intervenção convergente e consensual dos órgãos de soberania.

Adriano Moreira (2012)

Ou você tem uma estratégia, ou é parte da estratégia de alguém.

Alvim Toffler (2001)

RESUMO

A tese visa identificar a posição estratégica de Angola na região do Golfo da Guiné. Neste sentido identificaram-se os conceitos teóricos-chave necessários ao processo de interpretação; em especial, os conceitos de estratégia, de posição estratégica, de integração regional, de paz e segurança. Partindo destes conceitos propõe-se um modelo de análise que, aplicado à região do Golfo da Guiné, permitiu identificar a atitude de Angola na região. Este modelo sugere uma análise a três níveis, a saber: a nível macro, o enquadramento da África subsaariana no sistema político internacional; a nível meso, a conjuntura geopolítica e geoestratégica no Golfo da Guiné; e a nível micro, o estado das bases do poder nacionais. Com base neste modelo, e tendo em consideração a posição geográfica, as bases do poder e o enquadramento estratégico do país, definiram-se os objetivos nacionais atuais, tendo em consideração os objetivos nacionais permanentes. A partir dos objetivos nacionais atuais propõem-se os conceitos estratégicos que enformam as linhas de força para a política externa e para a defesa. Este trabalho beneficiou do acesso privilegiado pela conjugação da condição de consultor do Ministro das Relações Exteriores da República de Angola e de responsável pelo acompanhamento da situação no Golfo da Guiné, com o apoio das mais altas chefias do MIREX e do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas. E, por esta razão de acesso e saber, limitou-se o âmbito da pesquisa às vertentes da política externa e da defesa, sem contudo perder a visão holística de desenvolvimento, essencial para a materialização de uma zona de paz e segurança.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the strategic position of Angola in the Gulf of Guinea region. Here, are identified the theoretical key concepts required for the process of interpretation, in particular, the concepts of strategy, strategic position, regional integration, peace and security. Based on these concepts was proposed an analytical model that once applied to the Gulf of Guinea region, allowed for the identification of the attitude of Angola for the region. The present model suggests three levels of analysis, namely: on a macro level, the framework of sub-Saharan Africa in the international political system; on a midterm level, the geopolitical and geostrategic situation in the Gulf of Guinea; and, on a micro level, the state of the foundations of the national power. Based on this model, and taking into account the geographical position, the base of national power and the strategic framework for the country, the current national targets were defined taking into account the permanent national objectives. From the current national objectives strategic concepts are proposed that shape the lines of force for defence and foreign policy. The present work benefited from a privileged access based on the combination of the condition of Adviser of the Minister of Foreign Affairs of the Republic of Angola, and the person assigned for monitoring the situation in the Gulf of Guinea region, with the full support of the highest leadership of the MIREX and the General Staff of the Angolan Armed forces. This is the main reason why the research was restricted to the areas of foreign policy and defence, but without losing the holistic vision of the development, that is essential for the embodiment of a peace and security zone.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	xii
LISTA DE FIGURAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xviii
AGRADECIMENTOS.....	xix
INTRODUÇÃO	1
1. Justificação do tema	1
2. Problemática e delimitação.....	4
3. Objetivos	6
4. Metodologia	7
5. Apresentação do trabalho.....	12
I PARTE – O MODELO DA INVESTIGAÇÃO	14
6. A problemática e a pergunta de partida	15
7. O modelo de análise.....	16
8. A observação e análise	20
II PARTE – O ENQUADRAMENTO TEÓRICO: ELEMENTOS E CONCEITOS.....	28
9. África na teoria das relações internacionais e da estratégia.....	29
10. África na teoria da geopolítica	34
11. Da estratégia e da posição estratégica.....	41
12. Paz e Segurança.....	49
12.1. A paz.....	52
12.2. A segurança.....	54
13. Integração regional	60
III PARTE – A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL	71
CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DOS ESTADOS	73
1. Contextualização geográfica de África	73
2. Fundamentos histórico-políticos da formação dos estados da África Subsaariana	73
2.1. A África pré-colonial.....	74
2.2. A África colonial	77

2.3. A ocupação.....	79
CAPÍTULO 2 - INSERÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL.....	94
1. A integração do continente.....	94
1.1. A criação e evolução da Organização da Unidade Africana.....	95
1.2. O quadro de paz e segurança.....	103
2. A interação com os poderes externos.....	109
2.1. A União Europeia.....	110
2.2. As potências estatais.....	115
IV PARTE – O GOLFO DA GUINÉ: CONJUNTURA GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA.....	149
CAPÍTULO 3 - O GOLFO DA GUINÉ GEOPOLÍTICO.....	151
1. A Configuração geopolítica de África.....	154
2. A região do Golfo da Guiné.....	156
3. A contextualização da região.....	159
4. A Comissão do Golfo da Guiné.....	161
CAPÍTULO 4 - O CENÁRIO GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO.....	166
1. A conjuntura geoestratégica.....	166
2. Os fatores geoestratégicos.....	170
2.1. As potencialidades.....	170
2.2. As vulnerabilidades.....	172
2.3. As ameaças.....	202
V PARTE – POTENCIAL ESTRATÉGICO DE ANGOLA: AS BASES DO PODER..	214
CAPÍTULO 5 - A Geografia.....	218
1. Fator Físico.....	218
1.1. A localização.....	218
1.2. A extensão.....	219
1.3. A configuração.....	220
1.4. A morfologia.....	220
2. Fator Humano.....	222
2.1. A demografia.....	222
2.2. A interação étnica e religiosa.....	224
CAPÍTULO 6 - A História.....	229
1. A época pré-colonial.....	229
2. O período colonial.....	231

3. A independência e a guerra civil	235
CAPÍTULO 7 - A estrutura do poder	238
1. A estrutura política	238
1.1. O Governo e outros órgãos do poder	238
1.2. Os partidos políticos e a sociedade civil	240
2. A estrutura para a interação externa	242
2.1. A diplomacia	245
2.2. Angola no sistema político internacional	247
3. A estrutura de defesa nacional – as Forças Armadas	250
4. As elites	252
CAPÍTULO 8 - O quadro económico e de desenvolvimento	258
1. Os recursos naturais e seu aproveitamento	258
2. A ciência e tecnologia	264
3. As infraestruturas viárias	265
4. As comunicações	268
5. O desenvolvimento social	270
CAPÍTULO 9 - O carácter, a vontade e a estratégia nacionais	278
VI PARTE – ANGOLA: POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO GOLFO DA GUINÉ	283
CAPÍTULO 10 - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	285
1. A cultura estratégica	285
2. Os atuais objetivos nacionais	291
3. A perspectiva dos cenários geoestratégicos presentes e futuros	295
3.1. Região geoestratégica ocidental	298
3.2. Região geoestratégica norte	302
3.3. Região geoestratégica oriental	303
3.4. Região geoestratégica sul	304
CAPÍTULO 11 - LINHAS DE FORÇA	306
1. Os objetivos nacionais atuais	306
2. A ação externa	313
2.1. O conceito estratégico da política externa	313
2.2. As linhas de força para a política externa	326
3. A defesa nacional	330
3.1. O conceito estratégico da defesa nacional	330
3.2. As linhas de força para a defesa nacional	331
CONCLUSÕES	336

1. Grandes linhas do procedimento seguido.....	337
1.1. Pergunta de partida	337
1.2. Modelo da investigação	337
1.3. Campo de observação.....	339
1.4. Comparação dos resultados.....	340
2. Contributos para o conhecimento	345
2.1. O que se sabe mais	345
2.2. O que se sabe de novo	346
2.3. Análise crítica e trabalhos futuros	348
3. Contributos de ordem prática	349
BIBLIOGRAFIA	355
1. Obras	355
2. Documentos oficiais e oficiosos	368
ANEXOS	373
3. ANEXO 1 - PRINCIPAIS INTERVENÇÕES MILITARES DA FRANÇA EM ÁFRICA NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS	374
4. ANEXO 2 – TRATADO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ.....	378
5. ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO Da GUINÉ.....	386

LISTA DE ABREVIATURAS

ACOTA	Africa Contingency Operations Training and Assistance
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
ACRI	African Crisis Response Initiative
AFRICOM	Comando Norte-Americano para a África
AGOA	African Growth and Opportunity Act
ANGOP	Agência de Notícias de Angola (ANGOLAPRESS)
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (União Europeia)
ARC	Centro de Investigación Aplicada (Universidad Internacional de Florida)
APF	Africa Peace Facility
BEAC	Banco Central dos Estados da África Central
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
CASA-CE	Convergência Angolana para a Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
CC/FAA	Capacidades críticas das FAA
CCTV	China Central Television
CEA	Cultura Estratégica de Angola
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDEAO	Comunidade Económica e de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel e Saara
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CER	Comunidade Económica Regional
CIMP	Cenário Internacional Mais Provável
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CNDP	Congresso Nacional para a Defesa do Povo (RDC)
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPS	Conselho de Paz e Segurança (União Africana)
CRESMAC	Centro Regional de Segurança Marítima da África Central
DEDM	Doutrina Estratégica de Defesa Militar
DPDN	Diretrizes Políticas de Defesa Nacional

EAC	East African Community
ECOBrig	Força Militar da Comunidade CEDEAO (ECOWAS)
ERE	Estratégia de Relações Externas
EUA	Estados Unidos da América
FAEA	Forças Africanas em Estado de Alerta
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNL	Front National de Libération (Argélia)
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FNP	Futuros Nacionais Possíveis
FOMAC	Força Militar dos Estados da África Central
FRELIMO	Frente Nacional de Libertação de Moçambique
GNI/PC	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas
GRAE	Governo Revolucionário Angolano no Exílio
IDH	Ingresso Bruto por pessoa (nacional)
IGAD	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC	Intergovernmental Authority for the Development
LACC	Centro Latinoamericano y del Caribe (Universidad Internacional de Florida)
LAEDN	Linhas de Ação Estratégica de Defesa Nacional
LAPE	Linhas de Ação de Política Externa
MC	Mecanismo de Cooperação
MDCM	Mundo Dependente do Comércio Marítimo (Samuel Cohen, 1964)
MONUC	Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Sahara Ocidental
MISCA	Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana
MNL	Movimento de Libertação Nacional
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPR	Movimento Popular da Revolução (RDC)
MIREX	Ministério das Relações Exteriores (Angola)
NEPAD	Nova Parceria Económica Para o Desenvolvimento de África
NRGP	Núcleo de Responsabilidade Geopolítica Partilhada
RG	Região Geográfica
RDJTF	Rapid Deployment Joint Task Force (EUA)
OEDM	Objetivos Estratégicos de Defesa Militar
OGE	Orçamento Geral do Estado

OHI	Organização Hidrográfica Internacional
OIF	Organização Internacional da Francofonia
OIG	Organização Internacional Global
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMI	Organização Marítima Internacional
OMP	Operação de Manutenção de Paz
ONA	Objetivos Nacionais Atuais
ONAD	Objetivo Nacional Atual de Defesa
ONG	Organização Não-Governamental
ONP	Objetivo Nacional Permanente
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAL	Plano de Ação de Lagos (OUA)
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCADS	Política Comum Africana de Defesa e Segurança
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEA	Programa Estratégico para África (UE)
PIB/PC	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PLF	Países da Linha da Frente
PEPFAR	President's Emergency Plan for AIDS Relief (EUA)
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
RGG	Região do Golfo da Guiné
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCC	Comunidade de Cooperação e Desenvolvimento da África Austral
SADCBrig	Força Militar da Comunidade Regional SADC
SGC	Secretário-Geral do Conselho (União Europeia)
SIGINT	Inteligência de Comunicações (em inglês)
SINOPEC	China Petrochemical Corporation Group
SODIAM	Sociedade de Comercialização de Diamantes
SPI	Sistema Político Internacional
UA	União Africana
UDEAC	União para o Desenvolvimento Económico da África Central

UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UK	Reino Unido
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America (EUA)
WEF	Qualidade de Infraestruturas Portuárias (Banco Mundial)
ZANU	Zimbabwe African Nationalist Union
ZAPU	Zimbabwe African People's Union
ZDC	Zona de Desenvolvimento Comum da Região do Congo
ZEC	Zona de Exploração Conjunta (de petróleo)
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZIC	Zona de Interesse Comum
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESQUEMA DO SISTEMA POLÍTICO DE (EASTON, 1960) ADAPTADO PELO AUTOR	10
FIGURA 2 – RELAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO ESTRATÉGICA E PAPEL E LUGAR DE UM PAÍS NUMA REGIÃO	17
FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO DO MODELO DA INVESTIGAÇÃO (A TRACEJADO O MODELO DE ANÁLISE).....	19
FIGURA 4 – OS NÍVEIS DE ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO	20
FIGURA 5 – PROCESSO DE ANÁLISE NO NÍVEL MACRO	21
FIGURA 6 – PROCESSO DE ANÁLISE NO NÍVEL MESO (INTERMÉDIO).....	22
FIGURA 7 – PROCESSO DE ANÁLISE NO NÍVEL MICRO	23
FIGURA 8 – APLICAÇÃO DO MODELO DA INVESTIGAÇÃO À FASE DA ESTRATÉGIA.....	27
FIGURA 9 – A TEORIA DAS PAN-REGIÕES DESTACANDO-SE O LUGAR DE ÁFRICA (ESCOLA DE MUNIQUE).....	36
FIGURA 10 – MASSA TERRITORIAL MARGINAL DESTACANDO-SE A ÁFRICA (SPYKMAN)	37
FIGURA 11 – DIVISÃO GEOESTRATÉGICA DO MUNDO (COHEN).....	38
FIGURA 12 – A REGIÃO DO HEARTLAND DO SUL (MACKINDER).....	38
FIGURA 13 – A ÁFRICA PARTILHADA ENTRE AS POTÊNCIAS EUROPEIAS	79
FIGURA 14 – OS ESTADOS AFRICANOS EM 2014.....	92
FIGURA 15 – MODELO ORGANIZATIVO DA UNIÃO AFRICANA	100
FIGURA 16 - COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS AFRICANAS (1)	101
FIGURA 17 – COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS AFRICANAS (2)	102
FIGURA 18 – ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA.....	105
FIGURA 19 – O INVESTIMENTO NAS TROPAS AFRICANAS	108
FIGURA 20 – EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE A ÁFRICA E A CHINA	138
FIGURA 21 – TRÊS PERSPECTIVAS DO GOLFO DA GUINÉ GEOGRÁFICO	153
FIGURA 22 – CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE AFRICANO.....	156
FIGURA 23 – GRUPOS ETNO-LINGUÍSTICOS AFRICANOS.....	158
FIGURA 24 – A REGIÃO GEOPOLÍTICA DO GOLFO DA GUINÉ	162
FIGURA 25 – LINHAS MEDIANAS HIPOTÉTICAS NO GOLFO DA GUINÉ	186
FIGURA 26 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO AFRICANA ATÉ 2100.....	196
FIGURA 27 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO, 2012	197
FIGURA 28 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NA RGG ENTRE 2014 E 2035.....	200
FIGURA 29 – ESTIMATIVA DE INCIDÊNCIA DA TUBERCULOSE.....	201
FIGURA 30 – A PREVALÊNCIA DO VIH NO MUNDO EM 2011	201
FIGURA 31 – PERFIL E QUANTIDADE DE AÇÕES PIRATAS NO GOLFO DA GUINÉ 2011 A MEIO DE 2012.....	211
FIGURA 32 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REPÚBLICA DE ANGOLA.....	219
FIGURA 33 – POPULAÇÃO DOS PAÍSES DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ.....	223
FIGURA 34 – PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> DOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ	224

FIGURA 35 – DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO DE ANGOLA, INCLUINDO OS SUBGRUPOS	225
FIGURA 36 - OS GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA EM 1970	226
FIGURA 37 – MAPA DE 1731,1732 MOSTRANDO OS REINOS DO CONGO, DE NGOLA E BENGUELA.....	230
FIGURA 38 – ESTRUTURA DO GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA.....	238
FIGURA 39 – MAPA POLÍTICO DE ANGOLA	239
FIGURA 40 – TAXA DE OCUPAÇÃO DE ASSENTOS NA ASSEMBLEIA NACIONAL DE ANGOLA	240
FIGURA 41 – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	246
FIGURA 42 – A INTEGRAÇÃO DE ANGOLA NO SPI	247
FIGURA 43 – DESTINOS DO PETRÓLEO ANGOLANO ENTRE OS ANOS 2009 E 2012	259
FIGURA 44 – RENDIMENTO DA TERRA POR HECTARE NOS PAÍSES DO GOLFO DA GUINÉ (2013).....	262
FIGURA 45 – GRAU DE DIFICULDADE DE FAZER NEGÓCIOS NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ (2013).....	263
FIGURA 46 – NÍVEL DE CORRUPÇÃO DOS PAÍSES DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ	264
FIGURA 47 – ÍNDICE DE QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA E DE DESEMPENHO LOGÍSTICO DOS PORTOS DA REGIÃO	268
FIGURA 48 – MÉDIA DE USUÁRIOS DE INTERNET E TELEFONES MÓVEIS NO GOLFO DA GUINÉ	269
FIGURA 49 – IDH DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2000 A 2012)	272
FIGURA 50 – LUGAR DE ANGOLA NA REGIÃO, EM NÍVEL DE SAÚDE, EM 2017	275
FIGURA 51 – LUGAR DE ANGOLA NA REGIÃO, EM CUIDADOS DE SAÚDE, EM 2017	275
FIGURA 52 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO, 2009-2012	276
FIGURA 53 – CRESCIMENTO DO PIB DE ANGOLA 2009-2012.....	277
FIGURA 54 – ANGOLA NO ESPAÇO GEOESTRATÉGICO DAS POTÊNCIAS COM INTERESSE NA REGIÃO	297
FIGURA 55 – REGIÕES GEOESTRATÉGICAS DA REPÚBLICA DE ANGOLA.....	298
FIGURA 56 – PRESENÇA POLÍTICO-MILITAR FRANCESA EM ÁFRICA.....	299
FIGURA 57 – ROTA DOS PRODUTOS PARA OS EUA E A EUROPA E PRESENÇA AMERICANA E FRANCESA EM ÁFRICA	300
FIGURA 58 – O POSICIONAMENTO BRITÂNICO E AMERICANO COMO MARGEM OPOSTA A ANGOLA E AO BRASIL	301
FIGURA 59 – SITUAÇÃO GEOESTRATÉGICA NA REGIÃO GEOESTRATÉGICA NORTE	303
FIGURA 60 – PERFIL DE RISCO DAS AMEAÇAS	311
FIGURA 61 – ESTABELECIMENTO DOS OBJETIVOS NACIONAIS ATUAIS DE ANGOLA, PARA O GOLFO DA GUINÉ.....	312
FIGURA 62 – PAÍSES DA COMMONWEALTH	316
FIGURA 63 – PAÍSES MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA FRANCOFONIA	318
FIGURA 64 – QUADRO REGULAR DAS FORÇAS FRANCESAS EM ÁFRICA.....	320
FIGURA 65 – PRINCIPAIS RIOS E LAGOS DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ	329
FIGURA 66 – A MATERIALIZAÇÃO DA POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE ANGOLA NO GOLFO DA GUINÉ	343
FIGURA 67 – RELAÇÃO ENTRE A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE ANGOLA E O SEU PAPEL E LUGAR NA RGG	343

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ETAPAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA (BELA BALASSA)	67
QUADRO 2 – DATA DE INDEPENDÊNCIA/CRIAÇÃO DOS ATUAIS ESTADOS AFRICANOS	91
QUADRO 3 – VISITAS/AÇÕES DE DIRIGENTES DOS EUA NO QUADRO DO ESTABELECIMENTO DO AFRICOM	122
QUADRO 4 – PESO DAS EMPRESAS FRANCESAS NOS PRINCIPAIS MERCADOS DA ZONA FRANCO	127
QUADRO 5 – VISITAS/AÇÕES DE DIRIGENTES DA CHINA NO ÂMBITO DA SUA RELAÇÃO COM ÁFRICA	135
QUADRO 6 - O ÍNDICE DE CORRUPÇÃO DA RGG	194
QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DO IDH DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ	198
QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DO PIB DA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ	199
QUADRO 9 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E MEDIDAS PARA A PROMOÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ANGOLA	265
QUADRO 10 – MEDIDAS DE POLÍTICA E METAS DE ANGOLA ATÉ 2017 NO CAMPO DA EDUCAÇÃO	273
QUADRO 11 – MEDIDAS DE POLÍTICA E METAS DE ANGOLA ATÉ 2017 NO CAMPO DA SAÚDE	274
QUADRO 12 – OBSTÁCULOS E CONFRONTOS A EXPLORAR PARA A MATERIALIZAÇÃO DO ONP	309
QUADRO 13 – OPORTUNIDADES E NEUTRALIDADES A EXPLORAR PARA A MATERIALIZAÇÃO DO ONP	309

AGRADECIMENTOS

Aos muitos que me acompanharam na pesquisa para que esta tese viesse à luz.

À minha mulher e aos meus filhos, pelo apoio incondicional.

A Sua Excelência, General de Exército Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das FAA, cuja capacidade intelectual estimulou e desafiou o meu espírito de pesquisa e de análise.

A Suas Excelências, o Ministro dos Petróleos, Engenheiro José Maria Botelho de Vasconcelos, o Ministro das Relações Exteriores, Dr. Georges Rebelo Chikoti, General Adriano Mackenzie, General Jorge Manuel dos Santos e Doutor Massamba Cardoso, por terem proporcionado a base de apoio necessária à realização da investigação.

Ao Secretário de Estado para a Política de Defesa Nacional, Almirante Gaspar Rufino, e aos Secretários do Estado para as Relações Exteriores e Cooperação, Dr. Manuel Augusto e Dr.^a Maria Ângela Sequeira Bragança, pelo apoio constante e a oportunidade de discutir aspetos de importância singular para esta pesquisa.

Ao Professor Adriano Moreira, pela honra de ter aceite ser meu orientador e, especialmente, por todas e inestimáveis contribuições à análise teórica e metodológica desenvolvida.

Ao General Alípio Tomé Pinto pelo incentivo, acompanhamento permanente e o prazer da discussão ao longo do tempo de pesquisa.

Ao Professor Almirante António Silva Ribeiro, por ter constituído uma excepcional carta de navegação, pelo desafio intelectual constante e a franqueza manifestada no debate crítico e orientação metodológica.

Ao Dr. Manuel Paulo da Cunha, Dr. Carlos Alberto Fonseca, General Peregrino Wambu Chindondo, Almirante Emílio de Carvalho (Bibi) e o Tenente-General Artur Valente de Oliveira, pela motivação permanente à realização desta pesquisa. E ao Doutor Rui Alberto Mingas, pelo incentivo que redundou nesta ventura.

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), na pessoa do seu presidente, Professor Doutor Manuel Meirinho, de cujo carinho e atenção pessoal beneficiei.

Aos Professores António Rebelo de Sousa, Luís Amado e Borges Graça, pelo rigor, exigência e pela partilha do saber. Um especial agradecimento ao Professor Luís Fontoura (*in memoriam*), a quem solicito o direito de merecer escrever doutor por extenso e ao Professor Heitor Romana, pelo desafio de, nesta tese, apresentar os meus galões.

Ao Professor Doutor Pedro Sousa, pela cumplicidade e o prazer da crítica aberta de quem é profundamente interessado nas matérias desta investigação.

Ao Doutor Miguel Bembe, por ter tomado parte importante do seu tempo para a apreciação do texto da tese.

Aos meus colegas do doutoramento, designadamente: Alcina Filipe, Ângelo Araújo, Anselmo Dias, Hélder Silva, João Filipe Carvalho, Luís Filipe Fernandes, Rui Esteves, Valeriu Turea e Vítor Hugo Cardoso. Especialmente a Marisa Fernandes, que representou a minha presença nas aulas durante toda a parte escolar do doutoramento.

À Comissão do Golfo da Guiné, na pessoa do seu Secretário Executivo, Miguel Trovoadá, e seus adjuntos, designadamente Embaixadora Adenike Ukonga e Engenheiro José Mba Abeso, pelo laboratório vivo que permitiu validar muitas das propostas desta pesquisa. Assim como todos os responsáveis e peritos envolvidos nos trabalhos da CGG, com quem discuti e aprofundei o assunto.

Ao MIREX, na pessoa do Secretário-Geral Dr. Eduardo Beny, do Diretor para os Assuntos de África e Organizações Regionais, Embaixador Dr. Joaquim Espírito Santo

e a Embaixadora Dr.^a Cuandina de Carvalho, pelo suporte institucional. Ao Embaixador Emílio Guerra, ao Embaixador Armando Cadete, ao Dr. Francisco José da Cruz, à Dr.^a Marília Manuel, ao Dr. Kabongo Alberto, ao Dr. José Coimbra Baptista, a Julcimara Cardoso e todos os outros responsáveis e funcionários do MIREX a cujo apoio se deve esta tese.

Aos funcionários do ISCSP, em especial ao Departamento de Estudos Avançados, na pessoa do Dr. José Pedro Vieira e ao pessoal da biblioteca, pelo apoio e carinho.

Ao gabinete do Chefe do Estado-Maior General das FAA, na pessoa do Tenente-General Paulo Morais e do Tenente-Coronel Alberto Fóster Nunda.

Ao Comando da Escola Superior de Guerra do Estado-Maior General das FAA, e especialmente ao seu segundo Comandante, tenente-general Mário Lopes Teixeira, aos brigadeiros Martinho Sachapile e Noé Caumba e Horácio Neto, ao coronel Carlos Alberto e ao capitão-de-mar-e-guerra Bento Simão, aos demais oficiais, sargentos e praças da ESG, especialmente aos funcionários da biblioteca e aos que se dedicam à preparação das condições logísticas para que possa ministrar as minhas aulas com elevada qualidade.

Ao Comando da Marinha de Guerra de Angola, na pessoa do seu Comandante, o Almirante Augusto da Silva Cunha, aos vice-Almirantes Martinho António e Manuel de Jesus.

Aos meus colegas do IESM, designadamente o Coronel Carlos Alberto Filipe, os Tenente Coronéis Abílio Lousada, Filipe e António Romão, os Majores Jorge Henriques e Daniel Valente, e o Capitão-Tenente Pedra, pelas valiosas discussões sobre o tema.

Aos atrás aludidos, e todos aqueles aqui não mencionados mas que sabem que neles estava a pensar enquanto escrevia, o meu Muito Obrigado.

INTRODUÇÃO

1. Justificação do tema

No final da década de 1950, como uma das consequências da Segunda Guerra Mundial, deu-se início ao processo de independência dos países africanos.

É assim, com naturalidade, que nasce, a 25 de Maio de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), tendo como objetivos primários a erradicação do colonialismo, a promoção da unidade e o estabelecimento de um fórum para a cooperação pacífica entre os Estados africanos.

Todavia a constituição da OUA não impediu a ocorrência de conflitos entre os Estados africanos, assim como no seio daqueles, principalmente devido à divergência sobre as fronteiras herdadas e sobre a atitude a assumir ante as potências colonizadoras, apesar do que na altura se assumiu como grande vitória da unidade africana – o compromisso de todos os Estados respeitarem as fronteiras herdadas da colonização¹.

Com efeito, apesar do reconhecido mérito da OUA na congregação de esforços para o combate contra o colonialismo no continente, no que tange aos conflitos internos raramente foi decisiva a sua ação, segundo Harbeson e Rothschild (2008), devido às divisões internas entre os Estados-membros e a relutância dos Chefes de Estado Africanos em ofender os seus pares.

Por outro lado, quando se tinham passado cerca de 20 anos de independência dos Estados Africanos, como refere o preâmbulo do *Plano de Ação de Lagos* (1980), a África não tinha sido «(...) capaz de atingir qualquer taxa de crescimento significativa ou um nível de bem-estar satisfatório (...)» (OUA, 1980: 1), pelo contrário, «certas insuficiências ao nível das políticas, conduziu a maior parte dos países à beira do colapso económico» (OUA, 1985).

¹ Julho de 1964, Sessão ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo. Esta resolução é considerada um dos pilares do Direito Internacional Africano.

O fim da Guerra Fria (1989), substituído por um novo Sistema Político Internacional (SPI) caracterizado por Ignacio Ramonet (1977) como «de caos», veio conturbar ainda mais o ambiente político-social do continente e, conseqüentemente, a sua segurança.

A necessidade de adequação ao novo contexto estratégico internacional conduziu à transformação da OUA, com base na experiência organizativa e funcional alcançada pela União Europeia, nascendo então a União Africana (UA), no ano 2000, entretanto subordinada ao espírito do Pan-africanismo.

No âmbito da nova Organização, os Estados-Membros propuseram-se, entre outros objetivos: alcançar maior solidariedade entre os povos do continente; defender a integridade territorial e independência dos Estados-Membros; acelerar a integração política, social e económica; fomentar a paz e estabilidade; fortalecer a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a coordenação e harmonização de política entre as Comunidades Económicas Regionais e a pesquisa e desenvolvimento (UA, 2000).

«Num contexto de globalização e regionalização aceleradas (...) a integração económica regional deve ser elevada à condição de prioridade» pois, «juridicamente alcançada a libertação política do continente (...), esta deve ser reforçada por um desenvolvimento económico significativo» (UA, 2004: 25) – definiu então a União Africana.

Neste espírito, mantendo o continente dividido em Regiões Geográficas, para a distribuição de cargos na Organização, a UA reforçou o papel dos Mecanismos de Cooperação (MC)² e, especialmente, das Comunidades Económicas Regionais (CER), no âmbito das quais decidiu abordar, quer a integração regional, quer a manutenção da paz e segurança no continente.

Entretanto, o novo contexto estratégico pós-Guerra Fria, caracterizado também pelo aumento da instabilidade em várias partes do globo e, especialmente, no Médio Oriente, até então tradicional fonte de abastecimento (em recursos energéticos) das economias

² *Entidades regionais que, assente em vínculos geográficos ou de outra índole, se constituem para participar no processo de desenvolvimento do continente, integrando mais do que uma, ou parte de alguma Comunidade Económica Regional.*

mais desenvolvidas, potenciou a emergência de novas regiões, entre as quais a do Golfo da Guiné, então escolhida como fonte de recursos energéticos para os Estados Unidos da América (EUA), mas também para a China, a Índia, o Japão e a Europa.

No quadro do aumento da importância do Golfo da Guiné, alguns dos Chefes de Estado da região anunciaram, no ano de 1999 (19 de Julho), o estabelecimento de uma organização a que designaram «Comissão do Golfo da Guiné – CGG», cujo Tratado constitutivo assinaram em Libreville (Gabão), no dia 3 de Julho de 2001 (em Anexo 2).

Nascida como um potencial Mecanismo de Cooperação, a CGG integra Estados de 3 CER da UA, designadamente, da CEDEAO, da CEEAC e da SADC, sendo atualmente seus membros, as repúblicas de Angola, Camarões, Congo, Congo Democrático, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e S. Tomé e Príncipe.

Ao estabelecer-se, a CGG (CGG, 2001, Art. 3º d) propôs-se alcançar objetivos tão amplos, que se estendem desde «a promoção da cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana (CEA) e a União Africana, para contribuir para o desenvolvimento do Continente», até à definição de políticas comuns, designadamente nos domínios da «promoção económica e da integração do Golfo, incluindo o domínio da paz e segurança» (Tratado CGG, 2001: Art.º 5).

Esta realidade, desde já impele os Estados que se constituíram em Comissão do Golfo da Guiné a abordar, entre outras questões, a que se refere ao conceito de região do Golfo da Guiné e ao papel e lugar de cada um no quadro da região que se propuseram constituir, uma vez que qualquer um deles está integrado no mecanismo funcional da UA, portanto, pertence já a, pelo menos, uma CER.

Neste quadro particular, é de referir-se que, desde o ponto de vista da geografia, existem diversas teorias em relação à região denominada Golfo da Guiné.

Contudo, a análise bibliográfica realizada revelou que são poucos os estudos sobre África e a região em particular. Aparte as teorias geográficas referidas, ainda assim pouco aprofundadas, os estudos que existem raramente abordam a sua configuração geopolítica, não tratam de forma sistematizada a problemática do seu desenvolvimento

integrado e, muito menos ainda, a contribuição individual dos Estados para um processo do género, alicerçado numa estratégia de segurança comum.

É no âmbito da resolução destas carências que a presente investigação se insere, procurando contribuir para o esclarecimento do contexto estratégico da região como uma entidade geopolítica, para encetar um processo de desenvolvimento integrado, e determinar o papel e lugar relativo dos Estados que a integram, designadamente no que se refere ao quadro de paz e segurança considerado necessário à sua materialização.

Particularmente relevante manifesta-se o facto da questão da paz e segurança sugerir fatores diversos que se apresentam, uma vez isolados, outras conjugados, mas quase sempre inter-relacionados, o que justifica plenamente a realização desta investigação ou, dito de outro modo, a apresentam como pertinente, atual, e relevante no contexto dos estudos estratégicos sobre África.

2. Problemática e delimitação

O facto da humanidade estar a viver, no calendário ocidental, o seu vigésimo primeiro século poderia levar a considerar obsoleto determinado sentido de análise, porém «o mundo no início do século XXI é um estranho coquetel de continuidade e mudança. Alguns aspectos da política internacional não mudaram desde Tucídides. Há uma certa lógica na hostilidade, um dilema quanto à segurança que acompanha a política entre Estados. Alianças, equilíbrios de poder e escolhas na política entre a guerra e um compromisso permaneceram semelhantes ao longo dos milénios» (NYE, 2009: 2).

Com efeito, na sociedade internacional «a igualdade soberana e de direito das entidades sociais politicamente organizadas, a par da diferenciação concreta e da desigualdade efetiva entre as respectivas capacidades potenciais determina, por um lado, a ausência de uma autoridade superior ao conjunto, viabilizando, por outro lado, a hierarquização das entidades sociais politicamente organizadas em Estados, baseada no critério do poder» (SANTOS, 2009: 30).

África, assim como os processos em que está envolvida, são, no âmbito deste estudo, tratados no quadro do conceito de sociedade internacional. Pois, neles observa-se, o que

Victor (SANTOS, 2009, *apud* Arenal, 1990) descreve como a manifestação de uma pluralidade de atores, incluindo não-estatais que mantêm entre si relações estáveis e não esporádicas que são tanto de tipo cooperativo como de oposição; um certo grau de aceitação das regras e instituições comuns para a regulação e ordenação dessas relações; um elemento de ordem, precário e imperfeito, o que significa que é possível e desejável procurar novas formas de convivência social através da mudança das estruturas atuais, num quadro em que as relações sociais configuram um todo complexo que é mais do que a soma das mesmas, sendo esta mais uma razão que justifica a realização do presente estudo.

Neste quadro, quando o atual ambiente estratégico no continente africano está caracterizado principalmente pela instabilidade gerada por divergências de diversa ordem entre a maior parte dos Estados que aí se localizam; pelas disputas, particularmente de origem étnico/tribal e religiosa, entre algumas populações daqueles Estados; pelas manipulações de ordem política e não só, que atores externos exercem sobre os governos e elites; e pelas disputas entre atores externos cujos interesses conflituam na região; afigura-se que a constituição da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) pode representar para a região um mecanismo de regulação e ordenação das relações entre os seus Estados, constituindo-se num instrumento que contribuirá para a harmonização dos seus interesses no quadro do desenvolvimento.

Uma análise sistémica do espaço geopolítico que serve de campo da investigação, pressupõe a análise dos atores que nele atuam, designadamente a sua orientação política relativa à CGG e às outras entidades que sustentam a relação entre os Estados que aí se localizam, bem como os processos que os envolvem. Esta conduz ao desenvolvimento do objeto da investigação – as condições de estabelecimento da região do Golfo da Guiné como entidade geopolítica, e o papel e lugar dos Estados aí localizados no seu desenvolvimento integrado.

Deste modo, no âmbito dos oito Estados que atualmente integram a Comissão do Golfo da Guiné, a investigação elegeu para análise – a posição estratégica da República de Angola, país que alberga a sede da Organização, no quadro da região – considerando os seus objetivos, especialmente o desenvolvimento integrado.

Contudo, o estudo da problemática da investigação, empregando métodos teóricos e empíricos, concluiu que o desenvolvimento integrado desta região depende, antes de mais, do ambiente de paz e segurança na mesma. Por esta razão, decidiu-se limitar a investigação ao processo de estabelecimento do ambiente de paz e segurança necessários ao desenvolvimento da região do Golfo da Guiné. Neste quadro particular, pela possibilidade do acesso à informação e pelo saber do investigador, limitou-se o âmbito da pesquisa às vertentes da política externa e da política de defesa.

3. Objetivos

A investigação visa, de forma genérica, contribuir ao esclarecimento do contexto estratégico em que a região pretende encetar o seu processo de desenvolvimento integrado, especialmente a contribuição que a República de Angola poderá dar ao estabelecimento do quadro de paz e segurança.

De forma específica, uma vez feito o enquadramento político do continente, com vista à determinação do contexto estratégico em que está envolvida a região, a investigação propõe-se alcançar os objetivos, a saber:

- Fixar os limites do espaço geopolítico do Golfo da Guiné, o campo da investigação, assinalando as condicionantes à sua materialização.
- Desenvolver uma análise à região do Golfo da Guiné definida pela investigação, para determinar, a partir das condicionantes internas e externas ao seu desenvolvimento integrado, o seu atual conceito de integração regional.
- Propor a construção de um modelo de investigação que contribua ao entendimento da posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné, esclarecendo a condição em que ela pode contribuir ao estabelecimento do quadro de segurança em que se apoie o desenvolvimento harmonioso da região.
- Propor um conjunto de Princípios Estratégicos de Longo Prazo (Linhas de Força), que contribuam para enformar a tomada de decisão das políticas externa e de defesa de Angola em relação ao Golfo da Guiné.

Para dar tratamento à problemática e alcançar os objetivos preconizados, a investigação partiu da seguinte questão: **Que lugar e que papel podem estar reservados à**

República de Angola, no quadro do estabelecimento do ambiente de paz e segurança necessário ao processo de desenvolvimento harmonioso da região do Golfo da Guiné?

Identificadas e explicitadas a partir da comparação de diversas abordagens reveladas pelas leituras e pelos contactos exploratórios realizados, bem como pela permanente observação participante decorrente do envolvimento pessoal no processo de materialização do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, contribuíram para identificar a abordagem mais adequada, as seguintes questões derivadas, que traduzem a problemática em análise:

1. Qual o enquadramento teórico para abordar o objeto do estudo?
2. Como o ambiente estratégico da região do Golfo da Guiné está condicionado pelo enquadramento da África subsaariana no Sistema Político Internacional (SPI)?
3. Qual a conjuntura geopolítica e geoestratégica no Golfo da Guiné?
4. Qual o estado do potencial estratégico (base do poder) de Angola?
5. O que caracteriza a posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné?

A investigação parte da hipótese geral, cujo desenvolvimento procura verificar, de que o papel reservado à República de Angola no processo de estabelecimento do quadro de paz e segurança em que assenta o desenvolvimento harmonioso da região do Golfo da Guiné, é função da sua posição estratégica na região, considerado o ambiente estratégico regional e internacional.

4. Metodologia

A elaboração de um quadro metodológico que consiga situar o objeto do estudo e os seus objetivos operacionais corresponde a um processo, normalmente incompleto, de reiterada avaliação de dados e conceitos.

Ora, o estudo da posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné pressupõe uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas, numa perspectiva simultaneamente multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

No que se refere à multidisciplinaridade, ela é encontrada, por um lado, no objeto de estudo e, por outro, na pluralidade metodológica.

Com efeito, o tratamento do objeto de estudo – a definição da região do Golfo da Guiné como entidade geopolítica, e o papel e lugar dos Estados integrantes no seu desenvolvimento integrado – obriga o concurso de várias perspectivas disciplinares, que ultrapassam os quadros teóricos das ciências sociais. A parcialização analítica deste fenómeno, que inclui processos sociais tão complexos como os que trata o objeto do estudo, parece ser pouco apropriada para dar conta de dinâmicas que surgem e evoluem para além de toda a tentativa de sua racionalização pelos atores envolvidos.

No que se refere à interdisciplinaridade, ela é encontrada na contribuição das diversas áreas disciplinares para a abordagem do objeto do estudo.

Como refere Freudenberg (1989), a interdisciplinaridade pressupõe interação e diálogo entre as várias disciplinas envolvidas numa experiência, não representando, de acordo com Midgley (1988), algum perigo de diluição das identidades específicas de cada disciplina das ciências sociais que participam.

Para determinar as condicionantes ao estabelecimento da região do Golfo da Guiné como entidade geopolítica, e o papel e lugar dos Estados aí localizados no seu desenvolvimento harmonioso a perspectiva dominante é a das Ciências Políticas. Contudo, no quadro da interdisciplinaridade, esta convoca de forma imediata, a Geopolítica, a Estratégia e as Relações Internacionais e, de forma mais intercalada, outras, designadamente a história, a economia e a antropologia.

Entretanto, a presente investigação encontra também enquadramento no âmbito da transdisciplinaridade, isto é, no quadro de interação contínua e ininterrupta de todas as disciplinas, com base num pensamento organizador. Pois, a transdisciplinaridade «se utiliza de várias ciências para constituir uma unidade complexa a ser estudada» (MORINI, 2008), na medida em que «(...) não procura a dominação de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa» (SANTOS, 1995).

Assim, no âmbito teórico-metodológico, apesar da natureza multidisciplinar da investigação, a delimitação do seu objeto e campo de análise permitiu enquadrá-la na área das ciências sociais.

A consideração das várias perspectivas das ciências sociais conduziu à eleição do quadro metodológico da perspectiva sistémica, introduzida nas ciências sociais por intermédio dos trabalhos de Talcott Parsons (1951).

Partindo daquela, a investigação enquadrou no âmbito da ação humana a problemática relativa ao papel e lugar da República de Angola no processo de desenvolvimento harmonioso do Golfo da Guiné. Dito de outro modo, apreciou o objeto no quadro da organização de relações de interação entre o agente e a situação na qual se encontra.

Deste modo, no âmbito do presente estudo, considerou-se a República de Angola um sistema político inserido no ambiente social que constitui o Golfo da Guiné, por sua vez inserido no ambiente social do continente africano e internacional.

Neste quadro, impôs-se à investigação determinar a natureza das influências que sobre ela atuam; como lhe são transmitidas aquelas; de que forma reage às mesmas; e que efeitos provocam as suas ações e reações no ambiente social em que está inserida.

Dividido em externo e interno, para efeito de análise, considerou-se parte do ambiente social externo, que exerce influência sobre Angola, o ambiente social da região do Golfo da Guiné, do continente e internacional (global). No âmbito do ambiente social interno enquadrou-se o ambiente social da República de Angola, formado, entre outros, pelo seu quadro psicológico, biológico e político.

Os dois sistemas influenciam-se mutuamente, num quadro de exigências e apoios em que se consideram, por um lado, os interesses políticos dos demais países da região; das entidades estatais externas à própria região, mas que aí satisfazem as suas necessidades em recursos; das entidades externas não-estatais (ONG, grupos de crime organizado, etc.); e, nos interesses próprios da sociedade angolana, corporalizados principalmente

nos interesses das suas elites³; e, por outro, a História Nacional; a História e tradições comuns da região; a perspectiva de futuro comum gerada pela partilha de recursos e problemas para o que foi estabelecida uma organização política; a História do Continente e os interesses convergentes das suas elites.

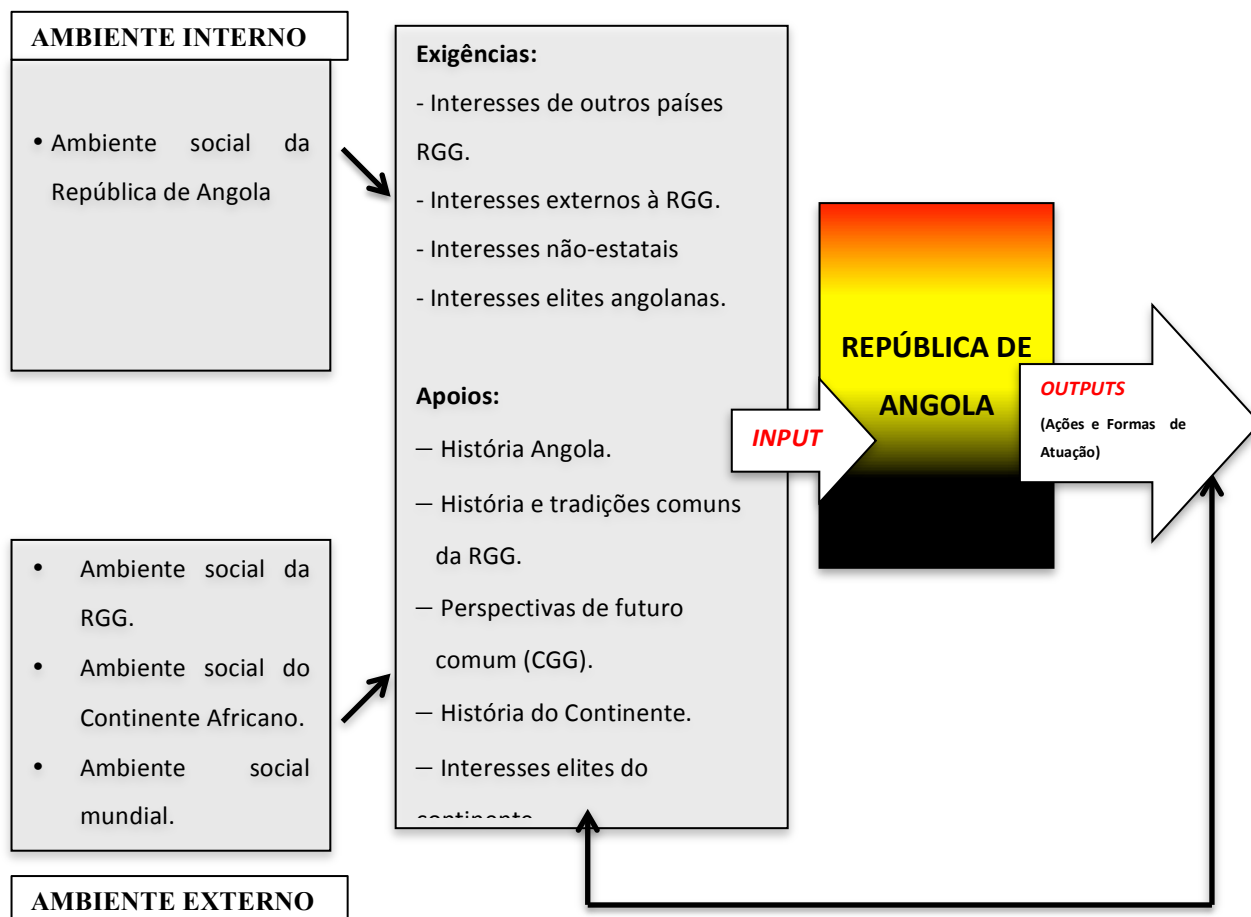


Figura 1 – Esquema do Sistema Político de (EASTON, 1960) adaptado pelo autor

A análise do ambiente social que estuda a investigação desenvolveu-se empregando os métodos da Geopolítica, especialmente o sistematizado pelo general brasileiro Golbery e Silva (1967), denominado «Método Geral de Raciocínio Geopolítico».

³ Segundo o General Cabral Couto para o domínio da Estratégia «apenas se consideram as ameaças provenientes de uma vontade consciente» (COUTO, 1988).

Neste quadro particular, apreciou-se a oposição de interesses no continente e na região, tanto entre os Estados aí localizados, como outros cujos interesses aí se satisfazem e, especialmente, a forma como a República de Angola os percebe e a eles reage.

De igual modo, assumindo-se que os processos disjuntivos (contextos estratégicos) decorrentes do processo de materialização do objectivo de realizar o desenvolvimento harmonioso da região encontram solução também pelo recurso à coação, a investigação serviu-se também dos métodos da Estratégia.

Neste quadro específico, o estudo empregou o «método de planeamento contínuo da ação estratégica do Estado», concebido pelo general português Abel Couto (1988), explorado por Silva Ribeiro (2010).

Finalmente, a perspectiva sistémica levada à análise das relações entre a República de Angola e os Estados da região, para determinar a interação entre os mesmos, a influência mútua e do conjunto no ambiente continental e global, garantiu à investigação a profundidade e compreensão que se perderia ao tratar de forma diferente o objeto de estudo.

Por outro lado, desde a perspectiva metodológica empírica, a investigação utilizou os métodos da Observação, da Análise Documental, da Consulta a Peritos e da Entrevista. Neste âmbito, considerou as limitações da técnica de Observação, designadamente a subjetividade do investigador e a alteração do comportamento dos observados ao tomarem consciência da existência da investigação.

Tendo apreciado o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné; os Regulamentos de Funcionamento da CGG; os documentos resultantes das sessões de trabalho dos órgãos da CGG, designadamente das Conferências de Chefes de Estado e de Governo e dos Conselhos de Ministros; assim como relatos de acontecimentos vividos diretamente por seus integrantes e funcionários, como instrumento de trabalho no quadro da análise documental, a investigação considerou peritos entidades ligadas à implementação da Política Externa de alguns países da região e quadros seniores da CGG.

5. Apresentação do trabalho

O resultado da investigação é apresentado em seis (6) partes, para além desta introdução em que se apresentam as razões que fundamentam o desenvolvimento da mesma, isto é, a sua necessidade, pertinência e atualidade, o seu objeto e delimitação, o problema científico que trata, os objetivos que pretendeu alcançar e as contribuições dela esperadas.

A primeira parte explica o modelo utilizado para desenvolver a investigação, especialmente o seu modelo de análise.

A segunda parte apresenta o enquadramento teórico da investigação. Deste modo situados o objeto da pesquisa e os seus objetivos operacionais num quadro metodológico, esclarece os conceitos teóricos em que assentou a investigação.

A terceira parte esclarece o enquadramento político relevante para o tema. Para o efeito, partindo da evolução histórica do continente africano para considerar a forma como nasceram os atuais Estados que o constituem, caracteriza o seu ambiente estratégico, apreciando o ambiente interno assim como a influência dos principais atores no atual Sistema Político Internacional (SPI), com o objetivo de determinar como e que fatores (atores) deste ambiente potencialmente condicionam o desenvolvimento de entidades políticas, tal como a região em que se desenvolve o estudo.

A quarta parte, partindo de um novo enquadramento geopolítico para o continente africano, que o afasta da condição de bloco monolítico a que tem sido remetido, fixa os limites da região geopolítica que constitui o campo do Estudo – o Golfo da Guiné – e apresenta a forma particular como esta é afectada pelo contexto estratégico do continente. De igual modo, esta parte desenvolve uma análise do ambiente geopolítico e geoestratégico da região.

A quinta parte trata da questão do Potencial Estratégico de Angola, apreciando o grau de desenvolvimento dos fatores de poder, tais como definidos pela Geopolítica. Utiliza o conceito de Bases do Poder para considerar os fatores de poder do país a partir do seu

estado de desenvolvimento e, em comparação com iguais fatores dos restantes países da região.

A sexta parte esclarece a posição estratégica da República de Angola na região, isto é, o papel que lhe é possível desempenhar para que possa ocorrer o desenvolvimento harmonioso da mesma num quadro de paz e segurança. Nesta parte apreciam-se como se enquadra nos objetivos nacionais atuais a intenção de transformar a região em zona de paz e segurança. De igual modo faz-se a interação dos cenários regional, continental e internacional com as Base do Poder do país, para determinar os Objetivos Nacionais Atuais no âmbito da região e concluir sobre os conceitos estratégicos de relações externas e de defesa de Angola, que se materializam através de Linhas de Forças de Política Externa e de Defesa Nacional que enformam as políticas externa e de defesa nacional para a região.

Nas conclusões da investigação, apresentam-se as linhas gerais de procedimento seguidas para se encontrar a questão de partida; o modelo da investigação; os resultados obtidos, designadamente o seu contributo à teoria e à prática; e uma análise sobre a consistência estratégica da atuação de Angola na região, que informa sobre a sua posição estratégica no Golfo da Guiné, consubstanciado no lugar que pode ocupar e no papel que pode desempenhar no processo de transformação da região numa zona de paz e segurança.

I PARTE – O MODELO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação sobre a posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné, aparentemente simples, é, na verdade, um processo que a teoria das Relações Internacionais designa como de «complexidade analítica» (SANTOS, 2007: 27), tendo em consideração que o objeto de estudo denota uma interpenetrabilidade metodológica, evidenciando uma complementaridade funcional interativa e sinérgica.

Só por si, esta é razão suficiente para justificar o desenvolvimento de um Modelo de Investigação que inclua um Modelo de Análise, através do qual se articulam os conceitos e hipóteses com que opera a investigação.

De igual modo, a complexidade da investigação, no âmbito dos Estudos Estratégicos, conduz à utilização da perspectiva da transdisciplinaridade. Com efeito, embora ainda esteja em construção a sua abordagem teórico-metodológica, como referem Renato dos Santos (1995) e Edgar Morini (2008), a transdisciplinaridade propõe um modo de conhecer e produzir conhecimento que religa conhecimentos entre, através e além das disciplinas, numa perspectiva multi-referencial e multidimensional. Ela apresenta-se como uma instância integradora, contínua e ininterrupta de saberes e de conhecimentos de todas as disciplinas, com base num pensamento organizador.

6. A problemática e a pergunta de partida

Apreciada a problemática da investigação, atrás apresentada, a investigação desenvolveu-se a partir de uma ideia central – o pensamento organizador – representada por uma questão de partida (questão central).

A questão central da investigação, a partir da qual se construiu a investigação, foi colocada da seguinte forma: *Que lugar e que papel podem estar reservados à República de Angola no quadro do desenvolvimento integrado da região do Golfo da Guiné?*

O estudo da problemática da investigação, empregando métodos teóricos e empíricos antes referidos, concluiu que o desenvolvimento integrado desta região depende, antes de mais, do ambiente de paz e segurança na mesma. Por esta razão, o Modelo de Análise reformulou a questão de partida, que tomou a seguinte configuração: *Que papel*

e lugar podem estar reservados à República de Angola no processo de estabelecimento do ambiente de paz e segurança necessários ao desenvolvimento integrado da região do Golfo da Guiné?

Como pode apreciar-se, a questão de partida envolve várias noções que representam mais do que simples definições dos dicionários, pois referem dimensões teóricas maiores que necessitam de ser desenvolvidas e operacionalizadas.

Isto mostra-se particularmente importante ao considerar-se a necessidade de evitar que aqueles que tenham acesso à investigação ou aos seus resultados, eventualmente operem a partir de conceitos distintos dos que orientou o investigador, prestando-se a situação a dificuldades de interpretação.

7. O modelo de análise

As diversas noções que gerou a questão de partida da investigação, como atrás referido, mais do que simples definições de dicionário, originaram um conjunto de conceitos associados a hipóteses. «Este conjunto de conceitos e de hipóteses, logicamente articulados entre si, constitui, portanto, o modelo de análise» (QUIVY and CAMPENHOUDT, 2008: 139).

O modelo de análise da investigação assenta, no modelo teórico (BOURDIEU e PASSERON, 1968), empregando o método hipotético-dedutivo aplicado às ciências sociais (QUIVY and CAMPENHOUDT, 2008).

Deste modo, o investigador, depois de os ter identificado, discutiu os conceitos teóricos chave da investigação, dando-lhes a interpretação necessária ao processo do seu desenvolvimento.

Estes conceitos poderiam ser construídos de forma empírica, a partir de observações diretas ou de informações reunidas por outros, como referem Raymond Boudon e Paul Lazarsfield em *Le vocabulaire des sciences sociales*. Contudo, contrariamente a este método que constrói conceitos operatórios isolados (BOUDON e LAZARSFIELD, 1965: 49–59), a investigação utilizou fundamentalmente o método do conceito

sistémico, construído a partir do raciocínio abstrato e das hipóteses, articulando-se logicamente entre si.

Na realidade, «Os conceitos não retêm todos os aspectos da realidade em questão mas tão-somente o que exprime o essencial dessa realidade, do ponto de vista do investigador. Trata-se portanto de uma construção-seleção» (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008: 122).

Ainda segundo Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), construir um conceito é precisar os indicadores graças aos quais as dimensões poderão ser medidas.

Neste quadro, a resposta à questão de partida colocada pela investigação assume a hipótese de que o papel e lugar reservado a Angola é uma função da posição estratégica de Angola na região, observada a conjuntura regional e internacional. Isto reflete uma relação similar à que representa a Figura 2.

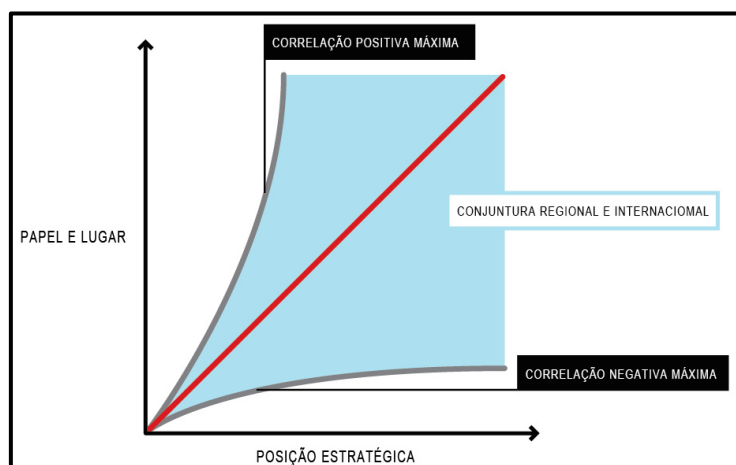


Figura 2 – Relação entre a posição estratégica e papel e lugar de um país numa região⁴

Como é possível apreciar da formulação teórica da hipótese representada graficamente na Figura 2, a noção «papel e lugar» implica e está indissociavelmente correlacionada ao conceito de «posição estratégica».

⁴ Conceito operacional e figura de criação do autor.

Quanto mais desenvolvida a «posição estratégica» maior será o potencial «papel e lugar». Contudo, o real «papel e lugar» estará sempre condicionado (positiva ou negativamente) pela conjuntura regional e internacional.

A relação entre a hipótese concebida e, especialmente, o conceito de posição estratégica, gerou novas noções e conceitos, originando novas questões, derivadas da de partida (central).

Efetivamente, estando clara a necessidade da discussão dos conceitos teóricos em que se funda a investigação, teve-se em atenção outras considerações deles decorrentes, que se podem encontrar na análise de Everaldo Backheuser (1952), segundo o qual convém que o político não esqueça nunca que a nação não vive só e isolada no mundo, tendo, ao contrário, as contingências da sua vida e do seu desenvolvimento condicionados pelo progresso e pelas pressões de outros povos da Terra. Para prover, pois, as necessidades do povo do seu país, ele precisa conhecer muito bem os outros países, as condições económicas e de evolução desses outros Estados, e as respectivas organizações sociais. O estudo de cada política nacional terá de ser feito sempre à luz da política internacional dominante. O estudo de cada um dos ramos em que se subdivide a Ciência Política terá igualmente de ser encarado confrontando-o, passo a passo, com o ramo correspondente nos vários outros países da Terra.

Estas razões conduziram à necessidade de responder a indagações que esclarecessem sobre: (i) De que forma a conjuntura político-estratégica da África subsaariana, e do SPI em que esta está inserida, condiciona o ambiente na região do Golfo da Guiné? (ii) Qual a conjuntura geopolítica e geoestratégica da região do Golfo da Guiné, que condiciona o potencial papel e lugar de Angola na região? e, (iii) Qual o estado de desenvolvimento das fontes do poder da República de Angola, em que se fundamenta a sua Posição Estratégica na região?

Considerou-se que a discussão dos conceitos teóricos em que se baseou a investigação e as respostas àquelas indagações, devem permitir:

- (i) Construir os conceitos operacionais da investigação, destacando-se dentre eles o de Posição Estratégica, que representou o pensamento organizador da investigação;

- (ii) Concluir sobre o modelo de inserção do continente africano no SPI e a forma como surgiram os Estados independentes nele atualmente localizados, assim como as suas relações no continente e fora dele;
- (iii) Concluir sobre a conjuntura geoestratégica da região do Golfo da Guiné e o seu condicionamento ao projeto de desenvolvimento harmonioso;
- (iv) Entender os pontos fortes e fracos das Bases do Poder de Angola na sua relação com as bases de poder dos outros Estados da região; e
- (v) Tendo em atenção os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) da República de Angola, as características das suas elites, as suas visões geoestratégicas, os confrontos e obstáculos que tem que vencer, as dificuldades que tem que diferir, os apoios e oportunidades que pode aproveitar e explorar, e as neutralidades que pode relegar, concluir sobre os Objetivos Nacionais Atuais relevantes; e outros elementos necessários à sua materialização, designadamente algumas Linhas de Força de Política Externa (LFPE) e Linhas de Força de Defesa Nacional (LFDN), relacionadas com a região do Golfo da Guiné.



Figura 3 – Representação do Modelo da Investigação⁵

⁵ Criação do autor.

8. A observação e análise

A observação dos fenómenos que ocorrem no âmbito da problemática da investigação realizou-se acompanhado do processo de análise estabelecido através da relação Questão de Partida – Conceitos – Hipóteses – Questões Derivadas, empregando a perspectiva da transdisciplinaridade, tendo como pensamento organizador o conceito de Posição Estratégica. Neste quadro, predominantemente, a investigação desenvolveu o seu grau de observação e análise utilizando os métodos de análise da Geopolítica (SILVA, 1967; COHEN, 1968; CÉLÉRIER, 1983), da Estratégia (RIBEIRO, 2010) e das Relações Internacionais (SANTOS, 2009), assim como recursos da Matemática para o tratamento de alguns aspectos específicos.

O modelo de investigação desenvolvido, designado de «Análise em Profundidade», partiu do pressuposto que, para se alcançar o conhecimento da essência e consequências da «posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné», o processo de observação e análise deveria contemplar três (3) níveis, a saber: Macro, Meso e Micro.

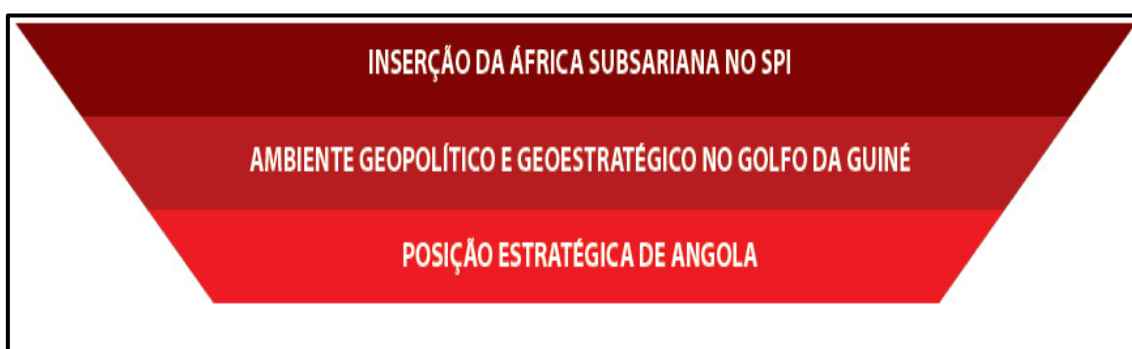


Figura 4 – Os níveis de análise da investigação⁶

Assim, o quadro de análise macro considerou o modo como a África subsaariana se inseriu no SPI e como esta condiciona o ambiente estratégico do continente e especialmente do Golfo da Guiné; a influência do modo como a África se inseriu no SPI na formação dos atuais Estados africanos, ou seja, aquilo a que Sousa Lara (2014: 40) designou por «arquitetura geopolítica»⁷ e que gerou um legado superestrutural que disse ser criminogénico; assim como no processo de interação entre os Estados desta parte do

⁶ Criação do autor.

⁷ Segundo este autor, «A existência da arquitetura geopolítica é particularmente evidente em momentos de partilha de territórios, de desmembramento de impérios derrotados ou de resolução de conflitos.»

continente, e destes com os poderes externos no âmbito da conjuntura estratégica internacional.

A consideração, especialmente, dos laços geográficos, geológicos, sócio-culturais, políticos e históricos entre os povos do continente permitiu ainda identificar, entre as regiões do continente, aquela que constituiu o objecto da investigação, o Golfo da Guiné.



Figura 5 – Processo de análise no nível macro⁸

Por outro lado, o nível meso apreciou a conjuntura geopolítica e geoestratégica da região do Golfo da Guiné uma vez que é sobre esta que a análise pretendia projetar a influência de Angola para o estabelecimento de um quadro de desenvolvimento harmonioso, num primeiro momento limitado ao estabelecimento do ambiente de paz e segurança na região.

A análise neste nível pretendeu alcançar o conhecimento sobre o quadro geopolítico e geoestratégico da região; a oposição de interesses entre a região e outras do continente, assim como desta com outros interesses estranhos ao continente e entre os Estados que nela se localizam.

⁸ Criação do autor.

Os processos que ocorrem neste nível são especialmente importantes, porque propagam-se de imediato ao ambiente sociopolítico angolano, principalmente ao seu quadro de segurança e defesa.



Figura 6 – Processo de análise no nível meso (intermédio)⁹

Considerou-se que somente depois de desenvolvidos os anteriores quadros de análise, alcançava-se o escalão de conhecimento que permitia passar à análise do quadro micro que, finalmente, apreciou a posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné com vista a determinar-se o lugar do País entre os poderes da região, e o papel que o mesmo pode desempenhar nos processos que nela se desenvolvem.

A análise deste nível, partindo dos factores do espaço geopolítico e do enquadramento estratégico do país, procurou determinar o grau de desenvolvimento da base do poder atual de Angola, definido como o resultado do aproveitamento do seu potencial estratégico e fontes de poder, manifestando-se especialmente através dos componentes do seu IDH em comparação com os dos demais países da região; assim como a oposição de interesses entre o país e os demais da região, ou outras entidades políticas com interesse nesta, manifestada através do quadro que se designou de «regiões geoestratégicas».

⁹ Criação do autor.



Figura 7 – Processo de análise no nível micro¹⁰

O desenvolvimento do Processo de Análise no nível micro baseou-se, essencialmente, nos métodos das ciências atrás referidas, especialmente nos da Geopolítica e da Estratégia.

Contudo, é importante referir que não existe uma única forma de analisar a geopolítica de um Estado ou de uma região, de modo que fazê-lo é um desafio que cada autor deve vencer em cada caso. Desde já, enquanto a geopolítica clássica emprega o conceito de potencial estratégico como factor de análise, a investigação empregou o conceito de

¹⁰ *Idem.*

base de poder. Pois considerou que esta forma mais se adequava ao quadro de análise pretendido, de projeção do país para uma região, no caso o Golfo da Guiné, não partindo do seu potencial estratégico – que apreciou como um pressuposto imaginado – mas do resultado da sua exploração.

Para Geoffrey Parker (1998), em *Geopolitics – past, present and future*, a análise geopolítica deve ser feita em três (3) passos, a saber: (i) Exame das características próprias dos objetos espaciais primários; (ii) Avaliação das interações dos objetos espaciais em análise e os padrões espaciais produzidos por estas; e, (iii) O exame do espaço geopolítico como um todo, de modo a entender-se as suas características gerais. Esta análise tem a vantagem de se apresentar inclusiva e holística, apreciando os fenómenos locais e incorporando-os nos gerais, servindo assim o quadro local, nacional, regional e mundial.

Por outro lado, Samuel Cohen (1968) considerou que a análise geopolítica é caracterizada pela (i) Descrição dos ambientes geográficos na sua relação com o poder político e, (ii) Elaboração de padrões internacionais que abranjam as unidades políticas em interação. A partir desta interpretação, Cohen apresentou seis (6) métodos para a realização da análise geopolítica.

- (i) O método da *análise do poder*, que centraliza a análise no levantamento e apreciação dos fatores do poder, designadamente aspetos físicos, humanos e económicos do Estado em análise.
- (ii) O método *histórico*, que enfatiza o estudo dos elementos da história da unidade política em análise, principalmente no aspeto político na sua relação com a geografia. Este método auxilia na compreensão dos componentes culturais e percepções da sociedade, sendo muito usado no estudo da génese e processos de desenvolvimento de regiões.
- (iii) O método *morfológico*, baseado nas características estruturais da unidade política em análise, designadamente a sua posição relativa, a dimensão e configuração, assim como características demográficas, entre outras. Este método aprecia o Estado como um objeto geográfico.
- (iv) O método *funcional*, que aprecia as unidades políticas considerando as funções internas e externas. No primeiro aspeto, considera os elementos

relacionados com a manutenção da unidade territorial, para observar questões como o controle político, o estado socioeconómico, o sentimento de pertença da população, entre outros. Em relação às funções externas, esta análise aprecia principalmente as relações da unidade política com o resto do mundo, separando-as em territoriais (fronteiras), políticas (soberania, reconhecimento internacional), económicas (comércio, investimentos), e estratégicas (poder do Estado).

- (v) O método do *comportamento*, baseado na observação do comportamento para compreender situações relacionadas com interação espacial. Ganham primazia neste método questões relacionadas com o sentido de espaço da unidade política (defesa, ocupação, utilização).
- (vi) O método *sistémico*, que estuda o sistema internacional considerando os processos políticos (relações políticas, estrutura e forças sociais) em relação com o espaço geográfico (lugar, região). Este método emprega-se principalmente quando se pretende apreciar a realidade internacional globalizada como prioridade.

Todavia, outros autores apreciam os elementos do quadro geopolítico de forma diferente, para os referir, por exemplo, como estáveis e variáveis. Entre aqueles, Pierre (CÉLÉRIER, 1983), em *Géopolitique et géostratégie*, apreciou como fatores estáveis (i) O espaço e suas divisões, (ii) O território e (iii) A posição. Para este autor, o espaço diferenciado e organizado é o objeto de estudo da Geopolítica, pois as divisões políticas do espaço, os Estados, numa relação de interdependência, protagonizam as interações políticas com o objetivo de obter mudanças que consideram necessárias. O território é um fator primordial para o Estado e para os indivíduos que o habitam, sendo caracterizado pela extensão, a estrutura física (relevo, hidrografia e outros acidentes geográficos), a configuração (fronteiras), e a posição do Estado, que pode ser marítima ou central.

Em relação aos fatores variáveis, Célérier (1983) considerou as populações, os recursos naturais, os recursos energéticos e as estruturas políticas (organização política, tipo de Governo) e social (modo de vida da população, relação entre Estado e população).

Deste modo, a perspectiva de Célérier pretende abarcar as dimensões geográfica, económica, social e política da unidade política em análise.

Por sua vez, em *El Conocimiento Geopolítico*, José Filipe Marini (1985), num modelo muito similar ao que utiliza Célérier, acrescenta aspetos tais como o clima e a fertilidade dos solos, a ocupação do espaço ecúmeno, o fator circulação e a dualidade marítima e continental, entre outros.

Num bem conseguido esforço de síntese, o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), de Portugal, emprega um modelo de análise que se desenvolve em quatro (4) etapas, a saber: (i) A análise do Quadro Geopolítico de Referência (QGR), em que se identifica a distribuição geográfica das relações de poder e dos interesses em jogo no espaço em estudo; (ii) A análise do Cenário Estratégico Base (CEB), em que se identificam os atores e interesses estratégicos em presença e, se possível, as tendências de evolução; (iii) O estudo dos Fatores Geopolíticos e Geoestratégicos, com vista a criar modelos interpretativos da realidade, através da correlação dos mesmos. Para o efeito empregam-se métodos que se complementam, atrás referidos ao abordar-se o modelo de Cohen (1968); (iv) O estudo da interação com as influências externas, baseada nos resultados da análise do QGR e do CEB, assim como nas relações retiradas da análise dos factores geopolíticos e geoestratégicos, permite obter informação sobre: os principais atores, os interesses em jogo, os fatores de poder, as vulnerabilidades mais importantes, os quadros de relações políticas exteriores e os instrumentos de coação existentes (IAM, 1993).

A investigação empregou os modelos e métodos atrás referidos de forma complementar.

O modelo da investigação permitiu a observação utilizando os métodos referidos na introdução (metodologia).

Por outro lado, o modelo de investigação permitiu, como representa a Figura 4, determinar a influência que o nível mais alargado exerce sobre o posterior, e alcançar o conhecimento necessário para o desenvolvimento do seguinte.

Em última instância, a aplicação do modelo da investigação permitiu, na Fase da Estratégia, caracterizar a posição estratégica da República de Angola na região do Golfo

da Guiné, materializada pelos Objetivos Nacionais Atuais que geraram Conceitos Estratégicos e Linhas de Forças para a Política Externa e para a Defesa Nacional.



Figura 8 – Aplicação do Modelo da Investigação à Fase da Estratégia¹¹

¹¹ Criação do autor.

II PARTE – O ENQUADRAMENTO TEÓRICO: ELEMENTOS E CONCEITOS

«As teorias são como mapas que nos permitem entender um terreno desconhecido. Sem elas, estamos perdidos. Se estivermos conscientes das teorias que nos estão guiando, seremos mais capazes de entender seus pontos fortes e fracos e a melhor ocasião de aplicá-las» (NYE, 2009: 10).

O estudo sobre a posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné, pretende entender o seu papel e lugar no estabelecimento de um quadro de paz e segurança que sustente o desenvolvimento integrado da região. Neste sentido é necessário definir um conjunto de conceitos usados, garantindo referências com vista a evitar o desnorte ou eventuais interpretações divergentes do quadro de abordagem eleito no contexto do estudo.

9. África na teoria das relações internacionais e da estratégia

*Há coisas que só podem ser vistas com os olhos
que choram.*

(HUGON, 2009: 40)

A primeira dificuldade que encontra a presente investigação é o facto de, ao enquadrar-se no âmbito das Relações Internacionais e da Estratégia, observar que a África, onde estão localizados o Golfo da Guiné e a República de Angola, está praticamente ausente das teorias que sustentam estas ciências.

Com efeito, as teorias das Relações Internacionais (RI), assim como da Estratégia, geralmente assentes no poder dos Estados, referido como poder militar, formalidade burocrática ou capacidade para impor-se aos outros, ao não encontrarem em África o que designam de poderes fortes, consideram-na «com um valor estratégico marginal» (COHEN, 1963: 40).

Esta imagem de África justifica-se, entre outras razões, segundo Philippe Hugon (2009), porque os mesmos arquétipos que legitimaram o tráfico de escravos e a colonização europeia, continuam a residir no pensamento de muitos estudiosos daquelas ciências.

Estes arquétipos, propagados pelas médias internacionais mais relevantes, apresentam geralmente as populações africanas como: o **bárbaro**, o inferior contra o qual é preciso proteger ou o qual é preciso civilizar, importando os benefícios das religiões reveladas, da ciência e das instituições; a **criança**, que necessita ser educada, atrasada na evolução da humanidade, diante do qual a mãe-pátria tem um papel educador, ou o qual ainda não está pronto para a democracia; o **bom selvagem**, do “superior” que vive em comunidades solidárias, em harmonia com a natureza, e que é preciso preservar; o **irmão**, nosso semelhante, com o qual é preciso cooperar; o **estrangeiro** que não podemos compreender e cuja diferença nos torna, em último caso, indiferentes; o **escravo** acorrentado que necessita ser libertado de seu dono e de seus grilhões; ou o **pobre** que necessita de assistência ou ajuda para se desenvolver.

Entretanto, o debate à volta da negligência, especialmente da teoria das Relações Internacionais em relação à África, que começa a ter muitos participantes, encontra outras explicações. Por exemplo, Gruffydd Jones, em *Africa and the poverty of the International Relations* (apud, HARMAN e BROWN, 2013) sugere que a falta de explicação das relações internacionais africanas é tanto devido às teorias das RI estarem tão centradas no Estado e nos termos pré-estabelecidos da disciplina como no facto dos estudos não terem em consideração e serem falhos em explicação teórica.

Outro autor, Douglas Lemke (2001), defende que o problema não está relacionado com a teoria em si, mas sim com as variáveis (as unidades) com que a teoria é construída. Deste modo, em *Intra-National International Relations in Africa*, refletindo sobre os conflitos africanos exemplifica esta visão com base no paradigma do Realismo (um sistema de estruturas anárquicas e maximização da segurança das unidades praticando a autossustentação) mas argumentando que é inapropriado definir as unidades relevantes em África como Estados, onde as associações políticas sub-estatais encontram-se envolvidas em conflito do tipo Realista umas com as outras.

Esta visão, segundo Timothy Shaw (2012), resulta de um persistente racismo no meio académico, baseado no facto de relacionar-se o local de estudo com o conhecimento que se obtém. Entretanto, para Ole Wæver, esta visão ocidental é ainda reforçada pela desigualdade na produção de conhecimento no campo das RI, ou porque a maior parte

dos jornais ocidentais sobre RI são dominados por académicos localizados nos EUA e na Europa (Waever e TICKNER, 2009).

Uma análise, ainda que breve, das principais correntes teóricas das Relações Internacionais, designadamente o neo-realismo, o neoliberalismo e o estruturalismo, permite apreciar a realidade atrás descrita.

Com efeito, os neo-realistas, que baseiam a sua visão no poder como um elemento central na análise das relações internacionais, encaram-no como a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele (WALTZ, 1988). Neste esquema de pensamento, como afirmam DUNN e SHAW, 2001, eles não se referem a África porque estão focados somente nos grandes poderes.

Por sua vez, constata ainda Kevin Dunn no seu estudo apresentado em *Africa's Challenge to International Relations Theory* (2001), que a teoria neoliberal das Relações Internacionais ao focar-se em África somente considera o desenvolvimento neste de uma política e economia liberal do tipo ocidental.

Para alguns teóricos que defendem esta corrente de pensamento, o problema está no Estado em África. A aplicação das concepções teóricas do Estado à África colocou problemas que bloquearam o lugar do continente na teoria das RI. As questões do Estado neo-patrimonial, da debilidade da sociedade civil que caracterizou os debates da época pós-independência dos anos 1980 e 1990, até à questão do regime de governação dos anos 2000; o Estado em África é um terreno disputado e isso tem implicações em como se entende a teoria das RI como um todo e o lugar de África nelas.

Neste âmbito, Christopher Clapham (1996), em *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, afirmou ser tão empírico e incerto para as teorias baseadas em noções rígidas, definir onde começa e onde termina o estatal em África.

Na sua apreciação sobre o desempenho da teoria do Estruturalismo em relação a África, Kevin Dunn considera que a aborda no sentido em que apresenta o continente africano como exemplo da falha do sistema mundial e como este o explora.

Entretanto, a investigação, embora observando o sentido de pensamento ocidental das teorias das RI, considerou, no quadro do seu desenvolvimento, o debate entre as mesmas, especialmente a discussão entre neoliberais e neo-realistas sobre a importância do estabelecimento de organizações que assegurem aos Estados a confiança nos vizinhos, redundando, por um lado, em cooperação de segurança contra ameaças que possam ser apreciadas como comuns e, por outro, em tranquilidade para encetar um processo de desenvolvimento que, sem deixar de considerar a sobrevivência do Estado, reduza a preocupação que gera gastos com a segurança nacional.

Neste âmbito, a investigação considerou a perspectiva sistémica defendida pelos neo-realistas, baseada na imagem estrutural do sistema internacional (WALTZ, 1988), mas também, do pensamento neoliberal, o pensamento que considera os fatores endógenos dos países como elemento regulador das estratégias de política internacional dos Estados (KATZENSTEIN, 1990).

Por outro lado, considerando como razão principal da desconsideração de África pelas teorias atrás citadas, o facto de se basearem essencialmente no poder do Estado, a investigação explora outras fontes de poder características específicas do continente, designadamente a centralidade como característica do poder (HERBST, 2000); os aspetos intuitivos do poder em África tais como o consumo, a religião e cosmologia (espiritualidade) e a família como símbolo do poder (SCHATZBERG, 2001); e os laços formados pelo movimento de libertação nacional e a convivência como Estados independentes nas últimas cinco (5) décadas, assim como, por um lado, a diferenciada potencialidade dos Estados africanos e, por outro, o contexto estratégico internacional que coloca interesses externos em disputa no continente (BRETTON, 1973).

A observação pela investigação do quadro teórico atrás referido, permite-lhe enquadrar a influência (exercício de poder) do continente e, especialmente, da República de Angola no âmbito da região do Golfo da Guiné, na sociedade internacional (SPI).

Contudo, observou também que, tal como referiu Wilhelmy «A transformação da realidade internacional contemporânea torna necessário ir mais além das variáveis ‘poder’ e ‘segurança’ como os únicos elementos de análise, ou os mais importantes a considerar no estudo das relações internacionais. Diferentemente do passado, as

relações internacionais são hoje protagonizadas por um cada vez maior número de centros de poder cuja ação não só representa os interesses do Estado senão que também os da sociedade civil organizada. Por outro lado, estes centros de poder desenvolvem-se em torno de uma agenda mais complexa e menos hierarquizada que incluem temas que são manejados por novos e múltiplos atores frequentemente distintos do Estado, os quais colocam em jogo recursos de poder não tradicionais e de áreas muito mais numerosas, alteráveis e entrelaçadas que antes». (WILHELMY, 1988: 71)

Calduch Cervera (1991) definiu a sociedade internacional como «aquela sociedade global que compreende os grupos com poder social autónomo, entre os quais se destacam os Estados, que mantêm entre si relações recíprocas, intensas, duradouras e desiguais, sobre as quais se baseia uma certa ordem comum».

Não sendo o poder objeto da investigação, ela apreciou-o tão-somente considerando as diversas acepções que decorrem da «natureza e variedade dos seus pressupostos (..) que determinam a dinâmica fluidez do fenómeno (...)» (FONTOURA, 2006: 6)¹². Deste mesmo modo, considerou-se também o seu carácter funcional, ou seja, não decorrente de um plano previamente concebido, mas de situações conjunturais ou de quadros contextuais – como corresponde, por exemplo, a posse de recursos escassos e importantes para outros países, ou o posicionamento geográfico (MOREIRA, 1979).

Por outro lado, porque como sugerem as características do Poder, «o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor» (DUGUIT, 1939: 43), o que equivale dizer que estar na posse de fontes de poder nem sempre garante a obtenção dos resultados desejados, a investigação considera o que Joseph Nye designa como «Poder Inteligente» (NYE, 2004: 32, 147). Neste quadro, ela considerou um quadro de aplicação dos conceitos da Estratégia, em que a utilização dos meios de coação se conjuguem com a «capacidade de afetar os outros através de meios de cooptação de enquadramento de objetivos, persuasão e atração positiva com o intuito de obter os resultados desejados» (NYE, 2012: 39).

¹² Para mais sobre o poder e suas características ver: MOREIRA A., *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, 2011; NOGUEIRA J.M.F., *O Método Geopolítico Alargado*, IESM, 2011; MAQUIAVEL, *O Príncipe*, Roberto Grassi, Brasil, 1976.

10. África na teoria da geopolítica

De acordo com José Filipe Marini (1985), a Geopolítica é a ciência que «estuda as mútuas relações, influências e ações entre o Estado e o espaço», sendo então aquele «espaço», o seu campo de investigação.

Neste quadro, para Kjellén (1899), o «espaço geopolítico» assume a categoria de império; sendo a dimensão em que ocorrem mudanças, conflitos, e as forças políticas lutam para sobreviver (Escola de Munique, 1935); ou âmbito no qual se traçam linhas de ação política (Golbery Silva, 1967).

Contudo, para Costa (*apud* MARINI, 1985), o *espaço geopolítico* é «aquele em que se desenvolve a política na sua plenitude integral, trate-se das jurisdições territoriais dos Estados, ou do âmbito onde o Estado pretende estender a sua influência».

Deste modo, não correspondendo à jurisdição territorial do Estado, pois a interdependência dos Estados que cada vez mais se multiplica, elimina as possibilidades de isolamento dos fenómenos, especialmente os geopolíticos, embora não impeça o seu tratamento setorial, ele apresenta-se como uma área política por excelência, sobre a qual se aprecia o passado e em relação ao qual se projeta uma intenção política no futuro, isto é, sempre em função de um interesse político cujo protagonista é o Estado, embora não deixe de considerar-se outras formas de organização política.

Com efeito, o *espaço geopolítico* pode corresponder a um Estado, mas também a uma região deste, a um território integrando vários Estados, ao globo terrestre, ou a algum elemento com significação geopolítica, por exemplo: acidentes geográficos, águas submarinas, etc. (Marini, 1985).

Pela sua localização e dimensão, pelo papel que jogou no quadro do desenvolvimento do Ocidente e, especialmente o seu lugar na geoestratégia da Europa, principalmente manifestado durante as Guerras Mundiais, África constitui um «espaço geopolítico», contendo diversos outros.

No entanto, acredita-se que pelas mesmas razões que a Teoria das Relações Internacionais não prestou a devida atenção ao continente africano, também a ciência Geopolítica não o fez.

Na verdade, quer a Geopolítica Clássica quer a Moderna, desenvolvida por teóricos como Haushofer, Spykman, Cohen, Castex, Golbery Silva, Weigert, Tosta, Hugon e outros, no quadro do modelo de análise ocidental que sustentou as teorias das Relações Internacionais e da Estratégia, de forma geral, ao apreciar o continente africano atribuíram-lhe uma perspectiva passiva e periférica/marginal, quando não baseada na sua natureza geográfica, para referir-se aos seus espaços como magrebino, saariano, ou mediterrânico, por exemplo.

Deste modo, a África, estudada a partir da segunda metade do século XVIII até meados do século XX, no quadro de um modelo de organização social e política assente em padrões culturais europeus, é observada como um bloco homogéneo, sem Estado nem nação, habitada por povos primitivos sem História, então descritos por Charles Linné (1778)¹³ como «um *Homo Sapiens* negro, fleumático, relaxado, de cabelos negros e crespos; de pele acetinada, nariz achatado e lábios túmidos; engenhoso, indolente e negligente, que se unta com gordura e é governado pelo capricho» (PRATT, 1999: 68).

Esta representação das populações africanas alicerça o estudo da geopolítica no que à África se refere de modo que, «(...) mostra que a África é antes um sujeito passivo do que um ator geopolítico; desqualificada geopoliticamente no tabuleiro internacional, mais globalizada que globalizadora (...)» (HUGON, 2009: 15).

Neste quadro, nos estudos desenvolvidos, por exemplo, por Georg Hegel (1770-1831), aquilo a que propriamente designam África é a parte dela situada a sul do Saara «(...) um El Dorado recolhido em si mesmo, o país-criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. (...) Nesta parte principal da África não pode haver história» (HEGEL, 1928: 190–192).

¹³ Charles Linné (1707-1778). Cientista sueco, médico e professor de botânica da Universidade de Estocolmo, presidente da Academia de Ciências da Suécia e membro de todas as Academias da Europa. Tornou-se célebre pelos estudos publicados, especialmente *Amoenitates Academicæ*, Stockholm, 1749-1763, um conjunto de 6 volumes de dissertações consideradas pelos seus pares «cheias de interesse e novas e engenhosas visões» (M'BOKOLO, 2011).

Alicerçado no quadro filosófico atrás representado, o lugar de África na geopolítica mundial tem sido o de *colónia* que, na visão do almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) (*apud* SPROUT and SPROUT, 1945), assegura à potência marítima uma extensão de terra em áreas estrangeiras, gera caminho para os seus produtos, cria uma nova esfera de influência para as suas exportações, abre novos horizontes e empreendimentos para o seu povo e traz mais conforto, riqueza e poder para aquela.

De igual modo, vista como *espaço vital*, na perspectiva do general Karl Haushofer (1869-1946), África servia «para evitar que os Estados europeus se vissem obrigados a fazer limitação de nascimentos para manter as populações em valores comportáveis com a dimensão do território» (*apud* STEUKERS, 1992).

Assim sendo, no quadro da divisão do mundo em pan-regiões, proposta pela Escola Geopolítica de Munique (1931), o continente foi, como um bloco homogéneo na perspectiva geopolítica, integrado no que ela designou como «Pan-região Euro-africana», referida na Figura 9, sob a dependência da Alemanha para, além de lhe assegurar o crescimento populacional, garantir-lhe autarcia económica, conferindo-lhe um espaço com climas variados e terras aráveis – que abonariam a produção de todos os recursos agrícolas e minerais necessários a uma nação industrializada.

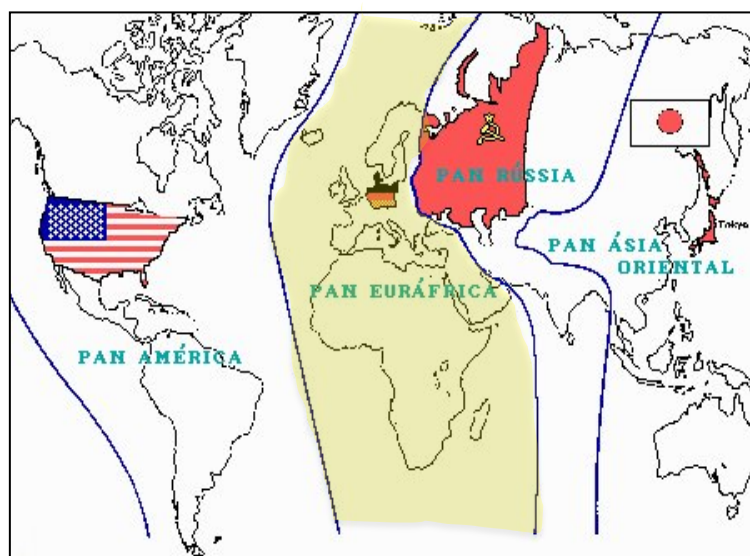


Figura 9 – A teoria das Pan-Regiões destacando-se o lugar de África (Escola de Munique)¹⁴

¹⁴ Fonte: (VERÍSSIMO, 2013: 137)

Nicholas J. Spykman (1893-1943) e Samuel Bernard Cohen (1906-1991) apreciaram o continente africano na mesma linha de pensamento.

Com efeito, Spykman, que é apresentado como tendo elaborado a primeira análise geopolítica abrangente da posição dos Estados Unidos no mundo, tendo então defendido que no Rimland deveria exercer o controle e escolher criteriosamente os seus aliados estratégicos, colocou o continente africano (assinalado na Figura 10), assim como o australiano e ilhas adjacentes – no quadro da geoestratégia – na condição de massas territoriais marginais ou periféricas¹⁵.

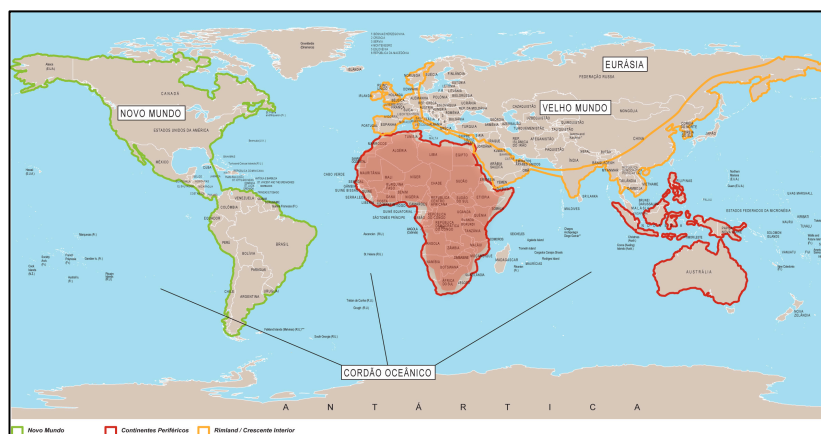


Figura 10 – Massa Territorial Marginal destacando-se a África (Spykman)¹⁶

Por sua vez, Cohen, porque na análise estratégica do mundo que desenvolveu, considerou África na órbita de outros continentes, integrou-a, por um lado, no que designou «Região Dependente do Comércio Marítimo – RDCM», considerando-a economicamente dependente da Europa e «(...) com um valor estratégico marginal para as maiores potências marítimas, pelo que não se enquadram na sua órbita geoestratégica» (COHEN, 1963: 40) e, por outro, no que designou «Cintura Fragmentada»¹⁷, no sudoeste asiático.

¹⁵ Em *America's Strategy in World Politics (The United States and the Balance of Power)* (SPYKMAN, 2008)

¹⁶ Fonte: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*, (VERÍSSIMO, 2013: 83).

¹⁷ Áreas política e economicamente fragmentadas, parecendo incapazes de conseguir uma unidade efetiva nestes dois planos, pelo que o seu alinhamento se manifesta errático, dependendo de interesses nacionais e das pressões económicas e militares de centros de poder estranhos à área (COHEN, 1963). Entretanto, são de importância vital quer para a RDCM, quer para o Mundo Continental (MC), porque

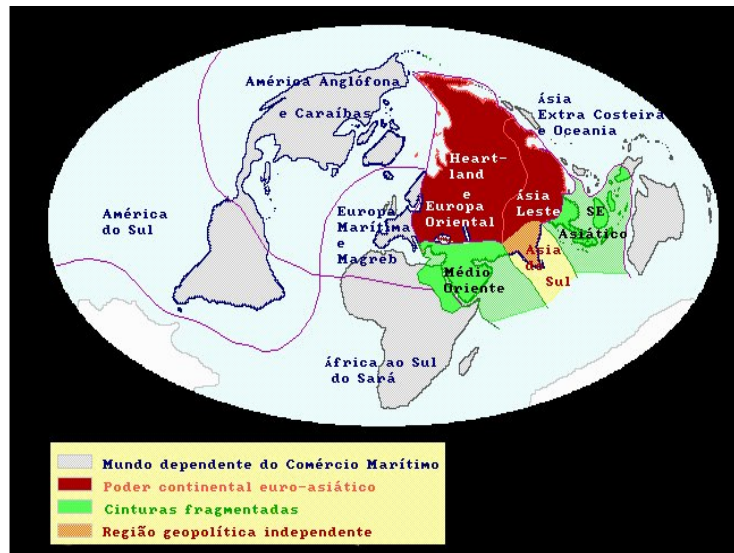


Figura 11 – Divisão Geoestratégica do Mundo (Cohen)¹⁸

Contudo, de modo diferente, emulando o que na Euro-Ásia designou de Heartland, Alford John Mackinder (1861-1947) teve o mérito de encontrar em África uma região geoestratégica a que designou *Heartland do Sul*. Porém, para além de a ter definido como sendo a região interior, inacessível ao *poder marítimo* e geradora de *poder terrestre*, situada entre o Sahara e o Cabo, ligada ao Heartland pelo Médio Oriente», representado na Figura 12, Mackinder (1919) nada mais elaborou em relação àquela.

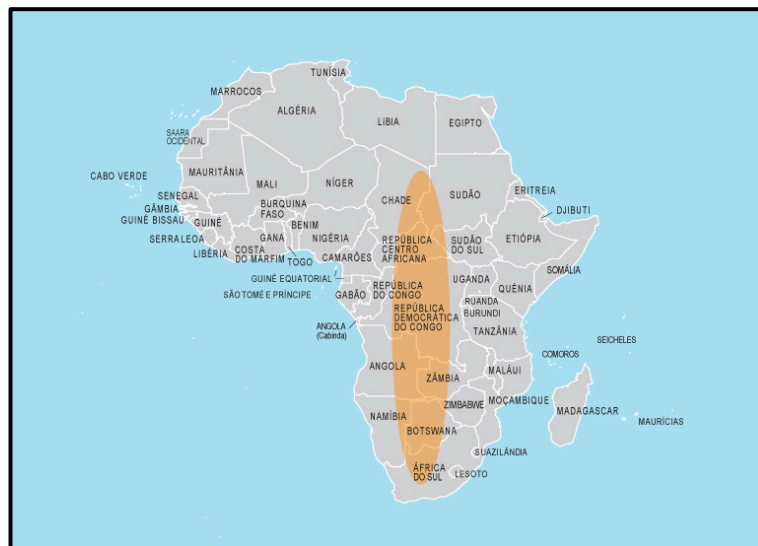


Figura 12 – A Região do Heartland do Sul (Mackinder)¹⁹

comandam pequenas áreas marítimas estratégicas e possuem importante riqueza agrícola e mineral. Nelas integrou o Egito, a Eritreia, a Etiópia, o Sudão, Djibouti e a Somália.

¹⁸ (VERÍSSIMO, 2013: 115)

¹⁹ Fonte: Elementos de Geopolítica e Geoestratégia, (VERÍSSIMO, 2013: 138)

De igual modo, considerando o continente para além da condição de colónia ou massa territorial marginal, o almirante francês Raoul Castex (1878-1968) observou os Estados Africanos enquanto atores geoestratégicos, para considerar a possibilidade daqueles manifestarem o comportamento que designou de: «perturbador continental».

Naquele quadro, defendendo que as potências continentais são sempre fonte de guerras para atingir o mar e que uma vez por século há sempre um Estado/rei que funciona como perturbador da paz, fruto de uma entidade interior que pretende ter acesso ao mar, agindo como «perturbador continental», o almirante (1938) concluiu que nenhum Estado africano tinha tido condição para o ser²⁰.

Com efeito, como constatará na sua análise, não tinha existido no continente qualquer Estado cujo Governo estivesse centrado no seu contexto marítimo, podendo-se então considerar uma «talassocracia»²¹. Aliás, como sobre o assunto referiu o Professor Políbio Valente de Almeida «o poder em África foi sempre epiocrático»²², consubstanciado na vida baseada na sua fração continental, sendo uma explicação para o fenómeno no lado do Atlântico a «circunstância das orlas marítimas africanas descenderem muito rapidamente das áreas emersas para as profundidades abissais, não havendo uma plataforma submersa intermédia, de baixa profundidade, susceptível de sustentar uma vida marinha imensa. Este facto limitou radicalmente a capacidade náutica das populações ribeirinhas e indicou-lhes sempre a via continental» (ALMEIDA, 1994: 111).

Por outro lado, a análise do almirante Castex considerou o facto de não existir, na altura, entre os Estados africanos «encravados» – no espaço territorial que, considerando a teoria de Mackinder, seria designado o Heartland do Sul – qualquer «potência continental», no verdadeiro sentido do termo.

²⁰ (CASTEX, 1938) *Teorias Estratégicas*.

²¹ Normalmente, as talassocracias tradicionais não buscam o domínio sobre o interior do território em que se localizam, como são exemplos Tiro e Cartago. Entretanto, o termo também se pode referir à supremacia naval de um estado, tanto desde o ponto de vista militar como comercial. Confirmando a não existência de Talassocracias em África, Políbio Valente de Almeida referiu a «inexistência de atividade piscatória ao longo das costas marítimas, principalmente do lado do Atlântico. As que existiram ficaram sempre confinadas ao continente, sem nunca ter procurado atingir as zonas do mar alto» (ALMEIDA, 1994: 111).

²² Do grego antigo «Epiro» que significa continente.

Deste modo, pelo atrás referido, constata-se que a Geopolítica Clássica não reconhece alguma particularidade no continente africano, exceção feita às análises desenvolvidas por Mackinder e Castex que, no entanto, não evoluem de forma a poder-se determinar de forma expressa os sujeitos geopolíticos que compõem o continente africano.

As análises modernas não alteram no substancial a visão tradicional de África.

Este estudo destaca as visões desenvolvidas pelo Professor Políbio Valente de Almeida (1994), por Philippe Hugon (2009) e por Darc Costa (2013). Pois, exceptuando o estudo do primeiro autor que, embora esboce uma divisão geopolítica do continente não identifica o «espaço geopolítico» sob investigação – o Golfo da Guiné – os demais estudos não identificam regiões geopolíticas (geoestratégicas) específicas no continente africano, como se verá.

Com efeito, Hugon aprecia a África a partir de uma imagem insipiente da sua Europa, para concluir, com um olhar homogéneo, que ela continua a não ser verdadeiramente um ator geopolítico mundial, «(...) desqualificada geopoliticamente no tabuleiro internacional, mais globalizada que globalizadora (...)» (HUGON, 2009: 15), por um lado amarrada nos interesses linguísticos (externos) assegurados através de organizações tais como a Organização Internacional da Francofonia (OIF), que reúne 25 países da África subsaariana; a Commonwealth; e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); que refletem um domínio cultural que também se reflete no campo da economia e que explica por que mais de 50 anos após a sua independência, as economias africanas continuam polarizadas nas economias europeias, que representam mais de dois terços da sua zona de intercâmbio comercial e a origem dos seus capitais; um quadro que segundo o autor, assegura às economias europeias «um lugar de reciclagem dos capitais, permitindo a lavagem de dinheiro, o financiamento dos partidos políticos estrangeiros ou os superfaturamentos, fontes de rendimentos privados e públicos» (HUGON, 2009: 81).

Por outro lado, o estudo organizado pelo estrategista brasileiro Darc Costa, embora partindo da análise da história do continente africano e da análise da realidade sociopolítica atual, sem a preocupação de encontrar as várias áfricas – na perspectiva geopolítica – porque não é o seu objeto, somente busca, «se utilizando da geopolítica,

formular e sustentar um novo projeto nacional para o desenvolvimento do Brasil, que envolva a África. Envolver não, que priorize a África» (COSTA *and al.*, 2013: 24).

O saudoso Professor Políbio Valente de Almeida, no seu *Ensaio de Geopolítica*, presta ao continente africano um serviço que não pode deixar de ser reconhecido por este estudo. Na análise que ele apresenta, apesar de não tão profunda, porque pretende tão-somente refletir sobre uma metodologia para a materialização de um projeto que trate profundamente do tema, identifica diversas «áfricas» geopolíticas no continente.

O presente estudo observa e aceita algumas das considerações do Professor Políbio Valente. Somente algumas porque buscou, sem as deixar de considerar, romper com a visão de que «é na geografia que está o acento tónico» (ALMEIDA, 1994: 116). Aquela visão tinha conduzido o Professor ao encontro de uma África Mediterrânica, do Saara, Insular ou Encravada, por exemplo. De igual modo, o presente estudo ultrapassou a análise do que o Professor designou por *vocações das regiões do continente* «(...) ou mais para a Europa, ou mais para a América, ou mais para o Atlântico, ou mais para o Índico (...)», para considerar os aspectos endógenos do continente, uma vez que o próprio Professor Políbio Valente referiu e bem, o carácter epiocrático das nações africanas. Este modelo de análise reconhece ainda a análise desenvolvida sobre a África por Henry Bretton em *Power and Politics in Africa* (1973).

Entre outras, todas estas razões justificam a necessidade do estabelecimento da configuração geopolítica do continente, com vista a determinar os limites da região objeto do estudo.

11. Da estratégia e da posição estratégica

O termo estratégia vem do grego antigo *stratègós* (de *stratos*, exército, e *ago*, liderança, general ou comando), tendo significado, inicialmente, «a arte do general» e designava o comandante militar, à época da democracia ateniense.

O idioma grego apresenta diversas variações, como *strategicós* ou próprio do general chefe; *stratégamea*, ou estratagema, ardil de guerra; *stratiá*, ou expedição militar; *stráutema*, ou exército em campanha; *stratégon*, ou tenda do general, dentre outras.

A estratégia como conceito, à primeira vista, parece ser um termo estabilizado, ou seja, de sentido consensual e único, de tal modo que, na maior parte das vezes, entende-se ser escusada a sua definição. Contudo, um pouco de atenção ao sentido em que a palavra é usada permite, desde logo, perceber que não existe qualquer uniformidade, podendo o mesmo termo referir-se a situações muito diversas. Se para uma leitura apressada o facto não traz transtornos, para o estudante destas matérias, particularmente quando, como no caso, se pretende apreciar o impacto de um objetivo político, a definição rigorosa do conceito é o primeiro passo para o êxito. Desta forma, das várias acepções do conceito, apresentam-se algumas para ilustrar o afirmado, para além de mostrar a sua complementaridade.

Clausewitz, apontado como o autor do termo Estratégia, definiu-a como sendo «a teoria relativa à utilização dos combates ao serviço da guerra» (BARRENTO, 2010: 100). Por sua vez Moltke, como citou ainda Barrento, aprofundando o conceito, mencionou não só o combate mas os meios para a sua realização, ao defini-la como «a adaptação prática dos meios postos à disposição dos generais para alcançar os fins da guerra».

Até ali tratada como estritamente ao serviço da guerra, Edward Earl libertou-a daquela ao afirmar que «... no Mundo atual, a estratégia é a arte de controlar e utilizar os recursos de uma Nação – ou coligação de nações – incluindo as suas forças armadas, de modo a que os seus interesses vitais sejam suficientemente promovidos e garantidos contra inimigos reais, potenciais ou meramente presumíveis» (BARRENTO, 2010: 102). No mesmo quadro, o General André Beaufre (1965) definiu a estratégia como «a arte da dialéctica das vontades valendo-se da força para resolver o seu conflito».

Como pode apreciar-se, a abordagem do conceito de estratégia correspondeu, essencialmente, à sua vertente como arte. Por outro lado, qualquer das definições apresentadas mostra claramente que a Estratégia aplica-se nos casos em que existe «dialéctica das vontades» e, como refere Moltke, pressupõe a necessidade de obtenção de meios cuja responsabilidade de prover não corresponde aos generais, que somente se ocuparão de os adaptar à missão. Importa referir ainda, que a Estratégia, no dizer dos teóricos até agora apresentados, serve para a guerra, no sentido da luta armada, destinada à consecução de objetivos políticos (definidos pela política).

Entretanto, evoluções posteriores mostraram novas latitudes da estratégia, tendo então o general Cabral Couto (1988) a definido como a «ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política».

O Dicionário Webster, por sua vez, aprofunda o esclarecimento sobre os meios a empregar pela estratégia, assim como o momento em que se emprega, ao defini-la como «a ciência e a arte de empregar as forças políticas, económicas, psicológicas e militares de uma nação ou de um grupo de nações para dar o máximo suporte às políticas adoptadas em tempos de paz ou de guerra». Esta definição, que claramente anuncia que a Estratégia não serve somente o tempo de guerra, dá a ideia de que serve de suporte às políticas adoptadas por uma nação ou grupo de nações, em qualquer circunstância, como por outro lado defendem os Estados Unidos da América (EUA) ao definiram-na como «a arte e a ciência de desenvolver e empregar o poderio político, económico e psicológico da nação, em conjunto com as suas forças armadas, tanto no período de paz como de guerra, para alcançar objetivos nacionais».

Na verdade, como referiu o Almirante Coutau-Bégarie (1999), «principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma última evolução que vai fazer a estratégia sair da esfera estatal e da guerra para aplicar-se de imediato a toda a atividade social» (COUTAU-BÉGARIE, 1999: 70). E continuou dizendo, «Esta interpenetração foi certamente benéfica. Facultou novos elementos de análise e a descoberta recíproca de dois meios que até aí haviam coexistido reduzindo os seus contactos ao mínimo. Ao mesmo tempo, gerou uma confusão extrema no que se refere aos conceitos. Alguns autores falam hoje de diplomacia estratégica enquanto outros falam de estratégia diplomática. Vê-se mesmo (...) eminentes autoridades políticas e militares empregarem o conceito de maneira completamente desajustada e mesmo sem sentido». (COUTAU-BÉGARIE, 1999: 71.)

Entretanto, como referiu Pedro Pezarat Correia (*apud* RIBEIRO, 2009: 60), a realidade atual, assente num quadro globalizado em que se esvaziam valores identificados com a soberania e independência nacionais, porque surgem interesses que tendem a sobrepor-se aos interesses nacionais, tais como os interesses regionais ligados à solidariedade e

segurança regionais, tende a dificultar mais a situação, ao utilizar-se o conceito de estratégia com significados ainda mais diversos. Neste quadro a ela atribuem-se concepções particulares.

Com vista a beneficiar da sua claridade no que se refere às disciplinas e factores de emprego, objetivos, finalidades e condição de emprego, esta investigação apreciou o conceito operacional de Estratégia referido por Silva Ribeiro (2009) como sendo, *a ciência e arte de edificar, dispor e empregar os meios de coação, num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades, em ambiente de desacordo*.

Neste quadro, reconheceu-se a Estratégia enquanto ciência, com limitações estruturais resultantes da insuficiência de dados, sobretudo dos que se referem aos fatores que habilitam a decisão dos atores contrários; da diversidade de soluções estratégicas, decorrente das diferentes possibilidades de articulação dos fatores que habilitam quer a decisão própria, quer a do contrário; da irracionalidade accidental ou deliberada das ações contrárias; assim como da personalização das decisões, resultante destas incorporarem a subjetividade decorrente do gosto pelo risco e do valor que cada responsável político e estratégico atribui ao que está em jogo em cada momento. Por outro lado, reconheceu-se ainda que a Estratégia enferma de limitações operacionais que resultam do facto de que, como disse Cabral Couto (1988), nem todos, apesar de informados pelo mesmo conhecimento científico, serem capazes de exercer a estratégia da mesma e da melhor maneira.

Deste modo, apreciando que a materialização do objetivo de longo prazo para a região do Golfo da Guiné – o seu desenvolvimento harmonioso – supõe o desenvolvimento de ambientes de desacordo entre as «entidades estratégicas»²³ cujos interesses nela se materializam, a investigação reconheceu que tais ambientes podem alcançar níveis diferentes, sendo o mais elevado aquele a que designou de situação (contexto) de conflito.

²³ «Todo o conjunto humano individualizável – da pessoa à constelação de povos ou de nações – que podem ser sujeitos ou objetos no resultado histórico, jogadores de um jogo, polos de decisão por si ou polos de suscitação para outros», CHARNAY, Jean Paul, citado em (RIBEIRO, 2009: 45).

Os processos que geram situações de conflito são aqueles de tendência disjuntiva, isto é, que se desenvolvem questionando a normalidade reconhecida e aceite pelos atores, pelo que contribuem para alterar a ordem estabelecida. Neste tipo de processo, embora existam elementos conjuntivos, eles são minimizados pelo recurso à coação. (RIBEIRO, 2009).

Contudo, como atrás referido, a materialização dos objetivos da região encontra situações em que as relações entre os atores não sendo de conflito também não são de aberta cooperação mas de simples oposição ou de competição.

Nas relações de conflito, os oponentes apresentam-se como inimigos que litigam por objetivos que consideram vitais, pelos quais obrigam à capitulação²⁴ nas ambições do contrário, através da sua destruição²⁵ ou domínio²⁶. Embora não considerando de imediato a luta armada como forma de guerra, é neste tipo de relação que ela ocorre.

Por outro lado, nas relações de oposição, os antagonistas envolvem-se em diferendos para resolver ou impor interesses que consideram importantes. Considerada por Ribeiro (2009) como uma forma suave de conflito, os atores em diferendo protagonizam uma ameaça sob a forma de obstáculo, buscando a ineficiência das ambições do contrário, «que pode ter como efeitos básicos o comando ou controlo, que incide preferencialmente sobre regiões geográficas» (RIBEIRO, 2009: 207). Ao comandar o contrário, um ator dirige superiormente o outro, condicionando os seus interesses; enquanto que, ao exercer o controlo sobre o antagonista, o outro ator o dirige superiormente, condicionando parcelarmente os seus interesses.

Nas relações de competição, em que os atores agem como adversários uns dos outros, visam alcançar os mesmos objetivos que, entretanto, consideram como secundários.

²⁴ Esta situação, segundo Cabral Couto, pode ser alcançada: criando um risco de esmagamento físico do inimigo, decorrente da destruição ou ameaça de destruição dos seus meios materiais de reação; criando um risco de asfixia económica, resultante da impossibilidade de o inimigo sustentar os meios de reação de que dispõe; procurando a substituição do interlocutor, por forma a que as chefias inimigas sejam favoráveis aos pontos de vista do contrário; originando um estado psicológico de capitulação, resultante da deterioração das forças morais contrárias. In RIBEIRO, António Silva. *Teoria Geral de Estratégia*, 2009, p.206.

²⁵ O que ocorre com a supressão do contrário, eliminando os seus interesses. (RIBEIRO, 2009: 206).

²⁶ Situação em que um dos atores passa a mandar soberanamente no outro, impondo-lhe coercivamente os seus interesses.

Neste tipo de relação os atores não se centram no contrário, diferentemente do que ocorre nas relações de conflito e de antagonismo, porque, segundo Holsti (1992), aquilo que os adversários visam em primeiro lugar, são os objetivos que desejam e, só depois se consideram um ao outro, protagonizando uma ameaça sob a forma de dificuldade, que materializa o grau de negação associado à manifestação de rivalidade, numa luta que se caracteriza pela concorrência destinada a causar prejuízo nas respectivas ambições. Tal luta tem como efeitos básicos a instabilidade ou transformação, que incide, preferencialmente, sobre outros poderes nacionais.

Considerou-se que o processo de desenvolvimento harmonioso da região não constituirá em si mesmo um contexto de conflito, ou de oposição, entre os seus Estados. Contudo, não se deixa de reconhecer que «os comportamentos de cooperação evidenciam complementaridade, alternância diacrónica ou simultaneidade, mas verificam-se sempre em paralelo com atitudes de competição registando-se, eventualmente, um acréscimo de agressividade num contexto competitivo (...). Os efeitos recíprocos das situações de interdependência, para além de não serem inevitavelmente benéficos para todos os atores envolvidos e de não eliminarem os comportamentos conflituais, também não implicam, necessariamente, atitudes de cooperação» (V. M. SANTOS, 2009: 78). Por outro lado, considera-se ainda que a possibilidade de consolidação da região do Golfo da Guiné, enquanto entidade geopolítica, poder gerar um contexto de conflito, na medida em que – ao estabelecer um quadro que potencialmente aumenta o poder dos Estados que a integram²⁷ – pode rivalizar interesses que se materializarm na região, empregando perspectivas hegemónicas, ou do estabelecimento de zonas de influência.

É no âmbito destes interesses que se considerou a decisão da Administração Norteamericana de declarar a região do Golfo da Guiné como «zona de interesse vital», num quadro em que, para o subsecretário-adjunto para os Assuntos Africanos dos EUA (2002), o petróleo africano se tinha tornado uma questão de interesse estratégico nacional para o seu país²⁸. Ainda neste contexto enquadrou-se a alteração do conceito estratégico da OTAN (2010), que passou a considerar a missão de «desdobrar e sustentar capacidades expedicionárias para operações militares além da área abrangida pelo Tratado, quando requerido para impedir um ataque na área abrangida pelo Tratado

²⁷ Para mais sobre a vantagem competitiva ver (PORTER, 1988).

²⁸ In *The Economist*, 24 de Outubro de 2002.

ou para proteger os direitos e outros interesses vitais dos membros da Aliança». (...) ameaça a um ou mais dos Estados-membros em episódios que envolvam segurança energética».

Segundo Charnay (1990), a estratégia não é um assunto de escala de grandeza, mas de comportamentos de entidades que alteram a intensidade das suas negociações ou das suas convergências e as suas uniões ou divergências recíprocas. Deste modo, a atitude dos atores depende do *valor estratégico* dos objetivos que pretenderem alcançar num determinado momento, sendo que este deriva das grandes arquiteturas filosóficas ou religiosas, éticas ou normativas – é ele que legitima a causa do conflito, regula a intensidade da negação ou a vontade de persuasão, e fixa os seus limites. É aquilo por que nos batemos e mostra ao mesmo tempo os fins a alcançar e os limites a não transgredir²⁹.

Desde há algum tempo, cada vez mais a estratégia vem sendo vista como um processo racional elaborado previamente à ação. Deste modo, o seu conceito tem sido empregue para referir processos com significados diversos.

Absorvendo esta realidade, Henry Mintzberg, em *The Rise and Fall of Strategic Planning* (1994), referiu diversas concepções particulares da estratégia, designadamente, o plano, o modelo comportamental, a manobra, a posição e a perspectiva.

A observação do objeto de estudo – cujo alcance é a determinação da capacidade de influência de Angola no quadro do desenvolvimento harmonioso do Golfo da Guiné – sob o prisma destas concepções particulares da estratégia, conduziu à perspectiva de Mintzberg, segundo a qual a estratégia «como posição» pode ser aplicada a situações que não envolvem confrontação militar, nem sequer competição.

Neste quadro teórico, considerou-se a forma como Angola pode explorar as vantagens que lhe conferem a sua localização geográfica e estado de desenvolvimento socioeconómico alcançado, considerando o seu posicionamento geoestratégico e o

²⁹ CHARNAY, citado por (RIBEIRO, 2009: 47)

objetivo de transformar o Golfo da Guiné numa «Zona de Paz e Segurança» (ZPS), para definir a sua atitude (posição estratégica) na região, materializada através de linhas de Forças de Política Externa e de Defesa Nacional.

Por outro lado, a consideração da possibilidade de Angola alcançar outras posições na hierarquia de poder dos Estados da região e, conseqüentemente, alterar a sua capacidade para influenciar o ambiente geral da região conduzindo-a ao progresso que lhe confira uma posição diferente no quadro do desenvolvimento do continente, permite concluir que a posição de Angola no Golfo da Guiné pode ser escolhida e alcançada através de um «modelo comportamental».

Neste quadro particular, a observação de que o processo para se alcançar o objectivo de longo prazo escolhido para a região (partindo do estabelecimento da ZPS), ocorre na turbulência ambiental gerada pelo contexto estratégico mundial, assim como no ambiente de instabilidade do continente africano e, especialmente da própria região, conduziu à consideração de que um fluxo de ações consistentes, de preferência intencionais, adequadas ao ambiente, é necessário ao alcance do objectivo desejado.

Contudo, esta mesma realidade mostrou que, quer Angola, quer a região, necessitam de um plano abrangente e integrado concebido para se alcançar o objectivo de longo prazo preconizado, que especifique as suas escolhas em cada situação possível. Elas devem ainda dotar-se dos instrumentos que o materializem, dotados de capacidade e competência para fazer face às atrás referidas turbulências do ambiente.

Deste modo, considerou-se que o conceito de posição estratégica atrás referido, no quadro do estudo da posição de Angola no Golfo da Guiné, emprega-se numa perspectiva de interdependência das concepções da estratégia como posição, como modelo comportamental e como plano.

A observação do ambiente em que se enquadra a investigação apresentou demasiado redutor o emprego do conceito de Estratégia que somente considera os contextos de conflito. Deste modo, para considerar todo o quadro de situações previstas, «a relação de intimidação fundamentada na ameaça, a relação de intercâmbio e a relação de integração» (CERVERA, 1991: 87–88), decidiu-se pela adaptação do mesmo. Neste

âmbito, para a investigação, a Estratégia passou a considerar-se como «a ciência e arte de edificar, dispor e empregar as bases do poder, num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades»³⁰. Considerou-se a indissolúvel ligação entre a Política, a Estratégia e o Poder, observando a possibilidade de utilização de meios de enquadramento da vontade oposta, persuasão e atração positiva com o intuito de obter os resultados desejados, fixados pela Política.

Assim, considerou-se o facto de empregar-se a estratégia em situações que ultrapassam o conflito, não sendo por isso necessário usar os meios de coação, como fator de poder, mas sim outros adequados ao objetivo político a alcançar.

Em resumo, adotou-se o conceito de «posição estratégica» como a *atitude que o país assume, resultante da sua posição*³¹ e *enquadramento estratégico, observando a qualidade e especificidade das bases do poder. A posição estratégica materializa-se através de Linhas de Forças de Defesa Nacional e de Política Externa e determina o lugar e o papel do país numa determinada região.*

12. Paz e Segurança

O processo de globalização em que o mundo se encontra envolvido, mas também os novos problemas de segurança criados pela expansão do fenómeno do tráfico de droga, do terrorismo – particularmente o cibernético – e outra criminalidade transnacional gerada pelo fenómeno da «democratização» e «privatização» da violência, em grande parte conseguidas pela difusão e disseminação das tecnologias, originou tal interdependência entre os Estados que se torna difícil hoje abordar a questão da segurança numa perspectiva estritamente nacional.

O conceito de arquitetura de paz e segurança vem de muito antes. De facto, foi gerado pela história de instabilidade da humanidade, que teve como pontos mais altos as duas

³⁰ Adaptação do autor à definição de Estratégia de António Silva Ribeiro, 2009.

³¹ Para Ratzel, a Posição fornece as coordenadas de localização do Estado face aos outros, as suas referências geográficas, acidentes geográficos, fornecendo dados importantes sobre a sua insularidade e continentalidade.

guerras mundiais e deu origem à Organização das Nações Unidas, depois do insucesso da «Liga das Nações».

A sociedade internacional, já atrás referida, surgiu no século XVII (1648) com a Paz de Vestefália, momento em que os Estados proclamaram a imperatividade dos princípios de soberania e de integridade territorial, que afirma a sua igualdade e independência política.

Com efeito, a Paz de Vestefália, ao afirmar a igualdade soberana e a integridade territorial dos Estados, por um lado, tornou-os no principal ator da sociedade internacional e, por outro, estabeleceu a base para o equilíbrio do Poder no seu seio.

Este último foi, num primeiro momento, ensaiado com a realização do Congresso de Viena, em 1815, do qual emanou o Concerto Europeu que, através da Declaração de Aix-la-Chapelle (1818) determinou o controle às pretensões políticas, económicas e territoriais da sociedade europeia de então, dominada pela Inglaterra, a França, a Rússia, a Prússia e a Áustria.

Entretanto, este não pode ser entendido como um modelo de segurança colectiva no sentido mais lato, até porque só reunia Estados europeus.

A «Liga das Nações», que surgiu como uma das lições da Primeira Guerra Mundial, embora também eurocêntrico, é considerado o primeiro modelo de segurança colectiva pois, através do seu estabelecimento, a humanidade instituiu, pela primeira vez, uma organização com vocação virada para a manutenção da paz mundial, com normas universais que definiam um padrão de comportamento, assim como a sanção das infrações àquele através de medidas de carácter económico e militar, como referiam expressamente os seus artigos 10³² e 16 (1)³³.

³² «Os membros da Sociedade comprometem-se a respeitar e a manter contra toda a agressão externa a integridade territorial e a independência política atual de todos os membros da Sociedade. Em casos de agressão, de ameaça ou de perigo de agressão, o Conselho recomendará os meios de se assegurar o cumprimento dessa obrigação».

³³ «Se algum membro da Sociedade recorrer à guerra, contrariamente aos compromissos assumidos nos art.º 12, 13 ou 15, ele será ipso facto considerado como tendo cometido um ato de guerra contra todos os outros membros da Sociedade. Estes se comprometem a romper imediatamente com ele todas as relações comerciais ou financeiras, a proibir todas as relações entre os seus nacionais e os do Estado

A Liga das Nações foi extinta com o surgimento da Segunda Guerra Mundial³⁴, iniciada com o ataque e ocupação de Praga pela Alemanha nazi, em 1939, e substituída pela Organização das Nações Unidas, com a tarefa de «preservar as futuras gerações do flagelo da guerra», com base na Carta de São Francisco (1945), assinada então por 46 Estados.

A Carta das Nações Unidas, segundo Wagner Menezes (2007), diferentemente das normas que regulavam a Liga das Nações, regulamentava o uso da força na cena internacional.

Deste modo, em relação à segurança coletiva, a Carta das Nações Unidas (ONU) restringe a ameaça ou o uso da força³⁵, assim como, numa base de igualdade dos Estados-membros (art.º 2 (1)), regula as condições de intervenção³⁶ (capítulo VII).

Como refere Delgado (2003), ao restringir o uso da força, proscrevendo o seu uso unilateral por um Estado, a Carta da ONU procurou corrigir o texto da sua antecessora (a Liga das Nações) fazendo com que a paz mundial fosse assegurada pela Organização em vez de deixá-la ao critério dos Estados, transformando-se assim na única a tutelar a paz mundial.

Nestes termos, pode afirmar-se que corresponde ao conceito de «arquitetura de paz e segurança» o sistema criado pelas Nações Unidas para a salvaguarda da paz e segurança mundial, constituído principalmente pela Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

A investigação centra-se na «arquitetura de paz e segurança» estabelecida pela União Africana para a manutenção da paz e segurança em África, no quadro do sistema

que tiver rompido o Pacto e a fazer que cessem todas as comunicações financeiras, comerciais ou pessoais entre os nacionais desse Estado e os de qualquer outro Estado, membro ou não da Sociedade».

³⁴ *A Segunda Guerra Mundial demonstrou que não podia preservar-se a paz mundial através de um sistema de equilíbrio do poder entre os Estados.*

³⁵ *O artigo 2º (4) refere que «Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial e a independência política de qualquer outro, ou qualquer outra ação incompatível com o propósito das Nações Unidas».*

³⁶ *O artigo 2º (7) refere que «Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução nos termos da presente Carta».*

estabelecido pelas Nações Unidas. Ela enquadrrou-se nos conceitos de paz e segurança que discute na parte seguinte deste texto.

12.1. A paz

«O homem começou a refletir sobre a paz partindo do estado de guerra». Pois, segundo Norberto Bobbio (2000), tendo sempre existido uma filosofia da guerra, é mais recente a filosofia da paz, da qual o primeiro grande exemplo é Kant.

Os filósofos da guerra, entre os que se destacam Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679) e Carl Schmitt (1888-1985), defendem que as relações entre os homens são, na sua essência, relações de animosidade, hostilidade e violência.

Entretanto, manifestando pensamento contrário e dando início ao que se convencionou designar «filosofia da paz», Charles-Irénée Castel³⁷ (1658-1743) escreveu, em 1713, o *Projeto para tornar a paz perpétua na Europa*. Naquele, baseado na moral religiosa cristã, defendeu uma aliança perpétua entre os Estados soberanos que, obrigados por um Tratado Internacional, submeteriam todas as suas contendas ao juízo de todos os outros Estados reunidos em assembleia permanente (BOBBIO *et al.*, 2000: 875).

Nesta mesma linha de pensamento, Immanuel Kant (1724-1804), aquele que primeiro afastou o conceito de paz do sentido religioso, escreveu, em 1795, o *Projeto para a paz perpétua*, em forma de tratado jurídico-político.

Kant acreditava que o direito constituía um conjunto de condições capazes de tornar possível a coexistência pacífica entre os homens, e, mais do que entre estes, entre os Estados livres, se reunidos em confederação. Neste quadro, Kant definiu que «a paz deve (...) ser assegurada por estruturas jurídicas institucionais, ou seja, o estado de paz deve ser fundado por meio do direito público, o que significa sair do estado de natureza e entrar num estado civil, no qual é legalmente definido o que é de cada um» (NOUR, 2003).

³⁷ Também conhecido como Abade de Saint-Pierre.

Para Kant, no quadro das Relações Internacionais, a relação entre a paz e a democracia, manifesta-se na circunstância em que «se de facto o governo fosse exercido em nome da cidadania, ou da maioria dela, uma iniciativa que colocasse em risco as vidas e o património desses cidadãos deveria ser objeto de ampla discussão e de uma justificativa racional legítima. Consequentemente, a política externa de regimes republicanos tenderia a ser muito mais prudente e resguardada por ser mais comprometida com os interesses da sociedade em geral» (MESSARI e NOGUEIRA, 2005: 64), e «(...) as sociedades democráticas buscariam resolver as suas diferenças mútuas pacificamente por meio do direito internacional, porque reconheceriam umas nas outras o mesmo compromisso com regras e instituições que reduzem a possibilidade de uma agressão armada. Além disso, a semelhança das instituições políticas favoreceria o intercâmbio económico, político e cultural, criando laços de familiaridade e, eventualmente, de amizade, que limitariam as fontes de conflito» (*ibid*: 65).

Como pode depreender-se do atrás referido, o conceito de paz de Kant corresponde a ausência da guerra e suas consequências diretas, ou seja, ao designado conceito negativo de paz.

Entretanto, a guerra é um tipo de violência, mas não o único. Aliás, como referem Pureza e Moura, existem «(...) formas de conflitualidade com atores, condutas e objetivos que são simultaneamente comuns e distintos dos das novas guerras vestefalianas» (PUREZA *and* MOURA, n.d.).

Deste modo, no quadro dos estudos para a paz, mais do que à guerra vem-se contrapondo à paz a violência, assumindo-se assim o conceito de paz positiva como a ausência de violência.

Para Johan Galtung (1969), a violência está presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que as suas realizações efetivas, somáticas e mentais, ficam abaixo das suas realizações potenciais. Deste modo, para o mesmo autor (1990), ela refere-se àquelas ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, reduzindo os níveis de satisfação dessas necessidades abaixo do que é potencialmente possível.

Neste quadro, para Galtung, a violência pode ser *direta*, correspondendo à imposição deliberada de dor (guerra, tortura, etc.); *estrutural*, quando edificada dentro da estrutura e se manifesta como um poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vida distintas. Os recursos são distribuídos de forma desigual, como ocorre quando a distribuição da renda é muito distorcida, ou quando a alfabetização/educação é distribuída de forma desigual, ou quando os serviços médicos existentes em determinadas zonas são apenas para certos grupos, etc. Acima de tudo, quando o poder de decisão acerca da distribuição dos recursos está distribuído de forma desigual. De igual modo, a violência pode ser *cultural*, quando os sistemas de normas e comportamentos legitimam socialmente as anteriores, isto é, os discursos, símbolos, metáforas, representações, hinos patrióticos ou religiosos legitimam tanto a violência estrutural, quanto a violência direta (GALTUNG, 1990).

O alcance do objetivo de longo prazo preconizado para a região pressupõe um quadro de paz nacional que permita o desenvolvimento económico e social dos países.

A investigação, tendo considerado o quadro teórico atrás exposto, especialmente a análise de Galtung sobre a estrutura do quadro de paz (direta, estrutural e cultural), considerou ainda que os Estados da região, com pouco mais de 50 anos de existência, vivem um processo muito mais recente de aprendizagem do modo de convivência em ambiente de pluralidade de opinião. Por outro lado, ele atendeu ainda ao estado de desenvolvimento e de organização social dos países, como atrás afirmado no quadro da análise da teoria das RI, com uma sociedade civil débil. Assim, a investigação concebeu a paz, por um lado, como ausência de violência e, por outro, como um processo, um projeto inacabado, em estado de construção.

12.2. A segurança

O conceito de segurança é um daqueles cujo consenso se vem tornando inatingível, também pelo facto de depender da visão política dos especialistas neste tipo de questões. Representando esta situação, Buzan, em *Peoples, State and Fear. An Agenda*

*for International Security Studies in Post-Cold War Era*³⁸, apresenta um desfile de definições diversas na sua concepção.

O processo de globalização a que o mundo se encontra submetido, mas também os novos problemas de segurança criados pela expansão do fenómeno do tráfico de droga, do terrorismo – particularmente o cibernético – e outra criminalidade transfronteiriça, gerou tal interdependência entre os Estados que se torna difícil hoje abordar a questão da segurança numa perspectiva estritamente nacional. Por outro lado, a segurança, como os demais conceitos do âmbito político, evoluiu com o tempo, isto é, com a evolução do SPI e, conseqüentemente, a percepção de ameaça que os atores internacionais entenderam pender sobre eles.

O conceito de segurança do período da Guerra Fria, fundado nas estratégias militares, embora se mantenha, porque influenciado por factores geopolíticos que, de complexos e variáveis são geradores de percepções e interpretações que conduzem os Estados a cooperar de forma interessada, tende a ser menos declarado, uma vez que ocorrem menos guerras interestatais. Assim mesmo, aquele conceito é contestado pelos defensores do conceito de «segurança humana», baseado na perspectiva segundo o qual «o direito à existência e a uma certa qualidade de vida é fundamental e ultrapassa o direito à soberania e à integridade territorial dos Estados»³⁹.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o conflito armado passou a ter características mais intraestatais. É que, ocorrendo algo parecido ao processo de acomodação das placas da crosta terrestre, as sociedades nacionais, por razões várias, vêm procurando acomodar-se numa base identitária que observa o padrão étnico, mas não só. Com efeito, «à década que se seguiu à II Guerra Mundial (...) seguiu-se um período de crescente insatisfação por parte dos povos de várias partes do globo face às unidades políticas que passaram a regular as suas vidas», pelo que «uma das principais forças a configurar o sistema global neste princípio de século XXI consiste na procura, por parte de um grande número de grupos em todas as partes do mundo, de maior estatuto, poder, reconhecimento e participação» (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, Jr., 2003: 808). De alguma forma, esta realidade explica por que desde 1945, «cerca de 77 por cento das

³⁸ (BUZAN, 1991: 16–17).

³⁹ GALTUNG, Johan, citado em *A Guerra e a Paz*, (David, 2001).

164 guerras inventariadas foram de ordem interna, dando lugar a combates armados não contra um outro Estado, mas contra entidades estatais do país ou entre comunidades» (HOLSTI, 1996: 21).

A apreciação da questão da segurança, na atualidade, impõe considerar também o fenómeno da «democratização» e «privatização» da violência, em grande parte conseguidas pela difusão e disseminação das tecnologias, pois aquelas proporcionaram aos atores não estatais capacidade para concorrer com os Estados pelo controlo sobre o uso da força. Tal explica que «entre 1989 e 1992, mais de um terço dos países membros da ONU estava envolvido numa guerra, implicando potencialmente até 20 milhões de soldados para uma população civil total de 3,3 milhares de milhões»⁴⁰.

Assim, na atualidade, a definição de um conceito de segurança necessita de observar todos os aspectos atrás referidos, pelo que se observa um debate teórico à volta do mesmo entre as várias «escolas de pensamento». Entretanto, «uma maioria de especialistas das questões de segurança estão de acordo quanto à necessidade de um mínimo de três parâmetros em toda a tentativa séria de definição da segurança: esta implica para toda a comunidade a preservação dos seus valores centrais, a ausência de ameaças contra ela e a formulação por ela de objetivos políticos» (DAVID, 2001: 27).

Neste quadro, ao procurar encontrar uma definição para o conceito de segurança, os especialistas abordam questões tais como: (1) quem é o sujeito da segurança⁴¹; (2) qual a sua natureza⁴²; (3) quais os seus objectivos⁴³; (4) quais as abordagens dos estudos com ela relacionados⁴⁴; (5) e o nível de análise a que se deve ligar o conceito⁴⁵.

⁴⁰ Kegley e Wittkopf, 1993, citado em *Guerra e a Paz*, (DAVID, 2001: 116).

⁴¹ Aqui estão em disputa as «teorias securitárias clássicas», que defendem ser o Estado o detentor exclusivo do uso da força (SNOW, 1998), contra as «teorias securitárias alargadas», para quem os atores não estatais rivalizam com o Estado na gestão da força, e principalmente a prevenção do seu uso (MATHEWS, 1989) e as «teorias dos críticos», para quem o Estado é a verdadeira raiz do problema da segurança (KRAUSE and WILLIAMS, 1997).

⁴² A dimensão subjetiva da segurança, pelo facto de depender da percepção dos atores, é o pilar em que assenta o debate. Como justificar a segurança obtida ante uma ameaça que não é como tal percebida por todos os atores?

⁴³ O Estado ou as pessoas (sociedade)? Sob que direção, do Estado em cooperação com as organizações internacionais globais (OIG) e ONG (realistas), das OIG e ONG (idealistas), ou sem o Estado (críticos)? Nestes dois aspectos assentam os debates.

⁴⁴ Em disputa, principalmente, estão «o estudo da ameaça, da utilização e do controlo da força militar» como essencial do campo de análise da segurança versus a tentativa de introdução de outras dimensões – não militares – de análise, designadamente as económicas, sociais, ambientais e legais da segurança.

Entre as «escolas de pensamento» destacam-se, no quadro desta análise, a Idealista, a Realista, a Liberal, a Construtivista e as Escolas Críticas.

Na era moderna, um primeiro confronto entre o idealismo e o realismo, teve lugar durante os anos 1920-1930, dando lugar ao confronto entre tradicionalistas e cientistas, durante os anos 1950-1960, seguido do debate entre realistas, liberais e radicais, durante anos 1970-1980, e, mais recentemente, a partir de finais dos anos 1980, entre racionalistas empíricos e pós-modernos. (DAVID, 2001: 30).

A «segurança alargada», defendida pelo pensamento idealista, repousa numa ordem internacional assente em leis que transcendem os Estados, reguladas e aplicadas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), em harmonia com as Organizações Não Governamentais (ONG) e a sociedade civil, o Tribunal Penal Internacional (TPI), etc.

A «escola realista», pelo contrário, partindo de uma visão estrita da segurança, fundada na falta de confiança entre as entidades estatais envolvidas no contexto anárquico das relações internacionais, defende a maximização do poder pelos Estados, como única forma de garantir a sua segurança. Para estes, o Estado está destinado a conservar o seu poder através da segurança nacional, que define como a proteção da soberania e do território ante as ameaças externas e internas. Pois, como afirmou John Chipman, um dos seus expoentes, «o elemento estrutural da análise estratégica tem que ser o possível uso da força. Os aspectos não-militares da segurança podem ocupar mais tempo dos estrategistas mas a necessidade das pessoas, das nações, dos Estados ou alianças, de mobilizar, empenhar ou retirar forças militares, tem que permanecer o objetivo primário da pesquisa estratégica dos analistas» (CHIPMAN, 1992: 36).

⁴⁵ *A todos os níveis de análise o Estado continua a ser o ator principal das questões de segurança, quer por parte da abordagem clássica, quer pelos liberais que defendem hoje a cooperação entre atores estatais e não estatais, principalmente devido aos cada vez mais frequentes problemas não militares de segurança. Entretanto, as abordagens críticas apostaram definitivamente no conceito de segurança humana, como tendo prioridade sobre a segurança do Estado.*

A «escola liberal», baseada nas teorias da interdependência – institucional, democrática e económica – gerada pela propagação do Estado de direito liberal⁴⁶, a paz perpétua alicerçada na disseminação dos valores republicanos⁴⁷ e no capitalismo como fonte de convergência entre interesses individuais e o interesse geral⁴⁸, sublinha a importância dos atores não estatais nas relações internacionais. Entre outros pensamentos, defende a redução da autonomia dos Estados através da institucionalização da segurança e a consequente socialização dos atores estatais «às normas e comportamentos procurados pelas instituições» (DAVID, 2001: 36), assim como pelas abordagens comuns e globais da segurança que facilitam a gestão das questões não militares.

Os construtivistas defendem a tese segundo a qual «as ideias e as normas – geradas pelas pessoas e organizações no quadro das suas interações – conduzem à realidade e não o contrário». Neste quadro, ainda que não representando de facto uma Escola de Pensamento, pois «não tem um preconceito normativo, nem recomenda políticas» eles defendem que «a anarquia não é um dado objetivo, mas sim um construído subjetivo que os Estados, desde Vestefália, teriam introduzido no seu comportamento» (DAVID, 2001: 38). Esta linha de pensamento, essencialmente norte-americana, tem como *trave mestra* a ideia de construção da segurança. Para eles, o processo «de securização» baseia-se na definição subjetiva de uma ameaça à sobrevivência, na necessidade de tomar medidas urgentes e na aceitação pela audiência visada da mensagem veiculada nessa definição de ameaça. «O desafio para os autores consiste em atingir as condições propícias ao abandono do esforço de segurança (desecuritização)» (DAVID, 2001: 39).

Por sua vez, no quadro do «pensamento crítico», Krause e Williams defenderam que «a segurança é o que dela se fizer»⁴⁹ e Cox, que «a teoria age sempre para alguém e com algum objetivo»⁵⁰, para referir que a segurança e, consequentemente, a sua teoria, pode servir quem quiser e, por isso, prestar atenção ao que lhe satisfizer.

Rejeitando o racionalismo das teorias dominantes das relações internacionais, os pensadores críticos afirmam pretender ligar os factos aos valores e as ações aos

⁴⁶ John Locke (1632-1704).

⁴⁷ Immanuel Kant (1724-1804).

⁴⁸ Adam Smith (1723-1790).

⁴⁹ (KRAUSE and WILLIAMS, 1997: 106).

⁵⁰ (COX, 1996: 87).

discursos e interpretações, numa perspectiva reflexiva. Assim, para estes, a segurança não é função de factores naturais, tal como os apresentam as teorias racionais e objectivas, mas de discursos dominantes e de realidades sociais momentâneas; o objecto da segurança deve ser a sobrevivência, o bem-estar e a emancipação do homem e não do Estado, que pode ser considerado o culpado da insegurança, sendo já um entrave ao desenvolvimento e à emancipação dos humanos.

Como se pôde apreciar, o conceito de segurança é fonte de uma disputa entre as várias teorias tanto em relação ao sujeito, quanto ao seu destinatário, assim como à natureza, objectivo e campo de análise. Este quadro deixa claro que, no âmbito do tema em tratamento, as opções estratégicas baseadas na utilização do conceito de segurança devem considerar as diferentes concepções, de forma a que se complementem, particularmente na apreciação do sujeito e destinatário da segurança, assim como a natureza da ameaça.

A definição de um conceito de segurança para a região pressupõe a realização de estudos académicos sobre a matéria pois, como referiu Churchill «aqueles que se encontram de posse de uma doutrina bem definida e de fortes convicções acerca dela estão numa melhor posição para enfrentar as mudanças e as surpresas do dia-a-dia do que aqueles que se restringem a vistas curtas e confiam no seus impulsos naturais à medida que estes vão sendo evocados pelas leituras diárias» (CHURCHILL, 1948: 165). Neste âmbito, a investigação apoiou-se no conceito de segurança criado pela região, através das estruturas que lhe dão corpo geopolítico, a saber: «percepção de ausência de ameaça militar, pressão, coerção política ou outra contra a região ou algum dos Estados dela integrantes, e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os seus valores culturais, assim como o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade de promover-se como ator internacional» (CGG, 2012).

Na atualidade, o que mostra a literatura é que esses estudos têm sido preocupação quase que exclusiva dos norte-americanos, o que representa um perigo, pois «os EUA representam apenas uma cultura. Para um campo de investigação tão fundamental para o futuro humano como os estudos estratégicos, ficar restringido a um conjunto de predisposições tão especial e limitado só pode empobrecer a sua capacidade para

acomodar a verdadeira diversidade dos estilos estratégicos espalhados pelo mundo» (GRAY, 1982: 194).

13. Integração regional

Segundo Balassa, na literatura económica, por exemplo, «alguns autores incluem a integração social, outros consideram várias formas de cooperação internacional e tem sido mesmo utilizado o argumento de que a mera existência de relações comerciais entre economias independentes é um sinal de integração» (BALASSA, 1982: 12).

Neste âmbito, variando com o foco da análise do investigador, a integração é tratada como sendo uma condição, um processo ou um resultado, o que impõe à abordagem a consideração sobre o grau de interdependência entre os fatores económicos e políticos.

Com efeito, «os motivos políticos podem levar ao primeiro passo para a integração económica, mas esta também atua na esfera política; do mesmo modo, se os motivos iniciais são económicos, a necessidade de uma unidade política pode surgir mais tarde» (BALASSA, 1982: 18).

O estado incipiente dos processos de integração iniciados em África com a criação da Organização da União Africana (OUA), no ano de 1963, não gerou ainda um estudo aprofundado e sistematizado dos mesmos, que levassem ao estabelecimento de teorias científicas com ele relacionadas, especialmente no que se refere à região objeto da investigação. Talvez possam apresentar-se como razões as referidas em relação aos temas anteriores. Assim, a investigação serviu-se das teorias existentes, usando as variáveis em sua posse, designadamente os Estados e ambiente (comportamento delas) da região do Golfo da Guiné.

A conjuntura estratégica da região e o movimento de fusões dos Estados em espaços económicos e políticos que caracteriza o novo SPI gerou o que a UA passou a designar «Mecanismos de Cooperação». Neste quadro foi instituída a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), que declarou como objectivos, entre outros a) «Promover a concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar o desenvolvimento económico dos Estados-membros e o bem-estar dos nossos povos»

(CGG, 2001a), Art.º 3º c)); b) «Promover a cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e a União Africana, para contribuir para o desenvolvimento do Continente» (CGG, 2001a), Art.º 3º d)). De igual modo, o Tratado estabelece a busca de esferas de interesse comum na área geográfica do Golfo e a definição de políticas comuns, nomeadamente nos domínios «da promoção económica e da integração do Golfo» (CGG, 2001a), Art.º 5º).

A questão da integração do Golfo é o que se pretende no momento apreciar, ou seja, a interpretação a dar ao conceito. Como é possível apreciar da composição da região estabelecida pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, nela confluem três CER, designadamente a CEDEAO, a CEEAC e a SADC, que já concorrem com outras duas entidades económico-monetárias, a CEMAC e a UEMAO. Como também se conhece, cada uma destas está envolvida em processos de integração regional próprios. Pode a CGG constituir apoio à materialização do propósito das CER que nela confluem? Que condições possui que podem ajudar ou dificultam aquele processo?

Estas são algumas das questões que esta investigação trata.

Embora exista quem afirme que os processos de integração em curso – incluindo o europeu – surgiram desligados das teorias que hoje os explicam, considera-se importante aprofundar o estudo daquelas, na medida em que permite antecipar prováveis situações que venham a ocorrer ao longo do mesmo. Porém, no quadro desta abordagem, considera-se não ser uma grande mais-valia descrever tais teorias de forma exhaustiva, mas sim tratá-las, ou melhor recorrer a elas à medida que a análise as convocar.

Com efeito, várias são as teorias que sustentam o processo tendente ao estabelecimento da integração regional entre as que se destacam o Funcionalismo (Mitrany, Duran, Dougherty e Pfaltzgraff, Mariscal); o Federalismo (Mariscal, Burgess, Heraud); o Transnacionalismo (Deutsch, Serrano); o Intergovernamentalismo (Hoffmann, Keohane, Mariscal, Choi, Carapasso, Wiener); o Neo-institucionalismo (Wiener, Diez, Sweet); a Teoria da Dependência (Hardt, Negri); e o Construtivismo (Wiener, Wendt).

Por exemplo, o Transnacionalismo, de acordo com Lorena Serrano (2008), defende a integração (ou união) em função do fluxo de comunicações (transações) que se estabelecem dentro de um território e deste com o exterior. Segundo aqueles, tal fluxo de comunicações produz-se ao existir consenso entre os membros da unidade política para resolver problemas (conflitos) por meios pacíficos, ou seja, sem necessidade de recorrer à força física em grande escala e se reflete no sentimento de pertença à comunidade.

Na mesma linha de pensamento apresenta-se Deutsch (1957), que defendeu que é relevante para o processo de integração, a existência de condições tais como: a compatibilidade mútua de valores; a expectativa de recompensas conjuntas; o aumento das capacidades políticas e administrativas de pelo menos algumas unidades participantes; o crescimento económico dos membros e o desenvolvimento das áreas centrais em torno das quais se agrupam as zonas comparativamente débeis; vínculos sólidos de comunicação social (tanto geograficamente como entre os diferentes extractos sociais); o crescimento da elite política; a mobilidade das pessoas. De igual modo, o autor chama a atenção para fatores negativos tais como: a existência de amplos compromissos militares; o aumento da participação política de um grupo antes passivo; o aumento das diferenças linguísticas ou étnicas; o prolongado declínio económico; a excessiva demora nas reformas sociais; a oposição de um grupo privilegiado à perda de domínio.

Ora, a observação de que a região geopolítica do Golfo da Guiné nasce de uma intencionalidade política – manifestada pela assinatura do Tratado da CGG – correspondendo ao espírito de uma comunidade de valores históricos, culturais e à contiguidade geográfica gerada pelo mar comum, conduz também à consideração da análise de Eduardo Jorge Arnoletto, para quem a integração política é «o processo de união de vários sistemas ou grupos num sistema comum que os inclui a todos. (...) As circunstâncias que a tornam possível referem-se à existência de intensas transações entre os sistemas, ou seja, um intercâmbio que tende a gerar laços de interdependência; e à existência de um intercâmbio positivo de recompensas, isto é, o facto de, ao produzir-se uma mudança que beneficie a um dos autores, ser muito provável que se produzam benefícios também para os outros. Entende-se como intercâmbio positivo aquele que aumenta os valores disponíveis, diminui o desequilíbrio e reduz o nível de

tensão interna entre os integrantes. O objectivo da integração é, geralmente, aceder a um nível de atuação que seria inacessível para os atores isoladamente. Assim, por exemplo, um conjunto de países pequenos que, isolados não teriam protagonismo nem possibilidades de autonomia no cenário internacional, ao integrar-se conseguem realizar juntos esses objectivos». (ARNOLETTI, 2007: 315).

Por outro lado, como refere Rebelo de Sousa, «as razões que têm vindo, de modo geral, a ser apontadas como estando na origem do regionalismo são (numa perspectiva político-económica) a obtenção de ganhos comerciais resultantes do alargamento dos mercados, uma maior cooperação e entreaajuda decorrentes do reforço da coesão política e uma maior estabilidade, assente, entre outros aspectos, numa tendencial atenuação das assimetrias dentro da área de integração» (SOUSA, 2004: 215).

Num quadro mais amplo, Jorge Mariño explicou que o processo de integração regional é convergente, deliberado (voluntário) – baseado na solidariedade – gradual e progressivo entre dois ou mais Estados, tendo como base um plano de ação comum nos aspectos económicos, sociais, culturais, políticos, etc. Assim, estabelece como características essenciais do mesmo, «(...) que os sujeitos do processo de integração sejam Estados soberanos; que ele seja empreendido de forma voluntária e deliberada; que avance por etapas cada vez mais profundas e dispersas, daí a necessidade da progressividade e convergência do processo; que se inicie pela aproximação económica, mas lentamente e dependendo de cada caso – conforme o estipulado pelos Estados membros – a agenda vá abarcando e incluindo novos temas das áreas sociais, culturais, jurídicas e até políticas dos países membros» (MARIÑO, 1999: 113).

No caso a que se refere a investigação, o processo, contrariamente ao pensamento de Mariño, não inicia pelo económico mas sim pelo político. Entretanto não pode esquecer-se que o objetivo último dele é assegurar o desenvolvimento económico dos Estados-membros e o bem-estar dos seus povos. Desta forma, não se pode deixar de considerar esta realidade.

Assim, refletindo sobre a teoria que sirva de orientação ao processo de integração em estudo, a análise recorreu a Gianfranco Pasquino que, considerando fatores tais como: o nível de integração; o alcance da integração; a homogeneidade cultural das unidades a

integrar; e a qualidade dos benefícios que se obtêm da integração, definiu como tipos de integração que se podem desenvolver «a territorial; a nacional; e a social» (PASQUINO, 1981: 814).

Para Pasquino, a *Integração Territorial*, que corresponde à extensão do poder de um grupo para um território antes separado, implica a transferência de obediência desde as distintas regiões e os distintos grupos para a nova autoridade central. O objectivo desta integração não é somente a criação de uma unidade central forte mas a construção de um mercado único, o estabelecimento de um código jurídico comum, de um sistema de transporte unificado e de um sistema tributário comum a todos os grupos. Ela pode ocorrer através da Conquista – quando para o efeito é utilizada a força; da Fusão – quando o processo ocorre como consequência da aproximação progressiva entre os diferentes grupos geograficamente contíguos, o que pode ser facilitado pela percepção de existência de valores e interesses comuns; da Irradiação – que requer a existência de um símbolo central aceite por todos os grupos como ponto de referencia, para além de uma considerável homogeneidade étnica, sendo o processo normalmente prolongado, de maneira que as capacidades do sistema se expandam ao mesmo ritmo que a taxa de mobilização e de expectativa dos grupos.

Claramente, não é a Integração Territorial do Golfo da Guiné, o que imediatamente supõe o texto do Tratado da CGG, nem os desenvolvimentos subsequentes à sua assinatura.

De outro modo, a *Integração Nacional* corresponde ao processo de estabelecimento de uma identidade comum a todos os grupos étnicos, linguísticos, religiosos e regionais a fim de que se sintam parte da mesma comunidade política. Enquanto o processo de Integração Territorial consiste principalmente na imposição de obediência, o de Integração Nacional consiste na aceitação, por parte dos habitantes, das ordens provenientes das autoridades centrais, porque as consideram legítimas, pelo que este processo recebe elementos do processo de Integração Territorial (ordens da autoridade central). Neste tipo de processo de integração regional, é relevante a criação de um consenso mínimo no que se refere a alguns valores fundamentais, principalmente os relacionados com a resolução de conflitos. Isto necessita do apoio das elites dos diversos grupos que, ao estarem de acordo, desempenham o importante papel de

mobilização das massas. Assim mesmo, é fundamental para o sucesso do processo de Integração Nacional, a existência de estruturas capazes de agrupar os interesses da sociedade e mediar os conflitos, recrutar os funcionários públicos e os magistrados proporcionalmente entre os diversos grupos, e que a economia se encontre em expansão.

Não se podendo depreender do imediato do texto do Tratado da CGG, a intenção de *Integração Territorial*, como atrás se afirmou, não se pode igualmente depreender dele uma intenção relativa à *Integração Nacional*, apesar de não poder desprezar-se a identidade linguística e de valores de uma elevada quantidade de nativos da região, representando grupos étnicos que há muito convivem harmoniosamente.

Por fim, a *Integração Social*, ainda segundo Gianfranco Pasquino, refere-se à superação de divergências entre elite e massas (entre governantes e governados), a qual não adquire importância política enquanto as massas aceitarem como justo o governo das elites. Este tipo de divergência não se deve somente à desigualdade de acesso ao poder, mas depende também da desigualdade do nível de instrução e de conhecimentos, assim como de dificuldade das comunicações. A superação das divergências está associada à qualidade da liderança pois, se as elites conseguem manter um equilíbrio justo entre a necessidade de dar uma orientação à sociedade e a abertura aos desejos das massas e aos líderes que estas elegem, aquela tende a reduzir. Desta forma, conforme se avança na integração, aumenta a disponibilidade dos indivíduos para trabalhar juntos para alcançar objectivos comuns.

Por outro lado, partindo de uma perspectiva não «dirigista», ou seja, aquela em que, segundo Rebelo de Sousa (2004) se pretenda integrar economias de direcção centralizada, a partir de uma concepção centralizadora inconciliável com a liberdade de iniciativa, Bela Balassa (1964) distinguiu cinco etapas do processo de integração regional, nomeadamente: a Zona de Comércio Livre, a União Aduaneira, o Mercado Comum, a União Económica e Monetária e a Integração Económica Completa.

Em dependência da etapa em que se encontra determinada unidade política⁵¹, serão desenvolvidas determinadas ações, correspondendo a um nível determinado de integração, conforme o Quadro 1 indica.

No caso em análise – Golfo da Guiné – embora o Tratado constitutivo refira a integração regional (Art.º 5) e o presidente Eduardo dos Santos, quando presidente em exercício da Comissão do Golfo da Guiné tenha referido estar «consciente que os conjuntos sub-regionais e regionais constituem os elos essenciais de uma África unida, integrada e solidária...» (SANTOS, 2008a), não existe qualquer definição sobre a matéria.

Entretanto, a consideração da situação de integração do continente no quadro das CER atrás referidas, conduz à conclusão de que: (1) a CEDEAO, perspectivada como Zona de Livre Comércio, com vista ao estabelecimento (até ao ano 2005), de uma União Económica, não pôde evoluir devido à instabilidade política na região.

⁵¹ *No caso o conjunto de Estado do Golfo da Guiné.*

Etapas de Integração	Nível da Integração
Zona de Livre Comércio	Supressão de tarifas fiscais e barreiras quantitativas ao comércio recíproco de bens ⁵² .
União Aduaneira	Completa eliminação das tarifas entre os Estados membros; Estabelecimento de uma tarifa uniforme sobre as importações do exterior da União; Distribuição das receitas aduaneiras entre os seus membros de acordo com uma “fórmula acordada”.
Mercado Comum	Às medidas referidas na etapa anterior agregam-se a possibilidade da livre circulação dos “factores produtivos”, nomeadamente: capital, trabalho, bens e serviços ⁵³ .
União Económica	Para além das medidas do Mercado Comum, os Estados-membros harmonizam as suas políticas económicas nacionais (monetárias, financeiras, fiscais, industrial, agrícola, etc.), com o fim de eliminar as disparidades que possam existir entre elas. ⁵⁴
Integração Económica Completa	Considerado o mais profundo grau a que pode aspirar um processo de integração, supõe mais do que a harmonização, a unificação das políticas económicas, monetárias, fiscais e sociais dos integrantes, e até mesmo as relativas às políticas exteriores e de defesa.

Quadro 1 – Etapas do processo de integração económica (Bela Balassa)

De outro modo, ela concorre ainda com a UEMAO⁵⁵; (2) a SADC ainda está longe de alcançar um mercado comum, entre outras razões, devido às reticências de alguns Estados membros em assinar o Acordo de Livre Comércio, para além da instabilidade política em países tais como o Zimbabwe, a RDC e, de certa forma, às incertezas quanto

⁵² Este tipo de acordo, que visa o aumento de intercâmbio recíproco de produtos, fixa prazos, condições e mecanismos de desagração fiscais. Uma vez que se mantém a independência dos Estados em relação ao comércio com terceiros países, para evitar o aproveitamento por parte dos Estados não signatários, são estabelecidas as denominadas “cláusulas de origem”, que devem ser precisas e severas.

⁵³ Não havendo alfândegas internas nem barreiras tarifárias entre os países membros da união aduaneira, é necessário que a legislação dos membros se harmonize, para assegurar as condições de livre concorrência no quadro do mercado comum interno. A harmonização da legislação, assim como a coordenação de políticas macroeconómicas e o estabelecimento de regras comuns aplicáveis de maneira uniforme tanto aos Estados como às pessoas físicas e jurídicas que neles habitam geram normas que são fonte de direitos e obrigações para uns e outros.

⁵⁴ A integração de todas as atividades económicas no quadro da União, incluindo a política financeira, implica a concertação sobre uma política monetária comum, o que conduz ao estabelecimento de um Banco central comum e, finalmente, adoção de uma moeda comum.

⁵⁵ Firmada em Janeiro de 1994, é integrada pelo Benim, Mali e Burquina Faso, Costa do Marfim, Níger, Senegal e Togo. Os dois organismos não evoluem ao mesmo ritmo. A UEMAO está muito adiantada na constituição do seu espaço económico, enquanto que a CEDEAO atrasou-se no estabelecimento do seu, incluindo a sua união aduaneira (OMC, 2009)

ao futuro do país líder da região, a África do Sul; (3) a CEEAC, onde não se observa uma evolução significativa, enfrenta uma instabilidade político-militar cíclica, para além de ainda concorrer com a CEMAC⁵⁶.

De igual modo, a apreciação das condições de integração do Golfo da Guiné permite concluir que ela depende de Fatores Estruturais, que Joseph Nye (1969)⁵⁷ considera serem condições chave do processo, porque influem na natureza do compromisso original e sua posterior evolução⁵⁸, mas também de Fatores Políticos. Neste último caso, a análise da teoria de Holzmann (1995), permite apreender a ideia de que o processo de integração regional observa vários momentos, designadamente o «tempo político»⁵⁹, o «tempo económico»⁶⁰ e o «tempo jurídico-institucional»⁶¹.

A conjuntura política tem considerável influência sobre os factores estruturais em que assenta o processo de integração regional pois, tal como refere Silva Lopes (1964), distinguem-se dois conceitos de integração económica, o «liberal» e o «intervencionista», ou «institucional», sendo que no segundo, «muito embora não se rejeitando a economia de mercado, se admite a necessidade de intervenção política,

⁵⁶ Formada em Março de 1994, é integrada pelos Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, República Centro-Africana e o Chade.

⁵⁷ (NYE, 1969) in «Integración Regional Comparada: Concepto y Medición».

⁵⁸ (1) A simetria ou igualdade económica entre as unidades que participam do processo, baseado em indicadores tais como a receita per capita e o tamanho dos potenciais participantes no processo de integração. Considera que a diferença de tais indicadores, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) total, parece ser de importância relativa maior nos processos de integração entre Estados menos desenvolvidos que no caso de Estados altamente desenvolvidos. (2) O valor da complementaridade das elites, baseado no nível de homogeneidade de pensamento entre os grupos de elite das entidades que buscam a integração. Considera ser de importância notável, pois dependerá muito das elites o grau de integração a que se pretende chegar. Entretanto, reconhece também que existe quem defenda que elites que tenham trabalhado eficazmente numa situação transnacional, podem posteriormente encontrar divergências que dificultem a integração, pois o receio das burocracias nacionais da possível perda do seu poder de controlo nacional, pode dificultar o processo de integração regional. (3) A existência de pluralismo; baseado no grau de pluralismo existente nos Estados membros. Considera que quanto maior o pluralismo nos Estados membros, melhores as condições para uma resposta ao processo de integração e a sua retroalimentação aos mecanismos do mesmo. (4) A capacidade dos Estados-membros adaptarem-se e responder; relacionada com o nível de estabilidade nos países participantes do processo. Considera que quanto mais alto o nível de estabilidade interna das unidades e maior a capacidade dos responsáveis encarregues pelo processo para tomarem decisões chaves, maior a probabilidade dos Estados participarem eficazmente.

⁵⁹ Que corresponde à formação da vontade manifesta dos Estados, sendo capaz de dar dinamismo aos instrumentos de negociação tendentes à integração.

⁶⁰ Definido pela velocidade do intercâmbio comercial entre os países.

⁶¹ Definido a partir da estruturação formal de esquemas de integração que dão a necessária institucionalização jurídica ao intercâmbio comercial.

nomeadamente através de um conjunto de medidas legislativas e administrativas» (*apud* SOUSA, 2004: 208).

A apreciação dos objetivos declarados da CGG, permite compreender a intenção de obtenção, pelos seus membros, de benefícios económicos resultantes da participação num esquema de integração regional. Contudo, a apreciação do processo em curso na região permite observar que o «tempo político» apresenta-se como o mais avançado do processo, manifestando-se através quer da assinatura do Tratado da CGG pelos Estados da região, quer pelo facto de se estarem a desenvolver atividades de carácter político no quadro daquele.

Por outro lado, uma simples análise do PIB e da dimensão territorial dos países da região (fatores estruturais), permitem concluir que existe uma acentuada assimetria entre os mesmos, o que dificulta o processo da integração. De igual modo, conduz a esta conclusão, a análise da estabilidade (ambiente de paz e segurança) da região, tendo como referência o conceito de governabilidade, definido por Holzmann como «a capacidade de regulação pelas entidades do Governo, das demandas sociais, dos mecanismos de legitimação política e, em geral, daqueles aspetos não estruturais que dão continuidade ao sistema.» (HOLZMANN, 1995)⁶².

Deste modo, para a investigação, o conceito de integração regional do Golfo da Guiné corresponde ao processo através do qual os Estados da região realizam a interligação das suas economias e processos políticos no quadro da União Africana, e particularmente da CGG, explorando ao máximo as condições que Holzmann referiu como «tempo político». Neste âmbito, sem pretender apresentar-se como representando uma alternativa às Comunidades Económicas Regionais (CER) que confluem na região, o estabelecimento da CGG (2001), reunindo as vantagens comparativas das três (3), pode constituir-se num mecanismo *to pave the way* para um processo mais alargado, ou como refere o neo-funcionalista Ernest Haas em *The Uniting of Europe* (1958), criar um *spill over*, isto é um transbordamento do processo.

⁶² A análise de tal conceito pode ser materializada através da apreciação dos indicadores do Banco Mundial (BM) Voz e responsabilidade; Eficácia do Governo; Qualidade da Regulação; Primado da Lei e Controlo da Corrupção. Para mais consultar os documentos relacionados daquela instituição.

No caso da região do Golfo da Guiné, consideramos que o *spill over* deve ocorrer do quadro político e social para o económico. O estabelecimento de um ambiente de integração dos seus objetivos políticos, iniciando pela paz e segurança necessárias ao desenvolvimento da região, pode levar à materialização da intenção do Tratado da CGG, de «empregar a mesma visão para a obtenção de conhecimentos tecnológicos comuns para o desenvolvimento da herança comum da sub-região e reduzir os custos de exploração dos seus recursos», lidar com os problemas da «poluição ambiental das zonas marítimas comuns dos seus membros, através de um modelo de monitorização e controle da degradação no Golfo da Guiné, assim como a harmonização da exploração dos recursos naturais nas áreas sobrepostas das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), através do emprego de facilidades tecnológicas e infraestruturais», assim como «a delimitação de fronteiras marítimas e resolução de outros conflitos resultantes da sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas de alguns dos seus membros»⁶³.

O processo de integração, na perspectiva atrás referida, pode constituir o que Sousa Lara (2014: 43) designou de Engenharia Geopolítica, que consiste «na recomposição superestrutural de regiões problemáticas em que um rude desenho de fronteiras, de recursos e de populações tenha sido causa de rupturas graves da paz e da segurança das populações, dos povos e dos seus direitos, dos seus bens e património, do seu futuro».

Com efeito, uma perspetiva de integração que considere as vantagens comparativas dos Estados da região, numa perspectiva de complementaridade que observe a realidade das CER que nela confluem, adotando-se uma dinâmica de desenvolvimento que conjugue a internacionalização com o bem-estar e a competitividade do tecido empresarial, como designa Rebelo de Sousa (2004) «os três diamantes do bem-estar», é a que defende a investigação. Esta somente pode materializar-se se existir um ambiente de paz e segurança que defenda e propicie o desenvolvimento. Logo, a investigação decidiu considerar o conceito de integração referido pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, na atualidade, como a sua transformação em «Zona de Paz e Segurança».

⁶³ Dos objetivos do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné.

**III PARTE – A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA POLÍTICO
INTERNACIONAL**

A apreciação da capacidade da região do Golfo da Guiné assumir-se como entidade geopolítica num quadro de paz e segurança em que se desenvolva integrada, impõe considerar o contexto estratégico do continente africano, apreciando a sua integração no SPI, nas várias épocas deste.

Neste quadro, esta parte da investigação, começando por apreciar a África na época pré-colonial, aprecia posteriormente a forma como foram constituídos os atuais Estados africanos, e a particularidade da relação entre os mesmos, assim como a organização e funcionamento das instituições em que se integram. Baseados nestes elementos, aprecia-se a integração do continente na sociedade internacional, dito de outra forma, a influência que recebe do ambiente estratégico internacional, especialmente dos principais poderes que naquele se desenvolvem.

A análise observa especialmente as relações do continente com a União Europeia e os poderes estatais com intervenção mais global no continente, designadamente os Estados Unidos da América (EUA), a França, a China e a Federação Russa.

O desenvolvimento deste quadro de análise permite ao estudo identificar qual o enquadramento político de África subsaariana no SPI, como ambiente que influencia quer o contexto de integração do Golfo da Guiné, como o papel que neste quadro pode desempenhar a República de Angola.

CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

1. Contextualização geográfica de África

Situada entre a Europa (a Norte), o Médio Oriente (a Nordeste), a Ásia (a Este) e a América (a Oeste), a África é hoje constituída por 54 países independentes e vários outros administrados por entidades externas, designadamente as Ilhas Canárias, Ceuta e Melilla, pela Espanha; as ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, pelo Reino Unido; as ilhas de Reunião e Mayotte, pela França; e a Ilha da Madeira, por Portugal.

O terceiro continente maior em tamanho, com uma superfície de aproximadamente 30 milhões de quilómetros quadrados, possui uma costa de 27 638 km, banhada a Ocidente pelo Oceano Atlântico (10 840 km); a Este pelo Oceano Índico (8548 km); a Norte pelo Mar Mediterrâneo (5254 km); e a Nordeste pelo Mar Vermelho (2960 km).

Da sua costa destacam-se importantes acidentes geográficos, designadamente o golfo da Guiné, na parte Sul do Oceano Atlântico, e o estreito de Gibraltar, que liga o oceano Atlântico ao mar Mediterrâneo.

2. Fundamentos histórico-políticos da formação dos estados da África Subsaariana

O processo de desenvolvimento histórico natural do continente, iniciado há muitos séculos, foi amputado pela ocupação colonial do território pelas potências europeias de então, a partir da segunda metade do século XIX,

Com efeito,

«África evoluiu como todos os outros povos do mundo, de maneira progressiva, desde os primeiros coletivos humanos da Antiguidade egípcia até ao século XVI, através das chefias, dos reinos, dos impérios cada vez mais importantes, isto apesar da dificuldade do Saara, que ocupa quase um terço da África. No Mali, um desenvolvimento notável, atestado pelos cientistas e viajantes da época, tinha integrado a escrita e a civilização autóctone do saber e do poder. Nos séculos XIII e XIV, a cidade de Tombuktu era mais escolarizada do que a maioria das cidades análogas na Europa. (...) Leccionavam aí cientistas e professores do ensino superior que eram tão estimados no mundo da *intelligentsia* – tanto em África como no

mundo árabe e na Europa – que os discípulos atravessavam o Saara para ouvirem estes mestres de Tombuktu, de Djenne e de Gao» (KI-ZERBO, 2006: 24).

2.1. A África pré-colonial

Observando as divisões clássicas da pré-história em períodos do Paleolítico, do Neolítico e da Idade dos Metais (esta por sua vez dividida em idade do cobre, do bronze e do ferro), o continente africano, embora considerado «aquém da luz da história consciente» (HEGEL, 1928: 192), teve o seu período Paleolítico entre os anos 10 000 a.C. e 6000 a.C., correspondendo este a uma época de desenvolvimento de ferramentas, da evolução da agricultura e da domesticação de algumas espécies vegetais e animais.

De igual modo, pelo registos existentes, pode afirmar-se que a África a Sul do Saara evoluiu diretamente do Neolítico para a Idade do Ferro, entre 500 a.C. e 200 a.C.

«No período entre os séculos VIII e XVI, segundo Ralph Austen, os escravos eram um dos principais produtos do comércio, num primeiro momento entre entidades políticas africanas e depois com nações de outros continentes, sendo as principais regiões em que isto acontecia a costa ocidental (do Senegal até Angola), do Senegal até à Somália, e do Quénia até Moçambique e Madagáscar» (*apud* HERNANDEZ, 2005: 37).

Todavia, ainda de acordo com Leila Hernandez (2005), várias fontes permitem confirmar que, a partir do século X, este comércio era inferior ao do ouro, em Burem (Gana), no Sudão ocidental, em Galam (Costa do Marfim) e em Bamako (Mali); do sal, extraído das minas de Teghazza (norte do Mali) para os mercados do Sudão ocidental; do sal-gema do rio Senegal, que abastecia até o interior da curva do Níger; da prata e do cobre, que serviam de moeda para os sudaneses; do ferro, da pele de leopardo e do peixe, exportado a partir de Mombaça e Malindi (Quénia); da porcelana Song e vários tipos de celadons, sobretudo os azulados, da China, importados a partir de Kilwa (Tanzânia); etc.

«Os testemunhos escritos permitem identificar as principais organizações sociais e políticas na África pré-colonial, de 1500 a 1800, genericamente denominadas reinos, Estados e impérios (...)» (HERNANDEZ, 2005: 33).

Com efeito, «a maior parte dos africanos aparentemente viveu em Estados desde os primórdios da Idade do Ferro (...)» (OLIVIER, 1994: 166), podendo notar-se uma evolução na organização das populações. Neste quadro, por exemplo, pode referir-se que em meados do século XIX, a região que hoje constitui a parte meridional do Uganda, o noroeste da Tanzânia, o Ruanda, o Burundi e a província do Kivu, na República Democrática do Congo, que 500 ou 600 anos atrás constituíam cerca de 200 Estados minúsculos, passou a constituir seis Estados, com o controle das áreas mais produtivas e um progresso considerável na criação de instituições centralizadas que incluiu o estabelecimento de províncias, coincidindo estas últimas com áreas de antigos pequenos Estados.

Cabe aqui registar que na região que serve de objeto à investigação existiam entidades políticas organizadas (Estados, reinos e impérios), designadamente o Daomé, ocupando a região entre Cufo e o rio Uemé, e entre os rios Níger e Volta; o Oyo, o Benim, que apresentava como limites ocidentais a Baía de Lagos, a norte e nordeste pela densa cintura florestal, e a sul pelo Atlântico; o reino Ibo; os Estados do Delta do Níger; o reino Luango; o reino do Kongo, que no auge estendia-se do Baixo Congo, a norte, até ao rio Kwanza, a sul, e da costa atlântica até ao rio Cuango; o Império do Gana⁶⁴, que no seu apogeu estendeu-se desde o Atlântico à cidade de Tombuktu – atual Mali – entre o norte das curvas divergentes do Senegal e o Níger, ao sul, e o Saara, na fronteira norte; o reino Kuba; os reinos Lunda e Luba, hoje divididos entre Angola e a República Democrática do Congo; para referir alguns⁶⁵.

A história dos impérios e reinos atrás referidos, cujo sistema organizacional, político e administrativo de alguns ainda perdura, foi truncada por aquilo que o estudioso africano Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) designou de «processo de roedura», que iniciou com a entrada dos portugueses em África, marcada pela conquista de Ceuta (1415) e teve como ponto mais alto a Conferência de Berlim (1884-1885).

Com efeito, embora a partir do século XV se tenha assistido à colonização de algumas

⁶⁴ O Gana atual não pode confundir-se com o império do Gana aqui referido. O primeiro encontra-se mais a sul e a leste. Segundo al-Bakri, considerado o primeiro autor mais bem informado sobre o assunto, Gana corresponde realmente ao título do rei. Para mais sobre o tema ver (FAGE, 2010).

⁶⁵ Para mais sobre o assunto ver: (M'BOKOLO, 2011); (HERNANDEZ, 2005); (FAGE, 2010).

ilhas na costa da África Ocidental, assim como o estabelecimento de alguns postos de comércio fortificados em áreas da costa do Senegal ao Cabo, principalmente por portugueses, franceses, ingleses, espanhóis, dinamarqueses e suecos «do Saara para o sul, ou da costa do Atlântico para a do Índico, o comércio de caravanas foi organizado pelos próprios africanos e não perturbou fundamentalmente as estruturas políticas do continente. Importações, inclusive de armas de fogo, encontravam seu caminho principalmente através das mãos dos governantes tradicionais, que as utilizaram para fortalecer sua autoridade política por intermédio da ampliação de sua esfera política e de uma centralização aumentada dos sistemas administrativos» (OLIVIER, 1994: 181).

Assim foi, porque «Até ao século XIX a África Negra não interessava à Europa exceção feita para o litoral onde se situavam os centros de aprovisionamento, os pontos de referência e os portos fundamentais nas viagens para o Oriente e onde se praticava o frutuoso tráfico negreiro. Com a progressiva decadência do tráfico negreiro, o interesse por África decresceu a níveis ainda mais baixo». (VITORIANO *and al.*, 1998: 54)

Nesta altura, os domínios estrangeiros em África – que normalmente se destinavam à regulação pelos comerciantes europeus, das suas relações com os seus empregados e clientes – só existiam em pequenos enclaves, designadamente no Gabão⁶⁶, em Angola e Moçambique⁶⁷, em Zanzibar⁶⁸, nas Comores e Madagáscar⁶⁹, para além da colónia do Cabo (África do Sul), fundada em 1652; de Freetown (Serra Leoa), então colónia de escravos libertos estabelecida pela Grã-Bretanha (1787); e Saint Louis (Senegal), fundada em 1879 (Roland Olivier, 1994; Leila Hernandez, 2005).

«A descoberta de diamantes no Transval, de ouro no Rand, e de cobre na Rodésia, na década de 1870, constituiu o ponto de viragem do conceito económico que se tinha de África, sendo um dos fatores mais importantes que iriam levar à partilha da África Negra» (VITORIANO *and al.*, 1998: 55).

⁶⁶ *Em Libreville, uma pequena base naval e uma comunidade de escravos libertos.*

⁶⁷ *Cinco a seis pequenos centros costeiros.*

⁶⁸ *Com forte influência diplomática inglesa.*

⁶⁹ *Que os franceses começavam a ocupar.*

Naquela época, de acordo com Leila Hernandez (2005), principalmente na África subsaariana, os então líderes africanos celebravam tratados políticos que constituíam alianças com nações europeias com o objectivo de obter vantagens face aos seus vizinhos, manter a obediência dos seus súbditos, principalmente através da obtenção de armas, e salvaguardar a sua soberania ameaçada por outras nações europeias. Entretanto, «durante os processos de rápida expansão e conquista coloniais iniciados na década de 70 do século XIX, os africanos (...) perderam mais do que a independência dos seus reinos tradicionais. Perderam a capacidade de competir em pé de igualdade na exploração comercial dos seus territórios» (FAGE, 2010: 362).

2.2. A África colonial

Organizada por Bismarck, então Chanceler alemão, a Conferência de Berlim, que transformou a África em colónia europeia, constituiu uma resposta à proposta de Portugal para a realização de uma conferência internacional para resolver as disputas territoriais na África Central⁷⁰, depois daquele ter declarado, em 24 de Abril de 1884, todo o sudoeste africano, desde o rio Orange ao rio Cunene, protetorado alemão.

Com efeito, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, reuniram-se a França, a Inglaterra, Portugal, a Alemanha, a Bélgica, a Itália, a Espanha, o Império Austro-Húngaro, os Países Baixos, a Dinamarca, a Rússia, a Suécia, a Noruega, a Turquia e os Estados Unidos da América, para satisfazer interesses pessoais ou nacionais, designadamente: a fundação de um império ultramarino pelo rei Leopoldo II, da Bélgica, materializado pela criação do Estado Livre do Congo, reconhecido pela Conferência de Berlim (1885)⁷¹; a ocupação por Portugal do território entre Angola e Moçambique, ocupando quase toda a atual Zâmbia e o Zimbabwe, materializando o projeto que, no ano 1883, denominou «mapa cor-de-rosa»; o controle do Egito, pela

⁷⁰ Embora Portugal tivesse sido o último país a ser convidado para participar na Conferência Geográfica de Bruxelas (1876).

⁷¹ Para o efeito, com o pretexto de combater o comércio de escravos feito pelos muçulmanos e proteger as missões cristãs, em 1875 promoveu a fundação de uma cadeia de postos comerciais e científicos que se estendiam de Zanzibar ao Atlântico. Neste quadro, patrocinou a Conferência Geográfica de Bruxelas (1876) para, como declarou na sua abertura «abrir para a civilização a única parte do globo ainda alheia a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros (...)» pelo que deveria a Conferência localizar rotas a serem abertas com sucesso pelo interior do continente, onde instalar postos hospitaleiros, científicos e pacificadores, como forma de abolir o tráfico de escravos, estabelecer a paz entre os chefes tribais e fornecer-lhes arbitragem justa e imparcial (HERNANDEZ, 2005: 59-60).

França em parceria com a Inglaterra (1879) e o reconhecimento dos tratados celebrados com os soberanos da bacia do Congo, que permitia à primeira o envio de expedições exploradoras ao Congo e ao Gabão (rio Ogue), para além do reconhecimento da sua ocupação da Tunísia e Madagáscar⁷²; o reconhecimento da liberdade de navegação e comércio nas bacias do Níger e do Congo, manifestado sobretudo pela Inglaterra que ansiava o domínio do território desde o Cairo até ao Cabo, em oposição aos interesses de outros Estados europeus (na África Central) e dos bóeres, no sul.

Deste modo, independentemente da organização política, social e territorial então existente no continente africano, assim como os interesses das suas populações (enquadradas pelas suas elites), a Conferência de Berlim decidiu a sua partilha entre as potências europeias dando-lhes a missão, entre outras, de «instruir os indígenas» e fazê-los «compreender as vantagens da civilização»⁷³.

Desde então e até à década de 1950, a História de África foi a traçada pelas conclusões dessa Conferência e pelos tratados bilaterais⁷⁴ subsequentes que clarificaram a partilha do continente entre o rei Leopoldo II, da Bélgica, e as potências europeias de então, designadamente a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Espanha e Portugal, reduzindo a uma pouca dezena de países, como mostra o mapa abaixo, um território que, segundo Roland Olivier (1991), possuía então mais de 10 mil entidades políticas.

⁷² Entre 1880 e 1890 a França assinou 226 tratados com chefes africanos, em alguns dos quais aqueles renunciavam à sua soberania em troca de proteção. A Companhia Real do Níger, em proveito da Inglaterra, assinou, entre 1884 e 1892, 389 tratados similares, no território que hoje constitui a Nigéria (HERNANDEZ, 2005: 61).

⁷³ Segundo o Artigo VI da Acta Geral da Conferência de Berlim, assinada pelos participantes em 23 de Fevereiro de 1885.

⁷⁴ O tratado anglo-alemão (1885), que definia a zona de intervenção da Alemanha e da Inglaterra; o tratado anglo-alemão (1886), que limitou as reivindicações de Zanzibar a uma faixa costeira de 16 Km de largura e dividiu o interior até ao Lago Vitória numa zona alemã a sul e inglesa a norte; os tratados anglo-alemães de 1890, 1891 e 1893, que colocaram o Alto Nilo sob controle da Inglaterra; o tratado anglo-português (1891), que delimitou a esfera de influência da Inglaterra na África Central e reconheceu a influência portuguesa sobre Angola e Moçambique, apoiado, no caso britânico, pelo envio da sua frota para bloquear o rio Tejo, forçando assim a assinatura do tratado por Portugal; o tratado entre o Estado Livre do Congo e a Inglaterra (1894), que limitou o território e definiu os territórios franceses e o Vale do Nilo (HERNANDEZ, 2005: 64) (FAGE, 2010: 378).

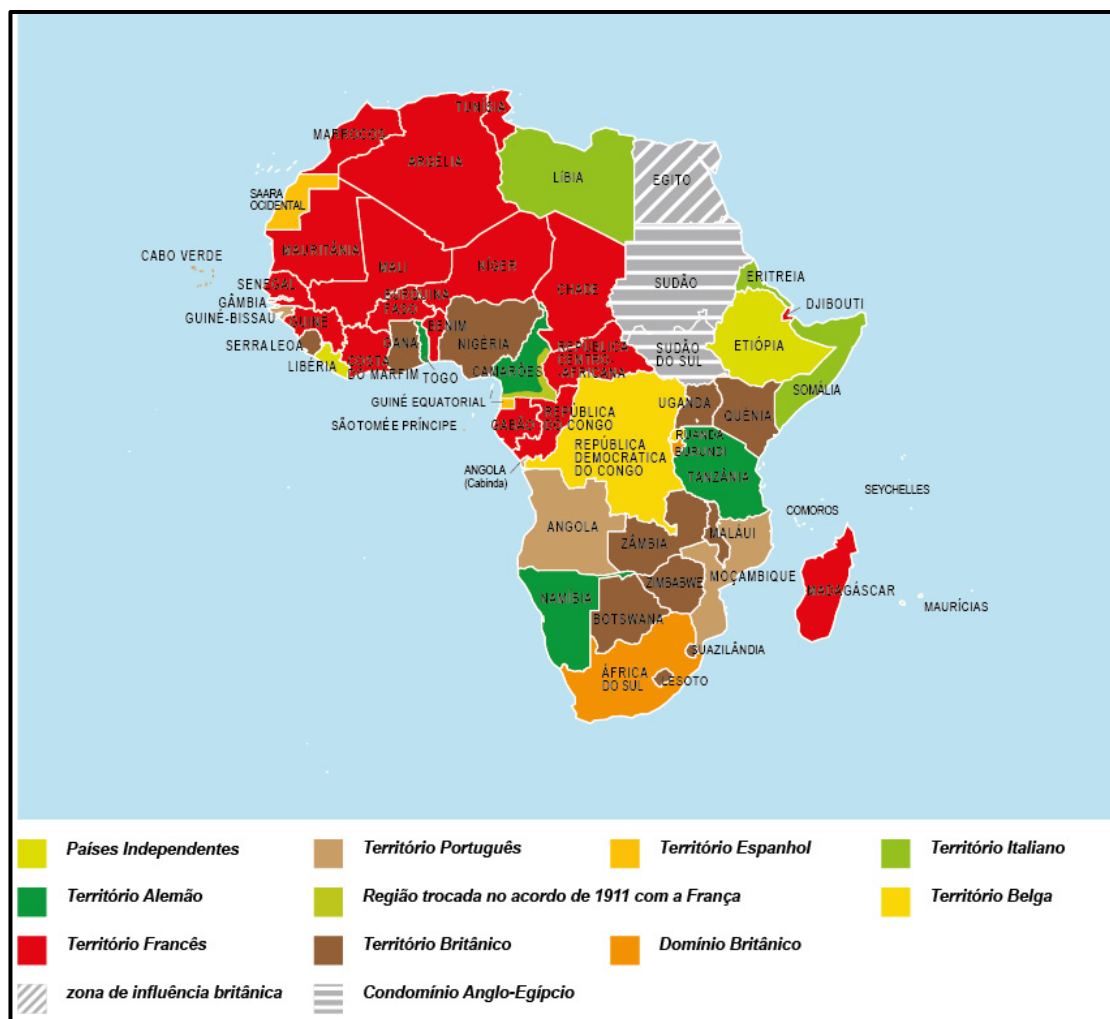


Figura 13 – A África partilhada entre as potências europeias⁷⁵

2.3. A ocupação

De forma geral, o processo de ocupação dos territórios pelas potências coloniais foi feito utilizando ora a persuasão ora a violência contra as elites tradicionais que contra ela resistiram, mas «(...) sempre marcado pela violência, pelo despropósito e, não raro, pela irracionalidade da dominação» (HERNANDEZ, 2005: 109).

⁷⁵ Fonte: Criação do autor. **Território Britânico:** África do Sul, Egito, Gana, Lesoto, Malawi, Maurícia, Nigéria, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Serra Leoa, Suazilândia, Seychelles, Tanzânia, Uganda, Zimbábue e partes da Líbia, do Chade e da Somália. **Território Francês:** Argélia, Marrocos, Tunísia, Guiné Conacri, Camarões, Togo, Senegal, Madagáscar, Benim, Niger, Burkina Faso, Costa do Marfim, parte do Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Comores e Djibouti. **Território Alemão:** Camarões, Togo, Namíbia, Tanganica (parte continental da atual Tanzânia), Ruanda, Burundi. Como consequência da sua derrota na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu estes territórios a favor da França, do Reino Unido e da Bélgica. **Território Espanhol:** Guiné Equatorial e sul de Marrocos (República Árabe Saharaui Democrática). **Território Italiano:** Eritreia, norte da Líbia e oeste da Somália. **Território Belga:** República Democrática do Congo. **Território Português:** Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

«No caso do Reino Unido, na Costa do Ouro (atual Gana), os britânicos, depois de Asantehene Prempeh (1870-1931), o rei de Ashanti, ter rejeitado o ultimato obrigando-o a transformar-se num protetorado britânico, submetendo-se ao Residente Britânico de Kumasi, o seu território foi invadido (1895-1896) e, uma vez derrotado, deportado para as ilhas Seychelles.» (HALLETT, 1974: 28). Por outro lado, segundo Roland Olivier (1994), no Sudoeste da Nigéria, o Governo colonial de Lagos, depois de ter usado a força contra a cidade de Ijebu (1891), bombardeou Oyo em 1893; atacaram Kano e Sokoto, no Norte, em 1903. No Uganda, o confronto ocorreu quando Kabaka Mwanga, de Buganda, juntou-se ao monarca resistente de Bunyoro (1897); uma vez derrotados os dois foram deportados. Na Rodésia meridional, os britânicos atacaram os Ndebele (1893) aproveitando a presença naquela de cerca de 500 mercenários europeus com elevado poderio. Na Niassalândia (atual Malawi), enfrentaram a hegemonia suaíli a Norte do lago Niassa (1896); etc.

A ocupação colonial francesa, como referiu Roland Olivier (1994), veio na esteira de uma ponta de lança militar que atacava os Estados africanos, com o que resultou na conquista do reino de Daomé (1892), do planalto de Futa Jallon, na Guiné central (1896), do Benim (1897) e de Aro (1901), depois da conquista da Argélia, em 1830, naquilo que Holt designou como *um golpe de teatro*. Do mesmo modo, tendo desenvolvido no Senegal (1854) um enclave que visava o Sudão ocidental (atual Mali), os franceses organizaram-se para vencer os impérios e Estados que os bloqueavam, designadamente o Tokolor e o Samori Ture⁷⁶, tendo tomado Bamaco em 1883 e chegado a Tombuktu.

No caso da Alemanha, embora não possa falar-se de uma colonização alemã na verdadeira acepção da palavra, como apontou Eugénio Almeida (2004), não se pode deixar de referir que, de uma atitude que inicialmente não passou do envio de deportados, comerciantes e seus familiares e, essencialmente pastores evangélicos, a Alemanha evoluiu para a tentativa de unir os Camarões à Tanganica (parte da atual Tanzânia), como que imitando a ideia portuguesa do *mapa cor-de-rosa*, e procurou ocupar partes do sul de Angola através de alianças com entidades políticas da região.

⁷⁶ Samori Turé somente foi derrotado em 1898 (OLIVIER, 1994: 204) e deportado para o Gabão.

Neste quadro, depois de ter declarado protetorado alemão todo o sudoeste africano, como atrás referido, o império alemão cresceu com a obtenção dos direitos de soberania sobre a Togolândia (atual Togo) e os Camarões, em 1884⁷⁷; da compra da região de Tanganica ao sultão de Zanzibar (1885) e da aquisição do Ruanda e do Burundi, em troca pelo Uganda (1890)⁷⁸.

Portugal, por sua vez, tal como as demais potências coloniais, para impor a sua autoridade empregou a força contra a resistência das elites locais, principalmente nos territórios de Angola e Moçambique, onde «as terras e os haveres dos africanos foram pilhados (...) impuseram a *taxa de soberania* e tornaram obrigatória a cultura de certos géneros; instituíram o trabalho forçado e organizaram a deportação dos trabalhadores africanos; passaram a controlar totalmente a vida colectiva e privada do povo, utilizando ora a persuasão ora a violência. (...) Os africanos foram expulsos das últimas regiões férteis que lhes restavam para que os europeus pudessem aí estabelecer colonatos» (CABRAL, 1976: 57).

2.3.1. A administração dos territórios

Para a administração dos territórios, de modo a retirar deles rendimento, diversos foram os modelos empregues pelos ocupantes europeus, os que de um modo geral agrupam-se nos conceitos de «administração indireta» e «administração direta».

A administração indireta, principalmente aplicada pelos britânicos, visando a redução de custos através do estabelecimento de uma estrutura administrativa mínima, consistiu em «(...) aproveitar as estruturas tradicionais como veículos da ação colonial (...) em que se desenhou uma política que se traduz na permanência de uma sociedade plurirracial, onde, portanto, o colono branco se enraíza e acaba por deter o poder político» (MOREIRA, 1961: 263).

⁷⁷ *Através do viajante e explorador Gustav Nachtigal.*

⁷⁸ *O Tratado de Heligolândia (1890) pôs fim ao monopólio do Reino Unido na África Oriental, pondo fim à independência de Zanzibar e restituindo a Heligolândia à Alemanha.*

Neste quadro, os britânicos, num primeiro momento, entregaram algumas das colónias à gestão de determinados capitães e outros graduados⁷⁹, assim como a companhias privadas, designadamente a Companhia Real do Níger (1886), a Companhia Imperial Britânica da África Oriental (1888) e a Companhia Britânica da África do Sul (1889).

Quando, em momento posterior, o Governo central envolveu-se mais diretamente na administração estabeleceu naquelas um modelo de gestão descrito por Frederick Lugard, citado pelo Professor Adriano Moreira (1961)⁸⁰, nos seguintes termos: «Não há duas espécies de governantes – os britânicos e os indígenas – trabalhando separadamente ou em cooperação, mas um só Governo no qual os chefes indígenas têm deveres bem definidos e um conhecido estatuto de igualdade com os funcionários britânicos. Os seus deveres não devem chocar-se e devem tocar-se o menos possível. Devem ser reciprocamente complementares e o próprio chefe deve compreender que não tem direito ao lugar e ao poder, salvo prestando bom serviço ao Estado».

Deste modo, no dizer do cientista britânico Julian Huxley, «como os brancos consideravam-se superiores aos negros, pensando saber o que era melhor para eles (...)» (HERNANDEZ, 2005: 106), então os britânicos buscaram moldar as formas de pensar e de gerir das populações por eles colonizados, mantendo o modo de vida próprio dos africanos. Deste modo, eles poderiam, em alguns casos, aplicar o domínio indireto, «deixando a parte mais difícil da tarefa, a manutenção da ordem entre a população, aos africanos» (FAGE, 2010: 407).

No caso da Nigéria, de importância particular no âmbito deste estudo, o advento do colonialismo britânico, no fim do século XIX, para além de juntar o Norte e o Sul (1912-1914), aumentou as migrações internas como resposta ao estabelecimento de centros urbanos, que criaram novas oportunidades. Por outro lado, como referiu Basil Davidson (1994), a gestão colonial da Nigéria nada fez para evitar as divisões internas. Pelo contrário, sempre isolou o norte do sul e fez por aprofundar as diferenças e a rivalidade entre as regiões⁸¹.

⁷⁹ Entre os que se destaca Frederick Lugard, que esteve ligado à Companhia dos Lagos Africanos, na Niassalândia (1888) e depois à Companhia Imperial Britânica da África Oriental (1889-1892) e ainda à Real Companhia do Níger (1894), ao serviço de outro oficial britânico (George Goldie).

⁸⁰ (MOREIRA, 1961: 262 e sgtes.)

⁸¹ *Modern Africa: A Social and Political History*, (DAVIDSON, 1994: 135).

Pode-se então concluir que, em essência, o padrão histórico, reflectido na forma como os britânicos conquistaram e administraram o país, estabeleceu as bases para os violentos conflitos identitários da Nigéria pós-colonial.

Em resumo, os princípios da administração indireta resumem-se em: «1º – Os chefes indígenas não podem possuir ou dominar forças armadas, ou dar licenças de porte de armas; 2º – O direito de impor taxas sob qualquer forma é reservado ao poder soberano; 3º – Também é reservado o poder de legislar; 4º – O direito de ocupar a terra em termos equitativos para fins públicos ou comerciais reside no Governador; 5º – O direito de confirmar ou, por qualquer modo, decidir da escolha do sucessor de um chefe, ou da deposição de outro por erro ou por qualquer causa adequada, pertence ao Governador. A sucessão é regulada pelas leis tradicionais, sujeita, no caso dos chefes mais importantes, à aprovação do Governador, de modo a ser escolhido o mais capaz dos pretendentes»⁸².

«Este modelo de administração, baseado na inferioridade da raça negra em face do branco no campo da política, mantinha as instituições políticas locais, mas sob a direção e poder protetor do colonizador.» (MOREIRA, 1961: 262)

De modo diferente, «o modelo de administração direta», principalmente implementado pela França e por Portugal, baseou-se numa administração completamente centralizada a partir das metrópoles.

Neste quadro, o modelo implementado pela França, aqui referido para efeito de exemplo, consistiu

«num sistema governativo centralizado e autoritário para as suas colónias oeste-africanas, com uma hierarquia bem definida de funções que ia desde o Ministério das Colónias em Paris, passando pelo governador-geral em Dacar⁸³, até aos governadores de cada colónia, e aos seus delegados provinciais e *commandants de cercle*, os oficiais responsáveis por cada distrito. Neste esquema, os africanos eram apenas auxiliares, e os chefes ao nível da aldeia tornaram-se subordinados

⁸² *Este género de política conduziu à rebelião Ashanti (1890-1900), decorrente da deposição de um grande número de chefes tradicionais e a sua substituição por outros que careciam de legitimidade perante a população, violando o carácter sagrado da realeza nos planos religioso e cultural (HERNANDEZ, 2005: 115).*

⁸³ *A partir de 1898 (FAGE, 2010: 419)*

executivos do responsável francês do distrito, dependendo destes a autoridade daqueles e continuando em funções apenas enquanto tivessem a sua confiança». Deste modo, os africanos colonizados pela França não passavam de súbditos, cujo direito de cidadania dependia de um processo formal que implicava «a educação em escolas francesas, o cumprimento do serviço militar e de um mínimo de funções civis francesas, a aceitação da monogamia e a rejeição da lei e dos costumes tradicionais ou islâmicos. (...) Um sistema e filosofia de governo idêntico foram extensivos à federação das quatro colónias equatoriais africanas quando foram ocupadas após o período de conquista e de concessões» (FAGE, 2010: 424).

De igual modo, o «modelo de administração direta» baseava-se numa política designada de *assimilação* que, por um lado, como atrás apresentado, no quadro estrutural implicou a integração dos territórios colonizados na unidade política colonizadora, como ocorreu com o Império Francês, « (...) decretado pelos constituintes em 8 de Março de 1790» (MOREIRA, 1961: 254), e, no caso de Portugal, segundo Amílcar Cabral (1976: 58), com a alteração da sua Constituição substituindo-se ção o termo colónia por províncias ultramarinas⁸⁴, depois da Organização das Nações Unidas ter adotado a sua Carta, que reconhecia o direito de todos os países à autodeterminação. Por outro lado, o modelo incluiu a assimilação cultural, que «tinha o objectivo de converter gradualmente o africano em europeu, o que significava que a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformadas (...)» (HERNANDEZ, 2005: 107).

Portugal consagrou a política de assimilação através do que designou Acto Colonial (1930), referida como «(...) política indígena de associação da inteligência do europeu que pensa e do braço do indígena que executa, a qual fornecerá ao europeu os elementos necessários para compreender o espírito infantil do indígena e para impor-lhe, pela benevolência, a sua autoridade, não os menosprezando, nem praticando o erro de o identificar a si» (LOPES, 1987: 37) pois, no dizer de Marcello Caetano «os pretos têm que ser dirigidos e enquadrados por europeus (...). Os africanos não souberam valorizar sozinhos os territórios que habitam há milénios, não se lhes deve nenhuma invenção útil

⁸⁴ O estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, aplicado à Guiné Bissau no ano seguinte, refere a designação de colónia, que é consagrado pelo Acto Colonial, de 1930. A revisão da Constituição, em 1951, refere a designações de «Ultramar» e «províncias ultramarinas»

(...) nada que se pareça ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos» (CAETANO, 1954: 139).

Deste modo, como escreveu Amílcar Cabral em *A arma da teoria – unidade e luta* (1976), até 1961⁸⁵ Portugal manteve a divisão dos africanos em *assimilados* e *indígenas*, sendo que teoricamente todos os *indígenas* poderiam ascender à categoria de assimilados, desde que, nos termos do artigo 56 do Estatuto dos Indígenas: tivesse mais de 18 anos; falasse corretamente a língua portuguesa; exercesse uma profissão, arte ou ofício que lhe provesse o rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o seu fim; tivesse bom comportamento e tivesse adquirido os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; não tivesse sido notado como refratário ao serviço militar, nem dado como desertor.

No entanto, quer a França, quer Portugal, de algum modo empregaram também o modelo de «administração indireta». No primeiro caso, «na África Equatorial Francesa foram empregues cerca de 40 companhias europeias concessionárias para realizar a exploração do território com o direito de impor aos produtores africanos da região concessionada os preços dos seus produtos, por exemplo a borracha, ou o algodão, em Ubangui-Chari (atual República Centro-Africana)» (HERNANDEZ, 2005: 97). Também foi utilizado o trabalho forçado, de escravos libertados num primeiro momento. Tal como orientou um responsável francês naquela época «à medida que precisar deles, arranje você mesmo homens novos libertando escravos. O preço da libertação será deduzido dos salários que julgar apropriados» (CORDELL e GREGORY, 1994: 156). Por sua vez, Portugal, para enfrentar a falta de recursos pelo Estado, segundo John Fage (2010), empregou a política de concessões tendo, neste quadro, cedido à Companhia do Niassa a região Norte de Moçambique (1890-1929) e à Companhia de Moçambique, as regiões de Manica e Sofala (1890-1942),.

⁸⁵ Até à adoção das resoluções 1514 e 1524 das Nações Unidas, sobre a descolonização. Neste ano ocorreram em Angola, a 4 de Fevereiro e 15 de Março, ações armadas das populações contra a ocupação colonial. O Estatuto dos Indígenas foi abolido em 1962.

2.3.2. O fim dos impérios coloniais

O quadro gerado pela ocupação colonial manteve a atitude de resistência das populações africanas, como referiu o Professor Adriano Moreira ao citar Jomo Kenyata dizendo que:

«(...) Quando o europeu vem e rouba as terras do povo kikuyu, está, não apenas destruindo a base da sua vida, mas também o símbolo material que mantém reunidas a família e a tribo. Fazendo isto, dá um golpe que fere profundamente os fundamentos da vida social, moral e económica dos kikuyu. Quando explica, para sua própria satisfação e depois do mais superficial exame do problema, que está a fazer isto para salvação dos africanos, para os *civilizar*, para *ensinar-lhes o valor educativo do trabalho regular* e *dar-lhes os benefícios das progressivas ideias europeias*, acrescenta o insulto à injúria, e não pode esperar convencer ninguém além de si próprio»⁸⁶.

Com efeito, a conjugação dos interesses das novas elites criadas pelo próprio sistema colonial com os das elites tradicionais não absorvidas pelo sistema político imposto pelo colonialismo serviu de base ao movimento de que resultou a independência política dos Estados africanos, numa primeira vaga no final da década de 1950 e início da década de 1960 e, posteriormente, uma manifestação particularmente mais intensa do Movimento de Libertação Nacional – principalmente na África Ocidental Portuguesa⁸⁷ e na África Austral⁸⁸ – pôs fim ao então Império Ultramarino Português, na década de 1970; permitiu o nascimento do Zimbabwe, então Rodésia do Sul, em 1980; derrubou o regime do *apartheid*, na África do Sul, e trouxe a independência ao Sudoeste Africano (Namíbia), na década de 1990.

Tendo contribuído especialmente para a primeira vaga de independências, o novo auge das ideias do pan-africanismo⁸⁹; também é de considerar-se a tomada de consciência dos africanos em relação à sua liberdade política, ao participar como franceses e britânicos contra a Alemanha nazista nas duas Guerras Mundiais, principalmente a

⁸⁶ Citado pelo Professor Adriano Moreira em *Política Ultramarina*, 1961, 266.

⁸⁷ Na Guiné-Bissau e Angola.

⁸⁸ Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe.

⁸⁹ Movimento político-ideológico, centrado na noção de *raça*, que teve a participação predominantemente de negros da África Ocidental de colonização britânica (Serra Leoa, Gâmbia, Costa do Ouro, Lagos) onde o processo de escolarização era antigo e gerou um fluxo de estudantes negros africanos para os Estados Unidos e a Inglaterra.

Segunda⁹⁰ que redundou, finda a guerra, num sentimento de revolta pois, de facto, de forma geral nada mudara nas suas vidas. Contribuiu ainda, a crise em que a guerra deixou a Europa, tornando-a economicamente dependente dos EUA; a sua opinião pública que passou a opor-se à realização de gastos relativos à colonização, e muito mais ainda contra a perda de vidas dos seus homens que tinham que manter a ordem contra as manifestações violentas das populações africanas. De igual modo contribuiu, o sentimento de reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos, referido pela «Carta do Atlântico»⁹¹ negociada pelos EUA e a Inglaterra em plena Segunda Guerra Mundial. Esta última, como visão do pós-guerra declarava, no seu ponto 3º, que respeitava o direito de todos os povos a escolher a forma de governo sob o qual queriam viver, assim como desejavam ver restabelecidos os direitos soberanos e de autodeterminação de quem deles fora expropriado pela força (...) (UK/USA, 1941).

Com efeito, as medidas adotadas pelas potências coloniais, entre outras, designadamente, em 1946, a Lei Houphouet-Boigny, que abolia o trabalho forçado; a Lei Lamine Gueye, que dava a cidadania francesa a todos os oriundos da União Francesa; a autorização dos sindicatos negros no Congo Belga; ou, em 1948, a nova Constituição na Nigéria; que se seguiram às reformas encetadas por Félix Éboué, na África Equatorial Francesa ainda durante a guerra, não satisfizeram o anseio de liberdade dos africanos pois, «(...) muitas foram as transformações que se fizeram na letra mais do que no fundo. Em França, a expressão *território do ultramar* substituiu a de *colónia*; o *indígena* cedeu o lugar ao *autoctone*. Na Grã-Bretanha, passou a falar-se de *parceria* e de *tomada a seu próprio cargo das populações*. Os africanos colocados em postos chave (nomeadamente na Nigéria e nas outras colónias britânicas) não tinham sido escolhidos pelos seus semelhantes, antes haviam sido designados pelas engrenagens da administração, muitas vezes em virtude da sua *lealdade* e da sua moderação. A criação de novos estatutos abrangia pouca gente. Muitas iniciativas

⁹⁰ Segundo M'Bokolo (2011), a África forneceu para as duas guerras mais de 250 000 efetivos das colónias francesas; 146 000 da África Ocidental Britânica, 137 000 da África do Sul. Entretanto, A. Sousa Lara afirma terem sido cerca de 2 milhões os africanos que combateram ao lado das potências colonizadoras contra a Alemanha Nazi (LARA, 2000: 160).

⁹¹ Negociada na Conferência do Atlântico, entre o presidente Franklin Roosevelt, dos EUA e o primeiro-ministro Winston Churchill, do Reino Unido, em 14 de Agosto de 1941. Os princípios da Carta do Atlântico foram unanimemente aceites, na Conferência de Londres (24.09.1941) pelos Governos da Bélgica, Checoslováquia, Grécia, Jugoslávia, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Polónia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

rapidamente se esgotaram: o movimento de reformas lançado por Félix Éboué deteve-se logo em 1943» (M'BOKOLO, 2011: 494).

Deste modo, apesar das potências coloniais – ao considerarem não terem ainda concluído a missão de «instruir os indígenas» e fazê-los «compreender as vantagens da civilização» - procurarem manter os territórios africanos sob dependência através de estratégias diversos, o Governo francês – a braços com a guerra na Argélia; uma elevada inflação; uma crise financeira que obrigou a pedir ajuda ao exterior e com uma elevada corrupção do regime⁹² – nada mais pôde para além de propor a realização de um referendo que tratasse sobre o estabelecimento de uma Comunidade formada por Estados autónomos em África, dando início à V República. Esta, de facto resultou na independência das suas colónias quando o presidente Charles de Gaulle,

«cada vez mais consciente da derrocada do império francês, sobretudo pela radicalização da guerra de guerrilha na Argélia, «(...) em 2 e 4 de Abril de 1960, contradizendo o parecer do Conselho de Estado, assinou um acordo contrário ao artigo 68 da Constituição, o qual definia que um Estado membro da Comunidade, uma vez independente, deixaria de fazer parte dela». Por outro lado, «(...) fez votar dois artigos aditivos aos artigos 85 e 86, introduzindo importantes modificações: Um Estado membro da comunidade pode igualmente, por meio de acordos, tornar-se independente sem deixar de fazer parte da Comunidade.» (HERNANDEZ, 2005: 362)

Os britânicos, nas suas colónias da África Ocidental, com pouca presença de colonos, de forma relativamente pacífica cederam a independência⁹³; enquanto nas colónias da África Central e Oriental⁹⁴, o conflito entre as populações africanas e os ocupantes (colonos) britânicos – em número consideravelmente maior que nas colónias da África Ocidental – não só retardou como complicou o processo de transição para a independência, matizando-o por um ambiente de violência. São exemplos disto, a

⁹² Raymond Aron, *Democracia e Totalitarismo*, (ARON, 1966: 210).

⁹³ Sem deixar-se de reconhecer a importância da ameaça do *Convention People's Party (CPP)*, do Gana, sob a liderança de Kwame Nkrumah, de «libertarem-se eles próprios segundo o seu próprio programa de ação», caso não lhes fosse concedida a autonomia até à data de 1 de Abril de 1949. Da comunicação à *Sekondi Youth Association*, em Janeiro de 1949. (BOAHEN, 1979).

⁹⁴ Excetuam-se aqui as situações de Tanganica, que se tornou protetorado das Nações Unidas em 1946; e de Zanzibar, com pouco mais de 20 mil colonos britânicos nos anos de 1950 (DAVIDSON, 1994).

guerra de guerrilha protagonizada pelos «Mau Mau» no Quênia⁹⁵ e pela ZAPU⁹⁶, na Rodésia do Sul (Zimbabwe)⁹⁷; a violência na Niassalândia e na Rodésia do Norte⁹⁸.

Finalmente, no que se refere à primeira vaga da onda independentista em África, a Bélgica, tal como as demais potências coloniais, procurou manter o controle sobre os seus territórios em África. Assim, quer no Burundi, quer no Ruanda, e também no Congo Belga (atual RDC), estimulou as diferenças étnicas e instrumentalizou forças políticas no que resultou em processos de transição matizados pela violência e/ou inquinados por estatutos provisórios como o desenhado para a RDC, que mantinha o Banco Central sob seu controle com a integração de 15 congoleses com formação universitária, que somente se ocupavam de questões administrativas.

O Império português, o último dos impérios coloniais, desmoronou-se quando já não lhe restava alternativa pois, como referiu aquele que foi o presidente da Junta de Salvação Nacional⁹⁹ e primeiro presidente da época democrática de Portugal, o General António de Spínola (1910-1996), em *Portugal e o Futuro* (1974), «estamos numa encruzilhada do problema ultramarino (...); a contestação generaliza-se a todos os sectores, até à Igreja e à instituição militar; (...) resta apenas uma via para a solução do conflito e essa é eminentemente política, a vitória exclusivamente militar é inviável (...); a solução implica a aceitação de princípios, o primeiro dos quais é o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação».

Neste quadro, depois da derrota em que se alicerçou a proclamação unilateral da independência pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

⁹⁵ Segundo Ki-Zerbo, em *História da África Negra, volume II, a guerra dos Mau-Mau provocou a morte de 7811 entre aqueles, e 538 militares e civis (68 europeus), para além cerca de 100 mil combatentes Mau-Mau feitos prisioneiros.*

⁹⁶ Zimbabwe African People's Union (ZAPU, 1961), da qual formou-se, em 1963, a Zimbabwe African Nationalist Union (ZANU). As duas organizações nacionalistas desenvolveram uma guerra de guerrilha contra os colonos britânicos que, em 1965, declararam unilateralmente a independência da Inglaterra, depois de terem ensaiado um Governo com a participação de alguns negros, em 1961.

⁹⁷ Cerca de 200 mil colonos nos anos de 1950, muito mais que na Rodésia do Norte (Zâmbia) e na Niassalândia (Malaui).

⁹⁸ Em 1959, o estado de emergência declarado na Niassalândia conduziu à morte de 52 africanos e a prisão de muitos outros, incluindo o líder do Nyasaland African National Congress, Hastings Kamuzu Banda (1898-1997). Em 1961, nos distúrbios na Rodésia do Norte (Zâmbia) perderam a vida cerca de 27 africanos, tendo sido cerca de 3 mil presos, incluindo o líder do United National Independence Party (UNIP), Kenneth David Kaunda.

⁹⁹ Criada para exercer a função governativa, imediatamente depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

(PAIGC), na Guiné-Bissau, e o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, em Portugal, o novo regime português estabeleceu os acordos que, de uma forma pacífica – com exceção de Angola¹⁰⁰ – conduziram as restantes colónias à independência nacional.

Deste modo, constituíram-se os atuais Estados africanos, nas datas referidas no quadro Quadro 2, abaixo.

ANO	DATA INDEPENDÊNCIA OU CRIAÇÃO	PAÍS	OCUPANTE
1951	24 de Dezembro	Líbia	R. Unido, França
1956	20 de Março	Tunísia	França
	1 Abril	Sudão	Reino Unido
	7 de Abril	Marrocos	França
1957	6 de Março	Gana	Reino Unido
1958	13 de Agosto	R. Centro-Africana	França
	2 de Outubro	Guiné-Conacri	França
	4 de Dezembro	Costa do Marfim	França
1960	1 de Janeiro	Nigéria	Reino Unido
	1 de Janeiro	Camarões	França
	18 de Fevereiro	Gâmbia	Reino Unido
	27 de Abril	Togo	França
	26 de Junho	Somália	Reino Unido/Itália
	26 de Junho	Madagáscar	França
	30 de Junho	R. D. Congo	Bélgica
	1 de Agosto	Benim	França
	3 de Agosto	Níger	França
	5 de Agosto	Burkina Faso	França
	11 de Agosto	Chade	França
	15 de Agosto	Congo	França

¹⁰⁰ Nas demais colónias, ao ter sido reconhecida uma única entidade política como representante das populações, não houve necessidade de realizar-se um processo eleitoral que decidisse quem deveria formar Governo. No entanto, no caso de Angola, tendo o Governo Português reconhecido três entidades políticas (MPLA, FNLA e UNITA), foi estabelecido um processo eleitoral com fim no mês de Outubro de 1975, que não se chegou a efetivar pelo facto de o país ter entrado em guerra civil.

	17 de Agosto	Gabão	França
	20 de Agosto	Senegal	França
	22 de Setembro	Mali	França
	28 de Novembro	Mauritânia	França
1961	31 de Março	África do Sul ¹⁰¹	Reino Unido
	27 de Abril	Serra Leoa	Reino Unido
	9 de Dezembro	Tanzânia	Reino Unido
1962	1 de Julho	Burundi	Bélgica
	1 de Julho	Ruanda	Bélgica
	3 de Julho	Argélia	França
	9 de Outubro	Uganda	Reino Unido
1963	12 de Dezembro	Quênia	Reino Unido
1964	6 de Julho	Malawi	Reino Unido
	24 de Outubro	Zâmbia	Reino Unido
1966	4 de Setembro	Lesoto	Reino Unido
1968	12 de Março	Maurícia	Reino Unido
	6 de Setembro	Swazilândia	Reino Unido
SEGUNDA VAGA DE INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS			
1973	24 de Setembro	Guiné-Bissau	Portugal
1975	25 de Junho	Moçambique	Portugal
	5 de Julho	Cabo Verde	Portugal
	6 de Julho	Comores	França
	12 de Julho	S. Tomé e Príncipe	Portugal
	11 de Novembro	Angola	Portugal
1976	29 de Junho	Seychelles	Reino Unido
1977	27 de Junho	Djibouti	França
1980	18 de Abril	Zimbábwe	Reino Unido
1990	21 de Março	Namíbia	África do Sul
1993	24 de Março	Eritreia	Etiópia
2011	9 de Julho	Sudão do Sul	Sudão

Quadro 2 – Data de independência/criação dos atuais Estados africanos¹⁰²

¹⁰¹ A União Sul-Africana foi criada a 31 de Março de 1910, deixando de ser um domínio britânico em 31 de Março de 1961.

¹⁰² Não foram considerados países tais como a Libéria, criada em 26 de Julho de 1847, pelos EUA; a Etiópia, restaurada por Haile Selassié, terminando a ocupação italiana em 5 de Março de 1941; o Egito,

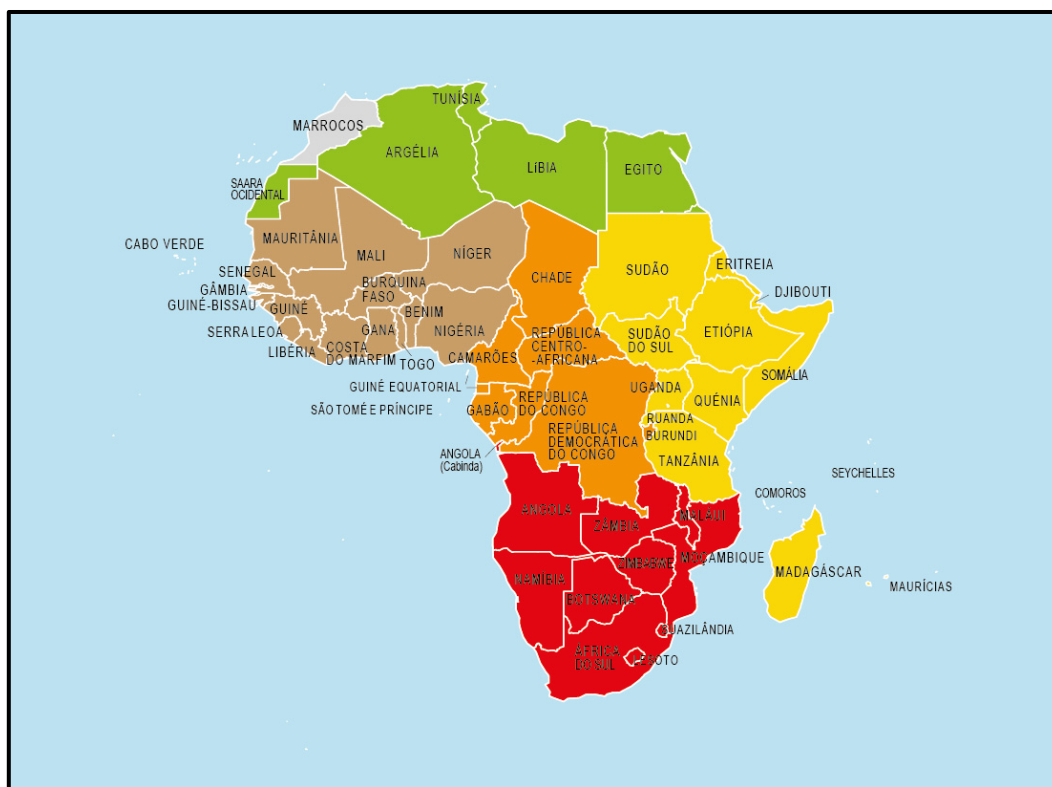


Figura 14 – Os Estados africanos em 2014¹⁰³

Síntese conclusiva

O anteriormente apreciado permite concluir que o quadro instituído pela ocupação colonial do continente gerou os atuais Estados africanos, com fronteiras que não obedecem à anterior organização política, social e territorial das regiões em que se localizam, constituindo isto uma das fontes dos conflitos africanos, sejam intraestatais ou entre os Estados.

De igual modo, o sistema colonial gerou uma parte considerável das atuais elites africanas, moldadas à cultura europeia mas igualmente diferentes, em conformidade com os modelos de administração implementados.

Esta última realidade, que já se pôde apreciar na diferente veemência com que as populações africanas, enquadradas pelas suas elites, reivindicaram as independências nacionais dos atuais Estados africanos, manifesta-se também hoje na relação entre as

liberto do Reino Unido a 28 de Fevereiro de 1922. Sistematizado pelo autor com base em informação oficial dos países, da OUA e da ONU.

¹⁰³ Criação do autor.

antigas metrópoles e os novos Estados africanos e na intensidade com que os últimos manifestam internamente o seu sentido de independência.

Deste modo, razões históricas tais como, a arbitrariedade das fronteiras herdadas pelos atuais Estados africanos; a forma como os atuais Estados alcançaram a independência nacional; e as diferenças entre as elites geradas pelos diversos modelos de administração colonial; condicionam hoje a relação entre os Estados africanos, assim como entre as suas elites; a relação entre as elites no seio dos próprios Estados; assim como a relação entre os Estados africanos e as antigas metrópoles coloniais, condicionam, em última instância, o quadro estratégico do continente africano.

Ao quadro histórico atrás desenvolvido, acrescem as particularidades geográficas do continente, na determinação da existência de regiões geopolíticas diversas, como a que constitui o «espaço geopolítico» campo da investigação, entretanto até hoje não claramente identificadas.

CAPÍTULO 2 - INSERÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA POLÍTICO INTERNACIONAL

*Ah! Quem comparou a África a uma interrogação
cujo ponto é Madagáscar?*

Agostinho Neto¹⁰⁴

1. A integração do continente

A grande maioria dos atuais Estados africanos alcançou a independência durante o período da Guerra Fria, isto é, no contexto de divisão do mundo em dois blocos político-ideológicos sob a liderança respectivamente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos Estados Unidos da América (EUA).

Naquele quadro, a forma como decorreu o processo que conduziu os países à independência e, conseqüentemente, a relação que se estabeleceu entre os novos Estados africanos e as antigas metrópoles, contribuiu à percepção de alinhamento dos primeiros com um ou outro bloco.

Com efeito, embora os Estados africanos de então tivessem aderido ao não-alinhamento¹⁰⁵, como manifestação do desejo de não submissão a um ou outro bloco político-ideológico, os modelos de desenvolvimento escolhidos e as preferências manifestada nas relações internacionais – mesmo que não clara e expressamente assumidas – ditou o comportamento das potências em relação a cada um deles.

Deste modo, com o contexto internacional vigente influenciando a capacidade de integração do continente, a luta pela independência nacional dos Estados ainda sob

¹⁰⁴ Da poesia «Poema», cadeia de Caxias, 25.02.1955.

¹⁰⁵ Concepção fixada pelo designado Movimento dos Não-Alinhados fundado na Conferência de Bandung (1955), com a participação do Egito, da Etiópia, da Libéria, da Líbia e do Sudão, como Estados soberanos; assim como com delegações da Frente de Libertação Nacional (FLN), da Argélia; do Partido da Convenção Popular (CPP), do Gana; de Léopold Senghor, Julius Nyerere e Patrice Lumumba, do Senegal, Tanganica e Congo, respectivamente, decidiu não integrar nenhum dos campos político-ideológicos (socialista ou capitalista) então constituídos.

dominação colonial constituiu-se no fator comum de alinhamento político dos Estados africanos.

Neste quadro, a Organização da Unidade Africana (OUA) personificou especialmente, por um lado, a integração política do continente e, por outro, o esforço de enquadramento do continente no SPI.

1.1. A criação e evolução da Organização da Unidade Africana

«A criação da OUA correspondeu à manifestação da determinação de definir África não como Estados individuais mas como uma unidade colectiva de geografia, história e destino» (UA, 2002b).

Assim, a 25 de Maio de 1963, com o objetivo primário de «promover a unidade e solidariedade entre os Estados africanos independentes; coordenar e intensificar a cooperação para o desenvolvimento; defender a soberania, integridade territorial e independência dos Estados Africanos; erradicar o colonialismo e promover a cooperação internacional no quadro das Nações Unidas» (OUA, 1963), foi fundada a Organização da Unidade Africana – OUA.

Naquela data, embora divididos quanto à atitude a assumir em relação às potências das quais se tinham emancipado, 30 Estados africanos rubricaram a designada «Carta da OUA».

Com efeito, divididos entre os chamados «conservadores» – a maior parte dos quais ex-colónias francesas – que defendiam a manutenção de estreitas relações com a antiga metrópole; «moderados» – entre os quais a Etiópia, a Libéria, a Líbia, a Nigéria, a Somália, o Sudão, o Togo e a Tunísia – que apoiavam um simples afastamento da influência francesa; e «radicais» – entre os quais o Egito, o Gana, a Guiné-Conacri, o Mali, Marrocos e a Frente de Libertação Nacional da Argélia – que advogavam um combate aberto contra o imperialismo; os novos Estados africanos, ainda divididos pela questão da repartição territorial do continente, ao não haver acordo em relação às fronteiras traçadas pelo colonialismo, iniciaram uma jornada cujo objectivo político-estratégico continua a ser a unidade política e integração económica do continente.

Nesse contexto, considerou-se como uma grande vitória da unidade africana a decisão de «respeitar as fronteiras herdadas do colonialismo», tomada pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA durante a primeira sessão ordinária da Assembleia Geral, realizada em Addis Abeba, em Julho de 1964, contrária ao sentimento de unidade africana previamente manifestado por Kwame Nkrumah ao afirmar, no dia da independência da Costa do Ouro (atual Gana), que a independência do seu país não tinha sentido se não estivesse associada à libertação total da África¹⁰⁶; pela Guiné-Conacri, liderada por Sekou Touré, cuja Constituição previa o abandono de certa soberania a favor da materialização da «unidade africana»; pela constituição, embora efémera, da «Federação do Mali»¹⁰⁷; assim como pela criação da «União Guiné-Gana» (Novembro de 1958), a que o Mali aderiu em 1960¹⁰⁸.

Porém, por razões tidas como endógenas, nem se desenvolveu o espírito da «unidade africana» manifestado por Nkrumah e Sekou Touré¹⁰⁹, nem a atrás referida «vitória da unidade africana», que se estabeleceu como um dos pilares do Direito Internacional Africano, impediu o emergir e desenvolvimento de conflitos entre os Estados africanos independentes ou no seio destes, com o apoio de Estados vizinhos e não só.

Efetivamente, como atrás referido, o posicionamento dos Estados africanos no quadro da Guerra Fria, mas também, principalmente, o processo de desenvolvimento político interno daqueles, pelas razões atrás evocadas, gerou situações de instabilidade que, nuns

¹⁰⁶ Citado por (M'BOKOLO, 2011: 549).

¹⁰⁷ Fundada em 1959 (4 de Abril) no quadro da V República Francesa, ligou o atual Mali ao Senegal, tornando-se independente da França em 1960 (20 de Junho), sob a liderança de Modibo Keita (1915-1977). Entretanto, divergências entre a liderança do país levaram à sua dissolução em 20 de Agosto de 1960 (MORGENTHAU e HODGKIN, 1964: 243).

¹⁰⁸ Como declararam em Conacri os presidentes Sekou Touré e Kwame Nkrumah (1 de Maio de 1959) a União Gana-Guiné, enquanto embrião da «união africana», correspondia à união de «Estados ou Federações de Estados que conservarão a sua individualidade e as suas estruturas, mas que decidirão em comum as cessões de soberania a assumir em favor da União». Esta União funcionou a nível internacional (sessões da ONU) em defesa do estabelecimento efetivo, pela França, das liberdades democráticas nos Camarões que administrava em nome da ONU; assim como contra a guerra da França na Argélia e contra os planos franceses no Saara, no sentido de estabelecer uma Organização Comum das Regiões Saarianas, com vista a separar os territórios anteriormente franceses.

¹⁰⁹ Pode apontar-se como razão a anteriormente referida divisão entre os Estados africanos em «Grupo de Casablanca», constituído pelo Egito, Gana, Guiné Conacri, Mali, Marrocos e a FLN da Argélia, sob a liderança do rei Mohamed V, do Marrocos; e «Grupo de Monróvia», constituído pelos demais países africanos independentes em 1961, sob a liderança do presidente Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim. Este último opunha-se à integração política africana, defendendo o que chamou de «unidade de aspirações e de ação do ponto de vista da solidariedade africana e da unidade africana». O Grupo de Monróvia, integrado maioritariamente por ex-colónias francesas ratificou, em Setembro de 1961, a Carta da União Africana e Malgaxe (UAM), associada à V República Francesa.

casos refletiram-se nos países vizinhos através de ondas de refugiados; e noutros, foram aproveitados por estes para manifestar o seu apoio a um grupo afim¹¹⁰ ou a um dos blocos político-ideológicos – quando estes não intervieram diretamente¹¹¹ – através do auxílio às forças contrárias ao regime vigente.

Deste modo, o balanço das realizações da OUA, que os Estados membros fizeram durante a década de 1990, concluiu que ela apresentava muitas debilidades, especialmente no campo da resolução de conflitos.

Neste quadro particular, considerou-se que a OUA tinha sido muito modesta na consecução daquele objetivo apontando-se como uma das razões o facto do não funcionamento da «Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem», instituída pelo artigo 19º da Carta para aquele efeito, mas frequentemente substituída por «comités *ad hoc* de mediação» integrados por Chefes de Estado¹¹².

De igual modo, ainda em relação à pouca eficácia da OUA na resolução dos conflitos em África, William Zartman apontou como razão «(...) as divisões internas entre os Estados Membros e a relutância dos Chefes de Estado africanos em ofender os seus pares» (HARBESON e ROTHCHILD, 2008: 224-227)¹¹³. No entanto, também não deixou de reconhecer que «a eficácia da OUA dependeu sobretudo da sua capacidade de tratar dos problemas antes que eles atraíssem os aliados estrangeiros, africanos ou não: depois, os conflitos tornam-se muito mais difíceis de gerir pelos Estados africanos» (ZARTMAN, 1985).

¹¹⁰ A Carta da OUA não permitia a sua intervenção para a resolução de conflitos internos, ao abrigo do princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Assim, houve Chefes de Estado que justificaram a sua ação como a necessidade de defender os direitos do homem antes da defesa do princípio de não ingerência, destacando-se Julius Nyerere que criticou a OUA por não defender os povos africanos mas sim os seus dirigentes e Sekou Touré, que afirmava que a OUA se tinha transformado num sindicato de chefes de Estado que já não defendiam os seus povos. (GONIDEC, 1993: 115)

¹¹¹ Refiram-se o caso do Congo Belga e, a ação aberta ou encapotada das potências coloniais (França, Bélgica, Portugal e Reino Unido) e dos EUA, que encorajou o separatismo das províncias mais ricas em recursos minerais, assim como o assassinato do seu Primeiro-Ministro (Patrice Lumumba); o envenenamento, em Genebra (Novembro, 1960), do líder da União das Populações dos Camarões (UPC), quando se preparava para abrir bases revolucionárias no Congo; ou a intervenção francesa nos Camarões (1960). (M'BOKOLO, 2011: 550).

¹¹² Este órgão foi extinto em 1970. Entretanto, o mesmo ocorreu com outro órgão do mesmo cariz, o «Comité *ad hoc* sobre Conflitos Africanos», dissolvido em 1977.

¹¹³ Citando-o em *Inter-African Negotiations and Reforming Political Order*.

Efetivamente, como concluiu Domenico Mazzeo (1984), a penetração pelas superpotências é em si mesmo uma das causas mais sérias da divisão entre os países africanos, o que se pôde apreciar especialmente nos casos em que elas consideram que a natureza da relação entre os Estados africanos põe em causa o que reputam como seus «interesses», o que pôde apreciar-se especialmente no caso de Angola.

É neste contexto, a que se somou o ambiente de incerteza gerado pelo fim do sistema político internacional da Guerra Fria, que a África, na década de 1990, fez o balanço da materialização do sonho dos pais-fundadores da OUA – «(...) um futuro comum para a África, não constrangido por fronteiras, diferenças linguísticas, cor, religião ou outra forma de divisão herdada do colonialismo. Uma África unida na sua diversidade, falando uma linguagem de liberdade, unidade e desenvolvimento sob a Organização da Unidade Africana» (UA, 2002b).

O balanço realçou as grandes debilidades da OUA que, ante a secessão do Biafra (Nigéria), proclamada em Maio de 1967, foi ultrapassada pela ação de alguns Estados membros que reconheceram o novo Estado¹¹⁴, e que, ante a crise do Ogaden (1977), em que a Somália lançou as suas tropas para tomar este território da Etiópia, e a ocupação do norte do Chade pela Líbia, preferiu o silêncio.

Com efeito, como referiu Joseph Ki-Zerbo, o problema maior tinham sido as tentativas micro-nacionais de libertação da África, tendo todas fracassado «(...) em grande parte porque foram solitárias e não solidárias» (KI-ZERBO, 2006: 36), redundando realmente na desintegração política do continente.

O objetivo de dar novo ímpeto à OUA levou o então presidente da Líbia, Mouamar Kadhafi, a propor a criação dos Estados Unidos de África¹¹⁵. Porém, a consideração da

¹¹⁴ A Costa do Marfim, o Gabão, a Zâmbia e a Tanzânia reconheceram o novo Estado. Só a ação do então Imperador da Etiópia levou o assunto à OUA, que dele se apartou ante a recusa dos secessionistas em acatar as suas deliberações. «Segundo Akpan, Houphouet-Boigny forneceu, em Setembro de 1968, uma ajuda militar e garantiu pessoalmente empréstimos solicitados pelo Biafra para a aquisição de armamento. Por outro lado, enquanto o Governo central recebeu apoio da antiga metrópole e da URSS, os secessionistas receberam apoio, para além dos países africanos atrás referidos, da França e de Portugal» (GONIDEC, 1993: 132).

¹¹⁵ A ideia original é de Kwame Nkrumah, então presidente do Gana e um dos líderes do Movimento Pan-Africano, que defendia que não se deveria permitir a consolidação das fronteiras coloniais e que, ao contrário, se avançasse no sentido da unificação da África até à criação dos Estados Unidos da África.

realidade prevalecente, particularmente os diferentes estádios de desenvolvimento em que se encontravam os países do continente conduziu os Estados-membros a diferir a materialização deste objectivo optando pela reestruturação da Organização baseando-se na experiência de integração da Europa assente no desenvolvimento da União Europeia¹¹⁶.

Com efeito, a Europa, na sua vizinhança imediata e onde se encontram as antigas potências coloniais, havia desenvolvido um processo de integração económica que conduzia à integração política. Este processo, em que a Comunidade do Carvão e Aço evoluiu para Comunidade Económica Europeia, para transformar-se hoje na União Europeia, foi assumido como o novo modelo inspirador para o desenvolvimento integrado de África no quadro de uma Organização renovada – a União Africana (UA).

1.1.1. A União Africana

A proclamação da União Africana, em Julho de 2001, em Durban (África do Sul), depois de ter sido adotado o Ato Constitutivo (Lomé, Togo, Julho 2000), e a Declaração de Constituição, em Sirte, Líbia (Março, 2001), representou uma alteração ao paradigma da OUA, especialmente no que se refere ao relacionamento entre os seus Estados-membros.

No novo quadro de estruturação e funcionamento, a UA propõe-se: alcançar maior solidariedade entre os povos do continente; defender a integridade territorial e independência dos Estados Membros; acelerar a integração política, social e económica; fomentar a paz e estabilidade; fortalecer a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a coordenação e harmonização de políticas entre as Comunidades Económicas Regionais e a pesquisa e desenvolvimento.

De igual modo, no quadro do novo paradigma de convivência entre os Estados africanos, ela fixou como princípios orientadores da sua atuação: a igualdade soberana e interdependência entre os Estados Membros; o estabelecimento de uma Política Comum de Defesa; a proibição da ameaça ou emprego da força entre países africanos; e, a não interferência nos assuntos internos dos outros Estados¹¹⁷.

¹¹⁶ Sirte, Líbia, 9 de Setembro de 1999.

¹¹⁷ Diferentemente da OUA, este princípio não impede os Estados de intervirem noutros, no caso em que haja situações de violação dos direitos humanos, por exemplo.

Entretanto, a UA herdou o modelo organizativo e funcional da OUA, designadamente a divisão do continente em Regiões Geográficas (RG) e o que se designa por Comunidades Económicas Regionais (CER), respectivamente.

Com efeito, como no quadro da OUA, o modelo organizativo – que serve de fundamento à distribuição dos cargos – divide o continente em cinco (5) Regiões Geográficas, designadamente a África Meridional (Austral), a África Ocidental, a África Oriental e a África do Norte¹¹⁸.

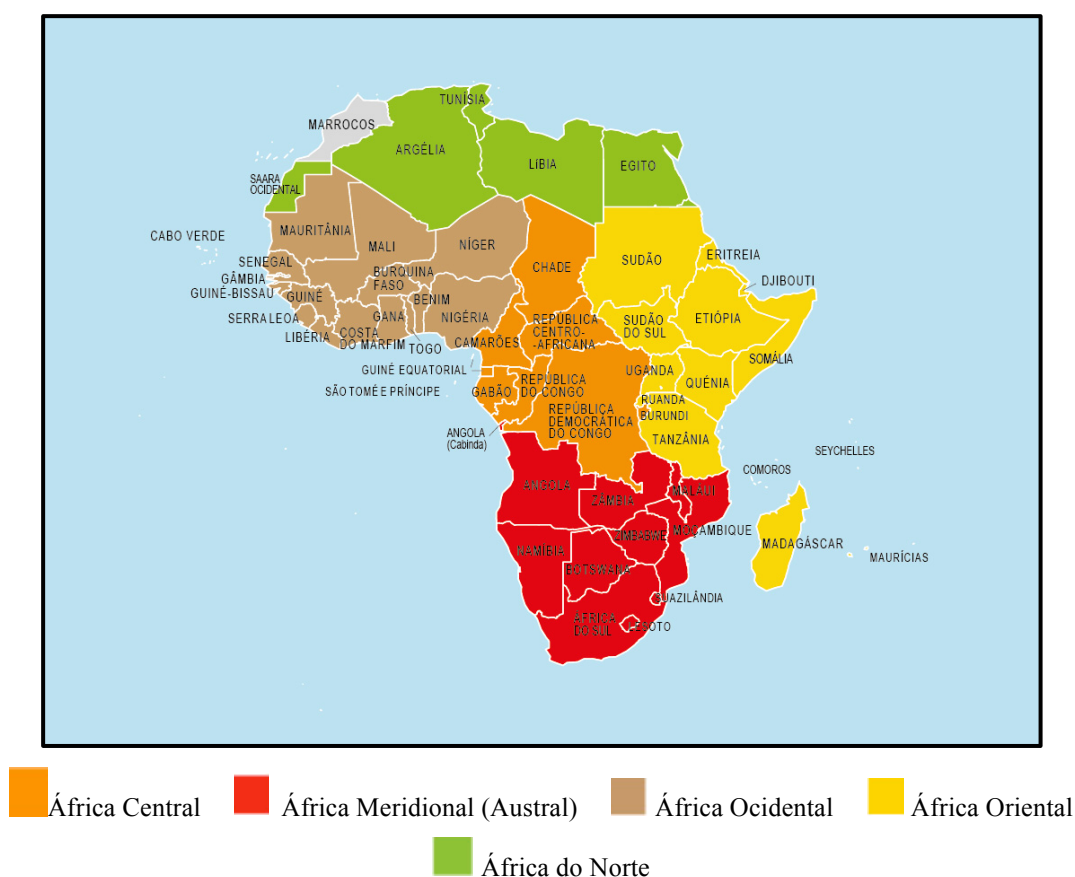


Figura 15 – Modelo Organizativo da União Africana¹¹⁹

Por outro lado, no quadro do processo de Integração Regional conduzido pela Organização, a União Africana também manteve a divisão estabelecida pela sua predecessora, designadamente 7 Comunidades Económicas Regionais, a saber: a União do Magrebe Árabe (UMA); Comunidade Económica e de Desenvolvimento dos Estados da África do Oeste (CEDEAO/ECOWAS), a Comunidade Económica dos Estados da

¹¹⁸ Apesar de pertencer à região, o Reino de Marrocos não a integra, ao ter abandonado a OUA (1985) em protesto pela admissão da República Árabe Saaraui Democrática, como reconhecimento do resultado do Referendum conduzido pelas Nações Unidas sobre sua independência.

¹¹⁹ Fonte: «Elementos de Geopolítica e Geoestratégia, (VERÍSSIMO, 2013: 140).

África Central (CEEAC); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD); a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC); e a Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (CEN-SAD); para além do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

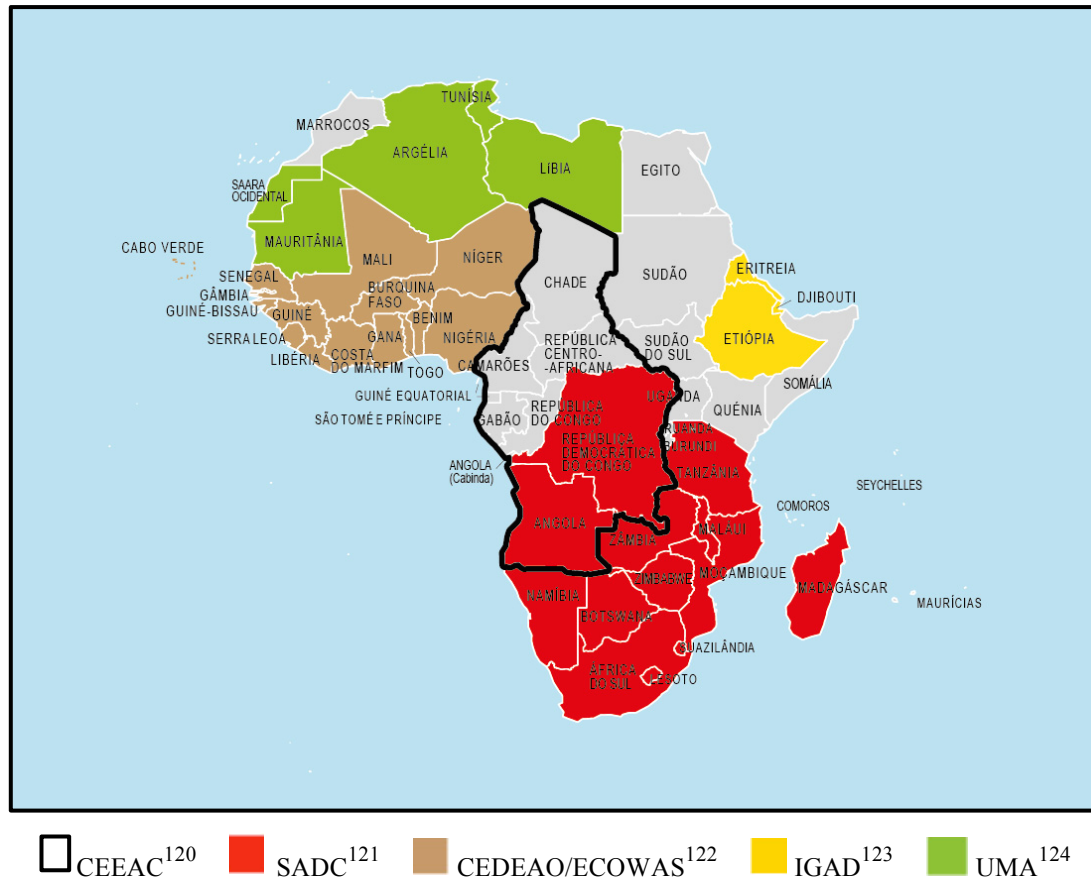


Figura 16 – Comunidades Económicas Regionais Africanas (1)¹²⁵

¹²⁰ Angola e a RDC integram simultaneamente a CEEAC e a SADC.

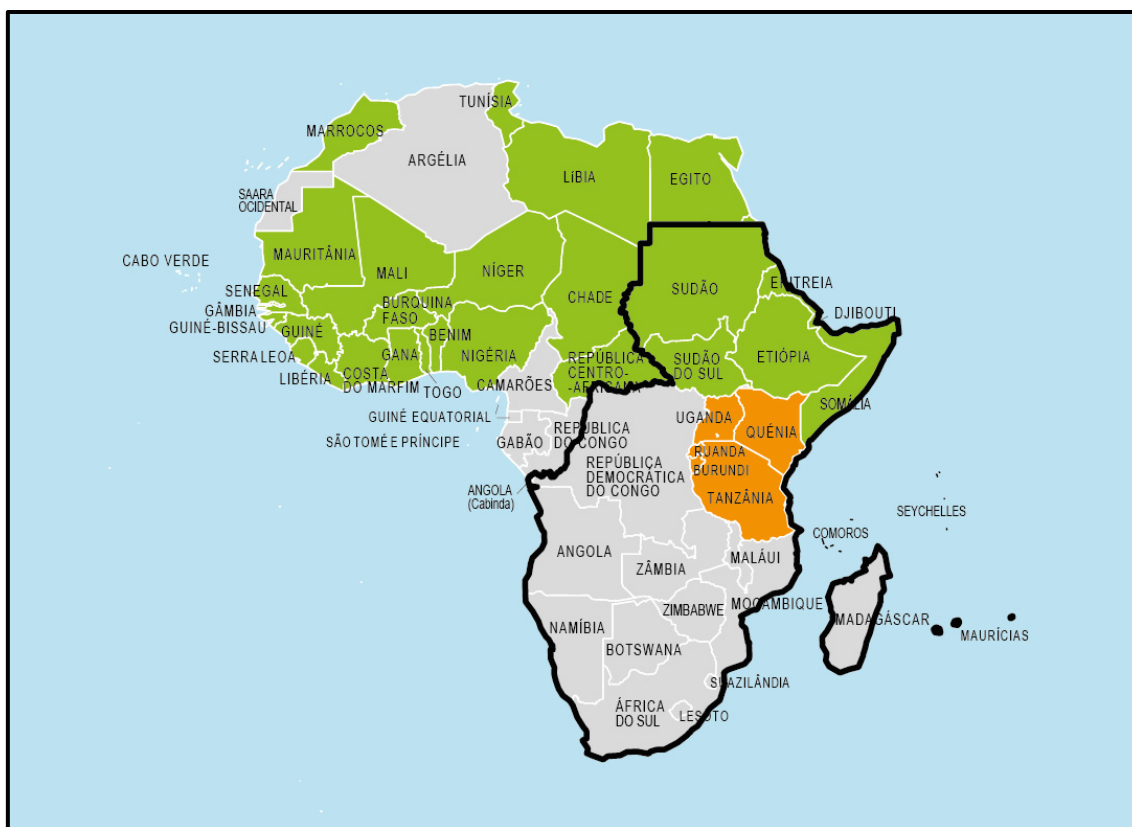
¹²¹ A Tanzânia integra simultaneamente a SADC e a EAC.

¹²² Senegal, Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Gana, Costa do Marfim, Burquina Faso, Mali, Níger, Benim, Togo e Nigéria, integram ainda a CEN-SAD.

¹²³ A Etiópia e a Eritreia integram ainda a CEN-SAD.

¹²⁴ Líbia e Tunísia integram ainda a CEN-SAD.

¹²⁵ Fonte: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia* (VERÍSSIMO, 2013: 142).



COMESA
 EAC
 CEN-SAD

Figura 17 – Comunidades Económicas Regionais Africanas (2)¹²⁶

Hoje, passados mais de uma década desde a transformação da OUA em União Africana, o continente, com alguma exceção ao ambiente de unidade que se manifesta na região austral, correspondente à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), continua a viver um quadro de desintegração, especialmente no campo político, o que ficou demonstrado ante a dificuldade de prover-se a Organização de um novo Presidente para a sua Comissão, ao concluir-se o primeiro mandato do gabonês Jean Ping.

Com efeito, ante a possibilidade legal da sua continuidade – apoiada por parte dos Estados africanos de expressão oficial francesa – emergiu a candidatura da Senhora Nkosazana Delamini Zuma, da África do Sul, apoiada integralmente pelos países da região austral e alguns outros das restantes regiões.

¹²⁶ Fonte: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia* (VERÍSSIMO, 2013: 142).

De igual modo, a resposta da União Africana à chamada «primavera árabe», assim como à agressão que sofreu a Líbia, um Estado-membro – depois de uma interpretação interesseira de uma Resolução da ONU – revelou a grande desorientação política que vive o Continente e a capacidade de influência dos países ocidentais nas decisões da Organização.

Assim, de uma ou outra forma, a reação da UA aos acontecimento atrás referidos e, especialmente, aos seus efeitos nos países em que ocorreram, contribuem para o estado atual de pouca integração regional. Na verdade, os resultados da designada «primavera árabe» e particularmente da agressão à Líbia, não justificam o apoio – na maior parte dos casos não expressamente manifestados – que receberam de alguns Estados africanos, pois nos países em que ocorreram, de forma geral, piorou a condição social e política das populações¹²⁷.

1.2. O quadro de paz e segurança

A alteração do paradigma de convivência entre os Estados africanos reflectido na transformação da OUA em UA, não foi suficiente para alterar o *modus vivendi* do continente, pois o conflito continuou a ser a realidade mais presente em África.

Deste modo, «preocupados com a prevalência de conflitos armados em África e o facto de que nenhum fator individual contribuiu mais para o declínio socioeconómico do Continente e o sofrimento da população civil do que a ocorrência de conflitos no seio e entre os Estados africanos» (UA, 2002a), os Chefes de Estado africanos estabeleceram a nova Política Comum Africana de Defesa e Segurança (PCADS), cuja Declaração Solene foi adotada pela Assembleia da UA, em Fevereiro de 2004, em Sirte (Líbia).

A PCADS define como princípio básico da defesa e segurança africanas «a ligação indissolúvel da segurança de cada país africano à dos demais e do continente no seu

¹²⁷ Em relação à Líbia, o vice-ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Le Yucheng, afirmou «(...) A missão de proteção da OTAN resultou em mais de 20 mil civis mortos e 900 mil desalojados sem conseguir a união do país ou o fim da violência – inclusivamente algumas regiões da Líbia declararam a autonomia. Este tipo de proteção assemelha-se a uma bem sucedida cirurgia que resulta na morte do paciente. (...) Esta é uma proteção irresponsável e, na verdade, uma intervenção com o nome de “proteção”» (YUCHENG, 2012).

conjunto assumindo deste modo a ameaça ou agressão a um país africano como ameaça ou agressão a todos os demais».

Neste quadro, a Política Comum Africana de Defesa e Segurança estabelece como metas: assegurar respostas colectivas às ameaças internas e/ou externas; proporcionar entre os Estados-membros da UA, um quadro de cooperação em matéria de defesa, através do treino de pessoal militar, intercâmbio de informação de inteligência militar (sujeito às restrições impostas pela segurança nacional), desenvolvimento de doutrina militar e de capacidade colectiva; ampliar a capacidade da UA e a coordenação em matéria de ações rápidas para a prevenção, contenção, gestão, resolução e eliminação de conflitos, incluindo o desdobramento e sustentação de missões de manutenção de paz; promover boas práticas e desenvolver capacidades estratégicas por intermédio de recomendações relativas a treino e políticas para fortalecer os sectores de defesa e segurança em África; proporcionar um quadro para o estabelecimento e operacionalização de uma Força Africana em Estado de Alerta, como previsto no «Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança»; e facilitar o estabelecimento de uma capacidade de dissuasão e resposta à ameaças no quadro da UA.

Por outro lado, em substituição da «Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem», e do «Comité *Ad Hoc* sobre Conflitos Intra-africanos», que existia na estrutura da OUA e constatou-se não ter tido um funcionamento eficaz, a UA instituiu um «Conselho de Paz e Segurança» (CPS), com o objetivo específico de: «promover a paz, segurança e estabilidade na África, para garantir a proteção e preservação da vida e da propriedade, o bem-estar das populações africanas e o seu meio ambiente; criar condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável da região; antecipar e prever conflitos, assim como promover, manter e consolidar a paz, ali onde tenham ocorrido, e realizar atividades de reconstrução pós-conflito com o objetivo de evitar o ressurgimento da violência; coordenar e harmonizar os esforços da região para a prevenção e combate ao terrorismo internacional, em todos os seus aspectos; desenvolver uma política de defesa colectiva da UA; promover e encorajar as práticas democráticas, a boa governação e o Estado de Direito, a proteção dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, o respeito pela

santidade da vida humana, como parte dos esforços em prol da prevenção dos conflitos» (UA, 2002a)¹²⁸.

No entanto, embora estatuído pelo «Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança», continua pendente – sem entrar em vigor, por não ter ainda reunido o número suficiente de ratificações – o «Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da UA»¹²⁹, que tem como objetivos: a promoção da cooperação e não-agressão entre os Estados-membros; a defesa comum; a promoção da coexistência pacífica; a prevenção de conflitos de natureza interestatal e intraestatal; e assegurar que as disputas sejam resolvidas por meios pacíficos.

Por outro lado, a Arquitetura de Paz e Segurança Africana, erigida no âmbito das Comunidades Económicas Regionais, inclui ainda, adstrito ao CPS, o Painel de Sábios, o Fundo para a Paz, o Sistema Continental de Aviso Prévio e a Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), constituída por Brigadas (militares) e componentes civis de apoio em cada uma das CER.

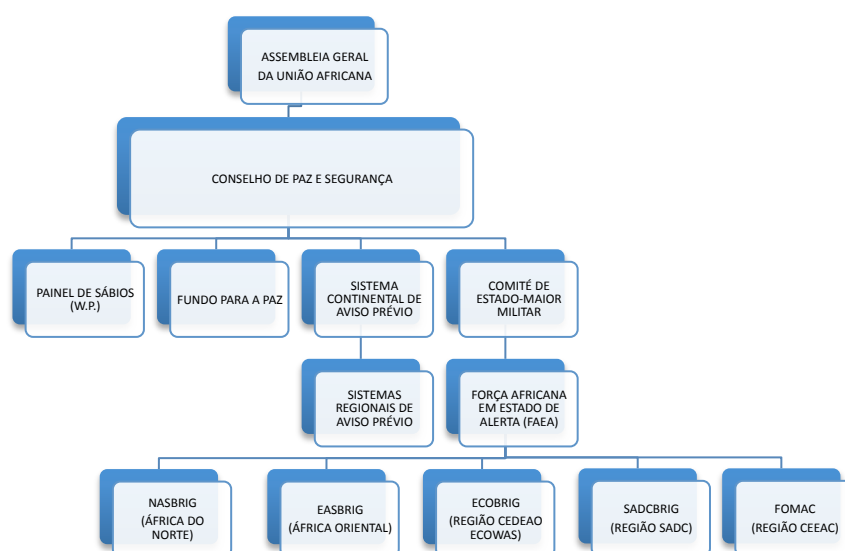


Figura 18 – Arquitetura de Paz e Segurança Africana¹³⁰

¹²⁸ Artigo 3 do Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança da UA.

¹²⁹ Tendo sido adoptado em Abuja, Nigéria, em 31 de Janeiro de 2005, em Março de 2013 tinha sido assinado por 43 dos 54 Estados mas somente ratificado por 19 destes (UA, 2013).

¹³⁰ Fonte: (UA, 2002a).

Entretanto, o «Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança» reconhece ainda, no seu artigo 17, a autoridade primária para a manutenção da paz e segurança internacionais ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o qual coopera, assim como com outros órgãos relevantes das Nações Unidas, no quadro do Capítulo VIII da sua Carta, relativo ao papel das organizações regionais no estabelecimento da paz e segurança internacionais.

Por outro lado, é de referir-se que apesar dos Protocolos e Convenções atrás aludidas, estabelecidas pela União Africana com vista à paz e segurança no Continente, ele continua a viver um ambiente de guerra, principalmente intraestatal, com focos ativos em praticamente todas as regiões, designadamente na República Democrática do Congo, no Mali e na República Centro Africana – região Central; na Nigéria – região Ocidental; em Moçambique – região Austral; na Líbia e Egito – região Norte; no Sudão do Sul e Somália – região Oriental.

Entretanto, se nos casos de Moçambique, da Nigéria e do Egito, os Estados têm conseguido de alguma forma atender à situação, e ainda não se viram envolvidos territórios vizinhos, não se podendo garantir até quando, porque existe sempre esta possibilidade, como já vem reclamando a Nigéria em relação aos Camarões¹³¹, o mesmo não ocorre nos restantes Estados aqui referidos.

Com efeito, por exemplo, na República Centro Africana, foi estabelecida a Missão Internacional de Apoio (MISCA)¹³² e desenvolvida a operação «Sangaris»¹³³ pelas forças militares francesas. Contudo, o relatório do representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para este país, de 7 de Março de 2014, relatou que nas últimas semanas a demografia étnica e religiosa da RCA tinha-se alterado radicalmente, uma vez que muito muçulmanos abandonaram o país. Os grupos vulneráveis continuavam a ser afectados de forma desproporcional e as violações dos direitos humanos cometidas contra crianças eram alarmantes. Deste modo, continuava a ser necessário o

¹³¹ Brig. Gen. Chris Olukolade, the Defence Ministry spokesman, said Thursday the insurgents in Adamawa are believed to be the same men who attacked the school. He said they were escaping a new military offensive and trying to cross into Cameroon but "are still engaged in suicidal fighting ... as troops close in on the die-hard ones among them". (YOLA, Nigeria February 27, 2014, AP, By IBRAHIM ABDUL AZIZ and MICHELLE FAUL, Associated Press)

¹³² Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana.

¹³³ Referida pelo Governo francês como destinada à proteção dos cidadãos franceses residentes na RCA.

prosseguimento dos esforços para melhorar a proteção das populações civis, neutralizar completamente os grupos armados, criar as condições com vista à aceleração do regresso das pessoas deslocadas e continuar a facilitar o encaminhamento da assistência humanitária a todos os necessitados. (UA, 2014)

Aqui chegados, é de referir-se que, um dos maiores problemas que enfrentou a OUA foi a falta de capacidade para financiar a sua política, «De que resultou uma dependência ao mundo exterior e, conseqüentemente, a obrigação de tomar em consideração os interesses dos financiadores» (GONIDEC, 1993: 27).

Ora, a União Africana, ao enfermar da mesma debilidade, deixou de ter a liderança da operação na RCA, que conduzia através da MISCA, para passá-la ao controle da ONU a partir de 15 de Setembro de 2014. Neste quadro, à Organização continental coube exclusivamente solicitar que fossem considerado o papel do Continente, representados pelo presidente em exercício da CEEAC e pelo presidente do comité de acompanhamento da situação na RCA¹³⁴.

Talvez, esta falta de fundos para financiar as Operações de Paz africanas possa representar bem o estado da integração regional. Como refere Philippe Hugon (2009), existem países africanos que financiam partidos políticos franceses e que têm os fundos soberanos em bancos europeus, para além de ser «(...) estimado em cerca de 50 biliões de dólares americanos por ano o montante que de forma ilícita deixa o continente para os países desenvolvidos assim como para paraísos fiscais»¹³⁵.

¹³⁴ (ii) «stresses the need for such a resolution to recognize and fully support the role of the region, particularly through the action of the Chairman of ECCAS and the Chairman of its Follow-up Committee on the CAR, and that of the AU, in support of the peace efforts in the CAR, including the transition and support to other aspects of the stabilization process of the country, as well as the coordination of international efforts through the International Contact Group on the CAR. (iii) stresses the importance of close consultation with the AU and the region in the process of drafting the resolution that will authorize the transformation of MISCA into a UN peacekeeping operation, and expresses the desire that an African member of the Security Council would be a co-penholder of the draft resolution, in accordance with communiqué PSC/AHG/COM/(CCCXCVII) adopted at its 397th meeting held on 21st September 2013, requesting greater involvement of African members of the Security Council in the drafting of the documents of this organ relating to African issues; (v) requests the Security Council to authorize, in the meantime, the establishment of a UN logistical support package funded through assessed contributions to enable MISCA more effectively discharge its mandate.» (UA, 2014).

¹³⁵ Thabo Mbeki e Jan Eliasson, no Painel sobre movimentos financeiros ilícitos, 6.02.2014.

De igual modo, como mostra a Figura 19, de uma forma geral, os efetivos militares africanos são mal pagos, o que pode também constituir uma das razões da instabilidade no continente, em que normalmente participam.

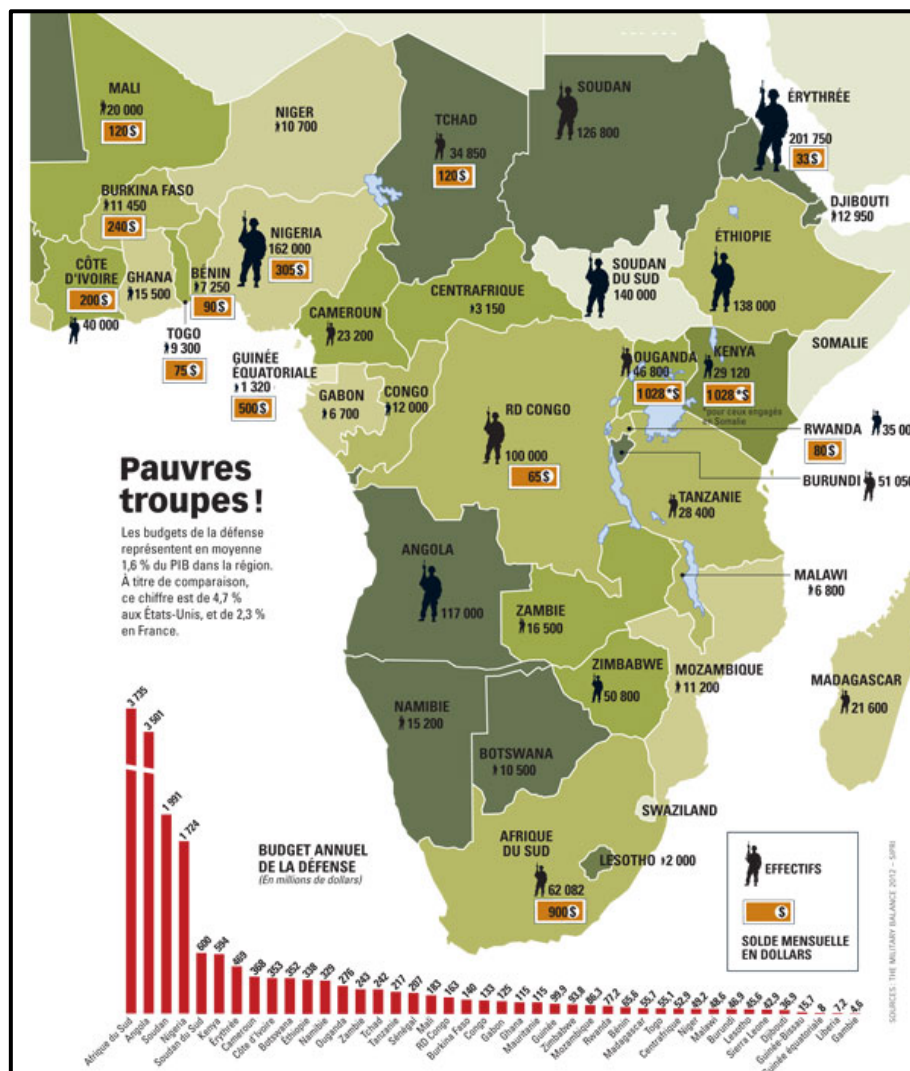


Figura 19 – O Investimento nas tropas africanas¹³⁶

¹³⁶ Fonte: François Soudan, *Jeune Afrique* 17.12.2012.

2. A interação com os poderes externos

« (...) Oitocentos¹³⁷ é também o século em que o Reino Unido procura fazer do Atlântico um mar inglês; o século em que se destrói o tráfico triangular entre a Europa, a América e a África e em que se desfazem as ligações bilaterais entre os dois últimos continentes; o século em que as sociedades africanas, até então fora das grandes rotas do caravaneiro e do navegador, começam a integrar-se, ainda que de modo imperfeito, nas estruturas políticas mundiais» (SILVA, 1994: 21).

Desde aí nunca mais a África esteve por, ou para si mesma.

Com efeito, a Conferência de Berlim veio logo depois impor uma relação formal entre a África e a Europa, chancelando «(...) o encadeamento espacial euro-africano, limitando o papel da África ao de país europeu periférico (...)» (TSHIYEMBE e BUKASA, 1989: 67).

Neste quadro, esta parte da investigação aprecia o papel da Europa na África moderna, particularmente o das antigas potências coloniais, dado a sua capacidade de influência no Continente, mas também o papel de outras potenciais, pela sua capacidade de projeção de poder, designadamente militar e financeiro, que condicionam o ambiente estratégico africano.

Assim, trata esta parte de apreciar o papel, no quadro político de África, especialmente da União Europeia, que ao longo do tempo se vem afirmando como parceiro do desenvolvimento em África; da França, que apresenta o que mais facilmente pode ser designado de política africana, quanto mais não seja uma posição clara em relação ao continente; dos Estados Unidos da América que, se durante a Guerra Fria manifestou-se quando considerou ser necessário cobrir o defeito da ação das antigas potências coloniais europeias, hoje exterioriza objetivos político-estratégicos concretos e cria instrumentos para os materializar; da China, que depois de ter ultrapassado o fervor que a fazia sentir-se líder do terceiro mundo em que despontava a África com condições para implantar-se o comunismo agrícola, hoje corre atrás dos recursos necessários ao seu crescimento económico e desenvolvimento social; e da Rússia, por um lado pelo seu

¹³⁷ O autor assumiu esta como referência aos anos 1800, isto é, o século XIX.

papel durante o período da Guerra Fria e, por outro, porque ainda que lentamente, vem recuperando o seu lugar no SPI.

Como referiu Agostinho Neto (1977), a África parece um corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu pedaço. Contudo, considerando a pouca influência no quadro geral do continente de poderes externos tais como o do Reino Unido, que praticamente deixou o seu espaço aos EUA; de Portugal, o primeiro país europeu a chegar à África; do Brasil, na face oposta da região que é o campo da investigação; a investigação somente os considerou no quadro particular da região do presente estudo.

2.1. A União Europeia

Segundo José Rolo (1987), o que é hoje designado como «ajuda bilateral ao desenvolvimento» teve origem nas decisões das antigas potências coloniais de preparar a independência das suas colónias. Entretanto, como ele também o afirma, «mau grado as taxas de crescimento económico global que foram observadas ao longo dos anos 50 e 60, e apesar dos progressos espetaculares alcançados nos domínios da saúde e da alfabetização, o número de indivíduos dos países em vias de desenvolvimento que viviam em situação de miséria absoluta era mais elevado no fim dos anos 60 do que dez anos antes.

Entretanto, de acordo com o documento da União Europeia «Parceria para a Mudança – Cooperação da União Europeia com os países da África, Caraíbas e Pacífico» (2010), «a União Europeia (UE) e os Estados-membros são os maiores doadores mundiais. Juntos, representam quase 60 % da ajuda mundial ao desenvolvimento. Mais de metade deste montante é canalizado para os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)¹³⁸».

A cooperação UE-ACP, atualmente baseada no Acordo de Cotonou (2000), corresponde à evolução das Convenções de Yaoundé I (1963)¹³⁹, Yaoundé II (1969)¹⁴⁰ e Lomé

¹³⁸ *Antigas colónias de países da Comunidade Económica Europeia (CEE) nas regiões da África, Caraíba e Pacífico.*

¹³⁹ *Assinado em 20 de Julho de 1963, entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e 18 Estados africanos que integravam a União Africana Malgaxe (UAM), pretendia ser um acordo de livre comércio entre partes iguais que concedia vantagens preferenciais mútuas que incluía a eliminação de barreiras aduaneiras e restrições quantitativas, etc.*

(1975)¹⁴¹ em relação aos quais apresentaram-se críticas como a do Primeiro-ministro da Nigéria, Abubakar Tafawa Balewa (1965), segundo o qual «a Nigéria não pode e nem pretende uma forma qualquer de acordo ou associação a uma Comunidade que tem um aroma de relação colonial ou neocolonial»; ou do general Yakubu Gowon (1973), então chefe de Estado nigeriano para quem «a convenção de Lomé representa fundamentalmente uma associação neocolonial, que não é nada mais do que uma “parceria” de desiguais» (GONIDEC, 1993).

Com efeito, tendo a Convenção de Lomé I, por exemplo, no que respeita ao comércio externo, introduzido o que designou como «Sistema de Estabilização das Receitas de Exportação» (STABEX), implicando da parte da Comunidade Económica Europeia (CEE), a disponibilização de ajudas financeiras aos países ACP, o apoio foi geralmente encaminhado a projetos de desenvolvimento na área de produção ou de infraestruturas, correspondendo na realidade a um dos principais instrumentos de auxílio às exportações comunitárias de máquinas e equipamentos para os países. Deste modo, aquilo que a CEE designou Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) aos países ACP – em desenvolvimento – na prática representava uma forma encoberta de subsídio às suas próprias exportações.

Esta política, especialmente a praticada pela França, o Reino Unido e a Alemanha, como explicado por Sandra Pereira (2005), aprecia-se como tendo contribuído para o endividamento dos países em desenvolvimento, apesar das condições de empréstimo serem mais favoráveis do que as praticadas pelos bancos privados. De igual modo, o Sistema de Estabilização das Receitas de Exportação de Produtos Minerais (SYSMIN), principal inovação da segunda Convenção de Lomé (Lomé II), assinada em 1979, insere-se nesta lógica.

¹⁴⁰ Assinado em 29 de Julho de 1969, para além do referido em Yaoundé I, reconhece a necessidade da cooperação entre os países africanos almejando a sua industrialização.

¹⁴¹ Esta convenção foi revista e atualizada numa base quinquenal até à assinatura do Acordo de Cotonou, no ano 2000. Adotada em 28 de Fevereiro de 1975, muitos veem esta convenção como resultado da «nova ordem económica internacional» reclamada pela ONU sob iniciativa do presidente Houari Boumediene, da Argélia, em 1974. Entretanto não se deve excluir a perspectiva de representar uma resposta à integração do Reino Unido na CEE (1973), ou seja, a consideração pela CEE da extensão da ajuda às antigas colónias britânicas nas Caraíbas e Pacífico, mas também ao contexto gerado pela crise do petróleo de 1973, e a atitude dos países da OPEP face aos países europeu. Ao contrário dos Acordos de Yaoundé, Lomé considerava a diferença de desenvolvimento entre as partes signatárias, ao abandonar o princípio da reciprocidade, assim como considerava os países como parceiros, em vez de associados beneficiando deste modo os seus produtos de isenção de direitos aduaneiros e ausência de restrição quantitativa.

O Acordo de Cotonou (2000) inscreve como objetivos a redução da pobreza através do apoio ao desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável nas regiões ACP e a sua integração na economia mundial.

Alcançado num novo quadro das relações internacionais e na sequência da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo de Cotonou, assinado a 23 de Junho de 2000 e posto em vigor a partir de 1 de Abril de 2003, pretende ainda promover a democracia, o estado de direito, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Por outro lado, aplicado em duas etapas para dar tempo aos signatários para se adaptarem às exigências da OMC, o Acordo de Cotonou previu, a partir do ano 2008, o estabelecimento de Acordos de Parceria Económica (APE) com vista à instituição de uma zona de livre comércio entre os países da UE e da ACP, a partir de 2020.

Neste quadro, considerando o Acordo de Cotonou uma estreita ligação entre a paz e o desenvolvimento do continente africano, a União Europeia aprovou, em Dezembro de 2003, o estabelecimento de um mecanismo de financiamento a que designou «Africa Peace Facility» (APF)¹⁴², tendo em vista o apoio às operações africanas de manutenção da paz no continente, bem como o desenvolvimento das capacidades no quadro da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (UE, 2003).

Ainda no quadro da materialização do Acordo de Cotonou, na sequência de uma proposta da Comissão Europeia (UE, 2005) o Conselho Europeu aprovou uma Parceria Estratégia da UE para África (PEA) que estabeleceu um quadro único, coerente e abrangente, com o objectivo de reforçar a coordenação e a complementaridade de estratégias e ações das diversas entidades no âmbito da União Europeia (CE, Secretariado-Geral do Conselho (SGC) da UE e Estados-membros (EM) da EU) reafirmando o desenvolvimento de África como uma das principais prioridades políticas (UE, 2007a).

Do mesmo modo, a declaração emitida no quadro da Cimeira UE-África em 8 e 9 de

¹⁴² A AMIS, Missão da União Africana no Sudão, foi a primeira missão a ser financiada por este mecanismo.

Dezembro de 2007, em Lisboa – Declaração de Lisboa – sublinha que «Estamos determinados a dar à nova parceria estratégica os meios e instrumentos necessários (...) que nos apresentem resultados por ocasião da terceira Cimeira a realizar-se no ano 2010.» (UE, 2007b).

Entretanto, «durante meio século, as Conferências sucederam-se; as Assembleias repetiram-se; os *sommets* tiveram a sua conta; as Instituições desmultiplicaram-se; as Resoluções da ONU enchem os escaninhos dos arquivos; os projetos sonhadores entraram no limbo; as doutrinas, as crenças, as estratégias, esgotaram o fôlego; a corrupção generalizou-se, uma trivialidade» (FONTOURA, 2005).

Efetivamente, «as exportações dos ACP, que correspondiam a 3.4 por cento do total mundial em 1976, desceram para apenas 1.1 por cento em 1999. Do mesmo modo, as exportações para a União Europeia, que representavam 6.7 por cento das importações comunitárias em 1976, caíram para cerca de 2.8 por cento em 1999» (UE, 2002).

Neste quadro, levantam-se preocupações como as dos Ministros da Indústria e Comércio da Nigéria, Aliyu Modibo, e da Etiópia, Ato Girma Birru que no ano 2006 declararam, que «existem receios de que a liberalização do comércio e do investimento, através da redução gradual das barreiras comerciais entre os dois blocos económicos aumente ainda mais o fosso entre os dois e vá, provavelmente, destruir o pouco desenvolvimento que alguns países ACP conseguiram alcançar ao longo dos últimos anos». E, também, que «este tipo de liberalização comercial entre parceiros desiguais tem provado historicamente ser uma ferramenta ineficaz para o desenvolvimento, revelando-se mesmo contraproducente. Este tipo de política de liberalização do comércio pode inibir a capacidade dos nossos países para reduzirem a pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável»¹⁴³.

Assim, embora haja quem afirme que «a falta de capacidade de coordenação e liderança, associada à frequente dificuldade de obtenção de consensos entre os Estados Africanos em torno de uma agenda comum» (UE, 2009), têm levado a que os interesses

¹⁴³ Citado por TEARFUND, ACTION AID, CAFOD, CHRISTIAN AID, TRADECRAFT EXCHANGE – Parceria sobre Pressão. Uma Avaliação da Conduta da Comissão Europeia na Negociação dos APE, 2007.

e prioridades de atores externos tenham um maior protagonismo no processo africano (E.M.B. RIBEIRO, 2010), para justificar o atual estado da parceria UE/África, não se deve deixar de considerar o facto da Europa estar envolvida numa profunda crise financeira, que «não é uma crise comum, uma vulgar crise cíclica do capitalismo, como tantas outras que vivemos ou conhecemos. Trata-se de uma crise que atinge sobretudo o mundo ocidental, que em boa medida a provocou e onde se fazem sentir os seus efeitos mais nefastos e perigosos» (AMADO, 2013: 23).

«Esta crise em particular potenciou, de facto, os problemas com que o continente africano se debatia, motivando a diminuição dos rendimentos que poderiam ser aplicados em áreas vitais como a saúde, a educação, a segurança social e a proteção do ambiente» (J. E. dos SANTOS, 2009).

Por outro lado, a crise que enfrenta o mundo ocidental está a provocar a degradação do ambiente e alterações climáticas que prejudicam o desenvolvimento sustentável e constituem uma séria ameaça para o futuro comum de todos os povos. Deste modo, os Estados africanos, por serem mais vulneráveis e de recursos limitados, estão a ser atingidos de forma mais grave pelas mudanças no seu meio natural, tais como secas prolongadas, desertificação, chuvas e cheias diluvianas e tufões, que consubstanciam sérias alterações dos ciclos climáticos. Não sendo os maiores poluidores, os países em vias de desenvolvimento são, contudo, os que mais sofrem as consequências da poluição (J. E. dos SANTOS, 2009).

Deste modo, a parceria UE-ACP deve ser considerada, para além da vontade manifesta, à luz do atual contexto económico e financeiro da Europa, de forma a evitar que ela sirva de mecanismo para a solução, quer da insolvência das empresas europeias, quer da crise da balança financeira dos países da União Europeia, como atrás referido em relação ao «Sistema de Estabilização das Receitas de Exportação – STABEX», implementado no âmbito da Convenção de Lomé I.

2.2. As potências estatais

O conceituado autor africano Joseph Ki-Zerbo caracterizou do seguinte modo a posição atual das potências ocidentais em relação à África:

«Do mesmo modo que os negreiros do século XVI queriam a guerra entre africanos, porque a guerra lhes fornecia os escravos, hoje a situação não é tão crua, mas é a mesma coisa. As potências ocidentais querem que haja dirigentes africanos e poderes políticos que sejam acomodatórios e, de qualquer modo, compatíveis com os seus interesses estratégicos. Quando Pascal Lissouba, o antigo presidente do Congo-Brazzaville, quis termos mais justos para com o Congo em matéria de exploração do petróleo e viu-se face a face com a Elf-Aquitaine, foi “despedido” com a ajuda da guerra civil. Isso não mudou: as potências têm interesse em que haja divisões entre os africanos». «Sobretudo as antigas potências coloniais continuam a dispor de redes e de circuitos através dos países que colonizavam, tanto em termos de quadros económicos como de dirigentes políticos e de líderes de opinião na sociedade civil. Através de todas estas redes, estes países ex-colonizadores podem agir com muito poder nas relações entre eles e os países africanos. (...) Quer se queira quer não, há uma logística com carácter económico para defender os poderosos interesses financeiros em África» (KI-ZERBO, 2006: 48-54).

Entretanto, apesar desta caracterização de Ki-Zerbo (2006), é de considerar-se a existência de especificidades inerentes à cada uma destas entidades políticas, principalmente por razões da diferença de poderio e dos contextos internos em que se desenvolvem. Por esta razão, em seguida apreciam-se as eleitas pela investigação.

2.2.1. Os EUA

Os Estados Unidos da América são hoje a única potência global, e com interesses em todas as partes do mundo, seja por razões ligadas à posse de recursos energéticos ou minerais estratégicos, ou pela localização geográfica dos territórios, que lhes assegure especialmente o domínio do mar.

Afirma-se que durante muito tempo, especialmente durante o período da Guerra Fria, os EUA não manifestaram o que poderia designar-se como uma política africana.

Com efeito, isolado na sua América, no quadro da Doutrina Monroe que proclamava «a América para os americanos», os EUA, quando obrigado a olhar para fora pelas lições das duas guerras mundiais, focou-se na Europa Ocidental – o velho continente – ainda que mantendo alguma vigilância sobre determinadas zonas específicas do globo, nomeadamente na Europa Oriental, no sudeste asiático e no Médio-Oriente.

Naquele quadro um antigo representante permanente dos EUA nas Nações Unidas apreciou a atitude do Secretário de Estado John Dulles da seguinte forma: «A Guerra Fria incitou-o a subordinar a promoção das liberdades africanas à imperiosa necessidade de apoiar os nossos aliados da OTAN, assim como à política que implementavam nas suas colónias» (CLOUGH, 1992: 5).

Efetivamente, naquele período os EUA materializaram teorias como a do Rimland – de Nicholas Spykman (1893-1943) – que considerava a África como «continente periférico» ou «massa marginal», portanto, sem a relevância que justificasse a atenção da sua geoestratégia; mas também por considerar que esta «massa» tinha a necessária atenção dos seus aliados da OTAN na Europa, porquanto, por um lado a ela contígua e, por outro, sua anterior possessão (colónias) onde dispunham de infraestruturas militares.

Deste modo, referindo-se especificamente ao período da Guerra Fria, Mwayila Tshiyembe defendeu que «(...) os feitos e atos dos EUA em África são pontuais e precários por estarem relacionados com a intensidade, ou não, do conflito Este-Oeste. Dito de outro modo, se nenhuma ameaça soviética pairar sobre a África os EUA não possuem nenhum móbil que os leve a prestar uma atenção sustentada a esta parte do mundo» (TSHIYEMBE, 1986).

Neste âmbito, procurando clarificar o papel desempenhado pelos diversos membros do aparelho de política externa encarregado da formulação e materialização da política americana para África, assim como a forma como as agências que nela intervêm interagem, Peter Schraeder explica que a importância da interação entre os acontecimentos em África e a formulação das políticas pode ser demonstrado com a apreciação de três tendências gerais: as situações de rotina e as políticas burocráticas; as situações de crise e as políticas presidenciais; e as situações de grande crise e a política interna. Deste modo «o resultado natural da influência burocrática sobre o processo de

decisão é que a política africana dos Estados Unidos tornou-se fragmentada, interpretada de forma diferente de acordo com as missões atribuídas a cada burocracia criada para tratar um aspecto particular da política estrangeira» (SCHRAEDER, 1995: 12).

Com efeito, de forma geral os presidentes norte-americanos raramente desenvolveram uma visão africana, salvo exceção de John Kennedy e Jimmy Carter.

«O primeiro, embora sem continuidade ante a perspectiva realista que se impôs perante os acontecimentos do Congo-Kinshasa, desenvolveu uma perspectiva baseada na visão «internacionalista-liberal», definindo que os interesses norte-americanos para além da dimensão estratégica e económica deveriam integrar a dimensão moral e humanitária. Neste quadro, concebeu a ajuda norte-americana ao desenvolvimento como um meio para levar os Estados africanos recentemente independentes a tomar atitudes favoráveis aos EUA, tendo pessoalmente estabelecido relações com presidentes africanos tais como Sekou Touré e Kwame Nkrumah» (BAGAYOKO-PENONE, 2003: 52–53).

Por outro lado, «a política de Carter estava baseada no apoio norte-americano à independência política de África, conjugado com o reforço dos laços económicos e sociais entre a América e a África. Carter concebia os problemas africanos independentemente dos acontecimentos no cenário internacional, significando que mesmo os Estados sob regime marxista, como Angola ou Moçambique, eram elegíveis para beneficiar do apoio americano. (...) A Administração Carter via o nacionalismo africano como uma força histórica que convinha proteger de toda a forma de imperialismo. Esta perspectiva presumia que, a longo prazo, o desenvolvimento e reforço do nacionalismo africano coincidiria com os interesses americanos no continente» (GERSHONY, 1992).

Todavia, no quadro do atrás explicado por Tshiyembe (1986) e Schraeder (1995), o presidente Gerald Ford encarregou Henry Kissinger de estabelecer uma aliança anticomunista com Estados africanos para fazer face ao envio de tropas cubanas para Angola (1975), no quadro do conflito Este-Oeste, política em que também se fixaram as Administrações Nixon e Reagan, alargando a sua perspectiva a toda a África Austral.

Entretanto, o fim da Guerra Fria, por um lado, e o agravamento das condições de segurança no Médio Oriente, que, em especial, periga o abastecimento dos EUA em recursos energéticos, principalmente o petróleo, por outro, alterou o foco deste país fazendo-o olhar para a África de modo diferente.

Efetivamente,

«... os Estados Unidos (...) têm interesses planetários em matéria de abastecimento em produtos brutos estratégicos indispensáveis para a sua economia, em particular as indústrias de ponta. Na aeronáutica, são cada vez mais necessários minerais muito raros, como o famoso Coltan ou o cobalto (...), que se encontra sobretudo em África. Através das suas multinacionais, os americanos têm necessidade de espaço livre onde possam operar sem entraves. Aliás, é por isso que difundem por todo o lado a ideologia do liberalismo absoluto. Têm interesse em que haja um vazio em África, um vazio criado pela retirada dos colonizadores europeus e pela incapacidade dos países africanos para se gerirem a si próprios» (KI-ZERBO, 2006: 49).

Neste quadro, conforme Geraldine Faes (1992), os EUA deixou de conduzir-se pelos seus aliados europeus e saiu à conquista de espaço próprio no território africano, ainda que contra aquilo que aqueles, especialmente a França, consideram seus interesses e «domínio reservado». Pois, como explicou um diplomata norte-americano, no novo contexto internacional, depois do fim da Guerra Fria, eles já não têm que guiar-se pela visão da França, nem que apoiar ditadores para conter o perigo vermelho.

Deste modo, agindo por si mesmos, de acordo com os seus interesses nacionais, «os EUA na década de 1990 iniciaram uma intervenção direta em África começando por questionar o estado da democracia em diversos países entre os quais os considerados de domínio francês, designadamente o Togo, cuja ajuda suspenderam; os Camarões, que acusaram de estar a recuar nos procedimentos democráticos; a República Centro Africana, cujas eleições observaram atentamente e o Burkina Faso, do qual retiraram o seu embaixador» (BAGAYOKO-PENONE, 2003: 29).

Ainda neste quadro, estando já a atuar em «domínios portugueses» através da prévia decisão do presidente Ford de estabelecer uma aliança anticomunista de Estados

africanos por causa do que considerava ser uma ameaça comunista na África Austral, especialmente em Angola, os EUA alargaram a sua influência, principalmente pela via económica, também aos Estados da esfera inglesa, beneficiando aqui da compreensão da antiga potência colonial.

A criação do AGOA¹⁴⁴ – *African Growth and Opportunity Act* – no ano 2000; o estabelecimento do PEPFAR¹⁴⁵ – *President's Emergency Plan For AIDS Relief* – no ano 2003; podem enquadrar-se nesta nova postura estratégica dos EUA em relação ao continente africano.

A importância do continente para os EUA pode apreciar-se também quando, no quadro da análise da sua política energética, o então subsecretário de Estado, Walter Kainsteiner (2001), declarou que «Durante muito tempo Washington esteve tomado pela percepção de que os EUA não tinham interesses vitais na África subsaariana. Nada pode ter estado mais longe da verdade. Na medida em que as condições políticas e de segurança se deterioraram no Golfo Pérsico, a necessidade de fontes alternativas de energia no mercado americano aumenta. O petróleo africano emerge como uma direção que a política norte-americana poderia tomar para garantir uma fonte de energia segura»¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Assinado pelo presidente Bill Clinton em 18 de Maio de 2000, este instrumento foi especialmente desenvolvido pela Administração do presidente George Walker Bush que, entre 2000 e 2006 duplicou a assistência ao desenvolvimento em África até aos 21,5 biliões de USD e quadruplicou os fundos para a região da África subsaariana até aos 5,6 biliões. (KIM e SCHAEFER, 2008). Segundo Florizelle Liser, Assistente do U.S. Trade Representative For Africa, no âmbito do AGOA os EUA aumentou as importações de África a 44 biliões USD em 2006, cinco vezes mais do que em 2001, devido principalmente ao aumento do fluxo de petróleo africano para os EUA. Neste mesmo quadro, a África recebeu produtos acabados tais como roupas, sapatos, peças de automóveis e produtos agrícolas num montante de 3.2 biliões USD contra 1.4 biliões em 2001. (LISER, 2007)

¹⁴⁵ No quadro deste programa, apresentado ao mundo pelo presidente Bush durante a sua mensagem à nação (State of Union Address 2003), o mesmo referiu ter pedido ao Congresso 15 biliões de USD para os 5 anos seguintes, para o combate à SIDA. (BUSH, 2003) Em 2007, o presidente Bush pediu ao Congresso para dobrar o montante para 30 biliões USD. Segundo a Casa Branca, a primeira fase do PEPFAR permitiu elevar a quantidade de pessoas que recebiam tratamento, de 50 000 (2003) a 1.7 milhões; reduzir as novas infeções em cerca de 7 milhões; assim como reduzir a quantidade de mortes entre os órfãos dos 2 aos 10 anos (The White House, 2007).

¹⁴⁶ Walter Kainsteiner, subsecretário de Estado dos EUA – Simpósio sobre Petróleo, Washington, 2001.

No mesmo diapasão, o congressista Edward Royce¹⁴⁷ referiu que «os melhores parceiros estão na África Ocidental, por muitas razões. A África Ocidental está muito mais perto e mais facilmente se tiram os produtos de lá para cá; os seus recursos, na maior parte dos casos, não estão em terra. As coisas funcionam melhor quando estamos fora, em águas profundas» (SÉBILLE-LOPEZ, 2006: 125).

Com efeito, o Relatório Cheney previu que a partir de 2015 o Golfo da Guiné proveria cerca de 25% das necessidades de petróleo dos EUA (CHENEY, 2001), tendo consequentemente, o presidente Bush declarado o petróleo africano como um «interesse estratégico dos EUA» e, subsequentemente, a sub-região do Golfo da Guiné como «zona de interesse vital» (EUA, 2002) para os Estados Unidos da América.

Deste modo, para assegurar o controlo do continente e, principalmente, afastar a eventual oposição ou perigo à possibilidade de exploração dos seus recursos, os EUA criaram, em 2007, um comando específico para África – o AFRICOM¹⁴⁸.

Efetivamente, limitado que estava o desdobramento de tropas americanas no estrangeiro pela «War Power Act» (1973)¹⁴⁹, o estabelecimento, em 1979, das «Rapid Deployment Joint Task Force» (RDJTF)¹⁵⁰ – transformada em comando autónomo designado «Central Command» (1983), com zona de responsabilidade do Paquistão à Jordânia e do Egito ao Quênia; e a formalização da «doutrina Weinberger»¹⁵¹ - que estabelecia

¹⁴⁷ Ed Royce integrou o Comité de Relações Exteriores do Congresso dos EUA. Participou, como Observador do Congresso norte-americano, nas eleições presidenciais na Nigéria, em 1999.

¹⁴⁸ O AFRICOM, apresentado publicamente em Fevereiro de 2007, entrou em funções em 1 de Novembro de 2008, sendo o 9º comando unificado e o 6º comando regional das Forças Armadas dos EUA.

¹⁴⁹ Ela obrigou Kissinger a desenvolver a «estratégia de intervenção indireta», que excluindo o emprego de tropas norte-americanas, permitiu o apoio à capacidade de defesa dos Estados amigos, assim como a realização de operações clandestinas e a busca de aliados potentes para defender os interesses norte-americanos nas suas zonas de influência. Neste quadro foram desenvolvidas as ações contra o Governo de Angola dirigido pelo MPLA.

¹⁵⁰ A (RDJTF) Força de Tarefa Conjunta de Desdobramento Rápido, composta de unidades dos 4 ramos, destinava-se especificamente às operações no Terceiro Mundo. Esta força, funcionando no quadro das Forças Especiais, no âmbito da doutrina de «conflito de baixa intensidade», procurava evitar o emprego das forças convencionais. Para mais, ler (KORNBLUH e KLARE, 1988) e (MANDL, 1996).

¹⁵¹ Proposta em 1984 pelo Secretário de Defesa Caspar Weinberger, estabelecia as condições de emprego das forças convencionais norte-americanas, baseadas no princípio de que «antes vale dissuadir através de uma ameaça de vitória operacional em todas as escalas de engajamento, que através de uma ameaça de escalada nuclear. A «Doutrina Weinberger» fixava como princípios de emprego das forças convencionais norte-americanas os seguintes: (1) A defesa de um interesse vital dos EUA ou dos seus aliados; (2) O emprego de efetivos em quantidade e qualidade suficiente para assegurar a sua vitória; (3) A definição clara dos objetivos políticos e militares a alcançar; (4) A reavaliação contínua da relação entre o fim e os meios a empregar; (5) Garantia do apoio à intervenção pela opinião pública e

novas condições de emprego das forças convencionais norte-americanas; não respondiam à necessidade da abrangência e coordenação das ações para o controle do continente que, em última instância, como referiu o vice-almirante Robert Moeller (2008), deve assegurar «*the free flow of natural resources from Africa to the global market*» (e) «*let there be no mistake. (...) to protect American lives and promote American interest*»¹⁵². Pois, como referiu o Conselheiro do Departamento de Defesa norte-americano Peter Pham: «as riquezas naturais tornam África um alvo da atenção da República Popular da China (...) que tem uma quase insaciável sede de petróleo, assim como outros recursos naturais, para manter-se (...)» e «intencionalmente ou não, muitos analistas pensam que a África – especialmente aqueles Estados situados na sua costa ocidental, rica em petróleo – de forma crescente se transformará em teatro de concorrência estratégica entre os Estados Unidos da América e o seu único próximo-par competidor a nível global, a China, uma vez que ambos países buscam expandir as suas influências e garantir o acesso aos recursos». Neste quadro, o AFRICOM tem a missão de «moldar o comportamento, a vontade e a capacidade de outras nações amigas e adversárias (...), para além de proteger o acesso aos hidrocarbonetos e outros recursos estratégicos que a África possui em abundância (...) uma tarefa que inclui garantir contra a vulnerabilidade de tais recursos naturais e garantir que nenhuma outra terceira parte, como sendo a China, a Índia, o Japão ou a Rússia, obtenha o monopólio ou atenção preferencial» (PHAM, 2007).

Para o efeito, o lançamento do AFRICOM (2007), depois do estabelecimento do ACRI¹⁵³, substituído pelo ACOTA¹⁵⁴ «com o objectivo de reduzir a dependência dos Estados africanos da assistência militar chinesa» (DEEN, 2013), ocorreu depois de uma bem cuidada operação de diplomacia militar sob o manto da necessidade do combate ao

seus representantes; (6) Emprego da força somente como último recurso (BAGAYOKO-PENONE, 2003: 64).

¹⁵² «O fluxo livre dos recursos naturais da África para o mercado global» e «que se entenda corretamente, proteger a vida e promover os interesses dos americanos». Vice-Almirante Robert Moeller (2008, 2010) citado por Glazebrook em: «The Imperial Agenda of US's Africa Command». (GLAZEBROOK, 2012)

¹⁵³ African Crisis Response Initiative.

¹⁵⁴ O ACOTA – Africa Contingency Operations Training & Assistance – foi estabelecido em 2004 com o objetivo de «melhorar as capacidades e habilidades dos Estados africanos parceiros dos EUA, das instituições regionais africanas e os recursos do continente para as missões de manutenção da paz, de modo a que elas possam planificar, treinar e desdobrar quantidades suficientes de soldados profissionalmente competentes para a manutenção da paz, com o mínimo de assistência não africana» (US Department of State – Diplomacy in action).

terrorismo internacional e que incluiu, entre outras as visitas e ações referidas no Quadro 3.

DATA	PERSONALIDADES	PAÍS VISITADO
Julho, 2002	Gen. Carlton Fulford ¹⁵⁵	S. Tomé e Príncipe (STP) ¹⁵⁶
Setembro, 2002	George W. Bush ¹⁵⁷	Conversa com o presidente Fradique de Menezes, de S.T.P.
Setembro, 2002	Gen. Colin Powell	Angola e Gabão.
Novembro, 2002	Walter Kainsteiner ¹⁵⁸	S. Tomé e Príncipe.
Fevereiro, 2003	Walter Kainsteiner	Angola, Camarões, Guiné-Conacri
Julho 2003	George W. Bush.	Nigéria.
Março 2004	Gen. Charles Wald ¹⁵⁹	Angola, Gabão, Nigéria e STP.

Quadro 3 – Visitas/ações de dirigentes dos EUA no quadro do estabelecimento do AFRICOM¹⁶⁰

Assim, depois de ter estabelecido os seus primeiros assentamentos na Libéria, na Serra Leoa e na Etiópia, para onde transportou parte do equipamento das suas bases em Darmstadt, na Alemanha e em Djibouti (ASHTON, 2013) e, embora o general-de-exército Carter Ham tenha referido em público que «Em África, diria que uma presença ligeira é consistente com o que necessitamos e com o que recomenda a situação»¹⁶¹, o que vem ocorrendo desde a entrada em funções do AFRICOM corresponde ao que o mesmo general Ham testemunhou perante o Congresso dos EUA em Março de 2012, a saber: «Sem bases no continente, as capacidades de ISR (inteligência, vigilância e reconhecimento) serão reduzidas, o que potencialmente periga a segurança dos EUA»¹⁶² (KURTNIMMO, 2012). Deste modo, as bases do AFRICOM, na atualidade, estendem-

¹⁵⁵ Então adjunto do comandante-em-chefe das forças norte-americanas na Europa, de que dependia o continente africano.

¹⁵⁶ Centro geográfico da região do Golfo da Guiné; território em que os EUA possuem já, sob controlo absoluto, um espaço e um radar marítimo.

¹⁵⁷ Presidente dos EUA.

¹⁵⁸ Subsecretário de Estado dos EUA para os assuntos africanos.

¹⁵⁹ Comandante-adjunto do Comando Europeu dos EUA.

¹⁶⁰ Sistematização pelo autor com base em diversas fontes.

¹⁶¹ «In Africa, I would say a light footprint is consistent with what we need and consistent with the defence guidance».

¹⁶² «Without operating locations on the continent, ISR (intelligence, surveillance and reconnaissance) capabilities would be curtailed, potentially endangering US security».

se de Marrocos ao Botswana.

Entretanto, apesar do amplo desdobramento de forças do AFRICOM, hoje o continente não tem mais paz e as regiões em que foram empregadas não se tornaram mais estáveis do que em 2007, quando este comando foi constituído. Aliás, por exemplo, apesar dos cerca de 600 milhões de dólares americanos despendidos na formação de soldados malianos «muitos (...), de origem tuaregue, juntaram-se à rebelião aportando assim o seu saber aos jihadistas; do mesmo modo que o capitão Sanogo, formado pelo Exército dos EUA, organizou o golpe contra o Governo maliano no ano 2012» (LORGEUX and BOCKEL, 2013: 169).

Por outro lado, não pode ser tido como sério o que é referido pelos EUA como propósito em relação ao continente quando, como referiu Ashton (2013), os EUA enviam para África produtos americanos a preços subsidiados, destruindo o mercado local e regional gerando, como consequência lógica – desemprego, instabilidade e radicalismo. Esta miopia não pode ser corrigida com as ações militares do AFRICOM¹⁶³.

2.2.2. A França

Como atrás referido, a França foi das potências coloniais aquela que de forma mais elaborada tratou de manter-se em África depois da independência das suas colónias.

Com efeito, para além da realização da *Conferência Francesa Africana*¹⁶⁴ com o fim de «(...) determinar sobre que bases práticas poderia ser progressivamente fundada uma comunidade francesa que englobasse os territórios da África negra (...)»¹⁶⁵, a França deu início à V República estabelecendo a Comunidade formada por Estados autónomos em África.

¹⁶³ Para mais sobre o assunto consultar *AFRICOM: The Stealthy Militarisation of Africa. The South African Civil Society Information Service*. Disponível em: <http://readersupportednews.org/pm-section/>. (ASHTON, 2013)

¹⁶⁴ Realizada em Brazzaville a partir de 30 de Janeiro de 1944.

¹⁶⁵ *Memórias de Charles de Gaulle, em «África desde la prehistoria hasta los Estados actuales»*, (BERTAUX, 1978: 291).

Deste modo, torna-se fácil compreender porque é que, como referiu Géraldine Faes em *Western dans le pré carré: la guéguerre des diplomats* (1992), a cooperação francesa em África nunca foi definida nos termos da Guerra Fria mas pelos seus interesses nacionais. Com efeito, o seu objectivo sempre foi o de impedir Americanos e Soviéticos de se posicionarem na sua zona de influência. Isto pode ser atestado pelas boas relações com os países então classificados de marxistas (Benin, Congo, Madagáscar), ou socialistas (Mali, Guiné), nos anos 1960 e 1970, e mesmo pela integração no seu quadro de cooperação de Moçambique (Dezembro, 1981), do Zimbabwe (Maio, 1982), e de Angola (Julho, 1982), sem baixar a guarda face às ambições reais ou supostas dos EUA no Chade (1983).

Ainda neste quadro, Bagayoko-Penone (2003: 31) referiu que «ao longo do tempo a França, particularmente na África Ocidental, desenvolveu uma política diplomática com vista a garantir a conservação dos laços privilegiados com os países francófonos da sub-região; impedir a influência da Nigéria na zona; e garantir o controlo dos mecanismos multilaterais quer económicos, quer de segurança estabelecidos nos fins dos anos 1970».

De igual modo, Jean-François Bayart, em *aider moins pour mieux aider* (1992), apreciou que Paris jamais deixou de pensar a sua política africana como um simples instrumento ao serviço da sua política de potência. A clientela diplomática que África forneceu à França – e mais precisamente o jogo de votos que ela lhe assegurou no seio das Nações Unidas – teve a vantagem de assegurar o seu assento como membro permanente do Conselho de Segurança, de aumentar a audiência das resoluções que ela entendeu fazer adotar em relação aos problemas mundiais, de preservá-la de ataques massivos relacionados com os seus ensaios nucleares ou com os seus problemas durante a descolonização no Pacífico ou no Oceano Índico. De forma geral, a existência de uma companhia aérea continental de predominância francesa, a rede da francofonia, a zona franco e as cimeiras franco-africanas, testemunham desde há muito a extensão do raio da diplomacia do Eliseu, incluindo no espaço europeu.

Efectivamente, «a França, desde o tempo do general Charles De Gaulle, manteve relações muito diretas com os dirigentes políticos e os chefes de Estado Africanos. (...) Desde o ponto de vista geopolítico, as intervenções militares faziam-se consoante a

importância do objectivo. (...) Estas redes encarregavam-se de decidir quem era preciso pôr e em que lugar ao nível político em África, a fim de assegurar a perenidade da influência francesa nos países africanos (...)). (KI-ZERBO, 2006: 48)

Entretanto é de dizer-se que o atrás referido acontece com o beneplácito dos dirigentes de tais países africanos, ou seja, mais do que uma pura relação neocolonial, de imposição pela força, ela corresponde a uma relação de interesse mútuo.

Deste modo, gerida numa base pessoal entre os chefes dos Estados e alguns poucos membros das classes dirigentes dos países concernidos, as relações político-diplomáticas entre a França e os Estados africanos, prestaram-se sempre à confusão entre a manutenção da estabilidade das instituições e dos países e a manutenção no poder pela força de regimes impopulares, ou a retirada do poder de governos que colocassem em causa os interesses de controle da região pela França.

Como refere o relatório *África é o nosso futuro*, apresentado ao Senado francês em 29 de Outubro de 2013, «No Gabão ou no Congo Brazzaville, no Togo, no Burquina Faso, nos Camarões, no Chade, ou ainda na República Centro-Africana, uma galáxia de atores dispendo de redes de conhecimento pessoal onde se misturam dirigentes políticos, homens de negócio, agentes de inteligência, militares ou mercenários, as redes da França-Afrique encontraram como corromper a política africana da França, raramente em nome da razão de Estado, frequentemente em defesa de interesses privados ou partidários, com o seu conjunto de escândalos de que é mais conhecido o caso Elf. Este clientelismo de Estado, estas pastas de dinheiro que alimentaram tanto os partidos políticos franceses como patrimónios franceses e africanos, estes emissários ocultos frequentemente mandatados por si mesmos, tudo isso existiu e é na essência indiscutível»¹⁶⁶ (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 235).

¹⁶⁶ «Au Gabon ou au Congo-Brazzaville, au Togo, au Burkina Faso, au Cameroun, au Tchad, ou encore en Centre Afrique, une nébuleuse d'acteurs disposant de réseaux de connaissance personnelles où se côtoyaient dirigeants politiques, hommes d'affaires, agents de renseignement, militaires ou mercenaires, a trouvé dans les réseaux de la Franceafrique de quoi dévoyer la politique africaine de la France, parfois au nom de la raison d'État, souvent dans la défense d'intérêts particuliers privés ou partisans, avec son lot de scandales dont le plus connu est l'affaire Elf. Ce clientélisme d'État, ces valises des billets, qui ont alimenté aussi bien les partis politiques français que des patrimoines français et africains, ces émissaires occultes souvent mandatés par nul autre qu'eux-mêmes, tous cela a existé et pour l'essentiel vécu».

Na atualidade, ante alguma oposição àquelas práticas, particularmente por parte das novas gerações de intelectuais africanos¹⁶⁷, alguns em França advogam a necessidade de «assinar-se o certificado de óbito» daquele conceito de «França-África» de que foram símbolos os antigos presidentes Boigny, Senghor e Bongo, afirmando que «tratam-se de práticas de outro tempo, de uma forma de relações de que alguns aqui e lá beneficiaram em detrimento do interesse geral e do desenvolvimento»¹⁶⁸.

Entretanto, educados naquelas práticas – alicerçadas no sentimento de incapacidade dos africanos para gerirem sós os seus assuntos – muitos dos atuais políticos de um e outro lado preservam esta prática que, aliás, constituiu a base em que está moldado o ambiente político, especialmente da região francófona do continente – no quadro dos interesses políticos e económicos da França. Pois, «(...) Não podemos dissociar as intervenções geopolíticas e a economia» (KI-ZERBO, 2006: 48).

Sem deixar de considerar genuína a honestidade de alguns dos que publicamente se opõem ao tradicional conceito da França-Afrique, o que mostram os factos e pode-se depreender da apreciação ao Relatório ao Senado aqui referido, a real preocupação manifestada pelos seus autores constitui a clara diminuição do controle dos mercados da «sua África» pela França, em detrimento do crescimento da intervenção chinesa e outros países emergentes, designadamente o Brasil, a Índia, a Turquia, a Coreia do Sul e ainda Marrocos.

Com efeito, como refere o relatório nas páginas 282 e seguintes, a parte do mercado das empresas francesas na África subsaariana passou de 16% no ano 2000, para menos de 10% no ano 2010, baixando o peso da França nos principais países da Zona Franco como reflete o Quadro 4.

¹⁶⁷ Como referiu um Embaixador da África Ocidental citado pelo Relatório *África é o nosso futuro*, «Vocês não devem ceder terreno, vocês continuam a ser um aliado incontornável mas é o momento de mudar de discurso, vocês não são nossos irmãos mais velhos, nós somos maiores e vacinados, donos do nosso destino, responsáveis ante a nossa opinião pública, livres de escolher os nossos amigos, os nossos parceiros, os nossos financiamentos».

¹⁶⁸ Citado no Relatório *África é o nosso futuro*, p235.

De igual modo, «a participação dos grandes bancos franceses no sistema bancário da África Ocidental passou dos 80% para os 33%, no curso do último decénio» (LORGEUX and BOCKEL, 2013: 285).

PERÍODO	1985-1995	2005-2009
Camarões	43,5%	23,2%
Costa do Marfim	40,4%	18,3%
Senegal	42,2%	20,7%
Togo	26,4%	7,9%
Benim	26,3%	7,6%

Quadro 4 – Peso das empresas francesas nos principais mercados da zona franco¹⁶⁹

Entretanto, o peso da China, entre o ano 2000 e o ano 2010, passou de cerca de 3% a cerca de 15%, com taxas de 40,4% no Benim e 33,3% no Togo.

Neste quadro, preconizam os peritos que elaboraram o Relatório ao Senado que «ante o desvio da atenção dos EUA para a região da Ásia-Pacífico, a política estrangeira francesa deve virar-se para a África» pois «a África é, no século XXI, uma das maiores reservas de crescimento económico, a mais importante reserva de recursos naturais e o maior mercado do futuro» (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 143). Contudo, refere ainda o documento, dela poderá também vir o maior fluxo migratório caso o crescimento que se verifica não se transforme num desenvolvimento real com impacto na vida da maior parte dos seus habitantes.

Para o efeito, para além da correção da questão do controle do mercado, através do aumento da ajuda ao desenvolvimento e ao investimento¹⁷⁰, recomendam os

¹⁶⁹ Elaborado pelo autor com base no Relatório África é o nosso futuro (LORGEUX e BOCKEL, 2013).

¹⁷⁰ O ministro francês da economia, Pierre Moscovici, em 4 de Dezembro de 2013 presidiu um Fórum económico franco-africano sobre o assunto. Durante este, o ex-ministro Hubert Vedrine apresentou um documento intitulado «Uma sociedade para o futuro: quinze propostas para uma nova dinâmica económica entre a França e África» que, de entre outras medidas, propôs a revisão da política francesa relacionada com os «vistos económicos», para contrapor a perda de cerca de metade da sua quota de mercado na África subsaariana, como reconheceu. Por outro lado, neste mesmo quadro, o presidente francês – François Hollande – anunciou a criação de um Fundo de Investimento de 20 mil milhões de

proponentes do Relatório que a França reforce o que alguns consideram ser o seu maior capital em África, a língua francesa ou, dito de outro modo, a capacidade de influência sobre as elites africanas pois, como referiu Mathieu Pigasse¹⁷¹, «Somente os europeus para ignorar que os africanos pensam o mundo através de conceitos europeus, de línguas europeias e em primeiro lugar a língua francesa»¹⁷².

«(...) esta proximidade linguística representa uma oportunidade capital, uma carta mestre. Através da língua, é toda uma cultura, toda uma visão do mundo que partilhamos com 50 milhões de interlocutores francófonos em África. O francês é hoje uma língua africana. Para além de ser uma língua oficial numa vintena de países, uma língua ensinada nas escolas primárias, secundárias e universitárias, é também uma língua pensada e empregue como língua de acesso ao saber, como aquela que serve de ligação: ligação no seio da comunidade nacional dividida em diferentes etnias e dialectos, ligação entre países diferentes da comunidade francófona. É preciso observar os cartazes das cimeiras África-China em francês para perceber que até os países emergentes implantam-se em África em francês»¹⁷³.

(LORGEUX e BOCKEL, 2013: 254)

Assim, para manter a sua perspectiva de potência regional em África, do mesmo modo que atuando sobre as elites nacionais através do condicionamento linguístico – entenda-se modo de pensar – a França propõe-se continuar a difusão da sua língua através da

Euros; assim como a oferta de 1000 milhões de Euros à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para apoio ao «Green Business», à inovação e às novas tecnologias destinadas a África.

¹⁷¹ Presidente do Banco Lazard, citado pelo Relatório ao Senado.

¹⁷² «Il n'y a que les Européens pour ignorer que les Africains pensent le monde à travers des concepts européens, des langues européennes et au premier chef la langue française».

¹⁷³ «(...) Cette proximité linguistique reste un atout majeur, une carte maîtresse. À travers la langue, c'est toute une culture, toute une vision du monde que nous partageons avec plus de 50 millions de locuteurs francophones en Afrique. Le français est aujourd'hui une langue africaine. Elle est non seulement une langue officielle dans une vingtaine de pays, une langue enseignée, dans les écoles primaires, secondaires, et universitaires, mais aussi une langue pensée et vécue comme la langue d'accès au savoir, comme celle qui crée le lien: lien au sein de la communauté nationale divisée en différentes ethnies et langues vernaculaires, lien entre différents pays de la communauté francophone. Il faut regarder les affiches des sommets Afrique-Chine en français pour prendre conscience que même les pays émergents s'implantent en Afrique en français».

rede «Alliance Française» e Institutos¹⁷⁴ no mundo, assim como dos liceus franceses¹⁷⁵, para além da inclusão de países não francófonos na sua esfera de influência¹⁷⁶.

Por outro lado, a França pretende manter o controlo sobre os mecanismos multilaterais, quer económicos, quer de segurança.

Neste quadro, em vez de facilitar a abertura dos mercados da África Ocidental e da África Central à concorrência, encoraja a continuidade tanto da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)¹⁷⁷, como da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)¹⁷⁸ – eufemisticamente apresentadas como modelos de integração regional – embora gerem respectivamente, pouco mais de 8% e 3% das importações do comércio intra-regional¹⁷⁹.

Ainda neste âmbito, relativamente à segurança do continente, como refere o Relatório ao Senado, «O conflito maliano veio recordar-nos que os interesses franceses estão primeiro em África, lá onde estão os nossos expatriados, lá onde está a nossa história, lá onde estão os nossos interesses. Ele permitiu a cada um tomar consciência que a África é o continente onde a França joga ainda um papel militar principal que lhe vale a reputação de ‘guardião do continente’»¹⁸⁰ (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 256).

Com efeito, desde o ponto de vista militar, «a França dispõe em África de uma presença sem equivalente» (LORGEUX e BOCKEL, 2013), que lhe permitiu ao longo dos últimos 50 anos – em troca de assistência militar para assegurar tanto a segurança

¹⁷⁴ Segundo o Relatório apreciado, a rede da Alliance Française e Institutos Franceses integra 200 unidades que formam cerca de 80 mil alunos por ano.

¹⁷⁵ Sendo 87 espalhados pelo continente, albergam cerca de 50 mil estudantes.

¹⁷⁶ Para além dos países que foram colónias francesas e belgas ou sob elas colocadas para administração pelas Nações Unidas, vários outros definiram a língua francesa como língua oficial, designadamente Guiné-Bissau (1979); Guiné Equatorial (1989); Cabo Verde (1996); S. Tomé e Príncipe (1999).

¹⁷⁷ Integrada pelo Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

¹⁷⁸ Integrado pelos Camarões, Congo, Gabão, República Centro-Africana, Guiné Equatorial, Chade e Comores.

¹⁷⁹ Para mais sobre a matéria ver: *África é o nosso futuro* e *Sítio Internet da CEMAC*. O franco CFA, a moeda da CEMAC e da UEMAO esteve desde 1972 vinculado ao Franco francês. Contudo, no presente está vinculado, em termos de paridade fixa com o euro (1€ corresponde a 655.957 franco CFA).

¹⁸⁰ «Le conflit malien est venu rappeler que les intérêts français étaient d’abord en Afrique, là où sont nos ressortissants, là où est notre histoire, là où sont nos intérêts. Il a permis à chacun de prendre conscience que l’Afrique est le continent où la France joue encore un rôle militaire majeur qui lui vaut la réputation de ‘gendarme du continent’».

interna como internacional dos Estados africanos aliados – estacionar tropas e transitar livremente nos territórios dos Estados aliados, e participar na modelagem do ambiente político do continente.

Esta presença militar, com base nos «Tratados de Aliança» estabelecidos com os Estados africanos de expressão oficial francesa, fundamentou a intervenção francesa para recolocar no poder o presidente do Gabão – Leon M’ba – em Fevereiro de 1964; para intervir contra a revolta de Tibesti, no Chade, em 1968; para a intervenção no Chade nos anos 1978 e 1980; para a intervenção em Kolwezi, Zaire (atual RDC), contra os anti-mobutistas liderados por Nathanael M’Bumba, em 1978; para colocar no poder o imperador Bokassa, na RCA, em 1976 e afastá-lo 3 anos depois; etc., tal como refere a lista anexa¹⁸¹.

Entretanto, apesar da presença económica e financeira, do domínio através da língua francesa e da assistência militar contínua ao longo das últimas cinco (5) décadas, o continente, e especialmente os países africanos de expressão oficial francesa, de forma geral, continuam a viver num ambiente de instabilidade político-social, assim como mantêm-se estancados na pobreza e no subdesenvolvimento quando outras partes e países do continente iniciaram um processo de crescimento económico.

2.2.3. A China

Consta que os primeiros contactos entre a China e a África, no quadro de uma relação cultural com o Egito, ocorreram entre 206 AC e 220 DC, durante a dinastia Han (LI, 2005: 60).

Consta também que «a partir do século VII encontram-se moedas chinesas no Zanzibar; nos séculos XI e XV encontram-se produtos chineses na Etiópia, na Tanzânia, no Zimbabwe e, ainda, no início do século XV os navios da frota de Zheng He descem ao longo da costa oriental da África até ao atual Moçambique» (JOYEUX, 2011).

¹⁸¹ Para mais sobre o assunto ler, entre outros: (KI-ZERBO, 1999); (GONIDEC, 1993); (TSHIYEMBE e BUKASA, 1989); (M’BOKOLO, 2011); (HUGON, 2009). *France Cameroun, Croisement Dangereux*, (AGIR ICI-SURVIE, 1996). Em anexo 1 a lista de intervenções francesas em África, entre os anos 1960 e 2011.

Entretanto aquilo que pode designar-se como origem de uma «política africana da China» coincide com o triunfo da revolução chinesa sob a liderança do Partido Comunista Chinês, no ano 1949, e a consolidação do seu poder sobre o território hoje conhecido como República Popular da China.

Naquela altura Mao Tsé-Tung, o líder chinês, defendendo que «as lutas dos africanos contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemonismo eram, de alguma forma, um apoio à China», recomendava que «Embora ainda não fosse um país poderoso, a China, por ter sido submetida também ao jugo dos imperialistas e dos colonialistas, entendia perfeitamente as aspirações e as dificuldades dos países africanos irmãos, e queria dar a sua contribuição à luta política e ao desenvolvimento da economia desses últimos, o que ele considerava um dever internacionalista» (HONG-MING, n.d.).

Nessa mesma linha de pensamento, o vice-primeiro-ministro Lu Ting-Yi (1951) afirmava que «a revolução chinesa é o protótipo das revoluções nos países coloniais e semicoloniais» (LHUISARD, 1974).

Neste quadro a China, representada pelo então primeiro-ministro Chou En Lai (1898-1976), participou na Conferência de Bandung (Indonésia), realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955, ao lado de alguns Estados africanos então independentes, designadamente o Egito, a Etiópia, a Libéria e a Líbia, assim como delegados do Gana e do Congo Belga.

Alcançada a independência pela maior parte dos Estados africanos, o primeiro-ministro Chou En Lai – entre Dezembro de 1963 e Fevereiro de 1964¹⁸² – visitou vários Estados africanos a quem apresentou o que consideravam dever ser os princípios¹⁸³ da relação sino-africana, a saber: (1) Apoiar os povos de todos os países africanos na sua luta contra os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas ou para conquistar e salvaguardar a independência nacional; (2) Apoiar a sua política de paz, neutralidade e

¹⁸² *Entre 1956 e 1959 a China estabeleceu relações diplomáticas com o Egito, a Argélia, Marrocos, o Sudão e a Guiné. No final de 1969, eram 19 os países africanos que mantinham relações diplomáticas com a China (HONG-MING, n.d.).*

¹⁸³ *Estes princípios baseavam-se nos 5 que a China declarava como que representando a coexistência pacífica nas relações internacionais, a saber: (1) Respeito mútuo da soberania e integridade territorial; (2) Não-agressão mútua; (3) Não-ingerncia nos assuntos internos; (4) Igualdade e vantagens recíprocas; (5) Coexistência pacífica.*

não-alinhamento; (3) Apoiar as suas aspirações de solidariedade e unidade por meio da livre escolha, bem como os seus esforços para resolver as suas desavenças através de consultas pacíficas; (4) Exigir dos outros países que respeitem a soberania de todos os países africanos; (5) Lutar contra as agressões e qualquer intervenção estrangeira.

No entanto, as ligações entre a China e a África, especialmente durante o período da Guerra Fria, ajustaram-se ao estado de distanciamento deste país, quer aos EUA, quer à URSS.

Deste modo, a China manifestou uma posição anti-soviética ou anti-imperialista conforme o estado das suas relações com uma ou outra potência. No entanto, colocando-se frequentemente na posição de líder do mundo subdesenvolvido, a que considerava pertencer, desenvolveu a «teoria dos 3 mundos», em que colocava no primeiro os EUA e a URSS, no segundo os países industrializados da Europa capitalistas e os países socialistas (China, Albânia, Vietname, Coreia do Norte e Roménia) e, depois os demais países.

A política anti-soviética da China, que serviu de pilar à sua «teoria dos 3 mundos»¹⁸⁴, ao mesmo tempo que a conduziu a apoiar forças também apoiadas pelo Ocidente, como são os casos da FNLA e UNITA em Angola, levou-a também a colaborar com o Ocidente na condenação à presença de tropas cubanas em apoio ao governo angolano, para contrapor a URSS, que apoiava o MPLA¹⁸⁵.

Entretanto, segundo Djilks (1981), esta posição granjeou-lhe a compreensão de países ditos moderados, tais como o Zaire (segundo importador de armas chinesas em conjunto com a Tanzânia), os Camarões, a Guiné Equatorial, a Tunísia, a Serra Leoa, o Sudão, o Egito, o Quênia e Djibouti. Na mesma linha de pensamento, Philip Snow (1988) considerou que aquela atitude da China facilitou-lhe a adjudicação da obra de

¹⁸⁴ Presa no ambiente de contradições, ora com os EUA ora com a URSS, a China, na década de 1980, declarou, através do seu Primeiro-ministro Zhao Zi Yang «a China afirma a sua vontade de rejeitar a carta soviética contra os EUA, bem como a carta americana contra a União Soviética» (FOUQUOIRE, 1983). Depois de ter recebido Nixon em 1972, e de, em 1978, ter assinado o Tratado de Paz com o Japão, apadrinhado pelos EUA, os EUA adotou, em 1981, a Taiwan Relations Act, que expressa as relações com este território reclamado pela China.

¹⁸⁵ Deng Xiaoping afirmava que «Não existe outro meio contra o expansionismo soviético, a não ser a realização de uma aliança entre a China, o Japão, os EUA e a Europa. Graças a esta união poderemos solapar as múltiplas atividades da União Soviética» (XIAOPING, 1979).

construção da linha férrea entre a Zâmbia e a Tanzânia – o TAZARA – numa extensão de 1800 Km, assim como realizar outras obras de menor realce no Zaire (atual RDC), no Benim, etc., apontadas como ações no sentido de combater a influência soviética em África através da aplicação da teoria «os pobres ajudam os pobres».

As alterações do ambiente político interno da China, especialmente as ocorridas na década de 1990, sob a liderança de Deng Xiaoping (1904-1997) conduziram à transformação das suas relações com a África.

Com efeito, pressionada pela necessidade de assegurar o seu crescimento económico; de quebrar o isolamento diplomático de que resultou a sua ação repressiva contra os estudantes da praça de Tiananmen, em 1989 – amplamente difundida; a necessidade de impor-se ante a pretensão de Taiwan elevar-se ao estatuto de grande potência¹⁸⁶; a China, por um lado, procurou diversificar as suas fontes de aprovisionamento em recursos minerais e energéticos e, por outro, buscou o apoio diplomático que necessitava, especialmente em África¹⁸⁷.

Como apreciou Ian Taylor, no *The Journal of Modern African Studies* (1998), a partir da primavera de 1989 os dirigentes políticos chineses fizeram uma reavaliação da progressiva importância do continente, assistindo-se em consequência a uma transformação crucial nas suas relações com o continente.

No novo quadro, mantendo a antiga retórica «da amizade sino-africana» e os princípios para as relações políticas sino-estrangeiras esgrimidos em 1953 pelo então Primeiro-ministro Chou En Lai, os mais altos dirigentes chineses iniciaram uma prática de visitas regulares anuais aos Estados africanos, assim como reuniões de concertação e fóruns, algumas das quais descreve o Quadro 5.

¹⁸⁶ Atualmente, em África, somente 6 países mantêm relações diplomáticas com Taiwan, em detrimento da relação com a República Popular da China, são eles o Burquina Faso, o Chade, a Gambia, o Malaui, S. Tomé e Príncipe e a Suazilândia. Entretanto, nem mesmo esta relação tem impedido os laços comerciais da China com o Chade (petróleo) e o Burquina Faso (algodão), por exemplo (CHECA-ARTASU, 2011).

¹⁸⁷ Depois dos acontecimentos da Praça Tiananmen, os primeiros chefes de Estado a visitar a China foram africanos, designadamente do Burquina Faso, do Burundi, do Uganda, do Togo e do Mali, em 1989 e, em 1990, os presidentes do Egito, do Chade, da Guiné Equatorial, da República Centro-Africana, da Serra Leoa e do Sudão (HONG-MING, n.d.).

ANO	ENTIDADE	PAÍSES VISITADOS
1989	Qian Qichen , ministro dos Negócios Estrangeiros.	Botswana, Lesotho, Zimbabwe, Angola, Zâmbia e Moçambique.
1991	Qian Qichen , ministro dos Negócios Estrangeiros.	Etiópia, Uganda, Quênia e Tanzânia.
1991	Li Peng , primeiro-ministro	Egito e Marrocos.
1992	Qian Qichen , ministro dos Negócios Estrangeiros.	Mali, Guiné, Senegal, Costa do Marfim, Gana, Namíbia e África do Sul.
1992	Yang Shangkun , presidente da República.	Tunísia, Marrocos e Costa do Marfim.
1995	Li Peng , primeiro-ministro.	Egito e Marrocos.
1996	Jiang Zemin , presidente da República.	Quênia, Egito, Etiópia, Mali, Namíbia e Zimbabwe.
1997	Li Peng , primeiro-ministro.	Zâmbia, Moçambique, Gabão, Camarões, Nigéria, Tanzânia e Seychelles.
1997	Qian Qichen , ministro dos Negócios Estrangeiros.	África do Sul.
1999	Jiang Zemin , presidente da República.	Marrocos e Argélia.
1999	Hu Jin Tao , vice-presidente da República	África do Sul.
1999	Tang Jiaxuan , ministro dos Negócios Estrangeiros	Nigéria, Namíbia, Zimbabwe, Moçambique, Seychelles e Zâmbia.
2002	Zhu Rongji , primeiro-ministro	Marrocos.
2004	Hu Jin Tao , presidente da República.	
2005	Zeng Peiyang , vice-primeiro-ministro.	Angola.
2006	Hu Jin Tao , presidente da República.	Marrocos, Nigéria e Quênia. Realização do Fórum China-África, em Beijing com 48 chefes de Estado africanos.

2006	Wen Jiabao , primeiro-ministro.	Egito, Gana, Angola, Congo, África do Sul, Tanzânia e Uganda.
2006	Li Zhaixing , ministro dos Negócios Estrangeiros.	Cabo Verde, Senegal, Mali, Libéria e Nigéria.
2007	Hu Jin Tao , presidente da República.	Libéria, Namíbia, África do Sul, Moçambique, Zâmbia, Camarões, Sudão e Seychelles
2009	Hu Jin Tao , presidente da República.	Mali, Senegal, Ilhas Maurícias e Tanzânia.
2010	Xi Jin Ping , vice-presidente da República.	Angola, Botswana, África do Sul.
2011	Xi Jin Ping , vice-presidente da República.	Angola, África do Sul, Congo e Tanzânia.
2012	Hu Jin Tao , presidente da República.	V Fórum ministerial de Cooperação China-África, Beijing.
2013	Xi Jin Ping , presidente da República.	África do Sul, Tanzânia e Congo. Encontro com presidente do Uganda e Moçambique e primeiro-ministro da Etiópia na África do Sul (BRICS).
2014	Li Keqiang , primeiro-ministro	Angola, Etiópia, Quênia, Nigéria.

Quadro 5 – Visitas/Ações de dirigentes da China no âmbito da relação com África¹⁸⁸

«A tarefa mais importante para a China é assegurar que os seus 1,3 biliões de habitantes tenham uma vida decente. Vocês podem imaginar o desafio que isto representa e a enorme pressão que isto impõe ao governo. Eu creio que nada é mais importante do que isso. Tudo o resto deve subordinar-se a esta prioridade nacional» (YUCHENG, 2012).

Estas palavras do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Yucheng (2012), expressam claramente a consciência do Governo chinês em relação à necessidade de recursos para satisfazer as necessidades do país, entre os quais são especialmente importantes os energéticos, cujas reservas deixaram de ser suficientes desde o ano 1993.

Efetivamente, segundo o Sumário Executivo do Forum sobre Energia do Instituto James Baker (2011), a China aumentou em cerca de 330% as suas compras de petróleo, entre o

¹⁸⁸ Quadro sistematizado pelo autor com base em fontes diversas.

ano 2000, quando adquiria 1,5 milhões de barris/dia, e o ano 2010, quando passou a adquirir 5 milhões de barris/dia, prevendo-se alcançar os 11,6 milhões de barris/dia no ano 2035, e o consumo dos EUA¹⁸⁹, no ano 2040.

Naquele quadro e, ante as sanções impostas pelo Ocidente,

«O Ministério do Comércio Externo e da Cooperação Económica da China elaborou, em 1993, um plano relativo à exploração do mercado africano e ao estreitamento da cooperação económico-comercial sino-africana. O objectivo desse plano consistia principalmente em estimular as empresas chinesas a participarem do comércio com a África e a aumentarem o montante dos investimentos e a parte do mercado da China na África. Em 1995, o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, encarregado dos assuntos económicos da China, visitou a África no intuito de consultar dirigentes africanos sobre as novas formas de cooperação económica sino-africanas. Dois meses após a sua viagem à África, Zhu Rongji presidiu à Conferência Nacional de Trabalho sobre a Reforma da Assistência aos Países Estrangeiros. Em 1996, para melhor assessorar as empresas chinesas instaladas em África, o Governo chinês resolveu criar os Centros para o Investimento e o Comércio em dez países de África. Em 1997 o Ministério do Comércio Externo e da Cooperação Económica convocou a primeira Conferência Nacional sobre a Cooperação Económica e Comercial com a África. Com a implantação crescente de empresas chinesas em África, para facilitar o estabelecimento de contatos diretos entre as empresas chinesas e africanas, a partir do segundo semestre de 1998, o Ministério do Comércio Externo e da Cooperação Económica passou a organizar duas vezes por ano, durante dois meses, o Seminário Sino-Africano dos Funcionários de Gestão Económica» (HONG-MING, n.d.).

Neste âmbito, ainda segundo Hong-Ming, referindo-se ao novo modelo de cooperação sino-africana, o presidente Jiang Zemin, num discurso a que deu o título «Para uma Nova Obra Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana», pronunciado na sede da OUA, em Maio de 1996, apresentou como novos princípios: (1) Tratar-se sempre como amigas (a China e a África); (2) Tratar-se ambas em termos de igualdade, de respeito mútuo à soberania e abster-se de ingerência nos assuntos internos de cada um; (3) Envidar esforços para assegurar o desenvolvimento comum, procurando vantagens

¹⁸⁹ O consumo de petróleo dos EUA era, em 2012, 18,490 milhões barris/dia. Fonte: US Energy Information Administration.

recíprocas; (4) Multiplicar as consultas e intensificar a cooperação em matéria de assuntos internacionais; (5) Unir--se, a fim de pensar o futuro e criar um mundo melhor.

No quadro da estratégia chinesa para a África, realizou-se em Beijing, de 10 a 12 de Outubro do ano 2000, a Primeira Conferência Ministerial para a Cooperação China-África, que aprovou o Manifesto de Beijing e o Programa do Forum para a Cooperação do Desenvolvimento Sócio-económico.

«O Manifesto de Beijing é um documento que refuta as noções ocidentais de liberalização política e reformas económicas como uma obrigatoriedade para se atingir o desenvolvimento, cuja tónica assenta no desenvolvimento do comércio e investimentos em infra-estruturas e instituições sociais sem reformas políticas e económicas». (ESTEVES, 2008: 84)

Por sua vez, o Programa do Forum para a Cooperação do Desenvolvimento Sócio-económico prevê a aplicação de programas nas seguintes áreas, a saber: (i) Investimento; (ii) Cooperação Financeira; (iii) Alívio ou cancelamento das dívidas; (iv) Cooperação agrícola; (v) Recursos naturais e energia; (vi) Educação; (vii) Cooperação multilateral.

Embora sem uma estatística definitiva, estima-se que vivam hoje em África cerca de um milhão de cidadãos chineses, sendo engenheiros, operários, profissionais da saúde, comerciantes, cozinheiros, etc.

Esta massa de chineses em África, com cerca de duas mil empresas ativas, asseguram os negócios sino-africanos que, no ano 2009, ultrapassaram o volume realizado entre o continente e os EUA sendo que, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), «o volume de trocas comerciais entre a África e a China alcançou os 166,3 biliões de dólares americanos em 2011 (...), superando em 30% o volume alcançado no ano 2009» (JEUNE AFRIQUE, 2012a).

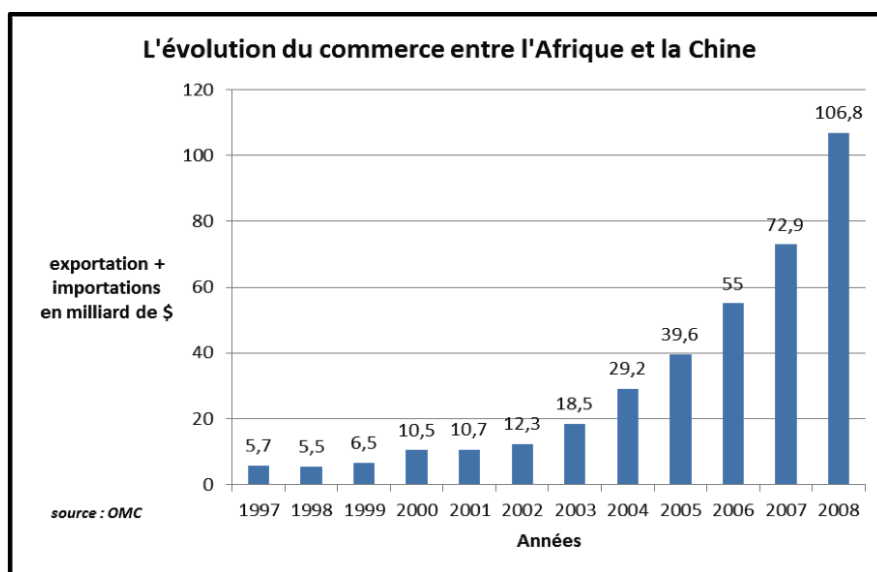


Figura 20 – Evolução do comércio entre a África e a China¹⁹⁰

No mesmo quadro, referiu o ministro do comércio da China – Shen Danyang – que «os investimentos diretos chineses na África aumentaram em 60% comparando com os que existiam no ano 2009, alcançando 14,7 biliões de dólares (12 biliões de euros) no fim do ano 2011» (JEUNE AFRIQUE, 2012b).

Neste âmbito, «o Banco de Comércio e Indústria da China, o maior banco do mundo (...) adquiriu uma participação de 20% no capital do Standard Bank of South Africa, um dos maiores bancos do continente, por cerca de 4,85 biliões de dólares. (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 285). Por outro lado, no campo dos recursos minerais, em Angola, através da SINOPEC, a China adquiriu, no ano 2004, 50% do bloco 18, operado pela BP, estabeleceu a empresa conjunta «Sonangol Sinopec International» – SSI – na qual detém 55% das ações, e que, em 2005, obteve mais 3 blocos no *offshore* angolano¹⁹¹; na Nigéria, através da *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), a China adquiriu 45% de uma concessão de petróleo (2006); no mesmo ano assinou com a GEPETROL¹⁹², da Guiné Equatorial, um acordo para a exploração conjunta de um bloco de 2287 Km²; em Abril de 2006 assinou outro contrato para a exploração

¹⁹⁰ Fonte: OMC, 2009.

¹⁹¹ Citado em *Angola & China: A marriage of convenience?*, (POWER e ALVES, 2012: 88–90.)

¹⁹² Empresa petrolífera estatal da Guiné Equatorial.

conjunta de 6 blocos no Quênia; assinou um acordo com o governo da Zâmbia para a exploração de cobre, e associou-se à GECAMINES¹⁹³, da RDC.

No âmbito do financiamento ao desenvolvimento, o presidente Hu Jin Tao anunciou o aumento para o dobro dos créditos a conceder ao continente africano, num total de 20 bilhões de dólares (16,3 bilhões de Euros), com vista ao desenvolvimento das infraestruturas, da agricultura, da indústria e das pequenas e médias empresas (JEUNE AFRIQUE, 2012b).

Por outro lado, em vias de passar a ser o principal doador de fundos para a África, no dia 19 de Julho de 2012, durante a V Conferência ministerial do Fórum sobre a Cooperação Sino-Africana, o presidente Hu Jin Tao anunciou ainda o aumento da ajuda ao continente, tendo mencionado entre os equipamentos a oferecer 100 escolas, 30 hospitais, 30 centros de luta contra o paludismo e 20 centros agrícolas pilotos, para além da oferta de bolsas para 18 mil estudantes e o envio de 1500 profissionais de saúde. (JEUNE AFRIQUE, 2012b), o que o Secretário-Geral das Nações Unidas – Ban Ki-Moon – considerou «um dos melhores exemplos de desenvolvimento da cooperação Sul-Sul».

Entretanto, no quadro da mesma carta cultural de intervenção das potências em África, a China desenvolve o seu *soft power* através do estabelecimento do «Instituto Confúcio», para difundir a língua e cultura chinesa, tendo o primeiro sido aberto em Nairobi, no Quênia, em Novembro de 2005, segundo o relatório que se vem citando *África é o Nosso Futuro*. Ainda segundo este documento, «em Agosto de 2010 existiam mais de 27, em 19 países africanos» (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 184). Para além deste instrumento, a China inaugurou, no dia 11 de Janeiro de 2012, no quadro do seu canal de televisão CCTV, um serviço destinado a África, a partir de um centro de produção no Quênia, difundindo, em francês e inglês, para além da língua chinesa.

Ainda assim, a China tem uma presença militar em África que «suporta e decorre da estratégia da China para África – reforço dos laços com países e organizações africanas, perdão da dívida, ajuda ao desenvolvimento e participação em operações de

¹⁹³ A principal empresa mineira da RDC é uma sociedade por ações de responsabilidade limitada (SARL).

manutenção da paz em África – para ganhar influência e garantir acesso a recursos energéticos e estratégicos. A estratégia militar assenta em três vertentes principais, nomeadamente, a venda de armas, a assessoria e capacitação de forças militares africanas e a participação em operações de paz. Com atividade em praticamente todo o continente, realçam-se os acordos económicos e militares com Angola, Sudão (onde possui cerca de 4500 homens para proteção das infraestruturas energéticas que possui na região), Zimbabwe, Congo e Egito. No âmbito do seu crescente envolvimento em operações de paz, a China participa em seis das sete operações das NU em África, com cerca de 1650 homens, entre militares e polícias, e assegurando o comando da operação MINURSO, no Sara Ocidental». (ESCORREGA, 2010.)

No entanto, apesar do esforço dirigido a África por parte do Estado chinês, nem todos entendem do mesmo modo a presença chinesa em África.

Com efeito, existem aqueles que, como o ex-presidente Moussa Traoré¹⁹⁴, afirmam que «partilhamos com os chineses os valores pela libertação dos povos e países. O Mali esteve sempre próximo da China, antes e depois da entrada da China nas Nações Unidas (...) As primeiras instalações industriais depois da independência do Mali foram construídas pela China (...). A China ajudou-nos na época para permitir-nos ter escolas, enfermarias e indústrias. (...) As teorias da ‘ameaça chinesa’ e do ‘neocolonialismo chinês’ são mentiras. (...) A cooperação com a China é direta, franca e concreta. O que conseguimos fazer com a China, nós não pudemos fazer com os outros. A China nunca se imiscuiu nos nossos problemas internos. A China respeita-nos com os nossos pontos fortes e fracos. A China não vem dar-nos lições».

Entretanto, também existem os que consideram que a China substitui o Ocidente pois os vê levar as matérias-primas e vender ao mundo produtos acabados.

De qualquer modo, é de considerar-se que contrariamente à ingerência ocidental, que encontra sempre razões endógenas para condicionar as ajudas e investimentos no continente aos seus interesses, de forma geral manifestamente egoístas, a África está a receber da China o que mais necessita – investimentos.

¹⁹⁴ *Presidente da República do Mali entre 19 de Novembro de 1968 e 26 de Março de 1991, durante a recepção ao presidente Hu Jin Tao, em 2009. Citado por (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 180).*

Sendo verdade que estes investimentos, ao não questionarem o ambiente político dos Estados africanos, tem permitido prolongar regimes menos populares¹⁹⁵, também não deixa de ser verdade que, desde uma perspectiva social, em tem sido percebido como um alívio – em condições que podem gerar sustentabilidade – ao sofrimento das populações que outros afirmam pretender libertar daqueles regimes; para além de criar naquelas um orgulho nacional e um sentimento de dignidade que podem contribuir à evolução positiva do quadro político dos países.

2.2.4. A Rússia

A relação da Rússia com a África nunca foi tão forte como a que o continente teve e continua a ter com o Ocidente, especialmente a Europa.

Com efeito, na história da Rússia pré-revolucionária somente constam dois acontecimentos que a relacionam com o continente africano, nomeadamente o apoio que prestou à Etiópia, então Abissínia, na luta pela sua soberania contra a agressão da Itália, no século XIX¹⁹⁶, e o apoio aos Boers na luta contra a Inglaterra, através de cerca de 200 voluntários russos.

Durante o período revolucionário, principalmente durante a sua primeira parte até ao mandato de Joseph Stalin, apesar de apregoar o internacionalismo proletário, pouco pode dizer-se no que tange à relação russo-africana, o que continuou até à realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, sob a liderança de Nikita Khrushchev (1894-1971).

Nesta época, o PCUS, embora defendendo, no quadro da Guerra Fria, a *coexistência pacífica* entre o mundo capitalista e o socialista, enfatizou o papel da União Soviética «na luta irreconciliável contra o colonialismo», tendo definido como um dos seus objectivo «o colapso do sistema colonial do imperialismo» (PCUS, 1956: 24-28).

¹⁹⁵ Como referiu Chris Alden (2005) «Para líderes e regimes confrontados com instabilidades domésticas, desgastes provocados pela reestruturação e a liberalização económica e pressões decorrentes da abertura democrática, a China mantém acesa a esperança de reformas que não colocam em risco os ganhos acumulados no exercício do poder».

¹⁹⁶ Para além do interesse geoestratégico da Rússia em relação à Etiópia, jogou também a favor da Etiópia a proximidade entre as igrejas ortodoxas russa e etíope.

Deste modo, a União Soviética apoiou o Egito no quadro da «crise do canal de Suez» (1956), colocando-se contra a designada «tripartida» integrada pela Inglaterra, a França e Israel; em 1961, colocou-se ao lado do Governo do Primeiro-ministro Patrice Lumumba, do então Congo Belga (depois Zaire e hoje RDC)¹⁹⁷; assim como, em geral, apoiou o movimento de libertação nacional africano, especialmente aquele que se opôs ao colonialismo português, em Angola (MPLA)¹⁹⁸, Moçambique (FRELIMO) e Guiné-Bissau (PAIGC), para além de ter correspondido ao pedido de apoio do presidente Nkrumah, do Gana, para criar as «Forças Armadas Africanas Unidas», em 1961¹⁹⁹.

Ainda no novo quadro de relações internacionais confirmado pelo XX Congresso do PCUS, a então União Soviética apoiou a realização da Conferência Afro-Asiática de Bandung, que originou o designado «Movimento dos Não-Alinhados», com a participação de Broz Tito, da então Jugoslávia, com quem a URSS então restabeleceu as relações políticas.

Depois da independência dos Estados africanos a União Soviética assinou acordos de assistência técnica e económica com 37 destes, tendo neste quadro formado em solo africano mais de 200 mil especialistas em diversas áreas do saber, assim como formou, nas suas universidades e institutos técnicos, cerca de 25 mil africanos (DEICH, 2003: 52)²⁰⁰.

O fim do sistema político da Guerra Fria, como em muitas outras matérias, alterou o modelo das relações entre a União Soviética, agora Rússia, e o continente africano, de

¹⁹⁷ Para mais sobre o tema ler, entre outros: (KI-ZERBO, 1999), (KI-ZERBO, 2006) e (M'BOKOLO, 2011).

¹⁹⁸ No caso de Angola foi particularmente importante o apoio da União Soviética ao MPLA que teve de fazer face a uma oposição interna enquadrada pelo regime do apartheid na África do Sul e pelo Governo do Zaire (RDC), com o apoio do Ocidente, a partir do ano de 1975. Comparando a política da URSS e dos EUA em África, o presidente Murtala Muhammed, da Nigéria (1976) referiu, durante a Cimeira da OUA que «We are all aware of the heroic role which the Soviet Union and other Socialist countries have played in the struggle of the African people for liberation. The Soviet Union and other Socialist countries have been our traditional suppliers of arms to resist oppression, and to fight for national liberation and human dignity. On the other hand the United States which now sheds crocodile tears over Angola has not only completely ignored the freedom fighters whom successive United States administrations branded as terrorism, she even openly supported morally and materially the fascist Portuguese Government. (WILMOT, 1980: 183–184.)

¹⁹⁹ Citado por Serguey Mazov em «A Distant front in the Cold War. The USSR in West Africa and the Congo, 1956-1964». (MAZOV, 2010: 54).

²⁰⁰ Para mais sobre a relação entre a União Soviética e África consultar, entre outros, Evgeny Tarabrin, *USSR and Countries of Africa: Friendship, Cooperation, Support for Anti-Imperialist Struggle* (Moscow: Progress Publishers, 1980).

um modo geral. Aponta-se entre as razões, o facto de durante o período anterior, as trocas comerciais entre a URSS e a África, principalmente em forma de crédito, elevando-se a um montante de 3 biliões de dólares por ano, terem deixado uma dívida de cerca de 25 biliões de dólares, dos quais 14,3 biliões pertenciam a países da África subsaariana. (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 170). Esta situação, foi aproveitada por elementos da nova liderança russa como bode expiatório para a crise que enfrentava o país (VASSILEV, 2003)²⁰¹, tendo os mesmos beneficiado do quadro para diminuir a presença diplomática da Rússia em África, encerrando 9 embaixadas e 3 consulados, a maior parte das missões comerciais, assim como 13 dos 20 centros culturais que até então tinham no continente, para além do projeto Ajaokuta, na Nigéria, concluído em cerca de 98% (DEICH, 2003: 52).

Deste modo, na década de 1990, enquanto fazia face aos seus graves problemas políticos e económicos, a Rússia esteve praticamente ausente do continente, tendo o peso do continente africano nas suas importações passado de «2,5%, em 1986, a 0,4%, em 2001» (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 170).

Atualmente, a relação entre a Rússia e a África é regulada pelo «Conceito para a Política Externa da Federação Russa», assinado pelo seu presidente, Vladimir Putin, em 12 de Fevereiro de 2013, que determina como um dos principais objetivos da política externa russa «o estabelecimento de uma cooperação internacional ampla e não discriminatória, promovendo o surgimento de redes de alianças flexíveis que transcenda os blocos», embora o país se proponha engajar mais nos quadros do G20, BRICS e G8, nesta ordem. (KREMLIN, 2013).

Deste modo, no que se refere ao continente, o documento orienta que «a Rússia ampliará a sua muito diversificada interação com os Estados africanos numa base bilateral e multilateral com vista a melhorar a política de diálogo e a promoção da cooperação comercial e económica mutuamente vantajosa, e facilitar a resolução e a prevenção de conflitos regionais e situações de crise em África» (KREMLIN, 2013).

²⁰¹ *Diretor do Instituto de Estudos Africanos da Rússia.*

Entretanto, por um lado, o facto do documento sobre a política externa da Rússia não desenvolver mais em relação ao continente, dedicando extensa análise aos acontecimentos no Médio Oriente e Norte de África; e, por outro, o facto do documento sobre a Estratégia Nacional de Segurança da Rússia até 2020 em relação a África não dizer mais do que «A situação em determinados países africanos continuará a exercer influência negativa na situação internacional» (KREMLIN, 2009), pressupõe ser a parte norte de África, a principal direção da atenção da Política Externa da Rússia para o continente.

Entrementes, é de referir-se que a Rússia, como consequência do desmoronamento da URSS, vê-se privada de alguns minerais importantes para a sua economia, principalmente o manganês (cerca de 100%), o crómio (cerca de 80%) e a bauxite (cerca de 70%) (ARKHANGELSKAYA e SHUBIN, 2013), sendo esta uma das razões que fazem com que a Rússia não abandone a África subsaariana.

Com efeito, a Rússia possui em África cerca de 30 empresas envolvidas em projetos relacionados com os recursos naturais. «As sociedades russa RENOVA e sul-africana HARMONY GOLD MINING assinaram um acordo-quadro relativo à exploração mineira nos dois países. De igual modo, foram assinados acordos entre a AL ROSA e o grupo DE BEERS. A Rússia é o primeiro fornecedor de urânio enriquecido para a central nuclear de Koeberg, a única no continente.» (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 171.)

O comércio entre a Rússia e a África pode ter alcançado os 10 biliões de dólares em 2010, representando menos de 2% do volume de negócios deste país, organiza-se através do *Comité de Coordenação para a Cooperação Económica com os países da África subsaariana* (AFROCOM), estabelecido no ano 2009 sob os auspícios da Câmara de Comércio e Indústria da Rússia, e da *Agência de Seguro ao Crédito à Exportação e Investimento*, criada no ano 2011 com o objectivo de facilitar a atividade das empresas russas em África, através da proteção do crédito à exportação de riscos empresariais e políticos (ARKHANGELSKAYA e SHUBIN, 2013).

De acordo com o boletim do Banco Africano de Desenvolvimento de Julho (2011), as principais área de cooperação da Rússia em África inclui os recursos minerais, a

energia, as infraestruturas, as telecomunicações, a pesca, a educação, a saúde, o turismo e a defesa.

De igual modo, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2007), a Rússia está presente na busca da paz e segurança no continente, assistindo tanto Estados africanos como a União Africana, assim como participando em todas as missões de manutenção de paz em África e tem treinado polícias africanos desde o ano de 2006. Por outro lado, a Rússia, segundo Ocipov (2009), no ano de 2008 participou no asseguramento à rota marítima do Oceano Índico e da Bacia de Áden.

O novo quadro de cooperação russo-africana apoia-se em 40 Embaixadas russas por diversos países africanos e 35 Embaixadas africanas representadas em Moscovo. Adicionalmente, a Rússia está representada na União Africana, na SADC, na CEDEAO, no IGAD e na EAC.

Entretanto, o intercâmbio a alto nível entre a Rússia e a África continua pobre. Com efeito, apesar do então presidente Medvedev, acompanhado de empresários do ramo da energia (petróleo e gás), ter efetuado um périplo por alguns países africanos, designadamente Angola, Egito, Namíbia e Nigéria, de que resultou entre os acordos com os países visitados, «o estabelecimento da empresa conjunta russo-nigeriana NIGAZ, dedicada à exploração de gás natural e petróleo bruto» (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 171), nos últimos 20 anos os presidentes russos somente visitaram 8 Estados africanos, designadamente Angola, Namíbia, Egito e Nigéria (Medvedev) e a África do Sul, a Argélia, o Egito, a Líbia e Marrocos (Putin).

De igual modo, refere-se o facto da não materialização dos acordos assinados, tal como descreveu o Embaixador nigeriano na Rússia, Assan Ekanem «a Rússia não cumpriu nenhum dos seis acordos assinados em Abuja durante a visita de Medvedev, em 2009» (ASSAM, 2012).

Todavia, é de destacar o reinício da cooperação militar (equipamento e formação) com países tais como a República de Angola, de importância particular para a investigação.

Síntese conclusiva

Como pôde apreciar-se, o ambiente político interno no continente, desde que os Estados que o integram alcançaram a independência, é caracterizado, por um lado, por uma permanente instabilidade político-social intraestatal e, por outro, pela falta de solidariedade entre os mesmos, assim como entre as entidades regionais estabelecidas no quadro da integração económica, o que conduziu à incorporação dos Estados em mais de uma simultaneamente.

Deste modo, pode comparar-se o comportamento político do continente ao que o estrategista norte-americano Samuel Cohen designou de «cintura fragmentada», na medida em que, manifestando-se política e economicamente fragmentada, mostra-se incapaz de conseguir uma unidade efetiva nestes dois planos, pelo que o seu alinhamento se manifesta errático, dependendo de interesses nacionais e das pressões económicas e militares de centros de poder estranhos ao continente (COHEN, 1963).

A alteração do paradigma da OUA para transformar-se em União Africana inspirada no paradigma da União Europeia, não se reflete no *modus vivendi* da Organização e, consequentemente, do continente, reconhecendo-se uma cópia na forma sem a observação do conteúdo daquela. Aliás, a raridade de estudos sobre a aplicação da experiência da União Europeia à realidade político-social do continente africano representa bem esta realidade.

De igual modo, caracteriza ainda o quadro político do continente, o facto de – apesar da instabilidade, ou talvez por causa desta – não estarem ratificados os tratados ou acordos elaborados para a materialização de um quadro de segurança comum; e de persistir a falta de fundos para a Organização continental materializar os seus objetivos políticos, designadamente no campo das Operações de Manutenção de Paz (OMP) dependendo para o efeito do financiamento externo, conduzindo-a, e ao continente, à dependência dos interesses dos financiadores. De outro modo, as próprias Forças Armadas da maior parte dos Estados africanos é pouco eficaz devido também ao pouco investimento nas mesmas, em contraste com os gastos financeiros para financiar a política interna de Estados Europeus, assim como com a fuga de capitais, através de esquemas ilícitos, em direção à Europa e paraísos fiscais sob seu controle.

Por outro lado, como também pôde apreciar-se, a realidade político-social africana e, consequentemente, o seu ambiente estratégico está completamente influenciado por entidades externas – organizações estatais e não-estatais, assim como Estados – entre as que o presente estudo destacou a União Europeia, os Estados Unidos da América, a República Francesa, a República Popular da China e a Federação Russa, pelo nível de intervenção no continente.

Neste quadro particular, papel relevante tem sido o desempenhado pela República Francesa, cuja exibição do comportamento de potência regional africana não tem contribuído, de facto, quer para a estabilidade política do continente, quer para o seu desenvolvimento social, como demonstra a realidade, especialmente, dos Estados africanos de expressão oficial francesa, cuja política interna ainda condiciona.

De igual modo, constatou-se a elevada influência dos EUA que, tendo deixado de guiar-se pela visão dos seus aliados europeus, especialmente a partir da década de 1990 iniciou uma intervenção direta que o conduziu ao estabelecimento de uma política de alcance manifestamente hegemónica como é a de impedir a outros o acesso aos recursos do continente em condições favoráveis, através da modelação (condicionamento) do comportamento, da vontade e da capacidade das nações africanas amigas e adversárias.

Por outro lado, numa perspetiva de desenvolvimento com o objectivo de elevar a condição social dos seus 1,3 biliões de cidadãos, a República Popular da China, baseada no pragmatismo da sua política externa orientada para a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, de forma exponencial elevou a sua relação com a África, apresentando-se hoje como o principal investidor, financiador e doador do continente.

O aumento da influência da República popular da China em África – assente num *soft power* diretamente materializado pelos principais dirigentes do Estado – tanto no quadro bilateral como multilateral – tendo neste último âmbito oferecido uma sumptuosa sede que enche de orgulho os Estados-membros da União Africana – ao rivalizar com os interesses hegemónicos de outras entidades nacionais, gera no espaço territorial do continente contextos estratégicos a ele alheios.

De igual modo, a evolução dos interesses da Federação Russa no continente, que apesar de pouco clarificados não deixarão de evoluir à medida que o contexto estratégico interno daquele país for mais favorável, é também um fator contribuinte ao desenho do ambiente estratégico do continente.

Assim, pode afirmar-se que o ambiente estratégico de África caracteriza-se pela instabilidade política do continente; pela influência de entidades externas que manifestam os seus interesses de forma hegemónica e que interferem diretamente no quadro político de diversos Estados; pelo aumento exponencial da intervenção chinesa no continente, em natureza como em quantidade, que é percebido pelas potências ocidentais como potencial ameaça ao seu status no continente; pelo regresso da Rússia ao continente.

Esta realidade, que condiciona o ambiente estratégico de África, condiciona de igual modo o estabelecimento, no continente, de entidades que possam erigir-se em atores político-estratégicos – tal como a região geopolítica objeto do presente estudo – uma vez que podem ser percebidas como ameaça aos interesses e posicionamento estratégico manifestados no âmbito desta análise.

Com efeito, como referiu Spykman em relação à Europa, mas que pode bem aplicar-se a África, «Se o interesse dos Estados Unidos aconselha impedir que se organize uma Europa federal, também reclama igualmente que não se permita o estabelecimento da hegemonia de um ou dois Estados sobre o continente» (SPYKMAN, 2008: 450).

Na verdade, mesmo que não constituindo uma hegemonia sobre o continente africano, o desenvolvimento da região geopolítica do Golfo da Guiné poderá debilitar consideravelmente a influência das entidades externas referidas no quadro da análise, ao elevar o grau de autoridade da região na política continental.

Por outro lado, o enquadramento da perspectiva de paz e segurança definida como pilar para o desenvolvimento integrado da região objeto de estudo, está condicionado, quer pelo ambiente de paz e segurança do continente, atrás estabelecido, como pelo facto da Organização continental não estar em condições de financiar a sua política, tendo de recorrer ao financiamento externo para o efeito.

**IV PARTE – O GOLFO DA GUINÉ: CONJUNTURA GEOPOLÍTICA E
GEOESTRATÉGICA**

Para definir a posição estratégica de Angola na região é necessário conhecer os limites da região geopolítica do Golfo da Guiné (RGG), assim como determinar o seu quadro geopolítico e geoestratégico pois é aquele que mais diretamente a condiciona.

A esta tarefa entrega-se esta parte da investigação que, para além de identificar os condicionalismos à materialização do papel da CGG, referida como elemento agregador da região; caracteriza o seu cenário estratégico, para reconhecer os atores e interesses, particularmente os que se manifestam sob a forma de conflito; determina os fatores geopolíticos e geoestratégicos que caracterizam a região, nomeadamente as suas potencialidades e vulnerabilidades, assim como as ameaças que diretamente sobre ela pendem.

A investigação decidiu adotar o método morfológico (Cohen, 1968; IAM, 1988)²⁰² para proceder à análise do quadro geopolítico da região, assumindo a importância da sua organização e estrutura em detrimento do valor intrínseco das suas unidades fora do conjunto, naturalmente com exceção da República de Angola, sujeito no quadro da investigação.

²⁰² *Em Geopolítica, o método morfológico estuda a unidade política (espaço geopolítico) como um todo, baseado nas características estruturais, designadamente a sua posição relativa, a dimensão e configuração, assim como características demográficas, entre outras.*

CAPÍTULO 3 - O GOLFO DA GUINÉ GEOPOLÍTICO

A região do golfo da Guiné, na perspectiva da geopolítica, é o «espaço», o campo de investigação do presente estudo, aquele em que se projeta uma intenção política – o desenvolvimento em paz e segurança.

Entretanto, sendo a geografia um elemento central para a geopolítica, a análise deve reconhecer que, no que se refere à região denominada Golfo da Guiné, existem teorias diversas, o que desde já põe em causa o campo de análise da presente investigação.

Com efeito, para a Geografia um golfo é uma grande e acentuada reentrância marinha na costa com uma abertura (ou boca) bastante grande, distinguindo-se de uma baía pelo facto de, geralmente, esta ser de dimensões menores e com uma boca mais fechada para o mar. Deste modo, o Glossário Geológico (2001) define o Golfo da Guiné como «uma grande reentrância na costa ocidental de África, na parte Sul do Oceano Atlântico, naquilo que os europeus denominaram: Baixa Guiné».

Neste quadro, a Organização Hidrográfica Internacional (OHI) localiza o Golfo da Guiné na região entre o Cabo das Palmas, na Libéria, e o Cabo Lopez, na República Gabonesa.

De igual modo, a *Encyclopaedia Britannica* define o Golfo da Guiné como sendo «a parte oriental do Oceano Atlântico e da costa Africana que se estende do Cabo Lopez, perto do Equador até ao Cabo das Palmas, numa longitude de 7° Oeste, e de entre os seus maiores tributários estão incluídos os rios Volta e Níger. A costa marítima do golfo da Guiné faz parte do extremo ocidental das placas tectónicas africanas e corresponde à margem continental da América do Sul que inicia no Brasil até às Guianas. A coincidência entre a geologia e a geomorfologia destas duas costas marítimas constituem a mais óbvia confirmação das teorias que defendem a separação dos continentes». (*Encyclopaedia Britannica*, 2011.)

Contudo, existem diversas outras definições para o mesmo quadro geográfico, sendo as mais divulgadas a que refere à «corrente quente do Golfo» e a que utiliza como referência a posse de recursos energéticos (petróleo e gás).

A primeira teoria, sobre a «corrente do Golfo», define o Golfo da Guiné como a parte da costa ocidental da África limitada a Norte pelo rio Senegal (Norte do Senegal) e a Sul pelo rio Zaire/Congo (Norte de Angola), considerando que o primeiro separa a «corrente quente do Golfo» da «corrente fria das Ilhas Canárias» e o segundo separa-a da «corrente fria de Benguela».

Regista a História que durante a época dos Descobrimentos, a corrente quente que acompanha a costa africana do norte ao sul e entra no Golfo, foi utilizada na rota atlântica da Índia a Lisboa, que também empregava a corrente de Bengala, que se distancia às vezes da costa africana onde é substituída pela corrente quente do Golfo da Guiné (MACHADO *e al.*, 2011).

Assente nesta perspectiva, estes autores definem o golfo da Guiné como sendo a região limitada a Norte pelo rio Senegal, na fronteira entre o Senegal e a Mauritânia, e a Sul pelo rio Zaire (Congo), na província de Cabinda, território da República de Angola.

Quanto à segunda teoria, baseada na perspectiva dos recursos energéticos, situa o Golfo da Guiné na parte da costa ocidental da África que vai desde a República Federal da Nigéria até à República de Angola. Esta é a região africana da costa atlântica em que se encontram os principais blocos petrolíferos conhecidos.



- Perspectiva da corrente quente do Golfo □ Perspectiva estrita (geográfica/geológica)
□ Perspectiva dos recursos energéticos

Figura 21 – Três perspectivas do Golfo da Guiné geográfico²⁰³

É possível apreciar que não existe no quadro da Geografia uma definição única para a região do Golfo da Guiné. De igual modo, as definições apresentadas não refletem a intencionalidade política manifestada pelos Estados da região ao assinarem o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, pelo que não pode o campo de análise do presente estudo ser encontrado naquelas, mas sim na Geopolítica. Com efeito, como atrás observado, a Geopolítica permite «o uso da geografia pela intencionalidade política» (NOGUEIRA, 2011: 131).

É ainda importante observar que a Geografia Política, que eventualmente poderia ser convocada à hora de tratar da fixação dos limites da região do Golfo da Guiné, considerando a intencionalidade política que supôs a assinatura do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, não é adequada. Pois, como afirmou Ratzel (1897), «Em primeiro lugar, felizmente, a Geografia Política nada tem que ver com o futuro. A sua missão

²⁰³ Fonte: «Elementos de Geopolítica e Geoestratégia», (VERÍSSIMO, 2013: 150).

consiste em determinar e descrever as realidades telúricas que se encontram na base das manifestações políticas e económicas, seguindo a descrição da sua magnitude, situação e formas. A relação que tais conhecimentos têm com as deduções dos que os pretendem aplicar ao futuro consiste em proporcionar-lhes uma base firme e apresentar-lhes com a maior exatidão possível o quadro da evolução que até agora ocorreu» (RATZEL, 1987: 506).

Tal justifica o anteriormente referido sobre a impossibilidade de realizar uma análise integradora, que abarque o futuro das manifestações políticas, económicas e sociais no território que constitui a região do Golfo da Guiné, principalmente com interesse político, no quadro da Geografia Política.

No entanto, coloca-se de imediato uma questão: como definir, no quadro da geopolítica, a região do Golfo da Guiné, quando, como atrás verificado, são raros os estudos relativos à configuração geopolítica do continente africano?

1. A Configuração geopolítica de África

O facto de os Estados Africanos, hoje independentes, para além da soberania nacional individual, encontrarem-se enquadrados em alguma forma de arquitetura geopolítica (organizações sub-regionais de carácter diverso) para colectivamente fazerem face às adversidades que ultrapassam as fronteiras do continente e, especialmente, a questão da segurança dos Estados, cada vez mais encarada como um fenómeno global, tornando-os interdependentes, contribui para o aumento da importância do continente como ator geopolítico.

De igual modo, a condição do novo sistema político internacional, que substituiu o da Guerra Fria, não ter trazido para a humanidade uma situação de paz, tornando-o pelo contrário, mais instável e imprevisível e, principalmente, com perigos e problemas de complexidade crescente e interdependentes, designadamente o terrorismo internacional e a criminalidade organizada; a corrida armamentista, agora com a participação de novos atores; a pirataria e a espionagem aos sistemas de informação e comunicação, conduzidas por Estados; impõem novos desafios ao mundo e particularmente ao continente africano, oferecendo-lhe também oportunidades para, através do desenvolvimento integrado, reforçar a sua posição no quadro geopolítico global.

África encara o seu desenvolvimento global através da integração económica sub-regional, num ambiente, como atrás referido, em que o seu contexto estratégico é moldado por interesses externos e, também, em que as CER, baseadas na perspectiva geográfica do continente, chocam com a sua perspectiva geopolítica, conduzindo a maior parte dos Estados africanos a integrar mais do que uma.

Efetivamente, a apreciação dos fatores geográficos, socioculturais e políticos na vida e evolução dos Estados africanos, assim como as relações entre eles, para além de permitir concluir que não se pode olhar para o continente africano como uma entidade geopolítica única, conduz ainda à conclusão de que não se pode equiparar as atuais Comunidades Económicas Regionais à divisão geopolítica do continente.

A região geopolítica, como definiu Samuel Cohen (2003: 33), «(...) corresponde a uma parte da superfície terrestre com contiguidade de localização e complementaridade de recursos, onde existe determinado tipo ou tipos comuns de comportamento político e bases sólidas para a ação política e económica comum».

Deste modo, como refere o mesmo autor, «A região geopolítica exprime a unidade de características geográficas» (COHEN, 1963: 62), sendo «(...) compostas por configurações e características. A *configuração* está relacionada com o formato, o tamanho e as características geográficas físicas/humanas da unidade geopolítica, e a malha que os une, e isso distingue a unidade geopolítica de outras unidades. Por sua vez, as *características* são os nós político-geográficos, as áreas comuns, as fronteiras, que contribuem à exclusividade da unidade e influenciam a sua coesão e outros processos da sua efetividade estrutural²⁰⁴» (COHEN, 2003: 33).

Este quadro de análise, relacionado com o atrás desenvolvido no âmbito da apreciação da Teoria Geopolítica em relação a África, assim como a consideração da Teoria Geral da Geopolítica, conduz à observação de que, sem ser possível a fixação de fronteiras

²⁰⁴ (COHEN, 2003: 33) «Geopolitical structures are composed of geopolitical patterns and features. 'Pattern' refers to the shape, size, and physical/human geographical characteristics of the geopolitical units, and the networks that tie them together, and these distinguish geopolitical units from others units. "Features" are the political-geographical nodes, areas, and boundaries that contribute to the unit's uniqueness and influence its cohesiveness and others measures of its structural effectiveness.»

estáticas, como é natural na definição de entidades geopolíticas, pode considerar-se o continente africano como integrando pelo menos, as seguintes regiões geopolíticas: o *Midland Ocean* Africano; a Cintura Fragmentada Africana; a África Saariana; o *Heartland* Africano; o *Rimland* Africano; o Cone Austral; e o Golfo da Guiné; apresentadas na Figura 22²⁰⁵.

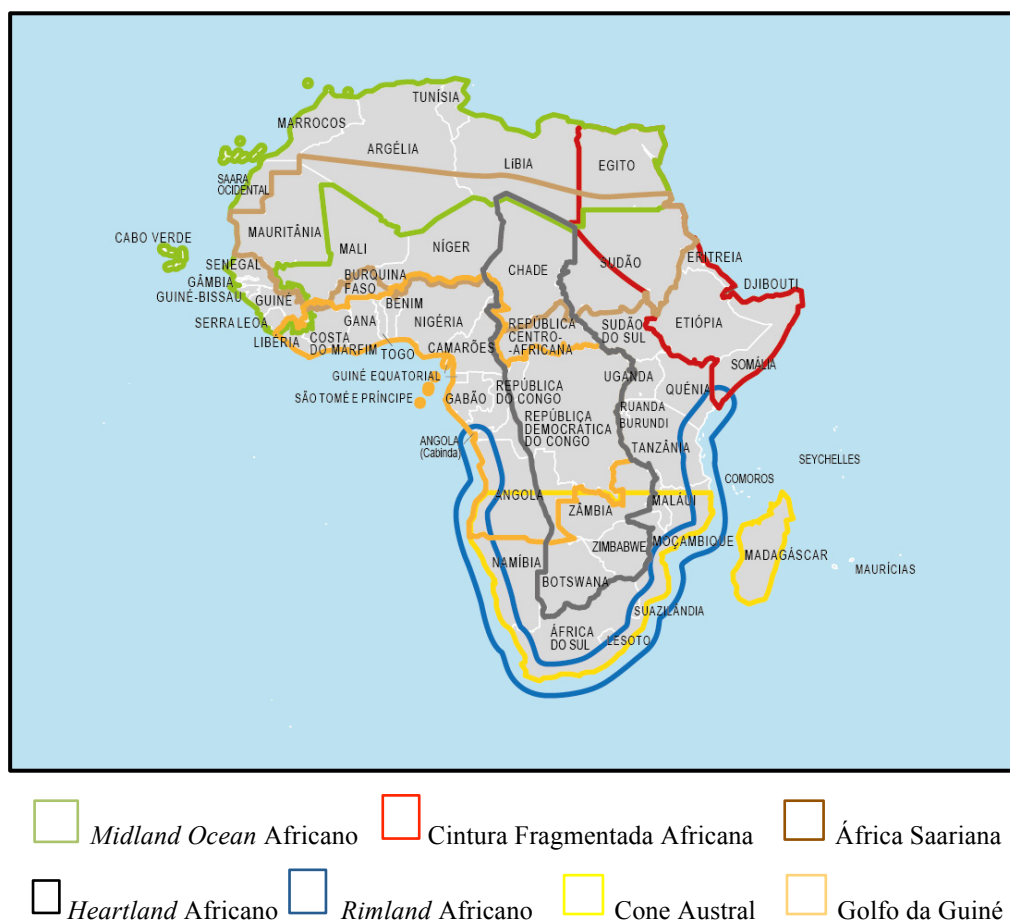


Figura 22 – Configuração geopolítica do continente africano²⁰⁶

2. A região do Golfo da Guiné

Esta região geopolítica assume a designação daquilo que corresponde ao seu maior espaço geográfico, o golfo da Guiné.

Com efeito, na época pré-colonial, a parte Norte desta região constituiu-se numa plataforma migratória que influenciou a formação de vários reinos, designadamente o

²⁰⁵ Para mais sobre o assunto, ver: G. Veríssimo em *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*, 2013.

²⁰⁶ Fonte: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia* (VERÍSSIMO, 2013: 145).

Império do Gana, que no seu apogeu estendeu-se desde o Atlântico à cidade Tombuktu (atual Mali), entre o norte das curvas divergentes do Senegal e o Níger, ao sul, e o Saara, na fronteira norte; o reino do Benim, que tinha como limites ocidentais a Baía de Lagos, a norte e nordeste a densa cintura florestal, e a sul o Atlântico; o reino Daomé, ocupando a região entre Cufo e o rio Uemé, e entre os rios Níger e Volta; o reino do Congo, que no seu apogeu estendia-se do Baixo Congo, a norte, até ao rio Kwanza, a sul, e da costa atlântica até ao rio Cuango, a leste (do sul da atual República Gabonesa ao norte do Rio Kwanza, na atual República de Angola), o reino Luba e o império Lunda, que na sua época áurea integrou regiões do atual sul e sudeste da atual República Democrática do Congo e Leste da República de Angola, etc. (ALMEIDA, 2004: 29–37).

A população, que geograficamente partilha um mesmo mar e está essencialmente concentrada no litoral, partilha também um conjunto de recursos naturais entre os quais se destacam o petróleo e o gás. De igual modo, a região partilha a vivência de uma história colonial comum, porque igualmente ocupada por potências europeias, designadamente a França, a Inglaterra e Portugal, assim como um processo histórico pós-colonial similar ou partilhado²⁰⁷.

Esta região caracteriza-se morfologicamente por ser um território fértil, com grandes potencialidades agrícolas e propício à fixação de populações humanas. A Norte do Equador, é maioritariamente composta por savanas, onde se pode fazer agricultura na época das chuvas e a sul o território é caracterizado por vastas áreas de grande potencial agrícola durante todo o ano, o que assegura a complementaridade de recursos.

É habitada quase exclusivamente por povos do grupo linguístico níger-congolês, especialmente o Bantu, que a Figura 23 representa com a cor verde²⁰⁸.

²⁰⁷ *No quadro da Organização da Unidade Africana (OUA), como Estado independente ou apoiante da luta pela independência de outros povos.*

²⁰⁸ *Para mais elementos consultar (SHILLINGTON, 1995.)*

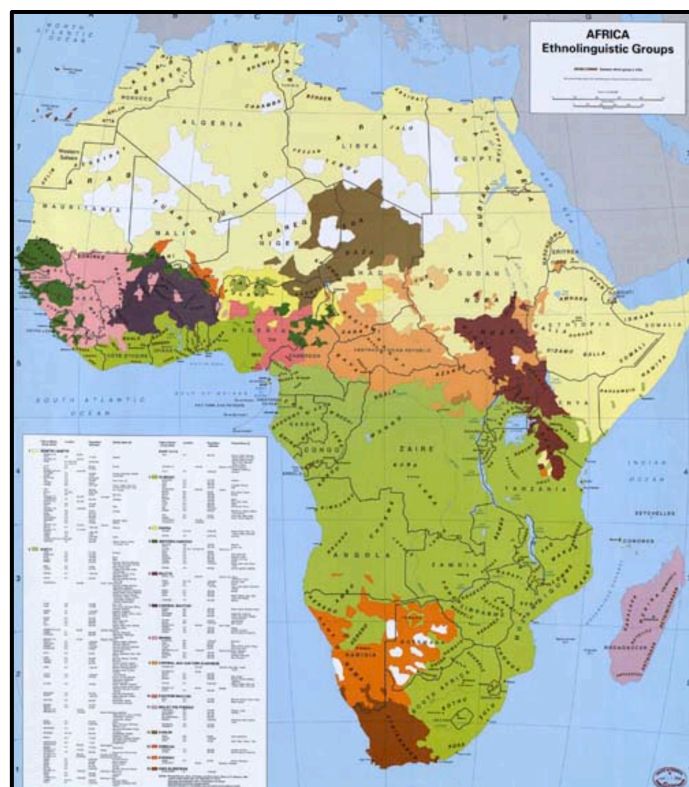


Figura 23 – Grupos etno-linguísticos africanos²⁰⁹

Deste modo, entre outros, os fatores materiais atrás referenciados corporizam um racional propício ao estabelecimento de uma região geopolítica. Do mesmo modo, a existência de uma identidade cultural entre os povos que habitam a região constitui um elemento afectivo que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade regional, porque facilitador da formação da vontade das suas elites para um processo de coabitação, e até mesmo de integração. Apesar de divididos durante o período colonial entre o Reino Unido, a França e Portugal, manteve-se a identidade cultural dos povos que habitam a região.

Assim, a observação das considerações geográficas e geológicas referidas ao abordar-se o conceito geográfico do Golfo da Guiné, em conjugação com os resultados da apreciação dos nós político-sociais representados pelas interações política e cultural, pelos traços históricos comuns gerados pela migração dos povos, pela partilha do passado histórico pré-colonial, pela partilha do mar como elemento cultural e de ligação, permitem identificar como entidade geopolítica particular a região entre o Cabo

²⁰⁹ Fonte: *World Fact Book*. A verde o grupo etno-linguístico Bantu.

das Palmas, na Libéria, e a Foz do rio Cunene, na República de Angola. (VERÍSSIMO, 2013: 152.)

Deste modo, assumindo o quadro atrás referido como elemento da sua efetividade estrutural, o presente estudo considerou a região geopolítica do Golfo da Guiné, formada pelas repúblicas da Libéria, da Costa do Marfim, do Gana, do Togo, do Benim, da Nigéria, dos Camarões, da Guiné Equatorial, do Gabão, de S. Tomé e Príncipe, do Congo, do Congo Democrático e de Angola.

Considerou-se ainda que, o facto de os Estados da região encontrarem-se, no quadro do processo de integração conduzido pela União Africana, vinculados a Comunidades Económicas Regionais distintas, designadamente a CEDEAO, a CEEAC e a SADC, não os impede de materializar uma região geopolítica, como o provou a assinatura do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné (2001)²¹⁰, e a Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, que contribuem de forma significativa para a diferenciação da região como entidade geopolítica e refletem o seu amadurecimento «(...) através de etapas sucessivas desde a atomização/indiferenciação, à diferenciação, especialização e, finalmente, a integração especializada» (COHEN, 2003: 33).

3. A contextualização da região

A Região do Golfo da Guiné está situada na costa ocidental de África, limitada a Oeste pelo *Rimland* Africano; a Norte pelas regiões geopolíticas África do *Midland Ocean* e África Saariana; a Leste pelo *Heartland* Africano, que ocupa uma parte importante do seu território; e a Sul pelo Cone Austral.

Na perspectiva de Samuel Cohen (1906-1991), ela corresponde a uma «cintura fragmentada», pois comporta-se como uma área política e economicamente fragmentada, parecendo incapaz de conseguir uma unidade efetiva nestes dois planos. O seu alinhamento pode considerar-se errático, porque depende de interesses nacionais e das pressões económicas e militares de centros de poder estranhos à área (COHEN,

²¹⁰ Angola, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe. O Congo Democrático e os Camarões integraram-se à Organização no ano 2008.

1964)²¹¹. Com efeito, ainda na perspectiva de Cohen, para além das características atrás referidas, comanda uma importante área marítima de 6300 Km, e possui importante riqueza agrícola e mineral, sendo portanto, vital para o mundo euro-asiático, que aquele autor designou Mundo Dependente do Comércio Marítimo (MDCM).

Entre outras, as relações históricas que geram valores e perspectivas comuns aos países do Golfo da Guiné – alguns dos quais constituíam partes das mesmas nações artificialmente divididas pela Conferência de Berlim (1884-1885) – e que desde há muito os impelem à cooperação, poderia facilitar a formação da vontade das suas elites para um processo de integração. Porém, a herança estrutural da História colonial do continente, que através de modelos diferentes de governação gerou elites nacionais com diferentes sentidos de afinidades políticas, e o contexto do SPI em que foram criados os Estados africanos, que gerou o estabelecimento de relações diferentes; influencia negativamente a harmonia da região, alimentando os atuais conflitos entre os países que aí se localizam.

Neste quadro, o ambiente gerado pelas relações entre as elites governativas do Estados da RGG impediu que a Nigéria, ou o Gabão, conseguissem o estabelecimento de uma organização regional num processo que lideraram desde a década de 1990.

Segundo o camaronês Damien Awoumow (2005), o Gabão, apesar da influência política e diplomática que exerceu na região, ao longo do mandato do presidente Omar Bongo, viu-se «desqualificado por não aderir ao projeto de integração regional da África Central. Ele prefere antes de tudo a cooperação bilateral e, toda a sua ação diplomática visa assegurar que o processo em curso na sub-região não ultrapasse a fase de cooperação. Isso explica, por exemplo, os sistemáticos entraves colocados às iniciativas comunitárias tais como a livre circulação, o direito de estabelecimento e o financiamento da UDEAC/CEMAC».

De igual modo a Nigéria, segundo o mesmo autor, mesmo que dotada de uma elevada importância regional pelo peso da sua demografia e poder económico, tem dificuldade

²¹¹ *Os diferendos inter-estatais na sub-região manifestam esta realidade. Por exemplo as disputas entre a Nigéria e os Camarões, entre o Gabão e a Guiné Equatorial, entre a RDC e Angola e entre a Nigéria e S. Tomé e Príncipe, para referir alguns.*

em liderar um processo de integração sub-regional devido «ao carácter deplorável da sua imagem de marca: sucessão de golpes de Estado, expansão do islamismo, corrupção endémica, percepção de que é um país de grandes mafias e lavagem de dinheiro, tráfico de estupefacientes e regionalismo».

4. A Comissão do Golfo da Guiné

Tendo-se optado pelo método morfológico de estudo da situação, utilizado pela Geopolítica, para apreciar a região, a investigação, em vez de examinar o valor individual de cada Estado, faz o estudo do conjunto, assumindo que um projeto de integração regional constitui «um instrumento de reforço do poder de barganha internacional» (CERVO e BUENO, 2008).

Deste modo, apreciou a Comissão do Golfo da Guiné, entidade que reúne 8 dos 13 Estados da região. Estão em vias de adesão alguns dos Estados que ainda não a integram, designadamente a Costa do Marfim, o Gana e a Libéria.

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi instituída pelo Tratado com o mesmo nome, assinado em 3 de Julho do ano 2001, pelos chefes de Estado de Angola, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, Nigéria e S. Tomé e Príncipe.

O Tratado da Comissão do Golfo da Guiné que se estabelece como um fórum de cooperação entre os Estados signatários, propôs-se alcançar, entre outros, os seguintes objetivos primários: «Promover a concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar o desenvolvimento económico dos Estados membros e o bem-estar dos seus povos»; «Promover a cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e a União Africana, para contribuir para o desenvolvimento do Continente»; «harmonizar as respectivas políticas dos Estados-membros nos assuntos de interesse comum, nomeadamente em matéria de recursos naturais» (CGG, 2001: Art.º 3 c, d, e).

De igual modo, o Tratado estabeleceu ainda os objetivos de buscar esferas de interesse comum na área geográfica do Golfo, designadamente nos domínios «da promoção económica e da integração do Golfo»; e da «definição de políticas comuns no domínio da paz e segurança» (CGG, 2001: Art.º 5).

Contudo, o estabelecimento da CGG manifestou o antes aludido estado de desagregação da região. Com efeito, somente 7 anos depois da assinatura do Tratado, no ano 2008, países tão importantes para a região como a RDC e os Camarões a ela aderiram.



Figura 24 – A região geopolítica do Golfo da Guiné²¹²

Talvez a visão de Awoumow explique por que somente no ano de 2001 fosse assinado o Tratado constituinte da Comissão do Golfo da Guiné, apesar de, em 19 de Novembro de 1999, sob a égide do Gabão e da Nigéria, os seis países atrás referidos o tivessem anunciado. Porém, não explica por que, apesar da assinatura do seu Tratado constitutivo (2001), a CGG não se estabeleceu de facto até ao ano de 2006, coincidindo com um maior compromisso da República de Angola que, tendo alcançado a paz, ofereceu o seu território para sede da Organização e assumiu as despesas de instalação e do primeiro ano de funcionamento. Neste ano foi finalmente constituído/eleito o seu órgão executivo (Secretariado), integrado por S. Tomé e Príncipe (Secretário Executivo), a Nigéria (Secretário Executivo-Adjunto para as Questões Políticas), a Guiné Equatorial (Secretário Executivo-Adjunto para as questões de Recursos Naturais e Ambiente), o Gabão (Diretor Administrativo) e o Congo-Brazzaville (Diretor Financeiro).

²¹² Fonte: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*, (VERÍSSIMO, 2013: 152).

Contudo, a entrada em funcionamento do Secretariado Executivo da CGG não garantiu o arranque e funcionamento regular das suas estruturas devido à atitude pouco comprometida de alguns dos seus Estados-membros e à manifesta falta de dinamismo e criatividade do Secretariado Executivo. A substituição do Secretário Executivo indicado pela Cimeira de Chefes de Estado de Agosto de 2006 (Carlos Bragança), por um outro nacional do mesmo país (Miguel Trovoadá), em Novembro do ano 2008, nada contribuiu para a alteração da situação.

O comportamento atomizado da região revelado pela indiferença com que alguns dos seus Estados encaram a CGG, embora se esforcem por disfarçá-la, manifesta-se através de preocupações quase exclusivamente baseadas no interesse nacional. Esta situação só foi interrompida, de alguma forma, durante a presidência da organização pela República de Angola, com a realização da Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, de 27 a 29 de Novembro de 2012.

O ambiente de lassidão evidenciado pela assinatura do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, dois anos depois do seu anúncio; pela entrada em funcionamento do mesmo, 5 anos depois desta; e a adesão de dois países importantes para a região – a República dos Camarões e a República Democrática do Congo – somente sete anos depois; prevalece na atualidade. Com efeito, ele manifesta-se agora especialmente através do atraso nas contribuições financeiras regulares e na resistência passiva à materialização das decisões tomadas pelas Cimeiras de Chefes de Estado.

Deste modo, no quadro atual, o maior desafio endógeno ao desenvolvimento da CGG como entidade agregadora da RGG e, conseqüentemente, ao alinhamento coerente da região, é a percepção partilhada sobre as suas vantagens potenciais, com base nos interesses da região aceites como comuns. Isto deve acontecer principalmente entre a elite governativa dos Estados aí localizados.

Com efeito, alguma elite política da RGG, que desde o início teve dificuldade em aceitar o estabelecimento da CGG, tendo num primeiro momento optado por enfatizar os «pecados» dos seus pais fundadores – a República Gabonesa e a República Federal da Nigéria – como atrás os referiu Awoumow (2005), posteriormente passou a procurar apresentá-la como desnecessária, por, no seu entender, corresponder a uma repetição

das Comunidades Económicas Regionais estabelecidas no quadro da OUA/UA, em que já estão integrados os Estados-membros da CGG. Contudo, como referiu o Presidente José Eduardo dos Santos durante a recentemente realizada Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CGG, «Não menos importante para a consolidação da Comissão do Golfo da Guiné foi, sem dúvida, a Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança, realizada há menos de um ano, com vista a contribuir para a transformação da nossa sub-região em zona de paz e segurança, cujas reflexões e conclusões sobre o estado de segurança marítima e ambiental contribuíram sobremaneira para o enriquecimento da Conferência da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), que decorreu em Janeiro deste ano na cidade de Montevideo, capital do Uruguai, na América Latina».

Entretanto, considerou-se também necessário sensibilizar sobre a diferença entre a vocação da CGG, um fórum de cooperação entre os seus Estados-membros para a harmonização de políticas nos assuntos de interesse comum, nomeadamente em matéria de recursos naturais e no domínio da paz e segurança como condição para o desenvolvimento harmonioso da RGG e a das CER, que é a integração económica regional. Esta questão, dada a sua importância, foi amplamente debatida no enquadramento teórico desta investigação.

De igual modo julgou-se necessário desenvolver esforços para o alargamento da CGG a todos os Estados da região²¹³, elucidando sobre a virtude dela poder constituir-se em ponte de ligação entre as CER que aí confluem (CEDEAO, CEEAC e SADC). Por exemplo, pode ser instrumental no que se refere ao estabelecimento de entidades conjuntas para fazer face ao aumento da insegurança no espaço marítimo comum, no quadro de uma estratégia própria da região que reconheça os avanços obtidos em cada uma das CER.

Neste quadro, pensa o atual presidente em exercício da CGG, o Presidente da Guiné Equatorial, Obiang Nguema, que «trabalhando juntos com um verdadeiro espírito de compromisso, de solidariedade, de cooperação e de integração regional, podemos, sem

²¹³ Para além dos 8 Estados que integram a CGG, a região é ainda formada pelo Benim, o Togo, o Gana, a Costa de Marfim e a Libéria. O Gana e a Libéria já manifestaram o interesse em integrar a CGG, tendo o Gana enviado um vice-ministro para participar na Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné.

dúvida alguma, superar conjuntamente os desafios encontrados até ao momento (...) (NGUEMA, 2013), pois a «a Comissão do Golfo da Guiné pode (...) desenvolver a sua ação no sentido de contribuir para a harmonização da atuação da SADC e da CEEAC, de modo a otimizar os recursos e a alcançar melhores resultados» (SANTOS, 2013b).

Síntese conclusiva

A análise desenvolvida permitiu concluir que a região continua a manifestar um comportamento de *cintura fragmentada*, apesar do estabelecimento da CGG.

Com efeito, alguns dos seus Estados-membros manifestam uma atitude pouco comprometida com a organização, o que é reforçado pela falta de dinamismo e criatividade do seu Secretariado Executivo.

A CGG pode constituir-se numa ponte entre as CER que confluem na região, designadamente, a CEDEAO, a CEEAC e a SADC.

De igual modo, a Comissão do Golfo da Guiné pode constituir-se num instrumento do que Sousa Lara (2014) designou como *Engenharia Geopolítica*.

CAPÍTULO 4 - O CENÁRIO GEOESTRATÉGICO DA REGIÃO

1. A conjuntura geoestratégica

A conjuntura estratégica atual, dominada pela instabilidade no Médio Oriente²¹⁴, que gera incertezas em relação à exploração dos recursos energéticos daquela região, faz com que «qualquer jazida petrolífera, ainda que secundária, se torne mais importante do que no passado» (SÉBILLE-LOPEZ, 2006: 12).

Neste contexto enquadra-se a súbita importância que granjeou a região do Golfo da Guiné, com a sua reserva de petróleo e de gás²¹⁵. Na sábia expressão do Professor Adriano Moreira, a região ganhou «poder funcional».

O quadro estratégico gerado pela corrida ao controle das fontes de recursos energéticos conduziu os EUA, no ano 2002, a declarar a região do Golfo da Guiné «zona de interesse vital» e no ano de 2008 a estabelecer o seu Comando Militar para África – AFRICOM – como atrás foi referido, para «modelar o comportamento, a vontade e a capacidade de outras nações amigas e adversárias (...) para além de proteger o acesso aos hidrocarbonetos e outros recursos estratégicos que a África possui em abundância (...) uma tarefa que inclui garantir contra a vulnerabilidade de tais recursos naturais e garantir que nenhuma outra terceira parte, como sendo a China, a Índia, o Japão ou a Rússia, obtenha o monopólio ou atenção preferencial» (PHAM, 2007).

Deste modo, pode considerar-se que o atual ambiente estratégico da região tende a ser moldado pelo quadro daquela perspectiva norte-americana, condicionando os objetivos de outros atores externos cujos interesses também se materializam na região, e os interesses dos próprios países da região que não se enquadram nos seus.

²¹⁴ Nesta região somente três países, nomeadamente, o Irão, o Iraque e a Arábia Saudita, são detentores de cerca de 43 por cento, das reservas mundiais de petróleo.

²¹⁵ Mesmo que apareça quem atualmente comece a pôr em causa esta afirmação, devido à exploração, cada vez maior do gás de xisto pelos EUA e o Canadá, a verdade é que quem explora o petróleo na região continua a ser maioritariamente empresas de origem norte-americana e europeias. De igual modo o que se refere à refinação deste produto. Por outro lado, os EUA não pode prescindir do mar da região, no quadro da sua estratégia de potência naval, materializar o objetivo político de «comando dos espaços comuns» (POSEN, 2003).

No que tange aos outros interesses externos que se materializam e condicionam o ambiente geoestratégico da região, destacam-se os da França. Este país age na região como poder político, económico e militar, sendo o «responsável» pela moeda da maior parte dos seus países, através do Franco CFA. Este comportamento de potência regional que a França assume, apresenta-se em conflito tanto com os interesses de independência que se manifestam nos países da região, como com os interesses especialmente norte-americanos, chineses, brasileiros, japoneses e indianos. Contudo, a sua influência sobre parte importante das elites da região conduz a que, por exemplo, sem que formalmente esteja respaldada, ela esteja presente, através de conselheiros no órgão executivo da CEEAC.

Considera-se também condicionante do ambiente geoestratégico da região, os interesses da República Popular da China, cuja presença física vem aumentando, como visto na III Parte desta investigação. A Índia, o Brasil e o Japão manifestam os seus interesses principalmente pela obtenção do petróleo, uma relação que tende a aumentar no futuro próximo.

De igual modo, a caracterização do ambiente estratégico da região do Golfo da Guiné, observa o desafio que representa para os países que a integram, a extensão das suas Plataformas Continentais, por um lado, porque contrapõe interesses nacionais, por outro, porque colide com interesses de atores externos.

Neste âmbito, os últimos «(...) esforçam-se por provocar alterações do Direito Internacional compatíveis com as suas aspirações (...); preconizam normas legais internacionais que impõem as mesmas condições a todos os países. E, como dispõem de superioridade científica, tecnológica e financeira, têm condições para afirmar a teoria da capacidade de exploração efetiva dos fundos marinhos, o que questiona todas as outras teorias invocadas pelas pequenas potências para estabelecerem novas fronteiras marítimas» (RIBEIRO, 2008).

A conjuntura estratégica interna da região caracteriza-se ainda: pela elevada instabilidade na relação entre os grupos sociais, o que se manifesta através de conflitos étnicos e religiosos na Nigéria, sendo latente na maior parte dos países; pelo potencial conflito fronteiriço entre os Estados, principalmente no mar contíguo, pela indefinição

das plataformas continentais; pela elevada imigração não regulada, facilitada pela diferença de legislação entre os países e as CER que confluem na região; pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano acompanhado de um elevado crescimento demográfico; pela elevada corrupção social e a inadequada valorização do capital humano; e pela fraca capacidade organizativa e operacional das Forças Armadas e de segurança da maior parte dos Estados.

Apesar da dificuldade de coesão interna da região, a materialização da intenção de definição de políticas comuns no domínio da paz e segurança da região como condição para o seu desenvolvimento, conduziu à decisão de a transformar em «Zona de Paz e Segurança»²¹⁶.

Neste quadro, quebrando o estado de estagnação em que se encontrava a organização, realizou-se a Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné, de 27 a 29 de Novembro de 2012.

A Conferência de Luanda, com a participação dos Estados membros da CGG (com exceção da República dos Camarões), dos Estados membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (à exceção da França e Inglaterra), da ONU, da União Africana, da CEDEAO, da CEEAC, da Organização Mundial das Migrações, da Organização Marítima Internacional, da República do Gana e do Brasil, entre outros, adotou a Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné (em Anexo 3).

Aquela, ultrapassando o quadro redutor em que normalmente se abordava a segurança da região, reduzindo-a à necessidade de fazer face à questão da pirataria e do roubo à mão armada no mar, tratou-a de forma holística.

Com efeito, o foco exclusivo nas ameaças que se manifestam no mar, permite, por um lado, que outros conflitos se desenvolvam sem a devida atenção, no interior da região e, por outro, que se gere um sentido de necessidade imediata de busca de soluções externas ante a incapacidade técnica, tecnológica, organizativa e financeira da maior

²¹⁶ 25 de Novembro de 2008, II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CGG (Luanda).

parte dos países da região para fazer face ao fenómeno. Isto favorece mais os interesses externos que se pretendem instalar na região, e que buscam o seu beneplácito, do que os genuínos interesses dos seus países.

No quadro da segurança da região, a Conferência de Luanda refletiu sobre:

- i.* A necessidade de promover um quadro legal internacional contra a compra de petróleo bruto roubado e desenvolver legislação nacional que garanta a responsabilização criminal dos responsáveis por esses atos ilegais;
- ii.* A questão da proliferação e tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre e do asseguramento da implementação dos acordos e outros mecanismos já existentes.
- iii.* A necessidade de promoção de políticas concertadas de migração, assim como medidas que encorajem a imigração legal, que garanta os direitos dos migrantes e a segurança dos Estados, intensificando a luta contra a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo internacional.
- iv.* A necessidade de promover a participação efetiva da sociedade civil no fortalecimento da democracia e da boa governação dos Estados da região, como condição para a consecução e a manutenção da paz e segurança nos países da região.
- v.* A necessidade de desenvolver e implementar uma estratégia (de longo prazo) integrada de paz, segurança e desenvolvimento na região do Golfo da Guiné, tanto no mar como em terra, a nível sub-regional da CEEAC, CEDEAO e CGG, em estreita colaboração com a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e as Nações Unidas.

A Declaração de Luanda, especialmente, definiu um conceito de segurança para a região, segundo o qual ela corresponde à «percepção de ausência de ameaça militar, pressão, coerção política ou outra contra a região ou algum dos Estados dela integrantes, e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os valores culturais da comunidade, assim como o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade da região se promover como ator internacional» (CGG, 2012: 19).

As intenções manifestas na Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na região do Golfo da Guiné pretendiam ser a estreia para uma análise estratégica mais profunda, em que se enquadra a presente investigação, cuja operacionalização oriente para o

desenvolvimento de Linhas de Ação Estratégicas para o estabelecimento da paz e segurança, num quadro político-social abrangente.

As Linhas de Ação Estratégicas para o estabelecimento da paz na região, mantendo a perspectiva holística da Declaração de Luanda, deveria constituir a base para a busca dos apoios materiais e financeiros necessários à sua materialização, assim como para o modelo de cooperação com entidades externas à região.

Por outro lado, o quadro geoestratégico da região não pode deixar de considerar que os interesses nacionais de atores externos que aí se materializam, podem manifestar-se contra uma aliança estratégica entre a RDC e a República de Angola, os Estados com maior extensão da região que Mackinder designou de *Heartland* do Sul pois podem apreciá-la como uma ameaça, ao poder esta materializar um bloqueio àquela região, para além de representar o exercício do controlo sobre parte considerável dos recursos do continente. De igual modo, deve considerar que «os momentos atuais, de difícil conjuntura internacional pelos efeitos diretos e indiretos da crise económica dos países, as ondas de terrorismo, o emprego de mercenários para a desestabilização dos países, a pirataria, o narcotráfico, os crimes transfronteiriços e outros fenómenos que afetam a estabilidade dos países do Golfo (...) exigem a tomada de medidas para evitar os seus perigos na sub-região (...)» (NGUEMA, 2013).

2. Os fatores geoestratégicos

2.1. As potencialidades

Controlando parte relevante da rota marítima do Atlântico Sul, a RGG está formada por treze (13) países, cobrindo 6 471 222 Km² de território continental (cerca de 1,5 vezes maior que a União Europeia), povoados por aproximadamente 350 milhões de habitantes (aproximadamente menos de metade da população da União Europeia).

Os Estados da região, com exceção da Nigéria, são desde o ponto de vista jurídico, repúblicas unitárias. Entretanto, representando um desafio que se estende a toda a região, a principal característica da maioria deles, é o facto de não constituírem Estados-Nação e, talvez mais importante do que isso, terem dificuldade de harmonizar as várias

nações que os integram na base de interesses e objetivos políticos comuns, através de processos de integração nacional.

Para além da importância que confere a sua localização geográfica e a sua dimensão, aumenta a relevância da região o facto de possuir recursos minerais que, por um lado constituem um desafio à sua capacidade de os transformar em fatores de desenvolvimento e, por outro, fonte de cobiça de entidades externas.

Com efeito, principalmente depois da deterioração da situação de segurança no Médio Oriente, onde estão armazenadas as maiores reservas de petróleo do mundo em exploração, que coincidiu com o aumento do consumo de recursos energéticos por parte das economias mais desenvolvidas, assim como das potências emergentes (China, Índia, Brasil), a região transformou-se numa importante fonte de abastecimento em recursos energéticos, passando a suprir cerca de 25% das necessidades energéticas dos EUA e cerca de 30% das necessidades da China (CHENEY, 2001), assim como aproximadamente 7% das necessidades energéticas da Europa Ocidental (EUROPE COMMUNITIES COMMISSION, 2009).

Neste âmbito, a região do Golfo da Guiné, com uma reserva avaliada em cerca de 44 mil milhões de barris de petróleo e 5 mil biliões de litros de gás e que, segundo o *Financial Express* (2009), conta com um potencial de crescimento superior ao da Rússia, do Mar Cáspio e da América Latina, podendo alcançar a produção de nove milhões de barris de petróleo por dia até 2030, é considerada a «mina de ouro preto» da indústria petrolífera mundial²¹⁷.

Efetivamente, entre os anos 1995 e 2005, as empresas petrolíferas norte-americanas investiram nesta sub-região mais de 40 biliões de dólares americanos e, entre os anos 2005 e 2010, 30 biliões de dólares americanos suplementares. Os montantes foram principalmente investidos na Nigéria, na Guiné Equatorial e em S. Tomé e Príncipe, cujas leis autorizam que empresas estrangeiras sejam maioritárias nos consórcios petrolíferos. (LORGEUX e BOCKEL, 2013: 168).

²¹⁷ (*Team 9 opens a New Innings In India-West Africa Relations*, 2004).

«O abastecimento em petróleo proveniente do Golfo da Guiné em 2011 correspondeu, no mesmo ano, a 40% do consumo total de petróleo nos 27 países da UE e 29% desse consumo nos EUA» (CHATHAM HOUSE, 2012).

Entretanto, para além dos hidrocarbonetos, a região alberga, entre outros recursos minerais, mais de 1/2 do cobalto, mais de 1/3 dos diamantes e cerca de 80% da reserva estimada de columbita-tantalita (Coltan), existentes no mundo. (ABRAMOVICI, 2004; SHARAKY, 2011).

Por outro lado, a região do Golfo da Guiné inclui o segundo maior conjunto florestal do mundo (cerca de dois milhões de quilómetros quadrados); a terceira maior bacia hidrográfica, depois da do rio Amazonas e da do rio Panamá²¹⁸; uma importante rede hidrográfica constituída principalmente pelos rios Congo (4700 Km) e o Níger (4200 Km) que serve 9 países e aproximadamente 110 milhões de pessoas. Porém, apesar da fertilidade que esta rede hidrográfica dá aos seus solos, no ano 2010 somente pouco mais de 11% dos seus quase 532 milhões de hectares de terra arável era utilizada²¹⁹.

Situada na parte Sul do Oceano Atlântico, a região é favorecida por uma costa de mais de 6300 Km, um mar aberto – livre de canais e estreitos susceptíveis de bloqueio – e repleto de recursos haliêuticos e minerais, principalmente o petróleo.

No entanto os países da região parece terem escolhido manter a vocação epiocrática, no sentido de que não se denota das ações dos Governos dos Estados que aí se localizam, a perspectiva do desenvolvimento de um poder marítimo que valorize, especialmente desde o ponto de vista de segurança, a imensa riqueza que constitui quer a posição, quer os recursos atrás referidos.

2.2. As vulnerabilidades

Elencados os diversos problemas que caracterizam atualmente a região, elegeram-se como suas principais vulnerabilidades, porque afectam de uma forma transversal o

²¹⁸ Amazonas, 7 Milhões de Km²; Panamá, 4.3 Milhões de Km²; Congo, 3.7 de Km².

²¹⁹ Fonte: FAO/ONU, 2010. Até ao ano 2011, somente 34.9 milhões de hectares daquela terra estavam preparados para a agricultura, sendo utilizados aproximadamente 39% dela.

quadro estrutural que lhe permitirá desenvolver-se de forma harmoniosa: a instabilidade gerada pelos conflitos étnicos e religiosos; a não clarificação das fronteiras entre os Estados, principalmente no mar contíguo; a elevada imigração não regulada; o baixo Índice de Desenvolvimento Humano acompanhado de um elevado crescimento demográfico; a elevada corrupção social e pouca valorização do capital humano; e a debilidade dos Estados na perspectiva da segurança e defesa.

2.2.1. A conflitualidade étnica e religiosa

A apreciação da História dos países da RGG, desde a perspectiva da etnografia, permite reconhecer que a forma como foram constituídos os atuais Estados africanos, assim como foram administrados os espaços territoriais do continente que os originaram, constitui uma das principais fontes dos conflitos étnicos e mesmo religiosos nestes.

Com efeito, o estabelecimento de entidades estatais com base em fronteiras que dividiram nações, confinaram no mesmo espaço territorial nações há muito em conflito, por um lado, e a aplicação de políticas para exacerbar as diferenças entre as entidades tradicionais instituídas para melhor as dominar, explica uma parte considerável dos atuais diferendos na região.

Contudo, a forma como os Estados têm sido administrados desde que alcançaram a independência, particularmente no que se refere à gestão das relações interétnicas e inter-religiosas, constitui a razão para que se mantenham tais conflitos. Pois, a diferença de identidades em si mesmo não conduz ao conflito, ou seja, o facto de um país integrar grupos étnicos e religiosos diferentes, não torna o conflito inevitável. Aquilo somente constitui fonte de conflito quando acontece a mobilização ou politização em torno deles (EGHOSA e SUBERU, 2005).

A relevância desta questão obrigou a uma análise mais detalhada ao nível do estudo.

2.2.1.1. A conflitualidade étnica e religiosa na República Federal da Nigéria

O estudo constatou que a República Federal da Nigéria é o Estado da RGG com o mais elevado grau de conflitualidade.

Neste país, em que os conflitos evoluíram do tipo étnico e religioso, para formas mais complexas, como étnico-regionais e étnico-religiosos, têm origem no passado pré-colonial.

Como ilustração da influência do passado pré-colonial pode apresentar-se a situação da região de Kaduna, onde, no século XIX, as comunidades não-muçulmanas foram atacadas, tornadas escravas e, desta forma desigual, incorporadas na estrutura do emirato pelos muçulmanos hausa-fulani (Kazah-Tore, 1995).

Assim mesmo, podem ser usados como exemplo outras migrações pré-coloniais que continuam a gerar conflitos com base na discriminação a que estão sujeitos tais imigrantes. Isso inclui a migração dos *Oyo Modakeke* que, fugindo à guerra no império de *Oyo*, no século XVIII, chegaram à Ife; a migração dos *urhobo* e *ijaw* para Warri, reclamada pelos *itsekiri* como sua terra; a migração dos *jukun-chamba* dos Camarões para regiões do atual Estado de Taraba, originalmente ocupada pelos *kuteb*; assim como, no século XVI, o estabelecimento dos comerciantes *hausa* em Zangon Kataf, território ocupado pelos *kataf* (Mustapha, 2000; Isumonah, 2003).

Como atrás referido, o advento do colonialismo, no fim do século XIX, para além de amalgamar o Norte e o Sul da Nigéria, aumentou as migrações internas como resposta ao estabelecimento de centros urbanos, que criaram novas oportunidades. As tensões geradas pelas novas migrações foram respondidas pelo colonialismo britânico com medidas no sentido de desencorajar o movimento dos não-muçulmanos para as áreas daqueles e o estabelecimento de áreas de estrangeiros (*sabon gari*). Esta medida transformou-se numa das principais bases para o desenvolvimento dos conflitos identitários assim como de práticas discriminatórias.

No mesmo sentido, as autoridades britânicas, para além de excluïrem a atividade dos missionários cristãos no Norte, apoiaram de forma significativa o estabelecimento de escolas muçulmanas naquela parcela do país, criando uma grande diferença de ocidentalização entre o Norte e o Sul.

Ainda neste quadro, as autoridades britânicas desencorajaram os contactos políticos oficiais entre o Norte e o Sul até 1947, quando políticos das duas regiões se

encontraram no Conselho Legislativo Central; estabeleceram um sistema de posse de terra que, aliado ao conceito de *sabon gari*, reforçou a discriminação contra as comunidades migrantes; para além de estabelecerem uma forma de recrutamento de nigerianos para as Forças Armadas e a Polícia, que favoreceu a discriminação com base na identidade étnica. (Coleman, 1958²²⁰; Diamond, 1988²²¹; Dudley, 1973²²²; Luckham, 1971²²³).

O estabelecimento, em 1954, de um sistema federal de 3 regiões (Norte, Ocidental e Oriental) baseado nos três maiores grupos étnicos, os *Hausa-Fulani*, os *Iorubas* e os *Igbo* respectivamente, de acordo com Osaghae Eghosa e Suberu Rotimi (2005), consolidou as bases da divisão e da instabilidade do país. Aquela medida, ao mesmo tempo que, por um lado, promoveu a hegemonia dos Hausa-Fulani sobre a região Norte – que oficialmente contém mais de metade da população e cerca de dois terços do território – e dos outros grupos tribais nas respectivas regiões, por outro desenvolveu nos grupos étnicos minoritários um sentimento de insegurança em relação às suas próprias regiões, e encorajou a polarização étnico-regional que rapidamente levou a uma confrontação Norte-Sul.

Em essência, o padrão histórico, reflectido na forma como os britânicos conquistaram e administraram o país, estabeleceu as bases para os violentos conflitos identitários da Nigéria pós-colonial. São memoráveis os levantamentos de Tiv, em 1962 e 1964, a campanha secessionista dos *Ijaw*, liderados por Isaac Boro, em 1966, todas protagonizados por minorias étnicas, a tentativa de secessão da região Oriental, como República (independente) do Biafra, liderada pelo governador militar Odumegwu Ojukwu.

Depois de um período de relativa paz, a partir de Janeiro de 1970, o país voltou à instabilidade provocada por conflitos étnicos-religiosos dos quais se destacam o protagonizado pela seita islâmica Maitatsine, em 1980; a destruição de igrejas e propriedades dos cristãos protagonizados por muçulmanos que protestavam contra a

²²⁰ COLEMAN, James S. – *Nigeria: Background to Nationalism* (1958).

²²¹ DIAMOND, Larry Jay – *Democracy in Developing Countries: Africa*, 1988.

²²² DUDLEY, Billy J. - *Instability and Political Order: Politics and Crisis in Nigeria*, 1973.

²²³ LUCKHAM, Robin – *The Nigerian Military: A Sociological Analysis of Authority and Revolt 1960-1967, 1971.*

construção de uma igreja em Kano, considerada *Heartland* dos muçulmanos, em Outubro de 1982; os conflitos étnico-religiosos de Kafanchan-Kaduna, em 1987 e 1999, que opôs os muçulmanos *Hausa-Fulani* às comunidades não-muçulmanas do Norte; o conflito de Zangon-Kataf, em 1992; o conflito de Jos, em 2001; o conflito étnico-religioso em Kaduna, em 2002; o conflito no Norte, em Dezembro de 2011, que resultou no incêndio de 5 igrejas e morte de cerca de 40 cristãos nigerianos. Neste mesmo período, paralelamente aos conflitos étnico-religiosos, ocorreram outros, de carácter mais marcadamente interétnicos, entre os que se destacam, o conflito entre *tiv* e *jukun*, nos Estados de Taraba e Benue; o conflito entre *urhobo-ijaw-itsekiri*, em Warri, no Estado do Delta; o conflito entre *hausa-fulani* e os *iorubas*, nos Estados de Lagos, Ogun, Oyo e Kano.

Apesar de referidos como conflitos étnicos e religiosos, a análise aprofundada dos episódios apresentados, conduz à conclusão já anteriormente exposta segundo a qual a diversidade étnica e religiosa somente constitui fonte de conflito quando instrumentalizada politicamente.

Com efeito, eles estão relacionados com o interesse pelo controle do poder político e económico (regional e federal) por grupos que instrumentalizam as religiões e os grupos étnicos. Isto explica o facto de 12 Estados do Norte terem adotado a lei islâmica (*Sharia*), enquanto a Constituição declara o governo laico; os conflitos de 1999-2000, quando se procedia à transição do regime militar dominado pelo Norte islâmico (representado por Sani Abacha) para a administração civil liderada por Olusengun Obasanjo (*ioruba*, Sudoeste).

De igual modo, o estudo apreciou como razões para o mais recente conflito em que se destacam as ações do grupo *Boko Haram* (a educação não islâmica é pecado), o sentimento de perda do poder central por parte dos políticos do Norte islâmico, ao ver o presidente Umaru Yar'Adua (1951-2001), ser substituído pelo seu vice-presidente, Goodluck Jonathan, cristão natural de Bayelsa (Sul) e a possibilidade do atual presidente vir a candidatar-se para mais um mandato, adiando assim as suas aspirações.

Deste modo, conclui-se que o que ocorre na Nigéria é uma manipulação da religião, tanto muçulmana como cristã, assim como das questões étnicas, pelos interesses políticos das elites nacionais.

Entretanto, apesar da Nigéria corresponder ao expoente da conflitualidade étnica e religiosa na RGG, pode afirmar-se que, mais ativa ou latente, a realidade é comum à maior parte dos Estados da região.

2.2.1.2. A conflitualidade étnica e religiosa na República do Congo

Na República do Congo, uma vez mais as fronteiras confinaram grupos étnicos diferentes num mesmo país, nomeadamente os *Kongos* (48%), os *Sanghas* (20%), os *Tekes* (17%) e os *Mbochi* (12%), entre outros.

A história recente do país, segundo René Gauze (1973), tem sido a luta pelo controle do poder do Estado entre principalmente os *Mbochi*, que durante a administração colonial francesa mais efetivos teve nas Forças Armadas e policiais, assim como mais políticos teve ligados ao Partido Socialista Francês, e os *Kongos*, cujo subgrupo *Lari* é largamente maioritário nas regiões de Brazzaville e Ponta Negra.

Neste quadro, depois das eleições de 2009²²⁴, de que saiu vencedor o atual presidente, Denis Sassou Nguesso, de origem *Mbochi*, o país vive um ambiente de conflitualidade latente.

Contudo, o quadro do conflito étnico tem caracterizado o país desde a sua constituição como Estado independente. Assim, na década de 1960, os *Mbochi*, em apoio a Opangault, opuseram-se aos *Balali* (subgrupo *Kongo*), em apoio ao padre Fulbert Youlou (1917-1972)²²⁵, que foi eleito presidente. Contudo, o conflito continuou até à sua destituição, em 1963, em benefício também de um *Kongo*, Alphonse Massemba-Débat (1921-1977). Os *Mbochi* chegaram ao poder em 1968, através do então capitão

²²⁴ A lisura das eleições foi contestada por diversas organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras.

²²⁵ (ROLF, 1961: 170), *The New Leaders of Africa*; (ELISA, 1970: 324), *All Africa: All Its Political Entities of Independent Or Other Status*.

Marien Ngouabi (1938-1977)²²⁶. O presidente Massemba-Débat foi afastado, acusado de desvios ideológicos de direita.

O assassinato do presidente Marien Ngouabi, em Março de 1977, que levou ao poder Joachim Yhombi-Opango, um originário de Owando (Norte do país), serviu de pretexto para a condenação à morte (por traição à pátria) de cerca de 50 pessoas de etnia *Kongo*, entre os quais o antigo presidente Massemba-Débat. Todavia, o mesmo Joachim Yhombi-Opango, acusado de corrupção e outros males, foi também afastado do poder (1979) em benefício de Denis Sassou Nguesso, um *Mbochi* tal como Ngouabi. As primeiras eleições multipartidárias, em Março de 1992, vencidas por Pascal Lissouba, retirou o poder aos *Mbochi* em benefício dos *Tekes*. Entretanto, a vencedora União Pan-Africana para a Democracia Social (UPADS), liderada por Lissouba, não conseguiu cumprir todo o mandato. A rejeição de um voto de confiança ao Governo conduziu o país a novas eleições legislativas (1993). A nova vitória de Lissouba (*Teke*) trouxe novamente Joachim Yhombi-Opango ao poder, indicado para Primeiro-Ministro. Contudo, as manifestações contrárias à sua nomeação por parte das elites *Teke* obrigaram-no a renunciar (1996)²²⁷.

A instabilidade que se seguiu à contestação da vitória da UPADS culminou na guerra civil que opondo Lissouba a Nguesso voltou a colocar o último no poder²²⁸.

2.2.1.3. A conflitualidade étnica e religiosa na República dos Camarões

A República dos Camarões, colónia alemã repartida entre o Reino Unido e a França depois da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, vive um ambiente de profunda divisão étnica e regional, de alguma forma dissimulado na luta da população para sobreviver à crise económico-financeira que o país atravessa há vários anos.

Com efeito, os cerca de 200 grupos étnicos que aí convivem não encontraram ainda um modo harmonioso de o fazer. Como nos casos anteriores, os grupos étnicos dos

²²⁶ Marien Ngouabi fundou o Partido Congolês do Trabalho (marxista-leninista) e criou a primeira República Popular em África (República Popular do Congo), em 1970.

²²⁷ Aug 1996 – New Prime Minister, Keesing's Record of World Events, Vol. 42.

²²⁸ A guerra civil que opôs o presidente Lissouba ao rival Sassou Nguesso, teve a participação das Forças Armadas da República de Angola, em defesa da segurança interna do seu país posta em causa pelo Governo do primeiro.

Camarões, agrupados em formações em que se destacam os *Kirdi*, os *Kotoko* e *Arabes-Choa*, e os *Foulbé (Peuls)*, do Norte; os *Beti*, do Centro-Sul-Este; e os *Bamiléké*, do Noroeste e Oeste; depois de mais de 5 décadas de independência, vivem um ambiente de diferendo não inferior ao que deixaram as potências coloniais, tendo como pano de fundo o controlo do poder político e, como regra geral ocorre em África, o controle dos recursos do país.

Ahmadou Ahidjo (1924-1989), presidente da República dos Camarões entre 1960 e 1982, argumentando a necessidade de estabelecer a unidade nacional, instituiu o regime de partido único, em 1966. Segundo ele, o multipartidarismo era «o leito do tribalismo»²²⁹.

Todavia, a governação do presidente Ahidjo foi toda baseada no quadro de diferenças étnicas do seus governados. Deste modo, instituiu quotas étnicas para os funcionários das várias áreas da administração pública; fazia rodar os funcionários da administração pelas várias regiões do país com base na sua origem étnica; rodeou-se de pessoas de origem *Foulbé*, grupo étnico de que originava, assim como de alguma forma privilegiou os *Kotoko*, em detrimento dos *Kirdi* e dos *Arabes-Choa*, da mesma região Norte; apoiou os originários do Norte para estabelecer o monopólio sobre o comércio de produtos básicos de alimentação, tais como o arroz, o açúcar e a farinha, entre outras situações.

Segundo Jean-François Médard (1977), em *L'État sous-développé au Cameroun*, o respeito do equilíbrio étnico nas Forças Armadas permitiu limitar o espírito de corpo dos militares e impedir que constituíssem uma ameaça.

Contudo, a saída do presidente Ahidjo, no ano de 1982, não alterou o ambiente de disputa entre as principais etnias do país. Pelo contrário, a disputa alcançou outros níveis, incluindo o campo teórico, o meio religioso e generalizou-se por toda a sociedade, sendo até reconhecida pela Constituição do país.

Com efeito, num quadro em que os cidadãos do país disputam a permanência numa região em função de serem ou não nativos dela (autóctones), a Constituição de 1996

²²⁹ Ahmadou Ahidjo citado por Fanny Pigeaud, (PIGEAUD, 2011: 121).

(revista em 2008)²³⁰, assumiu o conceito de autóctone, ao passar a referir que «o Estado assegura a proteção das minorias e preserva os direitos das populações autóctones de acordo com a lei». Entretanto, ela conserva no seu preâmbulo (elaborado em 1972, sob a presidência de Ahidjo) a referência à defesa da unidade nacional, ao mencionar que «O povo camaronês, orgulhoso da sua diversidade cultural e linguística, elemento da sua personalidade nacional que contribui a enriquece-la, mas profundamente consciente da necessidade imperiosa de aperfeiçoar a sua unidade, proclama solenemente que ele constitui uma só e única nação, engajada no mesmo destino e afirma a sua vontade inabalável de construir a pátria camaronesa na base do ideal da fraternidade, da justiça e do progresso» (CAMARÕES, 1996, 2008).

Na linha da Constituição, a Lei de 1991, revista em 1997, sobre a condição de eleição dos deputados, fixa que «a composição de cada lista deve ter em consideração os diferentes componentes sociológicos da referida circunscrição».

De acordo com Fanny Pigeaud (2011), a interpretação desta Lei conduziu a que o cabeça de lista da circunscrição «Douala III» para as eleições municipais de 1996, um *Bamiléké*, tivesse que deixar o lugar a um autóctone de Douala. Do mesmo modo, atesta ainda a autora, durante as eleições de 2002 foram rejeitadas várias listas por «não representarem a composição sociológica das correspondentes circunscrições».

No quadro teórico destaca-se o debate organizado pela universidade de Yaoundé (1987), em que o chefe do seu Departamento de Filosofia, professor Hubert Mono Ndjana, acusou os *Bamiléké* de «etnofascismo», que definiu como sendo «a vontade de potência de uma etnia, ou a expressão do seu desejo hegemónico que toma a forma, seja de discurso teórico, seja de uma mistura polémica aberta, seja de uma organização sistemática sob a forma de um mercantilismo conquistador»²³¹.

Por outro lado, a divisão no clero católico tem várias manifestações, entre as que se destacaram os protestos junto do Vaticano contra a nomeação para a diocese de Douala,

²³⁰ Desta revisão (14 de Abril de 2008) somente é significativa a retirada da limitação de mandatos do Presidente da República.

²³¹ Definição do Professor Hubert Ndjana citada por (PIGEAUD, 2011: 126).

um Bispo Auxiliar de origem *Bamiléké* (Monsenhor Gabriel Simo), *em detrimento de padres «autóctones de Douala»*, em 1987.

Podem ainda enquadrar-se nas manifestações de conflitualidade étnica na República dos Camarões, entre outras denunciadas por intelectuais camaroneses tais como o teólogo e sociólogo Jean-Marc Éla²³² e o historiador Abel Eyinga, eles mesmos de origem Beti, o domínio das estruturas administrativas, incluindo os postos-chaves nas Forças Armadas, pelos Beti, etnia a que também pertence o atual Chefe do Estado; especialmente depois da tentativa de golpe de Estado de 1984 e das manifestações juvenis em 2008²³³, as medidas do Governo para diminuir o peso económico dos *Bamiléké*, impedindo-os de adquirir terrenos em áreas fora da sua região de origem, e a destruição do colégio Monthé (1990); a constituição de milícias étnicas, especialmente em Douala; a criação de associações de origem regional, como AAC (*All Anglophone Conference*), mais tarde transformada em SCPC (*Southern Cameroons Peoples Conference*), que demandam o regresso do país ao federalismo²³⁴.

As manifestações atrás referidas, entre outras, conduziram o académico camaronês Louis-Marie Kakdeu a referir-se ao seu país como um Estado tribal (2014), afirmando, em relação à sucessão do atual presidente: «da mesma forma que Paul Biya e Ahidjo construíram o Estado tribal, nós podemos desconstruí-lo»; «em vez de destilar o fatalismo étnico orquestrado por Paul Biya para se manter no poder, destilemos antes a sabedoria popular segundo a qual o teu filho não é o que sai das tuas entranhas mas aquele que busca água para te dar» (KAKDEU, 2014).²³⁵

²³² Que teve que abandonar o país em 1995, acusado de ser traidor à etnia por publicar artigos em jornais *Bamilékés* e não se associar ao partido no poder. Ver entrevista ao «*Messenger*» em 1995 retomada em 2009, (ÉLA, 2009) e o artigo *Éla prit l'exil force*, de *Politique Africaine*, Paris, 1995.

²³³ Para mais ver notícias da agência de notícias africana PANA, de Fevereiro de 2008.

²³⁴ Segundo Piegaud (2011), num referendo oficial realizado na região anglófona, em 1995, cerca de 99% dos inquiridos escolheu a independência daquela.

²³⁵ Para mais sobre o assunto ler, entre outros: (SINDJOUN, 1994), *Cameroun: le système politique face aux enjeux de la transition démocratique (1990-1993)*; (SOCPA, 2001), *Clientélisme et ethnicité dans le jeu politique: réflexions sur quelques mouvements thuriféraires au Cameroun*; (NKWI, 2006); *Elites, Ethno-regional Competition in Cameroon and the Southwest Elites Association (swela)*; (KONINGS e NYAMNJOH, 2000), *Construction and Deconstruction: Anglophones or Autochtones?* (BETI, 2006), *La France Contre l'Afrique, Retour au Cameroun*.

2.2.1.4. A conflitualidade étnica e religiosa na República Democrática do Congo

De igual modo, a atual República Democrática do Congo (RDC), que também é constituída por cerca de 200 grupos étnicos, dos quais os mais expressivos são o *Kongo*, o *Luba*, o *Mongo* e o *Mangbetu-Azande* constituindo cerca de 45%²³⁶, vive uma realidade similar aos Estados da região atrás apresentados.

Nascida num quadro de divisão étnica com a tentativa de separação de uma parte do território (1960), só a ditadura imposta pelo presidente Mobutu Sesse Seko (1930-1997) lhe permitiu um período de estabilidade.

Com efeito, durante o período de ditadura do presidente Mobutu (1965-1997), todas as manifestações neste quadro, porque influenciavam o seu controle do país, eram reprimidas como ações contra o poder. Para aumentar o controle sobre o país, no ano de 1970 o presidente Mobutu criou o Movimento Popular da Revolução (MPR), como partido único do Congo, por ele batizado Zaire, integrando todos os cidadãos do país independentemente de qualquer origem.

Contudo, a mesma luta contra a ditadura tinha este carácter, uma vez que o poder estava concentrado em pessoas da mesma origem étnica que o presidente, apoiado por entidades multinacionais e mercenários de várias origens.

Atualmente, as manifestações da base étnico-tribal da conflitualidade na RDC está patente nas mais de 5 dezenas de organizações políticas, a quase totalidade de base regionalista, que participaram nas 2 eleições gerais até agora realizadas. Entretanto, uma vez mais, os conflitos étnicos são camuflados por um elemento agregador, no caso o conflito no Nordeste e Leste do país, sustentado por entidades externas ao país.

Na verdade, os conflitos militares protagonizados pelas milícias do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), lideradas pelo general Laurent Nkunda (parte das quais integradas no exército nacional em 2009), e mais recentemente (2012) retomados pelo designado Movimento 23 de Março (M-23), apesar de também serem de natureza étnica, pelo seu grau de violência, pelas suas consequências socioeconómicas para o

²³⁶ Referido em *História da África anterior aos descobrimentos*, (GIORDANI, 1985).

país e a sua ligação externa, faz esquecer outras manifestações conflituosas da realidade sociopolítica congoleza como, por exemplo, o conflito que opõe os grupos étnicos *Lendu* e *Hema*, também no Leste do país; as manifestação das milícias armadas *Kongo*, partidárias da refundação do Reino do Congo (2008).

Por outro lado, a continuidade étnica da RDC, consubstanciada na penetração dos seus grupos étnicos mais expressivos no território dos países vizinhos, designadamente na República de Angola – os *Kongo*, os *Lunda* e os *Chokwe*; na República do Congo – os *Kongo*; na República da Zâmbia – os *Lunda* e os *Chokwe*; no Ruanda – os *Hema* e os *Banyarwanda*; no Uganda – os *Lendu* e os *Hema*; entre outros, contribui para o ambiente de conflito étnico no país²³⁷.

2.2.1.5. A conflitualidade étnica e religiosa nos restantes países da CGG

Nos restantes países da região que integram a CGG, designadamente a República de Angola, a República Gabonesa, a República da Guiné Equatorial e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, é menos elevado o ambiente de conflito étnico.

Nos casos do Gabão, da Guiné Equatorial e de S. Tomé e Príncipe, tal situação deve-se principalmente a razões de natureza histórica, antropológica e geográfica, para além do facto de a maior parte das populações destes países, apesar de professarem diferentes crenças religiosas, serem principalmente cristãs e animistas.

Angola, um caso tratado de forma mais aprofundada noutra parte da investigação, que é um país formado por cerca de 3 dezenas de grupos étnicos que se reúnem nos grupos maiores *Kongo*, *Ovimbundo* (*Umbundo*), *Kimbundu*, *Lunda-Chokwe*, *Nhaneca-Humbe*; *Ganguela*; *Ovambo* (*Cuanhama*); *Herero*, *Okavango*, deve o seu diminuído estado de conflitualidade étnica a um conjunto de fatores em que se incluem: a elevada concentração do poder na época pré-colonial²³⁸; a assimilação da cultura ocidental por grande parte das suas elites, durante a época colonial; o desenvolvimento de uma luta de

²³⁷ Para mais sobre o assunto ler, entre outros: (MUKENGE, 2002), «Culture and Customs of the Congo»; (NDAYWELL, 1998), «Histoire Générale du Congo»; «Aumento da Violência Étnica é Causa de Grave Crise Humanitária na RDC», (Relatório ONU, 7.01.2013).

²³⁸ Quase todos os grupos étnicos referidos estavam sob dependência de uma quantidade muito limitada de reinos sendo os principais: Congo (incluindo o Ndongo, Matamba, Quiçama, Loango, etc.); Ambaca; Cuanhama; Bailundo; Lunda-Chokwe.

libertação nacional que alcançou a maior parte do país, sob o signo de «um só povo e uma só nação», um longo período de guerra de agressão externa.

Deste modo, pode concluir-se que a RGG, com exceção da situação de conflito aberto na República Federal da Nigéria, vive um ambiente de instabilidade étnica que, sendo latente na maior parte dos países, tende a ser mais grave nas repúblicas dos Camarões, do Congo e do Congo Democrático.

2.2.2. A conflitualidade em relação às fronteiras

Não há dúvida de que um dos maiores desafios à paz na RGG é a questão da materialização das fronteiras herdadas da época colonial.

Com efeito, apesar da artificialidade com que as mesmas foram traçadas, sem consideração de aspectos da realidade sociopolítica, tais como as então existentes nações ou os grupos étnicos e culturais, elas constituem uma realidade tanto material como do Direito Internacional que em muitos casos não são totalmente aceites nos Estados da Região.

Deste modo, depois da resolução pela via arbitral do emblemático diferendo entre a República Federal da Nigéria e a República dos Camarões sobre a região de Bakassi, os Estados da Região enfrentam ainda diversos conflitos, na maior parte das vezes manifestados em forma de conflito entre as populações fronteiriças, pequenas escaramuças entre tropas de fronteira, mas também a presença estatal em espaços reclamados por outros. Neste âmbito são atualmente os mais visíveis aqueles que opõem o Gabão à Guiné Equatorial, sobre as ilhas Mbanié, Konga e Cocoteirs; e a República de Angola, a República Democrática do Congo e a República do Congo (Brazzaville), no que se refere às fronteiras terrestres.

Entretanto, no âmbito da relação fronteiriça entre os Estados da Região, afigura-se na atualidade talvez como mais importantes, os conflitos que emanam do estabelecimento das Plataformas Continentais. Pois, para além de assegurar o «crescimento» do território nacional, o alargamento da Plataforma Continental dos Estados dá-lhes o acesso a recursos naturais, como corresponde no caso da RGG aos recursos energéticos, tais

como o petróleo e o gás. *De per si*, estes fatores são tidos como de elevada importância na consideração do *poder dos Estados*.

Neste quadro, como previra o general De Gaulle (1969), «a atividade do homem virar-se-á cada vez mais para a pesquisa e exploração do mar. E, naturalmente, as ambições dos Estados levarão à busca do controle do mar para controlar os recursos» (DE GAULLE, 1969).

Entretanto, apesar da Convenção de Mondego Bay (1982) ter-se tornado parte do Direito Internacional em 1994 (Novembro), «em África e particularmente no Golfo da Guiné, a esperada territorialização dos espaços marítimos que a Convenção permite não foi realmente verificada para lá da zona de 3 milhas. De igual modo, a realidade atual é que os Estados da região não se atribuíram qualquer competência para impor e fazer respeitar os seus direitos, pois os territórios marítimos teoricamente adquiridos aparecem como virtualmente fazendo parte dos Estados sem no entanto terem sido realmente integrados no conjunto do espaço nacional» (ICC, 2012).

Uma das dificuldades que, efetivamente se coloca à região, é que a sua configuração geográfica dispõe a maior parte das costas dos Estados como entidades adjacentes, como são, por exemplo, os casos da Nigéria – Guiné Equatorial; Camarões – Guiné Equatorial; S. Tomé e Príncipe – Guiné Equatorial; S. Tomé e Príncipe – Gabão, estes últimos com uma zona económica exclusiva (ZEE) acumulada de aproximadamente 250 000 Km²; Angola – Congo-Brazzaville; Angola – RDC; etc.

Segundo (DZUREK, 1999) «Os Camarões, a Guiné Equatorial, a Nigéria e S. Tomé e Príncipe ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982. Da mesma forma, a Guiné Equatorial, a Nigéria e S. Tomé e Príncipe reconhecem as linhas medianas como limite da sua jurisdição. Porém, a localização das respectivas linhas de base nacionais, a partir das quais as linhas de base deverão ser estabelecidas, são incertas».

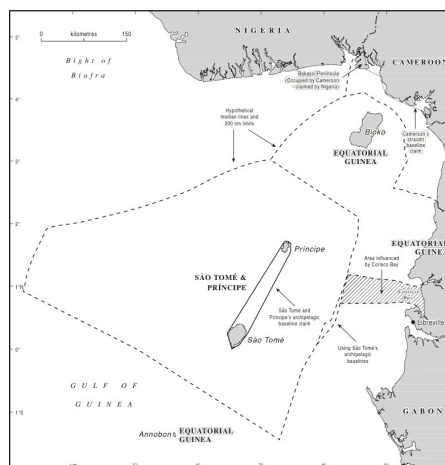


Figura 25 – Linhas Medianas Hipotéticas no Golfo da Guiné²³⁹

Deste modo, revela-se difícil a implementação da Convenção de Mondego Bay que define que, «A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância» (ONU, 1982: Art.º 76).

Por outro lado, o facto da competência atribuída aos Estados pela Convenção ser apenas funcional, na medida em que somente é exercida para fins de pesquisa e exploração dos recursos naturais (ONU, 1982: Art.º 77), torna ainda mais problemática a situação. Pois, a partilha das plataformas continentais, como nos exemplos atrás referidos, faz com que os Estados se vejam obrigados a partilhar os recursos daquelas, designadamente o petróleo e o gás, o que a história da humanidade tem provado não ser vocação dos Estados.

O facto da OUA (1994) ter aderido à regra do Direito Internacional designada *uti possidetis jûris*, que consiste em fixar as fronteiras em função dos antigos limites administrativos internos a um Estado pré-existente, quando os Estados novos alcançam a independência (NGUYEN *and al.*, 2009: 520), não tem servido para resolver as disputas territoriais no espaço marítimo pois, «de forma geral, os países africanos consideram que este princípio somente se aplica ao espaço terrestre, como sublinhou o

²³⁹ Fonte: (DZUREK, 1999).

juiz Bedjaoui no caso do diferendo Guiné-Bissau–Senegal» (CISSÉ, 2001: 230). Acentua esta dificuldade o facto de estarem em jogo interesses económicos dos Estados num espaço em que, na realidade, não existem fronteiras claramente estabelecidas.

Como atrás referido, os conflitos fronteiriços entre os Estados da RGG é um dos maiores desafios à paz na região. Neste quadro, em que é requerido aos Estados um exercício no sentido de os resolver a contento de todas as partes, a CGG constitui um instrumento adequado para a criação do ambiente político (de confiança) que conduza a este efeito.

As medidas e ações de política para o estabelecimento do quadro de confiança, a desenvolver-se no âmbito da CGG, podem basear-se naquelas que, no quadro bilateral, conduziram ao estabelecimento (2002) do Bloco 14 (designado *permis haute mer* pela parte congolesa) como Zona de Exploração Conjunta (ZEC) entre Angola e o Congo Brazzaville. Esta ZEC, cuja exploração teve início no primeiro trimestre do ano 2003, possui uma reserva estimada em 950 milhões de barris, que serão explorados durante 25 anos (PANAPRESS, 2002).

No mesmo espírito foi rubricado um Protocolo demarcando uma Zona de Interesse Comum (ZIC) entre a República de Angola e a RDC (2007) – a norte dos blocos 1, 15 e 30, e a sul do bloco 14, destinada à exploração conjunta de petróleo cujo resultado será partilhado de forma igualitária entre os dois países²⁴⁰.

Entretanto, estes dois países continuam a trabalhar para a demarcação definitiva dos seus Mar Territorial e Plataformas Continentais, assim como também o fazem a Nigéria e S. Tomé e Príncipe; a Guiné Equatorial e o Gabão, que desde 2004 buscam estabelecer uma ZIC²⁴¹; e outros casos que persistem ou continuam latentes.

Finalmente, é de referir-se que um aspecto particular dos conflitos fronteiriços entre os Estados da RGG, como desafio ao ambiente de paz da região, constitui o pensamento de algumas elites nacionais no sentido do restabelecimento de entidades geopolíticas desfeitas pela história do continente, designadamente alguns reinados e impérios.

²⁴⁰ ANGOP – Embaixador da RDC em Angola, Eric Paluku Kamavu, 29.06.2009.

²⁴¹ www.jeuneafrique.com/Articles/Dossier/ARTAJA20100329124831/france-congo-gabon-mbaniegabon-guinéeequatoriale.

Neste quadro, destacam-se o surgimento de movimentos que, protagonizando ações de carácter político e militar, reclamam a reconstituição dos antigos reinos do Congo (Gabão, Congo, RDC e Angola); Lunda (Angola, RDC e Zâmbia); outros na província angolana de Cabinda; para além dos movimentos secessionistas e situações similares latentes noutras partes da região que mais adiante o estudo tratará.

2.2.3. A imigração não regulada

A mobilidade humana em África, principalmente por não ser regulada, constitui um sério desafio ao estabelecimento de medidas de planeamento no quadro do desenvolvimento dos Estados e consequentemente do continente.

Esta, incluindo a que se regista na RGG, geralmente busca melhores condições de vida, e asilo político, mas principalmente procura fugir aos frequentes conflitos armados no continente.

O presente estudo prestou atenção particular à mobilidade humana na RGG, tanto a originada em outras regiões geopolíticas do continente, como no âmbito da própria região.

Com efeito, segundo apreciou a Convenção da UA sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África – realizada em Campala (Uganda), em Julho de 2010 – metade dos emigrantes africanos vivem em outro Estado do continente. Nesta mesma linha referiu Guillon (2005) que, 9 de 10 exilados africanos encontram asilo num país vizinho da sua origem.

Assim sendo, de acordo com Michelle Guillon (2005), do mesmo modo que a RDC terá recebido cerca de 1,2 milhões de refugiados ruandeses entre 1994 e 2005, atualmente este país possui cerca de 1,3 milhões de refugiados devido ao ambiente de guerra que vivem as suas regiões Leste e Nordeste.

O estudo observou que a parte mais importante dos imigrantes que permanecem na região são principalmente pessoas com baixa qualificação técnica, ou sem ela. Assim,

uma vez que o fenómeno aumenta o *exército* de desempregados aí já existentes, integrando os esquemas de vida informais que muitas vezes se transformam em esquemas criminosos, o mesmo é percebido como um risco à estabilidade dos países receptores e, conseqüentemente, da região. Na verdade, a imigração irregular é uma potencial fonte de insegurança, podendo ser aproveitada pelo terrorismo internacional e o crime organizado, para além de que os fluxos migratórios podem ser utilizados como parte de uma estratégia para alcançar objetivos de política externa (WEINER, 1995: 105–106).

A migração internacional, que durante o SPI da Guerra Fria era somente tratada como um problema de Estado (segurança estatal), com o fim daquele passou a ser apreciada noutras dimensões que deram origem, na década de 1990, aos conceitos de segurança societal²⁴² e segurança humana²⁴³. Pois, o conceito de segurança deixou de ser apreciado desde uma perspectiva centrada no Estado e estrita do uso da força, para incorporar as pessoas, abrangendo questões tão diversas como as ambientais ou da saúde pública. Trata-se do primado da segurança humana, baseado nos princípios do Estado de Direito, da boa governação e dos Direitos do Homem; de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e a estabilidade e percepção de segurança individual. Por outro lado, a reconfiguração demográfica das sociedades através do fluxo de emigrantes com outros valores culturais – particularmente quando, em vez da integração no ambiente social dos países de acolhimento, pressionam-no no sentido de impor os seus, especialmente os religiosos – potencia novos graus de risco.

Com efeito, embora as propostas de Waever e Buzan (1993), relacionadas especialmente com o conceito de segurança societal, não sejam totalmente aceites por toda a sociedade científica, principalmente devido à sua conceptualização simplificadora de sociedade, a investigação não pôde deixar de considerar que estuda uma região em que, de forma geral, as sociedades são ainda pouco estruturadas, ou seja, caracterizadas por uma significativa debilidade/informalidade das instituições, sendo por esta razão fácil de observar, o deficiente enquadramento das populações pelos

²⁴² *Segurança societal: Capacidade de uma sociedade manter o seu carácter essencial (língua, cultura, costumes, identidade religiosa, etc.) num ambiente de mudança e ante ameaças potenciais ou atuais. (Waever and al., 1993: 23).*

²⁴³ *Segurança humana: Capacidade do Estado manter a sua estabilidade, sistema de Governo e as ideologias que os legitimam. – Idem.*

Estados; o deficiente controlo das fronteiras que facilita a imigração irregular; o estabelecimento pelos imigrantes de modelos próprios de vida que fogem aos valores da sociedade de acolhimento, sem que as estruturas afins se apercebam de imediato; a alteração da composição étnica, cultural, religiosa e outras difíceis de prever, dos espaços em que se estabelecem. Pois, como referiu o relatório das Nações Unidas sobre a interdependência entre a globalização e a migração internacional, as lógicas migratórias no contexto da globalização são pouco sensíveis às políticas dos Estados (ONU, 2006).

Neste quadro, o estudo observou que o fenómeno da emigração irregular vem gerando contextos de nacionalismos exacerbados como os que em tempos não muito distantes ocorreram na Nigéria e na Costa do Marfim, sendo que no último, «de repente» surgiu o conceito de «verdadeiro marfinense» para distinguir os que tinham origem no vizinho Burquina Faso, assim como os muçulmanos do Norte.

Por outro lado, o fenómeno da imigração irregular começa a ter impacto direto nas fontes de receita dos países receptores, uma vez que muitos dos imigrantes procuram fixar-se nas zonas reservadas à exploração de recursos naturais, designadamente pedras preciosas, como num passado recente aconteceu na Libéria, e continua a ocorrer no território da República de Angola. Nos últimos anos esta, mercê da sua situação de estabilidade político-social tem sido o principal país receptor de emigração na região²⁴⁴.

Contudo, apreciando-se o facto de registar-se uma emigração interna, principalmente originada nas repúblicas de S. Tomé e Príncipe, do Congo Democrático, do Gabão, do Gana e Federal da Nigéria²⁴⁵, destaca-se que a RGG recebe elevadas quantidades de emigrantes de outros países, nomeadamente do Mali, do Senegal, da Guiné, da Mauritânia, da Serra Leoa, do Líbano, etc. Entretanto, acrescenta-se a esta emigração, a proveniente dos Estados europeus que atualmente mais sofrem com a crise económico-financeira mundial e de cidadãos da República Popular da China.

O quadro atrás descrito sugere que, de preferência no âmbito da CGG, se estude o fenómeno e adopte medidas políticas em relação ao mesmo. Pois, como referiu o

²⁴⁴ Fonte: *CIA World Fact.*

²⁴⁵ *Idem.*

Relatório Especial (2006) do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), prevê-se que metade dos 100 a 200 milhões de refugiados internos em 2100, em consequência da redução das reservas de água, em particular no lago Chade, serão africanos (IPCC, 2006).

Analisou-se igualmente o facto da CEDEAO, uma das CER que conflui na região, ter adotado (1979) um Protocolo que permite a livre circulação de cidadãos daquela comunidade no seu território, conferindo-lhes o direito de residência, trabalho e de realização de atividades comerciais ou industriais. A chegada destes cidadãos à Nigéria coloca-os de imediato na região, onde a debilidade/informalidade da administração da maior parte dos países não consegue impedir a sua fixação não regulada.

Por outro lado, considerou-se a instabilidade sociopolítica como outra fonte de imigração não regulada. Esta não foi considerada ao abrigo da Convenção da OUA sobre os Refugiados (1969), ratificada por todos os Estados.

2.2.4. Os obstáculos à valorização do capital humano e a corrupção

O capital mais importante da região são os seus cerca de trezentos e cinquenta milhões de habitantes, dos quais mais da metade são jovens abaixo dos quinze anos de idade.

Entretanto, o que poderia ser visto como uma potencialidade é afectado por debilidades tais como a elevada taxa de mortalidade infantil, a elevada taxa de mortalidade devido à malária e, particularmente, os mais de 7 milhões de pessoas infectadas pelo vírus do VIH. Efetivamente, o Golfo da Guiné situa-se na região da África subsaariana que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), sofre com cerca de 24% do total mundial dos casos de doenças, incluindo o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose, tendo somente, para fazer frente a esta realidade, cerca de 3% dos técnicos de saúde do mundo²⁴⁶.

Deste modo, a transformação das potencialidades que a região possui em recursos minerais, em benefício real para as suas populações, o que, de entre outras formas, pode

²⁴⁶ Relatório da OMS, 2006.

ser conseguido através da educação e preparação técnica das mesmas constitui um sério desafio à região.

Com efeito, uma correspondência entre o crescimento demográfico que ela experimenta e o desenvolvimento dos sistemas de saúde e de educação dos Estados nela localizados corresponderia a nada menos do que a possibilidade da região, vir a constituir-se numa praça de serviços de alto valor, para além de industrializar-se. Porém, o baixo índice de acesso ao conhecimento, assim como o facto de que grande parte dos que conseguem atingir um nível médio de escolaridade não conseguem fazer cursos de nível superior (em instituição universitária), ou o fazem com uma qualidade notavelmente inferior àquela que recebem os jovens de outras regiões do continente, concorre para a desvalorização do capital humano da região e, entre outras consequências, o aumento, ou pelo menos manutenção da sua dependência em relação ao exterior.

Efetivamente, por um lado, a região possui um número reduzido de universidades (cerca de 90)²⁴⁷ e, por outro, a maior parte das que existem não têm uma qualidade elevada, como mostra o facto da primeira instituição de ensino superior da região que integra o *ranking* mundial encontrar-se no lugar 2183. Contudo, deve destacar-se as instituições de ensino superior da Nigéria, sendo que 22 delas constam entre as 200 melhores do continente²⁴⁸.

Ainda no âmbito da valorização do capital humano da região, corresponde a um sério desafio a manutenção no território dos que conseguem alcançar um nível científico reconhecido. Embora, de uma forma geral, não sejam muito fiáveis os dados estatísticos fornecidos pelas instituições oficiais africanas, pode presumir-se que o fenómeno designado *Fuga de Cérebros*, que triplicou nos últimos 40 anos, faz com que, por exemplo, segundo as estatísticas da Organização Internacional de Migração (OIM), cerca de 20 mil profissionais africanos deixam todos os anos os seus países em direção a outros continentes, e que haja mais médicos nigerianos nos Estados Unidos da América do que no seu próprio país²⁴⁹.

²⁴⁷ Fonte: IKUSKA.com.

²⁴⁸ Fonte: webometrics.info.

²⁴⁹ OMS, 2006.

Aponta-se entre as razões para a Fuga de Cérebros, que infelizmente ocorre entre toda a classe de técnicos: o estancamento dos países entre o conflito e a instabilidade política; a pobreza; as doenças fatais; o escasso financiamento da investigação científica; e, especialmente, as políticas que impedem o nascimento de um sistema que, baseado no mérito, reconheça a capacidade dos seus quadros.

Por outro lado, ligado à questão da valorização do capital humano na região, encontra-se particularmente a corrupção, porquanto, para além de afetar transversalmente todos os processos da sociedade, por um lado, impede que sejam direcionados para gerar acesso ao conhecimento valores gastos para satisfazer interesses não públicos e, por outro, ao alcançar níveis elevados molda o tecido psico-social com base em valores em que o mérito geralmente ocupa o último lugar.

Neste quadro, o facto das organizações internacionais, especialmente a Transparência Internacional, colocar os Estados da RGG entre os mais corruptos do globo (Quadro 6) representa um desafio a encarar com seriedade, no âmbito da estabilidade da região.

Como se pode ver no Quadro 6, de 100 pontos possíveis os atuais Estados membros da CGG têm uma média abaixo dos 30 pontos e, mesmo somados os demais da região, não chegam a alcançá-los.

	2013		2010	
	Lugar	Pontos	Lugar	Pontos
Angola	153	23	168	19
Benim	94	36	110	28
Camarões	144	25	146	22
Congo	154	22	154	21
RDC	154	22	164	20
Costa do Marfim	136	27	146	22
Gabão	106	34	110	28
Gana	63	46	62	41
Guiné Equatorial	163	19	168	19
Libéria	83	38	87	33
Nigéria	144	22	134	24
S. Tomé e Príncipe	72	42	101	30
Togo	123	29	134	24
MÉDIA PAÍSES CGG		26 125		22 875
MÉDIA RGG		29 615		25 462

Quadro 6 - O Índice de Corrupção da RGG²⁵⁰

2.2.5. A debilidade das forças militares

A região, para além da sua importante dimensão continental, possui ainda uma costa relevante. O mar do Golfo da Guiné, vital para as economias dependentes do comércio marítimo, especialmente da Europa, da América e da Ásia, é também vital para os países ribeirinhos que aí se localizam, porque dele depende as suas economias, quase totalmente dependentes da venda dos recursos energéticos aí explorados, assim como para os países do *Heartland* Africano, que através dele acedem ao mercado internacional.

Como anteriormente observado, ela caracteriza-se por um ambiente de instabilidade, gerado pela conjuntura geoestratégica própria dos países, do continente, e especialmente pela presença de interesses externos capazes de conflitar entre eles e de se impor aos países da região para se materializarem, caso os percebam como ameaça.

²⁵⁰ Fonte: Criado pelo autor com base em dados da organização Transparência Internacional em: www.transparency.org.

Este quadro torna deveras importante as forças de defesa próprias na região, especialmente a sua organização e capacidade operacional.

Neste âmbito, considerou-se que, no quadro das Forças Africanas em Estado de Alerta (FAEA), ela é servida por 3 diferentes grupos de forças, designadamente, a ECOBrig, da CEDEAO, que está pronta, com cerca de 5000 efetivos, desde 2008; a FOMAC, da CEEAC, que está operacional desde o ano 2010, quando, em Angola, através do Exercício Militar Kwanza 2010 foi certificada pelo CPS da UA (ANGOP, 2010), e a SADCBrig, que foi lançada na Zâmbia, no ano 2010. Apesar das divergências entre os Estados membros desta região, que algumas vezes dificultaram o funcionamento da sua APS, a vontade política daqueles permitiu o emprego, com resultados positivos, das suas forças multinacionais, nomeadamente na RDC (1998) e no Lesoto (1998-1999). Segundo Jakkie Cilliers²⁵¹, a CEDEAO foi a primeira organização sub-regional africana a dedicar-se à gestão de conflitos em África, tendo implementado missões de paz de maior envergadura que qualquer outra e demonstrado ser uma organização politicamente determinada a enfrentar os conflitos na região.

A região pode mobilizar cerca de 77 455 798 efetivos, provindo a maior contribuição da RDC (15 980 106) e da Nigéria (37 087 711). Contudo, uma apreciação da qualidade da organização das Forças Armadas da região permite observar que enfermam de problemas estruturais, designadamente de natureza étnica que afetam a sua coesão, assim como dificuldades operacionais, técnico-materiais e logísticas. Segundo Dominique Bangoura (2013), «À exceção de uma dezena de Forças Armadas (seja em ordem decrescente: Egito, Líbia, África do Sul, Argélia, Etiópia, Marrocos, Angola, Moçambique e Nigéria), os exércitos africanos são pouco capazes, modestos (...), algumas vezes somente de cerimónia, incapazes de desenvolver um combate».

Contudo, observou-se que só a Nigéria possui uma Marinha de Guerra com meios de valor para a defesa da costa, embora a sua eficácia seja afetada pelas sérias divisões étnicas e elevada corrupção social que caracteriza o país. No que se refere à Força Aérea, considerou-se que, para além da que tem a Nigéria, também afetada pelos mesmos problemas que a sua Marinha de Guerra, a região só conta com a angolana.

²⁵¹ *Diretor Executivo do Instituto de Estudos Estratégicos da África do Sul.*

2.2.6. O elevado Crescimento demográfico e o baixo Índice de desenvolvimento humano

A questão do crescimento demográfico da região é um desafio que requiere uma atenção especial, uma vez que, ao mesmo tempo que condiciona todos os demais fatores aqui referidos como desafios, também é por eles condicionado.

De acordo com estatísticas recentes, representadas na figura 26, mantendo-se o atual ritmo de crescimento da população africana, no ano 2050 o continente terá uma população a aproximar-se dos 2.5 mil milhões de habitantes.

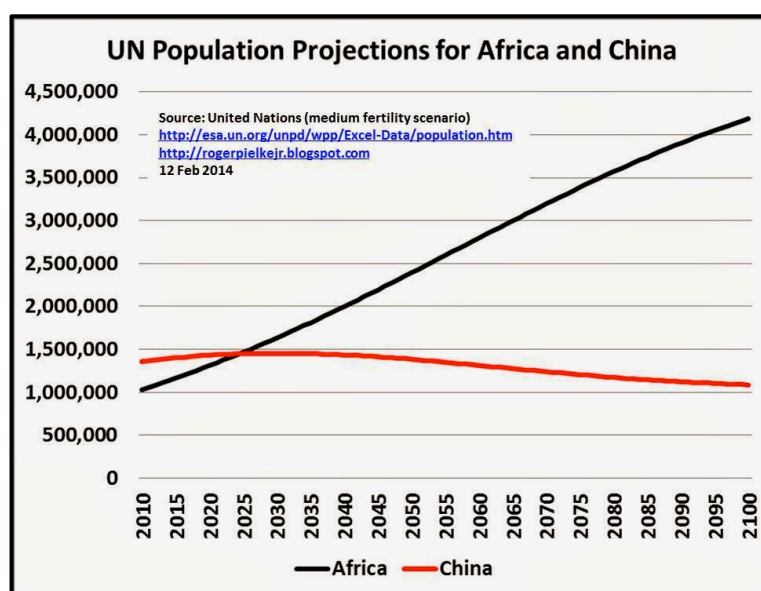


Figura 26 – Crescimento demográfico da população africana até 2100²⁵²

Qual a situação da RGG daqui a cerca de 20 anos? Ou seja, dado o seu nível de desenvolvimento atual (IDH), o estado da saúde e do acesso ao conhecimento por parte da sua população, o crescimento das infraestruturas e do emprego, que perspectivas para a região em 2035?

Esta são algumas das questões que o crescimento demográfico da região levanta.

²⁵² Fonte: ONU, Fevereiro 2014.

Enquanto medida concebida com o objectivo de aferir a qualidade de vida das pessoas no mundo, considerando os domínios físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e aspectos religiosos, assume-se de importância especial apreciar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a região, no quadro da análise dos desafios a que ela tem de fazer face.

Como defendeu Galbraith (1958), a apreciação da riqueza, do grau de alfabetização, da educação, da esperança de vida, e da natalidade, entre outros fatores, permite apreciar as metas político-económicas e sociais dos países, em vez de considerar o seu crescimento quantitativo e material, como alguma vezes é costume fazer-se.

A Figura 27 e o Quadro 7 mostram que, com exceção das repúblicas do Gabão, da Guiné Equatorial e do Gana (não membro da CGG), todos os demais países da região têm um IDH baixo.

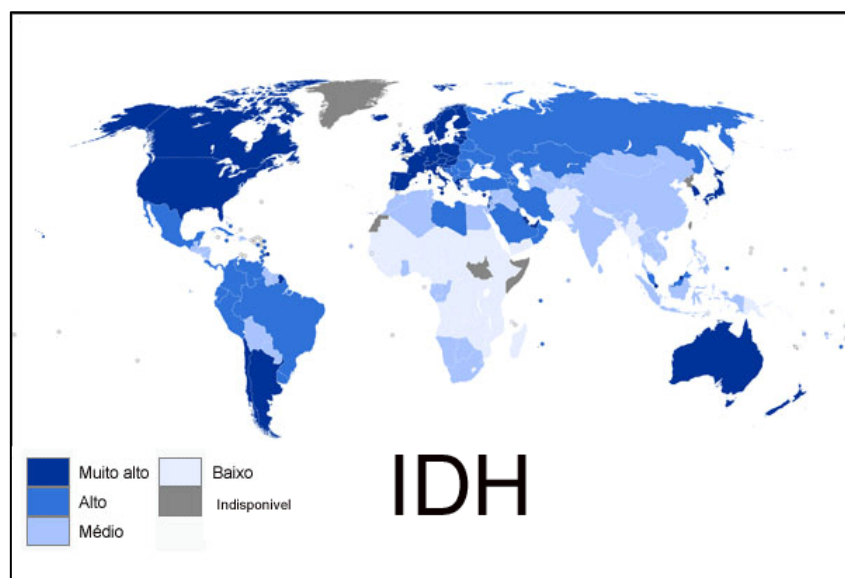


Figura 27 – Índice de Desenvolvimento Humano no Mundo, 2012²⁵³

²⁵³ Fonte: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), 2014, www.undp.org

	2012	2011	2010	2005
Angola	0.508	0.504	0.502	0.406
Benim	0.436	0.434	0.432	0.414
Camarões	0.495	0.492	0.488	0.453
Congo Brazzaville	0.534	0.531	0.529	0.506
Congo Democrático	0.304	0.299	0.295	0.258
Costa do Marfim	0.432	0.426	0.427	0.405
Gabão	0.683	0.679	0.676	0.653
Gana	0.558	0.553	0.54	0.491
Guiné Equatorial	0.554	0.551	0.547	0.523
Libéria	0.388			
Nigéria	0.471	0.467	0.462	0.434
S. Tomé e Príncipe	0.524	0.522	0.52	0.488
Togo	0.459	0.455	0.452	0.436
Média Países CGG	0.509	0.506	0.502	0.465
Média Geral RGG	0.488	0.455	0.452	0.421
Média África Subsaariana	0,475			
Média União Europeia	0,876			

Quadro 7 – Evolução do IDH da Região do Golfo da Guiné²⁵⁴

Entretanto, especialmente o Quadro 8, mostra também que tem havido uma evolução positiva do nível de desenvolvimento, particularmente da região da CGG. Assim, se no ano 2005 se encontrava abaixo da média atual da África subsaariana (0,475), hoje encontra-se ligeiramente acima (0,509), e num quadro de evolução regular, mesmo que incorporando os países da região que ainda não integram a CGG (0,488). Entretanto, o nível alcançado está ainda muito abaixo da União Europeia (0,8176), considerada a referência quando se criou a União Africana.

Por outro lado, a apreciação do Produto Interno Bruto (PIB/GDP) dos países da região, que mostra o Quadro 8, para além de permitir verificar também um crescimento regular (com exceção de uma ligeira baixa no Congo Brazzaville e no Gabão), permite ainda aferir que Angola em 2011 alcançou um PIB superior aos 100 mil milhões de dólares americanos (USD), situação que anteriormente só correspondia à Nigéria.

²⁵⁴ Elaborado pelo autor com base nos dados da UNDP. Em amarelo os países da RGG que ainda não integram a CGG. Em verde os países da RGG com IDH médio no ano 2013.

	2009	2010	2011	2012
Angola	75,492,417,649	82,470,894,868	104,115,863,405	114,147,030,253
Benim	6,585,134,688	6,558,416,322	7,294,900,431	7,557,286,829
Camarões	22,165,009,363	22,493,301,699	25,486,923,059	25,321,590,402
Congo Brazzaville	9,593,536,719	12,007,880,067	14,425,606,793	13,677,928,884
Congo Democrático	11,204,008,249	13,138,775,753	15,700,470,460	17,203,980,743
Costa do Marfim	23,041,633,638	22,920,779,598	24,073,812,830	24,680,372,724
Gabão	12,031,268,402	14,507,032,806	18,759,558,560	18,377,083,881
Gana	25,978,563,316	32,174,210,793	39,564,970,070	40,710,781,539
Guiné Equatorial	10,356,293,894	12,261,420,852	16,806,886,028	17,697,394,251
Libéria	1,155,146,230	1,292,696,476	1,537,753,885	1,733,823,553
Nigéria	169,481,270,115	229,507,890,739	245,682,418,219	262,597,405,488
S. Tomé e Príncipe	196,473,839	201,037,917	248,286,778	263,398,378
Togo	3,163,000,591	3,172,945,282	3,685,781,120	3,813,834,650
GDP/USD/CGG	310,520,278,230	386,588,234,701	441,226,013,302	469,285,812,280
GDP/USD/RGG	370,443,756,693	452,707,283,172	517,383,231,638	547,781,911,575

Quadro 8 – Evolução do PIB da Região do Golfo da Guiné²⁵⁵

Contudo, considerou-se o facto de, segundo as projeções estatísticas da ONU, a população da RGG, incluindo a dos países que ainda não integram a CGG, cresce a um ritmo de 2% a 3% ao ano²⁵⁶. Deste modo, concluiu-se que nos próximos anos manter-se-á uma pressão demográfica sobre os recursos dos países, sendo que a RGG, no ano 2035, ou seja, daqui a 21 anos, terá mais de meio bilião de habitantes²⁵⁷, como mostra a Figura 28.

²⁵⁵ Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial. Em amarelo os países da RGG que ainda não integram a CGG.

²⁵⁶ No mínimo 7 milhões de habitantes por ano.

²⁵⁷ Mais cerca de 200 milhões de habitantes do que tem na atualidade.

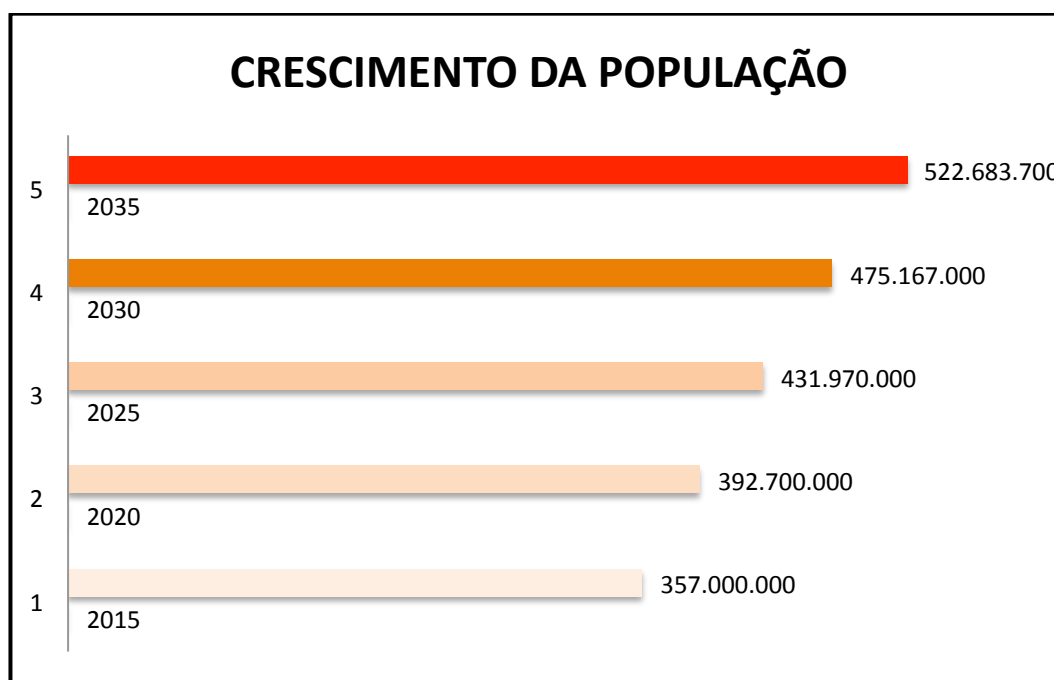


Figura 28 – Crescimento da População na RGG entre 2014 e 2035²⁵⁸

Por outro lado, é de considerar-se ainda situações tais como:

- Continua a ser baixo o nível de acesso ao conhecimento por parte da população, pois a quantidade média de anos de escolaridade que recebem as pessoas com 25 anos ou mais, assim como o total número de anos de escolaridade que se espera que uma criança em idade escolar receba, são de 9.9 anos e 5.2 anos, respectivamente.
- O continente, incluindo a RGG, de forma geral não vive um processo sustentável de desenvolvimento industrial, mantendo-se na condição de fornecedor de matérias-primas para um mercado em relação ao qual não possui o controle dos canais de formação dos preços.
- A população da região continua a crescer, principalmente nos centros urbanos, a um ritmo entre 2% a 3% ao ano, contra 0% na Europa, sem que cresça o emprego e, na maior parte dos países, as infraestruturas de apoio a este crescimento demográfico.
- A RGG somente utiliza cerca de 11% da terra arável disponível e continua a ter uma alta prevalência de epidemias e endemias tais como a tuberculose e o VIH/SIDA, como mostram as Figura 29 e Figura 30.

²⁵⁸ Elaborado pelo autor com base nos dados estatísticos do PNUD, 2014.

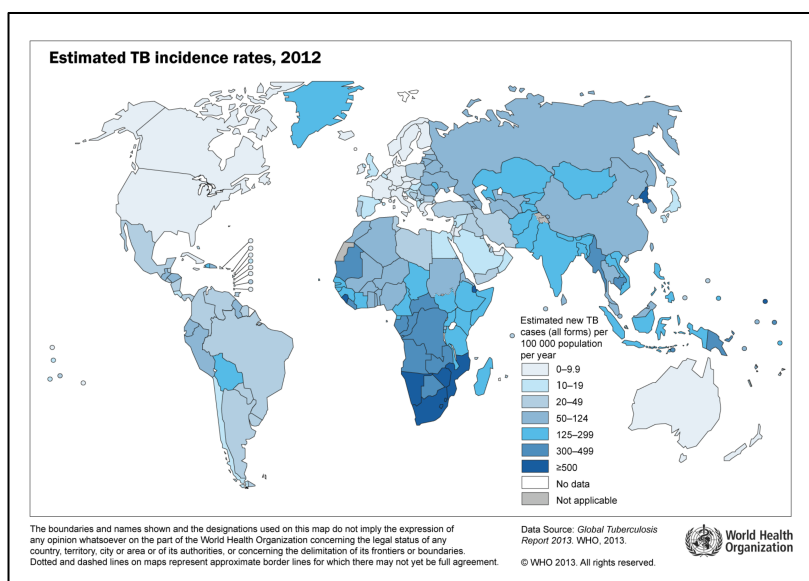


Figura 29 – Estimativa de incidência da tuberculose²⁵⁹

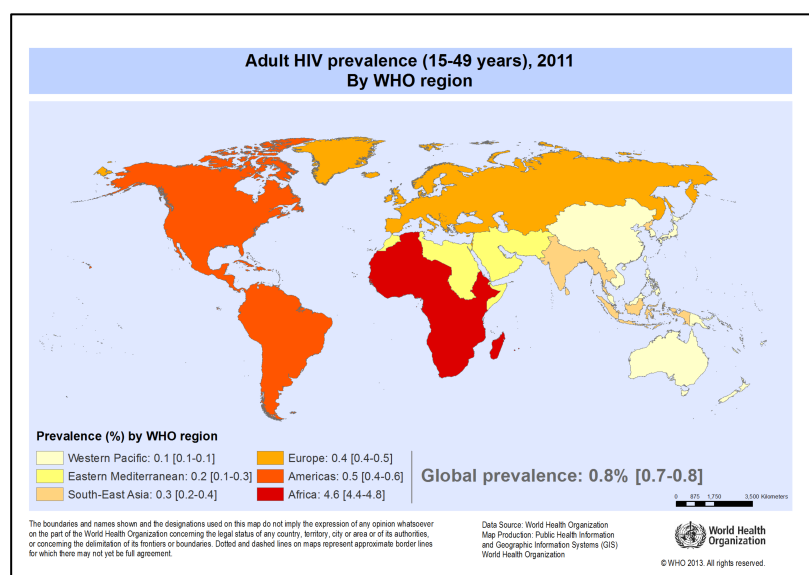


Figura 30 – A prevalência do VIH no mundo em 2011²⁶⁰

Deste modo, pode considerar-se que a questão do desenvolvimento, observado o quadro do crescimento demográfico esperado, continua a ser um desafio sério à estabilidade da região, especialmente porque as populações, cada vez mais letradas, se vão apercebendo, com base nas estatísticas, do crescimento considerável do PIB dos países e que alguns destes, com um GNI/PC elevado, apresentam níveis muito baixos de acesso ao conhecimento e à saúde, por exemplo.

²⁵⁹ Fonte: OMS, 2013.

²⁶⁰ Fonte: OMS, 2013. Dados de 23 de Fevereiro de 2013.

2.3. As ameaças

O Tratado da CGG enuncia como objetivo de longo prazo «o desenvolvimento económico dos Estados-membros e o bem-estar dos seus povos» (CGG, 2001: Art.º 3 c)). Para o efeito, definiu como objetivos intermédios: a concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo; a harmonização das respetivas políticas nos assuntos de interesse comum, nomeadamente em matéria de recursos naturais; a promoção económica e a integração do Golfo; bem como «a definição de políticas comuns no domínio da paz e segurança» (CGG, 2001: Art.º 5).

Neste âmbito, o estudo concluiu que as ameaças²⁶¹ podem assumir natureza diversa, designadamente, militar, económica, social e ecológica. Deste modo, reconheceu como quadro de segurança para a região, a «percepção de ausência de ameaça militar, pressão, coerção política ou outra contra a região ou algum dos Estados dela integrantes, e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os valores culturais da comunidade, assim como o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade da região se promover como ator internacional» (CGG, 2012: 19).

Assim, depois de identificados os desafios à estabilidade da RGG como desafios à materialização dos seus objetivos, a investigação considerou como ameaça para a região *todo o fenómeno que pela sua envergadura, conotação e consequência interna ou externa pode constituir, ou vir a constituir, um obstáculo que se interponha, dificulte ou impeça a manutenção ou o alcance dos interesses e objetivos regionais.*

Neste quadro, a investigação decidiu apreciar como ameaças principais à região, o carácter hegemónico com que se manifestam alguns interesses externos; a possibilidade de contaminação por alastramento de conflitos de outras regiões geopolíticas; o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional; a produção e tráfico de drogas; os efeitos nefastos da globalização; e a pirataria marítima.

²⁶¹ De acordo com o general Cabral Couto (1988), em estratégia somente se consideram as ameaças provenientes de uma vontade consciente.

2.3.1. O carácter hegemónico de alguns interesses externos

Em momento anterior a investigação reconheceu estar a ocorrer uma corrida à África, e especialmente à região, por causa da sua posse de recursos minerais estratégicos, tais como os energéticos, principalmente da Nigéria e Angola, e o *coltan* da RDC. De igual modo reconheceu-se que, no quadro desta corrida aos recursos, países tais como os EUA, a França, a China, a Índia, o Japão e o Brasil têm feito investimentos avultados na região.

Não reconhecendo o interesse nos recursos da região como uma ameaça, considerou-se como podendo configurar ameaça o carácter hegemónico de alguns interesses, que julgam somente poder-se realizar se afastando os de outros.

Com efeito, é identificado como ameaça o carácter hegemónico do interesse manifestado pelos EUA, ao definir a região como sua «zona de interesse vital», tendo, para o garantir, estabelecido entidades militares. Estas, com carácter aparentemente social, buscam «moldar o comportamento, a vontade e a capacidade de outras nações amigas e adversárias (...)» no quadro do objetivo «(...) de garantir que nenhuma outra terceira parte, como sendo a China, a Índia, o Japão ou a Rússia, obtenha o monopólio ou atenção preferencial» (PHAM, 2007).

A ameaça que a região pode atribuir ao carácter hegemónico com que se manifestam os interesses atrás referidos, advém não só do facto de se projetar a adequação do comportamento, da vontade e da capacidade dos nacionais da região àqueles interesses; mas também ao facto de se projetar o confronto pois, como referiu o Doutor Peter Pham (2007) «intencionalmente ou não, muitos analistas pensam que a África – especialmente aqueles estados situados na sua costa ocidental, rica em petróleo – de forma crescente se transformará em teatro de concorrência estratégica entre os Estados Unidos da América e o seu único próximo-par competidor a nível global, a China, uma vez que ambos países buscam expandir as suas influências e garantir o acesso aos recursos»²⁶².

A ameaça torna-se mais real ao considerar-se o alargamento do teatro de operações da OTAN (2010) quando requerido «(...) para proteger os direitos e outros interesses vitais

²⁶² Dr. J. Peter Pham, Testemunho ante o Congresso dos EUA, 2007.

dos membros da Aliança». «(...) ameaça a um ou mais dos Estados membros em episódios que envolvam ‘segurança energética’». Este quadro particular conduz a reconhecer a perspectiva do autor segundo a qual a RGG está limitada a Norte por uma região de interesse particular para a OTAN, a «África do *Midland Ocean*» que se lhe apresenta como margem oposta²⁶³.

2.3.2. Os riscos de vizinhança

Neste quadro particular é de destacar os conflitos no *Heartland* Africano, designadamente na região dos Grandes Lagos, incluindo parte da RDC, que também é parte da RGG; e na República Centro-Africana (RCA).

O conflito na Região dos Grandes Lagos, que tem como ponto fulcral a região Leste da RDC, com um carácter cíclico, tem origem no interesse pelas riquezas da região, especialmente o *coltan*. Ele é alimentado essencialmente a partir dos países vizinhos, o Uganda, o Ruanda e o Burundi, de onde parte o *coltan* para o exterior do continente, que apoia o contexto em que ele é explorado.

Com efeito, a região do Kivu alberga cerca de 80% das reservas mundiais da tantalita – metal extraído do *Coltan* – cujas aplicações principais estão direta ou indiretamente relacionadas com a defesa, segundo o Departamento do Interior dos EUA. Embora a Austrália e o Brasil, as outras fontes mundiais, o exportem, a Europa e os EUA, que pensam em termos de reserva, olham com um interesse particular a região (FAILLY, 2001)²⁶⁴.

O *coltan* da RDC não parte para as empresas de mineração localizadas na Europa e nos EUA²⁶⁵ a partir dos portos e aeroportos daquele país, mas principalmente do Ruanda, por via aérea através da Brussel Airlines (da Bélgica) e da Martinair (dos Países Baixos); e por via rodoviária até ao porto de Dar-es-Salam (Tanzânia), através da SDV

²⁶³ Para mais sobre o assunto consultar *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*, (VERÍSSIMO, 2013)

²⁶⁴ Didier de Failly é diretor do Gabinete de Estudos Científicos e Técnicos (BEST) de Bukavu (RDC) e perito sobre os problemas do coltan na região dos Grandes Lagos.

²⁶⁵ A Alemanha e os EUA são os responsáveis pela colocação no mercado mundial de cerca de 80% da tantalita que este consome. Os EUA, através das Kemet Corp., Vishay Intertechnology e AVX Corp. Controlam cerca de 90% do comércio da tantalita, seguidas de longe pela NEC/Tonkin, do Japão e a EPCOS, da Alemanha.

Transintra (do Grupo francês Bolloré) e daí a Antuérpia ou Ostende, através da Safmarine (da Dinamarca) (GRAMA, 2003).

Embora se desenvolva uma Operação de Manutenção de Paz (OMP) na RDC, precisamente pelo conflito na região dos Grandes Lagos, a verdade é que na região do Kivu, onde se extrai o *Coltan*, a presença da MONUC é residual, pois segundo Didier de Failly (2001), «a MONUC não pretende aí deslocar-se para evitar correr riscos».

Por outro lado, constitui uma ameaça à RGG, o conflito étnico-religioso que se desenvolve atualmente na RCA.

Este conflito, que opõe algumas das múltiplas identidades étnicas do país, assim como opõe cristãos e muçulmanos, gera dezenas de milhares de refugiados que, a partir da República do Chade, para onde se desloca a grande maioria, pode facilmente alcançar outras áreas da RGG. Por considerar ainda muito cedo para prever os resultados finais do conflito, a investigação não o aprofundou para além de manifestar o sentido de alerta²⁶⁶.

2.3.3. O terrorismo e o crime organizado transnacional

Não havendo uma definição aceite por todos os Estados para o fenómeno do terrorismo, a investigação tratou-o como sendo *a ação violenta executada por pessoas ao serviço de uma organização (estatal ou não-estatal), com a intenção de infundir medo a uma sociedade, uma região ou sector delas, e utilizar este medo para alcançar um fim político*.

Neste âmbito, embora a investigação tenha concluído que não existe na RGG bases fixas ou ações que indiciem o desenvolvimento do fenómeno do terrorismo nesta, considerou a existência de grupos filiados a organizações terroristas transnacionais na região da África Saariana. Pois, o combate que está a ser feito a estes grupos pode levá-

²⁶⁶ Para mais sobre a influência do coltan no conflito dos Grandes Lagos ler, entre outros: (KILOSHO, 2006), *Le Commerce Internationale du Coltan, quelle Utilité Sociale pour la Population Locale du Nord et Sud Kivu en RDC.*; *Dans l'Est du Congo les belligérants organisent le pillage et le trafic du coltan* (REMY, Jean-Philippe, 2008); (Le Monde, 2008), *Enlisés dans le Conflit en RDC, le Rwanda et l'Ouganda Financent Ainsi Leur Effort de Guerre*.

los a transferir-se para zonas da Região do Golfo da Guiné, aproveitando as vulnerabilidades referidas como desafios, e nesta aliciar militantes e gerar fundos para financiar a realização de atividades criminosas nesta ou em outras regiões do globo, contra aqueles que elegeu como seus inimigos.

Por outro lado, a realidade vem mostrando que o terrorismo internacional também se serve das redes e atividades do crime organizado, tais como o tráfico de seres humanos, a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, entre outras. Mantém-se atual a análise de Omar Sangari, funcionário do Ministério da Administração do Território do governo do Mali quando referiu que «as pessoas são muito pobres e se lhes dão dinheiro tornam-se salafistas, jihadistas, ou naquilo que lhes peçam (...) podem ser traficantes de armas, de drogas ou tabaco (...)» (IRUJO, 2007).

De igual modo, em relação ao crime organizado transnacional destaca-se na região o tráfico de mão-de-obra infantil, havendo estudos recentes da ONU que apontam que entre os países da África Ocidental em que mais se registam estão o Benim, os Camarões, a Costa do Marfim, o Gabão, o Gana, a Nigéria e o Togo.

Assim, pode-se concluir que os fenómenos do terrorismo internacional, que não têm bases na RGG, e do crime de tráfico de mão-de-obra infantil, que se desenvolve na região, constituem ameaças cuja materialização perigam o desenvolvimento integral e sustentável da região.

2.3.4. O tráfico de drogas

O aumento do consumo de substâncias psicotrópicas na Europa e EUA, que foi acompanhado por um processo de melhoria do controlo pelas entidades locais, do tráfico daquelas nos seus territórios, conduziu à deslocalização da produção.

Com efeito, as tarefas da produção de alguns tipos de substâncias psicotrópicas passou a ser desenvolvida pelos países mais pobres e menos estruturados, principalmente da América Latina e Ásia (CICO, 2009).

Entretanto, neste mesmo quadro, à África correspondeu principalmente o papel de rota de trânsito e de base de armazenamento dos produtos destinados à Europa. Assim,

segundo Vale Faria (2008), «a costa e os portos da África Ocidental converteram-se no centro do tráfico transatlântico de cocaína. Para além de grandes envios de cocaína, transportados por mar que são armazenados na África Ocidental e enviados para os seus destinos finais, em países ocidentais, as redes internacionais de crime organizado, traficam com drogas duras, utilizando correios humanos “descartáveis”, com passaportes e vistos falsos».

Por outro lado, uma realidade, talvez não tão nova mas sim pouco estudada e divulgada, que o continente enfrenta, é o cultivo e comercialização (exportação) da *cannabis*, cujos derivados são os mais produzidos, traficados e consumidos no mundo. A ONU estima que só no ano de 2007, o número de pessoas que consumiram *cannabis*, pelo menos uma vez, varia entre os 143 milhões e os 190 milhões (JIFE, 2008).

De acordo com o meso Relatório, estimava-se que naquela altura, mais de 42 milhões de pessoas em África abusavam da *cannabis* e que o continente produzia cerca de 26% daquela substância que circula no mundo.

«A *cannabis* é ilicitamente produzida, no Gana, na Nigéria, nos Camarões e na RDC» (CICO, 2009), com todas as consequências possíveis numa região que, como atrás referido, caracteriza-se pela debilidade da administração, a imigração não controlada e uma elevada corrupção social.

2.3.5. O efeitos nefastos da globalização

A globalização é um processo irreversível que atinge todos os aspectos da sociedade moderna, desde a economia às finanças, até à informação.

Em 2002 o ataque às «torres gémeas», nos EUA, foi transmitido em direto em todo o mundo. Da mesma forma que a crise financeira que no ano 2009 se declarou nos EUA, em pouco tempo se transformou numa crise financeira mundial, mostrando quão interdependentes estão atualmente os mercados.

A globalização impõe a modernização das economias e o aumento da competitividade das empresas, cujos resultados podem ser afectados pela ação de outras estabelecidas a

milhares de quilómetros de distância. Assim, uma economia nacional subdesenvolvida não só não consegue competir com uma economia moderna e globalizada, como também sofre a ameaça de ser absorvida, ficando totalmente dependente de interesses alheios aos dos seus cidadãos, passando a ser não mais do que fornecedora de matérias-primas e força de trabalho barata para o mercado mundial. A globalização concorre assim contra a soberania do Estado.

Um aspecto da globalização, particularmente importante para os países cuja realidade de desenvolvimento é a que descrevemos para a Região do Golfo da Guiné é, por um lado, a sobrevalorização dos valores culturais impostos pelos mecanismos de moldagem de vontades, designadamente as grandes cadeias de informação, em detrimento dos valores locais; e, por outro, a tentativa de importação de modelos ideológicos para tratar questões locais, tal como ocorreu com a aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial que, para além de ajudarem a desestruturar mais o quadro económico financeiro africano, favoreceram uma parte ínfima da população aumentando ainda mais o fosso entre as camadas sociais dos Estados africanos, incluindo da RGG.

2.3.6. A pirataria marítima

A pirataria é um fenómeno muito recente na região, sendo que para alguns autores, «ela é consequência da pouca capacidade de controle das atividades marítimas nos seus mares territoriais». (ICC, 2012).

De igual modo refere-se que, embora durante décadas se tivessem registado ataques ao tráfego comercial nas águas próximas à Nigéria, a escalada da violência coincidiu com a escalada da insurreição no Delta do Níger (Nigéria), entre 2006 e 2009, e a partir de 2007 começou a propagar-se aos países vizinhos (ICC, 2012).

«A pirataria no Golfo da Guiné foi responsável por quase 30% dos ataques (427 de 1434) sofridos em águas africanas entre 2003 e 2011, e a percentagem tem estado a aumentar» (CHATHAM HOUSE, 2012).

Neste quadro, conscientes de que não existe na região um país com toda a capacidade humana, material, organizativa e outra necessária para fazer face a esta ameaça, os Estados africanos da costa ocidental enquadrados nas suas CER, principalmente a CEDEAO e a CEEAC, têm ensaiado um conjunto de medidas para enfrentá-la, nomeadamente o estabelecimento de centros de coordenação regional.

Para além do centro de coordenação regional da CEDEAO, estabelecido em Lagos, na Nigéria, a região possui o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC), com sede em Ponta Negra (República do Congo-Brazzaville).

O CRESMAC, estabelecido no quadro da Resolução 193/12/03, de 31 de Outubro de 2003, do Conselho de Ministros da CEEAC realizado em Luanda; da Resolução da CEEAC/CEDEAO sobre a luta contra o tráfico de pessoas (2006); e das recomendações do Fórum OMI/CEEAC, realizado em Dacar (Senegal), de 23 a 25 de Outubro de 2006, é responsável pelo controlo do espaço marítimo dos Estados membros da CEEAC do Golfo da Guiné (CEEAC, 2009)²⁶⁷.

Contudo, a não solução da situação, entre outras razões pela não materialização desta e outras resoluções, conduziu o Conselho de Segurança da ONU à aprovação de várias resoluções entre as que se destacam as 2018, de 31 de Outubro de 2011 e a 2039, de 29 de Fevereiro de 2012. Da materialização destas resoluções, que instam à participação coordenada de todos, os países localizados no Golfo da Guiné, e aqueles que dele se servem como via de passagem ou fonte de recursos, resultaram, entre outras, a reunião entre a CEEAC e a CEDEAO (2011 e 2012) sob o patrocínio do AFRICOM e a reunião sobre a segurança do Golfo organizada pela França (2012), para além de iniciativas militares como é o programa *African Partnership Station*, com a participação dos EUA, da UE e de alguns países africanos do Golfo da Guiné.

Momento particular do estudo da situação de segurança do Golfo da Guiné constituiu a realização, pela CGG, da Conferência de Luanda sobre a paz e segurança na região que, ao abordar a questão de uma forma holística, não deixou de apreciar a questão da segurança marítima.

²⁶⁷ Nos termos da Resolução 193/12/03, o espaço marítimo da CEEAC foi definido como sendo desde a fronteira marítima entre Angola e a Namíbia à fronteira marítima entre os Camarões e a Nigéria.

Neste quadro particular, a Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, que resultou desta Conferência, realçou a necessidade de «promover um quadro legal internacional contra a compra de petróleo bruto roubado e desenvolver legislação nacional que garanta a responsabilização criminal dos responsáveis por esses atos ilegais»²⁶⁸; «promover a participação efetiva da sociedade civil no fortalecimento da democracia e da boa governação dos Estados da região, como condição para a consecução e manutenção da paz e segurança nos países da região»; «desenvolver e implementar uma estratégia integrada de paz e segurança (de longo prazo), tanto no mar como na terra (...) em estreita colaboração com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)», a margem oposta.

No entanto, pode afirmar-se que o ponto mais alto da coordenação da região para enfrentar o fenómeno da pirataria marítima constituiu a Declaração de Yaoundé, resultante da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da África Ocidental, da África Central e da Comissão do Golfo da Guiné, que define o modelo de participação da região na sua proteção.

Suficientemente abrangente, este documento baseia-se no que havia sido até ao momento produzido sobre o assunto, designadamente: as Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que apelam ao estabelecimento de estratégias regionais, sub-regionais e nacionais de proteção e segurança marítima; a Estratégia Africana Integrada Para os Mares e Oceanos Horizonte 2050 (Estratégia AIM 2050)²⁶⁹; a Carta Africana dos Transportes Marítimos²⁷⁰; o Protocolo da CEEAC sobre a Estratégia de Segurança dos Interesses Vitais no Mar²⁷¹; a Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné²⁷²; assim como os Protocolos relativos ao estabelecimento das entidades regionais e dos

²⁶⁸ «Existem poucos lugares no mundo em que se pode descarregar toneladas de petróleo roubado. Mesmo na África Ocidental, aqueles com capacidade para comprar e revender este volume de produto devem ser relativamente poucos. É muito difícil aceitar que todo este combustível possa ser vendido em bancadas ao longo das estradas, ou que os ladrões quisessem receber o seu pagamento de alguns poucos dólares a prazo. Melhor se entende que o comprador tenha ligação com uma operação formal de distribuição» (UNODC.ORG, 2012).

²⁶⁹ Adoptada pela União Africana a 6 de Dezembro de 2012.

²⁷⁰ Adoptada em 1994 e emendada em Durban, África do Sul, em Outubro de 2009.

²⁷¹ Adoptada em Kinshasa, em 24 de Outubro de 2009.

²⁷² Adoptada em Luanda, em 29 de Novembro de 2012.

mecanismos de paz da CEEAC, CEDEAO e da CGG, designadamente, o Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX)²⁷³; o Tratado Revisto da CEDEAO²⁷⁴; o Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução de Conflitos e Manutenção de Paz e Segurança da CEDEAO²⁷⁵; o Documento – Quadro de Prevenção de Conflitos na Região CEDEAO²⁷⁶; e o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné.

Contudo, a apreciação do perfil da pirataria na região nos últimos anos, permite compreender que, exceptuando os poucos rapto registados nas águas nigerianas, ela tem consistido principalmente em ataques com vista ao desvio de barcos que transportam produtos petrolíferos e roubos oportunistas. Com efeito, de acordo com a Organização Marítima Internacional (OMI), entre 2011 e o meio do mês de Setembro de 2012, o perfil das ações dos piratas, e o seu resultado, é o indicado na Figura 31.

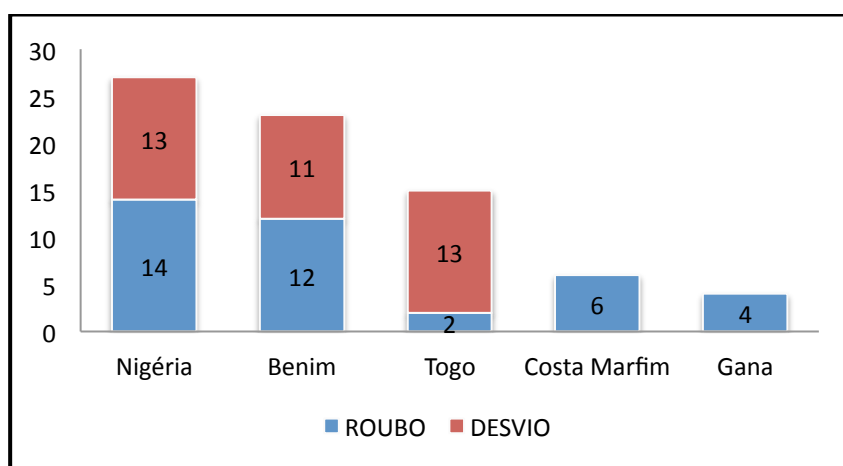


Figura 31 – Perfil e Quantidade de Ações Piratas no Golfo da Guiné 2011 a meio de 2012²⁷⁷

Por outro lado, como uma ameaça potencial, apreciou-se a alteração do âmbito da discussão relativa às plataformas continentais dos Estados, pois os países mais desenvolvidos, designadamente os EUA, mobilizam-se para impor os seus interesses, sendo que «para isso afastam as discussões dos benefícios económicos, e colocam-nas à luz dos grandes princípios políticos. Esforçam-se, igualmente, por provocar alterações do Direito Internacional compatíveis com as suas aspirações, o que significa evitar mais

²⁷³ Adoptado em 24 de Fevereiro de 2000.

²⁷⁴ Adoptado em 23 de Julho de 1993.

²⁷⁵ Adoptado em 10 de Dezembro de 1999.

²⁷⁶ Adoptado em 16 de Janeiro de 2008.

²⁷⁷ Fonte: OMI, 2012.

restrições à liberdade dos mares e à exploração dos recursos naturais. (...) Através de uma campanha internacional dissimulada pela retórica igualitária, baseada no conceito do mar como recurso comum (...) estes preconizam normas legais internacionais que impõem as mesmas condições a todos os países. Porém, como dispõem de superioridade científica, tecnológica e financeira, têm condições para afirmar a teoria da capacidade de exploração efetiva dos fundos marinhos, o que questiona todas as outras teorias invocadas pelas pequenas potências para estabelecerem novas fronteiras marítimas» (RIBEIRO, 2008).

Síntese conclusiva

Como se conclui, o cenário geoestratégico da região, caracterizado por uma corrida pelos seus recursos, tende a ser moldado pela perspectiva hegemónica dos EUA. Esta, para além de condicionar os interesses de outras entidades externas, especialmente a China, o Brasil e a Índia, busca influenciar os países aí localizados para não a contrariarem.

Contudo, o estabelecimento da CGG e a sua ação no sentido de criar um quadro de concertação e cooperação para o desenvolvimento harmonioso da região contraria quer a perspectiva dos EUA, quer a da França, que nela exerce poder político, económico e militar.

Por outro lado, considerou-se que caracteriza ainda a conjuntura geoestratégica da região: uma elevada instabilidade latente na maior parte dos países, que se manifesta através de conflitos ou rivalidades étnicas e religiosas, somada à potencialidade de conflito entre os Estados que pretendem definir a sua plataforma continental; a debilidade da maior parte dos Estados, especialmente na perspectiva da segurança e defesa; a imigração não regulada; o baixo IDH; e um elevado índice de corrupção.

Concluiu-se ainda que as principais ameaças à região, para além dos interesses hegemónicos dos EUA, constituem o terrorismo e o crime organizado transnacional potenciado pelas vulnerabilidades identificadas; a produção e tráfico de drogas; a pirataria marítima, que serve de pretexto para a materialização de algumas estratégias externas; e os efeitos nefastos da globalização.

V PARTE – POTENCIAL ESTRATÉGICO DE ANGOLA: AS BASES DO PODER

Esta parte da investigação aborda as Bases do Poder da República de Angola. Fá-lo a partir dos conceitos de Potencial Estratégico e de Fontes de Poder.

Os recursos, as populações e mesmo as entidades políticas encontram-se num território e potencialmente conferem determinado grau de poder. Contudo, isto não pode confundir-se com o poder nacional. Na verdade, não se pode confundir potencial com poder e não deve confundir-se potencial nacional com poder nacional. Pois, a capacidade de um país converter o seu potencial em poder nacional é algo muito próximo do intangível. Aliás, o poder nacional só pode ser avaliado no meio que o cerca, quando aplicado, deixando assim de ser potencial.

Por outro lado, a consideração do potencial decorrente da posse de recursos – essencialmente minerais – por uma unidade política, que se aprecia como um dos factores da análise geopolítica, conduz geralmente à conclusões subjetivas, porque baseadas em pressupostos imaginados.

Essencialmente por esta razão a investigação adotou o conceito operacional de Base do Poder, que pretende expressar o resultado da aplicação das Fontes de Poder – incluindo o potencial gerado pelos recursos minerais. A Base do Poder da unidade política em análise manifesta-se através dos seus índices de desenvolvimento, especialmente daqueles elementos que compõem o IDH. Numa perspetiva de projeção do país na região do Golfo da Guiné, fez-se a comparação dos principais factores da Base do Poder nacional com as das unidades políticas que se encontram no espaço geopolítico de referência.

Com efeito, «o triângulo indissolúvel sempre se posiciona, também, no plano nacional, articulando a política nacional, a estratégia nacional e o poder nacional. Neste plano, a política prende-se, sobretudo, nos fins a alcançar para o Estado Nacional; cuidando de interpretar aspirações e transformá-las em objetivos nacionais. Ela sempre tem de ir além, organizando o poder nacional, criando meios e desenvolvendo-os, sempre em benefício da comunidade nacional. A política nacional, ao interpretar as aspirações e interesses e ao transformá-los em objetivos nacionais para a consecução ou manutenção em determinado prazo, o faz mediante uma concepção política, que dita os rumos de uma concepção estratégica» (COSTA *and al.*, 2013: 17).

Neste quadro, consideraram-se Fontes de Poder os fatores: Geografia, História, Estrutura, Ciência e Tecnologia e o Carácter, a Vontade e a Estratégia, nacionais.

Como escreveu Gonçalo Reparaz (1901-1984) em *Política de España en África* (1924), uma coisa é que um indivíduo ou um grupo deles sobressaia de uma sociedade, e outra é que uma nação assuma a função de líder numa região. Isto só se alcança através da superioridade de uma cultura em todos os seus aspectos. Isto não se finge nem se improvisa.

Com efeito, a política internacional, como toda a política, é uma luta pelo Poder. Qualquer que seja o fim último da política internacional, o Poder é sempre o seu objetivo imediato. Deste modo, afirmou Hans Morgenthau que «os homens de Estado ou o povo podem almejar a liberdade, a segurança, a prosperidade, ou mesmo o próprio Poder. Poderão definir os seus objetivos em termos de ideais religiosos, filosóficos, económicos ou sociais. Poderão esperar que este ideal se materialize através da sua própria força interior, através da intervenção divina, ou pelo natural desenvolvimento dos assuntos humanos. Mas, sempre que lutam pelos seus objetivos por meio da política internacional, fazem-no lutando pelo Poder» (MORGENTHAU, 1948: 18).

Contudo, várias são as aceções que se apresentam ao conceito de Poder, o que certamente decorre da «natureza e variedade dos seus pressupostos, a alterabilidade contingente e nem sempre previsível dos mesmos, as induções automáticas da sua mútua e natural interação, os desvios de percepção que podem acompanhar a sua observação e que determinam a dinâmica fluidez do fenómeno (...)» (FONTOURA, 2006: 6).

No âmbito deste trabalho de investigação não se procurou definir Poder, mas sim, e partindo do conceito de Estratégia, determinar os «meios de poder» que podem servir a estratégia para materializar os objetivos políticos de Angola na região, assim como a sua adequação. Os meios de poder, que na verdade constituem os «ativos nacionais» no quadro da materialização dos objetivos do Estado angolano para a região, independentemente da estratégia ser de natureza defensiva, ofensiva ou de manutenção do *status quo*, a investigação designou de bases de poder.

Para B. Hocking e M. Smith, as interações internacionais desenvolvidas entre os atores refletem necessariamente «as metas, recursos e ações destes atores e são influenciadas pelo contexto e pelos níveis em que se processam» (*apud* CERVERA, 1991: 86). Por

esta razão considerou-se especialmente importantes ao quadro da análise, por um lado, a natureza multidimensional (força material e força moral) destes ativos e, por outro, o efeito catalisador, ou multiplicador como lhe chamou Ray Cline (1980), de elementos tais como a vontade nacional e a coerência da Estratégia nacional. A vontade nacional e a coerência da estratégia nacional juntam-se à geografia, à história, à capacidade científica, ao ambiente social e ao quadro económico, como meios de poder.

CAPÍTULO 5 - A Geografia

A importância dos fatores geográficos enquanto ativo estratégico de um Estado foi claramente definida por Napoleão que, apoiado na sua experiência política afirmou que «a política de um Estado repousa na sua geografia», ou por Ratzel que declarou que «da posição geográfica e política, nasce a política geográfica do Estado». Neste quadro, a investigação considerou fatores de natureza estável e variável, designadamente: o físico, o humano, os recursos e a circulação.

1. Fator Físico

1.1. A localização

A República de Angola (1975) está localizada na costa ocidental de África, entre os paralelos 5 e 18 de latitude sul e os meridianos 12 e 24 de longitude leste.

A sua localização coloca-o na condição de elemento de ligação entre a região Austral e Central do continente africano.

Ela faz fronteira a Oeste com o Oceano Atlântico (1650 Km); a Norte com as repúblicas do Congo (201 Km) e do Congo Democrático; a Leste com as repúblicas do Congo Democrático²⁷⁸ e da Zâmbia (1110 Km); e a Sul com a República da Namíbia (1376 Km).

Angola é um país de posição mista, sendo caracterizado pela posse de extensa fronteira terrestre e amplo acesso ao mar (1650 Km de costa).

²⁷⁸ O total da fronteira com a RDC é de 2 511 Km, sendo 220 Km com a província de Cabinda.



Figura 32 – Localização geográfica da República de Angola²⁷⁹

1.2. A extensão

A República de Angola é um país de grande extensão (2º da RGG, depois da RDC)²⁸⁰, com um território terrestre de 1 246 700 Km², e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 501 050 Km², correspondendo a aproximadamente 40% do território terrestre. Atualmente o país desenvolve ações no sentido de estabelecer a sua Plataforma Continental, que pode alcançar os 416 339 Km².

A maior parte do território continental nacional constitui área ecúmena, sendo por esta razão quase todo ele completamente aproveitável. No entanto, o núcleo vital do Estado, onde se aprecia o maior desenvolvimento socioeconómico, é o litoral do território, para

²⁷⁹ Fonte: <http://mapas.geographicguide.net/africa/angola-map.jpg>.

²⁸⁰ O 22º do mundo e o 5º país da África em extensão.

além de pequenas áreas no interior, geralmente as capitais de província. As principais cidades do país são Luanda (capital), Benguela e Lobito no litoral e, no interior, Lubango, Malange e Huambo. O fim da guerra, no ano 2002, tem permitido ao Estado mostrar capacidade para ocupar o *hinterland* nacional, expandindo o seu núcleo vital.

1.3. A configuração

A República de Angola é um Estado de configuração compacta, embora uma pequena parte do seu território, a província de Cabinda, encontra-se separada da principal pelo rio Zaire (Congo) e a RDC.

O território angolano assemelha-se a um quadrado. Contudo, a localização da sua capital não lhe permite aproveitar as vantagens que esta configuração lhe confere. Com efeito, Luanda, que constitui o centro de gravidade do país, encontra-se exposta a um mar aberto, entre outras desvantagens defensivas.

O estabelecimento de um importante núcleo vital no centro do país, permitir-lhe-ia exercer vantagens tais como o estabelecimento de um traçado radial da rede de comunicações para, a partir daí, recuperar alguns dos benefícios relativos ao controle do território que a localização atual da sua capital política e administrativa lhe retira.

1.4. A morfologia

Desde o ponto de vista da sua topografia, partindo de Oeste para Este, o país pode considerar-se dividido em 3 zonas. A primeira, uma região costeira de terras baixas com cerca de 150 Km no seu ponto mais largo. Depois uma região semi-planáltica, com altitudes de 300 a 1000 m. Finalmente, mais para Leste, uma região planáltica com diversas mesetas com altitudes entre os 1200 e os 2100 m.

O ponto mais alto do país é o morro do Môco, na província do Huambo.

Esta mesma perspectiva estabelece para o país pelo menos três (3) orientações geográficas. Enquanto o Oeste encaminha-se para o Oceano Atlântico; o Norte e Leste estão orientados para a Bacia do Congo e a bacia hidrográfica do sistema Zambeze-

Congo (África Central), de que fazem parte; e o Sul para o deserto do Namibe. Por outro lado, o geógrafo norte-americano D. Whittlesey (1924), em *Geographic Provinces of Angola*, afirma que Angola possui 6 províncias geográficas, a saber: Luanda, a região do Congo, Benguela, Namibe, Alto Zambeze e a fronteira do Deserto de Kalahari.

Extenso em latitude e longitude, Angola é um país de diversidade climática²⁸¹ o que, consequentemente, lhe confere variedade no que se refere à sua vegetação, produção agrícola e mesmo cultura.

A sua hidrografia é composta por vários rios e lagoas importantes, na perspectiva de vias de comunicação, de fonte de alimentação e de água para consumo e irrigação, fonte de energia elétrica, assim como para a defesa do território.

Os rios mais importantes são o Kwanza, que corre completamente no território nacional, desde o planalto central até ao Atlântico, numa extensão navegável de 960 Km; o Zaire (Congo), que também serve de fronteira com a República Democrática do Congo; o Zambeze, que corta parte do território angolano, estabelecendo uma área particular; o Cunene que, do planalto central corre em direção sul numa extensão navegável de 200 Km, e estabelece parte da fronteira com a República da Namíbia, para além de gerar parte importante da energia elétrica para este país; e o Cubango que, com 975 Km, corre em direção à Namíbia, contribuindo também para a regulação do ecossistema da região. De maneira geral, os rios que surgem da vertente norte correm em direção ao rio Zaire, enquanto que os que surgem da vertente sul correm em direção ao Zambeze.

A principal lagoa angolana é o Lago Dilolo, localizado na província do Moxico. A do Panguila e da Muxima, na região de Luanda e do Bengo, respectivamente, são também importantes, principalmente pela sua função de fonte de alimentação.

²⁸¹ Predominantemente semiárido no Sul e ao longo da costa até Luanda, o Norte beneficia da proximidade do Equador, sendo por isso mais chuvoso. Nas províncias do Norte a precipitação é de cerca de 800 mm por ano, enquanto no resto é menor que 600 mm e a parte sul chega a ser menor que 50 mm, por ano. Por outro lado, o clima varia com a altitude.

2. Fator Humano

2.1. A demografia

Este é um elemento sumamente importante, entre os «meios de poder» de um Estado, no quadro da aplicação de qualquer estratégia pois, «uma grande população assegura o poder humano para as forças armadas poderosas, assegura o trabalho para produzir grande riqueza, assegura os consumidores que fazem o papel de mercado para as outras nações, assegura os contribuintes de impostos que pagarão os gastos enormes dos jogos da política mundial na atualidade, e assegura a ousadia de correr os riscos necessários de tal jogo. (...) Porém, a população também aumenta o poder da nação ou o diminui através dos efeitos sobre a economia»²⁸².

Angola possui uma população aproximada de apenas cerca de 20 milhões de habitantes, sendo cerca de 64% maioritariamente jovem, entre os 0 e os 24 anos de idade.

Como atrás referido, uma parte considerável da população do país encontra-se atualmente na sua região litoral, estando cerca de 5 milhões na sua capital. Cerca de 60% da população vive em área urbanizada.

A Taxa de Crescimento da população entre os anos 2000 e 2012, oscilou entre os 1.9% e os 2.78%, segundo as estatísticas do *Index Mundi*.

Apreciado desde a perspectiva de Ray Cline (1980), para quem só a partir dos 50 milhões de habitantes o fator humano começa a ser considerável para o poder de um Estado, a população de Angola é insuficiente. Contudo, no caso da investigação, a comparação foi feita em relação aos demais Estados da região. Esta análise conduziu à observação de que Angola é, na região do Golfo da Guiné, o quinto país em população, depois da Nigéria, da RDC, do Gana e dos Camarões, como mostra a Figura 33.

Não podendo apreciar este elemento de forma isolada, refere-se o facto de Angola possuir um PIB/PC maior que qualquer um daqueles países (6500 USD), embora muito

²⁸² A. Organski citado em: *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*, (TAMMEN, 2000).

mais baixo que o da Guiné Equatorial (26400 USD), porém com menos de 800 mil habitantes, como se pode apreciar da Figura 34.

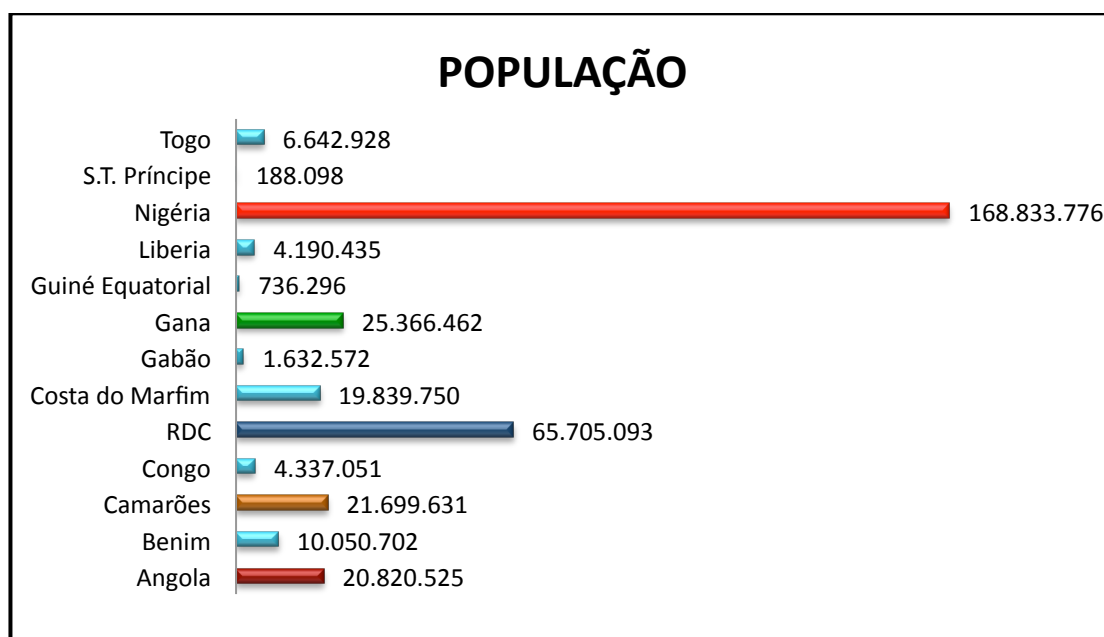


Figura 33 – População dos países da região do Golfo da Guiné²⁸³

Consciente da necessidade de corrigir o déficit populacional, o Governo decidiu desenvolver uma Política Nacional de População, em que se enquadrou o Censo Populacional recentemente realizado (2014)²⁸⁴.

A investigação considerou que a superação do déficit de população por parte de Angola somente pode ser alcançado através do equipamento desta com conhecimentos que lhe permitam explorar as potencialidades do país.

²⁸³ Construção com base em dados do Index Mundi para o ano 2013.

²⁸⁴ De acordo com Sua Excelência, o Presidente José Eduardo dos Santos, na abertura do Ano Parlamentar (Out, 2014), o país possui 24 milhões de habitantes, estando 6 200 000 na sua capital. Estes dados não invalidam a análise desenvolvida.

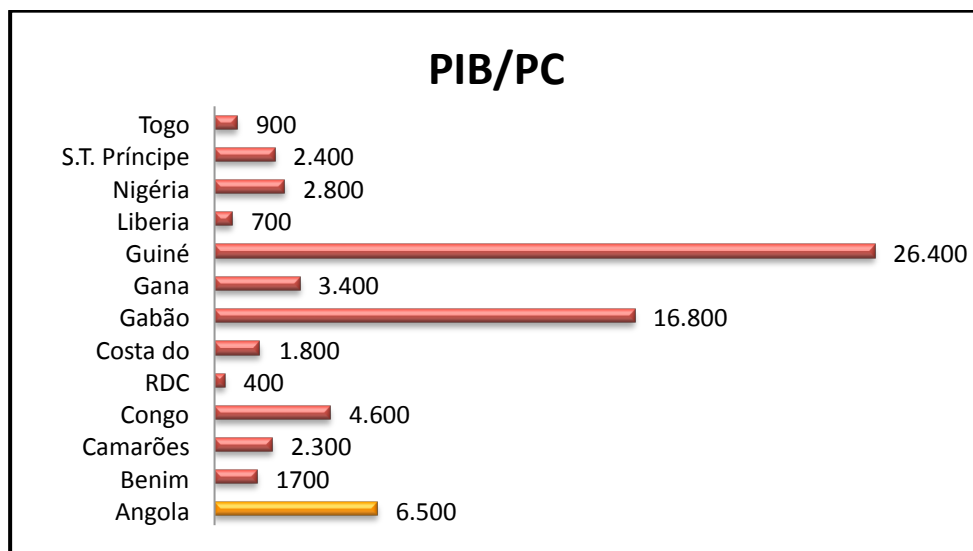


Figura 34 – Produto Interno Bruto *per capita* dos Países do Golfo da Guiné²⁸⁵

2.2. A interação étnica e religiosa

Quando Portugal ocupou o território a que atribuiu a designação Angola, aí encontrou diversas nações. Pois, o território era ocupado por agrupamentos sociais que partilhavam os mesmos costumes, idioma, cultura, assim como possuíam uma tradição histórica. A forma diferente como foram recebidos nas várias partes do território é uma manifestação das diferenças entre os povos que o habitavam.

Deste modo pode afirmar-se que a criação de Angola por Portugal, tal como analisou a III Parte desta investigação, como o fizeram outras potências coloniais, constituiu a reunião de um conjunto de nações independentes sob uma administração única, a administração portuguesa.

Aquelas antigas nações constituem os diversos grupos étnicos que no presente genericamente se designa de Povo Angolano.

Os principais grupos étnicos angolanos são o *Ovimbundo*, o *Kimbundu*, o *Bakongo*, o *Lunda-Chokwe*, o *Nganguela*, o *Nhaneca-Humbe*, o *Herero* e o *Ambó*, incluindo os

²⁸⁵ Os dados empregados correspondem às previsões para o ano 2013 do Index Mundi.

subgrupos que os constituíam. A Figura 35 apresenta a sua distribuição no território nacional no ano de 1916.

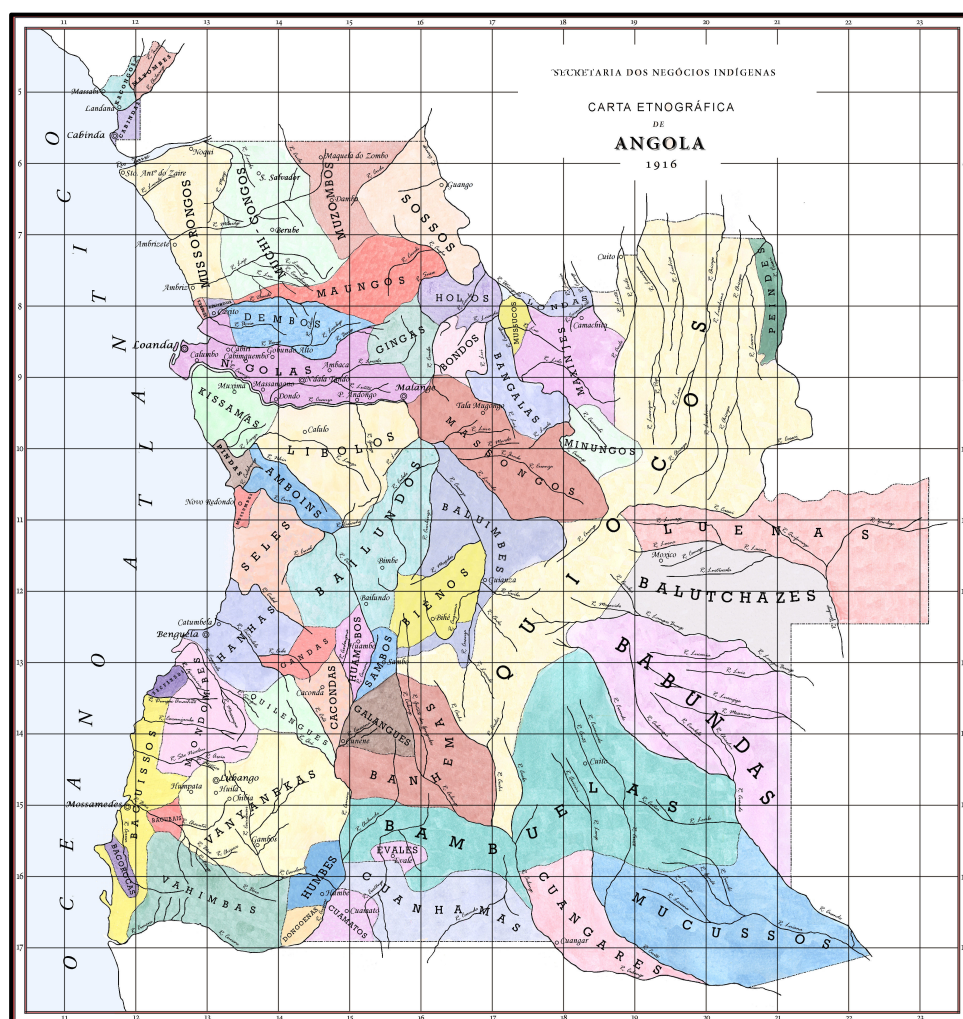


Figura 35 – Distribuição étnica da população de Angola, incluindo os subgrupos²⁸⁶

Contudo, de uma forma mais alargada, os grupos étnicos angolanos podem representar-se como o faz o mapa do mais consagrado estudioso da etnografia angolana José Redinha, representado na Figura 36.

Destes grupos étnicos angolanos, aqueles constituem a maior parte da população angolana são o grupo *Ovimbundo*, representando cerca de 35% da população, o grupo *Kimbundu*, cerca de 25%, seguido do grupo *Bakongo* com cerca de 10%.²⁸⁷

²⁸⁶ Fonte: Secretaria dos Assuntos Indígenas do Governo Português.

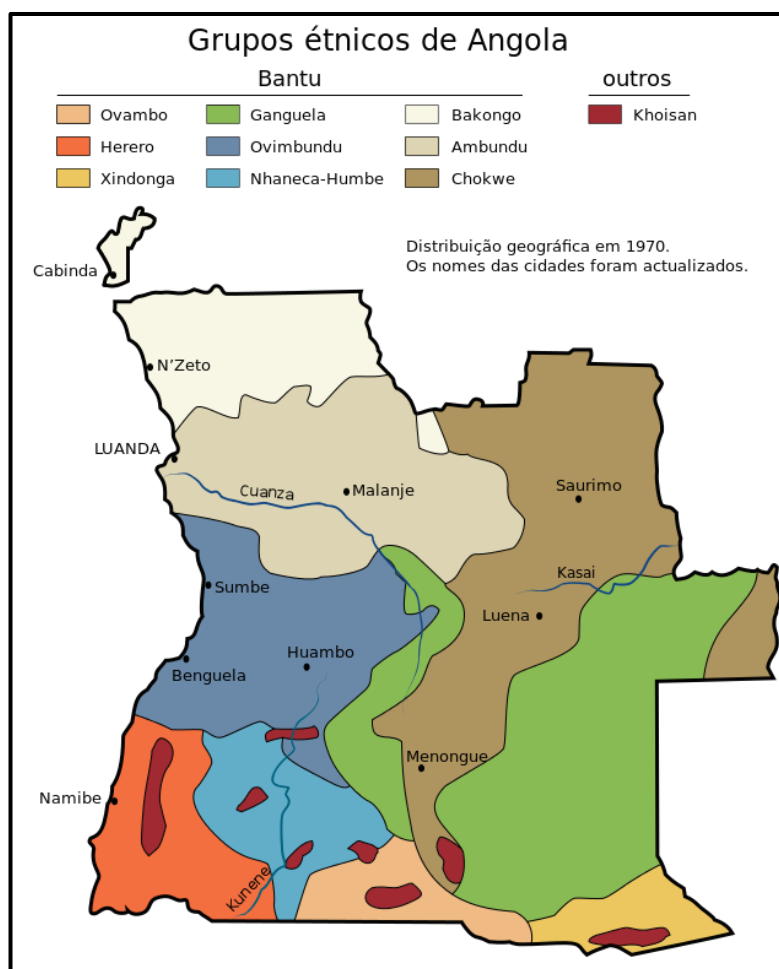


Figura 36 - Os grupos étnicos de Angola em 1970²⁸⁸

O modelo de administração de Angola adotado por Portugal, analisado na III Parte desta investigação, ajudou a consolidar um processo de miscigenação étnica que tinha iniciado e pode ser observado no facto do Reino do Congo, de ascendência *Bakongo*, vir até ao rio Cuanza, onde as populações eram principalmente *Kimbundu*.

Por outro lado, a política de assimilação imposta por Portugal, ao estabelecer a sua cultura, costumes e valores como únicas referências no convívio nacional, ajudou a criar laços culturais até então não existentes entre as diversas populações angolanas, para além de laços físicos em que também participou, originando a alteração do tecido demográfico original com o surgimento de novas raças.

²⁸⁷ De acordo com diversos autores, entre os quais José Redinha; Elikia M'Bokolo; Gerald Bender e Stanley Yoder; e René Pélissier e Douglas Wheeler.

²⁸⁸ Fonte: Original de José Redinha, em *Distribuição étnica de Angola*, 1974, (REDINHA, 1974).

Contudo, em alguns atos e momentos da empreitada de ocupação e dominação das populações angolanas, o colonialismo serviu-se da fratura étnica, e também racial, para evitar uma unidade das populações contrária aos seus interesses.

O Movimento de Libertação Nacional, ainda que, de alguma forma, também fosse afetado pela fratura étnica e racial, também ajudou à diminuição da diferença entre os diversos grupos étnicos. Por exemplo, o MPLA, no ano 1965, como refere a Fundação Agostinho Neto (FAAN, 2012), em *Agostinho Neto e a Libertação de Angola, 1949-1974, Arquivos da PIDE-DGS*, instituiu o lema “Angola, um só povo e uma só nação”, como mecanismo de combate às diferenças étnicas e raciais entre os seus combatentes.

De igual modo, aquilo a que os angolanos designam como «segunda guerra de libertação nacional», que opôs o país à agressão externa (da África do Sul e do Zaire), foi um marco importante no quadro das relações interétnicas em Angola. Com efeito, por um lado, serviu para reunir muitos angolanos, independentemente da origem étnica e racial, para combater a agressão mas, por outro, viu outros tantos angolanos fazerem opções baseados exatamente na sua origem étnica, apoiados pelos agressores externos.

No presente, a luta dos diversos grupos das elites nacionais pelo controle do poder político e, com ele, o acesso aos recursos do país, tem também explorado a fratura étnica e racial nacional como recurso para alcançar os seus objetivos. Neste quadro particular, o facto de os recursos nacionais, principalmente os minerais, estarem distribuídos por regiões diversas do país é aproveitado como fator de divisão, ao referirem-se a eles como direito imediato das populações originárias da região, geralmente correspondente a um grupo étnico.

Neste âmbito, o país vive conflitos étnicos e raciais latentes. A tentativa de secessão da província de Cabinda, assim como as propostas de alteração do modelo constitucional de Estado unitário para um quadro federativo, podem referir-se como manifestações da conflitualidade étnica em Angola.

O reconhecimento da diversidade étnica do povo angolano conduziu o Governo a programar para o período 2012-2017, a introdução das línguas nacionais no sistema de

ensino, a formação de especialistas (linguistas e professores) e garantir o desenvolvimento de projetos de investigação nesta área.

Por outro lado, o tecido social angolano caracteriza-se ainda pela existência de diversos credos religiosos. Pois, embora uma parte significativa da população seja cristã católica, porque isso constituiu parte da aplicação da política de assimilação, existem no país diversas outras confissões cristãs, tais como as protestantes (Adventista, Baptista, Sétimo Dia, etc.), mas presentemente também a religião muçulmana.

A igreja católica chegou a Angola no ano 1482, trazida por Diogo Cão à sede do Reino do Congo. Naquela altura foram levados para Portugal os primeiros angolanos que se tornaram padres, tendo regressado no ano 1491. O primeiro Bispo negro de todos os tempos foi um angolano, D. Henrique, filho de D. Afonso I, rei do Congo (MUACA, 1993: 43).²⁸⁹

Contudo, especialmente nos últimos anos, o tecido religioso angolano vem sendo alterado com o aumento considerável de praticantes da religião muçulmana, principalmente cidadãos estrangeiros.

Afirma-se existirem atualmente em Angola cerca de 90 mil muçulmanos (CABECHE e SMITH, 2013), que até ao ano 2009 praticavam em 54 mesquitas (ANTÓNIO, 2009).

O facto de tais cidadãos, de um modo geral, não se integrarem no ambiente social angolano e, pelo contrário, procurarem alterá-lo em função dos seus valores culturais, especialmente religiosos, constitui uma fonte de instabilidade a considerar.

²⁸⁹ De acordo com várias fontes, cerca de 70% da população angolana é cristã, sendo que, segundo o Department International for Religious Freedom (2004), dos EUA, cerca de 15% destes são Protestantes.

CAPÍTULO 6 - A História

1. A época pré-colonial

«A história pré-histórica de Angola é uma das menos conhecidas da África tropical. (...) Os historiadores portugueses, com acesso a Angola há perto de cinco séculos, orientaram a maior parte da investigação para a sua própria história colonial do território. Podem contar-se pelos dedos de uma mão os estudos profissionais da história africana antiga efetuada por historiadores portugueses (...)» (WHEELER e PÉLISSIER, 2009: 50).

Não sendo o objeto da presente investigação a História do país, em relação a este período ela tão-somente procura enquadrar alguns elementos que permitam entender a sua realidade sociopolítica atual.

De acordo com o que atualmente se conhece, Angola é essencialmente formada por pessoas de origem dos povos *Bantu*²⁹⁰ que, nos primeiros 500 anos da era atual, a partir do Leste da Nigéria e da África Central, iniciaram uma expansão em direção ao Sul e Leste do continente. Contudo, ela recebeu pessoas de outros grupos étnicos tais como, os *Jaga* (1568), que provenientes do Norte, combateram os Bantu empurrando-os para Sul até à região de Kassanje; os *Nhaneca*, também no século XVI, que tendo vindo do Sul atravessaram o rio Cunene e instalaram-se no planalto da Huíla; os *Herero*, provenientes dos Grandes Lagos, que no mesmo século XVI se instalaram no deserto do Namibe e Serra da Chela (Huíla); no século XVII, os *Nganguela*, os *Ovambo* e os *Xindonga* que, também provenientes dos Grandes Lagos, atravessaram o Alto Zambeze e chegaram até à região do rio Cunene; os *Ambó*, que no século XVIII chegaram ao Alto Cubango e Cunene, vindos do Baixo Cubango; os *Quiocos*, que neste mesmo século vieram do Catanga, atravessaram o rio Kasai e instalaram-se no Nordeste e Sul da atual Angola; finalmente, no século XIX (1840), chegaram os *Cuangares*, provenientes da região de Orange, na atual África do Sul, para se instalarem no Alto Zambeze e no extremo Sudoeste de Angola²⁹¹.

²⁹⁰ Os Bantu têm vários subgrupos dos quais mais se destacam o Bakongo, o Quimundo e o Ovimbundo.

²⁹¹ (BENDER, 1978); (DAVIDSON, 1984); (BIRMINGHAM, 1966); (WHEELER e PÉLISSIER, 2009).

De acordo com Douglas Wheeler e René Pélissier (2009), quando os portugueses e outros europeus chegaram à região que atualmente constitui Angola, principalmente como comerciantes e estudiosos, os povos atrás referidos estavam organizados num conjunto de entidades políticas independentes (reinos e impérios), entre os quais, os reinos do Congo, de Ambuíla, do Ndongo e da Matamba, do Kakongo, do Ngoyo, do Bailundo, do Cuanhama, de Benguela, da Quiçama, Chokwe e o império Lunda. Estes faziam comércio entre eles mas também guerreavam--se procurando ampliar as áreas sob o seu controlo.



Figura 37 – Mapa de 1731,1732 mostrando os reinos do Congo, de Ngola e Benguela²⁹²

A consideração do mapa da Figura 37 permite compreender que o território que hoje constitui a República de Angola foi, na época pré-colonial, sede de um poder político com abrangência regional. Com efeito, o reino do Congo, com sede na cidade angolana de M'Banza Congo, estendia-se até à regiões da atual República Gabonesa, incluindo

²⁹² Mapa elaborado por Bouguignon d'Anville. Fonte: SANTOS, Maria E.M. (1988) *Viagens e Explorações dos Portugueses*, Ed. Centro de Estudos de Cartografia Antiga.

partes do território da RDC e da República do Congo-Brazzaville. De igual modo, encontravam-se no território nacional angolano, a sede do poder do reino Cuanhama, que se estende até à vizinha Namíbia.

2. O período colonial

Segundo David Birmingham (1966), a dominação portuguesa do litoral, que na atualidade corresponde às regiões de Luanda, Benguela e Soyo, somente ocorreu depois das tropas luso-brasileiras chefiadas por Salvador Correia de Sá e Benevides (1648) vencerem os holandeses, que os substituíram na relação comercial com as populações locais durante a ocupação espanhola de Portugal (1580-1640). Contudo, a ocupação teve também que fazer face à resistência político-diplomática e militar das entidades locais, designadamente dos reinos do Ndongo e Matamba, sob liderança dos *N'Gola*; de Kassanje, do Bailundo e do Cuanhama.

O período colonial angolano iniciou depois da Conferência de Berlim (1884-1885) e foi marcado por episódios de verdadeira resistência armada em diversas partes do território, incluindo a região Norte, sede do Reino do Congo, onde pela intriga foi minada a autoridade local até à sua destruição²⁹³.

Entre os episódios de resistência à ocupação colonial foram suficientemente relevantes para serem destacados, entre outros, de acordo com René Pélissier (2013), a guerra de Cassange (1850-1851, 1852; 1861-1862), a sublevação dos Dembos (1871-1872), a revolta de Ambaca (1874), a resistência dos Gambos (1856), a revolta dos Humbe (1885-1886; 1891), a revolta dos Bundas (1916-1917), a revolta do Libolo (1917), a revolta do Seles (1902-1903), a guerra luso ovimbunda de 1902²⁹⁴.

²⁹³ Para mais sobre o assunto ler, entre outros: *Jogos e Interesse de Poder nos Reinos do Congo e de Angola*, (SILVA, 2013).

²⁹⁴ Para mais consultar: «A História das Campanhas de Angola», (PÉLISSIER, 2013a)rrr

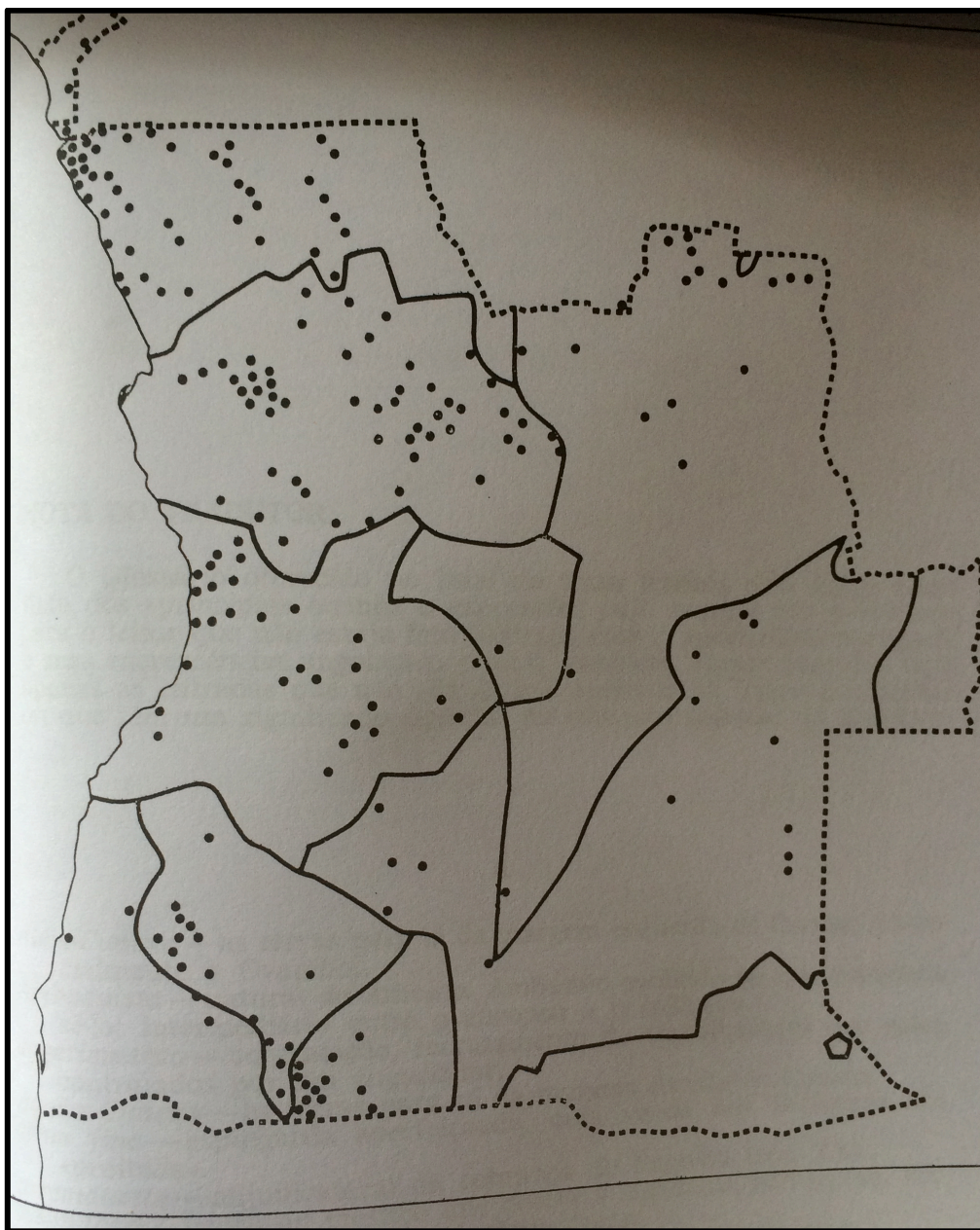


Figura 38 - Localização das principais ações militares (1846-1926)²⁹⁵

²⁹⁵ Fonte: *História das Campanhas de Angola*, (PÉLISSIER, 2013b: 351 - Mapa VXII)

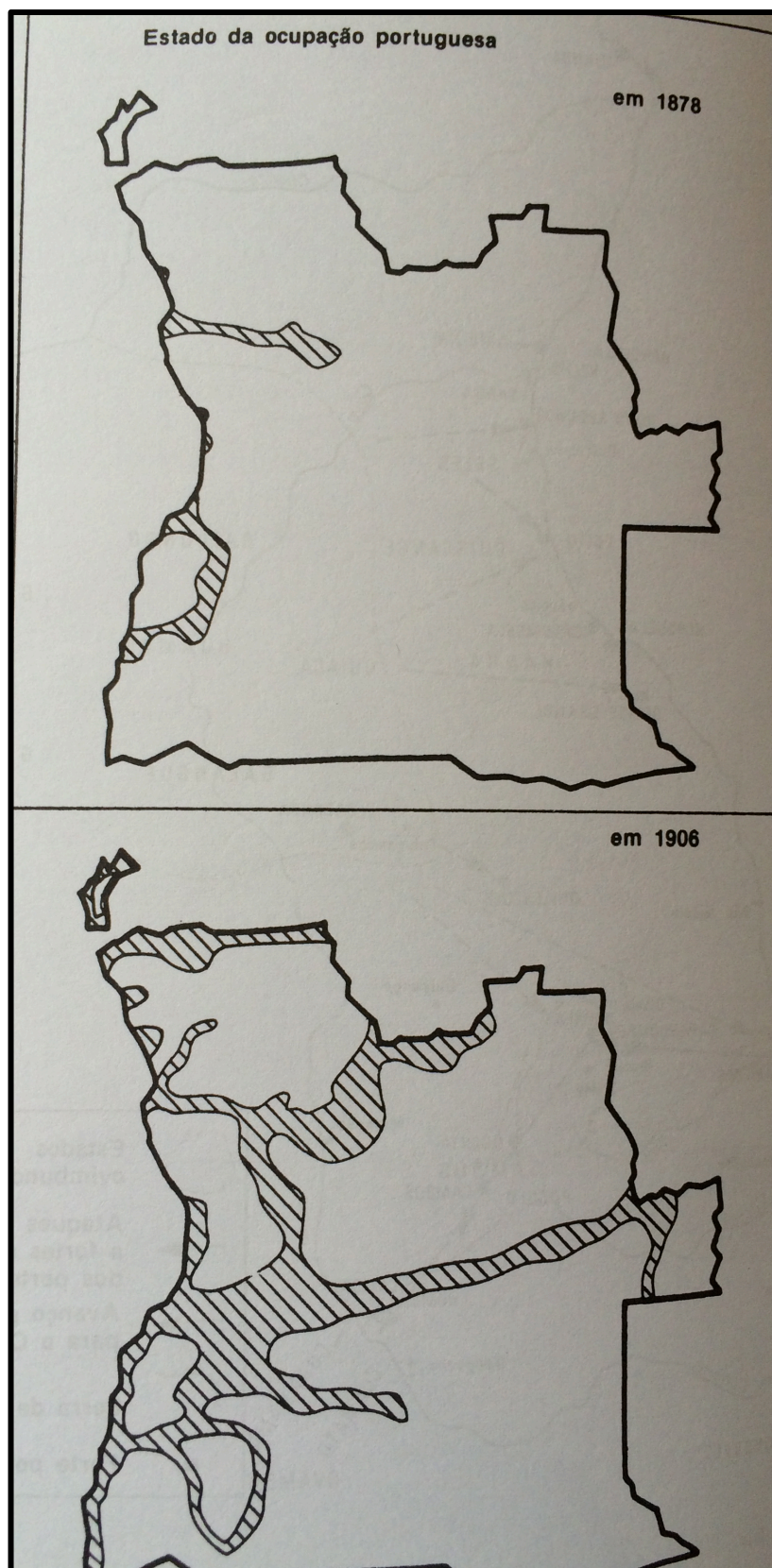


Figura 39 - Estado da ocupação portuguesa em 1878 e 1906²⁹⁶

²⁹⁶ Fonte: *História das Campanhas de Angola*, (PÉLISSIER, 2013b: 341 - Mapa X)

As atuais fronteiras de Angola somente foram fixadas depois dos acordos de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha, separadamente.

O último período da história da resistência das populações de Angola à ocupação foi a dirigida pela elite nacional criada pela própria Administração colonial portuguesa. Esta, organizada em grupos que do quadro político evoluíram para o militar, deu origem ao que se designa por Movimento de Libertação Nacional (MLN) angolano.

O MLN angolano foi o primeiro da história moderna das colónias portuguesas em África a evoluir para a luta armada com o ataque às cadeias da PIDE/DGS, em Luanda e às fazendas agrícolas no Norte do país (1961), inspirados nas ideias dos nacionalistas que, desde 1952, se organizaram em células de resistência cujos principais membros foram julgados e condenados em 1959, no denominado «processo dos cinquenta».

Organizado em todo o território nacional, e com a participação de angolanos de todas as raças e grupos étnicos, o MLN contribuiu para desenvolver entre os angolanos o sentimento de pátria. Com efeito, neste âmbito, no ano de 1965, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), através do seu presidente e primeiro presidente da Angola independente, António Agostinho Neto, concebeu e propagou o lema «Angola, um só Povo, uma só Nação» (FAAN, 2012).

Por outro lado, o MLN de Angola, para além da irmandade com o congénere desenvolvido nas restantes colónias portuguesas em África, através da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)²⁹⁷, recebeu a solidariedade não só dos países vizinhos, designadamente do Congo-Brazzaville, da RDC (então Zaire), e da Zâmbia, mas também de outros países africanos geograficamente mais afastados, entre os quais Marrocos, o Sudão, a Argélia, a Tanzânia, o Quênia e a Nigéria (FAAN, 2012). Desta forma, o MLN de Angola deu-se a conhecer e aos seus atores à África e ao mundo, contribuindo para o respeito que o país hoje granjeia particularmente em África.

²⁹⁷ A CONCP foi criada em 1960, em Rabat, Marrocos, e aí funcionou até ao ano 1965, quando se mudou para a Argélia. Em 1979 a CONCP alterou o nome para PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. (VIEIRA, 2013).

Angola foi, entre as colónias portuguesas, aquela que maior dificuldade teve em alcançar a independência. Enquanto alguns autores apresentam como razão o facto do MLN ser representado por 3 grupos políticos independentes (FNLA, MPLA e UNITA), representando o ambiente da Guerra Fria em que se encontrava o SPI, também não deixa de ser verdade a importância que as colónias, especialmente Angola²⁹⁸, representavam para Portugal, como referiu o Marechal Spínola (1910-1996) quando, em *Portugal e o Futuro* (1974), afirmou que

«Contamo-nos entre o número daqueles que propugnam a essência do Ultramar como requisito da nossa sobrevivência como Nação livre e independente. Sem os territórios africanos, o País ficará reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta, e sem trunfos potenciais para jogar em favor do seu valimento no concerto das Nações, acabando por ter uma existência meramente formal num quadro político em que a sua real independência ficará de todo comprometida» (SPÍNOLA, 1974: 226).

3. A independência e a guerra civil

Angola alcançou a independência no dia 11 de Novembro de 1975, proclamada separadamente por cada um dos atores do MLN (FNLA, MPLA e UNITA), como um teatro de guerra no quadro da Guerra Fria.

Com efeito, apesar do MLN se ter reunido em Nakuru (Quénia)²⁹⁹ para como um só corpo apresentar-se ante a potência colonial para negociar o processo da transição para a independência, antes desta chegar iniciou-se uma guerra civil com a participação das principais potências do período da Guerra Fria, e o país foi militarmente invadido pela África do Sul³⁰⁰ e pelo Zaire (atual RDC).

O primeiro período desta guerra, entre o Governo de Angola e a UNITA, concluiu com a assinatura do Acordo de Bicesse, em Lisboa, a 31 de Maio de 1991, sob a mediação de Portugal, dos EUA e da Rússia.

²⁹⁸ *A província ultramarina de Angola era na altura a colónia mais produtiva do império colonial, produzindo petróleo desde o ano 1955 na bacia no Congo, para além de outros recursos minerais e uma agricultura poderosa.*

²⁹⁹ *18 a 21 de Junho de 1975, sob presidência do Presidente Jomo Kenyata.*

³⁰⁰ *A «Operação Savannah» foi lançada a 23 de Outubro de 1975.*

No quadro do Acordo de Bicesse, realizaram-se as primeiras eleições (legislativas e presidenciais) multipartidárias em Angola, no ano de 1992. Contudo, apesar de concluídas no que se refere às legislativas, com a vitória do MPLA (53.74%), não foram conclusivas no que respeita às presidenciais, porque nenhum dos candidatos obteve 50% dos votos válidos, como referia a Lei Eleitoral³⁰¹. Entretanto, apesar da Comunidade Internacional ter observado e validado os resultados das eleições, a UNITA decidiu voltar à guerra contra o Governo.

O novo quadro de guerra no país não o impediu de assumir as suas responsabilidades internacionais no quadro da segurança, especialmente das regiões geopolíticas em que está inserido. Com efeito, logo depois proclamação da sua independência, sob a presidência de Agostinho Neto, Angola transformara-se na retaguarda do MLN, especialmente da região austral da África.

Neste quadro, o presidente angolano declarou que *por vontade própria Angola se tinha transformado em trincheira firme da revolução em África, pelo que, na Namíbia, no Zimbabwe e na África do Sul estava a continuação da sua luta*. Esta orientação materializou-se especialmente através do desenvolvimento da organização denominada *Países da Linha da Frente* (PLF), e colocou o país na vanguarda da luta contra o regime do *apartheid* na África do Sul e contra a ocupação da Namíbia e do Zimbabwe, o que contribuiu largamente para o seu prestígio internacional.

De igual modo, já sob a presidência de José Eduardo dos Santos, nos anos 1996 e 1998, no quadro da sua segurança e no quadro da SADC, respectivamente, Angola realizou ações militares na RDC. Ainda em defesa da sua segurança, no ano de 1997, Angola realizou ações militares no Congo-Brazzaville.

Por outro lado, num âmbito mais alargado, a República de Angola assinou, com outros cinco Estados da região, o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, no ano de 2001.

³⁰¹ O presidente José Eduardo dos Santos, candidato do MPLA, obteve então 49.57% e o da UNITA 41%. Deveria haver uma segunda volta entre os dois candidatos. Fonte: Comissão Nacional Eleitoral de Angola.

Apesar do Governo e a UNITA terem voltado a negociar a paz, e terem assinado o Protocolo de Lusaka³⁰², depois de conversações em Addis Abeba (Etiópia), Libreville e Franceville (Gabão), Gbadolite e Nselé (RDC), Abidjan (Costa do Marfim) e finalmente em Lusaka, a guerra civil no país continuou até à morte em combate do líder da UNITA, a 22 de Março de 2002, que conduziu à assinatura do Acordo de Paz de 4 de Abril de 2002.

A assinatura deste Acordo marcou o início de um novo quadro na história sociopolítica da República de Angola.

No novo quadro, de paz e reconciliação nacional, Angola realizou atos eleitorais nos anos de 2008 e 2012, respectivamente, no âmbito dos quais os seus cidadãos puderam manifestar a preferência em relação aos programas políticos que lhe foram propostos pelas diversas formações políticas, dando origem à recomposição da Assembleia Nacional e do Governo.

Ainda neste novo quadro sociopolítico, foi aprovada a primeira Constituição de Angola, em Fevereiro de 2010.

³⁰² Assinado nesta cidade em 20 de Novembro de 1994, por Venâncio de Moura, então Ministro das Relações Exteriores da República de Angola e Eugénio N'golo Manuvakola, então Secretário-Geral da Unita.

CAPÍTULO 7 - A estrutura do poder

1. A estrutura política

1.1. O Governo e outros órgãos do poder

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamento a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa (GOVERNO DE ANGOLA, 2010: Art.º 2.º).

O Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas (GOVERNO DE ANGOLA, 2010: Art.º 108.º).

O Presidente da República é o cabeça de lista da formação política (partido ou coligação) que vença as eleições legislativas. O vice-presidente, os ministros de Estado e os ministros, são auxiliares do presidente da República no exercício do Poder Executivo, e compõem o Conselho de Ministros.

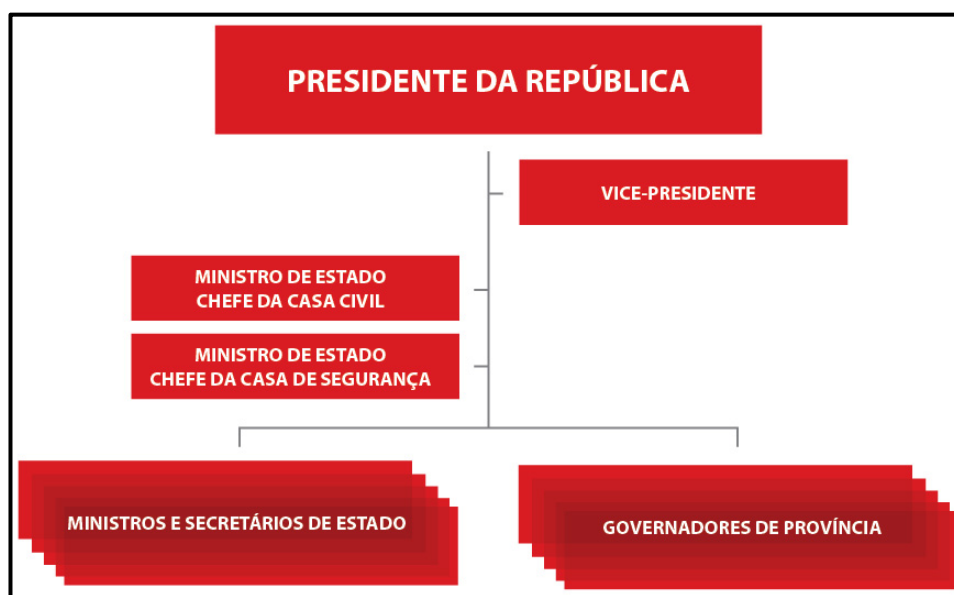


Figura 40 – Estrutura simplificada do Governo da República de Angola³⁰³

³⁰³ Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos oficiais do Estado Angolano.

O Poder Legislativo da República de Angola é detido pela Assembleia Nacional, que é um órgão uni-camarário integrado por 223 deputados, eleitos por voto proporcional para um mandato de 4 anos.

O Poder Judicial é composto pelo Tribunal Supremo, o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Militar.

Na perspectiva político-administrativa, o país está organizado em 18 províncias, por sua vez divididos em municípios (173) e um total de comunas (618). Por razões históricas, a cidade de Luanda é a capital do país.



Figura 41 – Mapa político-administrativo de Angola

1.2. Os partidos políticos e a sociedade civil

Em Janeiro do ano de 2012, os órgãos do Estado Angolano tinham registado 76 partidos políticos e 6 coligações de partidos legalizadas (TC ANGOLA, 2012). Contudo, o Acórdão do Tribunal Supremo, de 2 de Maio de 2013, resultado da aplicação das «Lei dos Partidos Políticos» e «Lei do Processo Constitucional», extinguiu 67 partidos políticos, por não terem obtido 0.5% dos votos validamente expressos nas eleições gerais de Setembro de 2012, ou por não terem concorrido por duas vezes consecutivas em pleitos eleitorais.

Deste modo, de acordo com o CNE (2012), dos 9 partidos políticos existentes no quadro político formal angolano, têm assento na Assembleia Nacional o MPLA, com 175 deputados; a UNITA, com 32 deputados; a CASA-CE, com 8 deputados; o PRS, com 3 deputados; e a FNLA, com 2 deputados. Os restantes partidos são a Nova Democracia (ND), o Partido Popular para o Desenvolvimento (PAPOD), a Frente Unida para a Mudança de Angola (FUMA) e o (CPO) Conselho Político da Oposição.

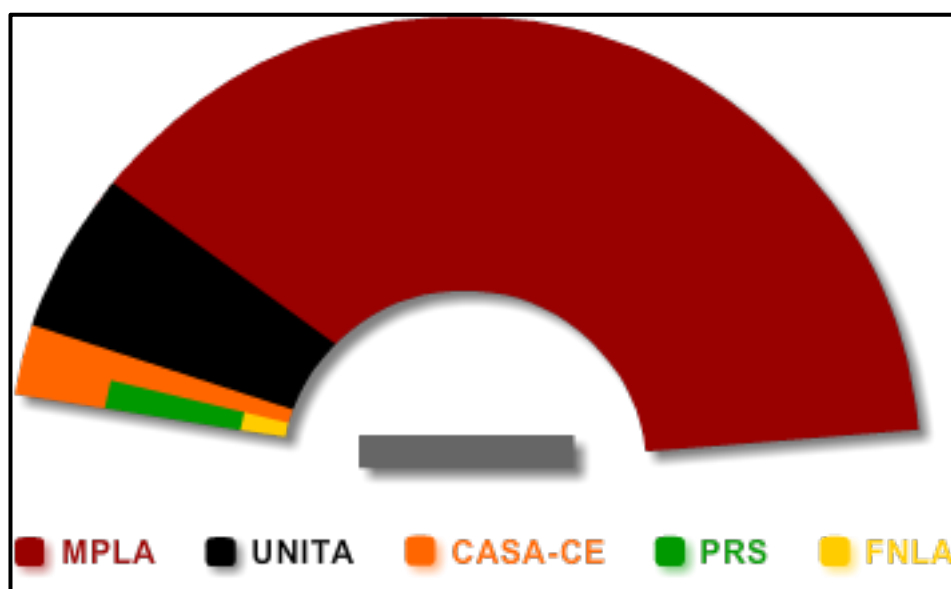


Figura 42 – Taxa de ocupação de assentos na Assembleia Nacional de Angola³⁰⁴

³⁰⁴ Fonte: Assembleia Nacional de Angola, www.parlamento.ao. Consultado a 26 de Maio de 2014.

Uma leitura – no âmbito da Ciência Política – da composição do Parlamento Angolano, enquanto consequência imediata da expressão do número de votos declarados no mais recente processo eleitoral (2012); apreciando-se o facto de não se terem alterado de forma significativa os resultados dos pleitos anteriores (1992 e 2008), pode facilmente conduzir à conclusão de que, no quadro da estrutura do Poder político na República de Angola, o MPLA constitui a principal base de apoio³⁰⁵.

Ainda naquele âmbito, a leitura da conjuntura política interna permite compreender que, antes mesmo da Constituição da República o declarar (2010), a figura do Presidente da República alcançou um grau tal de centralidade que lhe conferiu a condição de sede do Poder.

De igual modo, a conjuntura política nacional de pelo menos as últimas três décadas, cuja análise implicaria uma investigação em sede própria, estabeleceu que no processo de tomada de decisão (Política Burocrática) a figura do Presidente da República corresponde ao que Margaret G. e Charles F. Hermann designaram de «unidade de decisão legítima»³⁰⁶.

Por outro lado, existe no país uma sociedade civil constituída por associações que manifestam gosto pela vida associativa independente, espírito de comunidade e voluntarismo entre outras, e que, segundo Marques Guedes, «(...) têm um papel essencial na criação de uma relação de equilíbrio e homogeneização dos direitos políticos formais dentro da sociedade, permitindo aos indivíduos formar uma esfera auto-organizada independente onde lhes é possível desenvolver características de resistência contra o crescente despotismo do Estado e abuso de poder, de modo a obter por parte deste, uma atuação com maior grau de justiça e equidade, responsabilidade e eficácia, sem no entanto alterar, e tendo mesmo a preocupação de preservar a liberdade criativa dos cidadãos, que o Estado tem o dever de regular de modo a manter afastada a ameaça dos excessos egoístas» (GUEDES, 2005: 25).

³⁰⁵ *Apreciando o carácter tridimensional – forma, sede e ideologia – do Poder, como ensina o Professor Adriano Moreira.*

³⁰⁶ «A unidade capaz de atribuir os recursos necessários e de produzir uma decisão investida de autoridade e não facilmente revogável por uma outra unidade». (apud DOUGHERTY and PFALTZGRAFF, Jr., 2003: 709).

A sociedade civil angolana, referida por alguns como débil, tem-se no entanto manifestado umas vezes a favor e outras contra ações que o Governo realiza ou propõe-se fazer, podendo por isto considerar-se como um ator relevante na medida em que a conjuntura interna lhe permite manifestar-se.

O multipartidarismo na sociedade angolana é bastante recente. Deste modo, notam-se nela manifestações de intolerância em relação à diferença de opinião. O tempo, aliado aos resultados do processo de ensino em curso, e à evolução da educação em valores cívicos que fazem diversos organismos da sociedade, certamente contribuirá para melhorar esta e outras situações do quadro democrático do país.

A desproporção relativa no número de assentos dos partidos políticos na Assembleia Nacional, como representa a Figura 42, depois de vários anos de regime de partido único, tem sido evocada como razão para algumas manifestações à margem da lei por parte de partidos com assento parlamentar. Esta é também uma manifestação da juventude da democracia angolana.

2. A estrutura para a interação externa

O Sistema Político Internacional (SPI) é um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade (COUTO, 1988: 19). Contudo, para Adelino Maltez, só há relações internacionais quando os atores internacionais assumem reciprocamente uma conduta com sentido, quando têm uma referência comum ou «(...) uma representação da existência de uma ordem legítima» (MALTEZ, 2002: 74).

De acordo com Calduch Cervera, referindo B. Hocking e M. Smith, as interações internacionais desenvolvidas entre os atores refletem necessariamente «as metas, recursos e ações destes atores e são influenciadas pelo contexto e pelos níveis em que se processam» (CERVERA, 1991: 86). Neste sentido, este autor classifica as relações internacionais quanto ao número de intervenientes (bilaterais e multilaterais), ao grau de interação (diretas e indiretas), e ainda em função da natureza da interação (políticas, económicas, culturais, jurídicas, diplomáticas, etc.).

Genericamente, a finalidade que se pretende alcançar com a realização da política externa de Angola na região, pode resumir-se em: garantir a proteção dos cidadãos e dos seus valores nacionais, e do processo de desenvolvimento socioeconómico em que o país está envolvido. De igual modo, aumentar a capacidade de exercício de influência ativa sobre os processos de decisão na, e sobre a região; proteger os recursos comuns da região; e participar na definição de soluções para as problemáticas relacionadas com a sua transformação em «zona de paz e segurança», inscrevendo o tema na agenda dos organismos e processos internacionais³⁰⁷.

Como afirmou Victor Santos (2012), a evolução acelerada do contexto internacional, verificada desde o fim do período da Guerra Fria, acentuou a tendência e alargou o âmbito de participação da sociedade civil no que se refere ao exercício de influência sobre a elaboração e gestão das agendas de política externa, bem como na apreciação crítica dos seus resultados e ação dos responsáveis, tendo a situação elevado a controvérsia associada à definição dos objetivos da política externa. Por esta razão, observou-se, para a definição dos objetivos, as tipologias formuladas por Holsti.

Holsti³⁰⁸ classifica os objetivos baseado numa articulação interativa entre 3 critérios, designadamente: o valor atribuído, o elemento temporal e o tipo de exigência. Estes permitem determinar o carácter permanente dos interesses envolvidos, ou a sua relevância temporária ou circunstancial³⁰⁹.

Assim, a consideração da teoria de Holsti referente aos *core value and interest*, para fixar os interesses nacionais permanentes e duradouros, permitiu a apreciação do interesse de estabelecer a «zona de paz e segurança» do Golfo da Guiné, enquadrando-o no objetivo nacional de «garantir a independência nacional, a integridade territorial, e a soberania nacional», inscrito no Artigo 21º da Constituição Angolana. Neste âmbito,

³⁰⁷ Adaptado de HILL, Christopher, em: *The Changing Politics of Foreign Policy*, (HILL, 2003: 44–46).

³⁰⁸ Para mais sobre a teoria de Holsti, ler: *International Politics. A Frame Work for Analysis*, (HOLSTI, 1992) e *Elementos de Análise de Política Externa*, (SANTOS, 2012)

³⁰⁹ «O valor atribuído refere-se à característica que determina a localização do interesse numa escala hierárquica de prioridades objetivas. O elemento temporal refere-se à oportunidade da concretização do objetivo, que pode ser desvalorizado parcial ou totalmente à medida que o tempo de realização útil se reduz. Em última análise, é a temporalidade limitada de realização, expressa no médio e no longo prazo que confere pertinência ao objetivo. (...) Finalmente, o tipo de exigência refere-se aos vários custos envolvidos na concretização do objetivo que permite a realização do interesse, e que poderá ser considerado numa perspectiva racionalizada através do binómio custo/benefício» (SANTOS, 2012: 173).

considerou-se que, como refere este autor, os objetivos de médio prazo, tomados como o cerne da definição de objetivos em política externa, relacionam-se com os interesses ligados à preservação da comunidade e a própria existência do Estado Angolano.

Por outro lado, a consideração da teoria de Holsti permite ainda determinar que, o objetivo de transformar o Golfo da Guiné numa «zona de paz e segurança» enquadra-se na área do esforço do Governo angolano no sentido de satisfazer as necessidades de desenvolvimento socioeconómico do país através de ações internacionais, pela inevitabilidade da interdependência³¹⁰.

A materialização deste objetivo de médio prazo conduz à consideração dos interesses nacionais de longo prazo que, frequentemente, articulam a noção de papel do país, no dizer de Holsti *national role*, com a perspectiva do Estado sobre a forma que o contexto regional deverá tomar, através do acolhimento dos seus próprios valores e princípios projetados sobre a região.

Para Victor Santos (2012: 176–177), «No mundo contemporâneo, esses objetivos são conseguidos ao longo do tempo, e estão dependentes das percepções comuns sobre interesses recíprocos e partilhados, geradores de comportamentos cooperativos, de consensos, alinhamentos, alianças, associações e coligações induzidos por interdependências complexas projetando-se no regionalismo e através de formas diversificadas de organização dos ‘grandes espaços’. A referida noção de *national role* ou de “papel”, adquire expressões concretas e circunstancialmente adaptadas em termos de objetivos e de linhas de ação política».

A Política Externa que desenvolve a República de Angola nasce da tradição do Movimento de Libertação Nacional. Naquele âmbito, reconhecidos pela OUA e por diversas organizações internacionais, os movimentos de libertação angolanos desenvolveram atividades principalmente com o fito de darem a conhecer o seu objetivo político de alcançar a independência do país, resultando daí apoio político e material ao

³¹⁰ Outras áreas poderiam ser o interesse nacional de aumento do prestígio do país, o que hoje consegue-se principalmente através da demonstração de capacidade técnico-científica e de progresso económico e social, manifestado através do exercício de um *soft power* ou *smart power*; e o exercício do poder hegemónico ou imperialismo, relacionados com a realização do interesse nacional de aumento da influência sobre a comunidade internacional, manifestado através da expansão territorial, por exemplo.

mesmo. Neste quadro, o MPLA, então com sede na República do Congo Brazzaville, integrou a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), assim como participou noutros fóruns internacionais, e a FNLA constituiu o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE) que, embora por pouco tempo, recebeu apoio político da Organização da Unidade Africana (OUA).

A proclamação da independência nacional e, especialmente, o seu reconhecimento internacional, habilitou o país à relação soberana com os demais países do SPI. Depois do Brasil, nos primeiros minutos de existência do Estado angolano, praticamente todos os demais países que integravam o SPI de então o reconheceram, com exceção dos EUA, que só o fizeram em 1993.

No âmbito da sua participação no SPI é de referir-se, especialmente, o impulsionamento por Angola do grupo a que se designou Países da Linha da Frente (PLF), na segunda metade da década de 1970, criado para fazer face à atitude agressiva da África do Sul contra os países da África Austral, em defesa da independência da Namíbia, do Zimbabwe e da própria África do Sul, sob domínio minoritário branco. No seu discurso de proclamação da independência nacional (1975), o primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto, afirmou que «A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racista».

A República de Angola, enquanto ator do SPI, interatua com os Estados da região do Golfo da Guiné, de África e do mundo em geral, num quadro bilateral e multilateral, e numa relação de natureza diversa.

2.1. A diplomacia

A ação externa da República de Angola é materializada principalmente através do Ministério das Relações Exteriores (MIREX) e das Embaixadas acreditadas junto dos organismos internacionais e Estados.

O Ministério das Relações Exteriores é o Departamento Ministerial a quem compete

auxiliar o Presidente da República na coordenação, formulação, planificação, execução e avaliação da política externa e de cooperação internacional da República de Angola em todas as suas vertentes, para afirmação do País e defesa dos interesses nacionais no contexto internacional (GOVAng, 2013).

O MIREX é dirigido por um Ministro diretamente subordinado ao Presidente da República, coadjuvado por dois Secretários de Estado, designadamente, para as Relações Exteriores e para a Cooperação.

Como refere a Figura 43, a estrutura orgânica do MIREX é formada por Serviços Executivos Centrais e por Serviços de Apoio Técnico, para além das Missões Diplomáticas (Embaixadas) que cobrem o quadro bilateral e multilateral das relações do país. Na atualidade integram os Serviços Executivos Centrais: a Direção África, Médio Oriente e Organizações Regionais; a Direção Europa; a Direção América; a Direção Ásia e Oceânia; e a Direção dos Assuntos Multilaterais.



Figura 43 – Estrutura do Ministério das Relações Exteriores³¹¹

³¹¹ Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos oficiais do Governo Angolano.

No quadro da interação com os outros atores estatais (relação bilateral e multilateral), Angola possui 53 Missões Diplomáticas localizadas em África (23), na Europa (18), na América (6) e na Ásia (6).

É de destacar neste âmbito que, no espaço do Golfo da Guiné, Angola ainda não possui Missões Diplomáticas nos Camarões, no Benim, no Togo e na Libéria.

Por outro lado, no âmbito multilateral, o país está enquadrado numa malha de organizações que, de forma simplificada, a Figura 44 representa.

2.2. Angola no sistema político internacional

A República de Angola, reconhecida pela Organização da Unidade Africana (OUA) em Fevereiro de 1976, e pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Dezembro do mesmo ano, é então um ator do SPI e das relações internacionais.

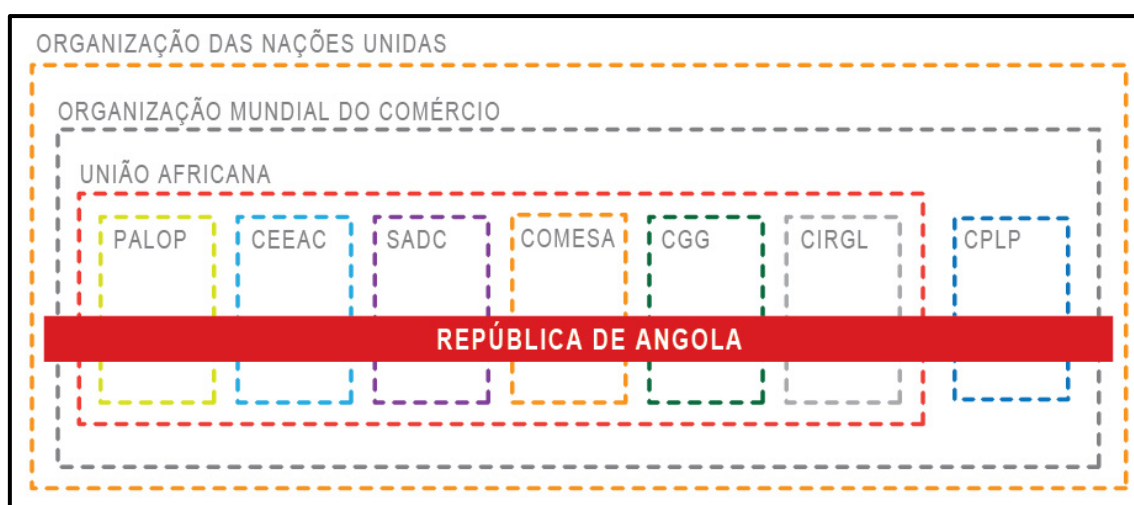


Figura 44 – A integração de Angola no SPI³¹²

Entre as relações políticas multilaterais estabelecidas pela República de Angola destacam-se as que desenvolve no seio da União Africana e da ONU, tendo nesta última integrado o Conselho de Segurança, na qualidade de membro não-permanente, no período de 2003 a 2004. Angola é atualmente candidata a um novo mandato no Conselho de Segurança da ONU (2015-2020), em representação da África. A Figura

³¹² Criação do autor.

44 descreve o enquadramento internacional de Angola no sistema de organizações internacionais.

Destaca-se ainda o facto de Angola manter a relação iniciada na CONCP, ao integrar no presente o grupo *PALOP* (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), junto de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Especialmente é de destacar-se o impulsionamento de Angola ao estabelecimento da Comissão do Golfo da Guiné, que ocorreu no ano 2001. Albergando a expensas suas a sede da organização, Angola assumiu a sua instalação, o alojamento e condições de funcionamento dos membros do Secretariado Executivo, assim como o orçamento para o seu primeiro ano de funcionamento (2006-2007). Durante a II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CGG (2008), sob a presidência do presidente da República de Angola, a organização adotou como objetivo central imediato a transformação da região do Golfo da Guiné numa «Zona de Paz e Segurança». Por outro lado, durante a III Conferência de Chefes de Estado e Governo, realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Agosto de 2013, Angola foi eleita para o cargo de Secretário Executivo-Adjunto para os Assuntos Políticos.

Sendo ainda membro da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) desde a sua instituição, Angola é atualmente o seu presidente em exercício (2014-2015). A CIRGL é uma organização intergovernamental constituída pelos países africanos da região dos Grandes Lagos. Ela foi estabelecida partindo do reconhecimento de que a instabilidade política e os conflitos nestes países têm uma dimensão regional considerável o que requiere o esforço concertado dos mesmos para promover a paz e o desenvolvimento sustentado³¹³.

A República de Angola é membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem como objectivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projetos

³¹³ Dos Estatutos da CIRGL. www.icglr.org.

de promoção e difusão da língua portuguesa³¹⁴. Neste quadro, as FAA têm participado nos exercícios militares conjuntos e combinados (FELINO, 2002-2013) realizados com a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados membros e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e assistência humanitária sob a égide da ONU³¹⁵.

Por outro lado, no âmbito das relações multilaterais de natureza económica, a República de Angola, que integra a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1996, é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que foi Secretário Executivo-Adjunto para a Área de Infraestruturas e Serviços. Angola impulsionou a transformação da Linha da Frente em Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC, 1980), transferindo o foco do enfrentamento político-militar ao regime do *apartheid* na África do Sul, para o desenvolvimento económico da região. A SADCC deu origem à SADC (1992).

Angola integra também a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), fundada em 1983 com o objetivo de promover e reforçar a cooperação harmoniosa e o desenvolvimento dinâmico, equilibrado e autossustentado nos domínios económico e social, em particular nos domínios da indústria, dos transportes e comunicações, da energia, da agricultura e dos recursos naturais, do comércio, das alfândegas, monetários e financeiros, dos recursos humanos, do turismo, do ensino e da cultura, da ciência e tecnologia, e do movimento de pessoas, com vista a realizar a autonomia coletiva e elevar o nível de vida das populações³¹⁶. O país ocupou o cargo de Secretário Executivo-Adjunto para a Paz e Segurança e presentemente comanda o Estado-Maior das forças da FOMAC (Forças Multinacionais da África Central).

O país é ainda membro do COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), cujo objetivo é a liberalização da circulação de mercadorias, de serviços e de capital, assim como a criação de uma união aduaneira e monetária na região.

A República de Angola tem ainda relações com a União Europeia, que tem sede na sua capital desde 1986. A relação entre estes dois atores do SPI desenvolve-se com base

³¹⁴ Dos Estatutos da CPLP. www.cplp.org.

³¹⁵ Da página Internet do Exército Português, www.emgfa.pt.

³¹⁶ Da página oficial da CEEAC, www.ceeac-eccas.org. Consultado em 20 de Maio de 2014.

num protocolo (Estratégia para Angola 2008-2013), assinado em Novembro de 2008. A União Europeia é atualmente o maior doador a fundo perdido de Angola, sendo que os fundos para a cooperação, num montante de 227.9 milhões de Euros (13.9 milhões dedicados às necessidades geradas por situações de emergência), são provenientes do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)³¹⁷. Por outro lado, no âmbito da promoção dos valores europeus e contribuir para a diversidade cultural dentro e fora da União Europeia, através da colaboração entre institutos culturais europeus, a União Europeia estabeleceu a entidade que designa como EUNIC-ANGOLA, constituído pela Alliance Française de Luanda, Goethe-Institut Angola, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP e a Embaixada da Itália.

Por outro lado, desde o ano de 2004 Angola é parte do programa norte-americano designado AGOA, tendo neste âmbito, no ano 2010, realizado um volume de negócios de aproximadamente 11.7 mil milhões de dólares, sendo 98% da receita proveniente do petróleo, de acordo com o relatório daquela entidade. Ainda de acordo com o *Jornal de Angola*, no ano de 2012 Angola foi dos principais exportadores africanos para os EUA, ao abrigo do AGOA. Entretanto, de forma geral, o volume de exportação africana teve uma queda de cerca de 33% em relação ao ano anterior.

No quadro da sua relação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Angola recebeu daquele um crédito (*stand-by arrangement loan*) no valor de 1.4 mil milhões de dólares. Contudo, o principal parceiro económico da República de Angola é a República Popular da China. Com este país, Angola possui um volume de negócios na ordem dos 37 mil milhões de dólares, contra os 9 mil milhões dos EUA, o segundo parceiro. Por outro lado, a República da China concedeu empréstimos ao Governo angolano, desde 2004, no valor aproximado de 11.14 mil milhões de Euros.

3. A estrutura de defesa nacional – as Forças Armadas

A apreciação da estrutura militar da República de Angola, no âmbito da região do Golfo da Guiné, é especialmente relevante no quadro desta investigação, que pretende

³¹⁷ Fonte: Página oficial da Delegação da União Europeia em Angola, www.eeas.europa.eu/delegations/angola. Consultado em 20 de Maio de 2014.

determinar o papel e lugar deste país no quadro do desenvolvimento da região em ambiente de paz e segurança ou, dito de outro modo, determinar a sua influência para que o Golfo da Guiné se transforme numa «Zona de Paz e Segurança».

A apreciação das Forças Armadas da região, no quadro da análise da sua conjuntura estratégica, confere às Forças Armadas Angolanas (FAA) um lugar central. Com efeito, a investigação optou por apreciar a qualidade em vez da quantidade de efetivos e meios de que dispõem as Forças Armadas da Região, para evitar a tentação de confundir leitores menos informados. Particularmente a experiência da guerra em Angola demonstrou quanto a quantidade de meios pode representar uma ilusão, pois as centenas de tanques em posse de uma força num determinado momento, no dia em que forem necessários podem estar indisponíveis (sabotados ou com falta de manutenção).

O papel central atribuído às FAA advém do facto de que, recentemente saídas de uma guerra de muitos anos, conservam a capacidade operacional e organizativa – especialmente do seu Exército e Força Aérea – desenvolvidas durante a guerra. De igual modo, caracterizam-nas o elevado espírito de corpo e a capacidade de sustentação logística.

Segundo o *World Fact Book*, no ano de 2010, os efetivos mobilizáveis para serviço militar em Angola correspondiam a 6 026 700, sendo destes 3 060 438 do sexo feminino, entre os 20 e os 49 anos de idade.

Para manter elevado o seu grau de organização e operacionalidade, as FAA contam com um sistema de formação integrado por Escolas, Institutos e Academias, sendo a Escola Superior de Guerra (ESG) o nível mais alto do sistema de ensino militar da República de Angola. Esta ação conta com a cooperação externa, designadamente da República Portuguesa, da Federação Russa e, em menor medida, da República Francesa e da República Popular da China.

No âmbito da Diplomacia Militar do Governo de Angola, as FAA participam na preparação de efetivos de outros países africanos desde o nível de formação de base e os cursos de formação técnico-militar geral, até aos cursos de formação avançada na ESG.

Beneficiam, ou beneficiaram desta ação, num passado recente, entre outros países, a RDC, o Congo, Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau.

Contudo, apesar dos avanços atrás referidos, o sistema de aprovisionamento das FAA continua a depender quase completamente do exterior, devido à fraca produção agrícola e ao quase inexistente parque industrial nacional. Deste modo, desde o armamento e as munições, até aos meios de sustentação operacional, as FAA são dependentes do exterior.

A análise concluiu que o desafio maior ao país é-lhe colocado no que se refere à proteção do seu mar territorial. Com efeito, Angola não possui um poder naval à altura das necessidades geradas pela dimensão da sua costa, pela plataforma continental que aspira, pela riqueza já descoberta nesta parte do território e, ainda, pela sua responsabilidade no quadro do continente, especialmente da região do Golfo da Guiné. O país, a par das forças terrestres (Exército), possui uma das melhores Forças Aéreas da região, com capacidade de combate aéreo e ataque ao solo, assim como a projeção de forças e meios. A análise desenvolvida em relação à manutenção da operacionalidade do Exército mantém-se para esta arma.

4. As elites

Na sociedade angolana, como todas as sociedades humanas e «em todas as circunstâncias o Poder é capturado por um pequeno grupo de homens» (MOREIRA, 2012: 29) cujos interesses o aparelho do Estado, estabelecido pelo sistema político para enquadrar a sociedade, se esforça por materializar.

Estes grupos, as elites, são quem dirige a materialização dos objetivos atrás referidos, entre os quais a integração regional. Isto é particularmente relevante por ter-se observado que do nível de homogeneidade de pensamento entre os grupos de elite das entidades que buscam a integração, dependerá muito o grau de integração a que se pretende chegar (NYE, 1969), embora exista quem defenda que elites que tenham trabalhado eficazmente numa situação transnacional, podem posteriormente encontrar divergências que dificultem a integração, devido ao receio das burocracias nacionais da possível perda do seu poder de controlo nacional, ao desenvolver-se a referida integração.

O debate em torno do grupo social que detêm o poder na sociedade, que fundamenta o conceito de elite, depois de algum momento de paralisia, tem sido enriquecido para além dos estudos empíricos.

Com efeito, a teoria das elites até à Segunda Guerra Mundial repousou fundamentalmente nos estudos de Vilfredo Pareto (1848-1923)³¹⁸, Gaetano Mosca (1854-1941)³¹⁹ e Robert Michels (1876-1936)³²⁰, tendo posteriormente renascido nos Estados Unidos da América, designadamente nos estudos de Harold D. Lasswell (1902-1978)³²¹, James Burnham (1905-1987)³²² e mais tarde C. Wright Mills (1916-1962)³²³. Centrando-se o debate na característica das elites, isto é, se monistas ou pluralistas, vários são os modelos conceptuais que se observam, entre os quais destacamos o da Elite do Poder.

A observação empírica vem mostrando que em toda a sociedade organizada, independentemente da designação do grupo dominante – classe dominante, elite do poder ou grupos sociais que partilham o Poder – as relações entre os indivíduos (ou grupos de indivíduos) são relações de desigualdade, geradas principalmente pela distribuição desigual do poder, dado que o aparelho do Estado – o elemento central do sistema político – é capturado por um grupo restrito de pessoas, que se apossa de todas as funções políticas, monopoliza o Poder e goza de todas as vantagens que lhe estão ligadas (MOSCA, 1980).

«Na medida em que os acontecimentos nacionais são objeto de decisões, a elite do Poder é o conjunto de pessoas que as tomam» (MOREIRA, 2012: 235). É esta elite que a investigação observou e designou de Elite Nacional.

A investigação assumiu o pensamento que defende a divisão da Elite Nacional em duas categorias, a saber: a elite governamental, que direta ou indiretamente participa no

³¹⁸ *Systèmes Socialistes (1902) e Trattato di Sociologia Generale (1916).*

³¹⁹ *Elementi di Scienza Politica (1896).*

³²⁰ *La Sociologia del Partido Político en la Democracia Moderna (1910).*

³²¹ *Who Gets What, When, How (1936); Power and Society (1950), com Abraham Kaplan.*

³²² *The Managerial Revolution (1941); The Machiavellians (1947)*

³²³ *The Power Elite (1956)*

Poder – que Ostrogorski designa de políticos profissionais – e a elite não governamental, que corresponde às restantes. Ela observou especialmente a primeira.

De igual modo, para evitar eventual confusão com o conceito de classe, tal como definido pela teoria Marxista, a investigação analisou a Elite Nacional não como classe política³²⁴, mas como grupo de *status*³²⁵, sendo que o *status* resulta da detenção de funções estratégicas na dinâmica social³²⁶.

Efetivamente, o conceito de elite, na sua concepção mais extensa, não está ligado à detenção de meios de coação (MOREIRA, 2012: 229), sendo que «numa sociedade, o Poder encontra-se institucionalizado em três pirâmides principais, a saber: a instituição política, a instituição económica e a instituição militar. É este triângulo do Poder que partilha as decisões, pelo menos nacionais, num quadro em que a solidariedade e interdependência das instituições desenvolve-se e a circulação dos dirigentes facilita-se» (MOREIRA, 2012: 234-235).

A classe política encontra a sua força no facto de ser «organizada», sendo «geralmente constituída de maneira que os indivíduos que a compõem se distinguem (...) por certas qualidades que lhe conferem uma certa superioridade material, intelectual ou ainda moral (...)»³²⁷.

A elite, referiu Vilfredo Pareto (1966), é integrada por aqueles que manifestam capacidades excepcionais ou que revelam aptidões eminentes na respectiva esfera de atividade. Deste modo, considera-se que delas emergem os líderes, ou seja, aqueles que conseguem submeter as massas ao seu poder, porque possuem qualidades pessoais tais como «a força de vontade, pela qual o líder impõe a sua própria superioridade às vontades dos menos fortes; a superioridade do saber; a solidez catoniana das convicções; a firmeza ideológica; a confiança em si; o carisma; a celebridade; a

³²⁴ Como refere (MOSCA, 1980).

³²⁵ (MILLS, 1956) Citado pelo Professor Adriano em *Ciência Política* (2012).

³²⁶ Aliás, como refere ainda o Professor Adriano Moreira, em *Ciência Política* (2012), a mesma classe política é hierarquizada, «de tal modo que apenas um pequeno grupo toma as decisões fundamentais. E acontece ainda que, não obstante o princípio democrático constitucional, são mais importantes os chamados political outsiders, isto é, o pessoal nomeado, do que os eleitos».

³²⁷ Citado por (SCHWARTZENBERG, 1988: 178). A referência é feita à elite do Poder.

capacidade oratória» (MICHELS, 1982: 43). Por esta razão, sendo a sua existência um fenómeno inerente a todas as formas da vida social, «os líderes existiram em todas as épocas, em todas as fases do desenvolvimento e em todos os ramos de atividade humana» (MICHELS, 1982: 23).

Angola possui também, portanto, uma elite nacional, especialmente uma elite de Poder. Esta, sendo principalmente uma emanção do seu passado colonial, reflete a sua realidade histórica pré-colonial e colonial, assim como as suas realidades geográficas.

Como atrás referido, se apreciado desde a perspectiva da sua geomorfologia, o país reúne vários em si mesmo, o que gera diferentes percepções nas suas gentes e, consequentemente, elite. Assim, pode considerar-se polarizado no sentido de que uma parte dele está virado para o Norte, outra para o Sul, outra para o Leste, outra para o mar, e ainda outra virado para si mesmo.

Por outro lado, ao refletir o passado colonial do país, a elite nacional retrata, por um lado, a posição assumida pelas elites pré-coloniais e, por outro, o grau e modo de aproximação ao Poder colonial. Esta realidade de *per si* estabelece diferenças no grupo da elite nacional. Deste modo, é preciso referir-se não a uma elite nacional mas a diversas fações da elite nacional.

A elite nacional é então configurada, principalmente, pelos grupos das elites pré-coloniais que não foram assimiladas pelo Poder colonial, tendo-se mantido subjugados no território nacional ou o abandonaram para outros territórios africanos³²⁸; a elite pré-colonial que assimilada³²⁹, reforçou o seu *status* antes os demais africanos; e a própria elite criada pelo colonialismo através da aplicação da política de assimilação. Contudo, sendo o mais numeroso, este último grupo da elite nacional divide-se naturalmente pelas sensibilidades geradas pelo seu desenvolvimento em áreas geomorfologicamente

³²⁸ Alguns deles juntaram-se para realizar a luta contra o colonialismo, como são exemplo o clã Holden Roberto e os Pinnock ou os que refugiaram na Zâmbia, em que o sistema de administração colonial foi diferente do português. Neste último caso, por exemplo, os soberanos Luchaze. Uma vez alcançada a independência nacional, estes sentiram-se livres para reivindicar a autoridade que lhes foi usurpada pela colonização. Para mais sobre o assunto consultar, entre outros: Edgerton, Robert Breckenridge (2002). *Africa's Armies: From Honour to Infamy*. p. 72; Nzongola-Ntalaja, Georges; Immanuel Maurice Wallerstein (1986). *The Crisis in Zaire*. p. 194.

³²⁹ Carlos Venâncio em «O Facto Africano, 2009», designou-os de crioulos.

distintas, assim como pelo seu grau de proximidade ao poder colonial, por razão de mistura racial ou de atitude³³⁰.

Deste modo, entre o maior grupo da elite angolana existem sensibilidades distintas em relação ao externo, sendo uns mais virados para África, enquanto outros mais para o Ocidente e ainda os que têm o país como o centro das suas preocupações, ou seja, um espírito isolacionista³³¹.

Os grupos da elite em Angola, até mesmo pela sua juventude como país independente, caracterizam-se por ser «grupos de *status*» (Moreira, 2012), na medida em que a sua proeminência resulta da detenção de funções estratégicas na dinâmica social. Entre os grupos de *status* destaca-se o que está ligado à estrutura do Poder político, pois daí decorre a superioridade material que lhe confere o domínio da sociedade.

Esta realidade, ajuda a explicar o ambiente de disputa pelo poder em todos os níveis e esferas da sociedade angolana, isto é, entre partidos políticos e no seio destes e outras organizações da sociedade. De igual modo, ela pode ajudar a esclarecer o quadro de corrupção em que se tece o país, porque «o desejo de dominar, para o bem e para o mal, repousa no fundo de toda a alma humana» (MICHELS, 1982: 118).

Entretanto, ao grupo ligado à estrutura do Poder político junta-se a hierarquia superior da igreja e da segurança e defesa. Especialmente, o facto de o país ter vivido até há pouco tempo um ambiente de instabilidade sociopolítico-militar, e a região em que se localiza ainda o viver, entre outras razões em relação às quais adiante se refletirá, os dois últimos grupos, por constituírem base de apoio do primeiro, tornam-se relevantes.

A «integração do Golfo», a que se refere o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, como justificado na II Parte deste investigação, deve ser, no curto-médio prazo, observada como a integração da segurança, entendida como a conjugação de esforços

³³⁰ *A questão das elites nacionais angolanas é um estudo não muito desenvolvido, mas que é necessário realizar. O seu desenvolvimento, em sede própria, diferente desta investigação, contribuirá para o desenvolvimento da cultura estratégica.*

³³¹ *De facto, o país não desenvolveu ainda o espírito de debate aberto, sendo este latente, como pode perceber-se dos pronunciamentos, principalmente, dos líderes dos partidos políticos, mas também de muitos que se apresentam como sem partido.*

para a transformação da região numa «Zona de Paz e Segurança». Neste âmbito, o esforço para alcançar este objetivo confere oportunidade para a integração, através do estabelecimento de um processo de complementaridade das elites castrenses. Esta perspectiva não deixa de considerar que a instabilidade na região tem, antes de qualquer outra, causas políticas, como decorre das análises atrás desenvolvidas.

Neste quadro, o prestígio que a elite castrense angolana goza junto das elites da região, por razões justificadas nos pontos anteriores, é uma oportunidade para que esta exerça um papel motivador neste processo de integração. Esta ação corresponderá a atitudes no âmbito do que poderia designar-se cultura estratégica angolana nas relações externas, importante de considerar na medida em que qualquer estratégia só atinge os seus objetivos se não operar com pressupostos falsos, deturpados ou apenas imaginados.

CAPÍTULO 8 - O quadro económico e de desenvolvimento

1. Os recursos naturais e seu aproveitamento

O económico é o fator que se constitui como um dos mais importantes dos ativos nacionais. Com efeito, um quadro económico positivo é uma boa base para que a estabilidade do país esteja garantida.

Angola atravessa um momento economicamente favorável que os analistas estimam que continuará a verificar-se no futuro. Contudo, como é aceite por muitos, o momento é demasiadamente condicionado.

Os principais recursos do país são o petróleo, os diamantes, os minérios de ferro, o urânio, o ouro, os fosfatos, entre outros minerais, para além dos produtos agrícolas e da pesca.

«(...) O peso da indústria extrativa na economia nacional ainda é muito significativo. A indústria mineira representa ainda cerca de 66% do PIB, seguida do sector dos serviços com 17%, da agricultura com 10% e da indústria transformadora com 7%. Com cerca de 95% das exportações do país asseguradas pelo sector petrolífero, fica muito mais que claro o estado ainda fraco da diversificação da economia nacional» (GOVAng, 2012).

«O petróleo bruto, por ser fortemente gerador de divisas, é a principal fonte do Orçamento Geral do Estado, com mais de 80% da receita fiscal e grande sustentáculo das importações do país» (SANTOS, 2011).

Angola possui a segunda maior reserva de petróleo da África subsaariana (depois da Nigéria), estimada em 12.6 mil milhões de barris, e explora na atualidade 1.7 milhões de barris dia (mbpd). O país projeta alcançar a produção de 2 mbpd a partir do ano 2017³³².

³³² O Ministro angolano dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, no banquete anual da Sociedade de Engenheiros de Petróleos, N. Orleães, EUA, Outubro 2013.

Os principais destinos do petróleo angolano são na atualidade a China (46%), os EUA (13%), a União Europeia (11%), e a Índia (10%)³³³.

Neste quadro analisou-se que, a quase total dependência do Orçamento Geral do Estado (OGE) das receitas do petróleo, coloca o país na condição de uma economia rendeira, isto é, que não produz, vivendo dos resultados da venda de produtos não transformados. Segundo Emanuel Carneiro (2012), o que está em causa é que a lógica rendeira – incluindo a generalização dos comportamentos de *rent seeking* – inviabiliza a criação das condições de incremento da competitividade imprescindíveis à recuperação da produção nacional.

Analisou-se que a preocupação relativamente à dependência do petróleo como fonte de rendimento primária da economia nacional – 40 mil milhões de dólares no ano 2012³³⁴ – torna-se cada vez mais premente ao considerar-se a consolidação de uma certa hegemonia da China na aquisição deste produto. Com efeito, entre os anos 2009 e 2012, a China passou a ser o primeiro destino do petróleo angolano (de 29% a 46%), em detrimento de outros mercados tradicionais, designadamente os EUA, que passou de 31% a 13% e a Europa, de 22% a 11%, como mostra a Figura 45.

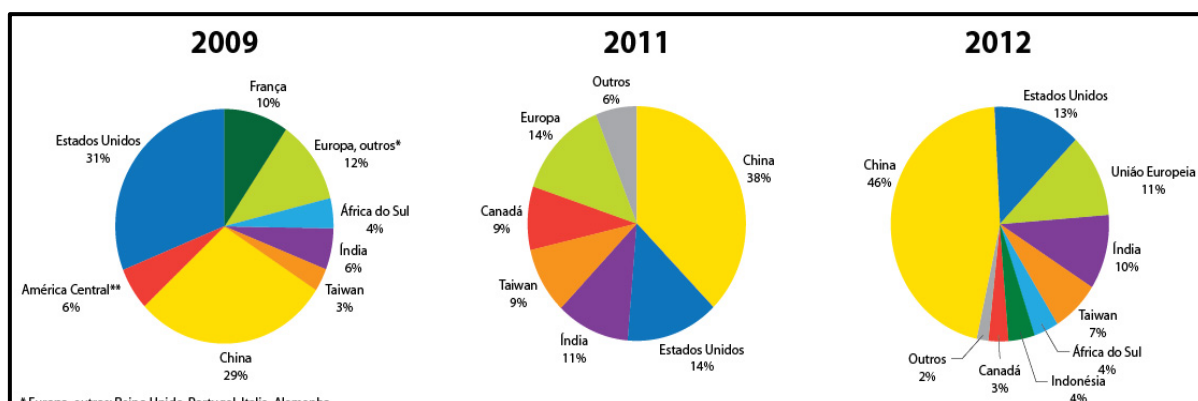


Figura 45 – Destinos do petróleo angolano entre os anos 2009 e 2012

«Em 2012, os altos preços do petróleo combinados com volumes de produção crescentes estimularam as receitas das exportações, reforçando a situação orçamental do Estado e permitindo a liquidação dos atrasados, o que proporcionou uma infusão de capital na economia não petrolífera, sobretudo na indústria de construção. O aumento

³³³ Fonte: US Energy Information Administration.

³³⁴ Fonte: Ministério das Finanças de Angola, 2012.

das receitas do petróleo permitiu ao Governo regressar aos níveis anteriores à crise em matéria de despesas públicas, projetando-se uma subida das despesas no futuro próximo». (...) Depois de ter caído para menos de 1.6 mbpd no segundo trimestre de 2011, a produção de petróleo recuperou em 2012, tendo alcançada a média estimada de 1.8 mbpd nesse ano. Os preços do petróleo angolano (“Angola mix”) permaneceram estáveis em torno de USD 110 em 2012. A produção do sector de diamantes também recuperou, impulsionada pelos preços crescentes dos diamantes, com o sector a registar um crescimento de 4.6% em 2012, após um modesto declínio de 0.7% em 2011. As indústrias extrativas, em geral, verificaram uma expansão de cerca de 5.2% em 2012, após uma contração de 5.3% em 2011». De igual modo, «os fortes ganhos das exportações e os rendimentos crescentes estão a impulsionar o crescimento no sector comercial e a fomentar investimentos importantes na atividade retalhista. (...) Estima-se que o sector comercial tenha crescido cerca de 9.3% em 2012 (...). Os sectores de serviços, como as telecomunicações e financeiro, também estão a registar um crescimento robusto. (...) A indústria transformadora desacelerou em 2013, após vários anos de crescimento sólido. O valor acrescentado subiu apenas 1.3% em 2012, depois de ter crescido 13% em 2011 e 10.7% em 2010. Desde meados de 2011 até ao fim de 2012, a produção de têxteis assim como de maquinaria e equipamento contraiu significativamente, o que teve um impacto negativo no desempenho do sector (...)» (BM, 2013).

O quadro atrás apresentado pelo Banco Mundial, conduziu o autor a considerar o condicionamento a que está sujeita a economia nacional, partindo da experiência do passado recente. Efetivamente, como consequência da crise financeira de 2008-2009, em que a produção de petróleo de Angola caiu 5% (de 1.9 para 1.8 mbpd) e o preço deste produto desceu 35% (de USD 94 a USD 61/barril), o PIB do país baixou 11 pontos percentuais e o saldo orçamental 3 pontos percentuais.

A pesca, apesar de não tão desenvolvida ainda, permitiu ao país consumir o valor médio de 14 Kg por pessoa, no período de 2002 a 2007. Esta é, segundo G. Littlejohn (2012), uma média superior à da África subsaariana (8 Kg).

Contudo, apesar da riqueza da sua ampla costa marítima, o país praticamente carece de indústria de transformação, assim como uma frota pesqueira que mereça realmente este

nome. «A maioria dos pescadores está envolvida no sector artesanal, que inclui mais de 4600 embarcações (0-14 m de comprimento) e 35 000 pescadores. Apenas 20% das embarcações são motorizadas e, portanto, limitadas à zona costeira adjacente (até 3 milhas náuticas)» (SIF-Blog, 2010). «Nos últimos anos, a produção pesqueira foi negativamente afetada por um acentuado decréscimo das biomassas dos principais recursos, tendo a captura média anual atingido a cifra de 300 mil toneladas. Pretende-se alcançar a meta de 400 mil toneladas /ano de pescado e crustáceos (camarão e gambas)» (MPLA, 2012). Contudo, ocorrem nesta indústria um conjunto de atividades ilegais tais como: a pesca em área fechadas, métodos ilegais de pesca, medida ilegal da malha das redes de pesca, pesca sem licença, invasão de áreas artesanais por embarcações industriais e embarcações estrangeiras não licenciadas para aí operar» (SIF-Blog, 2010).

Por outro lado, ao mesmo tempo que desenvolve políticas para aumentar a exploração dos restantes recursos referidos, incluindo os diamantes que só rendem atualmente 9 mil milhões de dólares americanos³³⁵, o país iniciou um regresso à agricultura depois do fim da guerra (2002).

No ano 2010, através do seu vice-presidente, Angola deu a conhecer à 26ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que possuía 35 milhões de hectares de terra arável e potencialidades hídricas representadas por 47 bacias hidrográficas³³⁶.

Segundo análise do Banco Mundial, no ano 2013 «O sector agrícola registou um crescimento sólido de 7.3% mas ficou abaixo da taxa média anual dos últimos 10 anos, da ordem dos 13%. Mais de dois terços da mão-de-obra de Angola trabalha na agricultura. No entanto, menos de 30% da terra arável de Angola está presentemente a ser cultivada, e a produtividade do acre é a mais baixa da região»³³⁷ (BM, 2013).

A comparação feita aos restantes países do Golfo da Guiné mostrou resultado similar, conforme representa a Figura 46, elaborada com base em dados estatísticos do Banco Mundial referentes ao ano de 2013.

³³⁵ Fonte: SODIAM e Ministério das Finanças. Dados referentes ao ano de 2012.

³³⁶ PANAPRESS, 6 de Maio de 2010.

³³⁷ Nesta análise, o BM compara Angola no quadro da região SADC.

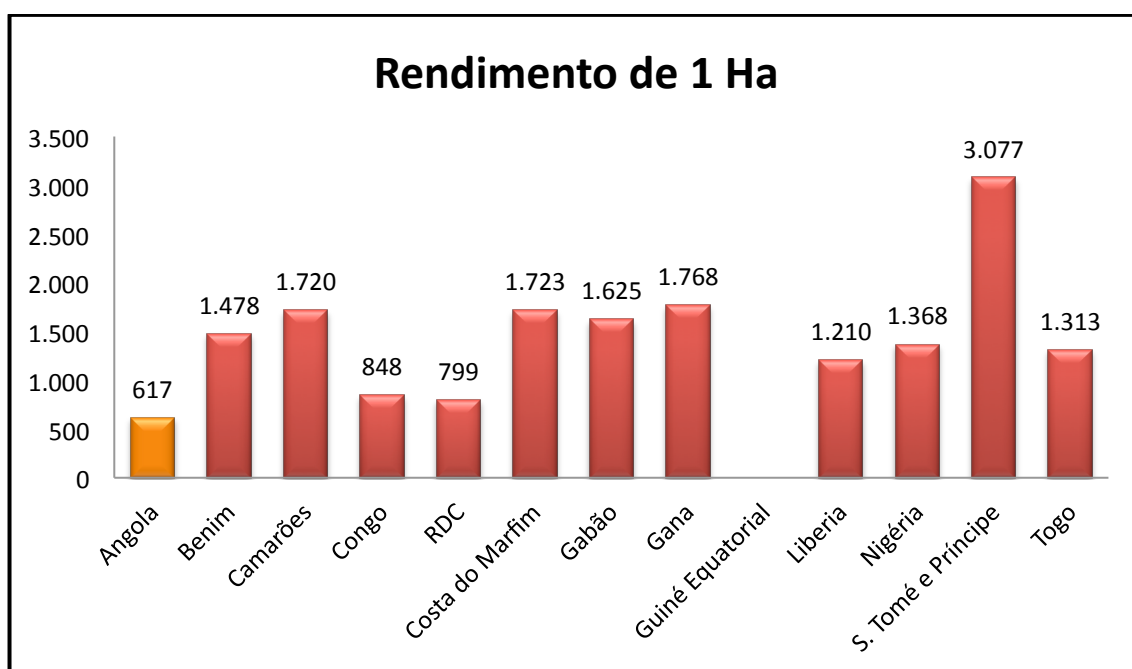


Figura 46 – Rendimento da terra por Hectare nos países do Golfo da Guiné (2013)³³⁸

Por outro lado, a consideração dos objetivos imediatos do Governo, expressos na Mensagem à Nação do Presidente da República (2012), que referiu «o desenvolvimento das exportações, a diversificação das exportações e a substituição das importações nos sectores em que a produção nacional possui vantagens comparativas», conduziu à conclusão de que é essencial que o país observe padrões de comportamentos que facilitem o alcance dessas metas.

Neste quadro, para além de considerar a importância do estabelecimento de políticas que conduzam eficazmente ao aumento da produtividade da terra, concluiu-se da necessidade de melhorar o clima de realização de negócios que captem o investimento externo na economia nacional, tirando proveito do baixo nível da sua dívida externa pública (16.8% do PIB no fim de 2011), assim como melhorar a capacidade de assumir compromissos voltados para o bem comum.

Com efeito, os dados estatísticos disponibilizados por instituições tais como o Banco Mundial, representados na Figura 47, permitiu concluir que em relação aos restantes

³³⁸ Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial, 2013.

países da região, Angola somente se apresenta melhor que a RDC e o Congo-Brazzaville, no que refere à facilidade para realizar negócios.

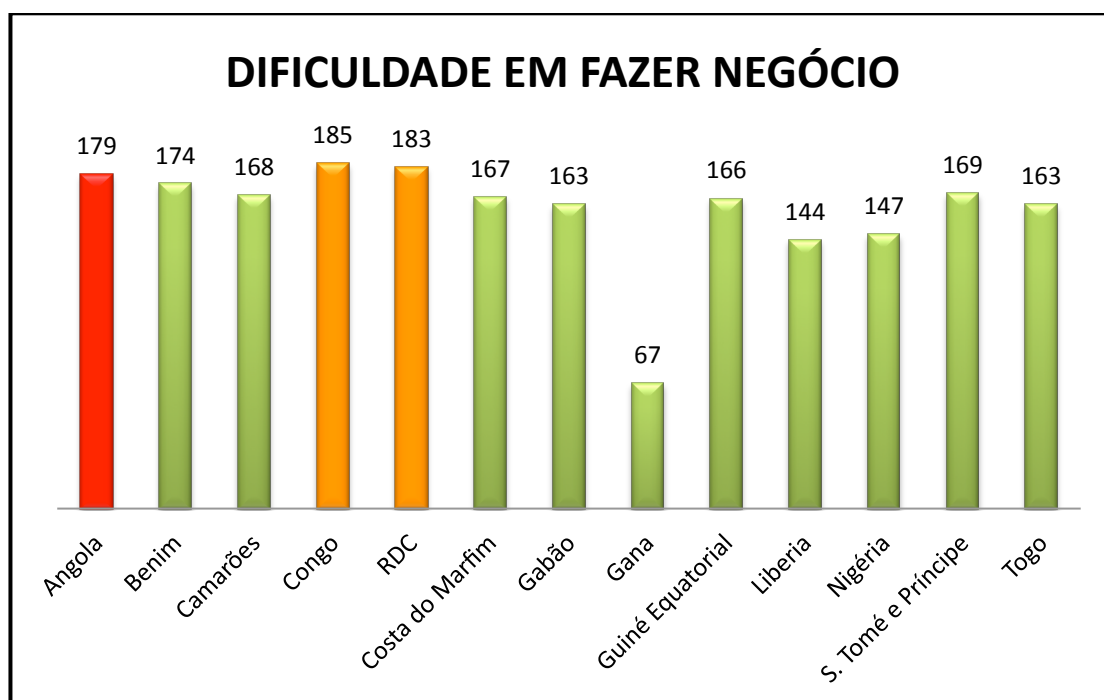


Figura 47 – Grau de dificuldade de fazer negócios na região do Golfo da Guiné (2013)³³⁹

De igual modo, no que se refere à corrupção, apreciada como «a incapacidade moral dos cidadãos de assumirem compromissos voltados ao bem comum, ou seja, de fazer coisas que não lhes tragam uma gratificação social» (SIMÃO, 2011: 34), a apreciação da Figura 48 permite perceber que o país encontra-se nos níveis mais baixos da região, somente acima da Guiné Equatorial, da RDC e do Congo-Brazzaville³⁴⁰. Considerou-se a corrupção um fenómeno especialmente importante, porque afeta a expectativa de todas as relações que podem conduzir o país ao desenvolvimento. No entanto, observou-se a decisão do Estado angolano de aprovar uma «Lei de Probidade Administrativa» e propor-se realizar as ações que constam do seu Programa de Governo 2012-2017.

³³⁹ Elaboração do autor com base em dados de www.doingbusiness.org.

³⁴⁰ De acordo com o relatório da organização Transparência Internacional, referente ao ano 2013.

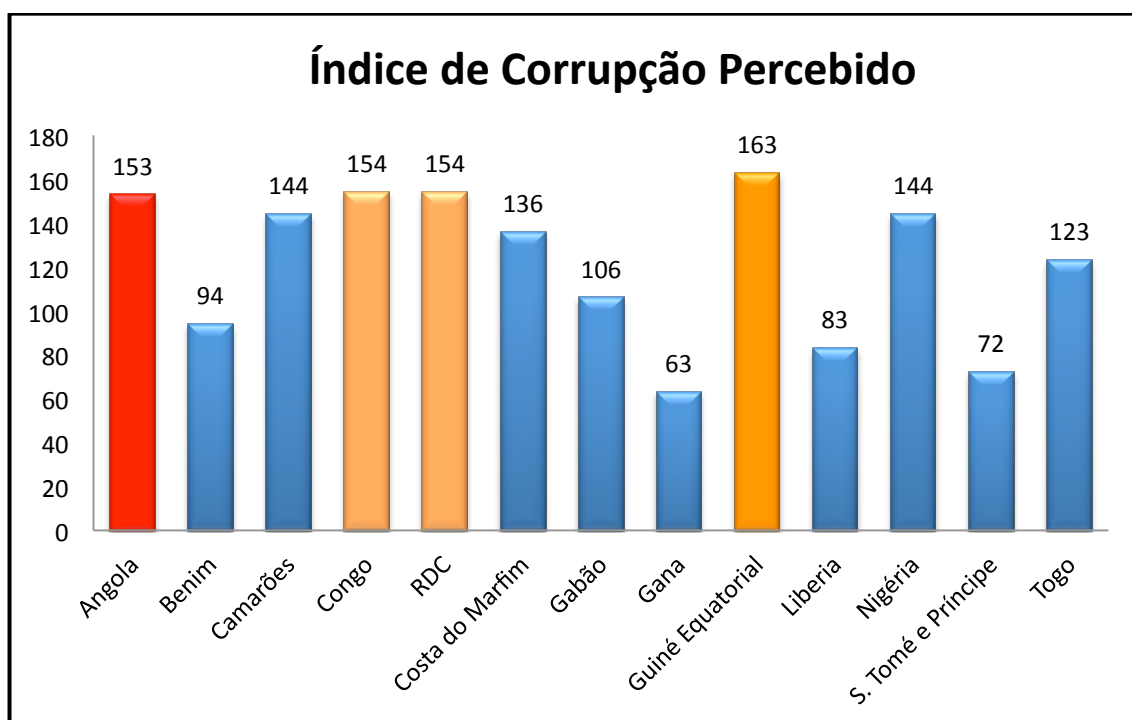


Figura 48 – Nível de Corrupção dos Países da Região do Golfo da Guiné³⁴¹

2. A ciência e tecnologia

O estado de desenvolvimento da educação e ensino tem um reflexo imediato neste ativo.

O Governo Angolano reconhece que «o conhecimento científico e tecnológico é o único fator de produção capaz de proporcionar às economias um crescimento perene (...)». Por esta razão, definiu como medidas a implementar, entre outras, as referidas no Quadro 9.

Pode considerar-se entre as ações no sentido do desenvolvimento tecnológico de Angola o desenvolvimento e o lançamento, proximamente, de um satélite de comunicações. A localização no país da tecnologia necessária ao controle do satélite, assim como a gestão da sua atividade, possibilitará a Angola obter e desenvolver conhecimentos no campo da tecnologia aeroespacial. Certamente, este é um dos campos para o qual estará virado o financiamento à pesquisa referido no Quadro 9. Por outro lado, a operação do satélite de

³⁴¹ *Elaboração do autor com base em dados da Transparency International, para o ano 2013. Comparados 175 países.*

comunicações angolano permitirá o melhoramento das suas comunicações de relação, ou seja, a televisão e a rádio, para além do serviço telefónico nacional e da Internet.

Neste campo particular, na região, somente a Nigéria possui tal avanço tecnológico. No caso, depois dos problemas técnicos que conduziram à perda do primeiro satélite lançado (NigComSat 1, 2007)), o país lançou, em Dezembro de 2011, o NigComSat 1R, o primeiro satélite de comunicações africano. Para além deste, a Nigéria possui outros 3 satélites, designadamente o NigeriaSat-1 (2003), o NigeriaSat-2 e o NigeriaSat-X (2011). O NigeriaSat-1 é destinado ao controle do ambiente, tal como o fenómeno da desertificação, assim como a ajudar no planeamento demográfico do país, enquanto os demais destinam-se a facilitar as comunicações do país.

- A promoção da formação de quadros superiores com elevadas qualificações científicas e tecnológicas.
- A seleção de quadros angolanos com elevado potencial analítico para estudarem em instituições universitárias mundiais líderes do conhecimento científico e tecnológico, num processo continuado.
- Apoiar a organização e estruturação pelas universidades nacionais, em parceria com as melhores instituições universitárias mundiais, de programas de especialização e diferenciação académica (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos).
- Aumentar as verbas orçamentais destinadas à investigação.
- Criação de parques de desenvolvimento tecnológico e científico virados para a pesquisa.

Quadro 9 – Principais Políticas e Medidas para a promoção da ciência e tecnologia em Angola³⁴²

3. As infraestruturas viárias

Ao assegurar a ligação entre os vários pontos do país, as vias de circulação (estradas, linhas de caminho-de-ferro, rios, mar e espaço aéreo) são um importante fator de poder para a República de Angola. Entretanto, interessa também à investigação constatar a influência destas vias para o contexto estratégico dos demais países da região em estudo.

³⁴² Fonte: Discurso do Presidente José Eduardo dos Santos sobre o estado da Nação, 2011.

Angola possui uma rede de estradas de aproximadamente 51 429 quilómetros, dos quais 5349 quilómetros pavimentados. Esta rede foi extremamente danificada durante o período de guerra que terminou no ano 2002. Desde este ano o Governo reparou mais de 15 000 Km de estrada, assim como cerca de 600 pontes. Contudo, como referiu o ministro das Obras Públicas em relação às pontes «(...) algumas delas (...) encontrarem-se praticamente fora das atuais normas e especificações técnicas que vigoram na região SADC (...) é algo que se configura como próximo passo a ser dado na reabilitação das pontes inseridas no sistema viário do país»³⁴³. De uma maneira geral, esta realidade aplica-se também a muitas das estradas reparadas ao longo dos últimos anos.

Os principais eixos rodoviários unem a capital do país às sedes de províncias, designadamente as cidades do Bengo, M'Banza Congo e Uíge, na direção Norte; Kwanza Norte, Malange, Lunda Norte, Lunda Sul, Luena, Huambo e Bié, na direção Este; Sumbe, Benguela, Namibe, Lubango, Menongue e Ondjiva, na direção Sul.

Na região do Golfo da Guiné, esta rede rodoviária serve ainda a ligação com a RDC e o Congo-Brazzaville.

Por outro lado, o país possui uma rede ferroviária composta por linhas principais e ramais, que cobrem uma distância de aproximadamente 2775 Km³⁴⁴. As linhas principais são 3, designadamente Lobito-Luau (1344 Km), Luanda-Malange (424 Km; 479 se considerados os ramais) e Namibe-Menongue (756 Km). A linha Lobito-Luau estabelece a ligação entre a RDC (região mineira do Catanga) e o porto do Lobito.

Analisou-se que a integração de Angola no espaço económico da região só será possível com o estabelecimento de corredores de transporte e logística internacionais em que, para além das redes viárias já referidas, participam os portos.

Os principais portos do país localizam-se em Luanda, no Lobito e no Namibe, sendo o primeiro o principal. Os portos de Luanda (710 000 TM) e do Lobito (610 000 TM) estão classificados pelo *World Port Source* como de tamanho médio, enquanto o do

³⁴³ Entrevista do ministro das Obras Públicas à ANGOP, 10 de Janeiro de 2014.

³⁴⁴ Fonte: Portal da República de Angola.

Namibe (115 000 TM)³⁴⁵ e outros como o de Cabinda e do Sumbe, são considerados pequenos.

Com efeito, Angola não só pode melhorar a sua condição de ligação da RDC ao Atlântico mas, também, servir de rota de acesso ao mar para todo o *Heartland* Africano. Os seus portos têm uma localização única pois, tirando o porto de Point Noire (Congo), não existem outras alternativas de ligação ao oceano Atlântico para, com maior facilidade, fazer o comércio com a Europa, os EUA, a China, o Brasil e a Índia.

Para o efeito, Angola necessita de um sistema portuário atrativo, isto é, que ofereça condições operacionais favoráveis para os grandes operadores. A qualidade das infraestruturas e dos processos relativos à sua utilização, elemento central destas condições operacionais, determinam o lugar dos portos angolanos ante a concorrência dos demais da região, designadamente dos portos de Walvis Bay e Cape Town.

Contudo, de acordo com o Banco Mundial (BM), a qualidade das infraestruturas portuárias nacionais comparadas com os *standards* internacionais, medida pelo Índice de Qualidade das Infraestrutura Portuárias (WEF)³⁴⁶, é precária, sendo 2.9 numa escala que pode alcançar o nível 7. De igual modo, o Índice de Desempenho Logístico³⁴⁷, das infraestruturas portuárias e de transporte é baixo, correspondendo a 2.48, numa escala que pode alcançar o nível 5.

³⁴⁵ Fonte: Portal da República de Angola.

³⁴⁶ A qualidade da infraestrutura portuária mede a percepção dos operadores de negócios portuários sobre as instalações portuárias do país. Este índice é medido numa escala de 1 a 7.

³⁴⁷ Na consideração deste índice, os entrevistados avaliam o nível geral de funcionalidade e qualidade dos serviços de logística. A avaliação aprecia o mercado de importações e exportações mais importantes dos países selecionados, apreciando cerca de 1000 serviços de expedição de carga. O índice é medido numa escala de 1 a 5.

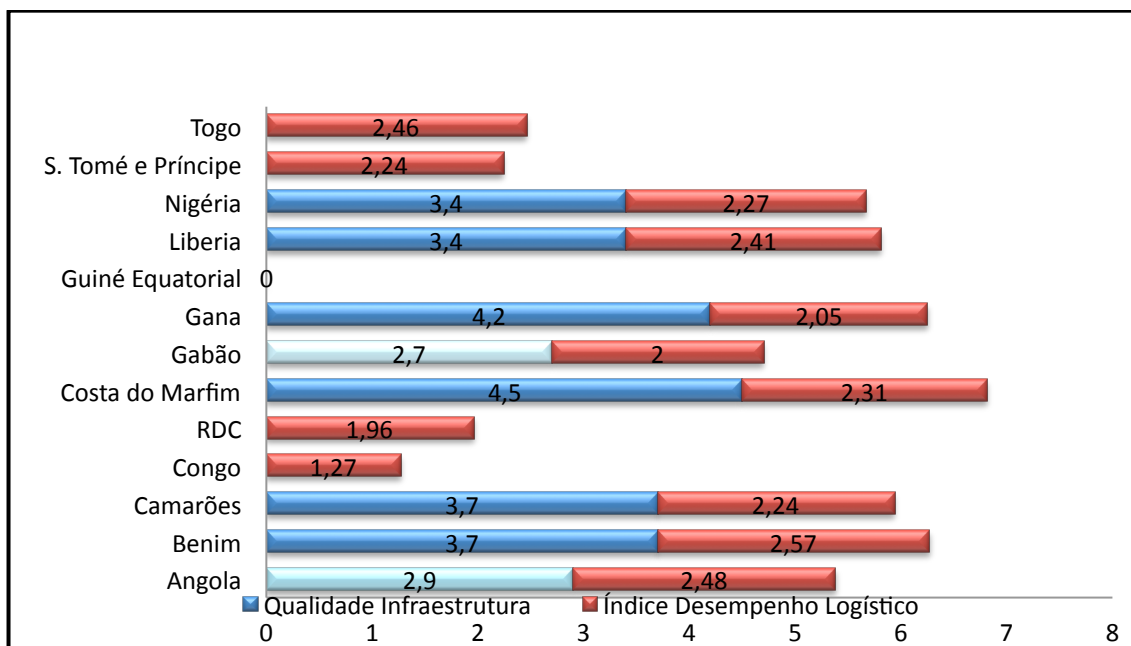


Figura 49 – Índice de qualidade da infraestrutura e de desempenho logístico dos portos da região ³⁴⁸

Todavia, Angola constitui a plataforma de ligação entre vários países da região do Golfo da Guiné, principalmente pela via aérea. Pois, a partir do aeroporto da sua capital, pode-se chegar a Kinshasa (RDC), Brazzaville (Congo), S. Tomé (STP), Abuja (Nigéria) e Douala (Camarões).

4. As comunicações

As comunicações de relação, nomeadamente a rádio e a televisão, os telefones e a Internet, de grande importância para a formação da opinião pública, são particularmente importantes pela influência que têm sobre os processos de natureza global em que Angola está envolvida.

A consideração particular da tecnologia da Internet, especialmente da sua capacidade multimédia, assim como das comunicações móveis, conduziu à conclusão de que Angola não é o país com melhores índices.

³⁴⁸ Este índices variam de 0 – 7, para as infraestruturas; 0 – 5, para as condições logísticas. Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial para o ano 2013.

De igual modo, Angola encontra-se nos últimos lugares de utilização da telefonia móvel, somente acima da RDC, ocupando o quarto posto entre os utilizadores de Internet. A perspectiva projetada para 2017 só leva o país a superar os níveis atuais do Togo e da Libéria, para além da RDC.

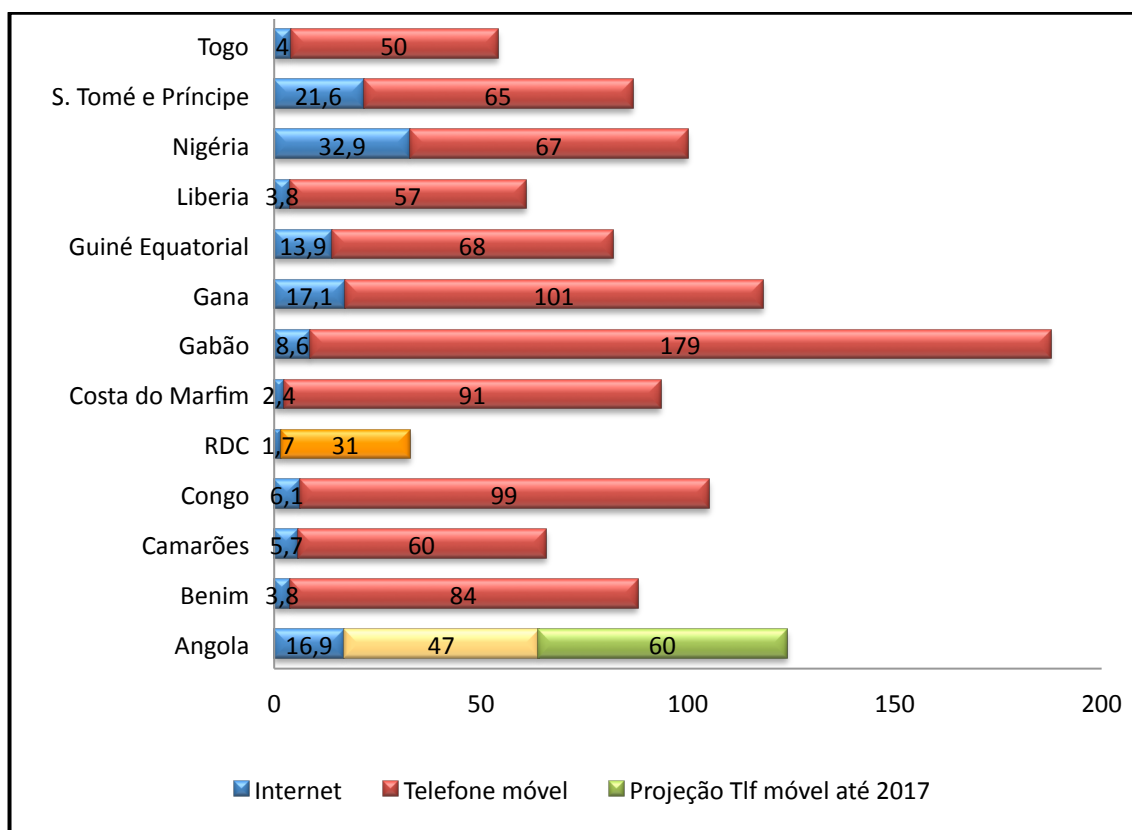


Figura 50 – Média de usuários de Internet e Telefones Móveis no Golfo da Guiné³⁴⁹

Em suma, vinda de uma situação de verdadeira calamidade, a infraestrutura de circulação em Angola, e desta para o exterior, está em franco processo de recuperação e pode, caso se mantenham os investimentos e se cuide da qualidade de execução das obras, vir a ser a melhor da região. Contudo, os portos continuam a estar entre os que menor desempenho apresentam, na região, tanto na perspectiva de infraestruturas, como de cumprimento das suas funções, conforme se constata da apreciação dos dados do Banco Mundial (Figura 49). A construção do projetado porto da Barra do Dande, se acompanhado de políticas e ações que lhe confirmem um bom desempenho logístico,

³⁴⁹ Média de utilizadores por cada conjunto de 100 habitantes. Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial, 2012.

pode ser parte da solução para tornar o país a porta de ligação do *Heartland* Africano ao mundo ocidental.

5. O desenvolvimento social

Sendo a população do país que operacionaliza a estratégia que visa materializar os objetivos políticos do Estado, torna-se importante determinar o seu grau de desenvolvimento, e verificar a adequabilidade do mesmo aos objetivos a alcançar.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o parâmetro de análise selecionado para medir este fator.

Neste âmbito, como elementos para a aferição do grau de desenvolvimento social do país e a sua perspectiva de evolução, empregaram-se, por um lado, as estatísticas referidas na Comunicação à Nação feita pelo Senhor Presidente da República de Angola, no final do ano 2011 e no programa do Governo para o período 2012 a 2017 e, por outro, a avaliação dos mesmos parâmetros feita pela ONU (PNUD), em relação aos países da região, até ao ano de 2013.

Em relação à educação, referiu o Presidente da República na Comunicação atrás referida, que:

«(...) de 2002 a 2010, a média anual de estudantes matriculados nos vários níveis de ensino foi superior a 4,5 milhões. Só de 2010 a 2011 houve um incremento de 572 842 alunos matriculados, representando um crescimento de 9.3%. Em 2010, o total de alunos matriculados no sistema de ensino não universitário foi de 668 358 na iniciação e de 4 273 006 no ensino primário (10 vezes mais do que no último período colonial). Nos 2 ciclos do ensino secundário o número foi de 868 225, perfazendo um total de 5 809 589, assim distribuídos: 709 576, na iniciação; 4 455 548 no ensino primário e 950 525, nos dois ciclos do ensino secundário. Por sua vez, de 2002 a 2010, os efetivos de docentes apresentaram uma taxa média de crescimento de 14.54%. Em 2010, o Ministério da Educação contava com 200 698 professores em todo o território nacional. Nesse período, o número de salas de aula nos níveis primário e secundário passou de cerca

de 19 mil para mais de 53 mil em 2010, numa taxa de crescimento de 165.71%. Entretanto, desde 2008, o Ensino Superior conheceu um crescimento notável, contando atualmente a rede de instituições de formação já expandida por todas as províncias do país, com 17 instituições públicas, sendo 7 universidades, 7 institutos superiores e 3 escolas superiores; assim como 22 instituições privadas, sendo 10 universidades e 12 institutos superiores, num total de 39 instituições do ensino superior, frequentadas por 150 mil estudantes e contando cerca de 2 mil docentes, incluindo nacionais e estrangeiros. Em 2011 foram concedidas 3 mil bolsas de estudo internas, que deverão passar para o dobro em 2012. Quanto às bolsas externas, estas foram concedidas para as mais diversas especialidades e países, com prioridade para as áreas da ciência e tecnologia, ciências da educação e ciências médicas».

Em relação à saúde, disse ainda o Presidente, Engenheiro José Eduardo dos Santos que:

«(...) foi reforçada a rede de atenção primária e foi feita a alocação direta de cerca de 2 milhões de USD anuais a cada município, com vista aos cuidados primários de saúde, permitiram garantir uma cobertura de 78% da população do país. (...) durante o ano 2011 formados 1255 enfermeiros e técnicos, e capacitados 3565 em áreas fundamentais para a redução da mortalidade infantil, o que permitiu uma redução significativa das taxas de mortalidade materna, que baixaram de 1400 por 100 mil nados vivos em 2001, para 610 em 2010. As atividades de vacinação de rotina permitiram vacinar 91% das crianças menores de 5 anos, em cada uma das 4 jornadas nacionais de vacinação contra a poliomielite. Foram também vacinadas contra o tétano mais de 55 mil em idade fértil, na vacinação de rotina. Aumentou significativamente o número de centros de aconselhamento e testagem do VIH, que passou de 8 em 2003, para 547 em 2010. Também os centros de prevenção da transmissão vertical do vírus passaram de 3 em 2004, para 200 em 2010, e os centros de tratamento com antirretrovirais em adultos e crianças passaram de 3 em 2004 para 133 em 2010».

Contudo, apesar do esforço realizado, de que resulta a evolução que a Figura 51 mostra, segundo as estatísticas das Nações Unidas para o ano 2013, o IDH de Angola (0.508)

classifica o país como possuidor de baixo nível de desenvolvimento humano (lugar 148).

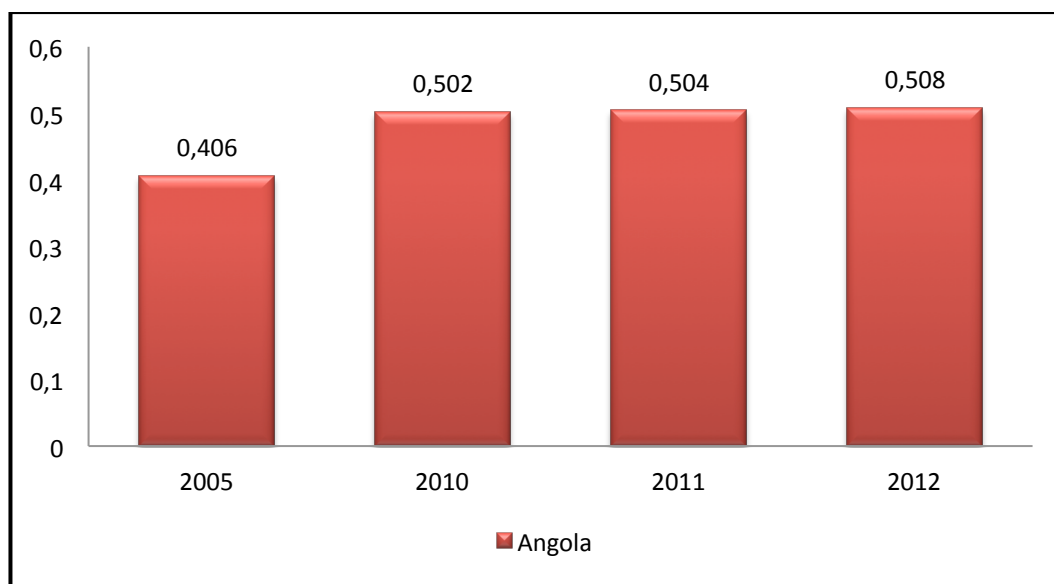


Figura 51 – IDH da República de Angola (2000 a 2012)³⁵⁰

A consideração de que somente o equipamento da população em educação e saúde permite ao país superar o seu déficit de população em relação a outros da região, conduziu à seleção destes como elementos de comparação.

No cálculo do IDH, o fator educação, referido como o acesso ao conhecimento, é representado pela média de anos de estudo (para os adultos) e pelos anos esperados de escolaridade (para as crianças). Neste âmbito, a apreciação das estatísticas da ONU mostraram que os adultos angolanos têm uma média de 10.2 anos de escolaridade, enquanto que as crianças permanecem na escola cerca de 4.7 anos.

A comparação destas médias com as de outros países da região conduzem à observação de que Angola possui a sétima melhor média em relação ao tempo de escolarização para os adultos, sendo a melhor a do Gabão (13), e a oitava melhor em relação ao tempo de permanência das crianças na escola, ao lado de S. Tomé e Príncipe, mantendo o Gabão a melhor média (7.5).

³⁵⁰ Fonte: ONU, 2013.

Por outro lado, destaca-se o facto de nenhuma das instituições do ensino superior angolanas, talvez pela sua juventude, ter alcançado ainda algum nível de reconhecimento internacional, nem sequer ao nível do continente.

Consciente da situação, o Governo de Angola tem como medidas de política e metas, até ao ano 2017, entre outras:

- Continuar o processo de expansão da infraestrutura escolar do país a todos os níveis do sistema de educação e ensino.
- Elaboração de programas de combate ao abandono escolar e correção do fluxo escolar.
- Universalização da merenda escolar nas escolas públicas do ensino primário.
- Tornar o ensino até ao 1º ciclo do ensino secundário (9 anos de escolaridade) obrigatório e grátis.
- Dar continuidade e reforçar o programa de alfabetização de adultos.
- Assegurar o ingresso de 200 mil novos estudantes no subsistema de ensino superior.
- Atração para o corpo docente, a todos os níveis do sistema de educação, de pessoas com o perfil científico, técnico e pedagógico adequado.
- Ampliar a capacidade de produção científica e de transmissão de conhecimentos do corpo docente nacional.
- Introduzir o ensino das línguas francesa e inglesa no ensino até ao 12º ano.

Quadro 10 – Medidas de Política e Metas de Angola até 2017 no campo da educação³⁵¹

Neste âmbito, no espaço da RGG, no ano de 2012 a referência era a Nigéria, com 22 instituições de ensino superior entre as 200 melhores do continente africano, apesar de ter um PIB/PC (\$2800) substancialmente inferior ao angolano (\$6500).

No domínio da saúde, o Governo, entre outras políticas e medidas, pretende:

³⁵¹ Fonte: Programa de Governo 2012-2017

- Fortalecer o sistema e o Serviço Nacional de Saúde tendo o município como centro das atividades.
- Assegurar a formação contínua e permanente dos técnicos de saúde realçando os aspetos técnicos, éticos, deontológicos e patrióticos.
- Aprimorar o sistema de informação sanitária, promovendo o uso de novas tecnologias de informação e introduzindo o cartão do utente para facilitar o seguimento do doente.
- Aumentar o número de camas 6 para 16 por 10 000 habitantes.
- Reduzir o rácio de mortalidade materna até 416 por 100 mil nados vivos.
- Reduzir o rácio de mortalidade infantil até 70 por 1000 nados-vivos.
- Reduzir a mortalidade de menores até aos 5 anos, até 127 por 1000 nados-vivos.
- Manter a seroprevalência do vírus VIH abaixo dos 1% nos jovens de 15-24 anos, e abaixo de 2% nos adultos de 15-45 anos de idade.
- Interromper definitivamente a circulação do vírus da poliomielite.
- Reduzir a taxa de mortalidade dos adultos de 15-60 anos até aos 250 por mil.
- Aumentar a taxa de médicos para 5 por 10 000 habitantes.
- Combater os fatores de risco que concorrem para a degradação da saúde das populações, tais como o álcool, o tabaco, o sedentarismo e a alimentação desequilibrada.

Quadro 11 – Medidas de Política e Metas de Angola até 2017 no campo da saúde³⁵²

A análise às perspectivas do país no campo da saúde, conduziu à conclusão de que, assumindo que os demais países da região tenham mantido inalterado os níveis de saúde das suas populações e de serviços neste campo, o nível da mortalidade materna, da mortalidade infantil e dos nados-vivos até aos 5 anos de idade, em Angola, no ano 2017, estará ainda abaixo do alcançado no ano 2010, por países como o Benim, o Gabão, o Gana, a Guiné Equatorial, S. Tomé e Príncipe e o Togo. Porém, terá alcançado, ou estará acima, do nível médio da África Subsaariana (Figura 52).

Por outro lado, no que se refere à atenção à saúde das populações, a Figura 53 mostra que o país ultrapassará a taxa média de médicos por 10 000 habitantes da África Subsaariana, alcançando a taxa que S. Tomé e Príncipe alcançou no ano de 2010. Contudo, a mesma figura mostra também que, na atualidade, possuindo uma densidade de médicos similar aos outros países da região, mas uma das melhores coberturas de trabalhadores de saúde (13/10 000 habitantes), o país não conseguiu ainda alcançar os

³⁵² Fonte: Programa de Governo 2012-2017.

níveis de saúde dos países com os quais se compara. Em relação ao número de camas por 10 000 habitantes, o país alcançará a República do Congo e ultrapassará o Gabão, mas continuará abaixo da Guiné Equatorial e de S. Tomé e Príncipe.

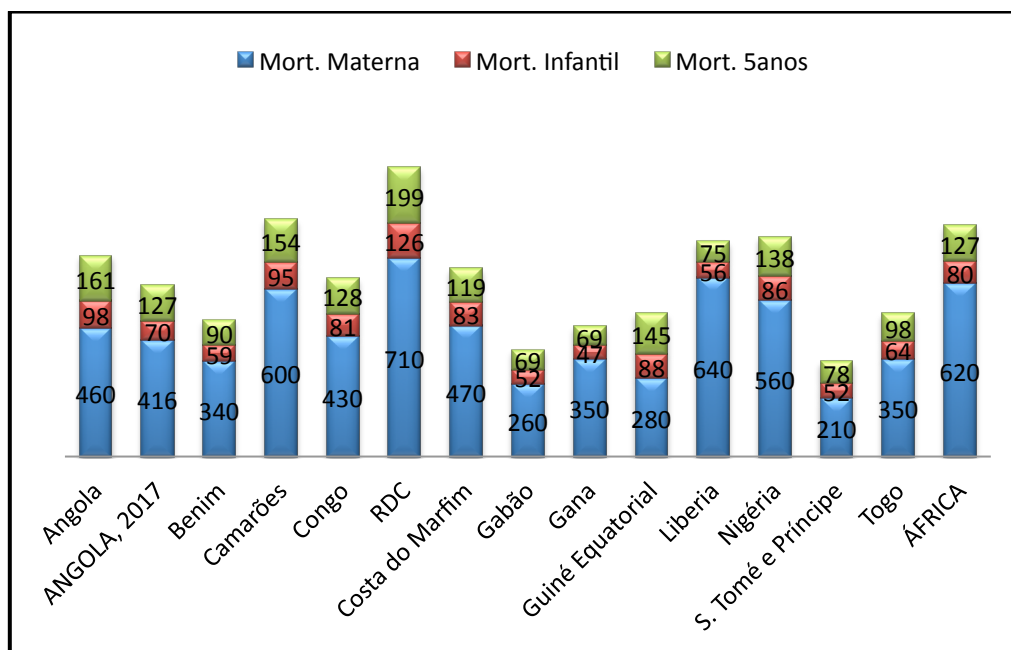


Figura 52 – Lugar de Angola na região, em nível de saúde, em 2017³⁵³

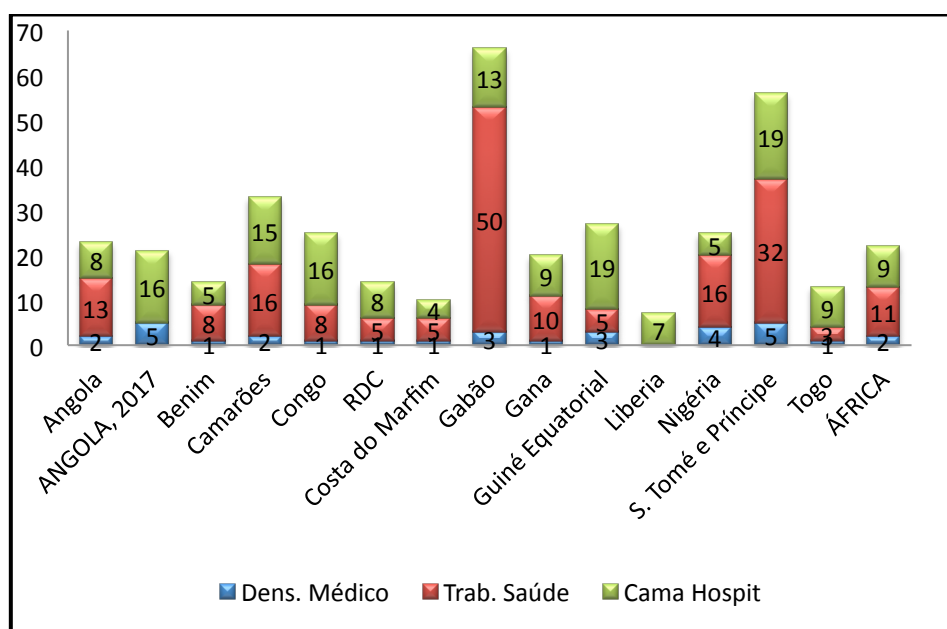


Figura 53 – Lugar de Angola na região, em cuidados de saúde, em 2017³⁵⁴

³⁵³ Elaborado pelo autor com base nas estatísticas da OMS, 2010 e Programa do Governo de Angola, 2012-2017.

Por outro lado, a apreciação das figuras abaixo, relativas ao crescimento da população (Figura 54) e o crescimento do PIB (Figura 55), mostra que desde o ponto de vista da demografia a média de crescimento do país foi de 3.2 pontos percentuais, enquanto o PIB cresceu 4.12 pontos percentuais. A similaridade entre o crescimento demográfico e o PIB, poderia gerar algum problema na eventualidade do último se ver afetado de forma negativa.

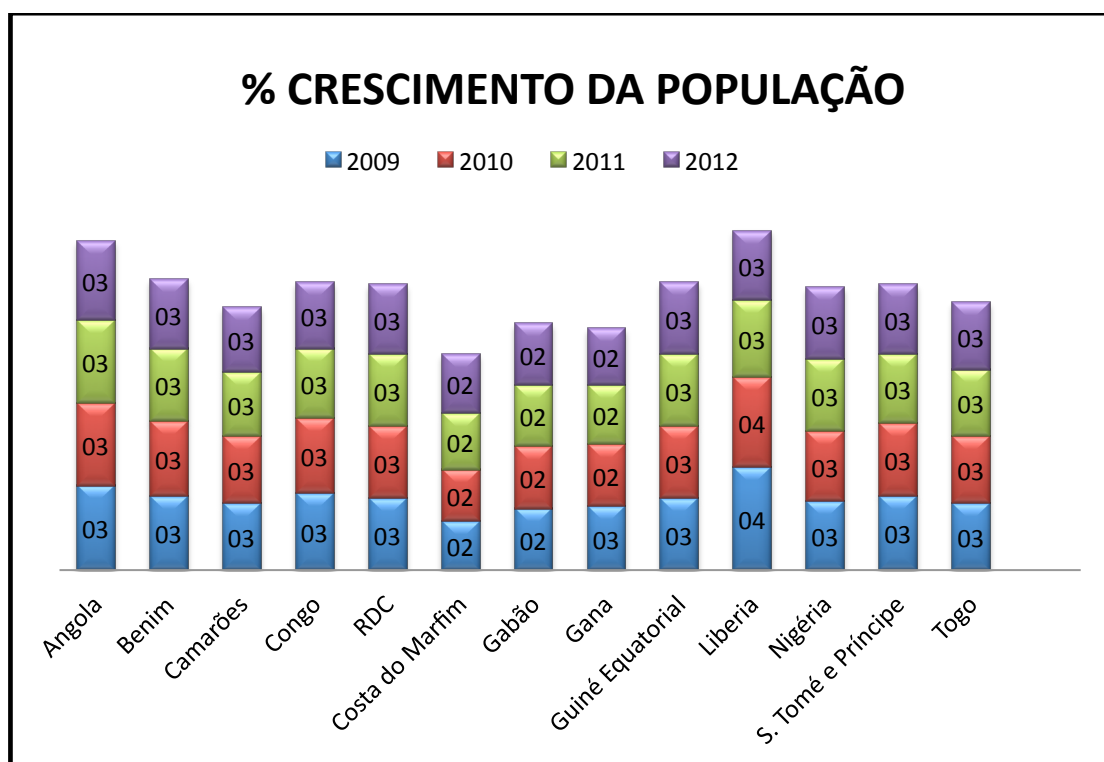


Figura 54 – Crescimento da População da região, 2009-2012³⁵⁵

Considerou-se também que a realização do Censo Populacional (2014), a definição de uma Política Nacional de População, a aprovação da estratégia e do Plano Nacional de Formação de Quadros, a aprovação da Política sobre o Apoio aos Antigos Combatentes, as medidas para o incremento das ações de formação no âmbito do Sistema Nacional de Formação Profissional e a Política Nacional de Habitação, de que já resultou a construção, em várias partes do território nacional, do que se designa por «novas centralidades», entre outras medidas, enquadram-se na moldagem do tecido social

³⁵⁴ Elaborado pelo autor com base nas estatísticas da OMS, 2010 e Programa do Governo de Angola, 2012-2017.

³⁵⁵ Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da ONU.

angolano para o de um país de nível de desenvolvimento médio, meta que este pretende alcançar nos próximos anos.

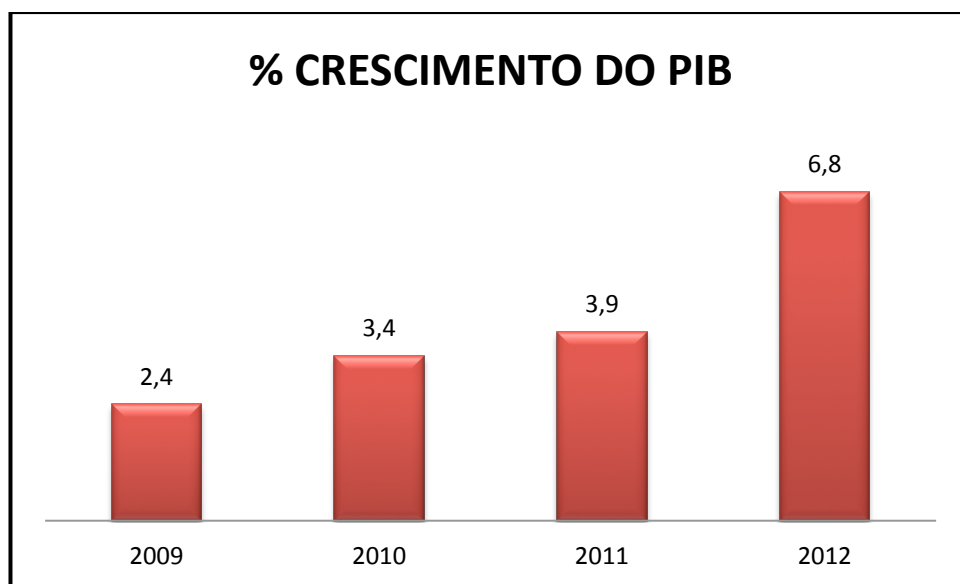


Figura 55 – Crescimento do PIB de Angola 2009-2012³⁵⁶

³⁵⁶ Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

CAPÍTULO 9 - O carácter, a vontade e a estratégia nacionais

A consideração, que apela à análise dos recursos necessários e os disponíveis, conduz, antes de mais, à observação do autor desta empreitada, o homem angolano, na interpretação do seu destino nacional e internacional, isto é, a sua capacidade de projetar o país além-fronteira, fazendo-se país quando é necessário.

Angola tende a ser um país mestiço. Na verdade, sem constituir uma nação nos termos estritos das teorias científicas apreciadas desde cânones ocidentais, a sua população vem-se constituindo cada vez mais na mistura das várias nações que se encontram no seu território.

Com efeito, embora haja quem teime em procurar as diferentes nações na população angolana, vem-se tornado facilmente observável a mestiçagem étnica, em vez de encontrar um *Jaga* ou *Quioco* puro. A mestiçagem angolana recebeu novo contributo com o processo de atribuição de apelidos europeus a locais, dando origem a novas famílias compostas, por exemplo, por indivíduos *bacongo* e *umbundo*. De igual modo, foi ainda reforçada pelo resultado da mestiçagem entre colonizadores e colonizados, que gerou novos tons de pele.

Talvez a realidade atrás descrita constitua uma das razões pelas quais o angolano transformou-se num assimilador de culturas, fazendo seu o que lhe serve o braço ou a alma. Neste âmbito, para além de absorver a cultura europeia trazida pelos portugueses, absorveu culturas e valores de outros, por exemplo dos missionários de várias nacionalidades que chegaram ao país em momentos diversos. Do mesmo modo, absorveram novos nomes e preceitos culturais, de cubanos e russos, com quem aprenderam a lidar sem qualquer complexo, como se de mais um nacional se tratasse. Esta é uma particularidade do angolano, ser ele mesmo e ver o outro como igual.

Esta capacidade de a todos bem receber e com o ontem estrangeiro partilhar o seu espaço como se fosse irmão, talvez explique a atração por Angola de estrangeiros de todas as paragens, que sem dificuldades criadas pelos angolanos se estabelecem em qualquer ponto do país.

Num quadro de globalização acelerada dos processos de vida, e ainda que disfrutando da música de todos os que chegam (independentemente do meio através do qual cheguem), o angolano conseguiu manter-se ele mesmo e criar um género musical que se vai espalhando pelo mundo³⁵⁷. Porque aceita e transforma para o servir o que recebe, mas não perde o seu.

O angolano é aquele povo que em plena guerra civil conseguiu ganhar 8 campeonatos africanos de basquetebol masculino e preparar-se para ganhar 6 de andebol feminino. A sua capacidade de ser alegre na desventura, faz com que sinta o outro mais sofredor, fazendo-o solidário. Por isso, apesar da guerra civil, afirmou que «na Namíbia, no Zimbabwe e na África do Sul está a continuação da nossa luta».

Na atualidade, apesar das grandes faltas que ainda enfrenta, como atrás mostrado, no ano 2013 o povo angolano conseguiu ser o mais feliz entre os africanos³⁵⁸.

O carácter nacional gera uma vontade que fazem do povo angolano vencedor e especial. Contudo, na falta de um conceito estratégico nacional formalmente definido, o país necessita de uma estratégia nacional que, de bem conhecida e aceite, seja conscientemente assumida pela maioria da nação angolana, que ao estabelecer um sentido nacional de bem comum, mobiliza a vontade dos cidadãos para voluntariamente a executar.

Pode o documento designado *Agenda de Consenso*, ou *Angola 2025*, constituir-se nesta estratégia? Considerou-se que sim, se tratado como atrás referido.

Síntese conclusiva

Angola, país charneira entre as regiões austral e central de África, é formado por uma imensa área ecúmena que ainda não teve tempo de ocupar devido à guerra que viveu nos últimos 30 anos.

Com uma configuração favorável ao controle político do território, a localização da sua capital política e económica não a aproveita. Por outro lado, esta mesma localização da

³⁵⁷ *O kuduro e o windeck.*

³⁵⁸ *Lugar 61; Portugal 85 (ONU e Universidade de Columbia, 2013).*

capital constitui maior desvantagem ao colocar o centro de gravidade nacional ante um mar aberto e desguarnecido.

Uma desvantagem para o país constitui o seu baixo nível de ocupação, como consequência da pouca quantidade de habitantes. Porém, esta pode transformar-se em vantagem se o PIB *per capita*, que é o terceiro mais elevado da região do Golfo da Guiné, for convenientemente aproveitado para elevar as condições de vida da população e, consequentemente, o IDH do país. Para tal contam os recursos hídricos, minerais e outros de que dispõe em abundância, mesmo que não existam confirmadas as reservas petrolíferas projetadas.

Angola, felizmente, observa um ambiente de sã convivência entre os grupos étnicos que se encontram no seu território, apesar de existirem algumas tendências, principalmente alimentadas desde o exterior, que procuram exacerbar a fratura étnica. Igual convivência deve o país buscar na relação entre as confissões religiosas, especialmente com a muçulmana.

O petróleo constitui o principal recurso explorado do país, e cerca de 95% da sua fonte de receitas de exportação. Esta realidade constitui uma grande vulnerabilidade. Neste mesmo quadro, materializa outra vulnerabilidade, especialmente na perspectiva dos Estudos Estratégicos, que interessa a esta investigação: a sua comercialização em situação próxima ao monopólio, com o desinvestimento de tradicionais compradores como os EUA e a Europa. Aumenta a vulnerabilidade o facto de Angola ser o país da região do Golfo da Guiné com menos produtividade agrícola por hectare inviabilizando a substituição de importação.

Por outro lado, estando a reparar os seus cerca de 52 mil quilómetros de estrada, é relevante o facto deste processo não corresponder totalmente às normas de qualidade definidas, por exemplo, pela SADC. De igual modo, chama a atenção o baixo índice de qualidade das infraestruturas e dos processos logísticos das instalações portuárias através das quais o país recebe a maior parte dos bens de todo o tipo de que necessita. Todavia, através da via aérea, o país constitui-se na *hub* da região, o que certamente melhorará com a entrada em funcionamento do novo aeroporto de Luanda, para além de ser, na região do Golfo da Guiné, a principal ligação da RDC ao oceano Atlântico.

Angola é o país da região menos servido em telefonia móvel, somente acima da RDC. Apesar disto, a projeção de crescimento até ao ano 2017 somente lhe permite ultrapassar a Libéria e o Togo. Contudo, ele é o quarto país no que se refere à utilização da Internet.

Com a perspectiva de desenvolvimento da educação e ensino, assim como da investigação científica, o país pode dar um salto no campo científico e tecnológico.

De igual modo, é favorável o ambiente político e social, que avança no sentido do aprofundamento e amadurecimento da democracia e do Estado de direito. Todavia, o clima para a realização de negócios, especialmente importante para o desenvolvimento do país, assim como o respeito pelo bem público são maus. Este último é manifestado pelo elevado índice percebido de corrupção do país (153/175), somente abaixo da Guiné Equatorial, da RDC e do Congo-Brazzaville.

Angola possui as melhores Forças Armadas da região (Exército e Força Aérea), a par da Nigéria. Porém, depende quase totalmente do exterior para a manutenção do seu elevado nível de operacionalidade.

Por outro lado, embora não tenha formalmente aprovado um conceito estratégico nacional que permita a cada angolano encontrar o seu lugar específico na construção da nação, a vontade nacional e a capacidade dos angolanos para se unirem quando é necessário alcançar objetivos maiores, é a melhor manifestação do carácter nacional.

Em suma, a apreciação dos ativos nacionais e a sua adequação ao objetivo de ocupar um lugar central e papel decisivo na transformação do Golfo da Guiné em «Zona de Paz e Segurança», mostra vulnerabilidades importantes que dificultam ou impedem o aproveitamento das potencialidades apresentadas, tais como: a excessiva dependência da economia nacional das receitas do petróleo; a baixa produtividade agrícola; o baixo índice relativo ao clima para a realização de negócios; o elevado índice de corrupção social; a quase total dependência do exterior para manter a atualmente elevada capacidade operacional das FAA; a falta de poder naval equivalente às suas aspirações territoriais e responsabilidade continental e regional. Contudo, mostra também um

elevado potencial de crescimento, que representa uma oportunidade quer para o país, quer para os atores externos cuja estratégia considera a região.

A consideração do atrás observado é particularmente importante ao reconhecer-se que os pilares da estratégia de segurança e defesa nacional são o desenvolvimento socioeconómico, a diplomacia e as Forças Armadas (FONTOURA, 2013: 43). Por outro lado, a análise destes fatores é especialmente importante, porque qualquer estratégia só cumpre os seus objetivos se não operar com pressupostos falsos, deturpados ou apenas imaginados.

VI PARTE – ANGOLA: POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO GOLFO DA GUINÉ

Analizada a inserção da África subsaariana, de que Angola faz parte, no SPI, que permitiu concluir que a sua conjuntura político-estratégica está moldada pelos interesses das principais potências do presente; apreciada a configuração e conjuntura geopolítica e geoestratégica da região do Golfo da Guiné, cujos desenvolvimentos propagam-se de imediato à República de Angola, especialmente ao seu ambiente de segurança e defesa; cabe a esta Parte da investigação, uma vez equacionada a qualidade das bases de poder da República de Angola, determinar a sua Posição Estratégica no Golfo da Guiné, ou seja, definir a estratégia, como meio para criar as condições para que o objetivo fixado pela Política se materialize ou, dito de outra forma, fazer com que as fontes de poder disponíveis concorram para satisfazer os objetivos políticos.

A Posição Estratégica é definida como a atitude que o país assume, resultante da sua posição e posicionamento geoestratégico, observada a qualidade e especificidade das suas bases de poder e os objetivos nacionais. A posição estratégica materializa-se através de Linhas de Força de Defesa Nacional e de Política Externa e determina o lugar e o papel do país numa determinada região, considerando o sentido de alinhamento da conjuntura regional e internacional.

Efetivamente, considerou-se que a localização, e até mesmo a posição de um país, nada mais lhe confere do que posição geográfica (estática). Pelo contrário, a Posição Estratégica, enquanto atitude do país, manifesta-se pelo lugar que ocupa e o papel que desempenha nos processos e mecanismos que se desenvolvem numa determinada região.

Deste modo, esta Parte da investigação determina o posicionamento geoestratégico de Angola, considerando os fatores geoestratégicos do SPI, especialmente do continente e da região do Golfo da Guiné, a sua percepção de ameaça e o quadro de interação com os poderes externos à região, para definir as linhas de força que enformam a defesa nacional e a Política Externa de Angola para a região, considerando o alinhamento entre os interesses das elites nacional e os da região, assim como a sua cultura estratégica.

CAPÍTULO 10 - ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. A cultura estratégica

Tucídides (460-395 a.C.), em *História da Guerra do Peloponeso*, foi um dos autores que primeiro, de forma expressa, abordou a ideia da influência da cultura na ação e comportamento estratégico das entidades políticas, quando analisou as diferenças políticas e culturais entre Atenas e Esparta, e o carácter dos líderes políticos e militares daquelas nações. Outros, principalmente britânicos e norte-americanos, seguiram-lhe observando como referências a China e a Rússia.

Entre os que tratam do tema da cultura estratégica, destacam-se o grande teórico britânico da Estratégia, Liddel Hart (1895-1970), em *The British Way in Warfare* (1930); Jack Snyder (1977), em *The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Limited Options*; Alastair Johnston (1997), em *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*; Ken Booth (1999), em *Strategic Culture in the Asia-Pacific Region*; e Andrew Scobell (2004), em *China and Strategic Culture*.

Contudo, no âmbito do pensamento sobre a influência da cultura na condução da ação estratégica, pode-se ainda enquadrar a obra de Manuel Meirinho (2010) que, em *Cidadania e Participação Política*, refere que «os valores culturais podem condicionar a atividade dos cidadãos, tendo impacto na estabilidade e no funcionamento dos sistemas políticos» (MEIRINHO, 2010: 70).

No mesmo sentido, ao definir que a estratégia não é um assunto de escala de grandeza, mas de comportamentos de entidades que alteram a intensidade das suas negociações ou das suas convergências e as suas uniões ou divergências recíprocas, Jean-Paul Charnay (1990) explicou que a atitude dos atores – que depende do *valor estratégico* dos objetivos que pretenderem alcançar num determinado momento – deriva das suas arquiteturas filosóficas ou religiosas, éticas ou normativas, sendo estas que legitimam a causa do conflito, regulam a intensidade da negação ou a vontade de persuasão, e fixa os seus limites.

Com efeito, como defendeu o tenente-general Li Jijun, vice-presidente da Academia de Ciências Militares da China (1997), «a cultura é a raiz e o fundamento da estratégia. O pensamento estratégico, no processo da sua evolução histórica, desenvolve-se no âmbito da cultura de um país ou uma nação. A cultura estratégica de cada país ou nação está impregnada dos elementos das tradições culturais que, numa forma subconsciente e complexa prescrevem e determinam o comportamento estratégico» (JIJUN, 1997).

De acordo com Heitor Romana (2013), o termo cultura estratégica foi cunhado por Jack Snyder (1977), ao estudar as respostas emocionais e padrões de comportamento que os membros da comunidade estratégica dos EUA adquiriam no contexto de desenvolvimento de uma estratégia nuclear para fazer face à ameaça nuclear soviética.

Ainda de acordo com aquele autor (2014), o conceito de *cultura estratégica* atualmente ainda possui um carácter puramente provisório, tentativo e pragmático, ou seja, no dizer do Professor Adriano Moreira (2012), é ainda um conceito operacional.

Assim, partindo do pensamento de Snyder (1977), de Ken Booth (1990) e do general Li Jijun (1997) – que consideram que a socialização política, associada ao conjunto de crenças e padrões de comportamento sobre questões militares, transpõe para o plano da cultura a forma como se avalia e interioriza o fenómeno do conflito militar e como se mantém e influencia os valores modais de uma sociedade – considerou-se o pensamento de outros autores.

Neste âmbito considerou-se o pensamento de Colin Gray (1986), um dos maiores teóricos da Estratégia que, em *Maritime Strategy, Geopolitics, and the Defense of the West*, definiu cultura estratégica como sendo «o conjunto de pensamento e ação respeitantes ao uso da força, os quais resultam da percepção da experiência histórica nacional e das aspirações nacionais». De igual modo Allen Whiting, em *China Eyes Japan* (1989), considerou que a cultura estratégica representa o estereótipo preconcebido da atitude estratégica de uma nação, de um Estado ou povo derivado da interpretação seletiva da história, das tradições e da autoimagem.

Por outro lado, considerou-se ainda a pesquisa que o Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, em parceria com o *Centro de Investigación Aplicada* (ARC) e o *Centro*

Latinoamericano y del Caribe (LACC) da *Universidad Internacional de Florida*, iniciou, no ano 2010. Esta, parte da aceção de que a cultura estratégica de um país é «a combinação das influências e experiências internas e externas – geográficas, históricas, culturais, económicas, políticas e militares – que dão forma e influem na maneira como um país entende a sua relação com o resto do mundo, e como um Estado se comportará na comunidade internacional» (MARTÍN and ESTRADA, 2010).

Esta última definição para o conceito de cultura estratégica, dada a sua abrangência, foi a adotada pela investigação para apreciar a Cultura Estratégica de Angola (CEA).

Desde a perspectiva do investigador, a formação da atual Cultura Estratégica Angolana inicia-se antes da chegada dos portugueses ao território que constitui hoje a República de Angola. Com efeito, a forma como foram aqueles recebidos pelas elites locais – de maneira diferente nas diversas partes do território – manifesta a maneira como os povos da região entendiam a sua relação com entidades estranhas às mesmas, e a imagem que tinham de si mesmos.

Efetivamente, somente na parte Norte do país, na sede do Reino do Congo, a relação foi inicialmente cordial, tendo inclusivamente o monarca, como afirmou o Bispo André Muaca (1993), enviado alguns súbditos, incluindo um filho, para Portugal, para tornarem-se padres católicos. Noutras partes do território, o sentimento de desconfiança gerado levou ao confronto militar, como atrás referido.

Tendo a relação estabelecida com as entidades coloniais, ajudado a criar nos dominados novos elementos culturais e psicológicos que hoje se manifestam na CEA, pode afirmar-se que a luta armada de libertação nacional – cujo início se assinala a 4 de Fevereiro de 1961 – foi tão-somente uma manifestação deste fenómeno – a Cultura Estratégica Angolana (CEA). Contudo, o mesmo quadro da luta armada de libertação nacional gerou novos elementos que se observam atualmente na CEA.

Com efeito, a relação estabelecida entre as elites nacionais que enquadravam os diferentes movimentos político-militares de resistência ao colonialismo; a relação destes movimentos com os países vizinhos e com outros Estados africanos, quer no quadro bilateral como no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA); a relação do

Movimento de Libertação Nacional com os países extra-continente africano, especialmente com os EUA e a Rússia – Estados Directores do período da Guerra Fria – com a República de Cuba e a República Popular da China – principais apoiantes do MLN entre os países sub-desenvolvidos, durante aquele período – e a relação com os outros países, principalmente do campo socialista, geraram novos quadros comportamentais entre os angolanos.

Por outro lado, a forma como o país alcançou a independência nacional contribuiu também para a consolidação do carácter atual da CEA. Na verdade,

«Ao contrário de muitos Estados africanos para os quais aquilo que Christopher Clapham chamou o ‘universo exterior dos negócios estrangeiros’ se resumia ao conjunto formado pelo ex-colonizador, as duas superpotências, os congéneres continentais e os vizinhos, Angola desde sempre entreteve relações intensas com vários grupos de Estados (...): ligações, nomeadamente, com aqueles Estados de origem das empresas concessionárias e explorações petrolíferas no seu território, para além de, durante a 1ª República, encetada em 1975 com a independência política, ter cultivado relações estreitas com Estados ideologicamente afins, na maioria da Europa Central e de Leste e Cuba, e ainda (...) com o Brasil» (GUEDES, 2011).

Deste modo, com a independência proclamada separadamente em dois locais distintos do território nacional, designadamente em Luanda, a capital, e no Huambo, centro do país; com o território invadido por países vizinhos – a África do Sul e o Zaire (atual RDC) - com o apoio dos EUA e da China; com a incapacidade demonstrada pela OUA para decidir sobre o reconhecimento imediato do novo Estado³⁵⁹; sem um exército próprio capaz de fazer frente aos invasores; com um longo período de guerra civil; Angola desenvolveu uma cultura estratégica que pode designar-se, de uma «fortaleza sitiada».

Contribuiu particularmente para o desenvolvimento do modelo de «fortaleza sitiada»

³⁵⁹ Na reunião realizada em Addis Abeba, em 10 de Janeiro de 1976, com a participação de 46 países, 15 dos quais representados por Chefes de Estado, o MPLA recebeu apoio de 22 países; 2 mantiveram-se neutros e os restantes apoiavam a FNLA e a UNITA. O MPLA levou para Addis Abeba mercenários de países ocidentais capturados pelas suas Forças Armadas. A questão ficou à responsabilidade do Secretário- Geral (YIMAM, 2013: 91–93).

como cultura estratégica, a História mais recente do país, designadamente, entre outros factores, os que se relacionam com o facto de, mesmo depois de reconhecida como Estado independente por quase toda a comunidade internacional, e de ter sido admitida como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas³⁶⁰, Angola ter continuado a sofrer a agressão militar da África do Sul sem que houvesse uma condenação que efetivamente a impedisse de o continuar a fazer; o facto dos EUA – cujo Governo somente reconheceu a independência de Angola 18 anos depois dela ter ocorrido – ter mantido um apoio direto à rebelião armada com os mais sofisticados meios de guerra, financeiros e outros; o facto de, apesar de em guerra civil, o poder político ser partilhado com uma das entidades que desenvolvia a rebelião militar³⁶¹; o facto dos países ocidentais não terem respondido ou terem condicionado os apoios que o Governo lhes solicitou para, uma vez terminada a guerra, promover o desenvolvimento do país.

Entre outras formas, a cultura estratégica de «fortaleza sitiada» desenvolvida no país, manifesta-se através do que outros percebem como sendo uma obsessão pela estabilidade interna, representada pela reação musculada aos fenómenos que parecem ameaça-la, gerados internamente ou no exterior. De igual modo, alguns atores internos e externos percebem estas manifestações como cultura militarista, ou realismo defensivo³⁶².

Este modelo de cultura estratégica gerou no país uma capacidade de atuação internacional isolada, assente numa diplomacia ativa e convincente, mesmo que muitas vezes inconsequente, porque baseada em atitudes episódicas – normalmente reativas. Por outro lado, o modelo conduziu ao desenvolvimento de uma narrativa de potência regional, que o torna solidário e atuante, mas que é muitas vezes percebida pelos pares como arrogância.

No âmbito das relações externas, manifestando a cultura estratégica do país, no início

³⁶⁰ 1 de Dezembro de 1976, com abstenção dos EUA e ausência de 28 países.

³⁶¹ Apesar de em guerra contra o Governo, a UNITA manteve ocupado os seus lugares no Parlamento, assim como integrou o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – GURN – e a chefia das Forças Armadas Angolanas – FAA.

³⁶² P. Chabal (2002), citado por Marques Guedes, afirmou a propósito que: «Angola está sem dúvida a agir como se considerasse que se tinha tornado o árbitro destes potencialmente perigosos conflitos regionais» (GUEDES, 2011: 33).

do ano de 2013, durante os cumprimentos ao Corpo Diplomático acreditado em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos afirmou que «Continuaremos a manter esta vocação de ser um factor de paz, estabilidade e desenvolvimento nas sub-regiões a que pertencemos e no continente em geral, através de organismos como a União Africana, a SADC, a CEEAC e a Comissão do Golfo da Guiné, prestando ajuda aos países com os quais mantemos profundos laços históricos e de amizade, em particular a República Democrática do Congo».

Contudo, o quadro sociopolítico interno – ele mesmo um dos principais factores geradores de cultura estratégica – faz com que a CEA se manifeste disfuncional.

Com efeito, o que o Professor Adriano Moreira designou de «silêncio do Poder», e a substituição de um pensamento estratégico estruturado, por princípios e enunciados de objetivos e crenças, torna difícil a materialização de um quadro coerente de Política Externa. Pois, entre outras razões, a interpretação do enunciado varia em função de elementos da vivência histórico-cultural do executor. Deste modo, a diplomacia recorre frequentemente à atuação daqueles que o Poder considera estarem mais capazes de interpretar determinados princípios, crenças ou enunciados, quando se trata de alcançar um objetivo específico num determinado momento da conjuntura nacional ou internacional.

Esta é também uma manifestação do fenómeno a que se designa «clandestinidade do Estado», em que os processos de decisão se desenvolvem à margem das instituições políticas representativas, o que no caso radica no carácter tradicional de uma anterioridade de práticas consagradas. Contudo, importante torna referir-se que «a capacidade de participação dos Estados, em termos de igualdade soberana de direito, na comunidade internacional não decorre do processo de legitimação interna dos governantes, nem do grau de participação das populações nesse processo, mas apenas do reconhecimento, pela comunidade internacional, do facto do Estado em questão, através do regime político instalado e dos respectivos detentores do Poder, ter a vontade política e a capacidade efetiva para assegurar o exercício das competências decorrentes das atribuições da soberania externa, assumir os seus deveres e obrigações, e respeitar os compromissos externamente assumidos» (SANTOS, 2012: 165-166).

Assim, considerou-se não o fim desta prática mas tão-somente, que o desenvolvimento de um pensamento estratégico estruturado poderia ser um novo factor que, no processo de desenvolvimento da CEA, facilitaria a ação dos que se ocupam da materialização da Política Externa do Estado angolano, incluindo os que fora do quadro formal são envolvidos na sua implementação, gerando, por outro lado, processos contínuos e coerentes no quadro da materialização dos Objetivos Nacionais.

Neste âmbito, considerou-se ainda que a debilidade das elites nacionais – manifestada na instabilidade e fragilidade da maior parte dos partidos políticos; assim como a sua mentalidade de curto prazo; em vez de processos contínuos e coerentes capazes de mobilizar alargados saberes, gera processos improvisados que se confundem com objetivos pessoais de curto alcance, sentidos de grandeza materiais, ou ações que mais não visam do que o *marketing* político.

De igual modo, a mesma mentalidade de curto prazo manifestada pelos principais grupos da elite nacional, ao não lhes permitir antever cenários, gera nos mesmos um quadro psicológico que se traduz na atribuição de culpas a atores externos, ante a dificuldade de alcançar objectivos que se encaixam na perspectiva imediatista desejada, mesmo que não desenhada desde o ponto de vista de processos.

Este comportamento das elites nacionais, muito comum nos países da África subsaariana, tem conduzido o continente ao estancamento, ou a ciclos curtos de crescimento. Contudo, ele pode ser ultrapassado por Angola pois, como referiu o Presidente José Eduardo dos Santos (2013a), «nunca nos deixamos influenciar pelo afro-pessimismo que certa elite propagou no passado recente. Acreditamos sempre na mudança e na renovação de África e na forma de conceber e fazer política neste continente».

2. Os atuais objetivos nacionais

De acordo com o general Golbery e Silva (1967) e Octávio Tosta (1984), entre outros autores, os objetivos políticos constituem as metas que uma unidade política soberana se propõe alcançar no curto, médio e longo prazo, considerando o respectivo

enquadramento histórico-político. Eles são, por outro lado, a concretização do que se designa por interesses nacionais

O interesse nacional foi designado como «razão de Estado» pelo Cardeal Richelieu (1585-1642) e «vontade geral», por Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Para este último, em *o Contrato Social*, o vínculo da sociedade são os interesses que todos sentimos que a compõem. Na ausência destes interesses nenhuma sociedade seria possível. O interesse comum é a base sobre a qual a sociedade deve ser governada. Pois, só a vontade geral pode dirigir os Poderes do Estado de tal forma que o propósito para que foi instituído, que não é outro que o bem comum, possa ser alcançado. Quando os interesses individuais se fazem sentir, ou os interesses de grupos determinados e reduzidos influenciam a ação do Estado, então o interesse comum sofrerá uma alteração para o pior³⁶³.

Contudo, corresponde a Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.) a primeira intervenção sobre a matéria ao afirmar, em *a História da Guerra do Peloponésio*, que uma identidade de interesses é mais segura que os laços entre Estados ou indivíduos³⁶⁴. Posteriormente, no mesmo sentido, Maquiavel (1469-1527) afirmou que: não deve o príncipe apartar-se do bem, podendo; mas saber entrar no mal, se necessário³⁶⁵.

De acordo com Ruben de Castro (2010), o advento da Revolução Francesa – com a qual muitos afirmam ter-se entrado para a era moderna – em que o Estado-Nação se universalizou, trouxe também a ideia do interesse nacional. Portanto, o exercício da soberania popular, o surgimento do sistema internacional de Estados-Nação³⁶⁶ e a expansão das relações internacionais económicas, geraram o conceito moderno de interesse nacional. O período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, e principalmente o período da Guerra Fria (1945-1989) consolidou o conceito clássico de interesse nacional, fundamentado na teoria da ‘estabilidade hegemónica’.

Como em outras matérias do âmbito das ciências políticas, o clássico debate teórico sobre o tema do interesse nacional mantém-se atual. Deste modo, mantém-se animado

³⁶³ (ROUSSEAU, 2002), edição de Ridendo Castiga Mores, Rio de Janeiro, 2002.

³⁶⁴ *History of Peloponnesian War*, edição 1974, (THUCYDIDES, 1974)

³⁶⁵ Tradução de Roberto Grassi, 1976. (MAQUIAVEL, 1976)

³⁶⁶ Pode entender-se aqui o conceito de «Nação» como grupo social e o «Estado» como comunidade política.

pelos seguidores de Morgenthau (1904-1980)³⁶⁷ e Kenneth Waltz³⁶⁸, defendendo que a política internacional, como toda a política, é uma luta pela poder, justificada pela ausência de uma autoridade supranacional que regule de forma efetiva as relações entre os Estados; de Francis Fukuyama, que com o fim do sistema socialista europeu passou a apregoar o «fim da História», afirmando que, desde então, o mundo evoluiria no sentido da democracia liberal; e dos construtivistas que, com Alexander Wendt, consideram que o conceito de interesse nacional, não é fixo, pois varia em função da sociedade – identidade nacional – assim como das alterações que ocorram nas variáveis sociais de uma determinada sociedade.

O debate teórico no presente procura explicar a realidade em que os Estados, influenciados por factores geopolíticos que, de complexos e variáveis são geradores de percepções e interpretações, cooperam de forma interessada, isto é, buscando antes de mais satisfazer os seus interesses nacionais, a coberto de princípios gerais.

Para Joseph Frankel (1969: 36) o interesse nacional é «o conceito-chave em política externa». Este, segundo Joseph Nye (1999), ao materializar-se através da projeção externa do Estado, corresponde ao conjunto de prioridades partilhadas sobre as relações com o resto do mundo.

Deste modo, uma vez que a relação entre os Estados é uma relação de Poder, a materialização do interesse nacional através da projeção externa do Estado identifica-se com o próprio Poder, isto é, no dizer de Morgenthau (1993) *interest defined as power*, em relação aos demais. Nestes termos, os decisores políticos «pensam e atuam em termos de interesse definido como Poder» (MORGENTHAU, 1993: 5).

No entanto, como explica ainda este autor, o «conceito de interesse nacional não pressupõe um mundo naturalmente harmonioso e pacífico, nem a inevitabilidade da guerra como consequência da procura por todos os Estados do seu interesse próprio. Bem pelo contrário, assume que o conflito e a ameaça de guerra permanentes são

³⁶⁷ «*Politics among Nations. The Struggle for War and Peace*», 1948

³⁶⁸ *Theory of International Politics*, (WALTZ, 2010); *Realist thought and neo-realist theory*, *Journal of International Affairs*» 44(1): 21–37. (WALTZ, 1990); *Globalisation and American power – The National Interest*, 2000

minimizados pelo ajustamento contínuo de conflitos de interesse, através da ação diplomática»³⁶⁹.

Deste modo, no quadro da investigação considerou-se a política externa como «o conjunto de linhas de ação política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um Estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objetivos definidos no programa de Governo» (V. M. SANTOS, 2009: 93).

É neste âmbito que se analisou a perspectiva dos objetivos de política externa da República de Angola para a região, especialmente o conceito estratégico para a sua materialização, que resulta da interação e conjugação de fatores diversos, designadamente os interesses nacionais e os obstáculos que se opõem à sua materialização e que terá que vencer utilizando as suas Bases de Poder matizadas pela cultura estratégica nacional, explorando as oportunidades que gera o ambiente estratégico nacional e internacional.

A Constituição da República de Angola (2010), interpretando as aspirações, as tradições históricas e a sabedoria das lições da história do povo angolano, primeiro para resistir à ocupação colonizadora, depois para conquistar a independência e a dignidade de um Estado soberano e, mais tarde, para edificar um Estado democrático e de direito e uma sociedade justa, define como interesses nacionais (designados como valores fundamentais): a Independência, a Soberania e a Unidade do Estado democrático e de direito³⁷⁰.

Partindo dos interesses nacionais atrás apresentados, a Constituição da República de Angola, no seu Artigo 21º, determina como objetivos nacionais permanentes: (i) Garantir a independência nacional, a integridade territorial, e a soberania nacional; (ii) Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; (iii) Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; (iv) Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da

³⁶⁹ Morgenthau citado em *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*, (DOUGHERTY and PFALTZGRAFF, Jr., 2003: 76).

³⁷⁰ Parágrafo 13 do Preâmbulo da Constituição (2010).

qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos; (v) Promover a erradicação da pobreza; (vi) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei; (vii) Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; (viii) Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento autossustentável; (ix) Assegurar a paz e a segurança nacional; (x) Promover a igualdade entre o homem e a mulher; (xi) Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais; (xii) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional; (xiii) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e comunicação; (xiv) Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos; (xv) Promover a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo, a eficiência e a modernidade no desempenho dos cidadãos, das instituições e das empresas e serviços, nos diversos aspectos da vida e sectores de atividade.

Por outro lado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da República de Angola até ao ano 2025, também designado por «Agenda de Consenso», em relação às regiões da SADC, da CEEAC e do Golfo da Guiné, afirma que «Angola pretende ser um Estado respeitado pelos seus vizinhos e parceiros e com influência e responsabilidade na manutenção da paz e da estabilidade política e social».

3. A perspectiva dos cenários geoestratégicos presentes e futuros

Os cenários geoestratégicos de Angola emanam essencialmente da sua posição, conformada pela sua localização geográfica, os acidentes geográficos que a configuram, assim como a sua maritimidade (Ratzel), em confronto com os interesses de outras entidades estatais, coligações destas ou outros atores que atuam na sua área de interesse. Pois, como definiu Pierre Célérier (1983: 84), «toda a estratégia que sirva uma política

territorial, porque analisa, classifica e hierarquiza a influência dos fatores estáveis e variáveis do espaço em que se deve conceber a manobra, encontra-se no campo da geoestratégia».

Deste modo, consideramos que determinam as visões geoestratégicas de Angola, principalmente os seguintes factos:

- (i) Localiza-se no continente africano, mais especificamente na sua parte subsaariana;
- (ii) Possui uma costa extensa (1650 Km) aberta ao mar;
- (iii) Aspira uma plataforma continental ampla (416 339 Km²);
- (iv) Localiza-se na transição entre a parte austral e central do continente;
- (v) Serve de barreira ao acesso ao mar (oceano Atlântico) de territórios importantes em dimensão e organização (RDC, Zâmbia, Ruanda, Uganda);
- (vi) É um território com uma descontinuidade geográfica (a província de Cabinda, ao Norte);
- (vii) Possui cursos de água de grande dimensão que podem materializar a sua divisão territorial (Cuanza e Zambeze);
- (viii) Possui rios internacionais em que, para além de interesses partilhados, separa-a de países vizinhos (Zaire e Cunene);
- (ix) As fronteiras étnicas dos Estados vizinhos estendem-se ao seu interior.

Enquanto parte do continente africano, Angola integra o espaço geoestratégico das potências globais e de países da região. Com efeito, no quadro da estratégia militar global «África vale principalmente por sua posição de base intermediária para as ações militares entre a América e a Eurásia e por suas valiosas riquezas energéticas e minerais». Pois, «a conquista do Novo Continente por uma potência europeia ou asiática impõe, como preliminar, a ocupação de bases na vertente atlântica de África» (MATOS, 2011, 45).

Como referiu ainda o general Meira Matos (1913-2007), a segurança afastada dos EUA encontra-se nas costas atlânticas da Europa e da África (no que tange à segurança em face do Atlântico), como aliás recomendou Spykman ao definir o que designou de *Rimland*, embora a sua análise desconsiderasse a África. Neste mesmo quadro aprecia-

se a nossa proposta relativa à região geopolítica que designamos *África do Midland Ocean*³⁷¹.



Figura 56 – Angola no espaço geoestratégico das potências com interesse na região³⁷²

A apreciação do quadro estratégico em que se insere a República de Angola permite identificar quatro regiões geoestratégicas que o autor designou por: Norte, Ocidental, Oriental e Sul, representadas na Figura 57.

³⁷¹ Em: *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*, (VERÍSSIMO, 2013).

³⁷² Fonte: Criação do autor.

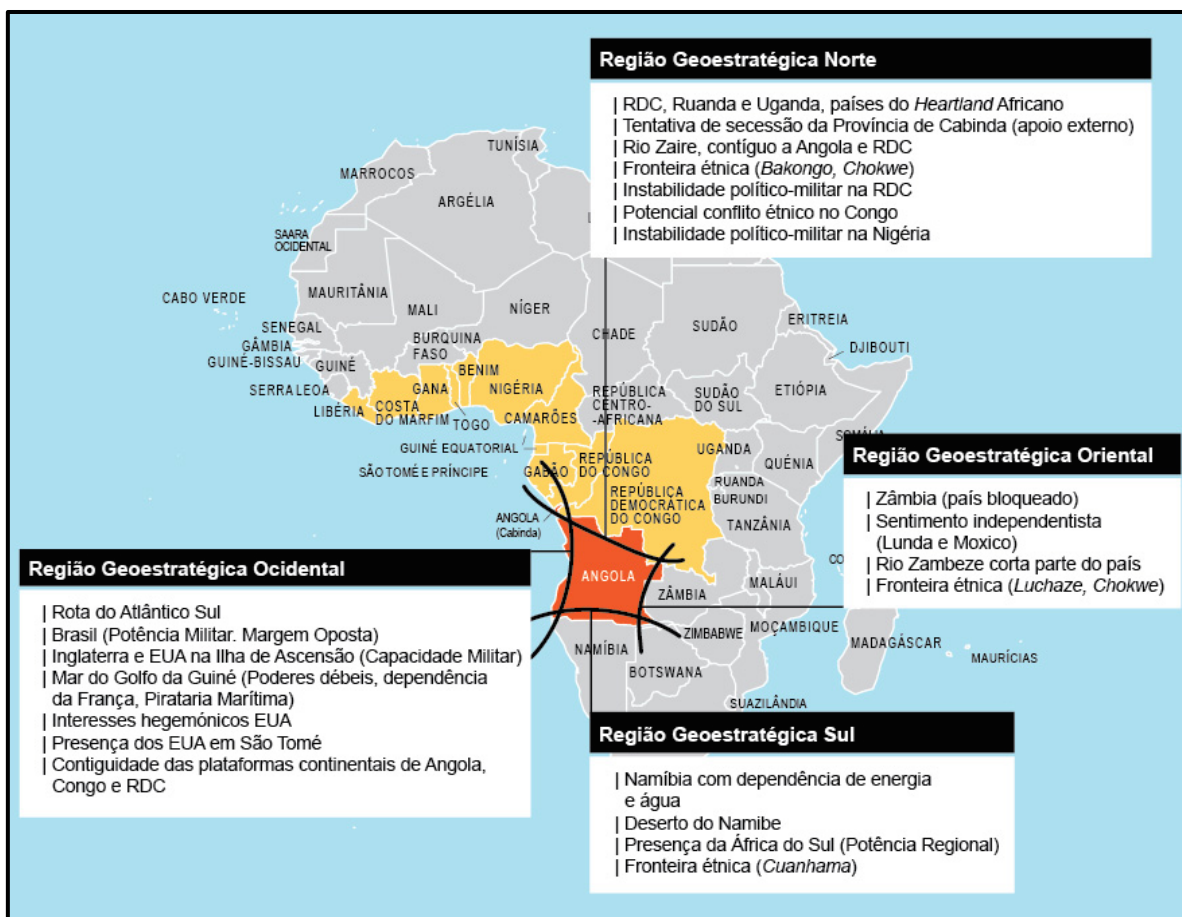


Figura 57 – Regiões geoestratégicas em que se enquadram a República de Angola³⁷³

3.1. Região geoestratégica ocidental

Situada na rota do Atlântico Sul, esta região é caracterizada pelo amplo litoral nacional que abre o país a um mar completamente livre de obstáculos e fonte principal das receitas que sustentam a sua economia.

Conferindo ao país importância para os países que Cohen (1963) designou «dependentes do comércio marítimo», esta região integra-o na estratégia daqueles.

Por outro lado, a *região geoestratégica ocidental* constitui a ligação imediata de Angola ao Golfo da Guiné. Esta região é integrada na sua maioria por poderes estatais débeis na perspectiva de segurança e defesa, e de elevada dependência de poderes externos, nomeadamente da França e dos EUA. A região é ainda assolada pelo fenómeno da

³⁷³ Fonte: *Idem*.

pirataria e os roubos à mão armada no mar que pode representar interesses próprios e/ou instrumentalizados.

A frequente visita de forças navais estrangeiras no Golfo da Guiné, a pretexto da instabilidade gerada pela pirataria marítima, reforça a característica geoestratégica da região. É de destacar o controle de parte do território de S. Tomé e Príncipe pelos EUA e a instalação por estes de radares de controle da navegação neste território. Os EUA declararam o Golfo da Guiné sua «Zona de Interesse Vital», com o respaldo da OTAN que se atribuiu a competência de atuar fora da sua área tradicional para defender a segurança energética de algum dos seus membros.

Caracteriza ainda esta região geoestratégica, a permanência de forças militares francesas no Gabão, na Costa do Marfim e no Senegal; a existência de acordos de defesa que permite a França ter conselheiros militares, para além dos países atrás citados, nos Camarões e no Togo, e de estar ainda no Congo, no Benim, na Guiné e na Serra Leoa, em forma de assistência técnica militar, como refere a Figura 58.

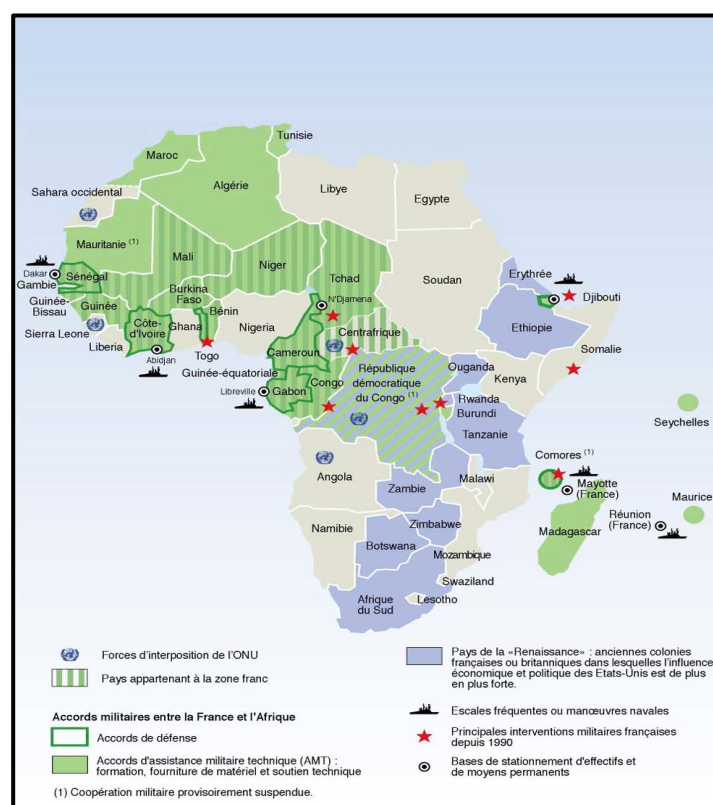


Figura 58 – Presença político-militar francesa em África³⁷⁴

³⁷⁴ Fonte: *Monde Diplomatique*, 2000. A informação continua atual.

A região geoestratégica ocidental enquadra ainda a rota do Atlântico Sul. Com efeito, particularmente devido à insegurança que geram os canais de passagem obrigatória das rotas marítimas que do Médio Oriente dirigem-se aos EUA e à Europa Atlântica, a rota do Atlântico Sul torna-se importante. Aliás, como referiu Cohen (1964), o Mundo Dependente do Comércio Marítimo (MDCM) tem esta rota como prioritária. No presente, o aumento dos interesses das economias emergentes (Brasil, China, Índia) em África aumenta a importância da rota do Atlântico Sul (vide Figura 59).

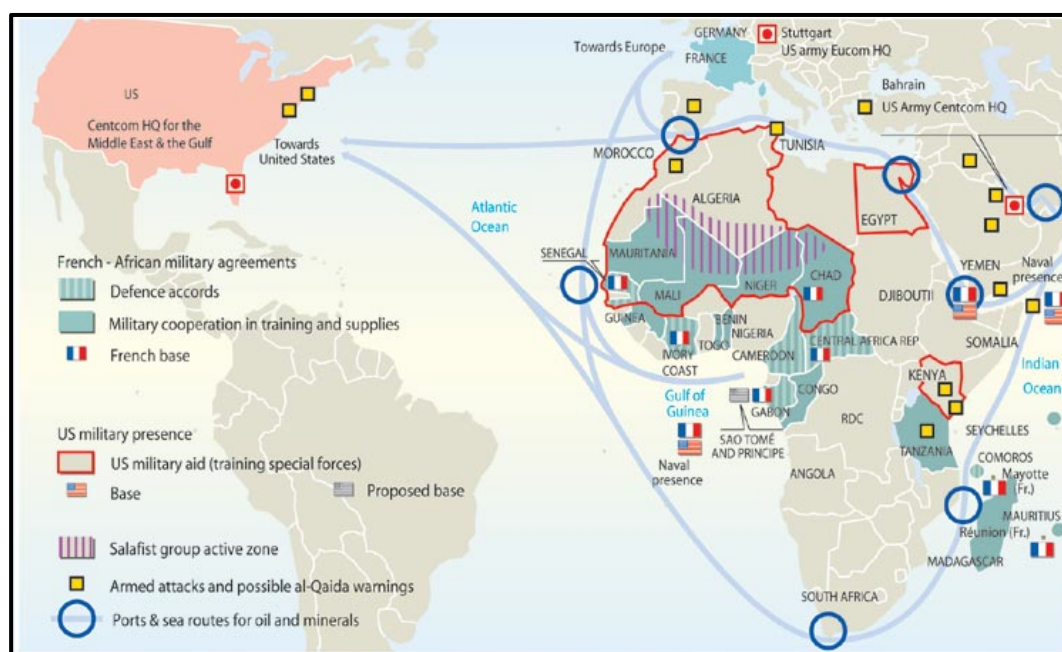


Figura 59 – Rota dos produtos para os EUA e a Europa e presença americana e francesa em África³⁷⁵

Esta região, enquanto perspectiva geoestratégica, materializa-se ainda pela presença do Brasil na margem oposta, a uma distância inferior ao alcance dos foguetes de alcance limitado (3500 a 8000 Km). A importância desta consideração, entre outras, foi manifestada pelo lado do Brasil ao ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola proclamada na sua capital. É que, como referiu o general Meira Matos (2011) «No quadro da defesa continental e da estratégia ocidental, África, hodiernamente, interessa muito mais ao Brasil do que a qualquer outra área do universo. Será ali que teremos que proteger o nosso próprio território dos horrores da guerra. Perdida a vertente atlântica de África, não haverá, para nós, mais missão de segurança a

³⁷⁵ Fonte: *Le Monde Diplomatique*, 2000.

cumprir, será a guerra dentro de casa. (...) No momento em que uma potência militar hostil ao Brasil ocupar a costa atlântica de África, em qualquer ponto desde Marrocos até à União Sul-Africana, começaremos a sentir, no nosso país, um clima de inquietação e de pressão bélica sem precedentes na nossa história» (MATOS, 2011: 45).

A contiguidade das plataformas continentais de Angola, do Congo e da RDC, enquadra também a perspectiva geoestratégica da região.

De igual modo, confere perspectiva geoestratégica a esta região, a presença de um poder externo forte, como representa o Reino Unido na Ilha de Ascensão, a meia distância entre Angola e o Brasil. «A ilha de Ascensão situada estrategicamente no oceano Atlântico é parte constituinte do que nomeiam como território ultramarino britânico de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. Sua localização geográfica é 7° 55' 32'' S e 14° 19' 40'' W. Possui uma área de cerca de 91 Km² e sua aglomeração urbana é Georgetown. (...) A ilha de Ascensão está estrategicamente localizada, sendo que sua base aérea serve para as operações militares dos EUA e da Grã-Bretanha no Atlântico Sul, na América do Sul e na África. Além disso, a ilha de Ascensão abriga uma das cinco estações responsáveis pela operação do Sistema de Posicionamento Global (GPS), além de uma das estações retransmissoras dos serviços radiofônicos ingleses (BBC). Na ilha de Ascensão existem hoje poderosas estações de interceptação de sinais (SIGINT). O próprio serviço de inteligência criptológico britânico (GCHQ) possui uma estação na ilha» (COSTA *et al.*, 2013: 197).



Figura 60 – O posicionamento britânico e americano como margem oposta a Angola e ao Brasil³⁷⁶

³⁷⁶ Fonte: (COSTA *et al.*, 2013: 200).

3.2. Região geoestratégica norte

A região geoestratégica norte, que cobre a região Norte e Nordeste de Angola, emana da consideração da existência de interesses externos de países da região que se materializam nesta parte do território nacional.

Com efeito, a RDC, o Ruanda e o Uganda localizam-se na região geopolítica do *Heartland* Africano cujo acesso ao oceano Atlântico pode ser bloqueado pela República de Angola.

O acesso ao mar da RDC, numa extensão de cerca de 32 Km de costa, é irrisório em relação ao tamanho do território, cerca de 4 vezes superior ao angolano. Esta situação explica o esforço desta país para estabelecer uma plataforma continental, assim como a pressão que a partir daí se exerce sobre a fronteira norte e leste da parte maior do território nacional, assim como de Cabinda.

Por outro lado, a pressão do Ruanda e do Uganda, beneficiando da sua melhor qualidade organizativa como Estados, sobre a RDC, coloca a região dos Grandes Lagos na perspectiva geoestratégica de Angola. Por um lado, os efeitos daquela pressão propagam-se de forma imediata ao ambiente de segurança e defesa da República de Angola e, por outro, podem materializar uma ameaça direta a esta, caso resultem na instalação de um poder hostil a Angola na RDC.

Nesta região encontra-se a província de Cabinda, em que o Estado Angolano enfrenta uma tentativa de secessão. Para além de receber apoios de poderes extra-regionais, por exemplo da França, num passado recente aquela intenção de secessão recebeu apoios de entidades localizadas nesta região geoestratégica, designadamente no Zaire (atual RDC), no Congo-Brazzaville e no Gabão.

Nesta região, em que existe uma continuidade étnica *Bakongo* e *Chokwe*, o rio Zaire/Congo surge como aquilo que o Direito define como «rio contíguo» ao servir de fronteira entre Angola e a RDC. Este rio, que serve as populações angolanas no Norte do país, é principalmente um rio congolês. Angola não pode deixar de considerar que a cada vez maior escassez de água do Lago Chade e o desenvolvimento da RDC exercerão pressão sobre este rio.

divisão do país ou de secessão da região. Por outro lado, a sua própria existência como meio de sobrevivência das populações da região, sendo essencialmente zambiano, contribui à caracterização da região geoestratégica oriental.

Por outro lado, o facto desta ser uma região rica em recursos minerais, designadamente diamantes, faz dela um alvo de interesses externos, como aliás verificou-se durante o período da guerra civil em Angola.

3.4. Região geoestratégica sul

A região geoestratégica sul cobre toda a faixa Sul do território nacional. Esta região tem como frente a República da Namíbia e caracteriza-se principalmente pela relação de dependência daquela no que se refere às suas necessidades em água e energia elétrica.

Manifestação do carácter geoestratégico da região, entre outros, é a existência, em território angolano, da barragem de Calueque, construída em parceria entre os Governos de Portugal e da África do Sul (1972), que foi ocupada pelo exército sul-africano desde 1975 até ao ano de 1998, quando a Namíbia alcançou a independência.

A barragem de Calueque é a responsável pela regulação do rio Cunene, assim como pelo abastecimento de água para regadio e consumo público ao Norte da República da Namíbia.

Na mesma região localiza-se ainda a barragem do Ruacaná, construída pela África do Sul na década de 1970, para o fornecimento de energia elétrica ao Norte da Namíbia.

Constitui ainda elemento de destaque, nesta região, o deserto do Namibe, com uma área de aproximadamente 81 000 Km², que vai da costa sul da Namíbia até à costa sudoeste de Angola, mas que se prolonga pelo interior do território nacional. «A rapidez do avanço nas paisagens desérticas no quadro das guerras modernas – blindados – dá ao deserto uma importância estratégica maior. As guerras israelo-árabes mostraram a vantagem conferida ao exército que primeiro chega ao Sinai» (CHAUPRADE, 1999: 92).

Por outro lado, sendo também esta uma região de continuidade étnica (*Cuanhama*), a estabilidade da região geoestratégica sul depende das relações que se estabeleçam entre os Governos de Angola e da Namíbia.

Nesta região encontra-se ainda a África do Sul, no presente o país mais desenvolvido da África subsaariana, que pode ver a sua perspectiva de chegar pela via terrestre à parte central do continente bloqueada por Angola.

CAPÍTULO 11 - LINHAS DE FORÇA

As linhas de força apresentadas não são, nem definitivas, nem uma declaração estática. O assunto tratado é muito rico, pelo que não se esgota na presente análise.

Por razões de racionalidade na dimensão do texto, da sua inteligibilidade e especialização, e principalmente de delimitação da investigação, passou-se diretamente à definição dos objetivos nacionais atuais de relações externas e de defesa. Não foram, por isso, tratados os processos de elaboração das restantes estratégias gerais do Estado, entre outras as relativas à educação, saúde, aos recursos hídricos e à energia.

De igual modo, concluiu-se que a elevação da Base do Poder nacional, a correção das vulnerabilidades referidas e outras que surjam, assim como o surgimento de eventualidades que possam ser exploradas e a criação de capacidade para contornar obstáculos e diferir dificuldades, permitirão que se ampliem os objetivos nacionais atuais. Considerou-se que a elevação da Base de Poder nacional deve priorizar: (i) O aumento da qualidade do ensino primário; (ii) O estímulo à investigação científica; (iii) O estímulo ao aumento da produtividade das áreas agrícolas; (iv) A gestão equilibrada e eficaz dos recursos hídricos; (v) O desenvolvimento da política energética; e (vi) O desenvolvimento da indústria militar.

1. Os objetivos nacionais atuais

Atempadamente, Angola analisou o seu posicionamento geoestratégico, apreciando os futuros nacionais possíveis (FNP)³⁷⁸ e os cenários internacionais mais prováveis (CIMP). A correlação dos FNP com os CIMP conduziu o Estado angolano a eleger a segurança do Golfo da Guiné com um futuro possível, refletindo o anseio de melhorar as condições para a realização do seu desenvolvimento.

³⁷⁸ A investigação emprega a abordagem de prospetiva, porque esta permite criar múltiplos futuros alternativos, adequando-se melhor à elaboração da estratégia num ambiente de rápidas mudanças, como corresponde ao internacional. Para mais, ver: *Prospective et planification stratégique*, (GODET, 1985); *Creating Strategic Vision: Long-range planning for national security*, (SMITH et al., 1987).

Deste modo, foi a segurança do Golfo da Guiné definida como objetivo nacional permanente (ONP), no âmbito do artigo 21º j) da Constituição de Angola³⁷⁹.

Neste quadro, percebe-se como desafio ao país a sua capacidade para eliminar ou reduzir significativamente as vulnerabilidades que o impedem de exercer um papel e ocupar um lugar central no quadro do objetivo fixado pelo Estado de contribuir à «integração do Golfo», entendido como a sua transformação numa *Zona de Paz e Segurança*.

Por outro lado, releva identificar as ameaças ao país, percebidas como a manifestação de pressão militar, coerção política ou outra contra ele na sua totalidade ou uma das suas regiões, que possa pôr em causa a vida dos seus habitantes, os seus valores culturais e históricos, assim como os objetivos nacionais fixados, observando a definição de segurança adotada pela investigação.

Pois, como atrás observado, a materialização deste ONP pode gerar processos disjuntivos nas relações entre os atores com interesse na região, entre os quais os outros Estados aí localizados. De igual modo, a consideração do quadro geoestratégico, que a investigação avaliou, conduziu à conclusão da potencial necessidade do emprego do poder nacional de forma ostensiva. Esta razão, desde já justificou a realização prévia do estudo da base do poder do país, pois só o seu conhecimento habilita a concepção de modalidades de ação estratégica exequíveis que conduzam à materialização do ONP fixado. Ele impõe ainda a definição de um conceito de ação política de defesa nacional que responda à questão de como materializar o ONP (o que fazer?).

A resposta a esta questão, de acordo com Silva Ribeiro (2010: 73), supõe outras, nomeadamente: «(i) O que se quer fazer? (ii) O que se deve saber?; (iii) O que se pode fazer?; (iv) O que vale a pena fazer?»; para então decidir-se o que se vai fazer .

O estudo do ONP fixado em relação à segurança nacional (o que se quer fazer), através da análise da interação dos ONP dos atores com interesses na região, conduziu à conclusão de que o mesmo coincidia com os ONP dos Estados do Golfo. Deste modo,

³⁷⁹ Art. 21º Tarefas fundamentais do Estado, j): Assegurar a paz e segurança nacional (GOVERNO DE ANGOLA, 2010).

foi adotado através da CGG, designando-se como o objetivo de «transformar o Golfo da Guiné numa Zona de Paz e Segurança».

De igual modo, a análise de interação conduziu à conclusão de que este ONP encontra obstáculos nos móveis políticos de outros atores que atuam na região. Estes obstáculos geram problemas que, se não superados, condicionam fortemente a concretização do objetivo fixado.

A análise de interação concluiu ainda sobre a ocorrência de eventualidades a explorar, resultantes de atitudes associadas a relações de cooperação, de acomodação e de assimilação, que criam oportunidades a aproveitar e apoios a utilizar, uma vez que também têm influência na concretização do ONP em estudo.

Entre os problemas a superar e as eventualidades que surgem durante a materialização do objetivo fixado de transformar o Golfo da Guiné numa zona de paz e segurança, elegeram-se os que refletem o Quadro 12 e o Quadro 13.

OBSTÁCULOS E CONFRONTOS (Problemas a superar)
<ul style="list-style-type: none">• Estratégia dos EUA para defesa afastada.• Interesses hegemónicos dos EUA na RGG. Intenção de afastamento de outros atores e condicionamento dos interesses nacionais dos países da região.• Potencial afastamento da China para evitar o confronto direto com o Ocidente, ou por ter alcançado um estado de desenvolvimento que lhe possa permitir ser menos ostensivo.• Potencial descontrolo da presença chinesa no país.• Potencial alastramento do ambiente de conflito da Nigéria à região, especialmente ao país.• Aumento da instabilidade na região, em consequência da conflitualidade étnica e religiosa ou do deficiente desenvolvimento dos processos democráticos.• Pirataria e roubo à mão armada no Golfo da Guiné. Aumento da insegurança marítima como consequência da debilidade dos poderes estatais da RGG (segurança

e defesa).

- Elevada dependência da maior parte dos países da RGG em relação a França. A independência condicionada pela dependência da moeda (Franco CFA) e o modelo da relação FranceAfrique.
- Potencial alteração da estratégia do Brasil para África e Angola em particular. A capacidade militar do Brasil, especialmente a naval, na margem oposta.
- AFRICOM e a Presença da OTAN na ilha de Ascensão, através dos EUA e da Inglaterra.
- Potencial atitude de «perturbador continental» da RDC, Ruanda e Uganda.
- Potencial alteração da relação política entre Angola e a RDC.
- Potencial alteração da relação com o Congo.
- Potencial alteração da relação com a Namíbia.
- Potencial alteração da relação com a Zâmbia.

Quadro 12 – Obstáculos e confrontos a explorar para a materialização do ONP

OPORTUNIDADES E NEUTRALIDADES

(eventualidades a explorar)

- Crise financeira internacional.
- Importância da RGG para os interesses externos.
- Diferenças entre as potências da atualidade.
- Localização da sede da CGG em território nacional.
- Desejo de integração à CGG de novos Estados da região.
- Política de cooperação do Brasil.
- Relação de amizade com o regime instalado na Namíbia.
- Relação de amizade com o regime instalado na África do Sul.
- Perspectiva de crescimento da China, da Índia e do Brasil.
- Integração na ZOPACAS.
- Integração geopolítica do país na região dos Grandes Lagos.
- Potencial de desenvolvimento do país.

Quadro 13 – Oportunidades e neutralidades a explorar para a materialização do ONP

Impôs-se à análise a consideração de hipóteses de conflito, «que traduzem a probabilidade da ocorrência de coações militares graves susceptíveis de serem

vislumbradas pelo reconhecimento de pressões ou contrariedades externas e internas, atuais e futuras» (RIBEIRO, 2010: 77).

Neste âmbito, considerou-se a natureza dos atores referidos nos Quadro 12 e Quadro 13 para se hierarquizar as hipóteses de conflito por ordem de importância. Para isto foi necessário considerar: (i) O grau de probabilidade da sua concretização e os respectivos prazos; (ii) O grau de periculosidade que tais hipóteses representam, tendo em atenção a natureza e o valor relativo do confronto, obstáculo ou dificuldade que traduzem, a origem destes, as áreas de provável incidência, os móveis políticos que parecem animar o contendor, e os apoios com que será possível contar; (iii) O valor dos benefícios que se esperam com o sucesso estratégico; (iv) A possibilidade de verificação simultânea de alguma delas e as condições para a ocorrência do efeito previsível. Por outro lado, considerou-se ainda a necessidade de estabelecer-se prazos críticos³⁸⁰, com base nos resultados de estudos sobre a situação nacional e internacional, tendo em conta a relação entre as forças próprias e as dos contrários.

As ameaças identificadas no Quadro 12 foram analisadas tendo em consideração o seu perfil de risco, empregando a ferramenta H2RM³⁸¹ que permite qualificar a probabilidade de ocorrência e o impacto no objetivo em questão, no caso, a paz e segurança no Golfo da Guiné.

Como mostra a Figura 62, as ameaças mais prováveis e de maior impacto para a segurança de Angola, decorrentes do ambiente estratégico da região do Golfo da Guiné, são a pirataria marítima e os roubos à mão armada no mar, a potencial pressão sobre as fronteiras nacionais, assim como o comportamento hegemónico dos EUA na região e a atitude de potência regional africana manifestada pela França.

³⁸⁰ O prazo mínimo a partir do qual julga-se provável a concretização da hipótese de guerra. Este é importante porque regula e condiciona a orientação a imprimir ao fortalecimento do potencial do Estado por forma a que no momento em que se desencadeia o conflito, por iniciativa própria ou do contrário, a relação de forças seja a mais adequada (A. S. RIBEIRO, 2010: 79).

³⁸¹ Ferramenta de análise de risco desenvolvida pela HOLOS, seguindo a norma COSO e ISO 31000, que definem o processo de análise e suporte à gestão de riscos.

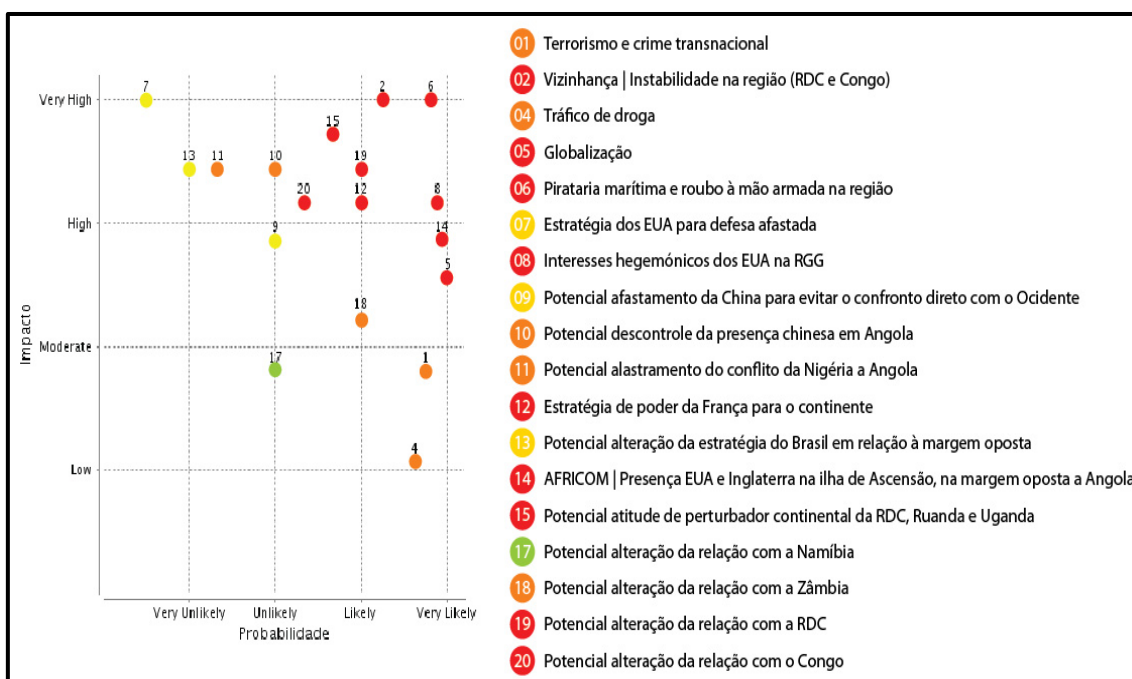


Figura 62 – Perfil de risco das ameaças³⁸²

A consideração, especialmente do potencial estratégico nacional, tal como apreciado na Parte V desta investigação, que apresenta muitas condicionantes, que referimos como vulnerabilidades, à luz de outras estruturais e conjunturais relativas aos demais Estados da região e ao ambiente internacional, conduziram ao estabelecimento de objetivos mais modestos e possíveis de alcançar num prazo mais curto. A estes designamos objetivos nacionais atuais (ONA).

Como referido por Silva Ribeiro (2010), os ONA devem obedecer a normas gerais de precisão e concisão. Não podem ser meros rumos a seguir ou ações a realizar indefinidamente. Eles direcionam o esforço nacional para desafios concretos e, como definem resultados desejados, servem como critério de desempenho.

Por outro lado, a definição dos ONA observou a consideração de Rupert Smith – em *A Utilidade da Força* (2008: 31) – segundo o qual, «o fim estratégico pode ser difícil de definir mas é essencial fazê-lo. Sem um fim fortemente ligado ao propósito político, é difícil utilizar a força como uma vantagem, porque o comandante desconhece o resultado ou efeito a alcançar em apoio da concretização do desígnio político global».

³⁸² Fonte: Resultado do emprego da ferramenta de análise de risco H2RM, atrás referida.

Deste modo, a consideração da qualidade e quantidade da Base do Poder nacional, visto como o resultado – traduzido em índices de desenvolvimento – da utilização das fontes do Poder nacional ante as pressões contrárias dominantes (confrontos e obstáculos), e a apreciação das eventualidades a explorar, conduziram ao estabelecimento, como Objetivos Nacionais Atuais (ONA), no quadro da região: (i) Eliminar a pirataria e o roubo à mão armada no mar do Golfo da Guiné; (ii) Manter o controlo efetivo das fronteiras terrestres (vide Figura 63).



Figura 63 – Estabelecimento dos objetivos nacionais atuais de Angola, para o Golfo da Guiné³⁸³

³⁸³ Fonte: Criação do autor.

A materialização dos ONA, pela sua influência no ambiente estratégico da região e, porque, como atrás referido, transformaram-se em objetivos daquela, pressupõe o desenvolvimento de uma política externa assente numa estratégia que lhe confere coerência.

2. A ação externa

2.1. O conceito estratégico da política externa

A determinação do conceito estratégico de relações externas fundou-se na análise do ambiente estratégico nacional e externo.

Com efeito, de acordo com Vitor Marques dos Santos (2012: 167), «o tipo de regime político, a estrutura institucional e administrativa, o relacionamento entre as elites decisórias e a população, a opinião pública, os grupos de interesse nacionais, as pressões exercidas por atores exógenos e pelas circunstâncias externas e a dinâmica do binómio capacidades/vulnerabilidades constituem fatores ambientais determinantes na formulação da política externa».

Neste âmbito, observou-se o facto de que as entidades encarregadas da execução das diversas políticas sectoriais nacionais tenderão a desenvolver contactos externos em reciprocidade com as suas congéneres estrangeiras, retirando ao Ministério das Relações Exteriores o exclusivo da condução da atividade externa. Deste modo, a articulação entre a diplomacia e defesa nacional, ou entre a diplomacia e economia e cultura determinam, frequentemente, orientações específicas significativas para as linhas de ação de política externa.

A investigação considerou especialmente a articulação entre diplomacia e defesa nacional, no quadro do interesse nacional de transformar a região do Golfo da Guiné numa «Zona de Paz e Segurança».

Por outro lado, a análise considerou a presença dos EUA na região. Pois, para além dos volumosos investimentos das suas companhias, principalmente na indústria petrolífera

da região, este está presente através do seu Comando para África – o AFRICOM – materializando o conceito de «Comando dos espaços comuns» (POSEN, 2003)³⁸⁴.

Com efeito,

«a finalidade das forças militares americanas é impedir que qualquer nação lesada pela influência económica dos EUA, ou uma coligação dessas nações, use a força para corrigir condições que a colocam (ou as colocam) em posição de desvantagem. Tal como as legiões de Roma, as tropas americanas são posicionadas antecipadamente por todo o mundo, simplesmente porque a forma mais eficiente de usar o poder militar é perturbando as potências emergentes, antes que elas possam tornar-se ameaçadoras, ainda que marginalmente. (...) No seguimento do colapso da União Soviética, os EUA passaram de uma estratégia centrada na tentativa de conter as grandes potências para uma tentativa dispersa de conter potenciais hegemonias regionais quando o comportamento destas ofendia as sensibilidades americanas. (...) De um ponto de vista militar, as incursões dos EUA durante a década de 1990 foram ataques de desarticulação, cujo objetivo imediato foi mergulhar o caos na aspirante a potência regional forçando-a a lidar com ameaças regionais internas, num momento e local escolhidos pelos EUA, em vez de permitir que esta se desenvolvesse e confrontasse o país segundo a sua agenda de nação pequena» (FRIEDMAN, 2012: 23–37).

Ainda sobre a potencial atitude dos EUA na região, considerou-se a análise de George Friedman (2012) que refere a estratégia do seu país, na década atual que, em vez da intervenção militar direta busca alcançar ou manter o domínio através da incitação dos atores regionais uns contra os outros, mantendo o equilíbrio de poderes usando estas forças para se anularem mutuamente. Na aplicação desta estratégia, observou-se que,

³⁸⁴ Segundo este conceito, defendido por Barry Posen, sendo potência global, os EUA têm que ter capacidade para controlar o acesso e a utilização dos grandes espaços comuns da humanidade, designadamente: o mar; o ar; o espaço exterior; e o ciberespaço. Para Posen, é na potencial capacidade de negação e apropriação desses espaços que radica o verdadeiro pilar do poder dos EUA (POSEN, 2003: 8). No âmbito da materialização deste conceito, o Pêntagono produziu o documento «Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense» (DoD, 2012), que foi adotado pela nova doutrina da OTAN com a designação «Assured Access to the Global Commons».

segundo este autor, os EUA pensam que «tal como aconteceu com Roosevelt e Stalin, um inimigo futuro pode ser útil para derrotar o inimigo atual» (FRIEDMAN, 2012: 37).

A definição de um Conceito Estratégico de Política Externa de Angola para a região considerou ainda a presença da República Popular da China para quem, como se depreende das palavras do seu vice-ministro (YUCHENG, 2012), o mais importante é a materialização do seu milagre económico para assegurar uma vida decente para os seus 1.3 biliões de habitantes, subordinando-se tudo o resto a esta prioridade nacional.

Para alcançar este objetivo, a China necessita de evitar situações que a coloquem num confronto que a obrigue a desviar recursos que tem no presente principalmente dedicados ao desenvolvimento pois, a elite dirigente chinesa deve estar consciente de, como referiu George Friedman em, *A Próxima Década* (2012: 35), «Os poderes alemão, japonês, francês e britânico entraram em declínio não devido à dívida, mas é devido à guerra que devastou as economias desses países pela produção de dívida como um dos subprodutos da guerra». Todavia, uma análise da cultura estratégica da República Popular da China e das suas manifestações no contexto estratégico atual conduzem à conclusão de que aquela mesma elite está conscientes que não será por fugir ao confronto com os EUA que este poderá não ocorrer.

Com efeito, observa-se que a China desenvolve as suas forças militares e desenvolve-se tecnologicamente, ao mesmo tempo que se dissemina fisicamente pelo mundo, numa combinação de poder duro e poder suave. Aliás, como afirmou Xulios Rios (2013), sobre a cultura estratégica chinesa, «Ao longo dos tempos os dirigentes chineses, governaram com uma mão no presente e outra no passado, tendo como referência o poder suave que é parte fundamental da cultura estratégica chinesa». Com efeito, ainda segundo aquele autor, a cultura estratégica chinesa, refletidas nas obras clássicas de estratégia *A arte da guerra*, de Sun Tzu e *Os 36 estratagemas*, um clássico da estratégia taoista, baseia-se na filosofia da arte da guerra de que deve-se procurar ganhar sem lutar. Ela reflecte a ideia de que não é a força material a chave do poder – o que não quer dizer que este seja irrelevante – senão a moral e a inteligência.

No quadro do seu pensamento estratégico, a China desenvolve reservas de matérias-primas, particularmente energéticas, no seu território, mas também fora dele. No âmbito

desta última modalidade de ação estratégica, a China utiliza a sua liquidez financeira para adquirir petróleo a longo prazo. Deste modo, ela constitui reservas – ainda que de produto não explorado – nos países fornecedores, colocando-os no seu campo de influência.

Esta modalidade de ação estratégica, que pode ser apreciada como uma ameaça; aliás, o Ocidente propaga como tal aos países nela envolvidos, incluindo Angola, foi considerado pela investigação como uma oportunidade, se for aproveitada de forma adequada, conveniente e eficaz. Embora uma análise simplista possa conduzir à conclusão de que tal não aconteceu no caso da Líbia, de onde os chineses pura e simplesmente se retiraram – eventualmente não sem ter aprendido a lição.

De igual forma, a análise considerou a França e a Inglaterra, duas antigas potências coloniais na região.

A Inglaterra, como atrás referido, praticamente abandonou o seu papel – pelo menos desde o ponto de vista de condução direta dos processos de gestão das antigas colónias – aos EUA, para participar numa estratégia que pode ser percebida como comum. Neste quadro, supõe-se que a sua influência sobre as antigas colónias na região (Camarões, Gana e Nigéria) seja exercida através da *Commonwealth* (Figura 64), que tem entre os seus objetivos o da harmonização das políticas dos seus Estados-membros.

Figura 64 – Países da Commonwealth³⁸⁵

³⁸⁵ Fonte: www.maspsoworld.com/world-commonwealth-map.htm

Em sentido completamente diferente, a França – apesar de igualmente poder exercer influência sobre as antigas colónias através da Organização Internacional da Francofonia (OIF) – exerce sobre as mesmas um poder direto, capaz de moldar o ambiente sociopolítico, e consequentemente, o ambiente estratégico nas mesmas. Como mostra a Figura 65, os países integrantes da OIF constituem parte relevante da região e dos atuais Estados-membros da CGG.

«A França continua a assumir em África o papel do ‘último polícia branco’. A Grã-Bretanha retirou-se em 1964, depois de uma curta intervenção na Tanzânia e na Nigéria, durante a guerra do Biafra. Espanha e Portugal perderam qualquer tipo de influência no continente depois da queda das suas respectivas ditaduras. A Bélgica tem uma presença insignificante na RDC. A Alemanha limitou a sua presença à cooperação cultural e comercial. Inclusivamente, a França tende a substituir as potências coloniais latinas nas suas antigas colónias como é o caso da RDC, Angola e Guiné Equatorial» (KABUNDA, 2012).

Importa realçar que, no caso de Portugal, embora não seja possível perceber uma estratégia do Governo em relação às antigas colónias, não se pode negar a existência de uma relação emocional forte entre o povo português e, particularmente, os dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Contudo, esta realidade, que pode servir interesses particulares quer de atores portugueses, quer de atores dos PALOP, não supre a necessária estratégia que faria da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) um ator relevante na atual conjuntura do SPI.

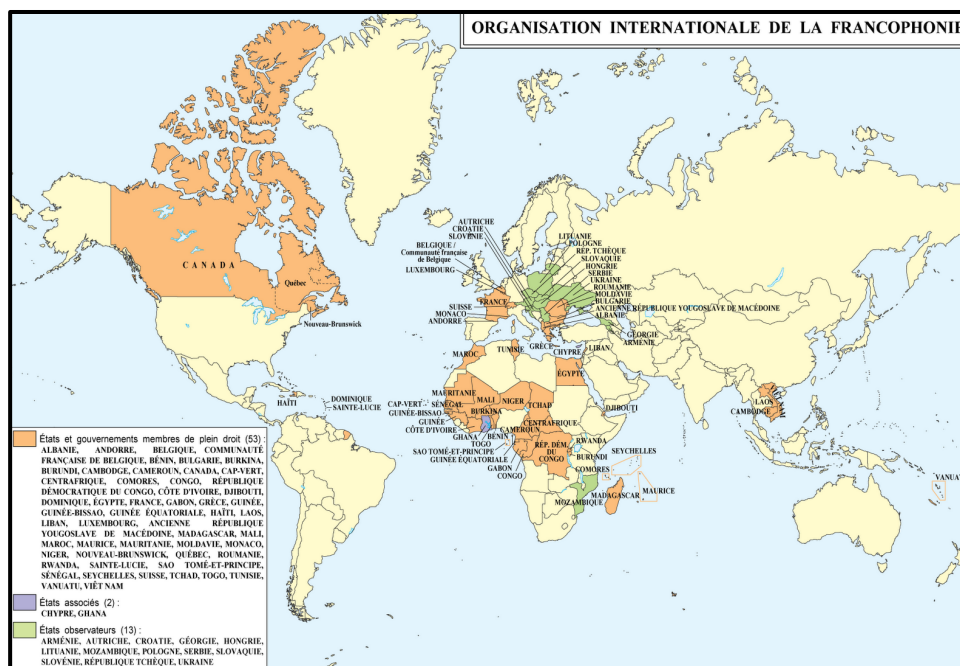


Figura 65 – Países membros da Organização Internacional da Francofonia³⁸⁶

Com efeito, a França, como também já atrás referido, exerce controle sobre a economia de sete (7) países da região, nomeadamente Benim, Camarões, Costa do Marfim, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Togo, através do controle da sua moeda, o Franco CFA³⁸⁷.

Como referiu o Sr. Edouard Balladur, então Primeiro-ministro da França, ao *Le Monde*, no ano de 1990 «o dinheiro não é uma questão técnica, mas um ato político, que afeta a soberania e a independência das nações».

Deste modo, «a França é o único país no mundo a ter alcançado o feito extraordinário de fazer circular a sua moeda – apenas a sua moeda – num país politicamente livre» (TCHUNDJANG, 2000)³⁸⁸.

Efetivamente, o Banco dos Estados da África Central (BEAC) e o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), que controlam a moeda respectivamente nas

³⁸⁶ Fonte: lachansondelacigale.blogspot.com.

³⁸⁷ Até 1958 designado Franco das Colónias Francesas em África (Franco CFA), manteve o acrónimo passando o CFA a designar Comunidade Financeira Africana.

³⁸⁸ Para mais sobre o assunto ver, entre outros Rapport sur les pays les moins avancés (CNUCED, 2010); Le franc cfa en sursis, (DEMBÉLÉ, 2010); Le franc CFA face aux turbulences de la zone euro, (DUFRENOT, 2012).

regiões Central e Ocidental de África, possuem *Contas de Operações* no Tesouro francês, sendo este um dos mecanismos de funcionamento da «Zona Franco».

Como referiu kabunda Badi (2012), «A verdade é que a *zona do franco CFA*, para além de tornar vulnerável a soberania monetária dos Estados membros, fomenta a extroversão das suas economias e fortalece a sua integração na economia francesa (relações verticais), em detrimento das relações financeiras e comerciais entre eles (relações horizontais) e com o resto do mundo. Como reconhecem Delage e Massiera (1994) e Nubukpo (2007), o franco CFA não favoreceu a criação de verdadeiros mercados comuns, a convergência das políticas macroeconómicas e a produção dos Estados-membros, senão o consumo de bens importados».

Por outro lado, é preciso acrescentar ao atrás referido, a questão da educação pois, como também observou aquele autor (1995), a França conseguiu «uma verdadeira aculturação das elites africanas, afrancesadas ou pró-francesas, e convertidas em aliados internos. Estas elites alienadas, como denuncia Coquio (2008), têm a peculiaridade de interiorizar e reproduzir os esquemas coloniais que manifesta através do aparelho do Estado legado e antidemocrático, por inércia ou interesse, em detrimento do endógeno ou os saberes domésticos e as dinâmicas regionais.

É igualmente de referir que, no quadro da relação entre a França e as suas antigas colónias, estabeleceram-se acordos de assistência militar e de defesa, como representa a Figura 66, que autoriza quer o estabelecimento de bases militares, quer a intervenção militar nestes países, como ao longo dos anos aconteceu, e no presente acontece, na República Centro-Africana e no Mali.

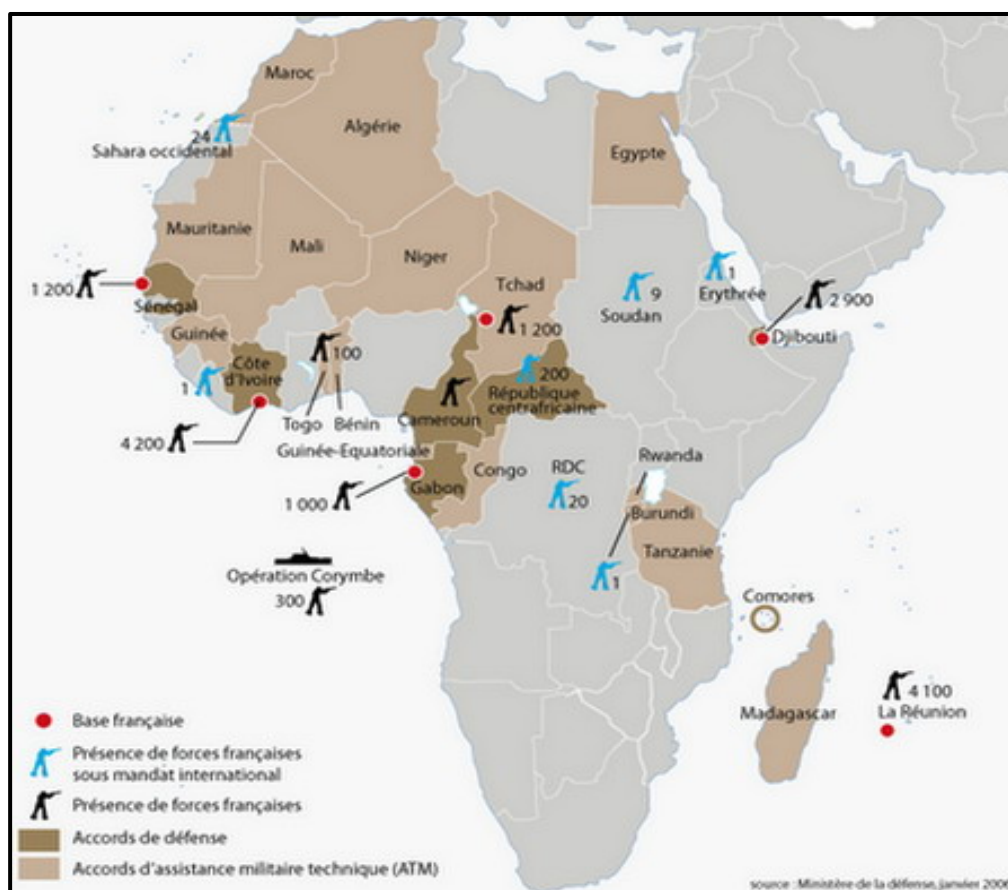


Figura 66 – Quadro regular das forças francesas em África³⁸⁹

Neste quadro, Jacques Godfrain, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da França, afirmou em entrevista (1998), que «mesmo sendo um país pequeno, com uma reduzida força militar, podemos mover o planeta devido às nossas relações com 15 ou 20 países africanos».

Com efeito, sobre a França, para além das suas cerca de 50 intervenções militares na África independente³⁹⁰, conta ainda no histórico das suas relações, o apoio a movimentos de secessão, designadamente o do Katanga, no Zaire (atual RDC, 1963), o do Biafra, na Nigéria (1967) e, no presente, o de Cabinda, na República de Angola³⁹¹.

³⁸⁹ Fonte: <http://britam.org/FrenchIntervention.jpg>

³⁹⁰ Ver anexos.

³⁹¹ A parte da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que ainda realiza ações militares contra o Governo de Angola tem a sua base de apoio principal em França, onde se encontra a sua direção, incluindo o seu líder histórico, Nzita Tiago.

A análise para o desenvolvimento de um Conceito de Estratégico de Política Externa de Angola para a região, considerou ainda a existência de estudos relativos à elaboração de uma estratégia do Brasil para a África. Um dos estudos mais recentes, o apresentado por Darc Costa em *África e a Estratégia do Brasil* (2013), propõe que a região seja a área de acesso do Brasil para a África, nomeadamente através de Angola, S. Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial.

O objetivo político que o Brasil espera alcançar está longe de ser hegemónico, porquanto admite balancear entre os interesses norte-americanos e chineses. Por outro lado, ele considera como modalidade de ação estratégica, entre outras, a formação (desenvolvimento) das elites nacionais, o apoio à construção de infraestruturas viárias e energéticas e, especialmente importante para o quadro de análise desta investigação, a extensão do conceito da ZOPACAS com a sua transformação num acordo de segurança e defesa que crie a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), envolvendo países da África subsaariana e da América do Sul.

Por outro lado, ao considerarem-se os países da região, a análise elegeu os países de fronteira (Congo e RDC) e, procurando observar o princípio do *risco coberto*³⁹² elegeu, na região da CEDEAO – a Nigéria e o Gana; e na região da CEEAC – S. Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial.

Em relação à República Federativa da Nigéria, apreciou-se o facto desta possuir potencialidades humanas, tecnológicas e militares, assim como o seu interesse percebido em afirmar-se como país diretor da região e, eventualmente, do Golfo da Guiné. Considerou-se ainda a oposição aos interesses da Nigéria por parte de alguns dos demais países da CEDEAO, de entre outras razões, pelo elevado nível de corrupção social que caracteriza este país, mas também o receio da França de perder o controle do seu feudo na região a favor da Nigéria.

No que se refere ao Gana, ainda na região da CEDEAO, observou-se que é um dos países do Golfo da Guiné com melhor prestação, principalmente no campo social.

³⁹² *Recomenda o estabelecimento de pelo menos duas bases de apoio para a realização de uma ação. Diz o princípio popular que quem tem dois, tem um e, quem tem um, não tem nenhum. (COSTA and al., 2013: 200).*

Tendo há algum tempo alcançado o IDH que o coloca entre os países de nível de desenvolvimento médio, o Gana mantém-no apesar do seu PIB/PC relativamente baixo (3400 USD) para uma população superior aos 25 milhões de habitantes.

De igual modo apreciou-se o facto deste país, que apresenta os menores índices de corrupção e de dificuldade para realizar negócios entre os Estados do Golfo da Guiné, possuir uma qualidade de ensino relevante, ao possuir 3, entre as 100 melhores universidades do continente.

Na região CEEAC, como atrás referido, a análise observou a República Democrática do Congo, o Congo-Brazzaville, a Guiné Equatorial e S. Tomé e Príncipe.

No que se refere à RDC, que constitui a maior fronteira terrestre de Angola, assim como igualmente parte do antigo Reino do Congo, a análise concluiu que este é o país da região do Golfo da Guiné com os índices de prestação mais baixos, ao mesmo tempo que aquele com os mais altos índices no que se refere à corrupção e à dificuldade em realizar-se negócios. Por outro lado, este país partilha com Angola a bacia hidrográfica do rio Zaire (Congo), formada pelos rios Congo, Cuango, Cuilo e Cassai.

Com umas Forças Armadas numerosas mas pouco eficazes, a RDC vive sob a pressão do Ruanda e do Uganda que, explorando a oportunidade que representa a neutralidade do Ocidente, buscam tirar partido da pouca capacidade de controle das suas abundantes riquezas, ao mesmo tempo que condicionam o seu desenvolvimento. Deste modo, apesar do interesse nacional manifestado de estender a sua faixa litoral e, consequentemente, beneficiar dos ganhos de uma maior plataforma continental em detrimento de Angola, a sua elite governante necessita da solidariedade de Angola para não sucumbir ao peso (por melhor organização) dos outros vizinhos, especialmente os atrás referidos.

A República do Congo com índices similares aos da RDC, constitui outra parte importante da fronteira Norte de Angola, e também parte do antigo Reino do Congo, por esta razão relevante para esta na região.

A análise observou ainda o facto do Congo ser um país de elevada, embora latente, conflitualidade étnica; assim como de possuir a plataforma continental contigua a angolana, fazendo com que os dois países partilhem alguns dos recursos aí depositados, designadamente o petróleo e o gás.

Em relação à República do Congo-Brazzaville, considerou-se também o facto do grupo da elite no poder político em Angola ter desenvolvido um dever de gratidão para com este país. Com efeito, ele constituiu a sua principal retaguarda durante a luta armada pela independência nacional, tendo beneficiado do apoio multiforme das suas autoridades e, especialmente de parte da elite atualmente no poder.

Este foi o primeiro país com que Angola estabeleceu relações diplomáticas a nível de Embaixada e assinou um Tratado de Amizade e Cooperação – em 24 de Setembro de 1976. De igual modo, foi o primeiro país com quem Angola estabeleceu uma Comissão Mista Bilateral, ao abrigo do Acordo de Cooperação diplomática, económica, técnica e estratégica – em 12 de Fevereiro de 1977. Contudo, apesar dos seus 37 anos de relações, as Comissões Mistas reuniram-se pouco mais de 6 vezes.

A análise não pôde deixar de considerar o facto de que, apesar de durante o período da Guerra Fria ter recebido considerável influência da URSS e da República de Cuba, o país está cada vez mais integrado no campo de influência da França, como se pode perceber do comportamento das suas elites, especialmente daquela que constitui o *grupo de status*, tal como definido pelo Professor Adriano Moreira (2012).

De igual modo, a análise considerou o facto de parte das suas elites desde há muito manifestarem interesse na separação da província de Cabinda do resto do território nacional – como entidade independente. Sendo parte destas originárias daquela província angolana, a sua atitude manifesta alguma nostalgia do passado.

No que se refere à Guiné Equatorial, a análise observou principalmente que, embora seja este o país da região com o maior índice de corrupção percebido, ele é igualmente o que possui maior renda *per capita* no continente africano (26 400 USD).

Enfrentando um quadro de isolamento internacional alicerçado no ambiente político percebido que vive o país, a Guiné Equatorial utiliza todos os instrumentos, incluindo a sua capacidade financeira, para o quebrar. Deste modo, o país iniciou um processo de crescimento infraestrutural que visa gerar facilidades quer para albergar eventos regionais e continentais, acolher a sede de organismos multilaterais – num primeiro momento regionais, assim como constituir-se no mercado de consumo de luxo da região central de África.

Ao afiliar-se simultaneamente a vários quadros regionais, designadamente à Organização Internacional da Francofonia, à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para além do quadro natural da língua hispânica, a Guiné Equatorial passa a poder ser um dos interlocutores do espaço europeu com interesses na região, nomeadamente o francês, o português e o espanhol.

A materialização deste plano estratégico poderá conferir à Guiné Equatorial o lugar central nos processos que se desenvolvem na região e, eventualmente, a um nível mais alargado, apoiado na sua base de poder e na coerência que manifesta a sua estratégia.

O atual crescimento do PIB é principalmente devido à descoberta e exploração, nos últimos anos, de jazidas de petróleo. Contudo, este crescimento não é sustentável.

Com efeito, o PIB da Guiné Equatorial, segundo análise do Banco Espírito Santo (2013), «iniciou uma trajetória descendente de longo prazo que, em 2012, com a entrada em funcionamento do campo de *Alen* e, em 2013, com a entrada em funcionamento do campo de *Aseng*, foi possível conter parcialmente mas não evitará, na ausência de novas descobertas, um claro abrandamento da economia a partir de 2015, sendo a taxa de crescimento estimada da economia do país, em 2015, de -9.1%»³⁹³.

Finalmente, no âmbito da região da CEEAC, a análise observou a República Democrática de S. Tomé e Príncipe concluindo que, apesar de possuir alguns dos melhores indicadores sociais da região, principalmente devido à exiguidade da sua população, o país apresenta um elevado risco político.

³⁹³ Ainda segundo o BES (2013), o país registou um aumento do PIB em 2012, correspondente a 5.3%). Contudo, no ano de 2013, já se registou uma quebra no seu crescimento correspondente a -1.5%.

Com efeito, a debilidade das suas elites, que as impede de encontrar um sentido comum para o país, torna a República Democrática de S. Tomé e Príncipe politicamente instável.

A instabilidade política de S. Tomé e Príncipe influencia de modo particular a sua projeção no exterior, que manifesta um comportamento errático, ou similar ao que o Professor Adriano Moreira (2011) designou de «Estado exíguo». Neste sentido o país mostra-se incapaz de realizar todas as finalidades estaduais, vendo-se obrigado a alienar-se em um terceiro Estado, ou em organizações internacionais para materializar algumas delas.

Na prática, o país vive balançando entre uma e outra China (Popular e Taiwan); entre a Europa e os EUA; e, na região, principalmente entre a Nigéria, o Gabão e Angola.

A dimensão formal do que Cynthia Weber (1995) designou de uma «soberania simulada» manifestou-se ainda na existência de um acordo cujos detalhes não públicos, para além de ter autorizado os EUA a instalar no território radares de controle da navegação marítima na região, autoriza-o ainda a ocupar, sob controle exclusivo, uma parte do território.

Deste modo, identificados os objetivos nacionais atuais, que coincidem com o interesse da região de transformar-se numa Zona de Paz e Segurança, a consideração dos fatores condicionantes referidos como pressupostos, e das Bases do Poder resultantes da interação do binómio fortalezas/vulnerabilidades, conduziu à definição do conceito estratégico de política externa.

Com efeito, o quadro de objetivos expressos no Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, em que se destaca o de «definir políticas comuns, nomeadamente nos domínios da paz e segurança, exploração dos hidrocarbonetos, recursos haliêuticos e minerais e o ambiente (...)», constitui um quadro propício à determinação de objetivos de longo

prazo e, consequentemente, o papel a desempenhar pelo país no quadro da sua materialização³⁹⁴.

Considerando o atrás referido, conclui-se que o conceito estratégico de política externa de Angola na região pode descrever-se como se segue:

O Ministério das Relações Exteriores (MIREX), empregando as Missões Diplomáticas e Consulares nos países da região do Golfo da Guiné, assim como os organismos nacionais relevantes, designadamente da esfera da defesa nacional, desenvolve um conjunto de ações de carácter diplomático para projetar a perspectiva sobre a transformação da região em «zona de paz e segurança», baseada na visão holística desenvolvida na Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné. As ações do MIREX, que colocam a CGG no centro da estratégia para a materialização deste objetivo da região, estabelecem um quadro de cooperação bilateral e multilateral que, priorizando os Estados da região, incluem outros atores com interesse na mesma, nomeadamente, para além dos que exercem influência direta sobre aqueles, os países da margem oposta do Atlântico Sul e a República Popular da China. As ações do MIREX criam as condições para a materialização da perspectiva do desenvolvimento harmonioso da região através da definição de políticas comuns, nomeadamente nos domínios da exploração dos hidrocarbonetos, recursos haliêuticos e minerais e o ambiente.

2.2. As linhas de força para a política externa

A materialização do conceito estratégico da política externa de Angola para a região do Golfo da Guiné, considerando os desafios que impõem as Bases do Poder do país, deve assentar no pressuposto básico de que a região, apesar da assinatura do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné (2001), constitui uma «cintura fragmentada», no sentido de que normalmente, os Estados nela localizados priorizam a materialização de interesses tidos como nacionais, entretanto, organizados por centros de poder externos.

³⁹⁴ «A inclusão específica dos objetivos de longo prazo nas agendas de política externa e a sua defesa concreta, tanto no plano doméstico como no plano internacional, contribuem para o aumento do prestígio internacional e para a construção da imagem do Estado», (HOLSTI, 1992: 142–144).

Ainda assim, devem acrescentar-se os obstáculos que constituem a forma de materialização dos interesses dos EUA na região e a influência direta que a França exerce sobre o ambiente estratégico de uma parte relevante dos países da região e sobre os órgãos executivos da CEEAC.

Deste modo, a geoestratégia de Angola para a região deve ser de longo prazo, deixando que as forças internas dos países se desenvolvam naturalmente para alterar o *status quo* dominante, em vez de exercer um papel catequista. Contudo, Angola pode, com o seu exemplo e condição de desenvolvimento contribuir para o sentido de independência e soberania desses países, e para o acolhimento dos seus valores e princípios pela região.

A interpretação dos papéis dos EUA e da França no Golfo da Guiné deve conduzir Angola à abertura de um quadro bilateral de discussão dos problemas do Golfo da Guiné, com vista ao estabelecimento de uma estratégia de cooperação que sirva ao objetivo estratégico atual de eliminar a pirataria marítima na região.

Por outro lado, Angola deve exercer influência para a integração na Comissão do Golfo da Guiné dos países da região que ainda não são membros³⁹⁵. E, no âmbito desta, deve influenciar para a constituição de um núcleo de responsabilidade geopolítica partilhada³⁹⁶, encarregado da agregação da região em torno dos seus problemas comuns e do estabelecimento de uma parceria dinâmica entre a CEEAC, a CEDEAO e a SADC. Este núcleo deve ser integrado por Angola, Gana, Guiné Equatorial e Nigéria.

Aproveitando a oportunidade e/ou neutralidade que podem representar as estratégias do Brasil e da China para a região, Angola deve integrá-los na sua estratégia. Neste quadro, deve encetar uma discussão bilateral com a República Popular da China com vista a clarificar o papel de cada uma na estratégia, tendo como objetivo específico a proteção das áreas marítimas sob sua responsabilidade, no âmbito do objetivo de transformar a região numa zona livre da pirataria e insegurança no mar. Num âmbito mais alargado, deve buscar o estreitamento da cooperação com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), no quadro do estabelecimento da Zona de Paz e Segurança

³⁹⁵ Isto implicará o estabelecimento e ou reforço das Missões Diplomáticas em todos os países da região. Angola não possui Embaixadas no Benim, nos Camarões, na Libéria e no Togo.

³⁹⁶ Adaptação do conceito utilizado em: *The Grand Chessboard*, por Zbigniew (BRZEZINSKY, 1997).

do Golfo da Guiné, pensando especialmente na segurança do Atlântico Sul. A valência que representa a presença do Brasil e de Portugal, países com elevada experiência no domínio do mar, junto de Angola, S.Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial, na CPLP, recomenda a integração desta organização no esforço de securização da região.

Como atrás observado, sendo elevado o risco de contágio do ambiente de conflito na região central do continente, e na região dos Grandes Lagos, Angola deve reforçar o seu papel junto da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). Neste quadro, deve levar a questão da sua segurança à agenda das organizações internacionais a que pertence, especialmente a ONU.

De igual modo, Angola deve exercer influência no sentido do estabelecimento de um mecanismo que assegure a partilha mutuamente responsável dos rios e bacias hidrográficas comuns na região. A proteção da quantidade e qualidade dos rios e bacias hidrográficas da região, para além de assegurar a saúde e desenvolvimento das populações, evitará o surgimento de conflitos entre os países. Este mecanismo, baseado na Convenção das Nações Unidas sobre a proteção e a utilização dos cursos de água transfronteiriços e dos lagos internacionais (1992, 1997) deve conduzir ao estabelecimento de uma *Convenção do Golfo da Guiné sobre a Gestão Comum dos Rios e Lagos Regionais e Internacionais*, que, entre outros, deve considerar: a prevenção contra a poluição das águas pela utilização de pesticidas agrícolas e de outro tipo, pela descarga de lixos, ou outras práticas e desastres; a prevenção contra as inundações; a adaptação à mudança climática. Neste âmbito devem ser considerados os rios: Zaire/Congo e sua bacia hidrográfica, que serve Angola, RDC e o Congo; Benue, que serve a Nigéria e os Camarões; Ogoué, que serve o Congo e o Gabão. Neste mesmo quadro deve enquadrar-se o Lago Chade que, servindo diretamente a Nigéria e os Camarões, está a ser fortemente afetado pelas mudanças climáticas.



Figura 67 – Principais rios e lagos da região do Golfo da Guiné

Por outro lado, Angola deve continuar a desenvolver esforços para dirimir os potenciais conflitos de fronteira, incluindo marítimas, na região. E, especialmente com a RDC e o Congo, deve dinamizar o funcionamento das Comissões Mistas bilaterais com vista ao estabelecimento de uma «zona de desenvolvimento comum da região do Congo», utilizando as vantagens competitivas complementares dos três países.

De igual modo, sem interferir nas disputas entre as elites nacionais, Angola deve apoiar um potencial plano que ajude S. Tomé e Príncipe a desenvolver a sua soberania.

3. A defesa nacional

3.1. O conceito estratégico da defesa nacional

A consideração dos desafios e ameaças a Angola impõe observar todos aqueles fenómenos que, pela sua envergadura, conotação e consequência interna e externa pode constituir ou vir a constituir obstáculos que se interponham, dificultem ou impeçam a manutenção ou o alcance dos objetivos nacionais.

Os objetivos nacionais atuais identificados têm que ser vertidos nas Diretrizes Políticas de Defesa Nacional, (DPDN), enquadradas nas linhas de ação estratégicas de defesa nacional que se apresentam a seguir.

Neste quadro, definiu-se o conceito estratégico para a defesa nacional relativamente à região expresso como:

O Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, através do Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas e outros organismos nacionais relevantes, designadamente da esfera da segurança nacional e da diplomacia, desenvolve um conjunto de ações de carácter de defesa para projetar a perspectiva sobre a transformação da região em «zona de paz e segurança», baseada na visão holística desenvolvida na Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné. Estas ações podem estar incluídas num quadro de cooperação bilateral e multilateral que, priorizando os Estados da região, considera a inclusão de outros atores com interesse na mesma. As ações de defesa preconizadas criam as condições para a materialização da perspectiva do desenvolvimento harmonioso da região através da eliminação da pirataria e do roubo à mão armada no mar da região, assim como da estabilidade das fronteiras nacionais.

A materialização deste conceito de defesa nacional, de acordo com as DPDN, implica, entre outros factos relevantes, dispor de uma estratégia militar que articule os meios de coação, no meio e no tempo, de forma a vencer os confrontos, superar os obstáculos, diferir as dificuldades, explorar as oportunidades, utilizar os apoios e relegar as neutralidades.

De igual modo, considerou-se que o objetivo de transformar o Golfo da Guiné numa «Zona de Paz e Segurança» deve ser considerado ao desenvolver-se o ciclo em que se identificam os Objetivos Estratégicos de Defesa Militar (OEDM) do país. Este ciclo integra ainda, (i) O desenvolvimento de uma Visão Estratégica³⁹⁷ - que proporcione uma clara direção futura e um enquadramento para a missão e objetivos das Forças Armadas; (ii) A definição da Missão Estratégica de Defesa Militar – que explicita a razão de ser do Ministério da Defesa Nacional, o seu papel na sociedade, a natureza da sua atividade, e quais os tipos de atividades onde deve concentrar os esforços no futuro; (iii) A Diretiva de Defesa Militar – que define a política de defesa militar do Governo, em função das circunstâncias do ambiente estratégico (nacional, regional e internacional).

3.2. As linhas de força para a defesa nacional

O estabelecimento do Golfo da Guiné como «Zona de Paz e Segurança», enquadrado nos OEDM, é também considerado no quadro do Ciclo da Doutrina Estratégica de Defesa Militar (DEDM), em que se fixa o conjunto de ideias e atitudes racionais válidas para orientar a ação estratégica de defesa militar do país. A observação do ciclo da DEDM conduziu à determinação das seguintes Linhas de Força para a Defesa Nacional:

1. A *Dissuasão*, baseada na preservação da paz através do exercício do poder em todos os âmbitos de atuação do Estado. Ela impedirá a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas territoriais e a violação do espaço aéreo nacional. Somente será credível se o país dispuser de uma capacidade militar nacional eficaz.
2. A *Cooperação*, que responde à impossibilidade do país enfrentar isoladamente com êxito garantido, as ameaças e riscos identificados que, para além de crescerem em complexidade, estão cada vez mais interligados.
A cooperação ajudará também a afastar a sombra de conflitos, assegurando a comunicação, a coordenação e a convergência de esforços no campo dos interesses comuns.

³⁹⁷ Partindo do conhecimento do passado e presente das Forças Armadas e das preocupações de segurança dos cidadãos, esta visão deve ser suficientemente clara para que mobilize o esforço da defesa nacional, motivando os interessados a tomar decisões que concorram para a defesa militar do país com a participação de todos os cidadãos.

3. A *Prevenção*, que consiste na ação encaminhada a evitar que tensões, instabilidade e crises se transformem em conflitos e, caso eles ocorram, conseguir contê-los nas suas primeiras fases e locais de ocorrência.
A prevenção implica a atuação em momento oportuno e de maneira *ad hoc* ante situações específicas, através da combinação adequada de instrumentos políticos, diplomáticos, económicos e militares. Assim mesmo, desde o ponto de vista militar, ela implica dotar as Forças Armadas de capacidade de vigilância em terra, mar e ar, mobilidade e presença.
4. A *Projeção da Estabilidade*, consubstanciada na capacidade de exercer influência em regiões fora do Território Nacional, com o fim de reduzir tensões e garantir estabilidade.
A participação em Missões de Paz será uma forma de projetar estabilidade e, do mesmo modo, projetar a imagem da capacidade do país em assegurar a sua integridade territorial.
5. A *Resposta*, correspondendo à capacidade de reagir de forma adequada, ante qualquer ato de agressão contra os interesses nacionais, quer no Território Nacional, quer no espaço da África Central, da Austral e do Golfo da Guiné.
A capacidade das FAA para atender às necessidades no quadro das atividades de busca e salvamento, nos espaços de sua responsabilidade nacional e internacional, corresponde também à sua capacidade de Resposta.

Em consequência, e para permitir operacionalizar as linhas de força propostas e de modo a que possam materializar a sua missão específica nos termos da Constituição (Artigo 206º) consideramos que a organização das Forças Armadas Angolanas deve preencher os seguintes requisitos básicos: (i) Presença, Mobilidade e Capacidade de Projeção³⁹⁸; (ii) Capacidade de Vigilância³⁹⁹; e (iii) Comando e Controlo Integrado⁴⁰⁰.

³⁹⁸ O país nunca terá a capacidade de cobrir com forças, a vastidão do espaço territorial a defender. Da mesma forma, não lhe será materialmente possível, colocar à disposição das FAA em permanência, a quantidade de meios que necessitarão para o defender. Assim, as FAA assegurarão a sua presença, principalmente ao longo das fronteiras, nas partes definidas como mais estratégicas do litoral e no território da província de Cabinda. A presença será combinada com a capacidade de vigilância dos espaços terrestre e marítimo e a capacidade de mobilidade. As unidades das FAA, terão de ter asseguradas a “mobilidade estratégica” e a “mobilidade tática”, apreciadas como, respectivamente, a capacidade de chegar rapidamente ao teatro de operações, e a capacidade de, uma vez no teatro de operações, nele se poder mover. A “mobilidade estratégica” será assegurada pela capacidade de projeção das FAA.

De igual modo, deveria dotar-se das capacidades críticas, a saber: (i) Aprontamento⁴⁰¹; (ii) Superioridade no combate⁴⁰²; (iv) Proteção⁴⁰³; (v) Sustentação⁴⁰⁴; (vi) Modularidade e interoperabilidade⁴⁰⁵; (vii) Forças especiais⁴⁰⁶.

³⁹⁹ *A vantagem sobre o inimigo no processamento do ciclo de decisão é uma condição determinante para a vitória sobre ele. Para isso, o conhecimento sobre o que se passa no terreno é essencial. As FAA deverão contar com sistemas capazes de recolher a informação que circula pela zona de interesse da segurança nacional, ser capaz de a analisar e disseminar o resultado, em forma de informação (inteligência) e instrução aos interessados. A vigilância, reconhecimento, inteligência e aquisição de alvos, sendo condição determinante, constituirão atividade permanente para assegurar o conhecimento do campo de batalha.*

⁴⁰⁰ *Nas condições da guerra moderna, é importante que o que ocorre no campo de batalha seja conhecido mais ou menos em tempo real. Assim, é vital a perfeita integração de todos os elementos que apoiam o ciclo de decisão, isto é, os meios de: comando, controlo, comunicações, computadores, vigilância, reconhecimento e inteligência. Para o efeito, as FAA deverão munir-se, entre outros, dos meios técnicos e humanos que assegurem a integração dos sistemas de comunicações com os de computadores, para a tramitação e tratamento oportuno da informação, e aqueles que assegurem a concentração e combinação dos dados de informação (notícias).*

⁴⁰¹ *Em tempo de paz, como se encontra e se estima que se encontre no médio prazo, a República de Angola nos próximos tempos, é normal a diminuição da condição de permanência das unidades militares. Entretanto, dada a incerteza que caracteriza o atual Sistema Político Internacional, para além da sua preparação combativa e dos equipamentos, que deve ser permanente, as unidades deverão também possuir o grau de disponibilidade que assegure o seu emprego imediato em caso de necessidade. Assim, as FAA deverão ter elaboradas “Tabelas de Aprontamento” para as unidades, em função da previsão do seu emprego combativo. As Tabelas de Aprontamento definirão, entre outras exigências, o número de efetivos permanentes em cada momento, em cada unidade, por classe e especialidade, o tempo para as restantes se aprontarem, entre outra informação considerada relevante.*

⁴⁰² *As FAA, independentemente da situação de confronto em que se encontrem, deverão ter sempre a capacidade de assegurar a superioridade em relação ao inimigo, para que a vitória não lhes seja negada. Uma das formas de assegurar uma situação de vantagem logo à partida, é o equipamento das Forças Armadas com sistemas de disparo à distância e armas inteligentes, pelo seu alto grau de letalidade e baixo nível de exposição das forças próprias ao inimigo. O conceito de superioridade aqui empregue não tem relação direta e imediata com a quantidade de efetivos e meios disponíveis, podendo, numa determinada situação, corresponder à superioridade de informação relacionada com os factores do combate (missão, inimigo, terreno e condições atmosféricas, meio, tempo e considerações de âmbito civil).*

⁴⁰³ *As FAA, tanto a nível individual dos efetivos, como dos postos de comando e outras infraestruturas, deverão estar protegidas particularmente contra a utilização da arma química. A proteção, que não poderá descurar os “pontos sensíveis” da defesa do espaço territorial nacional, terá impreterivelmente de considerar os sistemas de comando e direção e, muito especialmente, as vias de transmissão e o conteúdo transmitido.*

⁴⁰⁴ *As FAA, atuando na zona de interesse, poderão empregar unidades afastadas dos seus pontos de estacionamento permanentes e em zonas desprovidas das infraestruturas básicas. Assim sendo, as unidades a empregar deverão possuir a capacidade logística que assegure aos efetivos a manutenção da sua condição combativa durante o período da campanha, que pode vir a ser considerável.*

⁴⁰⁵ *Como referimos ao apreciar o novo ambiente operacional, as suas características impõem a necessidade das forças darem resposta a contingências muito diferentes, o que leva à necessidade tanto do estabelecimento de comandos flexíveis como de unidades capazes de operar como forças conjuntas (terrestres, marítimas e aéreas). Por esta razão, as unidades das FAA deverão estar preparadas para ser empregues em ambiente de Forças Conjuntas.*

O novo ambiente operacional, as ameaças prevalecentes na região do Golfo da Guiné, e o estado de preparação técnico-profissional das Forças Armadas de uma parte significativa da região, induz-nos a concluir que o desenvolvimento de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional contribuiria para que a República de Angola se constituísse, no curto prazo, como ator-chave no processo de estabelecimento da zona de paz e segurança do Golfo da Guiné, para garantir a segurança e estabilidade necessárias ao desenvolvimento regional, através da definição de linhas de ação aos diferentes vectores estratégicos, bem como, no médio e longo prazo, através do reforço da massa crítica nacional.

Finalmente, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional a desenvolver para a República de Angola, deveria estar enquadrado num edifício legislativo que estabelecesse para o país, a definição do seu Conceito Estratégico de Segurança Nacional.

Fundamentado na apreciação do atual Sistema Político Internacional, e no estudo das ameaças à República de Angola e a sua fronteira de segurança, especialmente o Golfo da Guiné, o quadro legislativo a definir deveria poder determinar,

- A Estratégia de Segurança Nacional;
- A Estratégia de Defesa Nacional, ou Conceito Estratégico Militar Nacional;
- A organização do Sistema de Segurança Nacional para materializar a Estratégia de Segurança Nacional;
- A organização do Sistema de Defesa Nacional para materializar o Conceito Estratégico Militar Nacional;
- O enquadramento das Autoridades Marítima e Aeronáutica Nacional no Conceito Estratégico Militar Nacional.
- A participação dos departamentos estatais não militares no quadro da Estratégia Militar Nacional.

Por outro lado, porque podem ser empregues fora do Território Nacional, no quadro da CEEAC, SADC ou da ONU, as FAA deverão possuir a preparação necessária para interagir no quadro doutrinário de outras forças, assim como com os meios, especialmente os de transmissões, que as equipem.

⁴⁰⁶ *As guerras do presente século demonstraram já que as tarefas relacionadas com o reconhecimento, a marcação de alvos, a sabotagem ou conquista de “pontos sensíveis” para o inimigo, a busca, salvamento e resgate, assim como outras não convencionais, enquadram-se perfeitamente no campo de ação das Forças Especiais.*

- A participação das entidades privadas nacionais e estrangeiras, que atuam no Território Nacional, na materialização da Estratégia Militar Nacional da República de Angola.

A discussão mais ampla possível dos instrumentos legais que materializariam o Conceito Estratégico de Segurança Nacional, por tratar-se de matéria de interesse de todo o cidadão, para além de assegurar a riqueza do seu conteúdo, ajudaria a criar no cidadão o sentimento de responsabilidade pela segurança nacional, o que é absolutamente necessário para se alcançar tal condição.

CONCLUSÕES

1. Grandes linhas do procedimento seguido

1.1. Pergunta de partida

Apreciada a problemática da investigação, ela desenvolveu-se a partir de uma ideia central, representado pela questão: Que lugar e que papel podem estar reservados à República de Angola no quadro do desenvolvimento harmonioso da região do Golfo da Guiné?

A sua versão final resultou, sobretudo, da interação com a fase de exploração, na qual foram realizadas as leituras e as entrevistas exploratórias, sustentadas numa permanente observação participante de que resultou o conhecimento de que o desenvolvimento harmonioso desta região depende, antes de mais, do ambiente de paz e segurança na mesma. Por esta razão, o Modelo de Análise reformulou a questão de partida, que tomou a seguinte configuração: Que papel e lugar podem estar reservados à República de Angola no processo de estabelecimento do ambiente de paz e segurança necessários ao desenvolvimento integrado da região do Golfo da Guiné?

1.2. Modelo da investigação

O método de investigação científica aplicado assentou no modelo teórico e empregou o método hipotético-dedutivo aplicado às ciências sociais.

O modelo de observação e análise que se propôs para encontrar a resposta à pergunta de partida – o Modelo de Análise em Profundidade – foi concebido pela articulação lógica, com recurso à criatividade e à experiência pessoal, e assentou na perspectiva da transdisciplinaridade, tendo como pensamento organizador o conceito de Posição Estratégica.

Os conceitos operacionais identificados, debatidos, sistematizados e desenvolvidos são apenas aqueles que se identificaram como associados e essenciais, por forma a desenvolver uma integração conceptual sólida, ampla e objectiva, e a apresentar um entendimento geral sobre o processo de definição da posição estratégica de Angola na região definida.

Quase todos os conceitos identificados, debatidos e desenvolvidos têm um carácter operativo, na medida em que resultaram de construções empíricas realizadas por outros autores, a partir de observações diretas ou de informação por eles recolhida. Porém, apresentam-se alguns conceitos construídos pelo raciocínio abstrato, por analogia e por oposição. Foram desenvolvidos num modelo de construção/seleção, do geral para o particular, partindo de paradigmas propostos por diversos autores mas estudando cada conceito em relação a outros, isolando progressivamente dimensões e indicadores.

Contudo, depois de identificados, foram discutidos os conceitos teóricos chave da investigação, dando-lhes a interpretação necessária ao processo do seu desenvolvimento. Neles incluem-se, em especial, os conceitos de estratégia, de posição estratégica, de integração regional, de paz, de segurança e de Golfo da Guiné.

Assumiu-se, como hipótese de resposta à questão de partida da investigação, que o papel e lugar reservado a Angola na região é uma função da sua posição estratégica nesta, observada a conjuntura regional e internacional, como representa a Figura 2. Deste modo, o desenvolvimento do modelo de análise conduziu a novas noções e conceitos, originando novas questões – derivadas – que pretenderam esclarecer sobre (i) A forma como a conjuntura político-estratégica da África subsaariana, e do SPI em que esta está inserida, condicionam o ambiente na região do Golfo da Guiné; (ii) A conjuntura geopolítica e geoestratégica da região do Golfo da Guiné, que condiciona o potencial papel e lugar de Angola na região; e, (iii) O estado de desenvolvimento das fontes do poder da República de Angola, um dos elementos em que se funda a sua Posição Estratégica na região.

A observação e análise dos fenómenos que ocorrem no âmbito da problemática da investigação realizaram-se através da relação Questão de Partida – Conceitos – Hipóteses – Questões Derivadas, empregando a perspectiva da transdisciplinaridade, tendo como pensamento organizador o conceito de Posição Estratégica.

Para se alcançar o conhecimento adequado sobre a «posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné», o Modelo proposto desenvolveu-se em 3 níveis. No nível mais alargado (macro), observou-se o modo como a África subsaariana se inseriu no Sistema Político Internacional (SPI) e como este condiciona os processos que nela se

desenvolvem, especialmente o ambiente estratégico no Golfo da Guiné; no nível intermédio (meso), apreciou-se a conjuntura geopolítica e geoestratégica da região do Golfo da Guiné, determinando os processos que nela ocorrem e se propagam de imediato ao ambiente sociopolítico angolano, principalmente ao seu quadro de segurança e defesa; e, no nível mais estreito (micro), observou-se e analisou-se as Bases do Poder nacional e o enquadramento estratégico do país em relação aos outros atores na região.

De posse de toda esta informação, foi então possível articular os conceitos operacionais antes referidos, para concluir-se sobre a posição estratégica de Angola no Golfo da Guiné.

1.3. Campo de observação

Beneficiando da situação excepcional proporcionada pela conjugação da condição de Consultor do Ministro das Relações Exteriores da República de Angola e de responsável pelo acompanhamento da situação no Golfo da Guiné, com o apoio das mais altas chefias do MIREX e do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, o campo de observação foi direcionado para o desempenho do país na região, especialmente no que se refere à materialização do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné e o funcionamento do Secretariado Executivo da organização daquele resultante, instalado no território angolano. A participação direta nos processos preparatórios dos processos deliberativos a todos os níveis da Comissão do Golfo da Guiné, permitiu a observação direta e a verificação do quadro teórico e estratégico desenvolvido pela investigação. Porém, observou-se também de modo diferido, a partir de investigação documental⁴⁰⁷.

Pelas razões já referidas, embora inicialmente se tenha procurado recorrer às técnicas de inquérito do tipo entrevista, esta aproximação formal revelou-se ineficaz tendo em consideração a natureza dos entrevistados. Desta forma optou-se por uma aproximação com recurso a reuniões formais e a conversas informais com responsáveis, especialistas e peritos dos países integrantes da CGG, assim como de países da região que ainda não

⁴⁰⁷ Resultante, sobretudo, da análise à documentação fundadora da organização, assim como à decisões dos seus órgãos de decisão, o Conselho de Ministros e a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

a integram, que permitiram colocar questões e obter ideias sobre possíveis generalizações. Desta forma, validaram-se os diversos conceitos em que se fundamenta o modelo proposto, de forma a considerar plausível a sua aplicação ao nível geral das relações internacionais e de defesa do país. Foram oito anos, três dos quais de intensa observação dos factos e de comparação e sistematização de resultados, conseguida, igualmente, à custa da participação nos processos de preparação de decisões sobre a região. Trabalhou-se em ambientes fascinantes, elaborando propostas de diversos documentos de política e de doutrina, negociando-os e revendo-os. Neles se incorporaram contributos estéticos e técnicos, tirando partido das inúmeras questões levantadas em conversas com os já referidos especialistas e peritos. Especialmente no MIREX, mas também ao nível dos órgãos relevantes da segurança e defesa nacional, e na própria CGG, testaram-se, refutaram-se e clarificaram-se quase todos os assuntos relativos ao modelo proposto na tese, ao serviço de realizações objectivas e concretas, beneficiando de críticas que lhe conferiram níveis de rigor científico e de realismo essenciais para que os resultados sejam credíveis, o modelo possa ser aceite pela comunidade científica e tenha utilidade para a defesa militar e as relações externas nacionais.

1.4. Comparação dos resultados

Da identificação, debate e desenvolvimento dos conceitos operacionais que sustentaram a investigação, especialmente os de espaço geopolítico, estratégia, base de poder e posição estratégica, essenciais ao processo de determinação da posição estratégica de Angola na região do Golfo da Guiné, esperava-se alcançar uma integração conceptual tão sólida, ampla e objectiva quanto possível e apresentar um entendimento geral sobre os limites da região geopolítica Golfo da Guiné; o atual conceito de integração regional considerando as condicionantes ao processo de desenvolvimento integrado da região; e a construção de um modelo de investigação que contribuísse ao entendimento do potencial papel e lugar de Angola no estabelecimento do quadro de paz e segurança necessário ao desenvolvimento integrado da região, que permitisse a proposta de um conjunto de princípios estratégicos de longo prazo que contribuíssem a enformar a tomada de decisão da política externa angolana em relação ao Golfo da Guiné, assim como determinar o objetivo atual de defesa nacional.

A integração do conceito de espaço geopolítico com os elementos essenciais da análise histórica da África subsaariana, satisfaz plenamente o objetivo pretendido de fixar os limites da região geopolítica do Golfo da Guiné, integrado, de Norte para Sul, pela Libéria, a Costa do Marfim, o Gana, o Togo, o Benim, a Nigéria, os Camarões, a Guiné Equatorial, o Gabão, o Congo, a RDC e Angola.

A partir dos conceitos identificados, debatidos e desenvolvidos, foi possível a apresentação de um entendimento específico sobre o conceito de integração regional do Golfo da Guiné, referido pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné. Neste quadro concluiu-se ser somente possível uma perspetiva de integração, que considere as vantagens comparativas dos Estados da região, numa perspetiva de complementaridade que observe a realidade das CER que nela confluem, adotando-se uma dinâmica de desenvolvimento que conjugue a internacionalização com o bem-estar e a competitividade do tecido empresarial, se existir um ambiente de paz e segurança que defenda e propicie o desenvolvimento. Logo, a investigação decidiu considerar a operacionalização do conceito de integração referido pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, como a transformação da região em «Zona de Paz e Segurança».

Da caracterização do processo de inserção da África subsaariana no Sistema Político Internacional, esperava-se identificar a forma como este influenciava a interação entre os Estados africanos, e evidenciar como o ambiente estratégico gerado influenciava por um lado, a possibilidade da região constituir-se numa entidade geopolítica consolidada e, por outro, o quadro geoestratégico da região. Isso foi plenamente alcançado ao determinar-se que o ambiente estratégico de África caracteriza-se pela instabilidade política; pela influência de entidades externas que manifestam os seus interesses de forma hegemónica e que interferem diretamente no quadro político de diversos Estados, especialmente os EUA e a França; pelo aumento exponencial da intervenção chinesa, até aqui de natureza socioeconómica, que é percebido pelas potências ocidentais como ameaça ao seu *status* no continente; assim como pelo regresso da Rússia ao continente. O quadro estratégico do continente condiciona o estabelecimento e a consolidação, no continente, de entidades que possam afirmar-se como atores político-estratégicos – tal é o caso da região geopolítica do Golfo da Guiné, objeto do estudo – uma vez que estas entidades são percebidas como ameaça pela estratégia global dos EUA, mas não só. Na verdade, mesmo que não podendo exercer qualquer hegemonia sobre o continente

africano, a consolidação da região geopolítica do Golfo da Guiné poderá debilitar consideravelmente a influência das entidades externas referidas no quadro da análise, ao elevar o grau de autoridade da região na política continental. De igual modo, o enquadramento da perspectiva de paz e segurança definida como pilar para o desenvolvimento integrado da região do Golfo da Guiné está condicionado, tanto pelo ambiente de paz e segurança do continente, como pelo facto da organização continental – a União Africana – não estar em condições de financiar a sua política, tendo de recorrer ao financiamento externo para o efeito.

O modelo de investigação desenvolvido – de Análise em Profundidade – baseou-se no quadro metodológico da perspectiva sistémica, introduzida nas ciências sociais por Talcott Parsons (1951). Neste âmbito, o modelo apreciou o objeto de análise no quadro da organização de relações de interação entre o agente e a situação na qual se encontra. Partiu-se do mais alargado leque de influências sobre o ambiente social objeto de estudo – o Golfo da Guiné, no nível meso – que se refletem sobre o agente – Angola, no nível micro – que pretende projetar-se naquele.

O modelo permitiu, por um lado, determinar a reação do agente, através de políticas e ações e, por outro, as condicionantes àquela reação, como refere a Figura 68.

Deste modo, tendo-se assumido a Estratégia como

«A ciência e arte de edificar, dispor e empregar as bases do poder⁴⁰⁸, num dado meio e tempo, para se materializarem os objetivos fixados pela política, superando problemas⁴⁰⁹ e explorando eventualidades⁴¹⁰»,

a investigação concluiu que a Posição Estratégica de Angola numa região, no caso o Golfo da Guiné, corresponde à

«Atitude que o país assume, resultante da sua posição geográfica e

⁴⁰⁸ A investigação adotou o conceito operacional de Base do Poder, que pretende expressar o resultado da aplicação das Fontes de Poder – incluindo o potencial gerado pelos recursos minerais. A Base do Poder da unidade política em análise manifesta-se através dos seus índices de desenvolvimento, especialmente daqueles elementos que compõem o IDH.

⁴⁰⁹ A investigação observou como Problemas, os confrontos que a unidade política tem que vencer para sobreviver e os obstáculos a que têm que fazer face os seus objetivos políticos, em oposição a interesses de outras entidades.

⁴¹⁰ Considerou-se como Eventualidades, as oportunidades – que se apresentam à materialização dos objetivos políticos preconizados; os apoios – que os objetivos políticos recebem; as neutralidades que se apresentam à materialização daqueles objetivos.

enquadramento estratégico, observada a qualidade e especificidade das suas bases do poder. A posição estratégica materializa-se através de Linhas de Força de Política Externa e de Defesa Nacional e determina o lugar e o papel do país numa região, considerado o sentido de alinhamento da conjuntura regional e internacional».

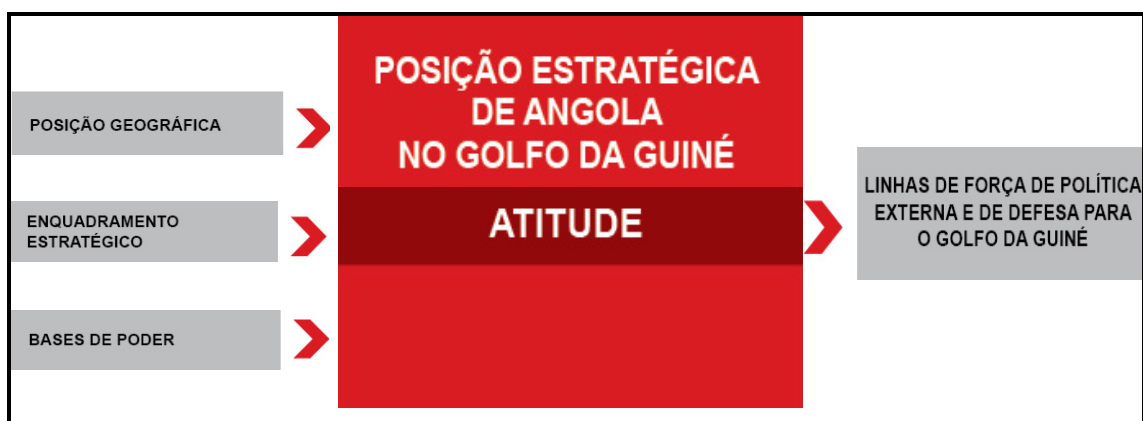


Figura 68 – A materialização da Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné

Assim, o Lugar que Angola pode ocupar e o Papel que pode desempenhar no quadro do desenvolvimento integrado do Golfo da Guiné, operacionalizado pela transformação da região em «Zona de Paz e Segurança», constitui uma função da sua Posição Estratégica. Deste modo, como representa a linha vermelha da Figura 69, teoricamente existe uma relação de proporcionalidade entre a «posição estratégica» e o potencial «papel e lugar» que o país assumirá nos processos que se desenvolvem na região.

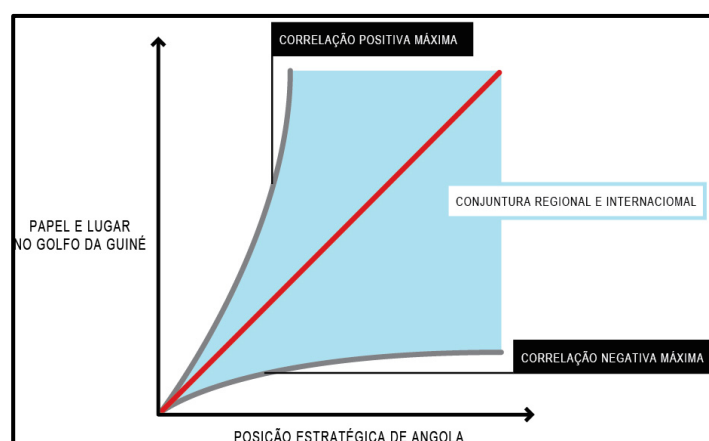


Figura 69 – Relação entre a Posição Estratégica de Angola e o seu papel e lugar na RGG

Contudo, conclui também a investigação que o real «papel e lugar» do país estará sempre condicionado, de forma positiva ou negativa, pelo sentido de alinhamento da conjuntura regional e internacional.

Com efeito, em momentos em que a conjuntura externa se apresenta favorável à manifestação da Posição Estratégica do país, gerar-se-á uma manifestação de papel e lugar proporcional a esta ou ainda superior, e vice-versa, como representa a parte azulada da Figura 69.

A investigação determinou um conceito estratégico de política externa de Angola na região, que se descreve do seguinte modo:

O Ministério das Relações Exteriores (MIREX), empregando as Missões Diplomáticas e Consulares nos países da região do Golfo da Guiné, assim como os organismos nacionais relevantes, designadamente da esfera da defesa nacional, desenvolve um conjunto de ações de carácter diplomático para projetar a perspectiva sobre a transformação da região em «zona de paz e segurança», baseada na visão holística desenvolvida na Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné. As ações do MIREX, que colocam a CGG no centro da estratégia para a materialização deste objetivo da região, estabelecem um quadro de cooperação bilateral e multilateral que, priorizando os Estados da região, incluem outros atores com interesse na mesma, nomeadamente, para além dos que exercem influência direta sobre aqueles, os países da margem oposta do Atlântico Sul e a República Popular da China. As ações do MIREX criam as condições para a materialização da perspectiva do desenvolvimento harmonioso da região através da definição de políticas comuns, nomeadamente nos domínios da exploração dos hidrocarbonetos, recursos haliêuticos e minerais e o ambiente.

De igual modo, tendo a investigação determinado que os objetivos nacionais atuais para a região são (i) Eliminar a pirataria marítima e o roubo à mão no mar do Golfo da Guiné e (ii) Manter o controlo efetivo das fronteiras terrestres, definiu-se o conceito estratégico para a defesa nacional relativamente à região expresso como:

O Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, através do

Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas e outros organismos nacionais relevantes, designadamente da esfera da segurança nacional e da diplomacia, desenvolve um conjunto de ações de carácter de defesa para projetar a perspectiva sobre a transformação da região em «zona de paz e segurança», baseada na visão holística desenvolvida na Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné. Estas ações podem estar incluídas num quadro de cooperação bilateral e/ou multilateral que, priorizando os Estados da região, considera a inclusão de outros atores com interesse na mesma. As ações de defesa preconizadas criam as condições para a materialização da perspectiva do desenvolvimento harmonioso da região através da eliminação da pirataria e do roubo à mão armada na região, assim como da estabilidade das fronteiras nacionais.

2. Contributos para o conhecimento

2.1. O que se sabe mais

Em termos gerais, a tese permite perceber melhor como integrar a investigação científica na elaboração da estratégia de projeção do país numa determinada região, no quadro da atuação internacional de um Estado democrático moderno. Contribui, igualmente, para apresentar a importância do campo dos estudos estratégicos para a África subsaariana. Neste contexto, a tese faculta mais conhecimento sobre os estudos estratégicos, matéria complexa, cuja abordagem em relação a África subsaariana é esporádica, podendo afirmar-se que dele se encontra arredada, assim como da teoria das relações internacionais e da geopolítica. Nele podem, futuramente, ser incorporados diversos contributos dos conceitos operacionais e do modelo de análise identificados, desenvolvidos e debatidos, de forma a obter maior sustentação teórica e melhor rigor metodológico.

O incremento da sustentação teórica é proporcionado pela identificação, debate e desenvolvimento dos conceitos operacionais que a experiência pessoal levou a considerar como essenciais ao processo de estudo da projeção nacional. Neste contexto, é aprofundada a análise sobre os conceitos de estratégia, de forma a definir-lhe o conteúdo e as funções no contexto de uma estratégia de projeção nacional em ambiente

democrático. A investigação aborda ainda a complementaridade das concepções particulares da estratégia, como *plano*, *manobra*, *modelo comportamental*, *posição* e *perspectiva*, para alcançar o conceito de Posição Estratégica. De igual modo, a investigação pormenoriza a análise e identifica as questões a resolver, relativas à preparação e ao emprego do poder nacional, para alcançar o conceito operacional de Base do Poder. Relativamente ao conceito de posição estratégica, apresenta os elementos que lhe dão corpo, assim como aqueles com base nos quais se desenvolve. Analogamente, sobre o conceito operacional de Base do Poder, apesar da sua complexidade, clarifica as diferenças do mesmo em relação ao de fonte de poder. Ainda no campo do incremento da sustentação teórica, a investigação clarifica o conceito de integração regional usado pelo Tratado da Comissão do Golfo da Guiné.

A melhoria do rigor metodológico é proporcionada pelo desenvolvimento do Modelo de Análise em Profundidade, que parte do nível macro para alcançar o nível micro da problemática em estudo. Quanto ao modelo de análise, o acréscimo de rigor metodológico é também resultante da aplicação do modelo de análise geopolítica desenvolvido pelo IESM. A caracterização dos fenómenos a analisar em associação direta a este modelo de análise geopolítica, permitiu aprofundar o conhecimento sobre as suas principais deficiências conceptuais e processuais, e, ainda que de forma não expressa, evidenciar as possibilidades do seu aperfeiçoamento. A partir do modelo de planeamento estratégico desenvolvido por Silva Ribeiro, foi caracterizado o processo de planeamento de política de defesa nacional, pormenorizando-se os parâmetros das análises interna e externa, bem como o estudo dos objectivos nacionais, para apresentar algumas linhas de ação estratégicas. No caso do planeamento operacional foram detalhadas algumas capacidades críticas a desenvolver pelas FAA, que poderiam caracterizar a sua transformação estrutural, genética e operacional no quadro do processo de reedificação em curso.

2.2. O que se sabe de novo

Em termos gerais, a investigação permitiu conceber um novo modelo de elaboração de investigação, que integra os progressos alcançados nas últimas décadas nos conceitos operacionais da elaboração estratégica e nas regras básicas e técnicas aplicadas em conhecidos modelos de elaboração política, de planeamento estratégico e de gestão

estratégica, de forma a contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico a um processo que, na África subsaariana, é atualmente demasiado elementar e está muito baseado na experiência de vida dos seus executantes.

Neste âmbito, a investigação apresenta uma adaptação ao conceito de Estratégia de Silva Ribeiro, definindo-a como *a ciência e arte de edificar, dispor e empregar as bases do poder, num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades*. Ela apresenta também um conceito próprio para Posição Estratégica, definida como *a atitude que o país assume, resultante da sua posição geográfica e enquadramento geoestratégico, observada a qualidade e especificidade das bases do poder. A posição estratégica materializa-se através de Linhas de Força de Política Externa e de Defesa Nacional e determina o lugar e o papel do país numa região*.

A investigação propõe os limites para a região do Golfo da Guiné, destinados a orientar o processo do seu desenvolvimento e consolidação.

Por outro lado, apresenta um novo conceito estratégico para as relações de Angola na região e, decorrente dele, as linhas de força para enformar a política externa do país relativa à região. O conceito estratégico e as linhas de força, contribuem para otimizar a eficácia na utilização dos meios para a materialização dos objectivos visados, considerando as bases do poder nacional, desfrutando das melhores condições de meio e tempo para superar os problemas e explorar as eventualidades que se apresentam. Também são relevantes para a formação e para o treino de estrategistas, em jogos de simulação destinados a proporcionar uma educação útil para o desempenho das suas funções.

É apresentada uma fundamentação estratégica inovadora para as categorias das relações internacionais, resultante da associação de diferentes tipos de atores, ações, objectivos, ameaças, manifestações, caracterizações, resultados, reações e consequências. Desta forma, clarifica-se que há níveis distintos de emprego do potencial estratégico do país, útil para diferenciar o emprego da estratégia em função dos atores e situações.

A inovação no rigor metodológico é proporcionada pelo emprego do modelo de análise

em profundidade. As originalidades metodológicas que o novo modelo de elaboração da estratégia de projeção nacional em ambiente democrático proporciona são diversas. No âmbito da fase de análise, é apresentado o processo para a sua dedução, a partir dos móveis políticos fundamentados no quadro histórico dos atores, e na filosofia política e argumentos políticos estruturados sobre a explicação da conjuntura e a sua evolução. Neste contexto, realça-se a explicação do processo que utiliza os móveis políticos e os argumentos políticos de forma a ser conhecidas as condicionantes à materialização dos objectivos nacionais permanentes próprios, considerando os cenários internacionais mais prováveis com os futuros nacionais possíveis. Neste ciclo tem relevância o facto de a investigação propor uma forma sistematizada de realizar o enquadramento estratégico nacional, e de explicar o processo da sua elaboração a partir da apreciação da situação internacional e da situação nacional. No ciclo da estratégia, tem relevância que a investigação caracteriza o respectivo processo de elaboração a partir dos objectivos nacionais permanentes, tendo presente o quadro de interesses dos atores na região. Salienta-se, igualmente, a decomposição dos objectivos nacionais permanentes em objectivos nacionais atuais, a partir dos resultados da apreciação da base do poder nacional em interação com os obstáculos, oportunidades e neutralidades que se apresentam. A inovação no rigor metodológico é ainda proporcionada pela definição das linhas de força da política externa a partir de um conceito estratégico baseado em pressupostos assentes nos móveis políticos e argumentos dos atores na região.

2.3. Análise crítica e trabalhos futuros

Realça-se este aspecto, para que as falhas identificadas não sejam imputadas por incapacidade de desenvolver o raciocínio, mas sejam percebidas como resultantes da opção de focar a atenção na defesa nacional e na política externa. Ainda assim, espera-se, no futuro, continuar a aprofundar o tema à luz de maior experiência e reflexão, para que a África subsaariana ocupe o seu verdadeiro lugar no quadro das teorias da Ciência Política, designadamente da Estratégia e da Geopolítica/Geoestratégia, assim como das Relações Internacionais.

O modelo proposto possui um vasto campo de aplicação prática na elaboração da estratégia de relações externas e de defesa. Pode não ter a mesma utilidade noutras áreas funcionais externas à componente de relações externas e de defesa militar nacional.

Pode, até, não ajudar a atividade de todos os estrategistas, da mesma forma que uma boa carta náutica serve um navegador experimentado. Espera-se, no entanto, que tenha uma utilidade semelhante àquela que os antepassados africanos davam aos corpos celestes ou aos sinais de terra – orientação sobre o caminho a seguir.

Por outro lado, a título de trabalho futuro, sugere-se ainda a determinação de linhas de ação concretas que permitam operacionalizar as linhas de força propostas, assim como o revisitar constante do estado das bases do poder nacional com vista a identificar o potencial alargamento dos ONA.

3. Contributos de ordem prática

Esta tese permitiu entender que a localização geográfica de Angola não é mais do que uma componente do que se pode perceber como sua Posição Estratégica na região do Golfo da Guiné; do mesmo modo que os seus recursos minerais e outros fatores a que se designa fontes do poder, somente constituem real factor de poder na medida em que, o adequado aproveitamento da sua exploração e transformação, crie a Base de um Poder nacional sustentado. No caso, a tese permitiu alertar para o facto de que, o país tem muito a realizar para alcançar o nível de uma parte importante dos países da região, particularmente no que se refere a prestação comportamental; e que, o adequado aproveitamento das fontes materiais de poder disponíveis, garante o desenvolvimento nacional. Neste quadro, especialmente, a tese alerta para o facto de, com menos PIB *per capita*, e com menor densidade em pessoal de saúde, alguns países alcançarem resultados que lhes conferem um índice de desenvolvimento melhor, particularmente em educação e saúde.

Ela contribuiu ainda, em resposta à questão central da investigação, à percepção de que o lugar reservado à República de Angola no processo de estabelecimento do quadro de paz e segurança em que assenta o desenvolvimento integrado da região do Golfo da Guiné, é central, dadas as fortalezas de que dispõe, designadamente a sua estabilidade sociopolítica, a qualidade da sua diplomacia e das Forças Armadas e, especialmente, o sentido de soberania do Estado e a confiança nacional e credibilidade internacional do seu Presidente. Contudo, o papel que pode desempenhar no processo, é ainda limitado, em consequência do estado de desenvolvimento da sua base do poder. Deste modo, a investigação contribuiu ao entendimento de que a posição estratégica de Angola no

Golfo da Guiné, enquanto atitude, é modesta. Porém, a conjuntura estratégica regional favorável e a estratégia dos atores externos com interesse na região permite perceber um papel mais acentuado do país na atualidade. Com efeito, ao não estar assente numa base de poder forte, que permita ao país desenhar, desenvolver e sustentar uma estratégia para materializar objetivos próprios, o papel de Angola na região tem sido funcional. As linhas de força de política externa e de defesa nacional propostas, com base nos Objetivos Nacionais Atuais determinados, constituem um contributo ao estabelecimento de ações que correspondem ao poder real do país.

Tendo a tese contribuído ainda para a compreensão de que, não sendo possível o desenvolvimento sem a segurança, confirmou que, como referiu o Presidente José Eduardo dos Santos (2008), «temos que ser capazes de defender o espaço em que nos encontramos, para garantir o desenvolvimento da região». Contudo, como alertou o Professor Adriano Moreira (1988), «a defesa tem um carácter global que deve traduzir-se, operacionalmente, na cooperação racionalizada de todos os aparelhos administrativos públicos e privados, e deve traduzir-se, a nível da direção política, na intervenção convergente e consensual dos órgãos de soberania». Isto deve ocorrer no quadro de uma estratégia afastada de pressupostos imaginados pois, na falta de uma estratégia vingará a daquelas entidades que – com interesses na região – possuem uma, em que surgem como os primeiros, quando não os únicos beneficiários, transformando os outros em *Estados-guarnição*, ou seja, «em representação (quase) exclusiva, nas suas regiões, dos interesses de multinacionais (e de eventuais potências) que os apoiam» (VENÂNCIO, 2009: 101).

Para a materialização do conceito estratégico da política externa de Angola na região, foram propostas as seguintes linhas de força:

- (i) Deixar que as forças internas dos países da região se desenvolvam naturalmente para alterar o *status quo*, em vez de exercer um papel catequista. Contudo, Angola pode, com o seu exemplo e capacidade de manifestar solidariedade, contribuir para o sentido de independência e soberania desses países.
- (ii) Interpretando os papéis dos EUA e da França na região, conduzir a abertura de um quadro bilateral de discussão dos problemas da região, com vista ao

estabelecimento de uma estratégia de cooperação que sirva ao objetivo estratégico de eliminar a pirataria marítima na região.

- (iii) Exercer influência para a integração na Comissão do Golfo da Guiné dos países da região que ainda não são membros. E, no âmbito desta, influenciar para a constituição de um núcleo geopolítico de responsabilidade repartida, encarregado da agregação da região em torno dos seus problemas comuns e do estabelecimento de uma parceria dinâmica com a CEEAC, a CEDEAO e a SADC. Para além de Angola, integram o núcleo o Gana, a Guiné Equatorial e a Nigéria.
- (iv) Integrar o Brasil e a China na sua estratégia, aproveitando a oportunidade e/ou neutralidade que podem representar as estratégias destes países para a região. Neste quadro, encetar uma discussão bilateral com a República Popular da China com vista a clarificar o papel de cada uma na estratégia, tendo como objetivo específico a proteção das áreas marítimas sob sua responsabilidade, no âmbito do objetivo de transformar a região numa zona livre da pirataria e insegurança no mar.
- (v) Num âmbito mais alargado, buscar o estreitamento da cooperação com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), no quadro do reforço da capacidade de defesa e de intervenção externa do país para a materialização dos objetivos nacionais atuais relativos ao Golfo da Guiné.
- (vi) Reforçar o papel junto da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), com vista a vigiar e, na medida do possível, exercer controle, sobre o elevado risco de contágio do ambiente de conflito na região central do continente, e na região dos Grandes Lagos. Neste âmbito, levar a questão da segurança destas regiões à agenda das organizações internacionais a que pertence.
- (vii) Exercer influência no sentido do estabelecimento de um mecanismo que assegure a partilha mutuamente responsável dos rios e bacias hidrográficas comuns na região. A proteção da quantidade e qualidade dos rios e bacias hidrográficas da região, para além de assegurar a saúde e desenvolvimento das populações, evitará o surgimento de conflitos entre os países. Este mecanismo, baseado na Convenção das Nações Unidas para os Cursos de Água, deve conduzir ao estabelecimento da Convenção do Golfo da Guiné

sobre a Gestão Comum dos Rios e Lagos Regionais e Internacionais, que, entre outros, deve considerar: a prevenção contra a poluição das águas pela utilização de pesticidas agrícolas e de outro tipo, pela descarga de lixos, ou outras práticas e desastres; a prevenção contra as inundações; a adaptação à mudança climática. Neste âmbito devem ser considerados como prioridade, os rios: Zaire/Congo e sua bacia hidrográfica, que serve Angola, RDC e o Congo; Benue, que serve a Nigéria e os Camarões; Ogoué, que serve o Congo e o Gabão. Neste mesmo quadro deve enquadrar-se o Lago que, servindo diretamente a Nigéria e os Camarões, está a ser fortemente afetado pelas mudanças climáticas.

- (viii) Continuar a desenvolver esforços para dirimir os potenciais conflitos de fronteira, incluindo marítimas, na região. E, especialmente com a RDC e o Congo, dinamizar o funcionamento das Comissões Mistas bilaterais com vista ao estabelecimento de uma «Zona de Desenvolvimento Comum da Região do Congo» (ZDC), utilizando as vantagens competitivas complementares dos três países.
- (ix) Apoiar um potencial plano que ajude S. Tomé e Príncipe a desenvolver a sua soberania, sem interferir nas disputas entre as suas elites nacionais.

De igual modo, para materializar o conceito estratégico de defesa nacional para a região, propuseram-se as seguintes linhas de força:

- (i) A *Dissuasão*, baseada na preservação da paz através do exercício do poder em todos os âmbitos de atuação do Estado. Ela impedirá a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas territoriais e a violação do espaço aéreo nacional. Somente será credível se o país dispuser de uma capacidade militar nacional eficaz.
- (ii) A *Cooperação*, que responde à impossibilidade do país enfrentar isoladamente, com êxito garantido, as ameaças e riscos identificados que, para além de crescerem em complexidade, estão cada vez mais interligados. A cooperação ajudará também a afastar a sombra de conflitos, assegurando a comunicação, a coordenação e a convergência de esforços no campo dos interesses comuns.

- (iii) A *Prevenção*, que consiste na ação encaminhada a evitar que tensões, instabilidade e crises se transformem em conflitos e, caso eles ocorram, conseguir contê-los nas suas primeiras fases e locais de ocorrência.
- A prevenção implica a atuação em momento oportuno e de maneira *ad hoc* ante situações específicas, através da combinação adequada de instrumentos políticos, diplomáticos, económicos e militares. Assim mesmo, desde o ponto de vista militar, implica dotar as Forças Armadas de capacidade de vigilância em terra, mar e ar, mobilidade e presença.
- (iv) A *Projeção da Estabilidade*, consubstanciada na capacidade de exercer influência em regiões fora do Território Nacional, com o fim de reduzir tensões e garantir estabilidade.
- A participação em Missões de Paz será uma forma de projetar estabilidade e, do mesmo modo, projetar a imagem da capacidade do país em assegurar a sua integridade territorial.
- (v) A *Resposta*, correspondendo à capacidade de reagir de forma adequada, ante qualquer ato de agressão contra os interesses nacionais, quer no Território Nacional, quer no espaço da África Central, da Austral e do Golfo da Guiné.
- A capacidade das FAA para atender às necessidades no quadro das atividades de busca e salvamento, nos espaços de sua responsabilidade nacional e internacional, corresponde também à sua capacidade de Resposta.

A consideração de que a Posição Estratégica do país na região depende da qualidade e especificidade da base do poder nacional e do enquadramento estratégico, conduziu à conclusão de que, para poder manifestar uma posição estratégica credível e sustentada, *Angola deve desenvolver um «poder profundo». Este poder, que vem de dentro, onde está enraizado, assenta em valores e ética que se estabelecem como cultura do Estado, definindo como o Poder deve ser usado, e fornecendo um enquadramento para as ações dos órgãos do Estado. O equilíbrio do «poder profundo» assenta na existência de um poder político, económico e militar em quantidade e qualidade adequada, e com atuação mutuamente apoiante.*

A elevação da Base do Poder nacional, a correção das vulnerabilidades referidas e outras que surjam, deve priorizar: (i) O aumento da qualidade do ensino primário; (ii) O estímulo à investigação científica; (iii) O estímulo ao aumento da produtividade das

áreas agrícolas; (iv) A gestão equilibrada e eficaz dos recursos hídricos; (v) O desenvolvimento de uma política energética; (vi) O desenvolvimento da indústria militar; e (vii) A alteração dos comportamentos geradores de ineficácia das políticas e ações tendentes ao desenvolvimento.

Finalmente, para que seja possível a aplicação prática dos resultados desta investigação, parece indispensável perceber, e ter presente, três ordens de precauções. A primeira precaução relaciona-se com o facto de a lógica condicionar tudo o que suscita disputa. Nestas circunstâncias, à confrontação de vontades não se aplica a lógica do senso comum, que privilegia a consistência e a coerência das ações. Por isso, especialmente nos casos em que se trate do emprego da força militar, deve ter-se o máximo cuidado em evitar que a lógica linear de pensamento, associada a situações prolongadas de tempo de paz, desenvolva o efeito de estabelecer critérios de eficiência enganadores. A segunda precaução está associada ao facto de a prossecução do sucesso na guerra ou na paz, não depender de instintos. Está cada vez mais ligada a métodos que orientem a ação em direção aos objectivos, garantam a sustentação e permitam o controlo e a avaliação necessários para evitar excessos e corrigir o sentido da ação. A terceira precaução é imposta pela necessidade de evidenciar, anular ou reduzir os erros que podem resultar de tomadas de decisão sectoriais (enquanto outros sectores as ignoram), ou de se perseguir o sucesso numa só dimensão da força nacional. A ação estratégica do Estado é integral e, como tal, embora a sua elaboração possa ser estudada a nível particular, como esta tese evidencia, a aplicação prática não dispensa a preparação e o emprego da força nacional como um todo.

Lisboa, 13 de Junho de 2014.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras

- ABRAMOVICI P. (2004) Sob Nova Ocupação. Available from: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1120&PHPSESSID=>.
- AGIR ICI-SURVIE (1996) *France Cameroun, Croisement Dangereux*. Dossiers Noirs de la Politique Africaine de la France, Paris: L'Harmattan.
- ALDEN C (2005) China in Africa. *Survival: Global Politics and Strategy*.
- ALMEIDA P.F.A.V. de (1994) *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.
- ALMEIDA E.C. (2004) *ÁFRICA: Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*. Azeitão, Portugal: Autonomia 27.
- AMADO L. (2013) A Crise, a Esquerda e a Globalização. In: *À Esquerda da Crise*, Lisboa: Assírio Bacelar, pp. 23–34.
- ANTÓNIO L.M. (2009) O islão em Angola. *ASSUNTOS ISLAMICOS*, Available from: lukissambala.no.comunidades.net.
- ARKHANGELSKAYA A. and SHUBIN V. (2013) Russia Africa's Policy. In: Johannesburg: SIIA - South African Institute for International Affairs.
- ARNOLETTO E.J. (2007) *Glosario de Conceptos Políticos Usuales*. EUMEDNET.
- ARON R. (1966) *Democracia e Totalitarismo*. 2nd ed. Lisboa: Presença.
- ASSAM A.E. (2012) Presentation by the Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the Federal Republic of Nigeria in the Russian Federation. Institute for African Studies, Moscow.
- BACKHEUSER E.A. (1952) *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Biblioteca do Exército.
- BAGAYOKO-PENONE N. (2003) *Afrique: Les Stratégies Française et Américaine*. Paris: L'Harmattan.
- BALASSA B. (1982) *Teoria da Integração Económica*. 3rd ed. Porto, Portugal: Clássica Editora.
- BANGOURA D. (2013) Les Armées Africaines Face au Défi Démocratique. *Afrology Dossiers*.
- BANK A.D. (2011) Russia's Engagement With Africa. *The African Development Bank Group - Chief Economist Complex*.

- BARRENTO A. (2010) *Da Estratégia*. Tribuna.
- BAYART J-F. (1992) France-Afrique: aider moins pour mieux aider. *Politique Internationale*.
- BENDER G. (1978) *Angola Under the Portuguese*. Londres: Heinemann.
- BERTAUX P. (1978) *África: Desde la Prehistoria Hasta los Estados Actuales*. México: Siglo Veintiuno.
- BES (2013) International Support Kit of Opportunities. BES, Available from: <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=b52d0110-7982-4a27-a351-11bf35961acc> (accessed 6 June 2014).
- BETI M. (2006) *La France Contre l'Afrique, Retour au Cameroun*. Paris: La Découverte.
- BIRMINGHAM D. (1966) *The Portuguese Conquest of Angola*. Londres: Oxford University Press.
- BOAHEN A.A. (1979) *Ghana Evolution and Change in the 19th and 20th Century*. London: Longman Group United Kingdom.
- BOBBIO N. (2000) *Teoria Geral da Política: A filosofia e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.
- BOBBIO N., MATTEUCCI N. and PASQUINO G. (2000) *Dicionário de Política*. Imprensa Oficial do Estado. S. Paulo, Brasil: UNB.
- BOOTH K. (1990) *The Concept of Strategic Culture Affirmed*. Strategic Power:USA/USSR, New York: S. Martins Press.
- BOOTH K. and TROOD R. (1999) *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. London: MacMillan Press Ltd.
- BOUDON R. and LAZARSFIELD P (1965) *Le Vocabulaire des Sciences Sociales*. Paris: Mouton.
- BOURDIEU P. and PASSERON J-C (1968) *Le Métier de la Sociologie*. Paris: Mouton.
- BRETTON H.L. (1973) *Power and Politics in Africa*. Aldine Publisher Co.
- BRZEZINSKY Z. (1997) *The Grand Chessboard*. New York.
- BUZAN B. (1991) *People, State and Fear. An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*.
- CABECHE A. and SMITH D. (2013) Angola Accused of Banning Islam as Mosques Closed. *The Guardian*.
- CABRAL A. (1976) *A Arma da teoria - Unidade e Luta*. Obras Escolhidas, Lisboa: Seara Nova.

- CAETANO M.J.N.A. (1954) *Os Nativos na Economia Africana*. Coimbra: Coimbra Edições.
- CARNEIRO E. (2012) *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsaariana*. Lisboa: Principia.
- CASTEX R. (1938) *Teorias Estratégicas*. Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval.
- CASTRO R.H. de (2010) *Evolución del Concepto de Interés Nacional*. Madrid: Ministério de Defensa - Centro Superior de Estudios de Defensa.
- CÉLÈRIER P. (1983) *Geopolitique et geostrategie*. IV. Buenos Aires: Editorial Pleamar.
- CERVERA R.C. (1991) *Relaciones Internacionales*. Ciencias Sociales. Madrid: Ediciones Ciências Sociales.
- CERVO A.L. and BUENO C. (2008) *História da Política Exterior do Brasil*. III. Brasília: Universidade de Brasília.
- CHARNAY J-P. (1990) *Critique de la Stratégie*. Paris: L'Herne.
- CHAUPRADE A. (1999) *Introduction à l'analyse géopolitique*. Paris: Ellipses.
- CHECA-ARTASU M.M. (2011) La República Popular China en el África subsahariana. Notas de uma relación geoeconómica contemporánea. *México y la Cuenca del Pacífico*, 14(40), 43–73.
- CHIPMAN J. (1992) *The Future of Strategic Studies: Beyond Grand Strategy*. Washington DC: Survival.
- CHURCHILL W.S. (1948) *The Gathering Storm*. London: Cassel & Co. Ltd.
- CISSE Y. (2001) *Droit Des Espaces Maritimes et Enjeux Africains*. Montreal, Canadá: Wilson & Lafleur Ltée.
- CLOUGH M. (1992) Free at Last? United States Foreign Policy toward Africa and the End of Cold War. Council of Foreign Relations.
- COHEN S.B. (1963) *Geography and Politics in a Divided World*. Londres: Random House.
- COHEN S.B. (2003) *Geopolitics of the World System*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- CORDELL D.D. and GREGORY J.W. (1994) *African Population and Capitalism (A Historical Perspectives)*. University of Wisconsin Press.
- COSTA D., MACHADO L.W., NICOLAU M.C., et al. (2013) *África e a Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil: Capax Dei Editora, Ltda.

- COUTAU-BÉGARIE H. (1999) *Traité de Stratégie*. 2nd ed. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- COUTO F.C. (1988) *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAM.
- COX R. (1996) *Approches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- David C-P. (2001) *A Guerra e a Paz - Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Paris: Instituto PIAGET.
- DAVIDSON B. (1984) Portuguese-speaking Africa. In: *The Cambridge History of Africa. Michael Crowder (org.)*, Cambridge University Press, pp. 755–806.
- DAVIDSON B. (1994) *Modern Africa: A Social and Political History*. 3rd ed. Pearson Education Asia Pte, Ltd.
- DEEN E.S. (2013) *AFRICOM: Protecting US Interest disguised as «military partnership»*. Al Jazeera Center for Studies, Available from: <http://studies.aljazeera.net/en> (accessed 20 March 2014).
- DEICH T. (2003) *Africa in the Foreign Policy Priorities of Russia*. Moscovo: Institut Afrik.
- DEMBÉLÉ D.M. (2010) Le franc Cfa en sursis. *Le Monde Diplomatique*.
- DEUTSCH K. (1957) *Political community and the North Atlantic Area*. Princeton University Press.
- DEZOBRY L.C., BACHELET T and DARSY E. (1888) *Dictionnaire Général de Biographie et d'Histoire, de Mythologie, de Géographie Ancienne et Moderne Comparée, des Antiquités et des Institutions Grecques, Romaines, Françaises et Étrangères*. Paris: Delagrave.
- DOUGHERTY J.E. and PFALTZGRAFF, Jr. R.L. (2003) *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- DUFRENOT G. (2012) Le franc Cfa face aux turbulences de la zone euro. *Géopolitique Africaine*.
- DUGUIT L. (1939) *Os Elementos do Estado*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- DUNN K.C. and SHAW T.M. (2001) *Africa's Challenge to International Relations Theory*. Palgrave Macmillan.
- DZUREK D.J. (1999) GULF OF GUINEA BOUNDARY DISPUTES. *IBRU Boundary and Security Bulletin*.
- EASTON D. (1960) *The Political System*. New York.
- EGHOSA E.O. and SUBERU T.R. (2005) *A History of Identities, Violence and Stability in Nigeria*. Oxford University, London.

- ÉLA J-M. (2009) *Le Pape Doit Dire au Cameroun: Il faut que ça change ici*.
- ELISA D. (1970) *All Africa: All Its Political Entities of Independent Or Other Status*. New York: Hasting House.
- Encyclopaedia Britannica (2011).
- ESCORREGA L.F. (2010) *Intervenções Militares e Presença Militar Estrangeira. Defesa e Segurança*.
- ESTEVES D. (2008) *Relações de Cooperação China-África: o Caso de Angola*. Coimbra: Almedina.
- FAAN (2012) *Agostinho Neto e a Libertação de Angola, 1949-1974, Arquivos da PIDE-DGS*. Lisboa: Fundação Agostinho Neto.
- FAES G. (1992) Western dans le pré carré: la guéguerre des diplomates. *Jeune Afrique*.
- FAGE J.D. (2010) *História da África*. Lisboa: Edições 70.
- FAILLY D. (2001) Coltan: pour comprendre. In: *L'Annuaire des Grands Lacs*, Paris: L'Harmattan, pp. 3–27.
- FARIA J.V. (2008) Crime Organizado e Terrorismo no Sahel. *Jornal do Exército, Brasil*.
- FONTOURA L. (2006) O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline. In: Lisboa, p. 39.
- FONTOURA L.O. (2005) A Cooperação Internacional. In: SG Lisboa.
- FONTOURA L.O. (2013) *Segurança e Defesa Nacional: Um Conceito Estratégico*. Lisboa: Almedina.
- FOUQUOIRE É. (1983) Désarmement et Sécurité dans la Politique Extérieur Chinoise. *Défense Nationale*.
- FRANKEL J. (1969) *International Relations*. II. London: Oxford University Press.
- FRIEDMAN G. (2012) *A Próxima Década*. Lisboa: Dom Quixote.
- GALTUNG J. (1969) Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191.
- GALTUNG J. (1990) Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), 291–305.
- GERSHONY Y. (1992) The United States and Africa - The Fundamentals of a One-Dimensional Policy. *Asian and African Studies*.
- GIORDANI M.C. (1985) *História da África Anterior aos Descobrimentos*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- GLAZEBROOK D (2012) The Imperial Agenda of US's Africa Command. *The Guardian*, 16th June.

- GODET M. (1985) *Prospective et Planification Stratégique*. Paris: Económica.
- GODFRAIN J. (1998) *L'Afrique Notre Avenir*. Paris: Michel Lafon.
- GONIDEC P.F. (1993) *L'OUA Trente Ans Après*. Paris: Karthala.
- GRAMA (2003) *La Route Commerciale du Coltan Congolais: Une Enquête*. Université Québec, Montreal.
- GRAY C.S. (1982) *Strategic Studies and Public Policy: The American Experience*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- GRAY C.S. (1986) *Maritime Strategy, Geopolitics, and the Defense of the West*. Natl Strategy Information.
- GUEDES A.M. (2005) *Sociedade Civil e Estado em Angola - O Estado e a Sociedade Civil Sobreviverão Um ao Outro?* Lisboa: Almedina.
- GUEDES A.M. (2011) As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força na Política Externa de Angola, 1975 - 2002. In: *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Lisboa: QUID JURIS?, pp. 21–72.
- GUILLON M. (2005) *La Mosaïque des Migrations Africaines*. *Esprit*.
- HALLETT R. (1974) *África Since 1875: A Modern History*. Michigan, USA: University of Michigan.
- HARBESON J.W. and ROTHCHILD D (2008) *Africa in World Politics: Reforming Political Order*. Boulder: Westview Press.
- HARMAN S. and BROWN W. (2013) In From the Margins? The Changing Place of Africa in International Relations. *International Affairs*.
- HEGEL G. (1928) *Filosofia de la história universal*. Madrid: Revista de Occidente.
- HERBST J. (2000) *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*. Princeton University Press.
- HERNANDEZ L.L. (2005) *A África na sala de aula*. S. Paulo, Brasil: Selo Negro.
- HILL C. (2003) *The Changing Politics of Foreign Policy*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- HOLSTI K.J. (1992) *International Politics: A Framework for Analysis*. 5th ed. New Jersey: Prentice Hall International.
- HOLSTI K.J. (1996) *The State, War, and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLZMANN G. (1995) Dilemas Actuales de la Integración. Um enfoque desde la Ciência Política. *Revista Política Y Estratégica*.

- HONG-MING Z-H-M (n.d.) *A Política Chinesa na África*. Available from: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/china/10.rtf.
- HUGON P. (2009) *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV de Bolso.
- IAM I de AEM (1993) *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica (ME 71-00-08*. Lisboa: IAM.
- ICC ICG (2012) The Gulf of Guinea: The New Danger Zone. International Crisis Group, Available from: www.icc-ccs.org.
- IRUJO J.M. (2007) Al Qaeda entrena en el desierto del sahel a yihadistas reclutados em España. *El País, Madrid*.
- JEUNE AFRIQUE (2012a) Chine-Afrique: Echanges Commerciaux en Fort Croissance. *Jeune Afrique*.
- JEUNE AFRIQUE (2012b) La Chine Double le Montant de Ses Prêts en Afrique à 20 Milliards de Dollars. *Jeune Afrique*.
- JIJUN L. (1997) On Strategic Culture. *China Military Science*.
- JOHNSTON A.I. (1997) *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Princeton University Press.
- Joseph S. Jr. NYE (2009) *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. S. Paulo, Brasil: Editora Gente.
- JOYEUX A. (2011) La Montée en Puissance de la Chine. In: Montpellier, France: Defense AC.
- KABUNDA M.B. (1995) Europa-África o relaciones de dependencia multidimensional institucionalizada. *Revista de África y Medio Oriente*.
- KABUNDA M.B. (2012) LA POLÍTICA AFRICANA DE FRANCIA: RUPTURAS Y CONTINUIDADES DEL NEOCOLONIALISMO. *Astrolabio: Nueva Época*, Available from: revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio (accessed 6 June 2014).
- KAKDEU L-M (2014) Le Philosophe Mono Ndjana Refuse de Penser la Tolérance Ethnique et Politique. *Cameroon-Info.Net*.
- KATZENSTEIN P. (1990) *Analyzing Changes in International Politics*. Federal Republic of Germany.
- KI-ZERBO J. (1999) *História da África Negra*. Mira-Sintra, Portugal: Europa-América.
- KI-ZERBO J (2006) *Para quando África? Entrevista de René Holenstein*. Questões Mundiais, Porto, Portugal: Campo das Letras.

- KILOSHO B. (2006) *Le Commerce Internationale du Contan, quelle Utilité Sociale pour la Population Locale du Nord et Sud Kivu en RDC.*; Bujumbura, Burundi: Univerité CEPROMEC.
- KONINGS P. and NYAMNJOH FB (2000) Construction and Deconstruction: Anglophones or Autochtones? *The African Anthropologist*.
- KORNBLUH P. and KLARE M (1988) *Low Intensity Warfare*. Pantheon Books.
- KRAUSE K. and WILLIAMS M. (1997) *Critical Security Studies. Concepts and Cases*. Minneapolis: Minneapolis University Press.
- KREMLIN (2009) Russia's National Security Strategy to 2020. Kremlin, Available from: <http://rustrans.wikidot.com/russia-s-national-security-strategy-to-2020>.
- KURTNIMMO (2012) Secret bases, hi-tech spy planes as US expand Africa Intel. *Science & Technology*, Available from: <http://www.infowars.com/secret-bases-hi-tech-planes-as-us-expand-africa-intel> (accessed 20 March 2014).
- LARA A. de S. (2000) *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da Sua História)*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- LARA A. de S. (2014) Da arquitetura geopolítica à engenharia geopolítica. In: *Crise, Estado e Segurança*, Lisboa: MGI, pp. 40–52.
- Le Monde (2008) Enlisés dans le Conflit en RDC, le Rwanda et l'Ouganda Financent Ansi Leur Effort de Guerre. *Le Monde*.
- LHUISARD A. (1974) La Chine et l'Afrique. *Défense Nationale*.
- LI A. (2005) African Studies in China in the Twentieth Century. A Historiographical Survey. *African Studies Review*.
- LITTLEJOHN G. (2012) A Importância do Golfo da Guiné Para o Desenvolvimento Económico e a Segurança Humana. Luanda.
- LOPES C. (1987) *A Transição Histórica na Guiné Bissau*. Bissau: INEP.
- M'BOKOLO E. (2011) *África Negra: História e Civilizações*. Lisboa: Colibri.
- MACHADO T.M., MACHADO M.M.M. and HAMAKWA P.J. (2011) As Rotas Marítimas do Brasil Colónia. In: Paraty, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais.
- MACKINDER H. (1919) *Democratic Ideals and Reality*. Londres.
- MALTEZ J.A. (2002) *Curso de Relações Internacionais*. Lisboa: Principia.
- MANDL M. (1996) La place du conflit de basse intensité dans le débat stratégique américain: définition, objectifs, critique et perspective d'une conception. *Stratégique*.

- MAQUIAVEL N. (1976) *O Príncipe*. Roberto Grassi. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- MARINI J.F. (1985) *El Conocimiento Geopolítico*. Buenos Aires: Círculo Militar.
- MARIÑO F.J. (1999) *La Supranacionalidad en los Procesos de Integración Regional*. Buenos Aires: Mave.
- MARTÍN F.E. and ESTRADA M.L. (2010) *Cultura Estratégica Argentina*. Centro de Investigación Aplicada (ARC) y Centro Latinoamericano y del Caribe (LACC).
- MATHEWS J.T. (1989) *Redifining Security. Foreign Affairs*.
- MATOS C.M. (2011) *Geopolítica*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV.
- MAZOV S. (2010) *A Distant front in the Cold War. The USSR in West Africa and the Congo, 1956-1964*. Washington DC: Woodrow Wilson Press.
- MAZZEO D. (1984) *African Regional Organizations*. Cambridge University Press.
- MÉDARD J-F (1977) L'État Sous-Développé au Cameroun. *Année Africaine*.
- MEIRINHO M.M. (2010) *Cidadania e Participação Política*. Lisboa: ISCSP.
- MENEZES W. (2007) *Estudos de Direito Internacional*. Curitiba, Brasil: Juruá Editora.
- MESSARI N. and NOGUEIRA J.P. (2005) *Teoria das Relações Internacionais - correntes e debates*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.
- MICHELS R. (1982) *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília.
- MILLS C.W. (1956) *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.
- MOREIRA A. (1961) *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- MOREIRA A. (1979) *Poder Funcional - Poder Errático. Nação e Defesa*.
- MOREIRA A. (1988) *Segurança e Defesa*.
- MOREIRA A. (2011) *Teoria das Relações Internacionais*. 7ª ed. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA A. (2012) *Ciência Política*. 5th ed. Coimbra: Almedina.
- MORGENTHAU H. (1948) *Politics among Nations. The Struggle for War and Peace*. New York: A.A. Knopf.
- MORGENTHAU H. (1993) *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace. (brief edition)*. New York: McGraw-Hill.
- MORGENTHAU T.L. and HODGKIN R.S. (1964) *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. James Smoot Coleman. Berkley: University of California Press.

- MORINI E. (2008) *A cabeça bem feita: repensar a reformar, reformar o pensamento*. XV. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand, Brasil.
- MOSCA G. (1980) *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- MPLA (2012) Programa de Governo 2012-2017. MPLA.
- MUACA E.A. (1993) *Breve História da Evangelização de Angola*. CEAST. Luanda: CEAST.
- MUKENGE T. (2002) *Culture and Customs of the Congo*. London: Greenwood Press.
- NDAYWELL I è-N (1998) *Histoire Générale du Congo*. Paris: De Boeck & Larcier.
- NGUYEN Q.D., DAILLER P., FORTEAU M., et al. (2009) *Droit International Public*. VIII. Paris: L.G.D.J.
- NKWI W.G. (2006) Elites, Ethno-regional Competition in Cameroon and the Southwest Elites Association (swela). *African Study Monographs*.
- NOGUEIRA J.M.F. (2011) *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM.
- NOUR (2003) Os Cosmopolitas - Kant e os «Temas Kantianos» em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*.
- NYE J.S.J. (1969) Integración Regional Comparada: Concepto y Medición. *Revista de la Integración - Buenos Aires, Argentina*, (5).
- NYE J.S.J. (1999) Redefining the National Interest. *Foreign Affairs*.
- NYE J.S.J. (2004) Soft Power: The Means to Success in World Politics. *Public Affairs*.
- NYE J.S.J. (2009) *Cooperação e Conflitos nas Relações Internacionais*. São Paulo, Brasil: Gente.
- NYE J.S.J. (2012) *O Futuro do Poder*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- OCIPOV I. (2009) Neustrashimyi Will Visit Somali Pirates Again. *INFOX.ru*.
- OLIVIER R. (1994) *A Experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- PANAPRESS (2002) Acordo entre Congo e Angola para a Exploração do Petróleo. *PANAPRESS*, Available from: www.panapress.com.
- PASQUINO G. (1981) *Il Fenómeno de la Integrazione*. Napoles.
- PATRICK D. (1981) L'Aide Militaire de la Chine. *Problèmes Politiques et Sociaux*.
- PÉLISSIER R. (2013a) *História das Campanhas de Angola*. 3rd ed. Lisboa: Estampa.
- PÉLISSIER R. (2013b) *História das Campanhas de Angola*. 3rd ed. Lisboa: Estampa.

- PEREIRA S.M.J. (2005) *Cooperação UE-ACP: A dimensão política dos acordos*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: UTL - Instituto Superior de Economia e Gestão.
- PIGEAUD F. (2011) *Au Cameroun de Paul Biya*. Les Terrains du Siècle, Paris: Karthala.
- PORTER M. (1988) *Ventaja Competitiva*. Madrid: McGraw-Hill.
- POWER M. and ALVES A.C. (2012) *China & Angola - A Marriage of Convenience?* South Africa: Pambazuka.
- PRATT M.L. (1999) *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/S. Paulo: Edusc.
- PUREZA J.M. and MOURA T. (n.d.) *Violências e guerras: do triângulo ao continuum*. Nucleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Available from: <https://estudogeral.sib.uc.pt>.
- QUIVY R. and CAMPENHOUDT L.V. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajectos*. 5^a ed. Lisboa: Gradiva.
- RATZEL F. (1987) *A Geografia Política*. Paris: Fayard.
- REDINHA J. (1974) *Distribuição Étnica de Angola*. VIII. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola - CITA.
- REPARAZ G. (1924) *Política de España en África*. 2nd ed. Barcelona: Calpe.
- RIBEIRO A.S. (2008) *Uma Visão Estratégica do Mar - Perspectivas de Análise*. *Cadernos Navais*, (24).
- RIBEIRO A.S. (2009) *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina.
- RIBEIRO A.S. (2010) *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar: Modelo de elaboração*. Lisboa: Diário de Bordo.
- RIBEIRO E.M.B. (2010) *O Papel da União Europeia e União Africana na Gestão de Conflitos em África*. *Cadernos Navais*.
- RIOS X. (2013) *La Cultura Estratégica de China*. *El País*, Madrid, 22nd August.
- ROMANA H.A.C.B. (2013) *O Conceito de Cultura Estratégica: Notas Sobre a China*. Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Lda. In: *A Crise e o Futuro*, Lisboa: Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Lda, pp. 43–51.
- ROMANA H.A.C.B. (2014) *Da Cultura Estratégica: Uma análise sistémica*. In: Lisboa.
- ROUSSEAU J-J (2002) *Do Contrato Social*. Ridendo Castigat Mores. Brasil, Available from: www.jahr.org.

- SANTOS R. (1995) Transdisciplinaridade. *Caderno de Educação - Instituto Piaget*.
- SANTOS V.M. (2007) *Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. ISCSP/UTL.
- SANTOS V.M. (2009) *Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- SANTOS V.M. (2012) *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: ISCSP.
- SCHATZBERG M.G. (2001) *Political Legitimacy in Middle Africa: Father, Family and Food*. Indiana University Press.
- SCHRAEDER P. (1995) *United States Foreign Policy Towards Africa: Incrementalism, Crisis and Changes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHWARTZENBERG R-G (1988) *Sociologie Politique - éléments de science politique*. Paris: Editions Montchrestien.
- SCOBELL A. (2004) *China and Strategic Culture*. University Press of the Pacific.
- SÉBILLE-LOPEZ P. (2006) *Geopolíticas do Petróleo*. Paris: Instituto Piaget.
- SERRANO L.O. (2008) Sobre la Naturaleza de la Integración Regional: Teorías y Debates. *Revista de Ciências Políticas*.
- SHILLINGTON K. (1995) *History of Africa*. New York: St. Martin's Press.
- SILVA C.L. da (2013) Jogos e Interesse de Poder nos Reinos do Congo e de Angola. In: Chantal L. Silva.
- SILVA A.C. e (1994) O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX. *Revista de Estudos Avançados, S. Paulo*.
- SILVA G. do C. e (1967) *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil.
- SIMÃO C. (2011) *Improbidade Administrativa - Teoria e Prática*. Leme: J.H. Mizuno.
- SINDJOUN L. (1994) *Cameroun: le système politique face aux enjeux de la transition démocratique (1990-1993)*. L'Afrique Politique, Karthala.
- SMITH P.M., ALLEN J.P. and WHITEHOUSE DF (1987) *Creating Strategic Vision: Long-range planning for national security*. Washington DC: National Defence University Press.
- SMITH R. (2008) *A utilidade da força. A arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70.
- SNOW D.M. (1998) *National Security. Defense Policy in a Changed International Order*. IV. New York: St. Martin's Press.
- SNOW P. (1988) *The Star Raft: China's Encounter With Africa*. New York: Grove.
- SNYDER (1977) The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Options. *Rand Corporation*, Available from: www.rand.org.

- SOUSA A.R. (2004) *Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SPÍNOLA A.S.R. de (1974) *Portugal e o Futuro*. IV. Lisboa: Arcádia.
- SPROUT H. and SPROUT M. (1945) *British Sea Power in the Writings of Captain Alfred Thayer Mahan*. Princeton, New jersey: Princeton University Press.
- SPYKMAN N.J. (2008) *America's Strategy in World Politics (The United States and the Balance of Power)*. 2nd ed. New Jersey: Transaction Publishers.
- STEUKERS R. (1992) *Karl Haushofer 1869-1946*. Available from: www.nationalbolshevik.com/synergon/ofr1990s.html.
- TAMMEN R. (2000) *Power Transitions: Strategies for the 21 st Century*. New York: CHATHAM HOUSE.
- TAYLOR I. (1998) China's Foreign Policy Towards Africa. *The Journal of Modern African Studies*.
- TCHUNDJANG P., Joseph (2000) *Monnaie, servitude et liberté : la répression monétaire de l'Afrique*. II. Paris: Ménaibuc.
- THUCYDIDES (1974) *History of Peloponnesian War*. Penguin Classic.
- TOFFLER A. (2001) *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro, Brasil: Livros do Brasil.
- TOSTA O. (1984) *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro, Brasil: Biblioteca do Exército.
- TSHIYEMBE M. (1986) Stratégie Est-Ouest en Afrique. *Le Moi en Afrique*.
- TSHIYEMBE M. and BUKASA M. (1989) *África Face aos Seus Problemas de Segurança e de Defesa*. Lisboa: Pedago, Lda / Mulemba.
- VASSILEV A. (2003) *Africa: a Stepchild of the globalisation*. Moscovo: Vostochnaia Literatura.
- VENÂNCIO J.C. (2009) *O Fato Africano*. Brasil: Fundação Joaquim Nabuco.
- VERÍSSIMO G. (2013) *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.
- VIEIRA S. (2013) A CONCP, a Solidariedade entre Irmãos. *Jornal de Domingo (Maputo, Moçambique)*.
- VITORIANO M.J., CRUZ M.A.P. da and LUCENA M.M.G.C. (1998) *Notas de História da África Ocidental*. Lisboa: ISCSP/UTL.
- Waeber O. and TICKNER A.B. (2009) *International relations Scholarship Around the World*. Tickner and Waeber.

- Waeber O., BUZAN B. and LEMAITRE P. (1993) *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. New York: S. Martins Press.
- WALTZ K. (1988) Origins of War in Neorealist Theory. *Journal of Interdisciplinary History*, 18.
- WALTZ K. (1990) Realist thought and neo-realist theory. *Journal of International Affairs*, 44(1), 21–37.
- WALTZ K. (2010) *Theory of International Politics*. Waveland Pr Inc.
- WEBER C. (1995) *Simulating Sovereignty. Intervention, the State and Symbolic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEINER M. (1995) *The Global Migration Crisis: Challenge to States and to Human Rights*. Londres: Addison Wesley Publishing Company.
- WHEELER D. and PÉLISSIER R. (2009) *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.
- WHITING A.S. (1989) *China Eyes Japan*. University of California Press.
- Whittlesey D.S. (1924) Geographic Provinces of Angola. *The Geographic Review*.
- WILHELMY M. (1988) *Politica Internacional: Enfoques y Realidades*. Emece Editores.
- WILMOT P. (1980) *Ideology and National Consciousness*. Lantern Books.
- XIAOPING D. (1979) A China e a União Soviética. Beijing.
- YIMAM M. (2013) *Wore Negari: A Memoir of an Ethiopian Youth in the Turbulent '70s*. USA: Xlibris LCC.
- YUCHENG L. (2012) China's Relations with the World at New Starting Point. *CIIS - China Institute of International Studies*, speech.
- ZARTMAN I.W. (1985) *Ripe for Resolution: Conflict and Intervention in Africa*. Oxford University Press.

2. Documentos oficiais e oficiais

- ASHTON G. (2013) AFRICOM: The Stealthy Militarisation of Africa. *The South African Civil Society Information Service*, Available from: <http://readersupportednews.org/pm-section/>.
- BAKER J.A.I. (2011) The Rise of China and its Energy Implication: Executive Summary. In: Houston.
- BM (2013) Angola Economic Update. Banco Mundial.

- BUSH G.W. (2003) State of the Union Address 2003. White House.
- CAMARÕES (1996) Constituição da República Camaronesa. Pres. Paul Piya.
- CEEAC (2009) Protocolo de Acordo definindo as Condições de Implementação e Gestão da Estratégia de Segurança dos seus Interesses Vitais no Mar, Articulado em Redor do COPAX e Favorecendo uma Sinergia com a CGG e a CEDEAO. CEEAC.
- CGG (2001) Tratado da Comissão do Golfo da Guiné. CGG.
- CGG C (2012) Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné. CGG.
- CHATHAM HOUSE (2012) Angola e o Golfo da Guiné: Relatório da conferência do Angola Forum a bordo do HMS Dauntless em Luanda. CHATHAM HOUSE.
- CHENEY R.B. (2001) National Energy Policy Development Group.
- CICO (2009) Indicadores Globais da Oferta do Tráfico de Drogas. Secretaria do Estado da Segurança, Espanha.
- CNE (2012) Resultado das Eleições Legislativas de 2012. CNE.
- CNUCED (2010) Rapport sur les pays les moins avancés, 2010. ONU.
- DE GAULLE C. (1969) La Mer. Brest, França, Available from: www.liniminternational.com.
- DoD (2012) Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense. Available from: U.S. Department of Defense: http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf (accessed 5 June 2014).
- EUA (2002) Política Nacional de Energia. EUA.
- EUROPE COMMUNITIES COMMISSION (2009) Towards a European Strategy for Security of Energy Supply.
- GOVAng (2012) Angola, Programa de Governo 2012-2017.
- GOVAng (2013), Estatuto Orgânico do MIREX. GovAO.
- GOVERNO DE ANGOLA (2010) Constituição da República de Angola. GovAO.
- IPCC (2006) Resumo para Responsáveis de Políticas. Relatório Especial. IPCC.
- JIFE (2008) Relatório Anual sobre Consumo de Estufeficientes no Mundo.
- KIM. A.B. and SCHAEFER B.D. (2008) President Bush's Trip To Africa: Solidifying U.S. partnerships with the region. Heritage, Available from: <http://www.heritage.org/research/africa/wm1817.cfm>.

- KREMLIN (2013) Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. Kremlin, Availfrom: <http://news.kremlin.ru/media/events/files/41d447a=ce9f5a96bdc3.pdf> (accessed 20 March 2014).
- LISER F.B. (2007) *Beyond Oil & Gas: African Growth and Opportunity Act's Benefits to Africa*. Washington DC: The White House.
- LORGEUX J. and BOCKEL J-M (2013) *Afrique Est Notre Avenir - Rapport D'Information* (au nom de la commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées, par le group de travail sur la place de la France dans une Afrique convoitée. Sénat.
- NGUEMA O. (2013) Discurso sobre o Golfo da Guiné. *III Cimeira de Chefes de Estado CGG, Malabo*.
- OMC (2009) Estado de Desarrollo de la UEMAO. WT/TPR/S/236. OMC.
- ONU (1982) Convenção de Mondego Bay. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2006) Globalization and Interdependence: International Migration and Development. ONU.
- OUA (1963) Carta da Organização da Unidade Africana - OUA. OUA.
- OUA (1980) Lagos Action Plan. OUA.
- OUA (1985) Declaração de Adis Ababa sobre a Integração Africana. OUA.
- PCUS (1956) The 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union. State Publisher of Political Literature.
- PHAM J.P. (2007) *As Missões do AFRICOM*. Washington DC.
- POSEN B.R. (2003) Command of the Commons. Available from: Belfer Centre: http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/271/command_of_commons.html (accessed 5 June 2014).
- SANTOS J.E. dos (2008) Discurso Abertura II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Golfo da Guiné. Cimeira.
- SANTOS J.E. dos (2009) Discurso de Abertura da XVIII Sessão da Assembleia Paritária dos Países da África, Caríbas e Pacífico e da União Europeia.
- SANTOS J.E. dos (2011) Discurso sobre o Estado da Nação. GovAO.
- SANTOS J.E. dos (2013a) Discurso ao Corpo Diplomático Acreditado em Angola. GovAO.
- SANTOS J.E. dos (2013b) Discurso sobre a Comissão do Golfo da Guiné. *III Cimeira de Chefes de Estado CGG, Malabo*.

- SHARAKY A. (2011) *Mineral Resources and Exploration in Africa*. Department of Natural Resources. Cairo University, Available from: http://african.cu.edu.eg/Dr_Abbas/Papers/Minerals_2011.pdf Abr.2012.
- SIF-Blog (2010) Angola - Stop Illegal Fishing. Available from: www.stoillegalfishing.com (accessed 12 May 2014).
- SOCPA A. (2001) *Clientélisme et ethnicité dans le jeu politique: réflexions sur quelques mouvements thuriféraires au Cameroun*. Africa at Crossroads: Complex Political Emergencies in the 21st Century, UNESCO/ENA.
- TC ANGOLA (2012) Lista Atualizada dos Partidos Políticos Legalizados Com AS Respectivas Direções Anotadas e das Coligações de Partidos. TC-Ao.
- Team 9 opens a New Innings In India- West Africa Relations (2004) *The Financial Express*, Available from: <http://www.financialexpress.com/news/team-9-opens-a-new-innings-in-indiawest-africa-relations/87180/0>.
- The White House (2007) Fact Sheet: President Bush announces five years \$30 billion HIV/AIDS plan. *The White House*, Washington DC, 30th May, Available from: www.whitehouse.gov/news/release/2007/05/20070530-5.html (accessed 20 March 2014).
- UA (2000) *Acto Constitutivo*. Adis Abeba: União Africana.
- UA (2002a) PROTOCOL RELATING TO THE ESTABLISHMENT OF THE PEACE AND SECURITY COUNCIL OF THE AFRICAN UNION. UA.
- UA (2002b) THE DURBAN DECLARATION IN TRIBUTE TO THE ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY AND ON THE LAUNCHING OF THE AFRICAN UNION. UA.
- UA (2004) Le Plan Strategique de la Commision de l'Union Africaine. UA.
- UA (2013) List of Countries Which Have Signed, Ratified/Acceded to the AFRICAN UNION NON-AGRESSION AND COMMON DEFENCE PACT. UA, Available from: www.africa-union.org.
- UA (2014) INFORMATION NOTE ON THE REPORT OF THE UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL ON THE CENTRAL AFRICAN REPUBLIC PURSUANT TO PARAGRAPH 48 OF SECURITY COUNCIL RESOLUTION 2127 (2013) - PSC/PR/2.(CDXXII). UA.
- UE (2002) EUROPEAN COMMISSION – «A new approach in the relations between the European Union and the ACP countries. Trade Issues». 2002. UE,

- Available from: http://ec.europa.eu/trade/issues/bilateral/regions/acp/index_en.htm. (accessed 15 March 2014).
- UE (2003) Decision of the ACP-EC Council of Ministers of 11 December 2003 on the use of resources from the long-term development envelope of the ninth EDF for the creation of a Peace Facility for Africa. Brussels: Council of the EU, OJ L 345, 31.12.2003. UE.
- UE (2005) The EU and Africa towards a strategic partnership. Brussels: Council of the EU, 19 December 2005, 15961/05 (Presse 367). UE.
- UE UE (2007a) Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. From Cairo to Lisbon - The EU-África strategic Partnership. Brussels: Commission of the European Communities, 27.6.2007, COM (2007) 357 final. UE.
- UE (2007b) Lisbon Declaration – EU Africa Summit. Brussels: Europe Union - African Union, 9 December 2007. UE.
- UE (2009) Joint África-EU Strategy Mid Term Review Report - Assessment report. Brussels: Joint task Force, 09 de Outubro de 2009. UE (2010). 14th Africa-EU Ministerial Meeting – Luxembourg, 26. UE.
- UK/USA (1941) Carta do Atlântico.
- UN (2007) Russia is trianing representantives of African countries for participation in the UN peace-keeping operations. Available from: <http://www.un.org/russian/news/story.asp?newsID=7123#.UTDyuzsU-NY>.
- UNODC.ORG (2012) Maritime Piracy in The Gulf of Guinea. *Transnational Organized Crime in West Africa*.

ANEXOS

3. ANEXO 1 - PRINCIPAIS INTERVENÇÕES MILITARES DA FRANÇA EM ÁFRICA NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS

1964	Gabão	Intervenção em apoio ao Presidente Leon Mba, contra rebelião de uma parte do exército do seu país.
1968-1972	Chade	Operações <i>Limousin</i> e <i>Bison</i> , em apoio ao Governo do presidente François Tombalbaye, contra a rebelião do <i>Tibesti</i> .
1977	Zaire (atual República Democrática do Congo - RDC)	Operação <i>Verveine</i> , em apoio ao presidente Mobutu Sesse Seko, contra a rebelião da Frente Nacional de Libertação do Congo (FNLC) na região do Shaba.
1977 a 1978	Mauritania	Operação militar aérea contra a Frente Polisário, com o objetivo de a retirar do território da Mauritania onde tinha sob controle cidadãos franceses.
1978	Zaire	Operação <i>Léopard</i> ou <i>Bonite</i> , para libertar europeus em Kolwezi, ameaçada pelos rebeldes da Frente de Libertação Nacional do Congo (FNLC).
1978-80	Chade	Operação <i>Tacaud</i> , para defender o Governo do presidente Félix Malloum – resultante do golpe de estado contra o presidente François Tombalbaye (1975) – do avanço dos rebeldes da Frente de Libertação Nacional do Tchad (<i>FROLINAT</i>), liderada por Goukounin Oueddei.
1979-1981	República Centro-Africana	Operação <i>Barracuda</i> , para depor o então presidente e ‘imperador’ Jean-Bédel Bokassa (1966-1979), e colocação no poder do anterior presidente, David Dacko (1960-1966).
1983-84	Chade	Operação <i>Manta</i> , em apoio ao Governo liderado por Hissène Habré, que chegou ao poder através de um golpe de estado (1982) contra Goukounin Oueddei. Habré estava ameaçado pelos rebeldes liderados

		por Goukounin Oueddei e apoiados pela Líbia.
1986	Chade	Em apoio ao Governo do presidente Hissène Habré, os franceses bombardeiam a base aérea Líbia de <i>Ouadi-Doum</i> .
1986	Togo	Intervenção para impedir o golpe-de -estado contra o Governo do presidente Gnassingbé Eyadéma, que chegou ao poder pela mesma via (1967).
1989	Comores	Operação <i>Oside</i> , contra a tomada de poder por mercenários liderados pelo também francês Bob Denard, depois de terem assassinado o presidente Ahmed Abdallah.
1990	Gabão	Operação para retirar cidadãos europeus durante a rebelião nas cidades de Libreville e Port-Gentil, contra o Governo do presidente Omar Bongo.
1990-1993	Ruanda	Operação <i>Noroit</i> , em apoio ao Governo do presidente Juvénal Habyarimana contra os rebeldes da Frente Patriótica do Ruanda, liderada por Paul Kagame.
1991	Zaire	Desdobramento de forças em Kinshasa, em defesa do Governo do presidente Mobutu Sesse Seko.
1992	Somália	Intervenção, em conjunto com os EUA, no quadro da operação <i>Restore Hope</i> .
1993	Ruanda	Operações Chimère e Volcan, para treino e armamento do Exército. As armas foram usadas pelos soldados treinados para realizar o massacre, principalmente de elementos de etnia tutsi.
1994	Ruanda	Operação <i>Amaryllis</i> , para evacuação dos europeus, no quadro do conflito que se seguiu à morte do presidente Juvenal Habyarimana.
1994	Ruanda	Operação <i>Turquoise</i> , que também envolveu tropas na RDC. Esta não recebeu o apoio da OUA e foi fracamente apoiada pela ONU. As autoridades ruandesas acusaram a França não só de não impedir os massacres contra os tutsis, mas

		também de os facilitar.
1995	Comores	Nova intervenção contra novo golpe-de-estado do mercenário francês Bob Denard, desta vez contra o presidente Said Mohamed Djohar.
1996	República Centro-Africana	Operação <i>Almadin</i> I e II, em apoio ao Governo do presidente Ange-Félix Patassé, contra a rebelião de parte das suas Forças Armadas.
1996 até 2007	Camarões	Operação <i>Aramis</i> , em apoio ao Governo dos Camarões em disputa com a Nigéria pela ilha de Bakassi.
1997	República Centro-Africana	Intervenção em represália contra o assassinato de dois militares franceses em Bangui.
1997	Congo-Brazzaville	Operação <i>Pélican</i> , para evacuação de cidadãos europeus, durante o conflito que opôs o então Governo do Congo, liderado por Pascal Lissouba, ao atual presidente Denis Sassou Nguesso e seus aliados.
1997	Congo-Brazzaville	Operação <i>Antilope</i> , para evacuação de expatriados depois da tomada do poder pelo presidente Denis Sassou Nguesso.
1998	República Democrática do Congo	Operação <i>Malachite</i> , para a evacuação de expatriados, depois da tomada do poder pelo presidente Laurent-Désiré Kabila.
1999	Djibouti	Operação <i>Khor Angar</i> , no quadro do conflito entre a Etiópia e a Eritreia. ‘Proteção aérea e marítima preventiva’.
2001	Líbia	Operação <i>Harmattan</i> (ataque a Benghazi).
Desde 2002	Costa do Marfim	Operação Licorne (âmbito da ONU), para restabelecer a paz no país. Contudo, o país ficou dividido em dois.
2003	República Democrática do Congo (Ituri)	Operação <i>Artemis</i> (âmbito da ONU). 3/4 das forças desdobradas para a proteção dos civis no Nordeste do país são francesas.
2004	Costa do Marfim	As forças francesas destruíram os poucos meios de que dispunha a Força Aérea <i>Ivoiriense</i> , em represália ao bombardeamento à uma base francesa.
2006	Chade	Apoio ao Governo do presidente Idriss Déby Ito, que derrubou

		Hissène Habré (1990). A aviação francesa do dispositivo <i>Épervier</i> atua a 250 Km de Ndjamena contra uma coluna rebelde.
2007	República Centro-Africana	Lançamento de paraquedistas em Birao para defender a base francesa do ataque dos rebeldes da União de Forças Democráticas pela Unidade (UFDR). As forças francesas defendem o Governo do presidente François Bozizé, que chegou ao poder através de um golpe-de-estado contra o presidente Ange-Félix Patassé (2003).
2008	Chade	Nova intervenção em apoio ao presidente Idriss Déby, contra os rebeldes que, com elevada possibilidade de sucesso, atacaram a capital.
2008	Djibouti	Apoio logístico ao exército do Djibouti, na fronteira com a Eritreia.
2011	Líbia	A coberto da resolução 1973, do Conselho de Segurança da ONU, sobre o estabelecimento de uma <i>Zona de Exclusão Aérea</i> , a aviação militar francesa é a primeira a participar no apoio ao rebeldes contra as forças do Governo líbio.
2011	Costa do Marfim	Intervenção (âmbito da ONU) que pôs fim à disputa entre o presidente cessante, Laurent Gbagbo, e o eleito, Alassane Ouattara.
2013	Mali	Operação <i>Serval</i> , contra os jihadistas que ocupam Konna, no centro do país.
2013	República Centro-Africana	Operação <i>Sangaris</i> , em apoio à estabilização do país.

*Fontes: Organização do autor de acordo com diversas fontes, entre as quais: Encyclopedia Britannica; jean-Patrick Grumberg, <http://fr.globalvoicesonline.org/> Jan, 2013; AFP, *Africa & World*, Apr, 2013; Olivier Fourt, 1960-2010: 50 ans d'interventions militaires françaises en Afrique, <http://www.rfi.fr/afrique/> (acedido 20.02.2014).*

4. ANEXO 2 – TRATADO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

5. As estratégias de gestão das pescarias devem ser concebidas de modo que o risco de ultrapassar os níveis de referência (limites) sejam fracos. Se a população de um *stock* ultrapassa o nível de referência ou está no ponto de ultrapassar, as medidas de conservação e de gestão devem ser implementadas com vista a facilitar a reconstituição dos *stocks*. As estratégias de gestão das pescarias devem garantir que, de modo geral, os níveis de referência-alvos não sejam ultrapassados.

6. Na ausência de dados permitindo a determinação dos níveis de referência correspondentes a uma pescaria ou em caso de dados insuficientes fixa-se os níveis de referência provisórios. Em semelhante caso, deveria-se submeter a pescaria a um controlo reforçado de modo a revisar os níveis de referência desde que se dispõe de dados suficientes.

7. A taxa de mortalidade devida à pesca que permite assegurar o rendimento máximo viável deveria ser considerado como norma mínima para os níveis de referência (limites). Para os *stocks* que não são sobre-explorados, as estratégias de gestão das pescarias devem garantir que a mortalidade devida à pesca não ultrapasse a que permite de assegurar o rendimento máximo viável e que a biomassa não ultrapasse o mínimo pré-estabelecido. Para as espécies sobre-explorados, a biomassa que permite de assegurar o rendimento máximo viável, pode ser considerada como objectivo de reconstituição.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 13 de Julho de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Vítor Francisco de Almeida*.

Resolução n.º 8/06 de 24 de Fevereiro

Considerando a vontade de instaurar e desenvolver relações de boa vizinhança entre os Estados, assim como uma cooperação estreita e multiforme, estabelecendo relações na base da compreensão mútua e de amizade sólida;

Reconhecendo que o Golfo da Guiné contém recursos naturais que podem contribuir para o desenvolvimento económico de todos os Países Ribeirinhos e para o bem-estar geral dos respectivos povos;

Convencidos de que o diálogo e a negociação constituem os melhores meios para resolver de forma duradoura

qualquer diferendo de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana;

Tendo em atenção a necessidade de se implementar um mecanismo de diálogo e concertação próprio para prevenir, gerir e solucionar os conflitos ligados às delimitações das fronteiras e da exploração económica das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais das zonas económicas exclusivas dos Estados Membros;

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea k) do artigo 88.º e do n.º 6 do artigo 92.º ambos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional emite a seguinte resolução:

1.º — É aprovado, para ratificação, o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné e que é parte integrante da presente resolução.

2.º — A presente resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 16 de Novembro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Roberto António Vítor Francisco de Almeida*.

TRATADO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

PREÂMBULO

Nós, Chefes de Estado e de Governos

da República de Angola;
da República dos Camarões;
da República do Congo;
da República Democrática do Congo;
da República Gabonesa;
da República da Guiné Equatorial;
da República Federal da Nigéria;
da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Preocupados com o reforço e a consolidação das relações de amizade fraternal existentes entre os nossos povos;

Animados pela vontade de instaurar e/ou desenvolver relações de boa vizinhança entre os nossos Estados, assim

como uma cooperação estreita e multiforme e estabelecer as nossas relações numa base de compreensão mútua e de amizade sólida;

Decididos a eliminar os obstáculos que poderiam entrar a nossa cooperação, a criar e manter as condições de paz e segurança entre os nossos países;

Conscientes da necessidade de colocar os recursos naturais dos nossos países ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social dos nossos povos;

Persuadidos, para o efeito, que a nossa acção comum e concertada é a garantia de uma exploração harmoniosa, racional e pacífica dos nossos recursos naturais;

Ansiosos em harmonizar as nossas políticas económicas no respeito da soberania de cada um dos nossos Estados;

Reafirmando a nossa dedicação aos princípios e objectivos das Cartas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana/União Africana, assim como as disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana;

Tendo em mente as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay (Jamaica) em 10 de Dezembro de 1982;

Convencidos que os conjuntos sub-regionais e regionais constituem os elos essenciais de uma África unida, integrada e solidária;

Reconhecendo que o Golfo da Guiné contém recursos naturais que podem contribuir para o desenvolvimento económico de todos os Países Ribeirinhos e para o bem-estar geral dos nossos povos;

Desejosos de realizar a exploração destes recursos de forma a assegurar o desenvolvimento económico dos nossos Estados e o bem-estar das nossas populações;

Conscientes dos compromissos internacionais que assumimos nos planos bilateral e multilateral;

Preocupados com a resolução dos diferendos por vias pacíficas;

Convencidos de que o diálogo e a negociação constituem os melhores meios para resolver de forma duradoura qualquer diferendo de acordo com as disposições das Cartas das Nações Unidas e da Organização das Nações

Unidas e da Organização da Unidade Africana/União Africana;

Consciente da necessidade de implementar um mecanismo de diálogo e concertação próprio para prevenir, gerir e solucionar os conflitos ligados às delimitações das fronteiras e à exploração económica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais e nomeadamente em caso de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) dos Estados Membros;

De acordo com as disposições pertinentes do comunicado final da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Golfo da Guiné, realizada em Libreville, a 19 de Novembro de 1999;

Acordamos o seguinte:

ARTIGO 1.º (Definições)

Nos termos do presente Tratado, entende-se por:

- «AEC», a Comunidade Económica Africana;
- «Comissão», a Comissão do Golfo da Guiné;
- «Comité», os Comitês especializados;
- «Conferência», a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
- «Conselho», o Conselho de Ministros;
- «Golfo», o Golfo da Guiné;
- «Altas Partes Contratantes», os Estados Membros representados pelos Chefes de Estado e de Governo ou os seus plenipotenciários devidamente mandatados;
- «Estado Membro», um Estado Membro da Comissão;
- «QUA», a Organização da Unidade Africana;
- «UA», a União Africana;
- «ONU», a Organização das Nações Unidas;
- «Secretariado», o Secretariado da Comissão;
- «Tratado», o presente Tratado.

ARTIGO 2.º

«Criação da Comissão do Golfo da Guiné»

É criada uma Comissão do Golfo da Guiné (C.G.G.), adiante denominada a Comissão.

São membros da Comissão os Estados soberanos ribeirinhos do Golfo da Guiné, partes do presente Tratado.

A Comissão constitui um quadro de concertação dos países do Golfo da Guiné, para a cooperação e o desenvolvimento, assim como para a prevenção, gestão e resolução

dos conflitos ligados à delimitação das fronteiras e exploração económica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais e nomeadamente em caso de sobreposição das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados Membros.

ARTIGO 3.º
(Objectivos)

A Comissão tem por objectivos:

- a) reforçar os laços de cooperação e solidariedade que existem entre os Estados Membros;
- b) criar as condições de confiança mútua, paz e segurança propícia ao desenvolvimento harmonioso dos Estados;
- c) promover uma concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar o desenvolvimento económico dos Estados Membros e bem-estar dos seus povos;
- d) promover a cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e a União Africana; e, para o efeito, contribuir para o desenvolvimento do Continente;
- e) harmonizar as respectivas políticas dos Estados Membros nos assuntos de interesse comum, nomeadamente em matéria de recursos naturais;
- f) proteger, preservar e melhorar o meio ambiente natural do Golfo da Guiné e cooperar em caso de calamidade natural;
- g) desenvolver uma política concertada de migração e encontrar soluções adequadas aos problemas que possam surgir neste domínio;
- h) reforçar a cooperação no domínio das comunicações, nomeadamente marítimas, com vista a facilitar as relações e as trocas entre os Estados Membros e entre as suas populações;
- i) neste âmbito, desenvolver uma larga rede de comunicações e assegurar a integração das redes de transporte.

ARTIGO 4.º
(Princípios)

Com vista à realização dos objectivos acima enunciados, as Altas Partes Contratantes reafirmam solenemente o seu compromisso de respeitar os princípios contidos na Carta das Nações Unidas, nas Cartas da O.U.A e no Acto Constitutivo da União Africana, nomeadamente:

- a) a igualdade soberana de todos os Estados Membros;
- b) a não ingerência nos assuntos internos dos Estados Membros;

- c) a resolução pacífica dos diferendos;
- d) a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização;
- e) a não agressão;
- f) a não utilização do seu território para fins de actividades dirigidas contra a soberania e a integridade territoriais de um outro Estado Membro.

ARTIGO 5.º
(Domínio de cooperação)

Com vista à realização dos objectivos acima enunciados, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a juntar os seus esforços no sentido de harmonizar as suas respectivas políticas nos domínios de interesse comum.

Neste âmbito, acordam proceder à busca de esferas de interesse comum na área geográfica do Golfo e definir as políticas comuns, nomeadamente nos domínios da paz e segurança, exploração dos hidrocarbonetos, recursos haliêuticos e minerais do ambiente; a circulação de pessoas e bens, o desenvolvimento das comunicações; a promoção económica e da integração do Golfo.

Os Estados Membros esforçar-se-ão a desenvolver outras actividades que julgarem necessárias para promover os objectivos da Comissão.

ARTIGO 6.º
(Órgãos)

Com vista à execução dos objectivos acima enunciados, são criados os seguintes órgãos:

- a) a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo;
- b) o Conselho de Ministros;
- c) o Secretariado;
- d) o Mecanismo Arbitral «*ad hoc*».

ARTIGO 7.º
(A Conferência)

A Conferência é o órgão supremo da Comissão. É composta pelos Chefes de Estado e de Governo ou dos seus representantes devidamente mandatados.

Reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária e a qualquer momento, em sessão extraordinária, sob a reserva do acordo dos 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 8.º
(Atribuições da Conferência)

A Conferência tem como atribuições:

- a) definir a política geral e as grandes orientações da Comissão;
- b) controlar o funcionamento e a Comissão; examinar os relatórios do Conselho e tomar as decisões pertinentes;
- c) decidir, em última instância, sobre todas as questões para as quais o Conselho não pode tomar uma decisão;
- d) criar qualquer órgão ou Comitês especializados da Comissão;
- e) determinar o orçamento da Comissão;
- f) nomear e exonerar o secretário executivo;
- g) fixar a sede da Comissão.

ARTIGO 9.º

(Decisões da Conferência)

A Conferência toma as decisões por consenso ou, na falta deste, por maioria dos 2/3 dos Estados presentes.

Para reunir e deliberar legitimamente é exigido o quórum de 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 10.º

(Regulamento interno da Conferência)

A Conferência adopta o seu regulamento interno. Determina as modalidades do seu funcionamento, nomeadamente o modo de designação do seu presidente e a duração das suas funções.

ARTIGO 11.º

(O Conselho)

O Conselho de Ministros é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou por qualquer outro Ministro ou autoridade designados pelos Estados Membros.

Os Ministros da Economia, dos Hidrocarbonetos, dos Recursos Haliêuticos, das Minas, do Meio Ambiente ou qualquer outro Ministro designado pelos Estados Membros podem igualmente reunir em caso de necessidade.

O Conselho reúne uma vez por ano, em sessão ordinária e a qualquer momento, em sessão extraordinária, a pedido de qualquer Estado Membro e sob reserva do acordo da maioria dos 2/3 dos membros da Comissão.

ARTIGO 12.º

(Atribuições do Conselho)

O Conselho responde perante a Conferência. Tem como tarefas:

- a) preparar as sessões da Conferência;
- b) promover quaisquer acções visando a realização dos objectivos enunciados no artigo 2.º do pre-

- sente Tratado, no quadro da política geral definida pela Conferência;
- c) para o efeito, elaborar e propor medidas de política geral apropriadas;
- d) conhecer todas as questões que a Conferência lhe enviar;
- e) implementar a política de cooperação em conformidade com a política geral definida pela Conferência;
- f) criar os Comitês e fixar as competências.

O Conselho é assistido, no cumprimento das suas tarefas, por Comitês especializados do presente Tratado.

ARTIGO 13.º

(Decisões do Conselho)

O Conselho toma decisões por consenso ou na falta deste, por maioria de 2/3 dos Estados presentes.

Para reunir e deliberar legitimamente, o quórum exigido é de 2/3 dos Estados Membros da Comissão.

ARTIGO 14.º

(Regulamento interno do Conselho)

O Conselho adopta o seu regulamento interno.

ARTIGO 15.º

(Os Comitês especializados)

A Conferência estabelece Comitês especializados para tratar, a pedido da Conferência ou do Conselho, das questões específicas ligadas à realização dos objectivos enunciados no presente Tratado.

A Conferência pode, se julgar necessário, reestruturar os Comitês existentes ou criar novos segundo as necessidades da Comissão.

Cada Comité pode, em caso de necessidade, criar sub-comitês para ajudar no cumprimento do seu mandato. Determina a composição das mesmas.

ARTIGO 16.º

(O Secretariado)

O Secretariado é dirigido por um secretário executivo nomeado pela Conferência por um mandato de três anos renovável uma vez.

ARTIGO 17.º

(As funções do Secretariado)

As funções do Secretariado são:

- a) assegurar o funcionamento regular da Comissão;
- b) implementar as decisões da Conferência e do Conselho;
- c) preparar relatórios, projectos de decisões e de acordos, à consideração da Conferência e do Conselho;
- d) formular recomendações susceptíveis de contribuir para o funcionamento e desenvolvimento eficaz e harmonioso da Comissão;
- e) assegurar os serviços técnicos das reuniões da Conferência e do Conselho, assim como das Comissões especializadas;
- f) assumir o papel de depositário dos documentos e bens da Comissão;
- g) preparar o orçamento da Comissão;
- h) desempenhar outras funções que a Conferência ou o Conselho poderem confiar-lhe.

ARTIGO 18.º

(O Mecanismo Arbitral *ad hoc*)

É criado no seio da Comissão um Mecanismo Arbitral *ad hoc*.

As regras de procedimento e outras questões concernentes ao Mecanismo Arbitral *ad hoc* serão definidas pelo Conselho e adoptadas pela Conferência.

ARTIGO 19.º

(Orçamento e recursos)

Os recursos financeiros da Comissão provêm essencialmente das contribuições dos Estados Membros, doações e liberalidades.

O Secretariado estabelece por cada exercício um projecto de orçamento que submete ao exame do Conselho, o qual o apresenta com as suas recomendações, à aprovação da Conferência.

A Conferência determina o modo de cálculo das contribuições dos Estados Membros ao orçamento da Comissão, assim como as moedas nas quais são pagas.

A Conferência, sob proposta do Conselho, aprova o regulamento financeiro que rege a aplicação das disposições do presente artigo.

ARTIGO 20.º

(Resolução dos diferendos)

Os Estados Membros agem colectivamente com vista a garantir a paz, segurança e estabilidade como condições prévias para a realização dos objectivos enunciados no pre-

sente Tratado. Neste âmbito, comprometem-se a resolver os seus diferendos amigavelmente. Caso contrário, as partes recorrerão ao Mecanismo Arbitral *ad hoc* previsto pelo presente Tratado ou a qualquer outro mecanismo de resolução pacífica dos conflitos, prevista pelas Cartas das Nações Unidas, da OUA e do Acto Constitutivo da União Africana.

ARTIGO 21.º

(Línguas oficiais)

As línguas oficiais da Comissão são o inglês, o espanhol, o francês e o português.

ARTIGO 22.º

(Estatutos, privilégios e imunidades)

A Comissão tem a personalidade jurídica e possui a capacidade de:

- a) assinar contratos;
- b) adquirir bens móveis e imóveis, usufruir dos mesmos e aliená-los;
- c) interpor acções judiciais.

Para o efeito, a Comissão é representada pelo secretário executivo.

Os privilégios e as imunidades concedidos ao secretário são equiparados aos de que gozam as missões diplomáticas no país da sede da Comissão.

Os privilégios e as imunidades concedidos aos funcionários da Comissão são equiparados aos de que gozam as missões diplomáticas no país da sede da Comissão e nos Estados Membros.

ARTIGO 23.º

(Criação das instituições)

Durante a sua reunião inaugural, que terá lugar num prazo de um mês a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado, a Conferência nomeia o secretário executivo e determina o local da sede e, se for o caso, toma as disposições necessárias à instalação de um Secretariado provisório enquanto se aguarda pela constituição do Secretariado.

ARTIGO 24.º

(Relações com outras organizações)

Com vista a realizar os seus objectivos, tal como contidos no presente Tratado, a Comissão pode assinar acordos de cooperação com outras organizações regionais, instituições inter-governamentais e com países terceiros, desde que estes acordos não sejam incompatíveis com as disposições do presente Tratado.

ARTIGO 25.º

(Relações com a OUA/UA/AEC e as Comunidades Económicas Regionais)

A Comissão trabalhará com a OUA/UA/AEC e as Comunidades Económicas Regionais para a realização dos objectivos de integração efectiva e de União Africana.

Poderá, neste âmbito, estabelecer mecanismos de consulta e assinar acordos com essas organizações.

ARTIGO 26.º

(Ratificação e entrada em vigor)

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes Contratantes em conformidade com as suas respectivas regras constitucionais.

Entrará em vigor 30 dias após o depósito dos instrumentos de ratificação pelos 2/3 das partes signatárias do presente Tratado.

ARTIGO 27.º

(Adesão e admissão)

Todo Estado Ribeirinho do Golfo da Guiné, não signatário do presente Tratado no momento da sua entrada em vigor, pode, a qualquer momento, notificar o secretário executivo a sua intenção de aderir ao mesmo.

O secretário executivo informa todos os Estados Membros.

A admissão é decidida por maioria simples dos Estados Membros.

A decisão de cada Estado Membro é transmitida ao secretário executivo que comunica a decisão de admissão ao Estado interessado, depois de ter recebido o número de votos requeridos.

ARTIGO 28.º

(Retirada)

Todo o Estado Membro desejoso de desligar-se dos compromissos assumidos nos termos do presente Tratado, informa o secretário executivo que comunica aos outros Estados Membros.

No termo de um período de seis meses, e se não reconsiderar a sua retirada, o referido Estado deixa de ser membro da Comissão.

Durante o período de seis meses acima referido, o Estado Membro que exprimir a sua intenção de retirar-se da Comissão, continua a ser vinculado às disposições do Tratado.

ARTIGO 29.º

(Emenda e revisão)

Todo Estado Membro pode submeter ao Secretariado propostas com vista à emenda ou revisão do presente Tratado. Estas propostas serão comunicadas a todos os Estados Membros pelo Secretariado no prazo de um mês.

A Conferência examina as propostas na sua próxima reunião e adopta-as por maioria dos 2/3. O Secretariado submete-as à ratificação dos Estados Membros. As emendas entram em vigor, logo após o depósito dos instrumentos de ratificação pelos 2/3 dos Estados Membros.

ARTIGO 30.º

(Cláusula de salvaguarda)

A Conferência decidirá das modalidades e das condições nas quais um Estado Membro pode ser autorizado a suspender a aplicação das disposições específicas do presente Tratado.

ARTIGO 31.º

(Depositário)

O presente Tratado e os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretariado que remeterá cópias autenticadas a todos os Estados Membros.

O Secretariado notificará os Estados Membros as datas de depósito dos instrumentos de ratificação e de adesão e fará o registo do presente Tratado junto da OUA/UA e da ONU.

Em fé de que, nós assinámos o presente Tratado.

Feito em Libreville, aos 3 de Julho de 2001.

Em único original em inglês, espanhol, francês e português, os quatro textos fazendo igualmente fé.

Pela República Gabonesa, *El Hadj Omar Bongo*.

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, *Miguel Trovada*.

~~Pela República do Congo, *Denis Sassou Nguesso*.~~

Pela República Federal da Nigéria, *Chief Olusegun Obasanjo*.

Pela República dos Camarões, *Paul Biya*.

Pela República de Angola, *José Eduardo dos Santos*.

Pela República da Guiné Equatorial, *Obiang Nguema Mbassogo*.

Pela República Democrática do Congo, *Joseph Kabila*.

PROJECTO DE TRATADO PARA O ESTABELECIMENTO DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

PREÂMBULO

Nós, Chefes de Estados e de Governos, dos Estados
Membros da Comissão do Golfo da Guiné (GGC):

Presidente da República de Angola;
Presidente da República dos Camarões;
Presidente da República Democrática do Congo;
Presidente da República do Congo;
Presidente da República da Guiné Equatorial;
Presidente da República do Gabão;
Presidente da República Federal da Nigéria;
Presidente da República Democrática de São Tomé e
Príncipe.

Cientes da lei final da Conferência Ministerial sobre
Cooperação no Ramo das Pescas entre os Estados Membros
que fazem fronteira com o Oceano Atlântico, que foi esta-
belecida em Dakar, aos 5 de Julho de 1991;

Considerando que a Convenção Regional da Coope-
ração Pesqueira entre os Estados Africanos que fazem fron-
teiras com o Oceano Atlântico, que se realizam em Dakar,
Senegal, aos 5 de Julho de 1991;

Decididos em promover a Cooperação Económica e
integração entre nós e outros Estados Africanos e Organi-
zações Regionais Africanas como a Comunidade Econó-
mica dos Estados Africanos do Oeste (CEDEAO) e a
Comunidade Económica dos Estados da África Central
(ECCAS), considerando o plano de acção de Lagos e a Acta
final de Lagos, que tem como objectivo o melhoramento
do desenvolvimento económico no Continente Africano,
Convictos da necessidade de se promoverem os objectivos
da carta da OUA e o Tratado que estabelece a CEA que foi
assinado em Abuja, aos 3 de Junho de 1991;

Cientes das disposições da Convenção das Nações
Unidas sobre o Direito do Mar que foi concluída em
Montego Bay, Jamaica, 10 de Dezembro de 1982;

Cientes da necessidade de se promover a paz e a segu-
rança social no Golfo da Guiné e os interesses ambientais,
económicos dos países vizinhos;

A par das disposições das Nações Unidas e da OUA e
recordando a decisão de proclamar 2000 como CC o ano da
paz, segurança, estabilidade e solidariedade em África,
tomada pela 34.ª Sessão regular da Assembleia dos Chefes
de Estados e Governos da OUA;

Convictos de que o diálogo e as negociações perma-
necem como a melhor forma de resolver dum modo dura-
douro qualquer diferendo, ao abrigo das Cartas das Nações
Unidas e OUA;

Decididos a fortalecer a amizade e a fraternidade entre
os povos, no sentido de promover a boa vizinhança, paz e
segurança entre os Estados Membros;

Acreditando na necessidade de estabelecer um mecanis-
mo para o diálogo e consulta, para a prevenção e resolução
de conflitos que possam surgir da exploração dos recursos
naturais nas zonas económicas exclusivas sobrepostas dos
Estados Membros;

Considerando as recomendações da reunião preparatória
dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em
Libreville, Gabão, aos 17 de Novembro de 1999;

Decidiram estabelecer um quadro para o diálogo,
cooperação, bem como prevenção, gestão e resolução de
conflitos chamada «A Comissão do Golfo da Guiné» e
chegaram ao seguinte acordo:

CAPÍTULO I Definições

ARTIGO 1.º (Definições)

Para fim deste Tratado:

«Tratado» — significa um Tratado que estabelece a
Comissão do Golfo da Guiné (GGC);

«Protocolo» — significa um instrumento de implemen-
tação deste Tratado, tendo a mesma força jurídica que este
Tratado.

5. ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO Da GUINÉ



CONFERÊNCIA DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ
LUANDA CONFERENCE ON PEACE AND SECURITY IN THE REGION OF THE GULF OF GUINEA
CONFÉRENCE DE LUANDA SUR LA PAIX ET LA SÉCURITÉ DANS LA RÉGION DU GOLFE DE LA GUINÉE
CONFERENCIA DE LUANDA SOBRE LA PAZ Y LA SEGURIDAD EN LA REGION DEL GOLFO DE GUINEA
27-29 | Nov. | 2012
"Sem paz e segurança não há desenvolvimento"
"Without peace and security there is no development"
"Sans paix et sécurité, il n'y a pas de développement"
"Sin paz y seguridad no hay desarrollo"
"Simplicity Peace e Segurança, Para o Desenvolvimento da Região do Golfo da Guiné"
"Simplicity Peace and Security in the Gulf of Guinea region toward the development"
"Simplicity pour la paix et la sécurité en faveur du développement de la région du Golfe de la Guinée"
"Encuentro por la paz y la seguridad, para el desarrollo de la región del Golfo de Guinea"

DECLARAÇÃO DE LUANDA SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

I - Preâmbulo

Animados pela vontade de desenvolver e estreitar as relações de boa vizinhança entre Estados da região do Golfo da Guiné, e decididos a eliminar os obstáculos que podem entravar a sua cooperação e manter as condições de paz e segurança entre eles, a República de Angola, a República dos Camarões, a República do Congo, a República Democrática do Congo, a República Gabonesa, a República da Guiné Equatorial, a República Federal da Nigéria e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, firmaram, no dia 3 de Julho de 2001, em Libreville, um Tratado instituindo a Comissão do Golfo da Guiné como um quadro permanente de acção colectiva com vista a garantir a paz, segurança e estabilidade como condição essencial para o desenvolvimento económico e progresso social dos seus povos.

Neste quadro,

Nós, os participantes à Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, reunidos no Centro de Conferências de Talatona, na cidade de Luanda, República de Angola, entre os dias 27 e 29 de Novembro de 2012;

ANGOLA

1. Considerando que, nos termos do artigo 1º da Carta das Nações Unidas, o propósito principal desta Organização é a manutenção da paz e segurança mundiais;
2. Considerando que o artigo 2º da Carta das Nações Unidas estabelece que os Estados-Membros resolverão as suas disputas por meios pacíficos, de modo a não colocar em perigo a paz e a segurança internacionais;
3. Reconhecendo como válido o conceito que preceitua que «a paz é mais do que a estrita ausência de conflito armado» e que ela está relacionada com a supressão de todo o tipo de violência directa ou não, política, económica, social e cultural;
4. Cientes de que a paz é inseparável da capacidade do ser humano satisfazer as suas necessidades, assim como do respeito efectivo dos direitos e dignidade humana;
5. Considerando os compromissos assumidos pelos Estados Africanos para com a paz e segurança da região através da Carta da Organização de Unidade Africana (OUA), reiterados pela Acta Constitutiva da União Africana (UA), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Protocolo sobre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana;
6. Reafirmando os princípios e os objectivos do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné, de 3 de Julho de 2001;
7. Convencidos de que sem paz e segurança, não é possível o desenvolvimento harmonioso dos Estados da região;
8. Preocupados com a recorrência de conflitos armados em alguns Estados da região da Comissão do Golfo da Guiné, os quais colocam em perigo a paz e segurança em toda a região e no continente;

9. Persuadidos de que a deterioração do meio ambiente natural da região pode contribuir para a degeneração das condições de bem-estar dos povos da região e consequentemente, gerar situações que afectem a paz e segurança;
10. Convencidos de que a imigração fora das normas nacionais estabelecidas por cada país pode gerar conflitos susceptíveis de alterar o ambiente de paz e segurança na região;
11. Preocupados com a cada vez maior inclusão da região, na rota do tráfico de drogas e do crime transnacional organizado de outra índole;
12. Preocupados com o aumento, em frequência e extensão territorial, na costa marítima da região, dos casos de pirataria e roubos a mão armada no mar;
13. Convencidos de que o respeito pela integridade territorial, soberania, interesses e objectivos dos Estados da região é uma condição decisiva para o estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de um ambiente de paz e segurança, que facilite o progresso económico e social;
14. Convencidos da relação entre o roubo de recursos petrolíferos e o aumento no número de ataques piratas de natureza violenta na região, auxiliados pelos sindicatos internacionais que facilitam a venda dos mesmos;
15. Considerando as disposições das resoluções nº 2018 (2011) e 2039 (2012), do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
16. Convencidos de que a edificação de um futuro de paz e segurança na região passa pelo estabelecimento de relações entre os seus Estados, fundadas na confiança, solidariedade, cooperação e integração, no quadro de uma visão regional inclusiva, assim como pela promoção de uma cultura de paz entre os seus cidadãos;

 *bc*

 *[Signature]*

II. Exortamos os Estados da região do Golfo da Guiné, os parceiros internacionais, tanto Estados como entidades internacionais relevantes, a:

17. Apoiar sem reservas, e em todas as circunstâncias, os processos tendentes ao estabelecimento da paz na região, encorajando as acções no sentido de os aprofundar e abstando-se de qualquer atitude que os possam afectar negativamente.
18. Desenvolver acções concretas no sentido da materialização na região, do «Pacto de Não Agressão e Defesa Comum da UA», com o objectivo de promover a cooperação e não agressão entre os Estados, a defesa comum, a promoção da coexistência pacífica, a prevenção de conflitos tanto inter-estatais como de natureza intra-estatal, e assegurar que os diferendos sejam resolvidos por meios pacíficos, através do diálogo e negociações.
19. Promover a confiança entre os Estados da região e entre estes com os de outras regiões, através do estabelecimento de políticas, medidas e mecanismos que fortaleçam as relações de boa vizinhança e de cooperação multilateral, fundadas na percepção de ausência de ameaça militar, pressão, coerção política ou outra contra a região ou algum dos seus integrantes e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os valores culturais da comunidade, assim como o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade da região se promover como actor internacional.
20. Promover um quadro legal internacional contra a compra de petróleo bruto roubado e desenvolver legislação nacional que garanta a responsabilização criminal dos responsáveis por esses actos ilegais.
21. Desenvolver políticas comuns para impedir a proliferação e tráfico de armas ligeiras e de pequeno calibre e assegurar a implementação dos acordos e outros mecanismos já existentes.

ANGOLA

62



[Signature]

22. Promover o desenvolvimento de políticas concertadas de migração, assim como medidas que encorajem a imigração legal, que garanta os direitos dos migrantes e a segurança dos Estados.
23. Intensificar a luta contra a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo internacional, harmonizando e ou estabelecendo políticas e legislação comuns sobre a matéria.
24. Promover na região um ambiente político, económico e social fundado nos valores da democracia, do respeito dos direitos humanos e da boa governação, combatendo qualquer ideologia, política ou prática que promova o racismo, o etnicismo, ou qualquer outra forma de segregação e ou de violência, e que garanta o reforço da eficácia dos serviços judiciais, a consolidação do Estado de Direito e a transparência dos processos eleitorais.
25. Promover a participação efectiva da sociedade civil no fortalecimento da democracia e da boa governação dos Estados da região, particularmente através da promoção da sua participação a nível local e da implementação de políticas para o desenvolvimento de uma imprensa livre, plural e responsável.
26. Empenhar-se na promoção de políticas que, para além de reforçarem a unidade nacional dos Estados da região num âmbito de multiculturalismo, desenvolva uma cultura de paz, diálogo e tolerância entre as populações da região.
27. Promover a cooperação económica e integração entre os Estados da região, estabelecendo um clima onde as actividades mutuamente vantajosas possam ser concretizadas pelos cidadãos (sector privado) da região, harmonizando a exploração dos recursos naturais do Golfo da Guiné, nomeadamente os relacionados com a pesca, o gás e o petróleo, estabelecendo estratégias para o melhoramento do acesso aos mercados internacionais dos produtos regionais, e cooperando no domínio das comunicações marítimas, na integração das redes de

transporte terrestres e aéreas, assim como cooperando no campo das novas tecnologias de informação e comunicação.

28. Promover política e estratégias comuns para a gestão sustentável dos recursos naturais minerais e outros, assim como a gestão salutar do meio ambiente e do ecossistema da região.
29. Elaborar políticas e estratégias comuns à região para o combate à produção e consumo, assim como à utilização do seu território como rota do tráfico para outras regiões, de substâncias psicotrópicas.
30. Fazer observar escrupulosamente as normas e princípios do Direito Internacional Humanitário e as Convenções pertinentes, mormente as Convenções de Genebra de 1949 para a protecção de civis em áreas de conflito.
31. Estar abertos à cooperação internacional, a nível global, com todos os Estados e organizações interessados na manutenção e consolidação da paz, segurança, democracia e boa governação na região do Golfo da Guiné.
32. Trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar uma estratégia (de longo prazo) integrada de paz, segurança e desenvolvimento na região do Golfo da Guiné, tanto no mar como em terra, a nível sub-regional da CEEAC, CEDEAO e CGG, em estreita colaboração com a União Africana, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e as Nações Unidas.
33. Apreciar a possibilidade do estabelecimento de um mecanismo permanente para acompanhar e implementar a paz e a segurança na região.

ANGOLA

62

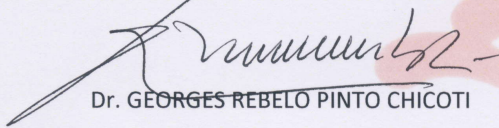
COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO

39

Feita em Luanda, aos 29 dias do mês de Novembro de 2012.

Nota: As versões originais nas línguas espanhola, francesa, inglesa e portuguesa têm todas igual validade.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO
DE MINISTROS DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ



Dr. GEORGES REBELO PINTO CHICOTI

O SECRETÁRIO EXECUTIVO
DA COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ



Dr. MIGUEL ÂNJÓS C. L. TROVOADA

